UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA

Mateus de Almeida Prado Sampaio

360° – O PÉRIPOLO DO AÇÚCAR EM DIREÇÃO À MACRORREGIÃO
CANAVIEIRA DO CENTRO-SUL DO BRASIL
Volume I

São Paulo
Dezembro – 2014

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA

Mateus de Almeida Prado Sampaio

360° – O PÉRIPOLO DO AÇÚCAR EM DIREÇÃO À MACRORREGIÃO
CANAVIEIRA DO CENTRO-SUL DO BRASIL
Volume I

Tese de Doutorado apresentada ao programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para a obtenção do Título de Doutor em Geografia.

Orientadora: Professora Doutora ROSA ESTER ROSSINI

São Paulo
Dezembro – 2014

Dei, portanto, princípio, e fim a tão honrosa tarefa, suprimindo os meus bons desejos a escassez de tempo, meios, e talentos próprios para o seu completo desempenho. O golpe de vista, o passo e agulha; as pessoas mais cordatas das diferentes povoações, a quem consultei; algumas ideias adquiridas de diversos autores, e o meu fraco critério, foram os únicos e verdadeiros guias.

LUIS D'ALINCOURT (1818)

Neste modesto estudo, queremos deixar patente que não procuramos fazer obra de grande fôlego, mas apenas trazer a nossa modesta e fiel contribuição aos futuros estudiosos da zona.

EURÍPEDES SIMÕES DE PAULA (1936)

À LULI, SILVIA, ALUIZIO e MAURA,
que tanto me apoiaram, dedico.

Ao MARTIM,
que tinha 3 meses quando eu comecei este trabalho, e agora tem 4 anos,
e à TAÍS,
que no meio desse percurso me alegrou com sua chegada, ofereço.

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, professora Rosa Ester Rossini, cujos ensinamentos ultrapassam o território e as fronteiras da geografia;

À Ana Elisa Rodrigues Pereira, pela base firme que fornece ao nosso Laboplan e, acima de tudo, pela amizade alegre e generosa;

Aos meus amigos de pesquisa, Aline Lima Santos, André Luis Gomes, Danton Leonel de Camargo Bini, Dirce Sizuko Soken, Elisa Pinheiro de Freitas, José Fonseca da Rocha Filho, Lúcia Libório e Maria Rita Ivo Melo Machado;

Aos parceiros cartógrafos, Cláudia Marcela Blanco Tífaró, Rodolfo Finatti e Victor Zuliani Iamonti;

À colega Larissa Santos, pelo importante auxílio na tabulação dos dados históricos dos Censos Agropecuários do IBGE;

Aos colegas de trabalho de campo Ana Carolina Torelli Marquezini Faccin, Júnior César Pinheiro e Luiz Carlos Santos da Silva;

Ao Rogê Carnaval, pela proveitosa troca de ideias.

À Cláudia Malinverni e à Júlia Ana Cruz, pela revisão e diagramação cuidadosa do texto;

Ao Fernando e à Regina, padrinhos presentes e afetuosos;

À FAPESP pelo apoio concedido, sem o qual a elaboração desta tese não teria sido possível.

RESUMO

A tese de doutorado intitulada 360° – O PÉRIPOLO DO AÇÚCAR EM DIREÇÃO À MACRORREGIÃO CANAVIEIRA DO CENTRO-SUL DO BRASIL tem como objeto de análise o açúcar e sua espacialização sobre o globo terrestre. A pesquisa trata o tema por meio de uma proposta de regionalização da atividade açucareira, distinguindo nove macrorregiões de amplitude mundial. São estas o Subcontinente Indiano, o Mundo Árabe, a Europa, o Gran-Caribe, os Estados Unidos, o Sudeste Asiático, a Australásia, o Sudeste Africano e a Macrorregião Canavieira do Centro-Sul do Brasil. A análise é feita com base no estudo da geografia histórica e da história contemporânea de cada uma dessas áreas, para nas conclusões se estabelecer um panorama da produção mundial de açúcar no momento presente. Conclui-se que no atual período da globalização, a Macrorregião Canavieira do Centro-Sul do Brasil desempenha papel hegemônico no Mercado Mundial de Açúcar.

Palavras-chave: Açúcar, Mercado, Brasil, Regionalização, Geografia Histórica.

ABSTRACT

The thesis entitled 360° – THE SUGAR PERIPLUS TOWARDS THE SUGARCANE MACROREGION OF SOUTH-CENTRAL BRAZIL has sugar as object of analysis and its spatial distribution over the globe. The research approaches its subject through a proposal for a regionalization of the sugar industry, distinguishing nine global macroregions. Those are the Indian Subcontinent, the Arab World, the Europe, the Gran-Caribe, the United States of America, the Southeast of Asia, the Australasia, the Southeast of Africa and the Sugarcane Macroregion of South-Central Brazil. The analysis is based on the study of the historic geography and the contemporary history of each of those areas, to reach the conclusions of establishing an overview of world sugar production in the present moment. The conclusion is that in the current period of globalization, the Sugarcane Macroregion of South-Central Brazil played an hegemonic role in the World Sugar Market.

Keywords: Sugar, Market, Brazil, Regionalization, Historical Geography.

SUMÁRIO DO VOLUME I

INTRODUÇÃO.....	1
1. ASPECTOS TÉCNICOS E METODOLÓGICOS DO TRABALHO	6
1.1 Metodologia	6
1.2 Pesquisa de gabinete	9
1.2.1 Fonte e base de dados – referências circunstanciadas	9
1.2.2 Notas cartográficas	12
1.3 Pesquisa de campo	16
1.3.1 Estado de São Paulo	16
1.3.2 Estado do Paraná	21
1.3.3 Estado de Minas Gerais	23
1.3.4 Estado de Goiás	25
1.3.5 Estado do Mato Grosso do Sul	27
2. ASPECTOS TEÓRICOS E CONCEITUAIS DO TRABALHO	30
2.1 Região e Geografia	30
2.1.1 O conceito de região aplicado nesta tese	34
2.1.2 O conceito de região aplicado à questão açucareira no Brasil – infinitas possibilidades	36
2.2 Periodização e globalização	43
3. O MERCADO MUNDIAL DO AÇÚCAR.....	50
3.1 Beterraba e o clima temperado	51
3.2 Cana e o clima tropical	55
3.3 Produção e consumo mundial de açúcar	64
3.3.1 Produção mundial de açúcar.....	65
3.3.2 Consumo mundial de açúcar.....	67
3.3.3 Interações espaciais entre a produção e o consumo mundial de açúcar	70
3.4 O comércio mundial do açúcar	74
3.4.1 Precificação mundial do açúcar	75

3.4.2	Importação mundial de açúcar.....	79
3.4.3	Exportação mundial de açúcar.....	84
3.4.3.1	Exportação mundial de açúcar refinado	90
3.4.3.2	Exportação mundial de açúcar bruto (demerara) ...	94
3.4.3.3	Exportação mundial de açúcar: relação entre o refinado e o bruto.....	99
3.5	Proposta de regionalização mundial açucareira.....	102
4.	SUBCONTINENTE INDIANO: O AÇÚCAR ENQUANTO MANUFATURA.....	106
4.1	A Índia na história, a história na Índia.....	106
4.2	As duas grandes regiões canavieiras da Índia atual – Vale do Ganges e Maharashtra	108
4.3	Índia: consumo interno e comércio internacional de açúcar.....	112
4.4	Políticas contemporâneas para os setores de açúcar e álcool	117
4.5	Resumo do capítulo	126
5.	MUNDO ÁRABE: O AÇÚCAR ENQUANTO MERCADORIA.....	128
5.1	Mundo Árabe Antigo, uma região açucareira transitória.....	128
5.1.1	O Mekran.....	128
5.1.2	A antiga Susiana, atual Khuzistão	129
5.1.3	O Vale do Nilo.....	133
5.1.4	Mediterrâneo Oriental – o Levante.....	138
5.1.5	Mediterrâneo Ocidental – Andaluzia e Sicília.....	141
5.2	Mundo Árabe atual, uma grande “Região Açucareira Mundial”?.....	145
5.2.1	A participação brasileira no mercado árabe	152
5.3	Resumo do capítulo	157
6.	EUROPA: O AÇÚCAR ENQUANTO INDÚSTRIA.....	160
6.1	Geografia histórica do açúcar na Europa	160
6.1.1	A Europa e o açúcar enquanto mitos	160
6.1.2	Beterraba: o açúcar enquanto bulbo	165
6.1.3	Beterraba: uma cultura essencialmente Europeia.....	172
6.2	História contemporânea: aspectos internos da produção açucareira europeia.....	176

6.2.1	A Comunidade Económica Europeia (CEE/1957), a Política Agrícola Comum (CAP/1962) e o Organização Comum do Mercado Açucareiro (OCM do Açúcar/1967).....	177
6.2.2	A União Europeia (UE/1993) e a Reforma do OCM do Açúcar (2006)	179
6.2.2.1	Alteração no Sistema de Preços.....	180
6.2.2.2	Alteração no Sistema de Cotas	182
6.2.2.3	Modernização, reestruturação e agigantamento de fábricas e empresas.....	196
6.2.2.3.1	<i>Südzucker</i>	202
6.2.2.3.2	<i>Nordzucker</i>	206
6.2.2.3.3	<i>Tereos</i>	209
6.3	História contemporânea: aspectos externos da produção açucareira europeia	213
6.3.1	O Protocolo do Açúcar de 1975 e a Cota CXL de 1995.....	215
6.3.2	O Acordo de Parceria Económica de 2000 (Economic Partnership Agreement – APE) e a Iniciativa Tudo Menos Armas de 2001 (Everything But Arms Initiative – TMA).....	220
6.3.3	O julgamento da “ <i>DISPUTE DS265</i> – Comunidade Europeia – Subsídios à Exportação de Açúcar” por parte da Organização Mundial do Comércio .	227
6.3.4	De exportadora a importadora (2007 a 2014)	228
6.4	Resumo do capítulo	240
7.	GRAN-CARIBE – O AÇÚCAR ENQUANTO DOMINAÇÃO	246
7.1	Geografia histórica: o Caribe enquanto empresa colonial	246
7.1.1	O ciclo do açúcar nas ilhas do Atlântico Leste: ou a fase pré-caribenha ...	246
7.1.2	A chegada da canavieira às Américas Espanhola e Portuguesa.....	249
7.1.3	As Pequenas Antilhas e a origem do Gran-Caribe	252
7.1.4	As Grandes Antilhas e a ampliação da produção gran-caribenha	255
7.1.5	O difícil século XIX: abolição, beterraba e canavieira.....	261
7.1.6	As relações de Cuba com os Estados Unidos e a URSS	268
7.2	História contemporânea: a afirmação continental do Gran-Caribe nos séculos XX e XXI	276
7.2.1	O início do atual milénio (2001-2014)	280
7.2.2	O etanol no Caribe	283
7.3	Resumo do capítulo	289

8. ESTADOS UNIDOS: O AÇÚCAR ENQUANTO IMPÉRIO.....	293
8.1 A questão açucareira “antiga” – 1789-1929	293
8.1.1 O Processo de Independência (1733-1789).....	294
8.1.2 A compra da Luisiana (1803)	295
8.1.3 Norte contra Sul: o açúcar e a Guerra Civil Norte-Americana (1861-1865).....	300
8.1.4 Marchando para o Oeste, dominando o Pacífico (a política do Destino Manifesto).....	305
8.1.5 O Sugar Trust (1887).....	308
8.1.6 Anexação do Havaí (1876).....	312
8.1.7 Anexação das Filipinas (1902)	316
8.2 História açucareira moderna: 1929-2008.....	321
8.2.1 A Lei do Açúcar de 1934 e a Emenda <i>Jones-Costigan</i>	321
8.2.2 A Lei do Açúcar de 1948 e a revisão do sistema de cotas de importação de 1961	324
8.2.3 Da Lei da Agricultura de 1977 à Lei de Alimentos, Preservação e Energia de 2008	331
8.3 História açucareira contemporânea: o NAFTA (2008-2014)	339
8.3.1 “Suporte de preços aos produtores” (<i>Price Support</i>).....	343
8.3.2 “Controle do mercado doméstico” (<i>domestic market controls</i>)	345
8.3.3 “Cotas por classes tarifárias” (<i>TRQs</i>)	346
8.3.4 México: país do Gran-Caribe, do NAFTA, ou de ambos?	352
8.4 Resumo do capítulo	359
9. SUDESTE ASIÁTICO: O AÇÚCAR ENQUANTO RETORNO	363
9.1 A Índia Britânica.....	365
9.2 Colônias dos Estreitos (<i>Straits Settlements</i>)	369
9.3 Indochina Francesa	372
9.3.1 Vietnam	374
9.3.2 Camboja.....	376
9.3.3 Laos	379
9.4 Do Reino do Sião ao Reino da Tailândia.....	381
9.5 Índias Orientais Holandesas (Java e Indonésia)	391
9.6 Formosa (<i>Taiwan</i>).....	400
9.7 Resumo do capítulo	406

10. AUSTRALÁSIA: O AÇÚCAR ENQUANTO INSUIARIDADE	417
10.1 Austrália.....	418
10.1.1 Criação da Colônia Penal (1788) e Consolidação da Produção Açucareira (1864-1901).....	418
10.1.2 Nova Gales do Sul e a Canavicultura Familiar (1860-1900).....	421
10.1.3 Queensland e o Sistema das Plantations (1860-1900).....	424
10.1.4 Confederação da Austrália (1901-1951).....	432
10.1.5 Projeção internacional do açúcar australiano (1951-2006)	438
10.1.6 Liberalização plena do setor canavieiro Australiano (2006-2014).....	443
10.2 Fiji – Um apêndice na Australásia	451
10.3 Resumo do capítulo	454
11. SUDESTE AFRICANO: O AÇÚCAR ENQUANTO FUTURO?	459
11.1 Maurício.....	460
11.2 Reunião	465
11.3 Natal (África do Sul).....	470
11.3.1 Da Colônia do Cabo à afirmação regional da indústria açucareira de Natal (1652-1903)	470
11.3.2 Livre comércio e indústria açucareira na África Meridional e de Leste (1906-2014)	478
11.3.3 Grandes corporações açucareiras sul-africanas e sua atuação fora do país. 483	
11.3.3.1 Grupo <i>Illovo</i>	483
11.3.3.2 Grupo <i>Tongaat-Hulett</i>	487
11.4 Resumo do capítulo	491

SUMÁRIO DO VOLUME II

12 A MACRORREGIÃO CANAVIEIRA DO CENTRO-SUL DO BRASIL (MRCCSB)..496

12.1 Fase litorânea e Quadrilátero do Açúcar496

12.1.1 Primeiras tentativas de produzir açúcar nas capitanias do Sul do Brasil (1534-1765).....496

12.1.2 O Quadrilátero do Açúcar paulista (1765-1851).....500

12.1.2.1 A transição da Colônia ao Império e a internacionalização dos novos sertões.....505

12.2 Os Engenhos Centrais e a primeiras Usinas de São Paulo (1875-1929).....524

12.2.1 Os Engenhos Centrais no Terceiro Distrito (1875-1889)524

12.2.2 As primeiras usinas de São Paulo: a República do Café com Leite, Adoçado (1889-1929)534

12.3 Getúlio Vargas, o Instituto do Açúcar e do Alcool e o papel do açúcar no novo Pacto Federativo do Brasil (1930-1945)546

12.3.1 A crise açucareira mundial e a contenção da produção no Brasil (1929-1937)546

12.3.2. O Estado Novo e o recrudescimento da intervenção estatal (1937-1942).569

12.4 O deslocamento do eixo central da produção nacional de açúcar para o Estado de São Paulo e a consolidação das bases territoriais da MRCCSB585

12.4.1 A Coordenação de Mobilização Econômica e a descentralização da produção açucareira nacional (1942-1945).....585

12.4.2 Estado Democrático, liberalização econômica e crescimento da atividade canavieira no Centro-Sul do Brasil (1946-1961)603

12.4.3 Da abertura ao fechamento do Mercado Preferencial norte-americano (1961-1974).....640

12.4.4	Da criação do Pró-Álcool à extinção do Instituto do Açúcar e do Alcool (1975-1990).....	659
12.4.3.1	1.ª Fase do PNA – grandes indecisões (1975-1979).....	664
12.4.3.2	2.ª Fase do PNA: A “invenção” do álcool hidratado (1980-85)	671
12.4.3.3	3.ª Fase do PNA: desde seu abandono até a extinção do IAA (1986-1990)	678
12.4.3.4	A Medida Provisória 151, assinada por Collor de Mello, extingue definitivamente o Instituto do Açúcar e do Alcool (1990)	683
12.5	O Neoliberalismo e a materialização territorial da MRCCSB (1990-2014); ou a história contemporânea do açúcar no Brasil	686
12.5.1	Fase de adaptação à experiência de livre -mercado: o processo de liberalização do setor sucroenergético no Brasil (1990-2002).....	686
12.5.2	Dinâmica agropecuária no Brasil (1990-2010).....	692
12.5.3	O fenômeno da Globalização: o flex fuel contra o aquecimento global (2003-2011).....	707
12.5.4	O açúcar brasileiro torna-se hegemônico no mercado mundial.....	717
12.5.5	Os dois governos de Lula da Silva (2003-2011).....	726
12.5.5.1	A ação do BNDES em prol da consolidação da MRCCSB.....	727
12.5.6	O interesse de trading companies e empresas petroleiras multinacionais pelo setor sucroenergético brasileiro.....	738
12.5.7	A territorialização das principais empresas sucroenergéticas na MRCCSB (2014).....	740
12.6	Mas, afinal, o que é a MRCCSB? (territorialização diferenciada da canavicultura no Brasil no começo do novo milênio)	761
13	CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	800
14	REFERÊNCIAS.....	806

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AAA	–	Lei de Ajuste da Agricultura (EUA)
AAAIID	–	Autoridade Árabe para Investimento Agrícola e Desenvolvimento
AAC	–	Acordo Açucareiro da Commonwealth (Reino Unido)
ACP	–	Grupo de Estados da África, Caribe e Pacífico
AFTZ	–	Zona de Livre Comércio Africano
ALICE/Web-MDIC	–	Sistema de Análise das Informações de Comércio Exterior (Brasil)
ANFAVEA	–	Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Brasil)
ANZFTA	–	Australia-New Zealand Free Trade Area.
ASEAN	–	Área de Livre Comércio do Sudeste Asiático
BEIC	–	Companhia das Índias Orientais Britânicas
BNDES	–	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (Brasil)
CAP	–	Política Agrícola Comum (UE)
CAFTA-DR	–	Tratado de Livre Comércio da América Central e República Dominicana
CARIFORUM	–	Forum dos Estados membros do ACP
CBEPA	–	Associação dos Produtores de Etanol da Bacia do Caribe
CBI	–	Iniciativa para a Bacia do Caribe (EUA)
CCC	–	Corporação de Crédito às Commodities (EUA)
CCRA	–	Companhia Colonial de Refinação de Açúcar (Austrália)
CDPA	–	Comissão de Defesa da Produção do Açúcar (Brasil)
CEAM	–	Comissão de Estudos sobre o Álcool-Motor (Brasil)
CEE	–	Comunidade Econômica Europeia
CEFTA	–	Acordo Centro-Europeu de Livre Comércio
CEFS	–	Comitê Europeu dos Produtores de Açúcar
CENAL	–	Comissão Executiva Nacional do Álcool (Brasil)
CGB	–	Confédération Générale des Planteurs de Betteraves (França)
OCM do Açúcar	–	Organização Comum do Mercado Açucareiro (UE)
CNP	–	Conselho Nacional do Petróleo (Brasil)
COMECON	–	Conselho para Assistência Econômica Mútua (URSS)
COMESA	–	Mercado Comum para a África Oriental e Austral
CONAB	–	Companhia Nacional de Abastecimento (Brasil)
CONADESUCA	–	Comitê Nacional para o Desenvolvimento Sustentável de Cana-de-Açúcar (México)

CSA	–	Acordo Açucareiro da Commonwealth (Reino Unido)
CSB	–	Câmara da Cana e do Açúcar (Tailândia)
DEBIO	–	Departamento de Biocombustíveis do BNDES (Brasil)
DOM	–	Départements d’Outre-Mer (UE)
E20	–	Mescla de etanol (20%) com gasolina (80%)
EAC	–	Comunidade do Leste Africano
EAU	–	Emirados Árabes Unidos
EBP	–	Programa de Mesclagem de Etanol (Índia)
EDR	–	Escritórios de Desenvolvimento Rural (São Paulo)
EUA	–	Estados Unidos
FAO	–	Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação
FEESA	–	Fondo de Empresas Expropiadas del Sector Azucarero (México)
FOB	–	Free on Board (frete)
FRP	–	Preço Remunerativo Razoável (Índia)
FTA	–	Tratados de Livre Comércio
GATT	–	Acordo Geral de Tarifas e Comércio
GOI	–	Governo da Índia
GERCA	–	Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura (São Paulo)
HFCS	–	Xarope de Milho de Alta Frutose
IAA	–	Instituto do Açúcar e do Alcool (Brasil)
IBC	–	Instituto Brasileiro do Café
IBGE	–	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICE	–	New York Intercontinental Exchange Group (Bolsa de Valores)
IEA/SP	–	Instituto de Economia Agrícola do Estado de São Paulo
ISMA	–	Associação Indiana de Usinas de Açúcar
ISO	–	Organização Internacional do Açúcar
KAFTA	–	Acordo de Livre Comércio entre Coreia e Austrália
LIFFE	–	London Futures Exchange (Bolsa de Valores).
LSPA/IBGE	–	Levantamento Sistemático da Produção Agrícola do IBGE (Brasil)
MADB	–	Market Access Database (UE)
MAFTA	–	Acordo de Livre Comércio entre Malásia e Austrália
MAPA	–	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Brasil)
MAPS-2014	–	Assinatura do autor e data (Mateus de Almeida Prado Sampaio-2014)
MDIC	–	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (Brasil)
MENA	–	Oriente Médio e Norte da África

MERCOSUL	–	Mercado Comum do Sul
MOU	–	Memorando de Entendimento
MPP	–	Preço Mínimo de Compra (EUA)
MRCCSB	–	Macrorregião Canavieira do Centro-Sul do Brasil
MSP	–	Preço Mínimo de Suporte (UE e Índia)
MSS	–	Sindicato Açucareiro das Ilhas Maurício
MSSA	–	Autoridade Estatal Açucareira do México
NAFTA	–	Acordo Norte-Americano de Livre Comércio
NBP	–	Política Nacional de Biocombustíveis (Índia)
NSW	–	Nova Gales do Sul (Austrália)
OAPEC	–	Organização dos Países Árabes Exportadores de Petróleo
OAQ	–	Quantidade Total Alocada (EUA)
OCSB	–	Agência da Câmara de Cana e Açúcar (Tailândia)
OMC	–	Organização Mundial do Comércio
ONISA	–	Operadora Nacional de Ingenios (México)
PAM/IBGE	–	Produção Agrícola Municipal
PDS	–	Sistema Público de Distribuição (Índia)
PDV	–	Posto Veículo na Destilaria (frete)
PIK	–	Pagamento em Espécie (EUA)
PLANALSUCAR	–	Programa Nacional de Melhoramento da Cana-de-Açúcar (Brasil)
PMD	–	Países Menos Desenvolvidos
PNA	–	Programa Nacional do Alcool (Brasil)
PROCANA	–	Programa de Expansão da Canavieira para a Produção de Combustível (São Paulo)
PSP	–	Programa de Sustentação de Preços (EUA)
PVU	–	Posto Veículo na Usina (frete)
RPA	–	Região Produtiva do Agronegócio
RUP	–	Regiões Ultraperiféricas (UE)
SACU	–	União Aduaneira Sul-Africana
SADC	–	Comunidade para o Desenvolvimento Sul-Africano
SAFTA	–	Acordo de Livre Comércio entre Cingapura e Austrália
SAGARPA	–	Secretaria de Agricultura, Pecuária, Desenvolvimento Rural, Pesca e Alimentação (México)
SASA	–	Associação Sul-Africana do Açúcar
SDF	–	Fundo de Desenvolvimento Açucareiro (Índia)

SIAM	–	Sociedade Indiana de Fabricantes de Automóveis (Índia)
SOPRAL	–	Sociedade de Produtores de Açúcar e de Alcool (Brasil)
SRA	–	Administração Reguladora do Açúcar (Filipinas)
STCI	–	Companhia Estatal de Comércio da Índia
TAFTA	–	Acordo de Livre Comércio entre Tailândia e Austrália
TCSC	–	Corporação Tailandesa de Cana e Açúcar
TCU	–	Tribunal de Contas da União (Brasil)
TMA	–	Programa Tudo Menos Armas (UE)
TRQ	–	Cotas por Classes Tarifárias (EUA)
UDOP	–	União dos Produtores de Bioenergia (Brasil)
UE	–	União Europeia
UE-15	–	União Europeia composta por 15 países
UE-25	–	União Europeia composta por 25 países
UE-27	–	União Europeia composta por 27 países
UNICA	–	União da Indústria de Cana-de-Açúcar (Brasil)
URSS	–	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USDA	–	Departamento de Agricultura dos Estados Unidos
VOC	–	Companhia Holandesa das Índias Orientais
WIC	–	Companhia Holandesa das Índias Ocidentais

LISTA DE FIGURAS

Volume I

Figura 1: Napoleão toma contato com pães de açúcar, feitos no interior da França, a partir da beterraba (1811).....	168
Figura 2: Engenho de cana na ilha de La Hispaniola, século XVI – de Bry (1595).	250
Figura 3: Santo Domingo: Padrão de propriedade canavieira (1799).	260

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Volume I

Fotografia 1: Formosa: mecanização da canavicultura, sem data (possivelmente anos 1920).	404
Fotografia 2: Formosa: cultivo de cana por trabalhadores coolies, sem data (possivelmente anos 1920).....	404
Fotografia 3: Kanakas da <i>Plantation Black & Co.</i> , em Townsville, Queensland (c. 1870)...428	
Fotografia 4: Austrália: máquina de colher cana em operação no distrito de Bundaberg, Queensland – 1932.	436
Fotografia 5: Típica casa de <i>coolies</i> indianos produtores de cana, Naselai, Fiji – 1947.....	453

LISTA DE GRÁFICOS

Volume I

Gráfico 1: Participação do Brasil sobre as doze principais lavouras mundiais (2010).	3
Gráfico 2: Produção continental de beterraba – 2001, média da década e 2010.....	54
Gráfico 3: Produção de beterraba (delta 2001-2010).	54
Gráfico 4: Produção mundial de cana (2001, média da década 2001-2010 e 2010).	63
Gráfico 5: Produção mundial de cana (delta 2001-2010).....	64
Gráfico 6: Mundo: quatro preços do açúcar (1991-2014).	77
Gráfico 7: Mundo: importação de açúcar (2001, média anual 2001-2009, 2009 e delta 2001-2009).....	83
Gráfico 8: Mundo: exportação de açúcar (2001, média anual 2001-2009, 2009 e delta 2001-2009).....	89
Gráfico 9: Mundo: exportações de açúcar – <i>market share</i> , em % (1990-2014).....	90
Gráfico 10: Mundo: exportação de açúcar refinado (2001, média anual 2001-2009, 2009 e delta 2001-2009).....	94
Gráfico 11: Mundo: exportação de açúcar bruto (2001, média anual 2001-2009, 2009 e delta 2001-2009).	99
Gráfico 12: Índia: Dinâmica de abastecimento açucareiro, em toneladas (1961-2011).....	113
Gráfico 13: Índia – Comércio internacional de açúcar, em toneladas (1990-2012).....	114
Gráfico 14: Açúcar Bruto: Importação indiana (t) x Cotação n. 11 ICE (\$) x Exportação brasileira (\$).	115
Gráfico 15: Índia, Cuba, África do Sul, Colômbia e Austrália: produção e importação de açúcar bruto, em toneladas (2009).....	116
Gráfico 16: Índia: Comércio de açúcar bruto, em toneladas (2002-2011).....	117
Gráfico 17: Liga Árabe: Origem do açúcar importado, em toneladas e em % (2005 e 2011).	155
Gráfico 18: Liga Árabe: Origem da importação de açúcar por país, em toneladas (2005 e 2011).....	156
Gráfico 19: Liga Árabe: elo açucareiro com o Brasil (1993-2011).....	157
Gráfico 20: Mundo: produção de açúcar, por tipo, em toneladas (1840-1880).....	171
Gráfico 21: Mundo: produção de açúcar, por tipo, em toneladas (1900-2000).....	172
Gráfico 22: União Europeia: cotas e produção de açúcar, em toneladas (safras 2000/2001, 2005/2006 e 2009/2010).....	187

Gráfico 23: União Europeia: fabricação de açúcar refinado de beterraba, em % (safras 2000/2001 e 2010/2011).....	192
Gráfico 24: União Europeia: <i>market share</i> – principais empresas por alocação de cotas de produção de açúcar, em % (safra 2012/2013).	199
Gráfico 25: Tereos: receitas por divisão: cereais, beterraba e cana (2007/2008 e 2011/2012).	211
Gráfico 26: Tereos: produção de açúcar de beterraba e de cana, por país, em % (2013).....	212
Gráfico 27: União Europeia: balanço internacional de açúcar, em toneladas (azul) e em US\$ 1.000 (verde) (1967-2010).....	218
Gráfico 28: Países do ACP/PMD: principais dependentes da UE para exportação de seu açúcar, em % (2008-2010).....	223
Gráfico 29: Açúcar refinado – relação entre Valor de Referência da UE e a cotação internacional na Bolsa de Londres, em euros por tonelada (2006-2010).	226
Gráfico 30: União Europeia: origem das importações de açúcar, em toneladas (2003-2013).	233
Gráfico 31: União Europeia: origem das importações – Refinadores árabes (2003-2013)....	234
Gráfico 32: União Europeia: origem das importações – Sudeste Africano (2003-2013).....	235
Gráfico 33: União Europeia: origem das importações – Acordos de Livre Comércio com América Central, Caribe e Colômbia (2003-2013).	235
Gráfico 34: União Europeia: origem das importações – Pequenas Antilhas (2003-2013)....	236
Gráfico 35: União Europeia: origem das importações – Regiões Ultraperiféricas e <i>Départements d’Outre-Mer</i> (2003-2013).	237
Gráfico 36: União Europeia: origem das importações – “Indochina” (2003-2013).....	237
Gráfico 37: União Europeia: origem das importações – TOP 5 Exportadores mundiais (2003-2013).....	238
Gráfico 38: União Europeia: origem das importações – Sérvia e Montenegro, Ilhas Maurício e Cuba (2003-2013).....	239
Gráfico 39: Cuba: Produção de açúcar em toneladas (1821-1901).	272
Gráfico 40: Cuba: Produção de açúcar (1901-2011).	275
Gráfico 41: Gran-Caribe: produção insular (Caribe) e continental (América Central) de açúcar, em toneladas (1961-2011).....	279
Gráfico 42: Gran-Caribe: Série histórica dos quatro principais produtores regionais de açúcar – México, Guatemala, Colômbia e Cuba (1961-2010).....	282
Gráfico 43: Gran-Caribe, Brasil e Estados Unidos: triangulação regional de etanol, em milhões de litros (2007).....	285
Gráfico 44: Estados Unidos: Produção e importação de açúcar bruto, em milhões de <i>pounds</i> (1823-1861).	299
Gráfico 45: Estados Unidos: Açúcar bruto – Produção na Louisiana vs. importação de Cuba, em mil toneladas (1851-1900).....	303
Gráfico 46: Estados Unidos: origem do açúcar consumido internamente, em % (1903).....	312

Gráfico 47: Estados Unidos: Produção de açúcar no Havaí, em mil toneladas (1875-1925).	316
Gráfico 48: Estados Unidos: Compra de açúcar sobre o total exportado pelas Filipinas, em % (1875-1910).	319
Gráfico 49: Estados Unidos: Aumento da produção de açúcar no Havaí e da exportação de açúcar nas Filipinas, em mil t (1875-1925).	320
Gráfico 50: Estados Unidos: Distribuição das cotas de açúcar pelo <i>Sugar Act</i> de 1934.	323
Gráfico 51: Unidos: Distribuição das cotas de açúcar pelo <i>Sugar Act</i> de 1948.	325
Gráfico 52: Estados Unidos: Distribuição das cotas de açúcar pelo <i>Sugar Act amendment</i> de 1961.	328
Gráfico 53: Estados Unidos: Correlação entre o preço “interno” e “externo” do açúcar em \$ (1929-2012).	332
Gráfico 54: Estados Unidos: Distribuição das cotas de açúcar pelo <i>Federal Agricultural Improvement and Reform (FAIR) Act</i> de 1996.	338
Gráfico 55: Estados Unidos: Consumo de calorias per capita/ano, por tipo de <i>Sweeteners</i> (2011).	342
Gráfico 56: Estados Unidos: Distribuição das cotas de açúcar safra 2013/2014.	343
Gráfico 57: Estados Unidos: Origem das importações de açúcar, por toneladas (1996-2013).	356
Gráfico 58: Estados Unidos: procedência das importações de açúcar bruto, em toneladas (2008-2013).	357
Gráfico 59: México: Dinâmica de abastecimento açucareiro, em toneladas (1961-2009).	358
Gráfico 60: México: Porcentagem do volume de açúcar exportado para os EUA sobre o total produzido (1997-2003).	358
Gráfico 61 Malásia: consumo e produção de açúcar, em mil toneladas (1961-2011).	372
Gráfico 62 Vietnam: consumo e produção de açúcar, em mil toneladas (1961-2011).	376
Gráfico 63: Camboja: consumo e produção de açúcar, em toneladas (1961-2011).	377
Gráfico 64: Tailândia: produção e consumo de açúcar, em toneladas (1961-2011).	386
Gráfico 65: Países selecionados (Cuba, Brasil, Austrália, Tailândia e Guatemala): exportação decenal de açúcar bruto, em toneladas (1991-2001 e 2001-2011).	389
Gráfico 66: Java: exportação de açúcar, em toneladas (1620-1794).	395
Gráfico 67: Java: exportação de açúcar, em toneladas (1820-1920).	398
Gráfico 68: Indonésia (Java): consumo e produção de açúcar, em toneladas (1810-2010).	400
Gráfico 69: Formosa (Taiwan): produção de açúcar, em toneladas (1901-2010).	406
Gráfico 70: Austrália e Fiji: produção e exportação de açúcar (1961-2011).	445
Gráfico 71 Austrália: exportação de açúcar por destino, em % (2013).	448
Gráfico 72: Austrália: país sede das empresas que produzem açúcar na Austrália (2013).	450
Gráfico 73: Maurício: produção de açúcar por tipo e por toneladas (2001-2011).	465
Gráfico 74: Ilha da Reunião: produção açucareira, em mil toneladas (1820-2010).	467

Gráfico 75: Natal: produção de açúcar, em toneladas (1894-1912).....	476
Taiwan e Zimbábue): exportação de açúcar para os Estados Unidos (2010).....	482
Gráfico 76: Grupo <i>Illovo</i> : produção de açúcar e presença de mercado (2013).	485

LISTA DE MAPAS

Volume I

Mapa 1: Estado de São Paulo: trabalhos de campo realizados.....	20
Mapa 2: Estado do Paraná: trabalho de campo realizado.....	22
Mapa 3: Estado de Minas Gerais: trabalho de campo realizado.....	24
Mapa 4: Estado de Goiás: trabalho de campo realizado.....	26
Mapa 5: Estado do Mato Grosso do Sul: trabalho de campo realizado.....	28
Mapa 6: Macrorregião Canavieira do Centro-Sul do Brasil: trabalhos de campo realizados. .	29
Mapa 7: Fazenda de Cana (CAMELINI, 2012).	37
Mapa 8: Bairro Rural do Pau d'Alinho, Piracicaba (MULLER, 1966).....	37
Mapa 9: O Quadrilátero do Açúcar (BRAY, 1989).....	38
Mapa 10: A área canavieira de Piracicaba e os Municípios do Setor Canavieiro de Porto Feliz (ARCHELA, 1987).....	39
Mapa 11: A produção de álcool no Estado de São Paulo nas áreas tradicionais e do PRÓ-OESTE, nos anos de 1974/1975, 1979/1980, 1987/1988, 1992/1993 e 1997/1998 (BRAY, FERREIRA e RUAS, 2000).	39
Mapa 12: Área Canavieira do Vale do Paranapanema (BRAY, 1980).	40
Mapa 13: Espaços canavieiros do Sudeste e Paraná (ANDRADE, 1994).	41
Mapa 14: Territorialidade da cana-de-açúcar nos principais estados produtores – Brasil, 1997 (THOMAZ JÚNIOR, 2002).	42
Mapa 15: Polígono do agrohidronegócio (THOMAZ JÚNIOR, 2010).	43
Mapa 16: Brasil: Produção regional de arroz e feijão (2010).....	49
Mapa 17: Produção mundial de beterraba – média da década (2001-2010).	52
Mapa 18: Produção mundial de beterraba – delta 2010-2010.	53
Mapa 19: Produção mundial de cana – média da década (2001-2010).....	56
Mapa 20: Produção mundial de cana (2010).	57
Mapa 21: Produção mundial de cana – delta 2001-2010.....	58
Mapa 22: Produção mundial de cana – delta relativo (%): 2001-2010.	60
Mapa 23: Produção mundial de cana – Taxa de Monocultura (2010).....	61
Mapa 24: Produção de cana – Taxa de Familiaridade (2010).	62
Mapa 25: Produção mundial de açúcar (2009).....	66
Mapa 26: Consumo mundial de açúcar (2009).....	68

Mapa 27: Consumo mundial de açúcar per capita, em quilos por ano (2010).	69
Mapa 28: Mundo: saldos e déficits açucareiros (2009).	70
Mapa 29: Mundo: países com déficit açucareiro (2009).	72
Mapa 30: Mundo: países com saldo açucareiro (2009).	73
Mapa 31: Mundo: importação de açúcar por países (média anual – 2001-2009).	80
Mapa 32: Mundo: importação de açúcar por países (2009).	81
Mapa 33: Mundo: importação de açúcar por países (delta 2001-2009).	82
Mapa 34: Mundo: exportação de açúcar (média anual 2001-2009).	85
Mapa 35: Mundo: exportação de açúcar (2009).	86
Mapa 36: Mundo: exportação de açúcar (delta 2001-2009).	87
Mapa 37: Mundo: exportação de açúcar refinado (média anual 2001-2009).	91
Mapa 38: Mundo: exportação de açúcar refinado (2009).	92
Mapa 39: Mundo: exportação de açúcar refinado (delta 2001-2009).	93
Mapa 40: Mundo: exportação de açúcar bruto (média anual 2001-2009).	95
Mapa 41: Mundo: exportação de açúcar bruto (2009).	96
Mapa 42: Mundo: exportação de açúcar bruto (delta 2001-2009).	98
Mapa 43: Mundo: exportação de açúcar: participação relativa do refinado e do bruto (média anual 2001-2009).	101
Mapa 44: Mundo: Exportação de açúcar: predomínio do refinado e do bruto (média anual 2001-2009).	102
Mapa 45: Mundo: rota de difusão da indústria açucareira.	103
Mapa 46: Macrorregiões Açucareiras Mundiais.	105
Mapa 47: Índia: Principais regiões canavieiras (2010).	112
Mapa 48: Índia: Principais destinos das exportações de açúcar (2001-2010).	121
Mapa 49: Mundo Árabe: três regiões açucareiras antigas: Mekran, Susiana e Vale do Nilo (séculos V a XV).	133
Mapa 50: Mundo Árabe: Formação das regiões açucareiras do Mediterrâneo (séculos VII a XV).	137
Mapa 51: Liga Árabe: Delta de importação de açúcar, em toneladas (2005-2011).	151
Mapa 52: Liga Árabe: Produção, consumo e importação de açúcar (2011).	152
Mapa 53: Creta, Ilhas Cíclades e Lícia: Reinos dos filhos de Zeus com a princesa Europa (c. 2000 a.C.).	161
Mapa 54: União Europeia: refinarias de açúcar, destilarias de etanol de beterraba e campos de beterraba: o <i>Beet Belt</i> (2010).	174
Mapa 55: União Europeia: fábricas de açúcar e campos de beterraba no <i>Beet Belt</i> (2010)... ..	175
Mapa 56: Europa: Taxa de Monocultura - produção de beterraba por km ² (2010).	176

Mapa 57: União Europeia: expansão territorial e produção de açúcar, em toneladas (safras 2000/2001, 2005/2006 e 2009/2010).....	188
Mapa 58: União Europeia: variação na alocação das cotas, em % (delta 2006-2011).....	189
Mapa 59: União Europeia: regionalização do continente e produção média de açúcar por fábrica, em toneladas (safra 2009/2010).....	200
Mapa 60: <i>Südzucker Group</i> – Territorialização das fábricas/refinarias de açúcar e ano da fundação (f.) ou aquisição (a.).....	203
Mapa 61: <i>Südzucker Group</i> : produção e participação sobre as cotas nacionais, em toneladas e em %, (safra 2012/2013).	205
Mapa 62: Nordzucker Group – Territorialização dos escritórios, fábricas e refinarias de açúcar (safra 2012/2013).....	208
Mapa 63: União Europeia, Grupo ACP e Grupo PMD: países signatários de acordos para fornecimento açucareiro APE/ACP (2000) e TMA/PMD (2001).	225
Mapa 64: União Europeia: participação na dinâmica açucareira mundial, em toneladas (delta 2005-2011).	230
Mapa 65: União Europeia: origem das importações de açúcar, em toneladas (2013).....	232
Mapa 66: Pequenas Antilhas: colonização e produção canavieira (1601-1700).	253
Mapa 67: Antilhas: Colonização e produção canavieira (1701-1800).	257
Mapa 68: Gran-Caribe: Imperialismo e produção canavieira (1801-1950).	268
Mapa 69: Gran-Caribe: da hegemonia insular à continental (1925-2005).	278
Mapa 70: Brasil: exportação de etanol – milhões de litros (2008).	286
Mapa 71: Gran-Caribe: Produção de cana por km ² (2010).	287
Mapa 72: Gran-Caribe: Globalização e produção canavieira (2010).	288
Mapa 73: Guerra civil norte-americana: Norte contra Sul (1861-1865).	302
Mapa 74: Estados Unidos: áreas de expansão territorial, com hidrografia principal (1783-1853).....	307
Mapa 75: Estados Unidos: a malha ferroviária (1870) e o <i>Sugar Trust</i> (1897).	308
Mapa 76: Estados Unidos: Distribuição das cotas de importação de açúcar, em <i>short tons raw value</i> (1962).....	331
Mapa 77: Estados Unidos: Distribuição das cotas de importação de açúcar, em <i>short tons raw value</i> (1982).....	336
Mapa 78: Estados Unidos: <i>Belts</i> Produtivos – Milho, Cana e Beterraba (2010).	341
Mapa 79: Estados Unidos: Tariff-Rate Quota (TRPs) (2010).....	349
Mapa 80: Sudeste Asiático: Colônias europeias no início do século XX (1914).....	365
Mapa 81: Australásia - áreas canavieiras de Queensland e Fiji (séculos XX e XXI).	418
Mapa 82: Micronésia, Melanésia e Polinésia.	426
Mapa 83: Colônias e repúblicas sul-africanas existentes em 1885.	473

Mapa 84: Sudeste Africano: Acordos Econômicos, territorialização do Grupo Illovo e nível de dependência sobre as exportações (2014).	490
--	-----

LISTA DE QUADROS

Volume I

Quadro 1: Estado de São Paulo: trabalhos de campo realizados.....	19
Quadro 2: Estado do Paraná: trabalho de campo realizado.....	21
Quadro 3: Estado de Minas Gerais: trabalho de campo realizado.....	23
Quadro 4: Estado de Goiás: trabalho de campo realizado.....	25
Quadro 5: Estado do Mato Grosso do Sul: trabalho de campo realizado.....	27

LISTA DE TABELAS

Volume I

Tabela 1: Produção mundial de cana e beterraba (delta 2001-2010).	64
Tabela 2: Brasil: exportação para o Mercado Livre Mundial, para os Estados Unidos e para a União Europeia, em US\$/kg (2014).	79
Tabela 3: Liga Árabe: Produção, consumo e “autossuficiência” de açúcar (2011).	149
Tabela 4: União Europeia: redução escalonada dos Preços de Referência e Mínimo Garantido ao Produtor (safras 2006/2007 a 2014/2015).	181
Tabela 5: UE-25: Safra açucareira por tipo de cota (A, B e C), em toneladas (safra 2005/2006).	184
Tabela 6: União Europeia: produção de açúcar e cota de açúcar por modalidade (A, B e C), em toneladas (safra 2005/2006).	185
Tabela 7: Reino Unido: cotas alocadas no primeiro <i>Commonwealth Sugar Agreement</i> (CSA), em toneladas (1951).	214
Tabela 8: União Europeia: cotas de exportação de açúcar pelo Protocolo do Açúcar, por país, em toneladas (situação em 2003).	216
Tabela 9: União Europeia: participação na dinâmica açucareira mundial (2005-2011).	229
Tabela 10: Caribe e Brasil: produção açucareira nas colônias, em toneladas (1760 e 1791).	262
Tabela 11: México, Guatemala, Colômbia e Cuba – Produção, consumo e exportação de açúcar (2010).	280
Tabela 12: Estados Unidos: Comparação entre os <i>Sugar Acts</i> de 1934 e 1948.	326
Tabela 13: Estados Unidos: Comparação entre os <i>Sugar Acts</i> de 1934, 1948 e a <i>amendment</i> de 1962.	330
Tabela 14: Estados Unidos: Cota de <i>Sugar Raw Import</i> (2010), por país de origem (<i>Allocation e Reallocation</i>).	348
Tabela 15: Estados Unidos: O <i>Central America Free Trade Agreement-Dominican Republic</i> (CAFTA+DR) e seu impacto sobre o fornecimento de açúcar (2010-2020).	352
Tabela 16: Império Britânico: tarifação alfandegária sobre o açúcar (1824-1836).	368
Tabela 17: Camboja: produção de açúcar e exportação para a União Europeia, em toneladas (2006-2012).	378
Tabela 18: Tailândia: produtividade canavieira – média nacional (1982, 1992, 2002 e 2012).	387
Tabela 19: Austrália: número de usinas, produção e produção média de açúcar (1876-1911).	431

Tabela 20: Austrália: plano de expansão regional da atividade açucareira em Queensland, em hectares (1962-1963).	440
Tabela 21: Países selecionados (Brasil, Maurício, Suazilândia, Cuba, Sérvia, Montenegro, Fiji e Austrália): exportação de açúcar para a União Europeia (2003, 2006, 2009 e 2012).	446
Tabela 22: Países selecionados (República Dominicana, Brasil, Filipinas, Austrália, Guatemala e Fiji): cota de exportação de açúcar para os Estados Unidos (2010).	447
Tabela 23: União Europeia: cotas de importação de açúcar estabelecidas pelo Protocolo do Açúcar (1975).	480
Tabela 24: Países selecionados (Brasil, Cuba, Argélia, Costa Rica, Suazilândia, Zâmbia, Moçambique, Camboja, Sudão, Nicarágua e Malauí): exportação de açúcar para a União Europeia (2009 e 2013).	481
Tabela 25: Países selecionados (República Dominicana, Brasil, Filipinas, Austrália, Guatemala, Argentina, Peru, Panamá, El Salvador, Colômbia, África do Sul, Nicarágua, Suazilândia, Costa Rica, Tailândia, Moçambique, Guiana, Maurício, Taiwan e Zimbábue): exportação de açúcar para os Estados Unidos (2010).	482

INTRODUÇÃO

Esta tese tem como objeto de análise o açúcar, sendo este abordado por meio das principais regiões açucareiras mundiais. Tem como escala temporal toda a história do açúcar, e como escala espacial o globo terrestre. Apresenta-se uma proposta de regionalização do espaço mundial, tendo por base a produção e o consumo dessa *commodity*. Sendo o açúcar um produto que exerce, e sempre exerceu, grande atração sobre a humanidade, este foi, desde o seu advento, avidamente consumido e difundido por diversos povos, em diferentes partes do planeta. Com o passar do tempo, culminou-se numa ampla rede de alcance mundial, solidamente articulada em torno desta mercadoria: o Mercado Mundial do Açúcar (MMA). Avaliar como se consolidou este longo processo, como se formaram os diversos territórios agrícolas especializados que o compõem e quais foram as sucessivas fases de seu desenvolvimento histórico são o objetivo central dessa tese. Especificamente no que diz respeito ao Brasil, apresenta-se seu território dividido entre duas Macrorregiões Açucareiras de escala mundial: a Macrorregião Canavieira do Centro-Sul do Brasil (a MRCCSB, tema central da tese) e o Nordeste Açucareiro. Apresenta-se, ainda, o modo como se deu e se dá a inserção do país neste setor específico da economia agrícola globalizada.

Para tanto a estrutura da tese se divide em Volume I e Volume II. O primeiro volume contém algumas notas relacionadas aos procedimentos metodológicos - entre os autores de referência podemos citar Hervé THERY e Eduardo GIRARDI - assim como aos principais embasamentos teóricos adotados neste tese - podemos citar as obras de Sandra LENCIONI, Rogério HAESBAERT, Christian GRATALOUP, Denise ELIAS e Ricardo CASTILLO. O Volume I traz ainda uma espécie de “dissertação” a respeito do desenvolvimento dessa atividade econômica em oito Macrorregiões Açucareiras estrangeiras de importância mundial, enfocando suas respectivas Geografias Históricas e Histórias Contemporâneas do açúcar. Por tratar as Macrorregiões na sequência cronológica em que foram criadas, deu-se o nome de “Périplo” a esta tese, uma vez que a difusão do açúcar pelo mundo se deu do Oriente para o Ocidente, sempre “viajando” para o Oeste. Os principais autores consultados para a elaboração deste primeiro volume são Prinsen GEERLINGS (microbiologista holandês, ex-Diretor Estação Experimental de Açúcar de Java, publicou em 1912 uma obra de grande importância sobre o tema); Edmund VON LIPPMANN (ex-funcionário químico da indústria beterrabeira alemã e fundador do Museu do Açúcar de

Berlim, após aposentar-se publicou em 1929 um inestimável compêndio sobre a história do açúcar); Jock GALLOWAY (Professor Emérito de geografia histórica pela Universidade de Toronto); Alice CANABRAVA (nascida em Araras-SP, em 1935 ingressou no curso de Geografia e História da recém fundada Universidade de São Paulo, onde em 1942 defendeu uma de suas primeiras teses de doutorado e em 1951 tornou-se sua primeira professora catedrática; em 1985 foi eleita Professora Emérita).

No Volume II são abordadas as duas Macrorregiões Açucareiras de escala mundial existentes no Brasil, dando-se maior ênfase à MRCCSB. Defende-se a tese de que, inserido na lógica até então proposta, qual seja, a da divisão do globo em 10 Macrorregiões Açucareiras, o Brasil conta com duas áreas distintas e que, em grande medida, se desenvolveram numa contraditória relação de solidariedade e concorrência. Tal competição, por vezes extremada, se deu tanto no plano político quanto no econômico, tendo sido o Instituto do Açúcar e do Alcool (1933-1990) seu grande intermediador. Os principais autores que apoiam nossa discussão a esse respeito são Maria Thereza PETRONE (professora de História Econômica da FFLCH/USP, foi esposa do professor de geografia Pasquale Petrone); Tamás SZMRECSÁNYI (ex-professor da ESALQ e UNICAMP, foi um dos fundadores da Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica); Gileno DÉ CARLI (pernambucano, foi agricultor, agrônomo, político, jornalista, historiador e presidente do IAA, tendo deixado vasta obra sobre o tema, entre as quais destacamos a última, escrita quando o autor contava com 88 anos de idade) e Sílvio Carlos BRAY (professor e pesquisador da UNESP/Rio Claro).

O que justifica termos escolhido o açúcar enquanto objeto de pesquisa é o fato deste pertencer à principal grande lavoura brasileira, isto é, àquela em cuja a participação do país se faz mais intensa entre as 12 lavouras mais cultivadas no mundo (Gráfico 1). Some-se a isso o gosto do autor pelo tema e o fato dele ser diabético.

Gráfico 1: Participação do Brasil sobre as doze principais lavouras mundiais (2010).

Assim sendo, no Capítulo 1 – ASPECTOS TÉCNICOS E METODOLÓGICOS DO TRABALHO, apresentamos os principais aspectos técnicos e metodológicos adotados durante o processo de pesquisa, sendo estes divididos em duas categorias básicas: os de cunho de gabinete e os de campo. Os aspectos relacionados à pesquisa de gabinete envolvem busca e leitura de textos e documentos em geral, assim como tabulação de dados e elaboração de cartogramas. Já os relacionados à pesquisa de campo compõem a parte empírica de contato do pesquisador com o objeto analisado, sendo especialmente importante para a interpretação do caso brasileiro. Cumpre destacar o uso da cartografia como método de pesquisa, voltada ao levantamento de hipóteses e procedimentos de trabalho, assim como forma de linguagem e comunicação visual, dotada de intrínseco discurso geográfico.

No Capítulo 2 – ASPECTOS TEÓRICOS E CONCEITUAIS DO TRABALHO é feita uma discussão conceitual envolvendo algumas interpretações possíveis acerca do emprego dos dípticos região/regionalização e período/periodização, voltadas à análise teórica de nosso objeto de estudo. Colocadas como indissociáveis e complementares, as relações entre tempo e espaço orientam a concepção deste trabalho.

No Capítulo 3 – O MERCADO MUNDIAL DO AÇÚCAR são feitas, inicialmente considerações a respeito das duas principais matérias-primas empregadas na fabricação do açúcar, a saber, a cana-de-açúcar e a beterraba. Num segundo momento são avaliados, por meio de sua distribuição desigualmente feita pelo espaço global, os fenômenos relacionados à produção e ao consumo desta mercadoria. Em seguida, são abordadas as características mais marcantes da comercialização do produto, para, por fim, ser feita a proposta de regionalização do espaço açucareiro mundial sobre a qual a tese se debruça.

No intuito de apresentar os principais eixos e rumos do processo já duas vezes milenar de difusão do açúcar por meio da atuação de agricultores, industriais e comerciantes, dividiu-se o planeta em dez zonas basilares para a compreensão desse fenômeno. Daí por diante são abordadas a geografia histórica e a história contemporânea destas Macrorregiões Açucareiras, abordadas de acordo com a sequência cronológica em que estas foram se tornando relevantes ao mundo ocidental. São assim abordados, cada qual em um capítulo específico: o Subcontinente Indiano (Capítulo 4 – O açúcar enquanto manufatura), Mundo Árabe (Capítulo 5 – O açúcar enquanto mercadoria), Europa (Capítulo 6 – O açúcar enquanto indústria), Gran-Caribe (Capítulo 7 – O açúcar enquanto domínio), Estados Unidos (Capítulo 8 – O açúcar enquanto império), Sudeste Asiático (Capítulo 9 – O açúcar enquanto retorno), Australásia (Capítulo 10 – O açúcar enquanto regularidade) e Sudeste Africano (Capítulo 11 – O açúcar enquanto futuro?).

Sendo a área endêmica da cana-de-açúcar o Arquipélago Malaio (também conhecido como Insulíndia ou Insulásia), esta planta era, a princípio, consumida diretamente, por meio de sua mastigação e consequente extração de seu caldo, rico em fontes nutricionais. Os povos pré-históricos promoveram sua disseminação entre as ilhas da Oceania e também pelo Sudeste Asiático, até que esta alcançou o Subcontinente Indiano. Aí foram feitos os primeiros registros escritos de seu consumo, no Vale do Ganges, motivo pelo qual esta macrorregião foi a primeira a ser abordada neste estudo. Da Índia antiga o conhecimento e a prática da canavicultura voltada à obtenção de melaço e de açúcar (*gur*), ainda precariamente solidificado, difundiram-se para a Pérsia. Os persas trataram de desenvolver uma técnica mais apurada de tratamento do caldo fervido da cana, logrando a fabricação de um produto seco e mais apto ao transporte, o chamado pão-de-açúcar (*khand*). A partir de suas expedições ao Oriente Próximo, os europeus tomaram contato com o sabor adocicado daquela mercadoria ainda rara, passando a se interessar cada vez mais pelo seu conhecimento e, posteriormente,

dedicando-se à sua obtenção. Ao colonizarem o continente americano, os europeus estabeleceram uma notável indústria açucareira no Caribe, a partir de onde sua fabricação expandiu-se aos Estados Unidos. Diante de um contexto de colonialismo tardio, novas regiões açucareiras de caráter mundial são criadas a partir do estabelecimento de vínculos políticos e econômicos com o Ocidente. Dentre estes, destacamos os ocorridos no Sudeste Asiático, na Australásia e no Sudeste Africano.

Deixou-se o Brasil propositadamente para o final, para que, no Capítulo 12 – A MACRORREGIÃO CANAVIEIRA DO CENTRO-SUL DO BRASIL: O AÇÚCAR ENQUANTO GLOBALIZAÇÃO, pudessem ser feitas as considerações correspondentes ao caso brasileiro de maneira subsidiada pelo conhecimento prévio das demais Macrorregiões Açucareiras mundiais abordadas nos capítulos precedentes. Dentro desse capítulo propõe-se a existência da Macrorregião Canavieira do Centro-Sul do Brasil (MRCCSB) e do Nordeste Açucareiro, sendo a primeira atualmente hegemônica na dinâmica açucareira mundial.

Por fim, são apontadas as conclusões e as considerações finais que esta pesquisa nos permitiu alcançar, pretendendo-se com isso ter colaborado para um melhor entendimento acerca da questão açucareira mundial. Ao final, são pouco mais de 800 páginas, 150 mapas, 100 gráficos e 50 tabelas.

1

ASPECTOS TÉCNICOS E METODOLÓGICOS DO TRABALHO

1.1 Metodologia

Os procedimentos de investigação científica associados à elaboração desta pesquisa se dividiram em duas categorias, essencialmente diferentes e complementares: pesquisa de gabinete e pesquisa de campo. Dessa forma, o texto final pode ser considerado como o resultado da combinação dessas duas modalidades de investigação.

Entre os procedimentos de investigação associados à pesquisa de gabinete encontraram-se o levantamento e a leitura crítica de bibliografia teórica referente às ciências humanas (sobretudo à geografia humana) e de bibliografia específica, relativa ao tema estudado. Houve também a coleta e tabulação de dados, assim como a confecção de mapas, gráficos e tabelas – atividades que igualmente se inserem nesse âmbito de gabinete.

A leitura da bibliografia teórica teve como objetivo a construção de um referencial teórico-conceitual que embasasse a análise realizada. Já o levantamento da bibliografia específica permitiu fazermos um recorte do tema sob a ótica de um conteúdo mais abrangente. O resultado esperado era que ambas as modalidades de leitura (teórica e específica) aparecessem entrecruzadas, de forma a complementarem-se mutuamente. Em outras palavras, privilegiou-se uma abordagem conceitual-geográfica *diluída* ao longo do corpo do trabalho.

Assim, principalmente no que diz respeito às leituras de caráter histórico, vinculadas às peculiaridades da formação de grandes regiões canavieiras e a cada uma das subparcelas que as compõem, tomadas isoladamente, a literatura *específica* exigiu o levantamento de um grande acervo de livros, teses e artigos, condição *sine qua non* para a articulação entre *teoria(s) geográfica(s)* e *objeto de estudo*.

Desse modo, parte considerável da busca de material (físico e digital) deu-se em grandes bibliotecas, tais como as das três universidades estaduais paulistas (USP, Unesp e Unicamp), de universidades de outros Estados e vinculadas ao governo federal, assim como

institutos de pesquisas de economia agrícola (UFSCAR, UEL, UFMS, UFGD, UFTM, UFG e UEG).¹ Bancos de teses de universidades localizadas nas macrorregiões açucareiras não-brasileiras também foram consultadas, procedimento válido para a Europa, Estados Unidos, África do Sul, Austrália e Índia, entre outros.

Atualmente, pode-se considerar que a atualização permanente sobre o tema específico que tratamos requer o acompanhamento sistemático acerca da dinâmica de construção e reconstrução do território canavieiro nacional, em uma conjuntura internacional de veloz modernização, expansão e reformulação da atividade, cujas novidades surgem no dia a dia. Nesse sentido, talvez a melhor forma de se manter informado seja pelo acompanhamento das publicações feitas em periódicos especializados, sobretudo por meio de revistas e jornais especificamente voltados ao setor, bem como pelas constantes publicações veiculadas em páginas da internet, revistas e mesmo *mailing lists*.²

Vale destacar o uso da internet como importante ferramenta de difusão de conhecimento e informação, motivo pelo qual consultá-la regularmente tornou-se indispensável ao desenvolvimento da pesquisa. Diante do processo de aceleração contemporânea e, por que não dizer, da compressão tempo-espacial da vida e do processo de pesquisa acadêmica, nos pareceu que as novas possibilidades colocadas pela *web* (*world wide web*, a rede mundial de computadores) são de inegável proveito aos pesquisadores, colocando à sua disposição uma grande quantidade de livros, artigos, debates e informes *on-line*. Enciclopédias de caráter universal também podem ser acessadas de forma eletrônica, tais como a Britânica ou mesmo a Wikipédia, que em certas situações são de evidente apoio. Enfim, a internet facilita bastante o acesso a dados e relatórios, uma vez que disponibiliza informações da Europa, dos Estados Unidos e de diversos outros países por via de uma rápida consulta. Assim, representa clara economia de tempo (e de dinheiro) gasto com procedimentos metodológicos acessar, por exemplo, o arquivo completo do *Diário Oficial da União*, ou o acervo histórico legislativo nacional a partir de arquivos digitais disponíveis *on-line* 24 horas por dia. No limite, podemos acessar o banco de dados da FAO sem irmos à Roma, ou o do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio sem irmos à Brasília.

¹ Boa parte dessas instituições mantém bancos de teses disponíveis *on-line* na internet.

² O *Jornal Cana*, editado em Ribeirão Preto e de tiragem mensal, foi a mais completa a que tivemos acesso, porém não é única referência a ser consultada.

É preciso salientar também que a participação em encontros, congressos, simpósios e reuniões científicas foi, em geral, de grande importância para o desenvolvimento desta pesquisa. Esses momentos são propícios para a realização de uma revisão do encaminhamento geral do trabalho, seja no sentido de estimular uma pertinente autocrítica avaliativa dos rumos tomados, seja por sua exposição para a contribuição de críticas e sugestões provenientes dos colegas estudiosos da área. Nesse sentido, tais reuniões cumprem ainda a função de contextualizar o pesquisador em relação àquilo que a comunidade científica na qual está inserido vem produzindo sobre o tema e objeto do seu interesse, assim como os assuntos transversais com alto potencial de ampliar ou esclarecer os limites inicialmente propostos para sua própria pesquisa.

Enfim, o contato direto entre pesquisadores que investigam temas semelhantes ou correlatos deve ser sempre visto como um proveitoso intercâmbio que ultrapassa os limites do conhecimento científico em si. Isso possibilita o salubre diálogo com os pares, que contribuiu para a criação de uma rede de solidariedade acadêmica e para o fortalecimento da comunidade científica.

Em geografia, a pesquisa de campo adquire importância fundamental, uma vez que possibilita uma apreensão muito mais completa do tema e do objeto que se quer abordar. O descortinar da realidade investigada jamais seria o mesmo quando totalmente desprovido do contato *tête-à-tête*, quando não se viu, ouviu, indagou, percebeu e apreendeu aspectos da paisagem e dos habitantes que animam o espaço pesquisado.

Entre os procedimentos de campo, destacamos a realização de entrevistas com variados agentes, inseridos por diversos meios no processo de expansão da agroindústria canavieira brasileira: de cortadores de cana a usineiros, de políticos a técnicos, de ruralistas a ambientalistas. O recolhimento de depoimentos, a troca de ideias, a observação participativa, as conversas temáticas e as abordagens semidirigidas e a tradicional “leitura da paisagem” foram subsídios essenciais para a captação dos elementos formadores desse dinâmico processo de transformação socioespacial atualmente em operação. Percorrer as principais zonas de expansão e consolidação dessa lavoura no Brasil, avaliando criticamente seus impactos, contrastes e contradições, consolidou-se como elemento de fundamental importância para a melhor composição do trabalho investigativo e também para o processo de redação da tese em sua versão definitiva.

Por último, cumpre salientar que a documentação fotográfica também foi atividade bastante valorizada nas etapas prévias deste trabalho, que ao focar diversos aspectos produtivos, sociais e ambientais vinculados a essa atividade, suscitaram e realçaram diversas das questões posteriormente apresentadas em forma de texto. É preciso ainda acrescentar que o contato *in loco* com o objeto de estudo nos pareceu indispensável para a ocorrência de alguns *insights*, que de outra forma certamente não teriam acontecido, impossibilitando um melhor conhecimento da realidade que nos propusemos a estudar.

1.2 Pesquisa de gabinete

A metodologia de trabalho desenvolvida no âmbito de gabinete destaca como elementos centrais, além da revisão bibliográfica já mencionada, também a obtenção e a tabulação de dados e informações estatísticas, assim como a elaboração de material gráfico e cartográfico.

1.2.1 Fonte e base de dados – referências circunstanciadas

Uma pesquisa baseada apenas em dados estatísticos quantitativos pode ser limitada por não apreender aspectos importantes da realidade. Porém, a principal vantagem desse método investigativo talvez seja a possibilidade de confrontar diversos espaços a partir de um mesmo procedimento de análise, permitindo, assim, um estudo de *geografia comparada*. Isso porque esses dados podem ser cartografados, gerando visualizações de diversos fenômenos, que de outra forma não seriam tão facilmente notados. Uma vez convertidos os números e as tabelas em mapas, torna-se possível visualizar espacializações e regionalizações que auxiliam a identificação de determinados fenômenos e tendências territoriais.

Os dados utilizados em apoio ao discurso construído nesta pesquisa são provenientes de fontes cuja metodologia de coleta e divulgação é amplamente conhecida, e que estão disponíveis na internet para uma melhor avaliação acerca de sua confiabilidade. São provenientes basicamente dos bancos de dados extraídos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA),

Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), Sistema de Análise das Informações de Comércio Exterior (ALICE/Web-MDIC), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA) e Market Access Database da União Europeia (MADB), entre outros. Desnecessário enfatizar que a legitimidade de tais organismos e instituições é amplamente reconhecida, e que sua produção de dados primários e sua divulgação gratuita são a base para inúmeros trabalhos com a temática aqui abordada.

Além do mais, consolidando os dados de forma cronológica, é possível observar como as variações e os deslocamentos espaciais ocorreram ao longo do tempo. Tal perspectiva contribui, assim, para revelar uma realidade essencialmente dinâmica e mutante com a qual se relacionam, no caso específico desta pesquisa, os mercados produtor e consumidor de açúcar e álcool no mundo. Servem como ponto de partida para análises subsequentes, estas sim mais aprofundadas e que demandam a ampla revisão bibliográfica de aspectos econômicos, sociais, políticos e mesmo ambientais.

Por fim, notamos que esses dados estatísticos não são nem devem ser entendidos como a realidade em si; sequer são completamente exatos. Fica evidente, no entanto, o esforço existente para que sejam os mais confiáveis, transparentes e precisos, na medida do possível.

Além desse grande volume de estatísticas ditas “oficiais”, há também uma série de fontes de informações vinculadas especificamente ao setor sucroalcooleiro, ou correlatas. Destacam-se, entre outras, as bases de dados da União da Indústria de Cana-de-Açúcar (UNICA), da União dos Produtores de Bioenergia (UDOP) e da *International Sugar Organization* (ISO). Disponibilizam ainda outras informações importantes alguns institutos (por exemplo, o Instituto de Economia Agrícola do Estado de São Paulo – IEA/SP), associações (como a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores – Anfavea), empresas (por exemplo, Ideonline), organizações não governamentais (como a Repórter Brasil), bancos (Itaú BBA), redes de usuários (Jusbrasil) e instituições públicas (IpeaData), também contribuindo com informações centrais ao debate desta tese.

Diversos desafios são encontrados no processo de depuração das várias informações colhidas. Um deles provém da necessidade de sistematizar as informações recebidas, formando uma metodologia única de análise.

Como se notará ao longo deste trabalho, ao redor do mundo e no percurso da história, o sistema de pesos e medidas sempre foi bastante heterogêneo, sendo, nesses casos, feita a conversão ao padrão utilizado no Brasil. Nesse sentido, medidas de área, como acres e rais, por exemplo, foram convertidas para hectares; medidas de massa, como arrobas, *pounds*, *bushels*, *piculs* e toneladas curtas, foram transformadas no equivalente em quilos ou toneladas; medidas de volume, como os *gallons* norte-americanos, resumiram-se a litros.

Novamente aparecem discrepâncias a serem sanadas, ou ao menos amenizadas, por meio de uma sistematização em unidades comparáveis. É o caso da conversão de todos os valores e moedas para reais brasileiros ou dólares norte-americanos equivalentes, o que é feito com apoio das taxas de câmbio fornecidas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI).

Outro exemplo refere-se à periodização dos dados, havendo informações disponibilizadas por anos civis, anos fiscais e anos agrícolas. Os diversos calendários com parâmetros distintos utilizados ao redor do mundo foram, sempre que possível, adaptados para a geração de dados mais compatíveis e comparáveis entre si.

Outra problemática enfrentada no curso desta pesquisa referiu-se ao modo de classificação das *commodities* globais. Alguns países optam por utilizar o Sistema Harmonizado de Designação e Codificação de Mercadorias (*Harmonized Commodity Description and Coding System* – SH), da Organização Mundial das Aduanas (OMA). Outros utilizam para sua classificação o Padrão Internacional de Classificação Comércio, Revisão 3 (*Standard International Trade Classification, Revision 3* – SITC), da própria ONU. Assim, essas informações também careceram de ser unificadas sob uma única maneira de classificação e tratamento dos dados, plausível de gerar um banco dotado de coesão informacional.

Por fim, um último desafio encontrado durante a elaboração dessas bases estatísticas advém do fato de que, ao longo da história política, surgirem novos territórios, sejam estes municípios, Estados ou países. Por meio dos desmembramentos e

remembramentos territoriais, áreas emergiram ou desapareceram ao longo do período analisado. São exemplos clássicos, no caso brasileiro, o Mato Grosso e o Mato Grosso do Sul, Goiás e Tocantins, entre outros. Na esfera internacional são exemplares os casos da União Soviética, da União Europeia, da Iugoslávia e, mais recentemente, do Sudão do Sul.

1.2.2 Notas cartográficas

A elaboração do material cartográfico não ambiciona algo complexo. O que se busca é contribuir com esse tipo de informação espacial no âmbito das pesquisas geográficas que tratam da questão açucareira no mundo e, em particular, da canavieira no Brasil. No bojo do esforço interpretativo do material levantado, a geração de mapas é um importante recurso metodológico, servindo como ponto de partida para uma série de análises posteriores (a ideia do mapa *a priori*). O material cartográfico pode ser considerado, assim, um potente instrumento possibilitador de análises comparativas entre municípios, Estados, países, continentes e, sobretudo, regiões.

A referida técnica do mapa *a priori* permite ao pesquisador atentar para fenômenos e dinâmicas espaciais que, de outro modo, poderiam passar despercebidos na análise. Como coloca Girardi (2014, p. 312), em sua proposição por uma Cartografia Geográfica Crítica (CGC):³

A visualização cartográfica fornece os fundamentos para utilizar o mapa como instrumento de exploração dos dados, descoberta de novas informações, padrões, rupturas, simetrias e dissimetrias no espaço geográfico [...] a elaboração de modelos [cartográficos] deve fazer parte da investigação geográfica. As técnicas devem possibilitar que o processo de mapeamento promova descobertas.

Em suma, o vínculo possível de se estabelecer entre informação geográfica e mapeamento temático coloca-se como interessante opção metodológica, uma vez que se firma como instrumento enriquecedor da análise passível de ser feita e como elemento suscitador de novas questões e inquietações.

³ O autor publicou, ainda, o *Atlas da questão agrária brasileira, on-line*. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/nera/atlas/cgc_d.htm>. Acesso em: 21 mar. 2013.

A opção pelo uso de mapas em trabalhos de geografia que compartilham de semelhante viés analítico, como o adotado por este estudo, nos parece fundamental para a obtenção de melhores resultados investigativos. De acordo com Bertin (1973, p. 2), os mapas cumprem a função de ser “[...] um dos sistemas de signos básicos concebidos pela mente humana para armazenar, entender e comunicar informações essenciais. Como uma ‘linguagem’ para o olho”. A cartografia pode e deve ser entendida, nesse sentido, como uma forma de comunicação visual que transmite mensagens de conteúdo geográfico de maneira alternativa e complementar à análise textual.

Neste sentido, a principal forma de tratamento dos dados estatísticos coletados foi sua tabulação em Excel, incluindo-se a prática da tabulação cruzada, na qual as informações são manipuladas sempre no intuito de extrair delas os melhores resultados gráficos possíveis. O resultado do processamento inicial dos dados primários deu origem a um novo banco de dados, que se dividiu basicamente entre resultados expressos em *valores absolutos* ou *valores relativos*.

Nesse aspecto, é importante retomar o pressuposto de Archela e Théry (2008), segundo o qual os dados (ou variáveis) podem ser divididos – e, conseqüentemente, gerar mapas diversos – da seguinte maneira, de acordo com alguns aspectos de sua “natureza”:⁴

1) São chamadas variáveis ordenadas quando permitem uma classificação visual segundo uma variação progressiva. (§ 18)

Os mapas coropléticos são elaborados com dados quantitativos e apresentam sua legenda ordenada em classes conforme as regras próprias de utilização da variável visual valor por meio de tonalidades de cores ou, ainda, por uma sequência ordenada de cores que aumentam de intensidade conforme a sequência de valores apresentados nas classes estabelecidas [...] São indicados para expor a distribuição das densidades (habitantes por quilômetro quadrado), rendimentos (toneladas por hectare) ou índices expressos em percentagens, os quais refletem a variação da densidade de um fenômeno (médicos por habitante, taxa de natalidade, consumo de energia) ou, ainda, outros valores que sejam relacionados a mais de um elemento. (§ 25)

2) Variações quantitativas se traduzem somente pela variável visual tamanho. (§ 16)

⁴ Disponível em: <<http://confins.revues.org/3483?&id=3483>>. O texto está disposto por parágrafos numerados (§).

Os fenômenos quantitativos são representados pela variável visual tamanho e podem ser implantados em localizações pontuais do mapa ou na implantação zonal, por meio de pontos agregados [...] Os mapas de símbolos proporcionais representam melhor os fenômenos quantitativos e constituem-se um dos métodos mais empregados na construção de mapas com implantação pontual. Esses mapas são utilizados para representar dados absolutos tais como população em número de habitantes, produção, renda, em pontos selecionados do mapa. Geralmente utiliza-se o círculo proporcional aos valores que cada unidade apresenta em relação a uma determinada variável. (§ 26)

Seguindo essa convenção, os dados absolutos receberam tratamento cartográfico basicamente por meio de círculos proporcionais e os relativos, pelo método coroplético. Entre alguns exemplos de dados cartografados dessa maneira, pode-se citar, por exemplo:

Dados absolutos

- Brasil: área canavieira por município, em hectares (2010).
- União Europeia: produção de açúcar por país, em toneladas (2001).
- EUA: origem das importações de açúcar, em toneladas (1962).
- Brasil: delta⁵ de expansão canavieira por municípios: 2001-2010 (variação em hectares).

Dados relativos

- Caribe: Taxa de Monocultura Canavieira, produção de cana por km² (2010).
- EUA: produção agrícola, por faixas de área (2010).
- Antilhas: áreas de colonização recente e áreas de colonização antiga (século XVIII).
- Brasil: delta de expansão canavieira por municípios: 2001-2010 (variação em %).

Com relação aos *softwares* utilizados para a elaboração cartográfica, estes foram três: EXCEL 2007, PHILCARTO 5.6 e ADOBE ILLUSTRATOR CS5. Os dados foram

⁵ A ideia de “delta”, amplamente empregada nesta tese, refere-se a “variação” ou “diferença” verificada em determinada variável ao longo de determinado período de tempo.

tabulados com o intuito de formar um banco compatível com as informações expressas nos mapas. Em seguida, por meio do Philcarto,⁶ as informações em formato de tabela foram convertidas para mapas, numa versão ainda provisória. Depois, por meio do programa Adobe Illustrator, foi feita a pós-produção do cartograma, na qual os detalhes foram acertados a fim de lhe conferir a versão definitiva, capaz de transmitir mais eficientemente as informações geográficas selecionadas. Única exceção a ser mencionada refere-se aos mapas de territorialização das usinas e dos grupos sucroenergéticos atuantes na MRCCSB, cuja confecção se deu por meio do programa Quantum GIS (versão 1.8 Lisboa). Trata-se de um software livre, cujas possibilidades de uso são bastante amplas na elaboração de material cartográfico.

Para os mapas de escala mundial utilizou-se como base a projeção cartográfica de Eckert III, adaptada de modo a excluir a Antártica (área irrelevante para as finalidades deste trabalho). Essa projeção foi desenvolvida por Max Eckert, cientista alemão, e publicada pela primeira vez em 1906. Trata-se, em linhas gerais, de uma projeção eurocêntrica, cujo meridiano central passa, portanto, em Greenwich. Seus paralelos são uniformemente espaçados a cada 30°, tendo como ponto médio a linha do Equador. Os polos são planos.⁷ Para os mapas focados no Brasil foram utilizadas as bases cartográficas disponibilizadas pelo IBGE, cujas unidades territoriais são: Municípios, Microrregiões, Mesorregiões e Unidades da Federação. Estas têm como referência a Base Cartográfica Contínua Digital do Brasil ao milionésimo (BCIM), escala 1:1.000.000. Suas características centrais podem ser assim resumidas: Datum horizontal: SIRGAS 2000; Datum vertical: Imbituba; Meridiano de referência 54° W. Gr; Paralelo de referência 0°.⁸

Para concluir este item, pode-se estabelecer um claro vínculo entre informação geográfica e mapeamento temático, colocando-se a cartografia como interessante opção metodológica, elemento suscitador de novas questões e inquietações, instrumento enriquecedor da análise, além de forma de comunicar resultados. O mapa, portanto, apresenta-

⁶ O *software* Philcarto, desenvolvido por Philippe Waniez, é livre e pode ser obtido em: <<http://philcarto.free.fr>>.

⁷ Disponível em: <http://wiki.gis.com/wiki/index.php/Eckert_III_projection>. Acesso em: 28 ago. 2014. A base cartográfica está disponível em: <<http://philcarto.free.fr/FondsMonde/planispheres.htm>>. Acesso em: 28 ago. 2014.

⁸ A base cartográfica está disponível em: <http://downloads.ibge.gov.br/downloads_geociencias.htm>. Acesso em: 28 ago. 2014.

se neste trabalho como um ponto de partida (ao possibilitar o levantamento de novas questões para análise), assim como um ponto de chegada (ao figurar como mensagem geográfica vinculada ao corpo desta tese). Deste modo, podemos afirmar que os dados coletados foram retrabalhados e os indicadores finais foram convertidos em tabelas, gráficos e mapas temáticos (infografias), ficando estes dispostos ao longo do texto, configurando-se assim como parte do discurso geográfico sustentado por esta tese.

1.3 Pesquisa de campo

A parte empírica de reconhecimento do objeto central desta pesquisa foi realizada por meio de trabalhos de campo e representou considerável esforço em direção a um maior entendimento da realidade analisada. Estes levantamentos representaram uma enorme contribuição qualitativa para a pesquisa, sendo no entanto, inviável delimitar o peso quantitativo dos mesmos no resultado final obtido. É certo porém, que a não realização destas etapas de pesquisa nos deixaria numa posição bastante fragilizada, possivelmente inviabilizando-nos de ter suscitado diversos questionamentos dos quais partimos e conclusões às quais chegamos.

Foram realizadas pesquisas de campo nas cinco unidades da federação que participam da MRCCSB, mas sobretudo no Estado de São Paulo, onde se concentra a maior parcela dos canaviais. Indiretamente, viagens feitas à França, Costa Rica e Colômbia também contribuíram para o processo de amadurecimento de algumas das ideias contidas nesta tese.

A seguir apresentamos os mapas referentes aos itinerários seguidos no campo, nos Estados de São Paulo, Paraná, Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso do Sul.

1.3.1 Estado de São Paulo

O Estado de São Paulo representa aproximadamente 70% da cana produzida na MRCCSB, 60% no Brasil e 25% no mundo. Trata-se, portanto, da principal área produtora do país e, por que não dizer, do mundo também.

Todo o Estado foi visitado, com prioridade às áreas canavieiras do “leste paulista”, Ribeirão Preto e Piracicaba. Nestas duas áreas – que têm importância não apenas histórica, mas também contemporânea – as incursões de trabalhos de campo foram mais constantes: quatro viagens para a região de Piracicaba e oito para a de Ribeirão Preto.

As diversas viagens para a região de Ribeirão Preto se justificaram pelo fato de ela ser atualmente o ponto central da atividade canavieira em São Paulo, no Centro-Sul do país e mesmo no Brasil, de modo geral. Por isso foi eleita como locus preferencial de nossa pesquisa de campo. Dali originaram-se muitas das observações, constatações, percepções e informações colocadas neste estudo.

Nossa pesquisa acadêmica nesta região iniciou-se em 2002 com um trabalho sobre Toponímia Regional, prosseguindo em 2005 com a Iniciação Científica (PIBIC/CNPq) e se intensificou em 2007 com o Trabalho de Graduação Individual⁹ e, ainda mais, em 2010, com a conclusão da pesquisa de Mestrado).¹⁰ Entre 2010 e 2014, durante a consecução da pesquisa de doutorado, foram realizadas mais oito viagens à região.

Nessa etapa do campo foram visitados diversos municípios inseridos num triângulo imaginário cujos vértices aproximados seriam Jaboticabal, Igarapava e Santa Rita do Passa Quatro. Foram percorridas as zonas rurais (e, às vezes, as urbanas também) de municípios como Sertãozinho, Pradópolis, Guariba, Guataporã, Barretos, Guaíra, Orlândia, Morro Agudo, São Joaquim da Barra, Batatais, Serrana, Santa Rosa do Viterbo, Serra Azul e Mococa, entre outros.

A região de Piracicaba mereceu um grande número de viagens por se tratar da mais antiga área canavieira em atividade na MRCCSB. Sua raiz remonta ao “Quadrilátero do Açúcar” proposto por Petrone (1968). Duas das quatro viagens à região foram realizadas entre Itu e Piracicaba pela chamada “Rodovia do Açúcar” (com paradas em Salto, Elias Fausto, Indaiatuba, Capivari, Rafard, Mombuca e Rio das Pedras); uma exclusivamente para a cidade de Piracicaba e outra para os municípios limítrofes: Santa Bárbara d’Oeste, Iracemápolis e Limeira. Nesta última viagem foram visitadas exclusivamente usinas canavieiras já fechadas

⁹ Pesquisas de IC e TGI intituladas “Morro Agudo: o maior produtor de cana-de-açúcar do Brasil – Inter-relações entre local, regional, nacional e global”.

¹⁰ Dissertação intitulada “Aceleração do tempo e encurtamento das distâncias – o histórico papel das técnicas no processo de interiorização e modernização da canavieira paulista: séculos XVI a XXI”.

(que são muitas), cuja atividade produtiva encerrou-se em algum momento do passado. A viagem foi de extrema importância para a consolidação do conceito de “Zona de Saturação Canavieira”, exposto mais adiante.

O trabalho de campo em terras paulistas estendeu-se também por dois eixos canavieiros que interligam as duas regiões canavieiras de Piracicaba e Ribeirão Preto. Eles conformam, respectivamente, os limites leste e extremo leste da MRCCSB. Estas zonas alinham-se entre Araras, Leme e Pirassununga (centrada na rodovia SP-330 Anhanguera, mas com extensões para Descalvado e Santa Cruz das Palmeiras) e entre Itapira, São João da Boa Vista e Tapiratiba (centrada na rodovia SP-340 Adhemar de Barros).

Na região Centro-Paulista foram percorridas as zonas canavieiras de Araraquara (duas vezes), Catanduva (duas vezes), Jaú (uma vez), Ourinhos (uma vez) e Novo Horizonte (uma vez). Trata-se de uma zona onde a atividade canavieira teve início preponderantemente no segundo pós-guerra (1945), período em que foram fundadas muitas usinas na região.

No que diz respeito à região canavieira do Oeste Paulista, em novembro de 2009 foi realizado um grande trabalho de campo, por meio do qual foi possível percorrer boa parte de sua área. Em torno do município de São José do Rio Preto, visitou-se Olímpia, José Bonifácio, Ubarana, Nhandeara e Monções. Próximo a Araçatuba, foram visitados os municípios de Promissão, Penápolis, Brejo Alegre, Clementina, Bento de Abreu, Valparaíso, Lavínia, Suzanópolis, Sud Mennucci, Auriflama e General Salgado. Em relação à região de Assis, foram visitados os municípios de Tarumã, Maracá, Paraguaçu Paulista, Borá e Quatá, importantes centros canavieiros. O município de Presidente Prudente e seus vizinhos Rancharia e Martinópolis também foram percorridos nessa viagem, assim como Tupã, Parapuã, Pacaembu e Adamantina, estes localizados na antiga zona da Alta Paulista. Em 2012, nova viagem ao Oeste Paulista foi realizada, especificamente para a área de Andradina e entorno: Mirandópolis, Castilho, Pereira Barreto e Ilha Solteira. Em 2013, foi realizada nova incursão por terras paulistas, partindo de Nantes, na divisa com o Paraná, até a capital. Percorreu-se os municípios de Iepê, Paraguaçu Paulista, Marília, Garça, Bauru, Jaú, Barra Bonita, São Manuel e Botucatu.

O Oeste Paulista é a região canavieira mais nova do Estado de São Paulo, tendo se formado a partir do Programa Nacional do Alcool (Proálcool). Seu crescimento enquanto

zona canavieira foi retomado na última década, com os novos estímulos conferidos aos biocombustíveis.

Quadro 1: Estado de São Paulo: trabalhos de campo realizados.

Estado de São Paulo: trabalhos de campo (2009-2014)			
Sub-região MRCCSB	Município (s) Central (is)	Municípios visitados	Delimitação IBGE
Ribeirão Preto	Ribeirão Preto	Sertãozinho, Pradópolis, Guariba, Guataporá, Jaboticabal, Barretos, Igarapava, Guaíra, Orlândia, Morro Agudo, São Joaquim da Barra, Batatais, Serrana, Santa Rosa do Viterbo, Serra Azul, Mococa e Santa Rita do Passa Quatro	Mesorregião Ribeirão Preto
Piracicaba	Piracicaba	Itu, Salto, Elias Fausto, Indaiatuba, Capivari, Rafard, Mombuca, Rio das Pedras, Santa Bárbara d' Oeste, Iracemápolis e Limeira	Mesorregião Piracicaba
Borda Leste	Araras São João da Boa Vista	Leme, Pirassununga, Descalvado, Santa Cruz das Palmeiras, Itapira, São João da Boa Vista e Tapiratiba	Mesorregião Campinas
Centro Paulista	Araraquara Jú Ourinhos	Catanduva, Novo Horizonte, Barra Bonita, São Manuel, Santa Cruz do Rio Pardo e Canitar	Mesorregiões Araraquara Bauru
Oeste Paulista	São José do Rio Preto Araçatuba Presidente Prudente Assis	Olímpia, José Bonifácio, Ubarana, Nhandeara, Monções, Promissão, Penápolis, Brejo Alegre, Clementina, Bento de Abreu, Valparaíso, Lavínia, Suzanópolis, Sud Mennucci, Auriflama, General Salgado, Tarumã, Maracaí, Paraguaçu Paulista, Borá, Quatá, Rancharia, Martinópolis, Tupã, Parapuã, Pacaembu, Adamantina, Andradina, Mirandópolis, Castilho, Pereira Barreto, Ilha Solteira, Iepê, Paraguaçu Paulista, Marília, Garça e Bauru	Mesorregiões São José do Rio Preto Araçatuba Presidente Prudente Assis

MAPS-2014

Mapa 1: Estado de São Paulo: trabalhos de campo realizados.

1.3.2 Estado do Paraná

O trabalho de campo foi realizado em novembro de 2013. Foi percorrido um total de 3.050 quilômetros, abrangendo os chamados *três Nortes* do Paraná: o Velho, o Novo e o Novíssimo. No Norte Velho foram visitadas as usinas mais antigas do Estado, montadas por usineiros paulistas entre 1942 e 1947, localizadas nos municípios de Jacarezinho, Barra do Jacaré e Bandeirantes. No Norte Novo foram percorridos os municípios de Londrina, Maringá, Astorga, Rolândia, Porecatu, Florestópolis, Colorado e São Pedro do Ivaí. Esta zona canavieira teve origem com o Programa Nacional do Álcool (Proálcool), em 1975. Já no Norte Novíssimo, foram visitadas as áreas rurais (e algumas urbanas) de Paranavaí, Paranacity, Nova Londrina, Terra Rica, Cianorte, Cidade Gaúcha, Rondon e São Tomé. Nessa região fixaram-se as mais novas usinas de cana paranaenses. A viagem foi de extrema importância para a consolidação do conceito de “Zona de Adensamento Canavieiro”, abordada mais adiante.

Quadro 2: Estado do Paraná: trabalho de campo realizado.

Estado de Paraná: trabalho de campo (novembro de 2013)			
Sub-região MRCCSB	Município Central	Municípios visitados	Delimitação IBGE
Norte Velho	Jacarezinho	Barra do Jacaré e Bandeirantes	Mesorregião Norte Pioneiro Paranaense
Norte Novo	Maringá	Londrina, Astorga, Rolândia, Porecatu, Florestópolis, Colorado e São Pedro do Ivaí	Mesorregião Norte Central Paranaense
Norte Novíssimo	Paranavaí	Paranacity, Nova Londrina, Terra Rica, Cianorte, Cidade Gaúcha, Rondon e São Tomé	Mesorregião Noroeste Paranaense

MAPS-2014

Mapa 2: Estado do Paraná: trabalho de campo realizado.

1.3.3 Estado de Minas Gerais

No estado de Minas Gerais é basicamente o Triângulo Mineiro, formado pelo pontal do rio Paranaíba com o Grande, a única grande região canavieira existente. Essa zona sucroenergética também teve início a partir do Programa Nacional Álcool. Assim como verificado no Oeste Paulista, a atividade canavieira mineira entrou numa fase de grande expansão após 2004, com o advento do etanol como um biocombustível global.

Por ocasião do Encontro Nacional de Geografia Agrária (ENGA), ocorrido na cidade de Uberlândia em outubro de 2012, foi realizado o trabalho de campo ao longo de 22 dias, quando foram percorridos 2.700 quilômetros entre Minas Gerais e Goiás. Os municípios visitados estão dispostos no quadro a seguir.

Quadro 3: Estado de Minas Gerais: trabalho de campo realizado.

Estado de Minas Gerais: trabalho de campo (outubro de 2012)			
Sub-região MRCCSB	Município Central	Municípios visitados	Delimitação IBGE
Triângulo Mineiro	Uberaba	Conceição das Alagoas, Campo Florido, Uberlândia, Tupaciguara, Ituiutaba, Capinópolis, Canápolis, Limeira do Oeste, Iturama, Itapagipe e Frutal	Mesorregião Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba

MAPS-2014

Mapa 3: Estado de Minas Gerais: trabalho de campo realizado.

1.3.4 Estado de Goiás

No estado de Goiás, o trabalho de campo foi realizado num dos principais focos de expansão da atividade canavieira no Brasil, o Sul Goiano. Mais especificamente, foram percorridas as microrregiões geográficas (IBGE) do Sudoeste de Goiás, Meia Ponte e Quirinópolis, alguns dos principais focos de advento da cultura canavieira no país. No Sul Goiano estão localizadas algumas das maiores e mais modernas empresas sucroenergéticas do Brasil, cujas atividades tiveram início no século XXI, obtendo um veloz ritmo de crescimento. Foi percorrido o eixo que liga os municípios de Itumbiara, Quirinópolis e São Simão.

Merece menção especial o fato de termos podido acompanhar a realização do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) pelo corpo técnico do IBGE, no município de Quirinópolis. Acompanhar o modo como se faz empiricamente esse levantamento estatístico foi uma experiência enriquecedora, diretamente relacionada a um dos métodos analíticos adotados nesta tese, o quantitativo. Tal vivência serviu para corroborar as declarações oficiais feitas pelo IBGE a respeito de sua metodologia de coleta de dados. A conclusão a que chegamos após acompanhar esse levantamento é de que a sistemática de coleta de dados utilizada pelo órgão é de alto grau de confiabilidade. Nesse sentido, esta pesquisa se beneficiou em larga medida do uso de fontes fidedignas para sua consecução. Os municípios percorridos encontram-se no quadro a seguir.

Quadro 4: Estado de Goiás: trabalho de campo realizado.

Estado de Goiás: trabalho de campo (outubro de 2012)			
Sub-região MRCCSB	Município Central	Municípios visitados	Delimitação IBGE
Sul Goiano	Quirinópolis	Itumbiara, Cachoeira Dourado, Inaciolândia, Paranaiguara, Caçu, Cachoeira Alta e São Simão	Mesorregião Sul Goiano
MAPS-2014			

Mapa 4: Estado de Goiás: trabalho de campo realizado.

1.3.5 Estado do Mato Grosso do Sul

O trabalho de campo no Mato Grosso do Sul ocorreu no mês de julho de 2013, no chamado “Cone Sul” do Estado, cuja cidade mais expressiva é Dourados, bacia hidrográfica do Vale do Ivinhema. Tal área representa, sem dúvida, um dos principais focos de expansão do agronegócio canavieiro globalizado. Os municípios visitados foram Campo Grande (início e fim da viagem), Sidrolândia, Maracaju, Ponta Porã, Dourados, Caarapó, Juti, Fátima do Sul, Vicentina, Glória de Dourados, Deodápolis, Ivinhema, Angélica, Rio Brilhante e Nova Alvorada, tendo sido rodados exatos 3.050 quilômetros em solo sul-mato-grossense. A viagem foi de extrema importância para a consolidação do conceito de “Zona de Advento Canavieiro”, a ser exposta mais adiante.

Quadro 5: Estado do Mato Grosso do Sul: trabalho de campo realizado.

Estado de Mato Grosso do Sul: trabalho de campo (julho de 2013)			
Sub-região MRCCSB	Município Central	Municípios visitados	Delimitação IBGE
Vale do Ivinhema	Dourados	Sidrolândia, Maracaju, Ponta Porã, Caarapó, Juti, Fátima do Sul, Vicentina, Glória de Dourados, Deodápolis, Ivinhema, Angélica, Rio Brilhante e Nova Alvorada do Sul	Mesorregião Sudoeste do Mato Grosso do Sul

MAPS-2014

Mapa 5: Estado do Mato Grosso do Sul: trabalho de campo realizado.

Em resumo, a realização dos trabalhos de campo deu-se no cerne da MRCCSB proposta por esta tese; e relacionar o trajeto percorrido com os dados de produção canavieira fornecidos pelo PAM/IBGE (baseados, portanto, no LSPA), atesta essa opção.

Mapa 6: Macrorregião Canaveira do Centro-Sul do Brasil: trabalhos de campo realizados.

As mesorregiões (IBGE) visitadas em São Paulo somavam 97,4% da tonelagem de cana produzida naquele Estado no ano de 2010; enquanto as percorridas no Paraná somavam 94,6% do total estadual. Já as mesorregiões visitadas no Estado de Goiás correspondiam a 77,4% da produção canavieira daquele Estado, as do Mato Grosso do Sul a 71,2% e as de Minas Gerais a 70%. Logo, depreende-se que o Estado relativamente menos conhecido por meio de trabalhos de campo foi Minas Gerais, o que se justifica pelo fato da produção canavieira mineira ser relativamente mais dispersa e ter uma grande parcela de seu volume que não é vinculado às finalidades agroindustriais.

ASPECTOS TEÓRICOS E CONCEITUAIS DO TRABALHO

2.1 Região e Geografia

Regionalizar faz parte de um instinto humano de observar diferenças sobre o espaço. A concepção geográfica de região remonta às origens mais remotas desse ramo do saber. Muito antes do surgimento da geografia moderna e da sistematização da geografia enquanto ciência e disciplina acadêmica, os autores da antiguidade clássica já pensavam assim. Conforme Lencioni (1999, p. 188), “é em Estrabão (63 a.C.-25 d.C.) que encontramos o marco inaugural da geografia regional. Seus recortes não são feitos a partir de parâmetros geométricos – embora considerasse a geometria o fundamento da geografia – mas são estabelecidos segundo a composição territorial das civilizações”.

Com a filosofia iluminista e o idealismo alemão, firma-se a geografia enquanto ciência moderna, e logo surge uma categoria de estudos chamada Geografia Regional. Paul Vidal de La Blache, geógrafo formado em Sorbonne e maior expoente da geografia regional francesa clássica, considerava ser o objeto de interesse do geógrafo “a superfície; isto é, o conjunto dos fenômenos que se produzem na zona de contato entre as massas sólidas, líquidas e gasosas, que constituem o planeta” (in: CHRISTOFOLETTI, 1985, p. 41). Entretanto, para a geografia regional francesa do início do século XX, mais importante que o estudo do todo, era o estudo das partes, isto é, das regiões do mundo. Para La Blache, “a síntese regional é o objetivo último da tarefa do geógrafo, o único terreno sobre o qual ele se encontra a si mesmo” (apud LENCIONI, 1999, p. 107).

Não somente na geografia francesa o estudo regional era destacado. Na Universidade de Oxford, o professor Andrew John Herbertson publicou *As principais regiões naturais do mundo: ensaio de geografia sistemática* (1905), em que estabeleceu uma proposta de regionalização do mundo com base em seus elementos naturais. Sua tipologia de classificação abrangia as regiões Amazônica, Saariana, Siberiana, Mediterrânea, Monsônica ou Tibetana.

Essa caracterização inicial do conceito de região, essencialmente atrelada às paisagens naturais dominantes em cada território, vincula-se à ideia de região enquanto “fato” (HAESBAERT, 2010). Segundo este autor, tal concepção de região remetia-se a uma visão estática do mundo e fazia alusão às paisagens pré-modernas. A região era assim algo dado *a priori*, preexistente às sociedades humanas e essencialmente natural. Enfim, as regiões teriam sido instituídas totalmente a despeito da vontade humana, ocorrendo justamente o oposto, era a região determinadora do acontecer humano.

Esse modelo regional de análise estava, portanto, diretamente relacionado aos condicionantes da “primeira natureza”, por meio dos quais os “determinismos ambientais” criavam diferentes “regiões naturais” distribuídas desigualmente ao redor do mundo – às quais as diversas sociedades humanas tiveram que se adaptar.

Esse viés de abordagem geográfica foi duramente rechaçado ainda na primeira metade do século XX, conforme avançavam os estudos sobre o pensamento geográfico e a epistemologia desse saber. Corrêa (2003, p. 25) apontou para uma das incompatibilidades mais sérias que essa visão possuía diante da compreensão de um mundo que se tornava cada vez mais urbanizado, industrializado e interligado, enfim, mais complexo: “as regiões naturais configuram, de fato, um ponto de partida, e não de chegada”.

Nas escolas clássicas de geografia da Alemanha e dos Estados Unidos, refletia-se também acerca do caráter subjetivo envolvido na delimitação das regiões. Para Alfred Hettner, formado na Universidade de Estrasburgo, “os recortes feitos na realidade são provenientes do exercício intelectual, não existindo em si mesmo” (apud LENCIONI, 1999, p. 123). Posteriormente, o norte-americano Richard Hartshorne corroboraria essa premissa, afirmando que “as áreas-unidades não são autoevidentes. Em outros termos, as regiões não são autoevidentes. Elas se definem a partir de uma construção mental do pesquisador. A região, portanto, não se constitui um objeto em si mesma, ela é uma construção intelectual” (apud LENCIONI, 1999, p. 127).

Durante as décadas de 1950 e 1960 ganhou destaque internacional a chamada escola de Geografia Teórica (ou Nova Geografia), que estabelecia vínculos diretos entre princípios estatísticos e regionalização. Conforme salienta Lencioni (1999, p. 138), por sua metodologia, “as técnicas estatísticas e matemáticas foram amplamente utilizadas na análise

regional, destacando-se a utilização da análise fatorial e as análises de correlação. Graças à utilização de computadores foi possível aumentar o número de variáveis a serem analisadas, armazenar uma grande quantidade de dados e elaborar procedimentos estatísticos mais sofisticados”. Ainda de acordo com a autora (1999, p. 133), a geografia quantitativa constitui-se numa técnica potente, mas que costumou incorrer no erro de sustentar a “posição anti-historicista do positivismo lógico [... pela qual] toda ideia de processo, de gênese e de origem não é relevante na análise”.

Ganha força com Geografia Teorética o modelo de região enquanto “artifício” (HAESBAERT, 2010), ou seja, aquele atrelado sobretudo aos “instrumentos normativos” do território. Frequentemente vinculada ao planejamento estatal, a criação de regiões visa essencialmente a criação de “bases territoriais agregadas” (CORRÊA, 2003, p. 32). Um exemplo de região enquanto artifício é o praticado pelo IBGE. Vejamos quatro casos de regiões diretamente ligadas a um banco de dados voltado ao conhecimento e gestão do território nacional: as Zonas Fisiográficas, Regiões Homogêneas, Microrregiões Geográficas e Mesorregiões Geográficas, todas criadas pelo próprio instituto, cada qual válida durante um determinado período de vigência.

Em 1945, o IBGE dividiu o Brasil em 228 Zonas Fisiográficas, tendo por base principalmente os aspectos naturais e a posição geográfica de cada região, mas levando-se em consideração também aspectos socioeconômicos (IBGE, 2002). Em 1969, o processo de divisão regional do Brasil foi alterado pelo Instituto, sendo substituída a regionalização original por 361 “Microrregiões Homogêneas”. Nesse momento em que a Geografia Teorética era bastante difundida no Brasil, emerge o conceito de “espaços homogêneos”, definidos essencialmente pela correlação de seus dados referentes a indicadores sociais e econômicos de produção, mas também a partir de aspectos físicos (IBGE, 2002). Finalmente, em 1990, surgem as atuais 558 Microrregiões Geográficas e as 137 Mesorregiões Geográficas em uso pelo IBGE. Essas regiões foram agrupadas na medida em que apresentavam “especificidades quanto à organização do espaço (... baseando-se na) presença de elementos do quadro natural ou de relações sociais e econômicas particulares [considerando-se a] vida de relações ao nível local, isto é, pela possibilidade de atender às populações, através do comércio de varejo ou atacado ou dos setores sociais básicos” (IBGE, 1990).

Como se nota, durante o processo de criação de bases territoriais agregadas, o IBGE evoluiu de uma abordagem mais natural do território nacional, estabelecida na década de 1940, para um enfoque que privilegia mais as relações sociais e econômicas, na década de 1990. Ou seja, mesmo nos casos em que a região é estabelecida enquanto “artifício”, com a finalidade de acumular informações sobre determinado território, esta é sempre transitória e datada, devendo ser por isso periodicamente atualizada. Assim, “tanto a região, enquanto espaço efetivamente construído e diferenciado, como a ideia [que se tem] de região são, sem dúvida, criações históricas” (HAESBAERT, 2010, p. 9). Isso ocorre porque o espaço geográfico e, conseqüentemente, as regiões derivam do “acúmulo desigual de tempos” (SANTOS, 1978), estando, portanto, em constante metamorfose parcial e sendo, por princípio, instáveis.

Sobretudo a partir dos anos 1970 e 1980, a chamada Geografia Crítica (ou Radical) também enriqueceu o debate acerca da análise regional. Para a Geografia Crítica, o que caracteriza a região é o “desenvolvimento desigual e combinado”, determinante da “divisão nacional e internacional do trabalho”. Essa escola de geografia teve origem no marxismo, tornando-se seu objeto de pesquisa “a organização espacial dos modos de produção, o que implica a análise das forças produtivas e das relações sociais de produção” (LENCIONI, 1999, p. 164). Assim, o que move a dinâmica regional são as situações de conflito, que levam ao par dialético “contradições internas e movimentos de transformação” (CORRÊA, 2003, p. 51). O problema principal foi que

muitos geógrafos, ao se debruçarem em análises econômicas e sociológicas – muitas vezes de maneira superficial e dogmática – esvaziavam o conteúdo espacial da realidade, comprometendo o “fazer Geografia”. Em suma, os processos sociais analisados por esses geógrafos acabaram se desespacializando. Somou-se a isso o fato de que, ao se utilizar parâmetros exclusivos das ciências sociais, a Geografia Radical acabou negligenciando a dimensão da natureza e desconsiderando a Geografia Física (LENCIONI, 1999, p. 164).

Exemplo desse entendimento de região pode ser visto na obra do sociólogo Francisco de Oliveira, quando este afirma que as “regiões são apenas espaços socioeconômicos em que uma das formas do capital se sobrepõe às demais, homogeneizando a ‘região’ exatamente pela sua predominância e pela conseqüente constituição de classes

sociais, cuja hierarquia e poder são determinados pelo lugar e forma em que são personas do capital e de sua contradição básica” (OLIVEIRA, 2008, p. 149).

Em suma, uma perspectiva excessivamente marxista corre o risco de desprezar os preceitos básicos elaborados por Orlando Valverde (1980, p. 53) para uma apropriada abordagem metodológica

no estudo da geografia agrária [...] [já que] sempre é reconhecida e marcada a influência do meio natural sobre a diversificação regional da agricultura. É óbvio que para estudar a exploração agrícola é indispensável um conhecimento, o mais acurado possível, do solo, da geologia, do relevo, do abastecimento de água natural, do clima, da vegetação. Waibel, de modo especial, insiste muito sobre o conhecimento, que se faz mister, da fitogeografia e da zoogeografia.

Tal premissa nos parece ainda bastante válida para os estudos de geografia agrária no Brasil, ainda “que parte da agropecuária brasileira [tenha passado] a ser um empreendimento totalmente associado à racionalidade do período técnico-científico-informacional, aumentando a proporção da natureza social sobre a natural” (ELIAS, 2006).

Como se pode depreender a partir dos exemplos citados, desde a instituição da geografia enquanto ciência acadêmica e aplicada, “os conceitos de região e de organização espacial [sempre foram] básicos para se compreender o caráter distinto da geografia no âmbito das ciências sociais, indicando a *via geográfica* de conhecimento da sociedade, quer dizer, das relações entre natureza e história” (CORRÊA, 2003, p. 5).

2.1.1 O conceito de região aplicado nesta tese

Cabe, enfim, expor qual modelo de região foi mais valorizado no processo de elaboração desta tese: o da região enquanto “artefato” (HAESBAERT, 2010). Artefato significa, literalmente, feito com arte.¹¹ Esse tipo de região “encontra-se no cruzamento entre a concretude de um fato e a abstração de um artifício” (HAESBAERT, 2010, p. 13). Trata-se de um recurso analítico criado para abordar determinado objeto dentro de certo contexto

¹¹ Discutir o que é “arte”, no entanto, já foge completamente ao escopo desta tese.

particular. Nesse sentido, cabe fundamentalmente a cada pesquisador propor a perspectiva regional que melhor se enquadre diante de seus questionamentos científicos.

Tendo em vista que, no sentido etimológico da palavra, “regionalizar remete-se ao recortar o espaço, ou nele traçar linhas [...] ação também ligada ao sentido se orientar-se” (HAESBAERT, 2010, p. 3), e que as “regiões refletem tanto diferenças no mundo quanto ideias sobre diferenças” (HAESBAERT, 2010, p. 17), tomou-se a liberdade de criar regiões de análise para a consecução desta tese.

Tornou-se importante, dessa forma, desvendar e definir quais seriam as delimitações espaciais que melhor atenderiam aos objetivos específicos da investigação. Em outras palavras, tornou-se necessário criar e delimitar regiões próprias, variáveis de acordo com as temáticas discutidas. Por esse motivo, a região entendida como “artefato” foi aquela que conferiu mais maleabilidade ao conceito região, dotando-o da flexibilidade necessária à análise multiescalar e pluriespacial que almejávamos realizar.

Embasados por essa abordagem teórica, ao longo do texto diferentes regiões são criadas, adaptadas, subdivididas ou ampliadas, de acordo, por exemplo, com as variações ocorridas na produção mundial de açúcar. Interessa-nos, portanto, pensar a “região enquanto processo” (HAESBAERT, 2010, p. 3), ou seja, enquanto algo dinâmico e em constante refazer-se na busca de seu aperfeiçoamento. Aceitamos, ainda, haver uma “indissociabilidade entre os processos de ‘recortar’ o espaço e ‘recortar’ o tempo”, premissa muito importante para uma pesquisa que se inclina ao estudo de geografia histórica. Citemos os trabalhos de Christian Grataloup, *As regiões no tempo* (1991) e *Os períodos do espaço* (2003), que arguem no sentido de que espaço e tempo, região e período, só podem ser compreendidos quando interligados.

Assim, para cumprirmos com os objetivos inicialmente traçado para esta pesquisa, foi feito um esforço no sentido de se apreender e incorporar os pontos fortes que cada escola geográfica deixou de legado a respeito do conceito de região. Dessa forma, tentou-se absorver a importância dos aspectos topográficos relacionados a fatores naturais, tais como os vinculados a pedologia, climatologia, geomorfologia e hidrografia, tão característicos da Geografia Regional Clássica. Utilizou-se também, sempre que oportuno, métodos estatísticos de ordem quantitativa, tradicionalmente associados à Geografia Teórica. Adotou-se,

igualmente, quando apropriado, o método dialético e o estudo do materialismo histórico, estes mais relacionados à Geografia Crítica.

Para chegarmos à regionalização adotada na tese, recorreu-se constantemente à leitura de obras clássicas, produzidas pelos autores de referência que anteriormente já se debruçaram sobre o nosso tema de pesquisa. Tal revisão bibliográfica foi feita, entretanto, sem se abdicar da liberdade de propor novas visões e, conseqüentemente, novas regionalizações para o entendimento da atividade açucareira mundial. Permitiu-se nesta tese, enfim, o uso da criatividade interpretativa para o estabelecimento das regiões de estudo – que, pela exposição dos resultados finais, acreditamos ter se demonstrado plenamente válida.

2.1.2 O conceito de região aplicado à questão açucareira no Brasil – infinitas possibilidades

Conforme colocado, o intuito de produzir regionalizações nos estudos geográficos é ampliar suas capacidades argumentativas, criando discursos explicativos mais coerentes e precisos. Isso faz com que possa haver, teoricamente, tantas propostas de regionalização plausíveis, quantas forem as pesquisas realizadas.

Selecionamos aqui algumas formas possíveis de se abordar a questão regional nos estudos sobre a atividade canavieira brasileira, atestando-se a importância da manipulação de diversas escalas de análise na busca de melhores entendimentos do fenômeno. Os exemplos a seguir estão sequenciados em ordem crescente de escala geográfica, iniciando-se com o talhão e encerrando-se com o nacional.

João Humberto Camellini (2012), para se referir aos impactos causados pelas novas tecnologias aplicadas na lavoura canavieira, e assim ter uma melhor compreensão acerca da transformação espacial causada pela agricultura científica globalizada, opta por utilizar o talhão de cana enquanto delimitação espacial de análise, enfocando, assim, a escala local.

Mapa 7: Fazenda de Cana (CAMELINI, 2012).

Nice Lecoq Muller (1966), buscando uma avaliação mais completa acerca do modo de vida nas comunidades do interior de São Paulo, mais especificamente dos “Bairros Rurais do Município de Piracicaba/SP”, delimita enquanto abrangência espacial de seu estudo os bairros rurais, em torno dos quais a atividade açucareira possuía enorme influência econômica e cultural sobre a população. Faz com isso uma análise de cunho eminentemente local.

Mapa 8: Bairro Rural do Pau d'Alinho, Piracicaba (MULLER, 1966).

Silvio Calos Bray (1989), em sua investigação acerca da origem do capital aplicado na lavoura canavieira paulista, na busca das respostas almejadas, remonta sua análise ao período do “Quadrilátero do Açúcar” (1765-1851), delimitado entre os rios Piracicaba e Tietê. Essa região foi profundamente estudada por Petrone (1968), que colheu muitos dados primários, mas infelizmente não fez nenhum mapa para delimitar a região que “criou” e cujo nome cunhou.

Mapa 9: O Quadrilátero do Açúcar (BRAY, 1989).

Rosely Sampaio Archela (1987), em sua monografia regional, estabelece como objeto de pesquisa o Setor Canavieiro de Porto Feliz, que, por sua vez, correspondia “à porção sul da área canavieira de Piracicaba e situa-se no médio Tietê, na parte central da Depressão Periférica Paulista”. A partir dessa delimitação territorial, levanta o histórico da atividade açucareira na região desde sua implantação até o estabelecimento do Programa Nacional do Alcool – momento em que o estudo foi publicado. Trata-se, portanto, de um estudo microrregional.

Mapa 10: A área canavieira de Piracicaba e os Municípios do Setor Canavieiro de Porto Feliz (ARCHELA, 1987).

Bray, Ferreira e Ruas (2000), para avaliarem os impactos da implantação do Programa Nacional do Álcool sobre o território paulista, segmentam sua análise de acordo com o grau de prioridade conferido pelo governo estadual ao avanço da produção de álcool combustível em duas zonas distintas: as “tradicionais” e as “do PRÓ-OESTE”.

Mapa 11: A produção de álcool no Estado de São Paulo nas áreas tradicionais e do PRÓ-OESTE, nos anos de 1974/1975, 1979/1980, 1987/1988, 1992/1993 e 1997/1998 (BRAY, FERREIRA e RUAS, 2000).

Em outro estudo regional de geografia agrária, Bray (1980) avalia o processo histórico de instalação e crescimento da cultura da cana-de-açúcar na bacia hidrográfica do “Vale do Paranapanema”, abarcando tanto seu lado paulista quanto o paranaense. Configura-se, portanto, outro estudo cuja escala predominantemente avaliada é a microrregional e que tem por base aspectos físicos do território.

Mapa 12: Área Canavieira do Vale do Paranapanema (BRAY, 1980).

Manoel Correia de Andrade (1994), para avaliar as principais transformações ocorridas na agroindústria canvieira no território brasileiro, divide-o em 11 “espaços canvieiros” distintos:

- O espaço canvieiro paulista e paranaense;
- O espaço canvieiro fluminense;
- O espaço canvieiro mineiro;
- O espaço canvieiro capixaba;
- O espaço canvieiro baiano;
- O espaço canvieiro do Nordeste oriental;
- O espaço canvieiro cearense;
- O espaço canvieiro do Meio-Norte;
- O espaço canvieiro goiano;

- O espaço canavieiro mato-grossense;
- Pequenos espaços canavieiros no Brasil.

Dentre estes, destacamos enquanto exemplo de estudo regional os “espaços canavieiros do Sudeste e do Paraná”:

Mapa 13: Espaços canavieiros do Sudeste e Paraná (ANDRADE, 1994).

Por fim, para elucidar as formas como o capital sucroalcooleiro paulista relaciona-se com o movimento sindical, Antonio Thomaz Júnior (2002) faz uso de uma análise essencialmente multiescalar, transitando entre o regional, o intrarregional e o macrorregional. Em certo momento de sua investigação, visando localizar a territorialidade da cana-de-açúcar no país, o autor lança mão de uma abordagem ampla que abrange todo o território nacional, dividindo-o inicialmente em duas seções básicas: Norte/Nordeste Canavieiro e Centro/Sul Canavieiro.

Mapa 14: Territorialidade da cana-de-açúcar nos principais estados produtores – Brasil, 1997 (THOMAZ JÚNIOR, 2002).

Por fim, outro exemplo das infinitas possibilidades de se compartimentar o território brasileiro para a realização de estudos regionais de geografia agrária é o estabelecido por Thomaz Júnior (2009), em que o autor apresenta outra proposta de regionalização para o campo brasileiro, envolvendo a produção agropecuária de seis estados da federação de modo vinculado à disponibilidade de terras e de recursos hídricos. A essa grande região deu o pertinente nome de “Polígono do Agrohídronegócio”.

Mapa 15: Polígono do agrohidronegócio (THOMAZ JÚNIOR, 2010).

2.2 Periodização e globalização

Optar por analisar a situação açucareira mundial em um único ano (2010, 2012 ou 2014, por exemplo) seria completamente indesejável, por gerar uma análise “congelada” no tempo, estática, anti-historicista. Por outro lado, abdicar de um estudo o mais atualizado possível tornaria a tese incapaz de revelar, com o grau almejado, a atualidade e a intensidade dos principais acontecimentos em processo sobre os objetos selecionados. Considerou-se essencial para a redação desta tese a realização do *historical approach*, conforme apontado por Orlando Valverde (1980, p. 65-66) em sua proposta metodológica para a realização de pesquisas voltadas à geografia agrária. Decidiu-se, portanto, realizar um duplo esforço investigativo nesta tese, que se pauta ora no estudo da geografia histórica do açúcar, ora no de sua história contemporânea. Essa simples subdivisão de períodos já implica uma definição entre o que é passado e o que é presente em relação à produção dessa *commodity* mundial. Definir o que é o passado é tarefa mais simples, basta averiguar as informações mais antigas a respeito da canavieira ou da produção de beterraba em cada uma das Grandes Regiões estudadas, e seguir a sequência cronológica dos fatos acompanhando seu processo de

desenvolvimento. Entretanto, estabelecer a linha demarcatória entre o que é passado e o que não é, diante de um contínuo fenômeno de reconstrução socioespacial, torna-se tarefa difícil e instigante, além de eminentemente geográfica. Em outras palavras, como definir, em termos de produção mundial de açúcar, qual temporalidade pode ser considerada o “período atual” da história?

Nesse sentido, lançar mão do recurso de subperiodizar a análise temporal se mostra de grande auxílio. Para melhor alcançar os objetivos interpretativos propostos por esta tese, após pensar e experimentar algumas possibilidades de periodização, delimitamos quatro etapas históricas, de cunho metafórico, para subsidiar o estudo do açúcar: “hoje”, “ontem”, “anteontem” e “antigamente”.

A primeira subperiodização adotada se refere ao período então compreendido entre 2011 e 2014. Metaforicamente, chamamos esse período que corresponde à atual década em curso de “hoje”. A periodização imediatamente anterior a esta abarca a década passada, ou seja, compreende-se entre 2001 e 2010 – que metaforicamente será considerada o nosso “ontem”. Em seguida vem a década anterior, 1991 a 2000, o “anteontem” de nossa análise. Grosso modo, “hoje”, “ontem” e “anteontem” podem ser entendidos como subperíodos da “história contemporânea do açúcar” (1991-2014).¹² A história e a geografia da produção açucareira anteriores a 1991 tornam-se aquilo que estamos chamando, com algum exagero e impropriedade, de “antigamente”, cabendo portanto ao estudo da “geografia histórica do açúcar”. Tal subdivisão dos períodos pode ser assim sintetizada:

➤ “Hoje” – O período compreendido entre 2011 e 2014. É aquele para o qual existe a maior quantidade de trabalhos científicos a respeito da questão açucareira mundial disponíveis para consulta, sendo esta analisada em suas mais variadas facetas: a questão de gênero no trabalho canavieiro; a relação capital x trabalho no setor sucroalcooleiro nacional; os processos de territorialização diferenciada da agricultura; os circuitos espaciais produtivos da cana, do açúcar e do etanol; entre tantas outras possibilidades averiguativas. A forma de divulgação destes trabalhos é bastante facilitada por sua difusão mais acessível feita por meios de divulgação

¹² Conforme se notará, esta premissa não será inteiramente válida para todas as macrorregiões mundiais analisadas, havendo assim algumas variações.

digital, tais como revistas geográficas, livros, teses e dissertações ou anais de reuniões científicas. É também o período mais difícil de se redigir a respeito, o que se deve às constantes transformações parciais a que está submetido.

➤ “Ontem” – Corresponde à década anterior (2001-2010), aparecendo, enquanto período intermediário, delimitado pela convenção de que 10 anos formam uma década e que uma década possui um simbolismo inegável – ainda mais sendo a primeira década do novo século e do novo milênio. Frise-se que tal subperíodo corresponde a um momento de intensa transformação em nosso objeto de estudo, quando uma intensa onda de liberalização econômica atingiu o mundo açucareiro.

➤ “Anteontem” – Corresponde à década de 1990 (1991-2000) e pode ser considerado o marco divisório entre o que é “atual” e o que pertence ao “antigamente” na história dessa *commodity*. Essa ruptura relaciona-se com o início de um novo momento no âmbito das relações internacionais, quando a Guerra Fria tem fim e intensifica-se o processo de globalização econômica do mundo.

➤ “Antigamente” – Esse último período simbolicamente delimitado corresponde ao tempo decorrido entre o advento do açúcar em cada uma das macrorregiões abordadas e o ano de 1991, que dá início ao período contemporâneo de sua história.

Pela delimitação proposta, aceita-se, assim, a existência de uma separação entre geografia histórica do açúcar e sua história contemporânea, cujo principal marco simbólico é o ano de 1991. O início da década de 1990 contém uma série de eventos-chave que apontam para as transformações mundiais que entrariam em curso nos anos subsequentes, tendo, dessa forma, consequência direta nas políticas econômicas atualmente adotadas pelos diversos países para tratarem a questão açucareira. Na Europa, ocorre reunificação da Alemanha Ocidental com a Oriental (1990), a dissolução da URSS (1991) e assinatura do Tratado de Maastricht, dando origem à União Europeia (1992). Nas Américas são criados os blocos de integração regional do Mercado Comum do Sul – MERCOSUL, pelo Tratado de Assunção (1991) e o Acordo Norte-Americano de Livre Comércio – NAFTA (1994). Devido à sua

relevância perante o tema de estudo desta tese, cumpre ainda mencionar que, em 1990, se deu oficialmente a extinção do Instituto do Açúcar e do Alcool no Brasil, órgão até então responsável por controlar a produção nacional de cana, açúcar e álcool. No plano mundial, em 1 de janeiro de 1995 o Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT, datado de 1948) é substituído após a assinatura do Acordo de Marrakesh pela Organização Mundial do Comércio (OMC), instituição cujo objetivo declarado é supervisionar, mediar e liberalizar o comércio internacional.

No plano internacional, essa conjuntura de metamorfose redundou em mudanças estruturais tanto na geopolítica quanto na economia mundializada, caracterizando o estabelecimento e a intensificação de novas modalidades de interações espaciais entre os países, entre as regiões e entre os lugares. O resultado dessas mudanças é, para Milton Santos, o acirramento do fenômeno de globalização, verificando-se, “de certa forma, o ápice do processo de internacionalização do mundo capitalista. Para entendê-lo, como, de resto, a qualquer fase da história, há dois elementos fundamentais a levar em conta: o estado das técnicas e o estado da política” (SANTOS, 2001, p. 23).

Em linha gerais, o estado da política qualifica-se pelo estabelecimento de um novo ciclo de liberalismo vigente entre as relações comerciais internacionais. Nesse sentido, a declaração, em 1989, do Consenso de Washington, idealizado pelo Banco Mundial, pelo Fundo Monetário Internacional e o pelo Departamento do Tesouro dos Estados Unidos, apresenta-se como outro evento-chave da fundação do período atual. Desde então, tornou-se crescente a política macroeconômica chamada de neoliberalismo. Essa perspectiva resulta, entre outras coisas, na especialização da pauta exportadora brasileira em bens primários, conforme explicita Samuel Frederico em seu trabalho que relaciona região e modernização agrícola (FREDERICO, 2013). Para o autor, a competitividade torna-se o paradigma imperativo do novo padrão de interações espaciais mediadas pela produção de *commodities*.

Já “o estado das técnicas pode ser qualificado, de forma ampla, pela disseminação do meio técnico-científico informacional, elevando, complementarmente, a fluidez e a fragmentação dos territórios” (SANTOS, 2001, p. 83). A “unicidade da técnica, a convergência dos momentos, a cognoscibilidade do planeta e a existência de um motor único na história, representado pela mais-valia globalizada” (SANTOS, 2001, p. 24), fazem com que nos espaços da globalização dialoguem, a todo instante, “lógicas exógenas e dialéticas

endógenas” (SANTOS, 2001, p. 92). Podemos citar pelo menos dois exemplos deste reforçado modelo de interação comercial entre territórios distantes uns dos outros, mediados pelo progresso técnico e tecnológico. O primeiro é o da construção do alcoolduto, interligando o Sudoeste de Goiás e o município de Paulínia-SP, que aumenta a fluidez territorial e, concomitantemente, a competitividade dessa área produtora de etanol. O segundo é o da maior refinaria de açúcar do mundo, a Al Khaleej, de Dubai, que projeta a ampliação do porto paulista de Santos para receber navios de maior calado, portanto capazes de transportar maiores volumes de carga por viagem entre o Brasil e o Oriente Médio. O fato de a capacidade de refino da Al Khaleej orçar na casa das 2 milhões de toneladas de açúcar por ano e de ser a demanda interna dos Emirados Árabes Unidos estimada em 200 mil toneladas/ano já configura a existência de outros processos de interação, fragmentação, complementaridade e interdependência territorial a jusante nessa complexa cadeia produtiva.

Dito de outra forma, o aumento da fluidez territorial das mercadorias em todo o mundo torna a interdependência regional mais intensa; fenômeno que, por sua vez, estimula ainda mais a especialização produtiva de lugares e regiões. No que concerne aos objetivos de discussão específicos desta tese, salienta-se a afirmação da agricultura científica globalizada que no Brasil se reflete, por exemplo, na criação de “Regiões Produtivas do Agronegócio – RPAs” (ELIAS, 2013), assim como do “Polígono do Agrohidronegócio” (THOMAZ JÚNIOR, 2009). Essas duas proposições regionais para o campo brasileiro corroboram a ideia de Milton Santos, para quem esse modelo de “agricultura científica globalizada [...] se realiza por meio dos seus *belts*, [...] fruto[s] da produção regional largamente especializada” (SANTOS, 2001, p. 91).

Para Roberto Lobato Corrêa, consolida-se a partir da década de 1990 uma Nova Ordem Mundial, que estabelece uma crescente divisão territorial do trabalho, geradora de “um duplo e complementar processo, o de especialização e o de integração, alterando a natureza, a intensidade e os padrões espaciais de interação” (CORREA, 1997, p. 282-283).

A economia torna-se globalizada, constituída de partes interdependentes e na qual parcela crescente do comércio internacional passa a ser feita entre unidades – filiais e subsidiárias – da mesma corporação. Trata-se de uma nova divisão internacional do trabalho, responsável por complexas redes de produção e circulação de capitais, pessoas, matérias-primas, informações e

produtos industrializados [...] Há, assim, uma divisão territorial do trabalho no âmbito da corporação [...] que se torna] o centro de gestão do território, isto é, centro de concepção, planejamento e controle do ciclo de reprodução do capital, ou, em outros termos, é um centro de acumulação capitalista (CORREA, 1997, p. 284 e 294).

No caso do açúcar, este se torna cada vez mais produzido e, a partir de estratégias de integração vertical das atividades econômicas, também transportado e comercializado sob o comando de poucas e grandes corporações agrícolas multinacionais.

Outras duas características do período atual importantes de serem frisadas dizem respeito ao aumento da taxa de urbanização em nível mundial, o que se dá de forma associada ao crescente fenômeno de agroindustrialização dos hábitos alimentares.

Para concluirmos este capítulo, gostaríamos de colocar um último exemplo acerca das consequências da globalização sobre a produção regional de alimentos. Trata-se de um modelo teórico e simplificado, que objetiva tão somente expor de forma superficial a localização diferenciada de dois elementos centrais da alimentação brasileira: o arroz e o feijão. Partindo do princípio de que estes são consumidos essencialmente juntos, aceitamos para este modelo explicativo que seus locais de consumo sejam, *a priori*, o mesmo: o prato de cada um dos brasileiros.¹³

As aptidões agrícolas naturais de cada subespaço do território nacional, associadas ao estabelecimento do meio técnico-científico-informacional e da fluidez territorial dele decorrente, refletem-se no fenômeno de especialização produtiva agrícola regional dessas duas lavouras, criando áreas onde a produção gera superávits “exportáveis” e áreas que dependem de comprar o produto de fora. Cartografando-se a quantidade de hectares cultivados e a produtividade média alcançada pelas lavouras brasileiras de arroz e feijão, por mesorregiões (IBGE), verifica-se no território nacional a existência de dois pares regionais especializados e complementares na produção desses dois artigos básicos e paradigmáticos da alimentação brasileira.

¹³ O Brasil não exporta quantidades significativas de nenhum desses dois cultivos.

Mapa 16: Brasil: Produção regional de arroz e feijão (2010).

Há no país, portanto, duas grandes “zonas arrozeiras”, que se complementam com outras duas grandes “zonas feijoeiras”. Assim, o Nordeste Oriental é mais dedicado à produção de feijão, enquanto o Nordeste Ocidental, à de arroz. No Sul do país repete-se essa situação, havendo a porção meridional, que se dedica ao cultivo do arroz, e a setentrional, especializada na do feijão. Para concluirmos, assim como há dentro do país áreas especializadas neste ou naquele cultivo agrícola, na escala planetária o mesmo também ocorre; e o que buscamos salientar a partir de agora é como se comportam as duas principais lavouras açucareiras do mundo (a de cana e a de beterraba), assim como de que modo se estruturou o Mercado Mundial de Açúcar (MMA).

3

O MERCADO MUNDIAL DO AÇÚCAR

O intuito deste capítulo é abordar os aspectos atuais da produção mundial de cana-de-açúcar, beterraba e açúcar, propondo ao final um modelo teórico de divisão espacial do globo terrestre em nove Macrorregiões Açucareiras de escala mundial.¹⁴

A produção mundial de açúcar depende, em última análise, de produção de cana ou beterraba em cada um dos países do mundo. Depende, portanto, do rendimento agrícola dessas lavouras em cada um dos países envolvidos em sua produção.

Não queremos afirmar com isso que a totalidade da produção canavieira ou beterrabeira de um país dirija-se à fabricação de açúcar. Variando individualmente entre os países, sempre uma parcela, geralmente reduzida, dessas colheitas destina-se à alimentação humana não industrializada (rapadura, pilón, gur, panela, sopa de beterraba e outros mais).¹⁵ Parte destina-se também à alimentação animal. Ainda se deve mencionar o seu uso para a produção de biocombustíveis, o que é especialmente verificado no caso brasileiro. A grande maioria dos dados analisados neste capítulo são fornecidos pela FAO,¹⁶ que assim divide as duas principais matérias-primas do açúcar: cana-de-açúcar (*sugar cane*) e beterraba (*sugar beet*). A cana-de-açúcar é cultivada nos países de clima tropical; a beterraba, nos de clima temperado - temos aí já uma primeira regionalização.

¹⁴ Subcontinente Indiano, Mundo Árabe, Europa, Gran-Caribe, Estados Unidos, Sudeste Asiático, Australásia, Sudeste Africano e Brasil (este último será posteriormente distinguido entre “Nordeste Açucareiro” e “Centro-Sul”).

¹⁵ Segundo a FAO: *Saccharum officinarum* – Em alguns países produtores quantidades marginais de cana-de-açúcar são consumidas diretamente como alimento ou na forma de suco (originalmente: “*Saccharum officinarum*. In some producing countries, marginal quantities of sugar cane are consumed, either directly as food or in the form of juice”, tradução nossa). *Beta vulgaris var. altissima*. Em alguns países produtores quantidades marginais são consumidas diretamente como alimento ou em geleias (originalmente: “*Beta vulgaris var. altissima*. In some producing countries, marginal quantities are consumed, either directly as food or in the preparation of jams”, tradução nossa).

¹⁶ Disponível em: <<http://faostat3.fao.org/home/E>>. Acesso em: 23 out. 2013.

3.1 Beterraba e o clima temperado

A produção mundial de beterraba está concentrada em sua quase totalidade no hemisfério norte do globo, mais precisamente entre os paralelos 25° N e 55° N.

Como se pode verificar no mapa a seguir (Mapa 17), a produção mundial de beterraba se concentrou principalmente na União Europeia durante a última década. França (31 milhões de toneladas, o equivalente a 13% do total mundial) e Alemanha (25 milhões) foram, entre 2001 e 2010, respectivamente, o maior e o terceiro maior produtores de beterraba do mundo. A segunda posição coube aos Estados Unidos (29 milhões), que desde 1890 desenvolvem e estimulam esta cultura com a finalidade de se autoabastecer em termos açucareiros. Os quarto e quinto maiores produtores são Rússia (23 milhões) e Ucrânia (15 milhões), ambos integrantes da ex-União Soviética.

Quanto ao plano regional, pode-se afirmar que é a Europa o epicentro histórico e geográfico da cultura da beterraba. Analisando a média da produção de diversos países europeus, se poderá notar a participação relevante de Polônia, Reino Unido, Itália, Espanha, Bélgica e Holanda, que tornam a Europa responsável por 69% de sua produção global. No entorno imediato da Europa, aparecem no mapa alguns países muçulmanos como zonas marginais da produção beterrabeira mundial, sendo mencionáveis os casos de Turquia, Egito, Síria, Marrocos e Irã. No Extremo Oriente, China e Japão possuem lavouras de beterraba na tentativa de se autoabastecerem de açúcar, o que também ocorre no Chile. Já na África Subsaariana não há produção de beterraba, assim como não há no Sudeste Asiático e na Oceania.

Mapa 17: Produção mundial de beterraba – média da década (2001-2010).

Durante a década de 2000, 58 países do mundo apareceram como produtores de beterraba nas estatísticas da FAO; porém, em 2010 eram apenas 51 as nações que constavam na lista. Ao todo, 36 países reduziram sua produção, enquanto somente 21 países a ampliaram.

Com isso, pode-se afirmar que a produção mundial de beterraba durante a década de 2000 se notabilizou mais por seus destaques negativos, com o decréscimo da produção, do que por seus aspectos positivos, em que ocorreram acréscimos. É importante notar que a Europa Ocidental, como um todo, reduziu sua participação na produção mundial de 69% para 66%; ainda que a França, isoladamente, tenha ampliado sua parcela de 13% para 14% do volume total. Excetuando-se esse país, no continente europeu predominou uma generalizada redução no total de toneladas de beterraba produzidas, sendo o maior exemplo a Itália (-6,4 milhões de toneladas).

Por outro lado, a Europa Oriental (Rússia e Bielorrússia), a Turquia e o Egito apresentaram uma ampliação produtiva. O país no qual mais cresceu a produção durante os anos 2000 foi a Rússia (+7,7 milhões de toneladas). Tal fato se relaciona tanto com a perda do fornecimento cubano de açúcar nos anos 1990, quanto com o afastamento diplomático do país

com a Ucrânia, outrora tradicional fornecedora durante o período soviético. Assim, durante a década, a Ucrânia (-1,8 milhões) teve a sexta maior redução entre todos os países.

Na América do Norte, os Estados Unidos (+3,2 milhões) também obtiveram um importante aumento de safra, o que se explica em partes pelo desenvolvimento de variedades transgênicas mais adaptadas ao clima frio e seco das Montanhas Rochosas.

Outras reduções de produção de beterraba notáveis foram as da China, Japão, Chile e Irã, que constam em círculos azuis do mapa a seguir (Mapa 18).

Mapa 18: Produção mundial de beterraba – delta 2010-2010.

A análise das informações contidas no Gráfico 2, a seguir, nos revela que a tendência de diminuição do cultivo beterrabeiro no mundo é um processo liderado (e causado) pela contração dessa atividade na Europa Ocidental, única região que se destaca como grande produtora mundial. Sequer o vertiginoso aumento russo foi capaz de refrear essa tendência

continental europeia. África, Ásia e Américas apresentaram pequenos incrementos, incapazes, entretanto, de influir significativamente no resultado global da cultura.

Gráfico 2: Produção continental de beterraba – 2001, média da década e 2010.

Gráfico 3: Produção de beterraba (delta 2001-2010).

3.2 Cana e o clima tropical

A produção média de cana por país durante a última década (2001-2010) nos permite, numa primeira aproximação, destacar a existência de três grandes “Regiões Canavieiras Mundiais”, conforme ilustrado no próximo mapa (Mapa 19).

A primeira grande região, responsável por 51% das toneladas de cana cultivadas no mundo, ao longo da década, estende-se por uma longa faixa que se inicia no Hemisfério Norte, no sul dos Estados Unidos (Flórida e Louisiana), terminando no Hemisfério Sul, no norte da Argentina (Tucumán). Abrange a quase totalidade dos países do continente americano, onde destaca-se, em primeiro lugar, o Brasil, respondendo por 34% da produção mundial da gramínea. Em segundo plano aparecem México, Colômbia, Argentina, Estados Unidos, Cuba e Guatemala. Com uma participação ainda mais restrita, mas não desprezível, aparecem Venezuela, Equador, Peru, Guiana Francesa, Bolívia e Paraguai, assim como o conjunto de países da América Central e das Antilhas. Coincide em grande medida com o território do continente americano, podendo ser chamada de “Região Canavieira do Hemisfério Ocidental”.

A segunda grande região canavieira do mundo corresponde ao Sudeste Asiático, acrescido da Índia, Paquistão, China e Oceania. Essa região limita-se ao norte na China, ao sul na Austrália, a leste nas ilhas Fiji, e seu alcance a oeste chega ao Paquistão. Pode ser chamada de “Região Canavieira do Hemisfério Oriental”. Aproximadamente 45% da cana mundial são produzidos no conjunto de países que a compõe.

A terceira e última região destacada no mapa engloba a África de leste, composta por praticamente todos os seus países que têm acesso ao oceano Índico, desde o Egito, ao norte, até a África do Sul, no limite meridional. Tem como extremo leste os pequenos arquipélagos de Reunião e Maurício. Pode ser chamada de “Região Canavieira Africana”. Essa terceira região é bem mais nova historicamente que as duas outras citadas, e sua produção segue bem mais limitada: apenas 4% da produção mundial aí se concentra.

Mapa 19: Produção mundial de cana – média da década (2001-2010).

Comparando o mapa referente à produção média dos países durante a década de 2000 (Mapa 19) com o mapa relativo ao ano de 2010 (Mapa 20), notaremos um elevado grau de concentração da atividade canavieira no Brasil. Foi nesse país que a produção de cana mais se elevou. Em função do fato de pouco terem aumentado as lavouras dos demais países produtores de cana do mundo, o enorme incremento vivenciado no Brasil fez com que as demais nações vissem sua participação relativa, em termos percentuais, perder importância. Se ao longo da década a participação média do Brasil foi de 34%, ao final desta foi de 43% do total mundial. Com isso, a participação do “Hemisfério Ocidental”, enquanto conjunto, também se intensificou, saltando de 51% para 56% do total.

Mapa 20: Produção mundial de cana (2010).

Fazendo o exercício de comparar a safra colhida em 2010 com a safra colhida em 2001 (isto é, o “Delta”, ou seja, a variação), veremos novamente o Brasil se destacar. Nesse país o acréscimo do volume de cana foi superior a 373 milhões de toneladas, enquanto que a China, detentora da segunda maior ampliação produtiva canavieira do mundo, ostentou uma ampliação de 33,5 milhões. A terceira nação que mais ampliou sua colheita de cana no período também se localiza no Extremo Oriente, e foi a Tailândia (+19,2 milhões). Ainda na parte oriental do planeta, também se destacaram Filipinas (+7 milhões) e Paquistão (+5,8 milhões). Por sua vez, Índia (-18,2 milhões) obteve a segunda maior redução do mundo,¹⁷ sendo superada apenas por Cuba (-20,8 milhões). Bangladesh e Malásia sustentaram decréscimos produtivos consideráveis em seus deltas, fazendo com que, no conjunto, a produção canavieira do “Hemisfério Oriental” reduzisse sua participação relativa sobre a colheita total mundial.

No Hemisfério Ocidental, além do Brasil, houve também aumento da produção na Argentina (4º maior aumento do mundo), no Paraguai, em toda a Centro América (menos na

¹⁷ Os anos de 2009 e 2010 foram especialmente ruins para a lavoura indiana em função de falta de chuva no país.

Costa Rica) e no México. Mesmo países andinos, como Bolívia, Equador e Peru, também sustentaram importante variação positiva, possivelmente indicando um aumento de demanda por açúcar. As Antilhas, antiga zona canavieira do Novo Mundo, ficaram caracterizadas como uma área de perda da importância relativa dos canaviais. Nessa área, e liderando os decréscimos mundiais de produção canavieira durante a década, aparece a ilha de Cuba. Nesse país quase 21 milhões de toneladas de cana deixaram de ser colhidas, conforme indica a comparação (delta) da safra de 2001 com a de 2010. A Colômbia (-15,2 milhões) representou a terceira maior redução do mundo – o que se deve em grande parte às inundações ocorridas no vale do rio Cauca, a principal zona canavieira do país. Os Estados Unidos (-9,8 milhões) ocupam a posição de quarto maior decréscimo, o que se relaciona ao seu aumento da produção de beterraba – ao que tudo indica, o país produzirá cada vez mais beterraba e cada vez menos cana.

A terceira “região” canavieira do mundo, incipientemente estabelecida, a “Africana”, apresentou queda da produção nos países do sul, canavicultores por tradição, como África do Sul e Ilhas Maurício. Na porção mais setentrional, a tendência foi de aumento da produção, de modo que, em seu conjunto, o delta regional foi positivo.

Mapa 21: Produção mundial de cana – delta 2001-2010.

Avaliando a evolução positiva ou negativa da produção canavieira desses mesmos países, porém agora em valores relativos (pontos percentuais) e não mais em valores absolutos (toneladas), veremos um importante acréscimo na produção do cone sul da América Latina e também no Leste Africano. Nestas duas grandes áreas, quatro países apresentaram índices de expansão produtiva superiores a 100%, tendo com isso mais que dobrado suas respectivas produções – Paraguai, Brasil, Moçambique e Zâmbia. Entre estes, o Brasil é o único que se destaca tanto pelo elevado aumento relativo quanto pelo absoluto de sua produção. Moçambique apresenta-se como exemplo extremo, país onde mais intensamente os canaviais se multiplicaram (mais de 300% de acréscimo na década). Ocorreram recentemente no país investimentos sul-africanos, franceses e brasileiros, contribuindo decisivamente para esse resultado. Na América do Sul, o Paraguai também apresentou um índice bastante elevado; no Sudeste Asiático, outros dois países apresentaram taxas semelhantes: Laos e Camboja. Isoladamente aparece a Nigéria, que, devido à sua numerosa população e veloz taxa de urbanização, tem produzido cada vez mais can-de-açúcar e açúcar, constituindo-se ainda como o principal centro refinador do Golfo da Guiné.

No caminho inverso está Porto Rico, que 100 anos atrás era um dos maiores produtores e exportadores de açúcar do mundo, e durante a década de 2000 encerrou definitivamente sua produção. Enquanto curiosidade, vale reparar, ainda, o caso da Espanha e do Iraque, que, em termos absolutos, tiveram uma redução mínima, mas que em valores relativos já significou uma contração de respectivamente 99% e 81% de suas produções.

Outro aspecto importante a ser destacado e bem visível no Mapa 22, relaciona-se ao fato de cinco importantes e tradicionais produtores de cana terem reduzido sua produção durante a década de 2000: Cuba, Índia, Colômbia e Estados Unidos e África do Sul - todos em tons azuis no mapa a seguir.

Mapa 22: Produção mundial de cana – delta relativo (%): 2001-2010.

Na tentativa de elaborarmos um mapa que revelasse onde se concentram as maiores Taxas de Monocultura de Canavieiras do mundo (em escala nacional), estabeleceu-se o seguinte cálculo: o total de toneladas produzidas por cada país foi dividido pela área total do país. Com isso, elaboramos uma escala de concentração, medida em toneladas de cana por hectare, para classificarmos os países de acordo com a importância relativa que dessa cultura.

O mapa da monocultura canavieira mundial (Mapa 23) aponta para a existência de apenas duas regiões que se destacam pelos mais elevados índices de concentração de toneladas de cana sobre seus territórios. A primeira grande região está na América Latina, onde a presença da cana por hectare torna-se mais marcante nos países do Caribe e da América Central, assim como no Brasil. A segunda grande região canavieira do mundo é o Oriente, onde salientam-se as maiores taxas de monocultura canavieira nas Filipinas e na Tailândia. Entre os países de maior extensão territorial, surgem nesse *ranking* a Índia (15ª colocação) e o Brasil (16ª), ambos com uma produção média de nove toneladas por hectare – valor bastante elevado considerando-se a suas respectivas extensões territoriais.

As mais elevadas taxas são encontradas em exíguos territórios, tais como nos pequenos departamentos de ultramar franceses das Ilhas da Reunião (77 t/ha), Guadalupe (51 t/ha) e Martinica, além da Guiana Francesa; assim como em antigas colônias inglesas, como ocorre em Maurício (214 t/ha), Barbados (74 t/ha), Suazilândia, Jamaica e Fiji.¹⁸ Países caribenhos e centro-americanos também se sobressaem: El Salvador (25 t/ha), Guatemala, Cuba, República Dominicana, Costa Rica e Honduras. Mais discreto, o Leste Africano aparece de forma não contígua.

Mapa 23: Produção mundial de cana – Taxa de Monocultura (2010).

Dividindo o total de toneladas de cana produzidas em 2010 pelo total da população de cada país (*World Factbook* – CIA), no intuito de visualizarmos em que partes do globo a canavicultura se faz potencialmente mais presente no cotidiano das pessoas, veremos se destacarem apenas poucos países de cada uma das duas grandes regiões

¹⁸ De certa forma, este é o “mapa dos invisíveis”, já que os locais que concentram as maiores taxas de monocultura são tão pequenos que não podem ser vistos no mapa-múndi. No capítulo referente ao Gran-Caribe apresentaremos o mesmo mapa, mas com *zoom* no Caribe, quando muitos desses territórios serão melhor visualizados. Além disso, cada uma das áreas citadas será tratada mais detalhadamente nos capítulos que se seguirão.

canavieiras recém-mencionadas. Chamamos o índice obtido de Taxa de Familiaridade Canaveira, expresso no Mapa 24.

Na América Latina salientam-se as maiores taxas em Honduras (11 t/hab), Colômbia (5 t/hab), Brasil (4 t/hab), Guiana Francesa e Belize, dentre outros. Na África, são as pequenas ilhas de Maurício (4 t/hab) e Reunião (2 t/hab), assim como a Suazilândia (4 t/hab) as áreas que mais se destacam; enquanto que no Oriente destacam-se a Australásia - ilhas Fiji (2 t/hab) e Austrália - e também a Tailândia.

Esse recurso analítico expõe uma nítida diferença entre os Hemisférios Ocidental e Oriental, o que se explica pelo diferente grau de adensamento populacional existente entre eles. Ainda assim, fica inegável a pibolarização existente entre ambos.

Mapa 24: Produção de cana – Taxa de Familiaridade (2010).

Em síntese, analisando os dados referentes à produção mundial de cana, notamos que a quase totalidade da expansão produtiva dessa cultura agrícola verificada ao longo da década de 2000 se deu em função do acréscimo da produção brasileira. Isso porque os demais

grandes produtores mundiais apresentaram aumento modesto, ou mesmo redução em suas safras.

No cômputo geral, houve no mundo um aumento total de cerca de 420 milhões de toneladas, sendo que o Brasil contribuiu com 373 milhões (89% do total). Os demais 66 países que tiveram índice de variação positivo somaram mais 125 milhões de toneladas, enquanto que 31 países com crescimento negativo retiraram de curso outras 80 milhões. Assim como o “delta negativo” verificado na produção mundial de beterraba na década de 2000 foi liderado (e causado) pelo desempenho europeu, o “delta positivo” verificado na produção mundial de cana se deveu, em grande medida, aos fatos ocorridos no Brasil.

Gráfico 4: Produção mundial de cana (2001, média da década 2001-2010 e 2010).

Gráfico 5: Produção mundial de cana (delta 2001-2010).

Para concluir as observações referentes ao cultivo das duas principais matérias-primas do açúcar, há que se frisar, uma vez mais, que na primeira década do século XXI a cana apresentou ampliação relativa e absoluta de sua importância frente à concorrência com a beterraba.

Tabela 1: Produção mundial de cana e beterraba (delta 2001-2010).

Produção Mundial (2001-2010)	Variação (t.)
CANA	+ 437.000.000
BETERRABA	-5.500.000

3.3 Produção e consumo mundial de açúcar

Para universalizar alguns dados referentes à produção e consumo de açúcar e facilitar comparações entre os açúcares bruto e o refinado, a FAO adotou como medida universal o “Açúcar Cru Equivalente” (*Sugar Raw Equivalent*),¹⁹ que, de forma simplificada,

¹⁹ Para a FAO, é uma composição padrão entre os seguintes códigos de itens: 158 – açúcar de cana centrifugado em bruto; 159 – açúcar de beterraba centrifugado cru; 162 – açúcar bruto centrifugado; 164 – açúcar refinado; 168 – produtos de confeitaria e 171 – sabores de açúcar. Originalmente: “Default

pode ser estabelecido a partir de uma relação matemática: “o açúcar bruto multiplicado por 0,935 converte-se em refinado” (PORTUGAL, s.d.).²⁰ Com base nessa modalidade genérica de açúcar foram elaborados os mapas de produção e consumo de açúcar que se seguem.

3.3.1 Produção mundial de açúcar

Em 2009,²¹ o Brasil foi o principal produtor mundial de açúcar (34,6 milhões de toneladas, ou 23% do total mundial), volume mais de duas vezes superior ao da Índia, segundo maior produtor individual do mundo (15,9 milhões de toneladas, ou 10%). A UE, enquanto bloco, também aparece com grande destaque no cenário mundial (17,7 milhões de toneladas, ou 12%), assim como o NAFTA (12,3 milhões de toneladas, ou 8%). A China também produziu aproximadamente 8% do volume global.

composition: 158 Sugar, cane, raw, centrifugal, 159 Sugar, beet, raw, centrifugal, 162 Sugar Raw Centrifugal, 164 Sugar refined, 168 Sugar confectionery, 171 Sugar flavoured”, tradução nossa.

²⁰ Originalmente: “Raw sugar: multiply raw sugar by 0.935 to convert it to refined sugar”, tradução nossa.

²¹ Último ano para o qual encontramos dados.

Mapa 25: Produção mundial de açúcar (2009).

Em termos macrorregionais, poderíamos destacar a existência de quatro grandes regiões de produção açucareira de caráter mundial: as Américas (Hemisfério Ocidental), a “Indo-China/Australásia” (Hemisfério Oriental), a Europa (União Europeia) e a África de Leste (a África voltada ao Oceano Índico).

A principal destas regiões açucareiras localiza-se nas Américas, e prolonga-se dos EUA à Argentina. É predominantemente baseada na produção a partir de cana-de-açúcar. Apenas nos EUA a cana cede o lugar de primazia à beterraba, com a qual compartilha a produção de açúcar na proporção de 45% e 55%, respectivamente.

A “Indo-China/Australásia” se estende dos Himalaias até a Oceania e é a segunda maior região produtora açucareira do mundo, tendo sua base produtiva também na cana-de-açúcar.

A terceira grande região açucareira do mundo é a Europa, que tem como base exclusividade sua produção a beterraba. Esta pode ser subdividida, em termos açucareiros e geopolíticos, em União Europeia (UE) e Europa Oriental, a última capitaneada pela Rússia.

Ainda nessa conjuntura ampla de âmbito mundial, a “África de Leste” apresenta-se uma região de importância secundária, que de forma periférica complementa este quadro geral da divisão internacional da produção açucareira.

3.3.2 *Consumo mundial de açúcar*

A análise estatística comparativa da produção açucareira mundial com seu consumo permite que se chegue a algumas conclusões interessantes acerca da atual dinâmica de funcionamento do Mercado Mundial do Açúcar.

O consumo mundial de açúcar é intenso, sobretudo na Índia, na América do Norte e na Europa. A Índia é o principal consumidor mundial, sua demanda em 2009 foi de 26 milhões de toneladas. Deriva disso que seu consumo foi de 18% do total mundial, enquanto sua produção no mesmo ano alcançou “apenas” 10% do total. Esse país, individualmente, possui um volume de ingestão anual superior a dois dos mais importantes blocos econômicos do mundo, a União Europeia (UE) e o Tratado de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA). É também superior ao consumo da China, que, apesar de possuir uma população mais numerosa (1,24 bilhão de indianos ante 1,36 de chineses, segundo o *World Factbook* – CIA),²² conta com menor índice de consumo per capita, que é quase duas vezes maior (20,7 kg/per capita contra 11,2, segundo a ISO, 2012).

²² Disponível em: <<https://www.cia.gov/index.html>>. Acesso em: 2 nov. 2014.

Mapa 26: Consumo mundial de açúcar (2009).

Os principais consumidores de açúcar do mundo, enquanto países individuais ou enquanto blocos econômicos, foram: Índia, União Europeia, NAFTA, Brasil, China e Rússia. Essas nações compõem, portanto, o cerne da economia açucareira mundial.

Os países mais ricos e desenvolvidos, assim como os de elevada produção de açúcar, são os que possuem as maiores taxas médias de consumo anual per capita. Por outro lado, os países em desenvolvimento são os que apresentam as maiores taxas de crescimento e intensificação do consumo. Segundo a SUCDEN,²³

O consumo de açúcar refinado nos países desenvolvidos está saturado devido ao baixo crescimento demográfico e a maturidade de seus mercados de alimentos; enquanto o mercado nos países em desenvolvimento está em crescimento, particularmente na Ásia e, em menor medida, no Oriente Médio e África [onde] o consumo de açúcar tem crescido desde o início dos

²³ Disponível em: <http://www.sucden.com/statistics/4_world-sugar-consumption>. Acesso em: 2 nov. 2013. Originalmente: “White sugar consumption in developed countries can be considered as saturated (flat/low population growth and maturity of food markets), whereas developing countries are considered as growing markets, particularly in Asia, and, to a lesser extent, in the Middle-East and Africa (...) sugar consumption has grown at a healthy rate since the early 2000s, notably in Asia (+4,9% p.a.), the Middle-East (+4,6% p.a.) and Africa (+4,1% p.a.)”, tradução nossa.

anos 2000 a uma taxa elevada na Ásia (+ 4,9% aa), Médio Oriente (+ 4,6% aa) e África (+ 4,1% aa).

Fatores culturais também influenciam no padrão de consumo de diversos países, fazendo com que no Japão (26 kg/per capita) e na China (7 kg/per capita), por exemplo, não exista uma elevada demanda pelo produto; ao passo que no Líbano (53 kg/per capita) e na Síria (43 kg/per capita) esta seja bem maior.

Mapa 27: Consumo mundial de açúcar per capita, em quilos por ano (2010).

Em 2009, foram produzidos no mundo aproximadamente 156,5 milhões de toneladas de açúcar, para um consumo estimado pela FAO em 132,2 milhões de toneladas.²⁴ Desse modo, consumiu-se apenas 85% do que se produziu, tendo havido um excedente mundial equivalente a 15%. O volume total exportado foi de 54 milhões de toneladas, pelo qual se pode estimar, grosso modo, uma proporção na qual 60% do consumo mundial ocorre via consumo doméstico, enquanto os demais 40% se deve ao comércio entre as nações.

²⁴ Disponível em: <<http://faostat3.fao.org/faostat-gateway/go/to/download/FB/FB/E>>. Acesso em: 26 abr. 2014.

3.3.3 Interações espaciais entre a produção e o consumo mundial de açúcar

Confrontando-se os dados de produção com os de consumo, podemos notar a existência de uma “territorialização diferenciada” entre ambos os fenômenos. Com isso, em certos países há “sobra” de açúcar (saldo positivo, excesso), e em outros países há “falta” de açúcar, sendo seu saldo negativo (déficit, escassez).

Há, dessa forma, na escala mundial, zonas autossuficientes em termos de abastecimento açucareiro; zonas altamente dependentes da importação para se abastecerem desse produto; assim como áreas essencialmente exportadoras da mercadoria, cuja produção é sempre muito maior do que sua capacidade interna de consumo – este é o caso dos países especializados na produção açucareira. Essa diferenciação esquematicamente apresentada se fará mais nítida na trilogia de mapas apresentada a seguir, que envolve as seguintes variáveis: “Saldo e Déficit Açucareiro” (Mapa 28), “Importadores Açucareiros” (Mapa 29) e “Exportadores Açucareiros” (Mapa 30). A fonte dessas informações é a FAO.

Mapa 28: Mundo: saldos e déficits açucareiros (2009).

A análise do mapa de “Saldos” e “Déficits” (Mapa 28) nos permite concluir que a maior parte dos países do mundo não foi capaz de se autossuprir com açúcar: 132 países analisados dependeram de importações, enquanto apenas 43 possuíram excessos exportáveis (e/ou armazenáveis).

A América Latina (com exceção do México, Venezuela, Chile, Uruguai e Haiti) apresenta-se como única grande faixa territorial contínua em que predominam os saldos positivos na relação “produção x consumo” de açúcar. A União Europeia, capitaneada pela atuação da França e da Alemanha, sustenta em sua porção centro-norte um eixo de superávit açucareiro que vai decrescendo no sentido oeste-leste até alcançar a Polônia. O Sudeste Africano, liderado pela atuação da África do Sul, compõe uma terceira e reduzida zona excedentária. No Oriente, os principais destaques positivos foram Tailândia, Austrália e China.

Por outro lado, dependem de importar uma parcela significativa da mercadoria que consomem a América do Norte (NAFTA), a maior parte da Europa (sobretudo os do Leste Europeu, alguns dos quais associados à ex-URSS), os países da Liga Árabe, da África Ocidental e do Sudeste Asiático (exceto a Tailândia), assim como Japão, Coreia, Nova Zelândia e outros mais. Ao todo, 62 países do mundo tiveram de comprar no mercado internacional 100% do açúcar que consumiram no ano de 2009. Em outras palavras, quase um terço dos países do mundo caracterizou-se como “altamente dependentes” das importações externas.

O mapa a seguir (Mapa 29) divide os países importadores de açúcar em quatro categorias de intensidade: países extremamente dependentes das importações para se abastecerem e suprirem suas necessidades; países moderadamente dependentes (níveis 1 e 2); e países que importaram açúcar somente para complementar sua produção interna própria com uma parcela adicional necessária a suprir plenamente suas necessidades.

Mapa 29: Mundo: países com déficit açucareiro (2009).

Como se nota, as maiores dependências por importação de açúcar ocorrem em países excessivamente áridos (Países Árabes, por exemplo) ou frios (Canadá e Noruega, por exemplo).

Quanto aos fornecedores dessa mercadoria para o mercado mundial (Mapa 30), em 2009 apareceram como principais destaques pequenas economias especializadas nesta produção, como nos casos das ilhas Maurício (exporta 95% do que produz), Suazilândia (94%), Belize (86%), Guiana (83%), Fiji (82%) e Guatemala (80%). Tais países contam com acessos cativos aos “mercados preferenciais” norte-americano e europeu, o que lhes dá, até certo ponto, certa margem de segurança diante de tamanha especialização (mono)produtiva.²⁵ Países de economia mais dinâmica e diversificada também se apresentam como especialistas na produção para exportação desse gênero alimentício. É o caso da Austrália e do Brasil, que enviaram ao exterior no ano de 2009, respectivamente, 78% e 72% do volume que produziram. Para estes países que não são dotados de cotas de participação nos mercados preferenciais, a chave de acesso aos mercados externos é o seu nível elevado de competitividade econômica, causa e consequência de sua especialização produtiva.

²⁵ Esta temática será avaliada mais adiante.

Interessante notar o caso de Cuba, que, após ter se tornado um dos maiores exemplos de especialização produtiva canavieira e açucareira do mundo, voltando-se a abastecer essencialmente os mercados externos (primeiro a Europa, depois os EUA e, finalmente, a URSS e a China), agora volta-se a suprir preferencialmente seu mercado interno, diversificando sua produção agrícola interna. Com o desmantelamento da URSS e do acordo de suprimento preferencial do açúcar cubano para Moscou, a ilha ficou temporariamente à deriva em sua política setorial, encontrando-se atualmente sua produção tecnicamente defasada e com custos pouco competitivos. É nesse contexto que se pode afirmar que em 2009 Cuba exportou “apenas” 62% do açúcar que produziu – uma vez que tal índice já foi bem mais elevado no passado.

Cartograficamente, os principais países “excedentários” em termos de produção açucareira, aqueles que produziram prioritariamente para exportar, são os seguintes:

Mapa 30: Mundo: países com saldo açucareiro (2009).

O Brasil foi o país que, de acordo com os dados da FAO, se apresentou em 2009 como o principal produtor e exportador de açúcar do mundo. Dos 34,5 milhões de toneladas

de “Açúcar Cru Equivalente” produzidas em 2009, apenas 7,5 milhões foram consumidos internamente. Os demais 27 milhões ficaram disponíveis à exportação e ao armazenamento. Dessa forma, uma fatia equivalente a cerca de três quartas partes da produção açucareira do país destinou-se à alocação no estrangeiro, seja no Mercado Livre Mundial, seja nos restritivos mercados preferenciais da UE e dos Estados Unidos. Tal situação será de inegável preocupação e vulnerabilidade caso o mercado mundial volte à situação cíclica de crise de superprodução – fato que ocorreu diversas vezes na história econômica do açúcar.

Verificadas as linhas gerais das características vinculadas à produção e ao consumo mundial de açúcar, cumpre verificar algumas das estruturas econômicas que caracterizam esse mercado de trocas internacionais.

3.4 O comércio mundial do açúcar

Conforme exposto pela análise das estatísticas anteriores, o fluxo mundial de açúcar entre os países é intenso. Mas antes de analisá-lo é importante frisar a existência de uma extensa gama de variedades de açúcares, com usos, mercados e preços diferenciados uns dos outros.

Nos diversos métodos internacionais de classificação de mercadorias “o” açúcar pode ser visto em suas diversas formas. Apenas para citarmos um exemplo, o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior do Brasil (MDIC), por meio do sistema AliceWeb da SECEX, trabalha com nove variedades de açúcares, xaropes e melaços diferentes. Destes, o principal, o mais expressivo e comum é o “Açúcar de Cana, em bruto”. A FAO considera em suas estatísticas a existência de seis tipos de açúcares, dentre os quais sobressaem-se o *Sugar Raw Centrifugal* (Açúcar Bruto) e o *Sugar Refined* (Açúcar Refinado). Considera, ainda, o *Sugar Confectionery*, voltado à confeitaria, e o *Sugar, nes (not elsewhere specified)*, categoria ampla que engloba tipos de açúcares menos comuns, tais como açúcar de sorgo, açúcar de palmeira (produzido na Ásia), açúcar invertido, mel artificial, *golden syrup* etc. Algumas análises do mercado açucareiro, como as do *United States Department of Agriculture* (USDA), se pautam no conceito abrangente de *Sugar and sweetness* (algo que poderíamos traduzir como “Açúcares e doces” ou “Açúcares e adoçantes”). Inclui nesse caso a “Isoglucose”, amido derivado da produção de grãos. Sua produção é extremamente

expressiva nos Estados Unidos, onde esta se baseia no cultivo do milho e na extração do HFCS (*High-Fructose Corn Syrup*). Já foi mencionada a tentativa de se criar um elemento comum a todas essas modalidades de “açúcares”, uma espécie de “denominador comum”, quando se criou o “recurso” do Açúcar Bruto Equivalente (*Sugar raw equivalent*).

3.4.1 Precificação mundial do açúcar

O Mercado Mundial do Açúcar se divide em dois, o Mercado Livre Mundial e os Mercados Preferenciais. O Mercado Livre Mundial se pauta nas relações liberais de mercado, calcadas nas relações de oferta, procura, níveis de estoques e padrões de competitividade. Já os Mercados Preferenciais são regulamentados tendo por base sistemas de cotas de produção e importação. A origem dessas políticas econômicas remonta, em última análise, às relações existentes entre metrópoles e colônias, por meio das quais se exercia o monopólio estatal ou privado dos mercados. Essa modalidade de mercado foi reforçada pelo intervencionismo generalizado na economia mundial durante os anos 1930, quando a economia dirigida do açúcar foi estabelecida em diversos países, tais como Estados Unidos, Brasil e Europa em geral. A economia dirigida do açúcar segue existindo na União Europeia (com previsão para terminar em 2017) e no Estados Unidos (sem previsão para terminar).

As cotações no Mercado Livre Mundial subdividem-se em *Raw Sugar* (Açúcar Bruto), ditadas pela *New York Intercontinental Exchange Group Inc.* (ICE); e *Refined White Sugar* (Açúcar Branco Refinado), ditadas pela *London Futures Exchange* (LIFFE). O *Raw Sugar* é comercializado por meio do Contrato n. 11, em US\$/lb; enquanto o *White Sugar* é comercializado pelo Contrato n. 5, em US\$/metric tonne. Ambos são contratos futuros e teoricamente estão sujeitos às chamadas leis de mercado. Conforme aumenta a demanda, sobe o preço; quando se eleva a oferta, cai sua cotação; se aumenta seu custo médio de produção, este é acompanhado por um aumento de seu preço, e assim por diante. Ambos os contratos têm a despesa de frete calculada pelo sistema FOB.²⁶ Além dessa relação existente entre a oferta e a procura da mercadoria, afetam essas cotações, entre outros aspectos, também as más

²⁶ A sigla FOB significa *free on board*, ou seja, “Livre a bordo”. Nesse tipo de frete o comprador assume os riscos e os custos do transporte marítimo da mercadoria assim que ela é colocada a bordo do navio. Por conta e risco do fornecedor fica a obrigação de colocar a mercadoria a bordo, no porto de embarque designado pelo importador. Disponível em: <<http://www.significados.com.br/fob-e-cif/>>. Acesso em: 2 nov. 2013.

colheitas, oscilações climáticas, concorrência com outras culturas agrícolas e as variações nos custos fixos, nos fretes e nos estoques. Em certos momentos de acentuada crise de superprodução até mesmo o Mercado Livre Mundial passou por tentativas de regulamentação e limitação combinada da produção, como as verificadas na Convenção Açucareira de Bruxelas, de 1902 (MOURA FILHO, 2012-2013) e no Acordo Açucareiro da Conferência de Londres, de 1937 (DÉ CARLI, 1996) – mas sem nunca se estabelecerem plenamente.

Existe uma importante distinção a ser feita no Mercado Livre, que é a existência de duas modalidades de açúcar, o bruto e o branco. O açúcar bruto é sempre derivado de cana, podendo ser chamado igualmente de *raw sugar* ou açúcar demerara. Sua produção se concentra nos países tropicais, em sua quase totalidade em ex-colônias europeias. Esse tipo de açúcar serve de base às indústrias refinadoras de açúcar, que historicamente estiveram localizadas nas grandes zonas de consumo do produto acabado. Ao ser refinado, torna-se açúcar branco, de maior valor de mercado. Quanto ao açúcar de beterraba, este é sempre branco, não existindo sua modalidade de açúcar bruto, nem sendo necessário refiná-lo *a posteriori*. Sendo o açúcar refinado frequentemente derivado do açúcar bruto de cana, seu preço acompanha o de sua matéria-prima, acrescida do custo vinculado ao transporte e do lucro do vendedor. Essa diferença é mais ou menos constante, variando as duas cotações (do bruto e do branco) de forma mais ou menos sincronizada e existindo entre elas a chamada “taxa diferencial” (valor de diferença entre o preço de um e de outro). Suas cotações resguardam nítido paralelismo, fazendo com que o açúcar refinado seja sempre um tanto mais caro. Para melhor analisá-los, estes contratos foram precificados em *cents per pound* e verificou-se que durante a década de 2000 houve um crescimento constante em suas cotações, que em 2010 atingiram seu ponto mais elevado dos últimos 40 anos - visível no Gráfico 6.

Já as cotações nos Mercados Preferenciais são fixadas previamente por leis arbitrárias. Sua prática se dá sobretudo na União Europeia e nos Estados Unidos. Baseiam-se nos custos médios de produção da mercadoria. Dessa forma, o preço de referência dentro do mercado comum europeu equivale ao custo médio de produção verificado por seus agricultores e fabricantes de açúcar; assim como o preço de referência no mercado doméstico norte-americano tem como base os custos arcados por seus produtores. Essa artimanha constitui-se num forte mecanismo de defesa dessas indústrias. Para se prevenirem da concorrência de mercado proveniente do estrangeiro, estabelecem altas tarifas alfandegárias sobre o produto importado, a ponto de torná-lo economicamente inviável. Tanto

no caso dos Estados Unidos quanto no da UE, o comércio internacional de açúcar se dá por meio de cotas de fornecimento beneficiadas de “isenções tarifárias”, conferidas unicamente a alguns parceiros comerciais bem definidos e mediante estrito controle de quantidades.²⁷ Em ambos, os acordos inicialmente estabelecidos de forma bilateral, estão atualmente sendo substituídos por acordos feitos multilateralmente, estabelecidos entre blocos econômicos e frequentemente interligados por tratados de livre comércio.

Diante do exposto, pode-se afirmar que a precificação do açúcar em escala internacional obedece a quatro mecanismos de funcionamento diferentes, variando tanto em função de sua qualidade, quanto em função dos acordos comerciais existentes. Dois preços são vinculados ao “Mercado Livre” (distinguindo o bruto do branco) e outros dois são vinculados a “Mercados Preferenciais” (o açúcar tarifado e o não tarifado, derivados das economias políticas do açúcar praticadas por UE e EUA).

Gráfico 6: Mundo: quatro preços do açúcar (1991-2014).

Como se nota, entre 1991 e 2005 as cotações seguiram um comportamento bastante previsível em que a maior cotação era sempre verificada pelo açúcar branco no mercado preferencial europeu, seguido pelo açúcar branco no mercado preferencial norte-americano, pelo refinado no mercado livre e finalmente pelo bruto também no livre. O início da reforma do mercado de açúcar da UE, em 2006, causou uma primeira onda de aumento de

²⁷ Estas questões serão avaliadas nos capítulos que se seguirão.

preço no mercado livre; a ampla implementação de suas mudanças a partir de outubro de 2009 redundou na alteração completa de sua lógica de funcionamento até então existente.

Sucintamente, o que explica o fato de a União Europeia e os Estados Unidos possuírem preços tão diferenciados em relação ao Mercado Livre é basicamente a maneira como manejam suas “leis” de mercado, voltadas a criar uma valorização artificial da mercadoria. No caso dos EUA, o governo promove uma falsa escassez do produto limitando a produção interna e principalmente a oferta externa. A limitação interna se faz por meio de um sistema de cotas autorizadas para a produção, que estabelece quanto cada fábrica de açúcar poderá produzir; a barreira ao produto externo se faz mediante a imposição de altas tarifas alfandegárias.²⁸ Na UE o princípio é o mesmo. A produção interna ainda se faz por meio das cotas oficiais; e até 2009 vigorou o sistema de cotas de importação concedidas a determinados países, referentes a quantidades preestabelecidas e pagas a preços elevados e fixos. Em ambos os casos o efeito é o mesmo: controle estatal sobre a produção e o comércio internacional, resultando em benefício aos agricultores e sobrecusto aos consumidores domésticos. Tanto nos EUA quanto na UE os países considerados preferenciais pagam tarifas reduzidas pela exportação de sua mercadoria, chegando a ser considerados isentos das taxas dependendo de a que bloco econômico eles estão vinculados, ou a qual acordo bilateral estão submetidos. Já os países não preferenciais submetem-se ao pagamento da tarifa completa, valor que torna a exportação antieconômica.

Para exemplificar esse processo, tomemos como exemplo a exportação do açúcar brasileiro. Enquanto país não preferencial, o Brasil²⁹ está submetido a tarifação plena, que atualmente corresponde a €0,339/kg para o *raw sugar* e €0,419/kg para o *white sugar* na Europa; e US\$ 0,339/kg para o *raw sugar* e US\$ 0,357/kg para o *white sugar* nos Estados Unidos. Isso significa dizer que, ao adentrar os mercados consumidores da UE e dos EUA, o açúcar brasileiro custará seu preço médio de exportação acrescido do valor referente à sua tarifação. Pois bem, de acordo com os dados do Aliceweb/MDIC, o preço médio do açúcar exportado pelo Brasil no primeiro semestre de 2014 foi de US\$ 0,417/kg. Se somarmos as tributações cobradas respectivamente pelos EUA e pela UE, perceberemos quão elevadas elas são.

²⁸ Esses trâmites serão melhor elucidados em capítulo específico ao país.

²⁹ O país tem uma cota de acesso preferencial ao Mercado norte-americano, mas esta se refere a um volume insignificante.

Tabela 2: Brasil: exportação para o Mercado Livre Mundial, para os Estados Unidos e para a União Europeia, em US\$/kg (2014).

ORIGEM & DESTINO: AÇÚCAR BRUTO (RAW SUGAR)	Média US\$/kg	Taxas (US\$/kg)	TOTAL (US\$/kg)
BRASIL → exportação (preço médio de mercado)	0,417	0	0,417
BRASIL → exportação (preço médio de mercado) + imposto EUA	0,417	0,339	0,756
BRASIL → exportação (preço médio de mercado) + imposto UE	0,417	0,466	0,883

MAPS-2014 FONTES: Aliceweb/SECEX-MDIC & sugarcane.org

Como se pode notar pelo gráfico acima, o preço final do açúcar brasileiro praticamente dobra diante da carga tarifária, tornando-o economicamente inviável. Em outras palavras, só podem vender açúcar às duas principais economias imperialistas do mundo aqueles países que obtiverem consentimento prévio. Dessa forma EUA e UE comportam-se como mercados açucareiros isolados da realidade mundial. Esse modelo de comércio global dirigido tem suas raízes históricas no colonialismo e no imperialismo, originando-se ainda no século XVI. Ao basearem suas trocas comerciais em relações essencialmente desiguais de competição, transformam o açúcar numa mercadoria de inegável poder de barganha geopolítica e econômica, usado como moeda de troca em suas relações internacionais. Em suma, os Mercados Preferenciais de açúcar negam diretamente os conceitos defendidos pelo Consenso de Washington e rejeitam totalmente o livre mercado. Em última análise, os preços do açúcar praticados nos EUA e na UE derivam da maneira anti-neoliberal como são tratados seus agricultores e produtores industriais.

3.4.2 Importação mundial de açúcar

Ao longo da década passada³⁰ foi importada ao todo uma média de 43 milhões de toneladas de açúcar por ano, das quais pouco mais de 24 milhões (56%) corresponderam ao açúcar bruto (demerara) e aproximadamente 19 milhões (44%) ao açúcar refinado (branco).

O país que mais importou açúcar na década foi a Rússia. Dentre as outras grandes nações compradoras destacam-se Estados Unidos, Canadá, diversos países árabes e algumas nações densamente povoadas do Extremo Oriente, como China, Coreia do Sul, Japão,

³⁰ Devido à indisponibilidade de dados referentes a 2010, o período analisado se limita entre 2001 e 2009.

Indonésia e Malásia. O subcontinente indiano também se destacou nesse sentido: Índia, Bangladesh e Sri Lanka compraram grandes volumes entre 2001 e 2009.

A Europa se apresenta como grande importadora de açúcar, destacando-se, em primeiro plano, o Reino Unido. Completa a lista dos grandes importadores a Nigéria, no Golfo da Guiné, que aparece como o único importador intenso de açúcar na África Subsaariana.

Mapa 31: Mundo: importação de açúcar por países (média anual – 2001-2009).

Com relação às importações feitas em 2009 – o último ano em que contamos com dados – notamos algumas diferenças em relação ao conjunto médio da década. Notamos, por exemplo, que a Rússia reduziu significativamente suas importações de açúcar no transcorrer do período analisado, e isso se deveu ao fato de o país ter aumentado sensivelmente sua produção interna de açúcar de beterraba, conforme já visto. Por outro lado, Índia e Bangladesh aumentaram suas compras do produto externo em função de problemas climáticos que afetaram suas lavouras de cana no final da década passada. No Oriente Médio, os Emirados Árabes Unidos (EAU) perderam sua hegemonia enquanto maior nação importadora regional de açúcar para a Arábia Saudita - ambas possuem importantes parques industriais de

refino. O conjunto do Bloco Europeu, assim como os Estados Unidos, também apresentou uma intensificação de suas importações de açúcar no final da referida década.

Em suma, pode-se dizer que os principais mercados compradores de açúcar do mundo em 2009 foram: Estados Unidos, Europa (incluindo-se até Rússia), boa parte dos países árabes e as nações densamente povoadas do extremo oriente, como se observa no mapa a seguir (Mapa 32).

Mapa 32: Mundo: importação de açúcar por países (2009).

Analisando o delta 2001-2009, ou seja, a variação, em toneladas, das importações de açúcar ocorridas no mundo ao longo dessa década (Mapa 33), notamos que as principais reduções de importações ocorreram na Rússia, conforme já mencionado, mas também em suas vizinhas Bielorrússia e Ucrânia. Também Paquistão e Japão apresentaram expressiva redução. Esses sinais podem ser entendidos como indícios de que tais países estão reduzindo seu consumo interno ou ampliando sua produção própria.

Entre as nações que mais ampliaram suas importações no período estão Índia e Bangladesh – destacando-se aqui o papel de intempéries climáticas (secas) ocorridas sobretudo em Maharashtra, que muito contribuíram para esse resultado deficitário.

Também se destaca, de forma proeminente, a Europa, onde o aumento das importações foi generalizado na porção Ocidental (constando apenas uma exceção, a Bélgica), enquanto na porção Oriental vigorou o inverso. Nesse quesito a distinção entre o leste e o oeste da Europa se tornou especialmente nítido. Outros que compõem o rol dos que tiveram aumento em suas importações na década, constam diversos países da Península Arábica e do Norte da África. Nas Américas, Estados Unidos, México e Chile completam a lista dos principais acréscimos experimentados nas importações de açúcar no período.

Mapa 33: Mundo: importação de açúcar por países (delta 2001-2009).

No conjunto, a década apresentou acréscimo de 11% nas importações de açúcar, saltando de 39 milhões de toneladas em 2001 para 46 milhões em 2009. Os maiores incrementos deram-se na Ásia, seguidos pelos da África e Américas. A Europa, por seu turno, responsabilizou-se pela única redução detectada no período. Entretanto, isso se verificou unicamente pelo fato de que a Rússia foi contabilizada dentro do continente europeu. Esse

país é ao mesmo tempo o maior importador mundial de açúcar (2009) e o que verificou a maior redução nas importações (delta 2001-2009) – comportamento que influenciou consideravelmente no resultado continental. Essa constatação evidencia a necessidade de, em termos açucareiros, tratar de forma separada União Europeia e Europa Oriental, por exemplo. Ainda assim, segue a Europa sendo o continente responsável pelo segundo maior contingente de açúcar importado, atrás apenas da superpopulosa Ásia.

Gráfico 7: Mundo: importação de açúcar (2001, média anual 2001-2009, 2009 e delta 2001-2009).

3.4.3 *Exportação mundial de açúcar*

Para haver importação, é necessário haver exportação. Após avaliarmos quais são os principais países demandadores de açúcar no mundo, sua distribuição espacial, seu volume requerido e algumas características ao seu processo de regionalização global, veremos agora quais são os principais países fornecedores de açúcar ao mundo.

Ao longo da década,³¹ o país que mais exportou açúcar foi o Brasil, sendo este responsável, em média, por 37% das exportações anualmente ocorridas – valor referente ao somatório das exportações de açúcar refinado com as exportações de açúcar demerara. A Tailândia obteve a segunda maior média de exportação anual (9%), seguida pela Austrália (7%), França (5%) e Índia (4%). A partir de um ponto de vista regional, vemos a América Latina como principal região exportadora de açúcar do mundo, onde, ao lado do Brasil, destacaram-se Cuba e Guatemala, seguidas pela Colômbia, México e Argentina. A Europa, sobretudo a Ocidental, destacou-se pelas vendas da França, Bélgica, Alemanha e Reino Unido, e apresentou-se como a segunda maior região exportadora de açúcar do mundo.

Para completar a relação dos grandes exportadores, o Sudeste Africano, encabeçado pela atuação da África do Sul, acompanhada pelas de Lesoto, Suazilândia, Zimbábue, Zâmbia, Malavi e Moçambique, apresentou-se como a terceira principal região exportadora de açúcar no mundo. Além dessas três regiões, salientam-se alguns países de forma isolada, que sem conformarem uma regionalização nítida, sobressaltaram-se pontualmente: Tailândia, Austrália, Índia, Emirados Árabes Unidos, Ilhas Reunião e Fiji. Pode-se inferir que estas últimas nações citadas, assim como as já mencionadas do continente africano, compõe um amplo mercado macrorregional em torno do Oceano Índico.

³¹ Observação: 2001-2009.

Mapa 34: Mundo: exportação de açúcar (média anual 2001-2009).

Por meio de uma comparação entre o Mapa 34, referente à média de exportação anual ao longo da década (2001-2009) e o Mapa 35, referente às exportações no ano de 2009, percebemos que o Brasil teve sua parcela de participação relativa no mercado ampliada de forma vertiginosa, saltando de 37% das exportações totais para o patamar de 50% do total comercializado no mundo. Em outros termos, a metade do açúcar vendido no mundo em 2009 era proveniente do Brasil.

O conjunto de países da América Latina também seguiu essa tendência liderada pelo Brasil, exceção feita a Cuba. O segundo principal destaque positivo do continente foi a Guatemala, país que mais se destacou na área Centro-Americana e Caribenha. México, Colômbia e Argentina (esta última em menor proporção) também ampliaram suas vendas para o mercado internacional.

A Europa compôs-se majoritariamente por países exportadores de açúcar, tendo maior destaque as vendas efetuadas pelos países da Europa Ocidental. Com isso nota-se uma dupla característica europeia, qual seja, a de ter sido durante a década de 2000, ao mesmo tempo de grande importadora e uma grande exportadora mundial de açúcar.

No Sudeste Africano, o litoral que interliga a África do Sul (tradicional exportadora) a Moçambique (novo exportador) consolidou-se como terceira eminente área fornecedora de açúcar para o mercado global. No Oriente Médio, Egito, Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos apresentaram-se como importantes mercados exportadores de abrangência regional, com tendência a ampliar sua participação nesse segmento. Na vasta região que compreende o Extremo Oriente, o Sudeste Asiático e a Australásia, aparece de forma isolada somente a Tailândia como único grande exportador de açúcar em 2009, uma vez que tanto Índia quanto Austrália tiveram problemas em suas produções internas naquele ano.

Mapa 35: Mundo: exportação de açúcar (2009).

Se focarmos o delta da década (variação absoluta entre 2001 e 2009), veremos quais foram os países que mais aumentaram suas vendas externas e quais foram os que mais reduziram. Nesse caso, é novamente o Brasil que se apresenta como maior destaque mundial. De forma inversa, aparecem Austrália, Cuba, Índia, Turquia, África do Sul e Europa Ocidental como os responsáveis pelos maiores decréscimos nas toneladas de açúcar exportadas. Infere-se a partir desta constatação estar em processo um fenômeno de

concentração da exportação mundial de açúcar em um único país, o Brasil, que é altamente especializado nesta produção e vem desencadeando um procedimento mais amplo que acarreta em prejuízos às demais zonas exportadoras, passível de ser observado no Mapa 36.

Mapa 36: Mundo: exportação de açúcar (delta 2001-2009).

Se analisarmos o delta de exportação de açúcar ao longo da década de 2000 sob uma perspectiva regional, a partir do Mapa 36, veremos que o bloco formado pelo Caribe e pela América Central também verificou decréscimo no contingente exportado. Guatemala e México, por sua vez, apresentaram intenso aumento nas exportações, o que também se verificou no Cone Sul da América do Sul: Brasil, Bolívia e Argentina.

O continente europeu se dividiu em duas zonas distintas, em que o Leste Europeu surgiu como nova área exportadora de açúcar para o mercado mundial – ou ao menos para o mercado regional – ao passo que a Europa Ocidental – desde a Polônia até a Irlanda, desde a Itália até a Espanha – apresentou forte redução em suas exportações. Um destaque isolado na Europa Ocidental foi Portugal, que fugiu ao padrão regional. A Turquia também aparece manifestando importante redução nas suas exportações de açúcar.

O Sudeste Africano também cinde-se em dois: na parcela meridional a África do Sul apresentou redução significativa em suas vendas, enquanto ao norte Moçambique apresentou pequeno aumento nas exportações.

No Extremo Oriente a Tailândia apresenta-se como único ponto isolado de ampliação significativa das exportações, indício de seu elevado índice de competitividade neste setor. Inversamente, Austrália e Índia caracterizaram-se como países detentores de significativa redução em suas exportações de açúcar ao longo da década.

No contexto global, vale salientar as reduções verificadas no grupo de países formado por Cuba, África do Sul, Índia e Austrália. Estes têm na cana-de-açúcar sua exclusiva matéria-prima para a fabricação de açúcar, sendo concorrentes diretos do Brasil no comércio internacional. Em todos notabilizaram-se drásticos recuos nas exportações.

O caso específico da Índia deveu-se à já mencionada questão climática (seca). Problema oposto apresentou a Austrália, onde inundações em Queensland comprometeram o bom desempenho da safra no final da década passada. Com relação à África do Sul, há em curso um processo de redução da área cultivada: segundo dados da *South African Sugar Association* (SASA), a área canavieira nacional reduziu-se de 429 mil hectares na safra de 2000/2001 para 382 mil na de 2009/2010, uma retração de 10,5% portanto. Quanto às toneladas de cana produzidas, a redução foi ainda maior, baixando de 23.876.162 para 18.655.089, um decréscimo de 22% (SASA, 2012).³² Quanto a Cuba, a situação é mais complexa. Desde que a URSS se desintegrou e rompeu seu tratado açucareiro com a ilha, esta passou a enfrentar dificuldades em manter sua produção canavieira e açucareira. Conforme depoimento fornecido pelo Prof. Dr. Eduardo Salinas Chávez, da Universidade de La Havana (Cuba), em palestra conferida no Departamento de Geografia da USP em 6 de agosto de 2012, houve o abandono dos canaviais do país, que ano após ano reduziram seu rendimento, muitos deixados de ser colhidos, e o resultado foi o estabelecimento de um índice de produtividade muito baixo. A anexação e conseguinte extinção do Ministério do Açúcar pelo Ministério da Agricultura oficializou a crise da atividade açucareira no país. Ainda de acordo com o Prof. Salinas, cerca de um milhão de pessoas foram diretamente impactadas, surgindo nas antigas zonas açucareiras verdadeiras “cidades fantasmas”.

³² Disponível em: <<http://www.sasa.org.za/Files/Crop%20data%202012.pdf>>. Acesso em: 2 nov. 2013.

Para finalizar, nota-se pelo Gráfico 8, a seguir, que o volume total das exportações mundiais de açúcar cresceram 20% na década. Já as exportações brasileiras ampliaram-se 117%, mais que dobrando seu volume, saltando de 11 milhões de toneladas em 2001 para 24 milhões em 2009.

Gráfico 8: Mundo: exportação de açúcar (2001, média anual 2001-2009, 2009 e delta 2001-2009).

Durante a década 71 países apresentaram índices negativos em suas vendas, seja por não terem mais condição de competir economicamente neste mercado, seja por

enfentarem problemas climáticos pontualmente no último ano do período analisado. Essas reduções somaram a elevada quantia de (-) 12 milhões de toneladas. Outros 66 países ampliaram suas vendas, redundando numa ampliação global de (+) 7 milhões de toneladas, que, somados aos (+) 13 milhões acrescidos pelo Brasil, geraram um saldo final global de (+) 8 milhões de toneladas de açúcar comercializadas entre o início e o fim da década.

Essas informações da FAO podem ser complementadas pelas do USDA, que indicam a ampliação da participação do Brasil no comércio mundial açucareiro como algo relativamente recente, tendo se iniciado no começo da década de 1990.

Gráfico 9: Mundo: exportações de açúcar – *market share*, em % (1990-2014).

3.4.3.1 Exportação mundial de açúcar refinado

Avaliemos agora a situação das exportações mundiais de açúcar refinado. Conforme atesta o Mapa 37, percebe-se que no mundo coexistiram três importantes áreas exportadoras de açúcar refinado na década passada. São elas a Europa, maior região exportadora de açúcar refinado durante o referido período; América do Sul, encabeçada pela dupla Brasil-Colômbia; e Sudeste Asiático, liderado por Tailândia e Índia, importantes exportadores regionais.

Mapa 37: Mundo: exportação de açúcar refinado (média anual 2001-2009).

A comparação entre a média das exportações anuais durante a década e o resultado apresentado ao final desta, referente ao ano de 2009 (Mapa 38), mostra um aumento da participação relativa da América Latina, sobretudo do Brasil. A este seguem-se México, Colômbia e Argentina. *Pari passu* constata-se a redução da importância relativa da Europa, onde as exportações de açúcar refinado reduziram-se consideravelmente. Enquanto conjunto, o continente americano apresentou em 2009 um volume de exportação superior ao do continente europeu, invertendo-se no transcorrer da década as posições de primeiro e segundo maiores exportadores mundiais. Tanto por sua média da década quanto por sua produção ao final desta, o Brasil mostrou-se como principal exportador mundial de açúcar refinado, respondendo, em 2009, por 30% do total global.

Enquanto pontos isolados, vemos ainda a partir da comparação do Mapa 37 com o 38, que houve aumento da participação relativa da Tailândia, assim como dos Emirados Árabes Unidos. Neste último país, próximo a Dubai, localiza-se a Al Khallej Sugar (cuja tradução literal significa “O Açúcar do Golfo”), a maior refinaria de açúcar do mundo, construída em 1995. Como o país não apresenta condições naturais propícias à produção

agrícola em larga escala, investiu-se no refinamento do açúcar bruto de cana importado de outros países, com vistas a agregar valor e revender a mercadoria regionalmente.

Mapa 38: Mundo: exportação de açúcar refinado (2009).

Ao se analisar o delta da década, percebe-se que foi na América Latina onde ocorreram os principais destaques positivos no que se refere ao aumento das exportações de açúcar refinado, conforme indica o Mapa 39, a seguir. Os principais aumentos nas vendas foram verificados pelo Brasil, México e Colômbia.

Em segundo lugar, destaca-se uma zona de intensificação dessas exportações no “Mundo Árabe”, por meio do eixo que interliga o Egito aos Emirados Árabes Unidos, passando pela Arábia Saudita. Não menos importante de se mencionar parece ter sido o caso da Europa Oriental, onde as exportações dessa modalidade de açúcar ganharam vulto no período, sobretudo nos países que adentraram a União Europeia em sua expansão territorial verificada em 2004: República Tcheca, Eslováquia, Áustria e Hungria. Também os países dos Balcãs merecem destaque: Croácia e Bósnia-Herzegovina. De forma isolada, no contexto do Extremo Oriente, aparece a Tailândia, cujas exportações do produto ampliaram-se significativamente nos últimos anos.

Por parte das reduções, ou seja, dos deltas negativos, vemos se destacar a Europa Ocidental como a principal região de decréscimo das exportações de açúcar refinado entre 2001 e 2009. Tal condição também é compartilhada pela Índia e pela Turquia.

Individualmente, as duas maiores ampliações foram as do Brasil, (+) 2,3 milhões de toneladas, e da Tailândia, (+) 1,7 milhões; enquanto as principais diminuições foram Índia, (-) 1 milhão, e Turquia, (-) 850 mil toneladas.

Mapa 39: Mundo: exportação de açúcar refinado (delta 2001-2009).

No que diz respeito ao comércio internacional de açúcar refinado, um total de 79 países ampliaram suas exportações no período (+5,9 milhões de toneladas), enquanto outros 67 países experimentaram redução (-5,4 milhões). No cômputo geral, nota-se que a ampliação mundial (+2,8 milhões de toneladas) pouco difere da ampliação especificamente brasileira (+2,3 milhões).

Gráfico 10: Mundo: exportação de açúcar refinado (2001, média anual 2001-2009, 2009 e delta 2001-2009).

3.4.3.2 Exportação mundial de açúcar bruto (demerara)

No que diz respeito às exportações de açúcar bruto (demerara), é novamente a América Latina a parte do globo que mais se destaca, tendo sido somente o Brasil responsável por 45% das exportações globais deste tipo de açúcar durante a década de 2000. Ao seu lado

sobressaem-se Cuba, que respondeu, em média, por 6% das vendas no período, e Guatemala, com 5%.

No Oriente aparecem com bastante evidência a Austrália (11% das exportações mundiais na década) e a Tailândia (9%) enquanto principais polos regionais exportadores de açúcar bruto. Marginalmente colocam-se Fiji e Filipinas. A terceira região que se destaca é o Sudeste Africano, puxado pela África do Sul (3%), Maurício (2%) e Suazilândia. Complementam-na outros países: Zimbábue, Zâmbia e Moçambique.

Mapa 40: Mundo: exportação de açúcar bruto (média anual 2001-2009).

Fazendo-se novamente a comparação entre os dados da década (Mapa 40) e os referentes ao ano de 2009 (Mapa 41), nota-se um aumento da importância relativa da América Latina e, sobretudo, do Brasil. Este país colocou-se de forma quase hegemônica no que tange às exportações mundiais de açúcar bruto, respondendo por 64% do volume global das vendas feitas em 2009. Em termos continentais a América respondeu por 81% das exportações mundiais de açúcar bruto, quase totalmente provenientes de países latinos. Nas regiões centro-americana e caribenha emerge um antagonismo entre Guatemala, cuja participação relativa

aumentou, e Cuba, que viu sua participação no comércio externo despencar ao longo da década.

No continente europeu aparecem, de forma discreta, Reino Unido e França como pequenos exportadores de açúcar bruto. Igualmente de forma secundária, vemos no Oriente Médio se destacar a participação da Arábia Saudita. Como nenhum destes três países produz cana, tais dados só podem se remeter à reexportação da mercadoria importada.

No Oriente é uma vez mais a Tailândia que chama a atenção, sendo este país o principal exportador regional de açúcar bruto, seguido de longe pelas Filipinas e por Fiji. Por fim, o Sudeste Africano parece firmar-se como polo secundário de exportação de açúcar bruto.

Mapa 41: Mundo: exportação de açúcar bruto (2009).

Por meio da análise do delta de variação (Mapa 42), vê-se que na América Latina as maiores ampliações nas exportações de açúcar bruto localizaram-se em seus extremos norte e sul, onde se destacam, respectivamente, México (+266 mil toneladas), Guatemala (+461 mil toneladas), Brasil (+10,8 milhões de toneladas) e Argentina (+337 mil toneladas). Na parte

central da América Latina concentraram-se suas maiores reduções: Cuba (-2,2 milhões de toneladas) e Colômbia (-378 mil toneladas).

No Oriente, os principais destaques foram negativos: Austrália (-3 milhões de toneladas) e Índia (-349 mil toneladas). O aumento relativo à Tailândia (+130 mil toneladas) pode ser considerado discreto diante dos verificados no continente americano, mas atesta a opção deste país por priorizar o produto já refinado.

No Sudeste Africano há novamente uma separação no comportamento de suas porções norte e sul, tendo havido ampliação na parcela setentrional, onde a canavieicultura se estabeleceu há menos tempo, e contração na meridional, onde essa atividade é mais antiga.

A principal característica das reduções verificadas nas exportações mundiais de açúcar bruto deve-se ao fato de estas não permitirem a configuração de nenhuma grande região de diminuição da atividade. Os decréscimos se deram pontualmente distribuídos entre cinco tradicionais economias açucareiras do mundo, a saber: Austrália, Cuba, África do Sul, Colômbia e Índia. Secundariamente, aparecem ainda Maurício e Fiji.

Mapa 42: Mundo: exportação de açúcar bruto (delta 2001-2009).

O aumento das exportações de açúcar demerara ao longo da década foi intenso no comércio mundial, e isso se deveu, em grande medida, à participação do Brasil. Enquanto as vendas mundiais ampliaram-se em 24% no período, as vendas brasileiras o fizeram em proporção bem mais acentuada: 153%. As vendas mundiais dessa variedade menos sofisticada de açúcar ampliaram-se em 5,4 milhões de toneladas durante a década, enquanto que apenas as vendas brasileiras ampliaram-se em 10,8 milhões. Com isso, a participação das vendas do país sobre o total comercializado no mundo saltou de 31% (2001) para 64% (2009), demonstrando inegável concentração da atividade nesse país. Essa especialização açucareira do país também é válida para o refinado, conforme já apontado, porém em menor proporção.

É ainda importante notar que outros 43 países apresentaram aumento nas vendas dessa mercadoria, contra 58 países que reduziram suas vendas no período. Dentre estes países, destacam-se Austrália (-3 milhões), Cuba (-2,2 milhões), África do Sul (-604 mil), Colômbia (-378 mil), Índia (-349 mil), Maurício (-255 mil) e Fiji (-91 mil).

Tais números corroboram a hipótese de que se consolida no Brasil uma grande região competitiva do agronegócio açucareiro global, cuja materialização parece estar levando outras regiões competidoras a seguidos prejuízos operacionais verificados em suas safras. Neste sentido, a intensa especialização produtiva verificada no Brasil estaria levando à (e seria parte de) uma reconfiguração do Mercado Mundial do Açúcar presentemente em curso.

Gráfico 11: Mundo: exportação de açúcar bruto (2001, média anual 2001-2009, 2009 e delta 2001-2009).

3.4.3.3 Exportação mundial de açúcar: relação entre o refinado e o bruto

Sendo o açúcar refinado uma mercadoria de maior valor agregado quando comparado ao bruto, torna-se interessante destacar que peso relativo cada uma dessas

variedades de açúcar tem diante do conjunto das exportações praticadas por cada país. Vejamos o que revelam os dados da FAO, referentes à média da década de 2000 (Mapa 43).

O que se pode notar a partir da análise dos dados é que a Europa apresentou-se como uma zona eminentemente exportadora de açúcar refinado (97% das exportações, frente a 3% do demerara). França, Alemanha, Reino Unido, Bélgica e Holanda foram os principais destaques. No Oriente Médio, o eixo que liga Turquia, Síria, Egito, Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos também demonstrou-se especializado na exportação de açúcar refinado, porém nessa área as exportações foram bem mais restritas em termos de volume, sendo o único grande destaque os Emirados Árabes Unidos.

No outro extremo está a América Latina, continente em que predominaram amplamente as vendas de açúcar bruto – o demerara. Cuba e Guatemala, dois importantes exportadores açucareiros, remeteram ao exterior mais de 80% de sua produção em forma bruta. O Brasil, principal exportador mundial, teve no açúcar bruto uma proporção superior a 60% de seu volume total vendido ao exterior. México, Colômbia e Argentina apresentaram índices de refinação um pouco mais elevados, exportando menos de 40% de suas produções sob a forma de açúcar bruto.

O Sudeste Africano também se caracterizou como uma zona exportadora desse produto menos processado e de menor valor agregado que é o açúcar bruto. Nessa região somente a África do Sul exportou mais de 20% de seu açúcar após refiná-lo; os demais países do entorno fizeram suas vendas exclusivamente com base no produto bruto. Em termos volumétricos, a produção dessa região é ainda bastante limitada, sendo muito inferior à da América Latina.

A Australásia, região açucareira composta por Austrália e Fiji, caracterizou-se pela exportação feita exclusivamente com base no produto bruto.

No Oriente, a Índia se destacou por exportar mais de 60% de suas vendas sob a forma refinada, de maior valor, portanto. A Tailândia apresentou-se numa posição intermediária, contabilizando seu açúcar refinado mais de 40% do volume exportado pelo país.

Em termos continentais, temos que a Europa exportou 97% de seu açúcar sob a forma refinada; a Ásia e a Oceania, de forma conjunta, venderam 44% de seu açúcar já refinado; as Américas, 28%, e na África somente 21% do açúcar exportado foi previamente refinado antes de ser vendido.

Mapa 43: Mundo: exportação de açúcar: participação relativa do refinado e do bruto (média anual 2001-2009).

Para finalizar este item de comparação regional entre as vendas dos dois tipos de açúcar, é interessante apresentar um mapa referente ao predomínio de cada modalidade de açúcar sobre as exportações dos países (Mapa 44). Ressalta-se uma vez mais a existência de uma nítida divisão regional do globo, expressão da divisão territorial da produção açucareira.

A Europa é, por excelência, a principal região exportadora de açúcar refinado do mundo. Suas vendas se baseiam no açúcar de beterraba e no de cana, que é adquirido dos países de clima tropical em estado bruto para ser industrializado e reexportado. Outros vendedores de açúcar refinado são os países do Oriente Médio, Índia, Malásia, Cingapura, Colômbia e México – todos estes por meio de volumes bem menores que apresentados pelos

européus. De outro lado, América Latina, África e Oceania participam do mercado mundial do açúcar enquanto exportadores de açúcar bruto de cana, exprimindo o Mapa 44 um claro contraste entre “Norte” e “Sul”.

Mapa 44: Mundo: Exportação de açúcar: predomínio do refinado e do bruto
(média anual 2001-2009).

3.5 Proposta de regionalização mundial açucareira

Por meio de uma visão transtemporal do espaço açucareiro mundial, pode-se considerar que emergem nove grandes regiões que se diferenciam tanto pelo contexto histórico em que se desenvolveram quanto por seu tamanho atual e pelo modo como se enquadram no Mercado Mundial do Açúcar (MMA). Tratam-se de Macrorregiões Açucareiras de escala mundial. O estudo dos “elementos geneticamente assíncronicos” (HAESBAERT, 1995) que deram origem a cada uma dessas áreas, analisadas nos próximos oito capítulos que compõem este Volume I, tem como base estruturante (mas obviamente não exclusiva) a leitura das obras de Von Lippmann (1941), Galloway (2005) e Geerlings (2013). Segundo estes autores, a rota de migração da produção açucareira mundial seguiu um constante

processo de deslocamento para oeste, sempre em busca de prover o gosto humano com seu sabor doce; sempre em busca de novas terras agrícolas e de maiores lucros comerciais. A data aproximada para o nascimento de cada uma dessas regiões açucareiras é, dessa forma, a seguinte:

Mapa 45: Mundo: rota de difusão da indústria açucareira.

Desse modo, a análise que se segue se iniciará a partir do primeiro centro produtor de açúcar de que se tem registro documental, o Vale do Ganges (Subcontinente Indiano). Sua indústria açucareira teve início ainda no século VI a.C. Em seguida, será analisada a região açucareira produzida a partir da expansão da fé muçulmana pelo Oriente Médio e Norte da África, estabelecida a partir de meados do século VII da nossa era (Mundo Árabe). Em seguida, ainda pautando-se na sequência espaço-cronológica da expansão da produção e do consumo do açúcar pelo mundo, é feita a análise de caso da Europa, onde o consumo sistemático de açúcar teve início após as campanhas de reconquista dos territórios em poder dos muçulmanos. Com o movimento das Cruzadas, entre os séculos XI e XIII, diversos cristãos europeus tornaram-se produtores de açúcar nas bordas do Mediterrâneo, destacadamente os cavaleiros e as ordens religiosas. No século XIX, a beterraba surge como fonte alternativa de produção de açúcar, outra característica própria da região europeia. A partir da Europa a produção açucareira foi levada ao Gran-Caribe e ao Brasil, que se tornaram regiões canavieiras após a virada do século XV para o XVI. Os Estados Unidos aparecem

após 1776 como a primeira grande “região” açucareira do mundo inicialmente estabelecida a partir de seu comércio externo da mercadoria, feito com seu vizinho, o Gran-Caribe. Num movimento de Périplo, a produção em grande escala do açúcar retorna ao seu ponto de origem, o Oriente. A partir da segunda metade do século XIX surgem três novos pontos produtores e posteriormente exportadores de açúcar no mundo: o Sudeste Asiático, a Australásia e o Sudeste Africano - apresentadas nesta tese como “as três regiões do périplo”.

A análise regional elaborada nos próximos capítulos se pautou na sequência cronológica do surgimento dessa indústria em cada uma das grandes regiões mundiais elencadas. Dessa forma, as áreas que serão apresentadas terão sua estruturação organizada no sentido leste-oeste, concluindo, em aproximadamente 2500 anos, um périplo de 360° ao redor da terra. A única exceção consiste-se no Brasil, que será propositalmente deixado para uma análise posterior, feita somente no Volume II, após terem sido expostas as principais características de cada uma das demais oito macrorregiões mundiais.

A análise combinada da história de cada uma dessas grandes regiões açucareiras e dos dados atuais referentes ao Mercado Mundial do Açúcar deu o subsídio necessário para o discernimento das nove Macrorregiões Açucareiras Mundiais delimitadas como objeto de estudo deste Volume I, relegando-se o Brasil ao Volume II:

- Subcontinente Indiano;
- Mundo Árabe;
- Europa;
- Gran-Caribe;
- Estados Unidos;
- Sudeste Asiático;
- Australásia;
- Sudeste Africano;
- Brasil (Nordeste Açucareiro e Centro-Sul).

Juntas, essas dez áreas correspondem pela quase totalidade da produção, comercialização e consumo mundial de açúcar.

Mapa 46: Macrorregiões Açucareiras Mundiais.

Os aspectos centrais levados em consideração para a definição destas macrorregiões foram sua importância atual para a configuração da contemporânea geografia mundial do açúcar; assim como a importância que cada uma teve para a geografia histórica do açúcar. Cada uma dessas zonas teve e tem um relevante significado para o processo de dispersão do consumo de açúcar ao longo dos séculos, no desenvolvimento de inovações tecnológicas sobre seu processo produtivo, e na prática de padrões próprios de trabalho agrícola e comercialização da mercadoria. Cada região é vista como um “conjunto indissociável do qual participam, de um lado, certo arranjo de objetos geográficos, objetos naturais e objetos sociais, e, de outro, a vida que os[as] preenche e os[as] anima” (SANTOS, 1996). O espaço açucareiro mundial é assim colocado como resultante do acúmulo desigual dos impactos humanos sobre o território terrestre global, feito a partir de sua necessidade de cultivar cana, plantar beterraba, fazer e comercializar açúcar.

4

SUBCONTINENTE INDIANO: O AÇÚCAR ENQUANTO MANUFATURA

4.1 A Índia na história, a história na Índia

A origem botânica da planta *Saccharum officinarum*, a principal fonte de matéria-prima de açúcar do mundo, é atribuída ao Arquipélago da Indonésia. Suas parentes próximas, a *Saccharum barbari*, a *Saccharum robustum* e a *Saccharum sinense* disseminaram-se, respectivamente, pela Índia, Nova Guiné e China, esta última alcançando, posteriormente, também as Filipinas.³³ Jock Galloway, professor emérito da *University of Toronto* e importante pesquisador da *historical geography* canavieira, é quem afirma ser impossível precisar quando e onde a cana-de-açúcar foi domesticada, quando e onde a cristalização do açúcar se fez pela primeira vez e muito menos a partir de que momento este produto começou a ser comercializado: “é razoável supor que em muitas sociedades pré-históricas do Sul da Ásia tomaram esta iniciativa a partir de mastigação da cana-de-açúcar” (GALLOWAY, 2005).³⁴

Sabe-se que a Índia foi o primeiro país a registrar o cultivo da cana e a produção do açúcar na história. Segundo Galloway (2005, p. 21), a mais antiga forma de literatura sânscrita, os hinos do período védico, que datam de 1.500-500 a.C.: “contêm referências para os cultivos de cana-de-açúcar, mas não para o fabrico de açúcar”. O autor conta que a produção do “açúcar” (em sua forma primitiva) só teve início cerca de um milênio mais tarde, “[...] na época do reinado Gupta (c. A.D. 300-550) [quando] o seu cultivo como cultura comercial no vale do Ganges foi generalizado”.³⁵ Para Von Lippmann (1941, p. 133),

³³ Ver, por exemplo, o *site* da Maharashtra State Co-Operative Sugar Factories Federation. Disponível em: <http://www.mahasugarfed.org/sugar_facts.htm>. Acesso em: 26 abr. 2014.

³⁴ Galloway, 2005, p. 19. Original: “It is reasonable to suppose that many societies in prehistoric souther Asia took the step from chewing sugar cane”, tradução nossa.

³⁵ Galloway, 2005, p. 21. Original: “earliest form of Sanskrit literature, the hymns of Vedic period (c. 1500-500 B.C.), [and] contain references to the cultivations of sugar cane, but not to the manufacture of sugar”. Cerca de um milênio depois, “at the time of Gupta rule (c. A.D. 300-550) its cultivation as a commercial crop in the Ganges valley was widespread”, tradução nossa.

A fabricação de açúcar já era conhecida em certas regiões do norte da Índia no século III de nossa era [sendo muito difícil delimitar] essas regiões, apesar de que muitos fatos indiquem para o vale do Ganges (...) além do já citado nome de Gaura ou Gauda (= terra do açúcar), dado [à época] a Bengala.³⁶

Tão importante foi o papel desempenhado pela civilização indiana antiga para a disseminação do consumo de açúcar, enquanto hábito alimentar e social, que a palavra sânscrita *sharkara* originou não somente o termo “açúcar” na língua portuguesa, como também em diversos outros idiomas: persa (*shakar*), árabe (*sukkar*), azerbaijano (*şəkər*), georgiano (*shak'ari*), armênio (*shak'ar*), hebraico (*sookar*), iídiche (*zwq'r*), macedônico (*šeker*), grego (*záchari*), latim (*saccharum*), italiano (*zuccher*), francês (*sucre*), holandês (*suiker*), basco (*azukre*), espanhol (*azúcar*), irlandês (*siúcra*), galês (*siwgr*), inglês (*sugar*), alemão (*zucker*), dinamarquês (*sukker*), eslovaco (*cukor*), finlandês (*sokeria*), sueco (*socker*), letão (*cukurs*), russo (*sakhar*), ucraniano (*tsukor*), búlgaro (*zakhar*), romeno (*zahăr*), turco (*şeker*), mongol (*chikker*), tibetano (*chakara*), islandês (*sykur*), crioulo haitiano (*sik*), maori (*huka*), africâner (*suiker*), ioruba (*suga*), zulu (*ushukela*), esperanto (*sukero*) etc.³⁷ Conforme Galloway (2005),

A importância do norte da Índia na geografia histórica da indústria de cana-de-açúcar não pode ser negada: foi o primeiro centro de inovações e, de lá, o conhecimento de como fazer a cristalização do açúcar se disseminou ao longo das rotas comerciais para o Extremo Oriente e através do Irã para o Ocidente.³⁸

No Vale do Ganges a cana-de-açúcar entrou para a história escrita; antes disso o seu estudo caberia melhor aos arqueólogos e/ou aos antropólogos. A partir do Subcontinente Indiano a técnica de obtenção do açúcar chegou a impérios distantes, caracterizando-o como o centro canavieiro mais antigo do mundo.

³⁶ Von Lippmann, 1941, p. 133.

³⁷ Fontes: Von Lippmann, 1941, p. 365; Van Hook, 1949, p. 127 e Google translator. Um pesquisador polonês reuniu em seu *site* pessoal a tradução da palavra açúcar em 380 idiomas e dialetos, e ainda que não possa ser considerado uma “fonte segura”, aos curiosos vale a pena acessá-la: <<http://www.zucker.host.sk/abc0.htm>>. Acesso em: 26 maio 2014.

³⁸ Galloway, 2005, p. 21. Original: “the importance of northern India in the historical geography of the sugar cane industry cannot be denied: it was the first center of innovations and from here knowledge of how to make crystalline sugar spread along the trade routes to the Far East and through Iran to the West”, tradução nossa.

4.2 As duas grandes regiões canavieiras da Índia atual – Vale do Ganges e Maharashtra

A Índia é atualmente a segunda maior nação produtora de açúcar, que é feito com base quase exclusivamente na produção de cana-de-açúcar.³⁹ No país, a planta é fonte de duas modalidades de açúcar distintos: o industrialmente centrifugado e os *jaggerees* (*khandsari* e *gur* – dois tipos artesanais, comparáveis ao mascavo e à rapadura, por exemplo).⁴⁰ Depois do Brasil, a Índia é o segundo país no cultivo dessa planta no mundo. Também é o segundo no *ranking* mundial de usinas açucareiras. Especificamente em relação à safra de 2010/2011,⁴¹ foram colhidos expressivos 325 milhões de toneladas de cana, cultivadas em extensos 4,8 milhões de hectares, mantendo em operação 507 usinas açucareiras no país.⁴² Com essa safra a Índia fabricou 24,3 milhões de toneladas de açúcar centrifugado, além de mais 6 milhões de açúcares não centrifugados (5,6 milhões de toneladas de *gur* e 435.000 toneladas de *khandsari*).⁴³ Sua produção de etanol não foi desprezível, sendo esta completamente obtida por meio da destilação do mel residual da fabricação do açúcar. De acordo com dados do

³⁹ Muito pequena é a parcela do “açúcar” Bellam, produzido no país a partir da palmeira *Palmyra* palm, planta regionalmente usada para essa finalidade.

⁴⁰ *Khandsari* é, de acordo com o “Sugar Cane (Control) Order”, o documento legal indiano datado de 1966, “o açúcar produzido pelo processo em tacho aberto” – “sugar produced by open pan process”, tradução nossa. Disponível em: <<http://www.indiansugar.com/uploads/Sugarcane%20Control%20Order-1966.pdf>>. Acesso em: 26 abr. 2014, p. 1. Da palavra “*khandsari*” originou o “*kand*” árabe e o “*candy*”, inglês.

⁴¹ Na Índia, o ano agrícola canavieiro começava, tradicionalmente, no “primeiro dia de julho e terminava no dia 30 de junho do ano seguinte” – “first day of July and ending with the thirtieth day of June in the year next followin”, tradução nossa. Disponível em: <<http://www.indiansugar.com/uploads/Sugarcane%20Control%20Order-1966.pdf>>, p. 2. A partir de 1978, o ano açucareiro alterou-se para o “o período de doze meses, com início no dia 1 de outubro e terminando no dia 30 de setembro do ano seguinte” (“period of twelve months commencing on the 1st day of October and ending with the 30th day of September next following”, tradução nossa). Disponível em: <<http://www.indiansugar.com/uploads/Sugar%20Undertakings%20%28Taking%20Over%20of%20Management%29%20Act,%201978.pdf>>. Acesso em: 26 abr. 2014.

⁴² Para maiores informações ver o *site*: <<http://www.parrysugar.com/html/sugar-industry.html>>. Acesso em: 26 maio 2014. Do total de usinas em funcionamento na safra de 2006 (566), temos a informação de que 62 (ou 11%) pertenciam ao setor público, 189 (33%) eram cooperativas e 315 (56%) eram empresas particulares. Quanto à capacidade de moagem, esta se concentrava 8% nas usinas pertencentes ao setor público, 42% nas cooperativas e 50% em grupos particulares. Portanto, temos que, em relação ao tamanho médio das usinas, o grupo das públicas apresentou o menor tamanho médio, as particulares, situação intermediária, e as cooperativas, um tamanho médio relativamente maior.

⁴³ No que se refere ao consumo açucareiro, pode-se dizer que a preferência pelo açúcar de fabricação industrial na Índia é algo relativamente recente: até 1985-1986 a presença dos tipos artesanais de açúcar ainda predominava no país. Esse foi o último ano em que o consumo de *gur* e *khandsari* foi superior ao de açúcar centrifugado industrialmente, tendo sido consumida uma média de 11,1 quilos de açúcares artesanais per capita/ano, frente a 11,0 quilos per capita de açúcar industrial. Desde então a participação do açúcar industrial vem ganhando cada vez mais espaço no mercado indiano, tornando cada vez mais seus “concorrentes” artesanais “coisa do passado”. Apenas a título de comparação, semelhante processo se passou no Brasil na virada da década de 1930 para a de 1940.

Diretório de Economia e Estatística (*Directorate of Economics and Statistics – DES*), do Departamento de Agricultura e Cooperação (*Department of Agriculture and Cooperation*) da Índia, os principais Estados canavieiros do país são: Uttar Pradesh (com 47% da produção nacional de cana, na safra de 2009/2010) e Maharashtra (com 35%).⁴⁴ Estima-se que no país existam “[...] cerca de 50 milhões de plantadores de cana e um grande número de trabalhadores agrícolas (7,5% da população rural)” (Departamento de Agricultura e Cooperação, 2006).⁴⁵ Diante dessas elevadas cifras em sua cadeia produtiva açucareira, Chullén (1998) considera ser a Índia “[...] entendida como um mundo em si mesmo” no que se refere à questão canavieira.⁴⁶

O principal Estado canavieiro indiano, atualmente, é Uttar Pradesh, uma das áreas mais densamente povoadas do território nacional. Localizado no centro-norte do país e de clima subtropical, abriga 41 usinas, 10 das quais produzem etanol⁴⁷ e 11, cogeram energia; cultiva 2,1 milhões de hectares, produzindo 120 milhões de toneladas de cana (rendendo-lhe um baixo índice de produtividade: 57 t/ha – algo bastante semelhante ao verificado no Estado brasileiro de Pernambuco). Uttar Pradesh representa uma parcela relativamente mais antiquada da vasta produção canavieira nacional, sendo o Estado mais dependente de políticas públicas especificamente voltadas à salvaguarda dos interesses setoriais. Corresponde especialmente a grande parte da região do “Vale do Ganges”. Nele predominam usinas de pequeno porte, mais antigas e mais defasadas em relação às principais inovações técnicas, científicas e informacionais adotadas pela produção canavieira mais moderna. Contudo, também há grandes grupos empresariais atuando em Uttar Pradesh, como é o caso da *Bajaj Hindusthan Limited* (BHL). Criada em 1931 por iniciativa de Jamnalal Bajaj – discípulo e filho adotivo de Mahatma Gandhi –, a empresa gaba-se de ser a “[...] companhia açucareira integrada número 1 da Ásia e número 4 do mundo [além de ser] a empresa número 1 da Índia

⁴⁴ Os dados referentes à produção indiana de cana podem ser consultados no *site* do Departamento de Agricultura e Cooperação. Disponível em: <http://eands.dacnet.nic.in/APY_Normal_Estimates-2006-11.htm>. Acesso em: 26 abr. 2014.

⁴⁵ Fonte: Parry Sugar. Disponível em: <<http://www.parrysugar.com/html/sugar-industry.html>>. Acesso em: 26 maio 2014. Originalmente: “approximately 50 million sugarcane farmers and a large number of agricultural laborers (7.5% of the rural population)”, tradução nossa.

⁴⁶ Expressão utilizada por Jorge Chullén (1998) em seu interessante estudo “Liberalization programs in the restructuring of the sugar industries of the Asia/Pacific Region”. O texto completo está disponível em: <<http://www.iuf.org/sugarworkers/wp-content/uploads/2012/07/Asia-Pacific-Liberalization->>. Acesso em: 26 abr. 2014. Originalmente: “understood as a world on its own”, tradução nossa.

⁴⁷ O etanol produzido na Índia é exclusivamente residual, isto é, deriva da destilação do melaço ou do mel rico, e não do caldo da cana diretamente.

na produção de açúcar e etanol”.⁴⁸ Detentora de 14 usinas localizadas em Uttar Pradesh, a BHL tem capacidade para moer 29,8 milhões de toneladas de cana/ano.⁴⁹ Seu escritório administrativo central se encontra, entretanto, em Mumbai (Bombaim), Estado de Maharashtra.

Maharashtra é o Estado mais industrializado do país, cuja economia se manteve historicamente atrelada a fortes vínculos com o comércio internacional. Mumbai, sua capital, é considerada o principal polo econômico e financeiro da Índia, onde estão instaladas as sedes das principais corporações, as mais importantes bolsas de mercadorias e futuros e o porto de maior movimentação do país. Localizado no centro-oeste da Índia, região de clima tropical, Maharashtra possui 26 usinas açucareiras, das quais sete produzem etanol e três cogeram energia. O Estado cultiva 930 mil hectares com canaviais, produzindo cerca de 75 milhões de toneladas de cana (produtividade média de 81 t/ha – pouco inferior à verificada no Estado de São Paulo). Pode-se dizer que esta área representa a parcela mais moderna da produção canavieira nacional e é aquela que demanda do governo maior liberalização e menor controle estatal sobre o setor. Conta com usinas de porte acima da média nacional, relativamente mais novas e essencialmente mais dependentes de capital fixo, capital circulante, trabalho vivo e trabalho morto (além de técnica, ciência e informação). Maharashtra vem se destacando como o mais importante polo alcooleiro nacional, já que responde por 35% dos canaviais e 55% da produção de etanol. A *Shree Renuka Sugars Ltd.*, sediada em Mumbai, serve de exemplo de empresa açucareira moderna indiana. Classificando-se como uma empresa “global de agronegócio e bioenergia global”, é “uma das maiores produtoras de açúcar do mundo, a principal fabricante de açúcar na Índia, e uma das maiores refinarias de açúcar do mundo”.⁵⁰ Sua capacidade de moagem é de 20,7 milhões de tonelada/ano, dos quais 7,1 milhões se dão na Índia (conta com sete usinas nos estados de Maharashtra e Karnataka) e 13,6 milhões no Brasil (onde possui quatro usinas nos estados de São Paulo e Paraná, compradas entre 2009 e

⁴⁸ Fonte: Bajaj Hindusthan. Ver o *site* da empresa em: <<http://www.bajajhindusthan.com/>>. Acesso em: 26 maio 2014. Original: “Asia’s number 1 and world’s number 4 integrated sugar company [além de ser a] India’s Number One sugar and ethanol manufacturing company”, tradução nossa.

⁴⁹ Dados de 2014. Apenas para fornecermos um dado comparativo, lembremo-nos de que a Raízen – maior empresa processadora de cana do Brasil e do mundo – moeu na última safra 61,4 milhões de toneladas de cana.

⁵⁰ Fonte: Renuka Sugars. Ver o *site* da empresa em: <<http://www.renukasugars.com/en/company-overview.html>>. Acesso em: 26 maio 2014. Aí se encontram disponíveis os Relatórios Anuais da empresas referentes às últimas seis safras, de onde tiramos as informações aqui citadas. Original: “a global agribusiness and bio-energy corporation”, é “one of the largest sugar producers in the world, the leading manufacturer of sugar in India, and one of the largest sugar refiners in the world”, tradução nossa.

2010).⁵¹ Entre as vantagens de atuar nas duas partes do globo, destaca a de ser “[...] o único produtor de açúcar a nível mundial com esmagamento contínuo ao longo de todo o ano em função a estações complementares da Índia e Brasil”.⁵² Além de suas 11 usinas produtoras de açúcar e álcool distribuídas pelos dois principais países produtores de cana do mundo, a Shree Renuka destaca-se também como uma refinadora de açúcar de atuação global. Possui duas refinarias açucareiras localizadas em importantes portos indianos, cuja capacidade de refino anual atinge 1,7 milhão de toneladas.⁵³ Uma situa-se no estado de Gujarat (voltado ao Mar da Arábia) e outra no estado de West Bengal (diante no Golfo de Bengala). Com isso, coloca-se vantajosamente nos mercados de leste (Sudeste Asiático e Extremo Oriente) e oeste (Oriente Médio), todos deficitários em termos açucareiros.

A empresa joga, assim, com uma tríplice possibilidade: a de refinar o açúcar indiano e exportá-lo, nos anos em que o país tiver boas safras; a de importar o açúcar bruto brasileiro, refiná-lo e revendê-lo no mercado doméstico indiano, nos anos em que as safras internas são ruins; e, ainda, a de importar o açúcar bruto brasileiro, refiná-lo e reexportá-lo regionalmente. A Shree Renuka Sugars sozinha “[...] é responsável por 20 por cento do comércio internacional de açúcar da Índia”, além de “[...] 21 por cento do mercado nacional de etanol combustível”.⁵⁴

⁵¹ São Paulo responde por 10,5 milhões de toneladas/ano e o Paraná por 3,1.

⁵² Fonte: Renuka Sugars. Ver o *site* da empresa em: <<http://www.renukasugars.com/en/company-overview.html>>. Acesso em: 26 maio 2014.

⁵³ Individualmente, a maior refinadora de açúcar do mundo é a Al Khaleej Sugar, dos Emirados Árabes Unidos, cuja capacidade de refino é da ordem de 1.500.000 toneladas/ano. Original: “the only sugar producer globally with year round crushing due to complementary seasons in India and Brazil”, tradução nossa.

⁵⁴ Disponível em: <<http://www.siliconindia.com/news/business/Indian-Companies-that-Might-Turn-Bankrupt-nid-129350-cid-3.html>>. Acesso em: 26 maio 2014.

Mapa 47: Índia: Principais regiões canaveiras (2010).

4.3 Índia: consumo interno e comércio internacional de açúcar

A Índia, com seus 1 bilhão e 240 milhões de habitantes (*World Factbook* – CIA), é o maior mercado consumidor de açúcar do mundo. O consumo nacional, no período de 2009/2010, atingiu a marca de 24,5 milhões de toneladas de açúcar (em “açúcar bruto equivalente”/*raw sugar equivalent*).⁵⁵ Houve, portanto, fino equilíbrio entre a produção interna de açúcar e o consumo doméstico. A busca pelo equilíbrio interno no mercado

⁵⁵ Estima-se que 20% do açúcar consumido no país não sejam centrifugados pelas modernas técnicas industriais, isto é, ainda são açúcares artesanais.

açucareiro indiano, alcançado pela ideia da “autossuficiência produtiva”, tem sido a característica mais marcante no seu mercado. Ao longo dos últimos 50 anos, o equilíbrio estatístico entre oferta e procura parece ter sido uma constante no país – ao menos até o início da década passada. Em sua história recente, a Índia caracterizou-se como um país que se autoabastece de açúcar, comercializando no mercado externo apenas para adquirir o volume “complementar” ou repassar o “excedente”. Como se pode observar no Gráfico 12, entre 1961 e 2001 o país conseguiu manter, com grande êxito, sua autossuficiência açucareira, sem ter grandes excedentes, mas também sem ter de recorrer ao exterior para comprar essa importante mercadoria para a alimentação de sua população. Apenas na última década, recém-terminada (2001-2010), é que parece ter se dissolvido essa estabilidade historicamente constituída.

Gráfico 12: Índia: Dinâmica de abastecimento açucareiro, em toneladas (1961-2011).

Como se nota no Gráfico 13, o período entre 2001 e 2011 foi o mais turbulento do mercado açucareiro indiano no último meio século. Foi no transcorrer desses 10 anos que ocorreram as maiores exportações e importações de açúcar de que se tem conhecimento em toda a história do país. Alguns “desbalanceamentos” sempre ocorreram, porém de modo bastante módico. Foi ao longo dos anos 2000 que houve realmente uma intensificação desse processo, tanto nos movimentos de importação quanto nos de exportação. Entre um e outro, a vantagem ficou para as exportações, no geral de maior frequência e intensidade que as importações.

Gráfico 13: Índia – Comércio internacional de açúcar, em toneladas (1990-2012).

É importante frisar que esses altos e baixos da produção açucareira indiana influenciam profunda e diretamente o mercado internacional do açúcar (mas, obviamente, não o determinam). As variações para baixo na produção da Índia (as “quebras de safra”) têm correlação positiva com as oscilações altistas na cotação do açúcar bruto na Bolsa de Nova Iorque – e consequentemente também na de açúcar refinado na Bolsa de Londres. A cada grande importação de açúcar bruto feita pela Índia, segue-se um período de alta internacional na cotação do Contrato n. 11 da Bolsa de Nova Iorque (ICE), conforme apontam as séries estatísticas históricas. As periódicas secas e consequentes “quebras de safras” ocorridas na Índia (principalmente em Maharashtra) são ainda importantes oportunidades de mercado para os produtores brasileiros, uma vez que o Brasil tradicionalmente envia grandes volumes de açúcar para lá nos anos ruins para a lavoura indiana. O Gráfico 14, a seguir, une as dinâmicas de importação de açúcar bruto pela Índia, de variação da cotação internacional da mercadoria na Bolsa de Nova Iorque e a consequente variação do preço médio da tonelada vendida ao exterior pelo Brasil. Evidencia-se, a um só tempo, o papel central que a Índia desempenha no Mercado Açucareiro Livre Mundial e como a expansão ou retração de sua produção impacta, “para o bem ou para o mal”, o comércio brasileiro dessa *commodity*.

RAW SUGAR: Importação Indiana (t) x Cotação n.11 ICE (\$) x Exportação Brasileira (\$)

5.000.000

2.500.000

0

1990 1995 2000 2005 2010

t

US\$ por tonelada

US cents per Pound

MAPS-2014

FONTE: SECEX, FAO e ICE

115

Gráfico 15: Índia, Cuba, África do Sul, Colômbia e Austrália: produção e importação de açúcar bruto, em toneladas (2009).

Segundo os dados do *Sugar Year Book* de 2012, publicado pela *International Sugar Organization* (ISO),⁵⁶ em 2009 o Brasil foi responsável pela alocação de 99,1% de todo o açúcar bruto importado pela Índia, demonstrando ser, naquela ocasião, o único país do mundo capaz de fornecer um volume de tal envergadura e a um preço competitivo.⁵⁷ Além de se beneficiar de suas vendas diretas para a Índia, o Brasil ainda se beneficiou, indiretamente, da alta geral gerada no mercado mundial pela quebra da produção indiana, realizando suas exportações a preços mais vantajosos.

Confrontando os dados de importação total de açúcar bruto pela Índia, fornecidos pelo Diretório Geral de Estatística e Inteligência Comercial (*Directorate General of Commercial Intelligence and Statistics*), vinculado ao Governo da Índia (*Government of India – GOI*), com os de exportação de açúcar bruto do Brasil para a Índia, fornecidos pelo Secex/MDIC, é possível observar no Gráfico 16 que, apesar de existir alguma discrepância, o açúcar de procedência brasileira costuma ser preponderante nas importações indianas.

⁵⁶ Anuário Açucareiro da Organização Internacional do Açúcar.

⁵⁷ O documento da ISO está disponível em: <<http://www.isosugar.org/Members%20documents/2012/SYB%202012.pdf>>. Acesso em: 26 abr. 2014, p. 115.

Gráfico 16: Índia: Comércio de açúcar bruto, em toneladas (2002-2011).

4.4 Políticas contemporâneas para os setores de açúcar e álcool

O setor açucareiro indiano é um dos que se mantiveram relativamente isolados das ondas de reformas econômicas de caráter neoliberal, iniciadas no começo dos anos 1990 naquele país. Até hoje o setor vem se mantendo fortemente atrelado à presença estatal sob ingerência do GOI. Intenso controle estatal se aplica, sobretudo, no plano interno, mas se amplia também para o contexto externo. De acordo com Jyothi (2014), naquele país

A indústria açucareira é altamente politizada e estreitamente controlada [...] o controle do governo abrange todos os aspectos do negócio de açúcar, ou seja, o licenciamento, a capacidade, a área de cana, colheita, preço da cana, os preços do açúcar, distribuição de açúcar, as importações e exportações.⁵⁸

Em razão de a atividade canavieira indiana envolver milhões de trabalhadores agrícolas e pequenos produtores de cana, produzindo um bem nutricional de importância básica para a alimentação popular, a atividade é regulamentada por meio da Lei das *Commodities Essenciais (Essential Commodities Act)*. Na Índia, sobretudo em Uttar Pradesh,

⁵⁸ Jyothi (2014): “Impact of Policy of Government on Import and Export of Sugar from India”. Original: “Sugar industry is highly politicized and closely controlled [...] the Government control covers all aspects of Sugar business, i.e. licensing, capacity, cane area, procurement, cane pricing, sugar pricing, sugar distribution, imports and exports”, tradução nossa. Texto disponível em: <<http://www.iosrjournals.org/iosr-jef/papers/vol3-issue2/Version-2/H03224042.pdf>>. Acesso em: 26 abr. 2014.

a canavieira ainda desempenha uma acentuada função social, econômica e alimentar para a população que vive no meio rural. A Ordem de Controle Canavieiro (*Sugarcane (Control) Order*), de 1966, vinculada à Seção 3 da Lei das *Commodities* Essenciais (*Section 3 of the Essential Commodities Act*), de 1955, regulamenta o fornecimento de cana às usinas e garante remuneração mínima aos canavieiros do país. Por meio do Departamento de Alimentação e Distribuição Pública (*Department of Food and Public Distribution*), vinculado ao Ministério de Negócios de Consumo, Alimentação e Distribuição Pública (*Ministry of Consumer Affairs, Food and Public Distribution*), o GOI reveste-se de “[...] poder de regular a distribuição e circulação de cana”, estabelecendo um “[...] preço mínimo da cana a ser pago ao produtor de açúcar”.⁵⁹ Por esse instrumento legal, o governo central da Índia fixa um preço mínimo a ser pago aos agricultores por sua cana, tendo por base seu custo de produção – o *preço mínimo de suporte* (*minimum support price – MSP*). Ao mesmo tempo, busca garantir ao consumidor final da mercadoria acessibilidade por meio de um preço bom e justo – o *preço remunerativo razoável* (*fair and remunerative price – FRP*). O GOI determina, ainda, as quantidades de cana que cada usina moerá na safra e que cada fornecedor (ou grupo de fornecedores) entregará a cada usina naquele ano. O GOI cobra também uma taxa das usinas açucareiras de 240 rúpias (US\$ 5,33) por tonelada de açúcar produzido, valor que é revertido ao Fundo de Desenvolvimento da Cana-de-Açúcar (*Sugarcane Development Fund – SDF*).⁶⁰ A aplicação desse fundo se dá para promover a manutenção e a melhoria do próprio setor por meio do dirigismo estatal, via financiamentos à produção, subsídios aos transportes e à exportação, auxílio financeiro para a instalação de unidades cogeradoras de energia e/ou de plantas desidratadoras de etanol, pesquisa e extensão etc.⁶¹ Na Índia, há “[...] uma política de controle parcial de mercado e dupla precificação do açúcar”,⁶² por meio da qual 20% da produção de cada usina são adquiridos pelo GOI a título de *levy sugar* (“açúcar administrado”) por um preço entre 30 e 40% abaixo daquele praticado em seu próprio mercado doméstico. Esse açúcar *levy* é destinado a abastecer, de forma subsidiada, a população situada abaixo da linha

⁵⁹ Ver o documento regulatório do setor canavieiro indiano no link <<http://www.indiansugar.com/uploads/Sugarcane%20Control%20Order-1966.pdf>>. Acesso em: 26 abr. 2014, p. 2 e 10. Original: “power to regulate distribution and movement of sugarcane” e estabelece um “minimum price of sugarcane payable by producer of sugar”, tradução nossa.

⁶⁰ Disponível em: <http://www.agmrc.org/media/cms/india_sugar_2010_29c3625a9a710.pdf>. Acesso em: 26 abr. 2014.

⁶¹ Nesses aspectos (garantia de preços mínimos, determinação do preço de mercado, dirigismo estatal), o sistema de apoio à atividade canavieira indiana segue moldes semelhantes aos que vigoraram no Brasil durante o período de vigência do IAA. Assim, é possível afirmar que, internamente, a Índia não adota, de forma alguma, uma postura “neoliberal”.

⁶² Original: “a policy of partial market control and dual pricing for sugar”, tradução nossa.

de pobreza por meio do sistema público de distribuição (*public distribution system* – PDS). Os demais 80% do volume açucareiro produzido são o chamado *free sugar* (“açúcar livre”). Este é comercializado pelas empresas com boa cotação no mercado interno devido ao controle estatal exercido sobre a oferta do produto e, de forma complementar, pela existência de barreiras alfandegárias que desestimulam a livre entrada do açúcar de origem externa.

É importante frisar que, historicamente, as exportações indianas de açúcar nunca foram um objetivo em si; se elas ocorriam, era apenas enquanto artifício para regulação da oferta interna e, assim, mantinham os preços domésticos elevados nos anos em que as safras eram mais abundantes. Tinham as exportações a função de regular os estoques, complementando a política de atender aos interesses alimentares da nação. Nos anos cujas safras foram volumosas, todas as usinas se viram obrigadas a, por lei, entregar uma fração determinada de sua produção a ser vendida no exterior. A exportação era então realizada por meio de uma parceria público-privada, envolvendo a Companhia Estatal de Comércio da Índia (*State Trading Corporation of India* – STCI) e a Corporação Indiana de Importação e Exportação de Açúcar (*Indian Sugar General Import Export Corporation* – ISGIEC). A abrangência mercadológica das exportações açucareiras indianas nunca foi tão ampla como a brasileira, restringindo-se, em regra, ao comércio do oceano Índico, especialmente com os vizinhos Paquistão, Nepal, Bangladesh e Sri Lanka. Quando muito, alcançando mercados um pouco mais distantes, como os do Oriente Médio e da Indonésia. Para agregar valor ao seu produto, o STCI e o ISGIEC costumam refinar o açúcar que será exportado, medida que visa contrabalancear e amenizar as deficiências e os altos custos infraestruturais de transporte e de embarque da mercadoria. Para efetuar as exportações, utiliza-se, de forma subsidiária, uma parcela do SDF (Fundo de Desenvolvimento Açucareiro). Em seguida, socializam-se os resultados: “os ganhos e perdas obtidos nas exportações são compartilhados entre todas as usinas na proporção da quantidade aportada”.⁶³

Em 2001, o GOI experimentou alterar essa sistemática historicamente consolidada nas exportações de açúcar, concedendo licenças de atuação para três empresas nacionais praticarem especulações acerca de mercados futuros do açúcar, medida de caráter

⁶³ Texto analítico da FAO, intitulado “Factors determining indian sugar production and its comparative advantage”. Disponível em: <<http://www.fao.org/docrep/005/x0513e/x0513e16.htm>>. Acesso em: 26 abr. 2014. Original: “the profit and loss so achieved on the exports would be shared amongst all the mills on the apportioned quantity”, tradução nossa.

essencialmente liberalizante. Essa ação abriu caminho para a importação de vastas remessas de açúcar bruto de cana para ser processado e refinado por empresas privadas nas grandes cidades portuárias, notadamente Bombaim e Calcutá, cada uma das quais localizada à entrada de densa hinterlândia consumidora de açúcar. Se futuramente a prática da distribuição do açúcar bruto importado e refinado localmente se converter numa operação usual, considerável parcela das usinas e dos agricultores domésticos indianos se submeterá a uma castigável concorrência, danosa sobretudo para a região onde o cultivo segue padrões mais antiquados de funcionamento: o Vale do Ganges. Por esse motivo, as importações de açúcar do país também foram historicamente controladas pelo GOI, por meio da *State Trading Corporation of India* (Companhia Estatal de Comércio da Índia) e da *Food Corporation of India* (Companhia Indiana de Alimentação). Entretanto, devido à crise de escassez verificada em 2009, as autoridades nacionais acharam por bem adotar as medidas necessárias “[...] para liberar as restrições de importação com objetivo de aumentar o abastecimento doméstico”.⁶⁴ Em outra medida francamente liberalizante, o GOI distribuiu licenças para que as usinas importassem diretamente açúcar bruto em condições de *duty free*. Permitiu ainda que certas empresas estatais de comércio fizessem o mesmo com açúcar refinado.

⁶⁴ Conforme documento publicado conjuntamente pelo *Indian Institute for Foreign Trade* e pelo *Ministry of Agriculture*, intitulado “India’s Sugar Industry: Analysing Domestic Demand and Recent Trends”. Disponível em: <<http://agritrade.iift.ac.in/html/Training/ASEAN%20E2%80%93%20India%20FTA%20Emerging%20Issues%20for%20Trade%20in%20Agriculture/India%20E2%80%99s%20Sugar%20Industry.pdf>>. Acesso em: 26 abr. 2014. Original: “to relax import restrictions to augment domestic supplies”, tradução nossa.

Mapa 48: Índia: Principais destinos das exportações de açúcar (2001-2010).

Tais medidas de cunho liberalizante (tanto as de exportações quanto as de importações) podem ser entendidas como concessões do GOI às pressões internas que clamam por uma menor interferência estatal no setor canavieiro indiano. Lembremo-nos do caso citado da empresa *Shree Renuka Sugars Ltd.* As críticas feitas à prática de comércio externo imposta pelo governo argumentam que as negociações internacionais coordenadas pelo Estado são, em geral, malsucedidas, o que teria feito a Índia pagar “[...] um alto preço pelas importações e, talvez não ter obtido o melhor preço nas exportação” (KANSAL, 1997).⁶⁵ Esse julgamento provém, sobretudo, dos produtores de açúcar mais eficientes, estabelecidos em Maharashtra, sediados em Mumbai. Eles reivindicam um maior liberalismo econômico na atividade como forma de evitar que um controle excessivo crie “[...] imensos problemas para as indústrias de açúcar na formulação de estratégias de marketing” (JYOTHI,

⁶⁵ KANSAL, Satish. *Factors determining Indian sugar production and its comparative advantage*. [1997] Disponível no site da FAO em: <<http://www.fao.org/docrep/005/x0513e/x0513e16.htm>>. Acesso em: 26 abr. 2014. Original: “India may have paid high price for imports and perhaps didn't get best price for export”, tradução nossa.

2014, p. 1).⁶⁶ Por meio da Associação Indiana de Usinas de Açúcar (*Indian Sugar Mills Association* – ISMA), eles defendem uma maior liberdade de atuação em suas práticas comerciais, partindo do princípio, inclusive, de que o açúcar de cana é mais competitivo no mercado internacional do que o de beterraba. Pressupõem ainda que a Índia pode ser um dos países de maior eficiência nesse mercado, e que suas empresas poderão aumentar seus lucros por meio de uma maior participação no comércio mundial. Apresentam-se assim como lideranças na Aliança Global para as Reformas e Liberalização do Comércio Açucareiro (*Global Alliance for Sugar Trade Reforms and Liberalisation*),⁶⁷ chegando a propor medidas radicais no plano interno do país, tais como “liberação dos preços”, “liberação das licenças de produção”, “liberação do comércio” e mesmo a “completa desregulamentação”.⁶⁸ A despeito da inegável pressão interna para que se promova uma maior abertura do setor açucareiro às forças de mercado, o GOI ainda entende ser necessária a política existente, inclusive por um motivo de segurança alimentar, visando garantir o abastecimento de sua população mais pobre. Enquanto a parte mais eficiente do setor privado da Índia posiciona-se favoravelmente a uma maior liberalização das práticas de mercado para o açúcar indiano, as usinas e as regiões menos favorecidas defendem a manutenção do *status quo*.

Antes de terminarmos este capítulo, cumpre tratar de uma questão relativamente nova no cenário canavieiro indiano: a produção de etanol para uso enquanto combustível veicular. Relativamente nova porque teve início com três projetos pilotos realizados nos estados de Maharashtra (dois) e Uttar Pradesh (um). Apoiados pelo GOI e pela Sociedade Indiana de Fabricantes de Automóveis (*Society of Indian Automobile Manufactures* – SIAM), uma série de produtores passou a testar localmente o uso da mescla de gasolina (chamada no país de *petrol*) com etanol. A mescla foi inicialmente estabelecida na proporção de 95% de “petrol” com 5% de etanol, ficando esse “novo” combustível conhecido na Índia como *ethanol-doped-petrol*. Mundialmente, equivale ao chamado E-5 (etanol em proporção de 5%

⁶⁶ Jyothi, 2014, p. 1. Disponível em: <<http://www.iosrjournals.org/iosr-jef/papers/vol3-issue2/Version-2/H03224042.pdf>>. Acesso em: 26 abr. 2014. Original: “immense problems to the Sugar industries in formulating marketing strategies”, tradução nossa.

⁶⁷ Disponível em: <<http://www.indiansugar.com/AboutUs.aspx>>. Acesso em: 26 abr. 2014.

⁶⁸ Ver a análise feita por Satish Kansal (1997) para a FAO, “Factors Determining Indian Sugar Production and its Comparative Advantage”. Disponível em: <<http://www.fao.org/docrep/005/x0513e/x0513e16.htm>>. Acesso em: 26 abr. 2014. Original: “price decontrol”, “delicensing of manufacture”, “decanalising of trade” e mesmo a “complete deregulation”, tradução nossa.

na mistura com a gasolina).⁶⁹ Confirmada a viabilidade técnica dessa mistura de combustíveis nos veículos automotores leves montados no país (carros), em primeiro de janeiro de 2003 o GOI decidiu ampliar o programa, tornando a mistura oficial em nove Estados e quatro territórios da nação.⁷⁰ Mas, apesar do decreto governamental, essa nova lei não foi aplicada, por uma série de fatores. Em primeiro lugar, não existia no país o volume de etanol, que de uma hora para outra passou a ser demandado - e aumentar a área de cana plantada no país não é tarefa simples. Em segundo lugar, as companhias revendedoras de combustíveis (*oil marketing companies* – OMC) não demonstraram o menor interesse pela mistura, preferindo atuar da forma como já estavam habituadas. E, se o fizessem, intensificar-se-ia a condição do país de ser ao mesmo tempo dependente do petróleo bruto, mas superavitário em termos de gasolina e diesel, devido à forma como está estruturado seu parque refinador de petróleo. Em terceiro lugar, um aumento tão veloz e exponencial do uso do etanol doméstico para a finalidade de combustível automotor colocaria em grande dificuldade econômica as indústrias dos setores de bebidas (*liquor industry*) e químico (*chemical industry*). A primeira, consumindo cerca de 45% do etanol produzido no país, e a segunda, 40%, entrariam ambas em situação de inviabilidade econômica: “[...] o programa de mistura as obrigaria a importar etanol e as tornaria não competitivas” (KUTTY, 2012).⁷¹

Diante da não realização de sua determinação, o GOI decidiu estabelecer a Política Nacional de Biocombustíveis (*National Biofuel Policy* – NBP) em outubro de 2008. Por meio do Programa de Mesclagem de Etanol (*Ethanol Blending Programme* – EBP) reafirmou a obrigatoriedade do uso do E5 e ampliou a área de abrangência de sua política energética: passava a vigorar em 20 Estados, além dos quatro territórios da nação.⁷² Previu ainda a ampliação da participação relativa do etanol no consumo nacional de combustíveis,

⁶⁹ Sobre essa experiência, consultar o *site* governamental <http://www.ethanolindia.net/ethanol_govt.html>2002. Acesso em: 26 abr. 2014.

⁷⁰ Nove Estados: Andhra Pradesh, Goa, Gujarat, Haryana, Karnataka, Maharashtra, Punjab, Tamil Nadu e Uttar Pradesh. Quatro territórios da União: Daman and Diu; Dadra and Nagar Haveli, Chandigarh e Pondicherry. Ao todo, o país possui 29 estados e sete territórios, atestando a amplitude da medida tomada em favor dos biocombustíveis. Ver mais informações em: <http://www.icrier.org/pdf/policy_series_no_9.pdf>. Acesso em: 26 maio 2014.

⁷¹ Madhavan Kutty (2012). Disponível em: <<http://blogs.intoday.in/businessstoday/ethanol-blending-refuses-to-take-off-in-india-62936.html>>. Acesso em: 26 maio 2014. Original: “the blending programme would force them to import and become uncompetitive”, tradução nossa.

⁷² Vinte Estados: Maharashtra, Gujarat, Goa, UP, Haryana, Punjab, Karnataka, Andhra Pradesh, Tamil Nadu, Uttaranchal, Delhi, Himachal Pradesh, Madhya Pradesh, Chhattisgarh, Kerala, Rajasthan, West Bengal, Orissa, Bihar e Jharkhand. Quatro territórios da União: Chandigarh, Pondicherry, Dadra & Nagar Haveli, Daman e Diu.

estabelecendo como meta o uso do E20 no ano de 2017. Em dezembro de 2009, a nova política de biocombustível foi aprovada pelo Gabinete Governamental (*Union Cabinet*), organização de máxima representatividade política, composta pelo primeiro-ministro e um conselho de seus principais ministros. A argumentação oficial que o GOI passou a adotar foi a de se tratar de uma “[...] iniciativa Indiana para cortar a dependência dos combustíveis fósseis”.⁷³ O país depende da importação de quase 80% do petróleo bruto que utiliza, e uma mistura de 5% de etanol na gasolina representaria uma economia anual de cerca de US\$ 1 bilhão. O etanol de cana passou a ser considerado na Índia, em 2009, como “[...] uma política de longo prazo, tratando-a como um imperativo nacional de segurança energética”.⁷⁴

O exemplo oficialmente aceito foi o dado pelo Programa Nacional do Alcool brasileiro (Proálcool), iniciado em 1975. Por meio do discurso adotado por grande parte da mídia nacional, previa-se que a Política Nacional de Biocombustíveis (*National Biofuel Policy*) adotada na Índia, seguindo o modelo brasileiro iniciado 40 anos antes, cumpriria uma dupla função: produzir localmente um combustível alternativo e renovável e valorizar a cadeia produtiva canavieira (em suma, o açúcar). Opiniões como as que se seguem ilustram bem a tese do exemplo brasileiro como algo possivelmente vantajoso para a Índia:

A Índia tem o potencial de repetir o sucesso do Brasil; somos o segundo maior produtor de cana-de-açúcar do mundo. E o risco e o investimento envolvidos na produção de etanol são muito menores do que na exploração e produção de petróleo.⁷⁵

O governo indiano tem a esperança de emular o sucesso do Brasil. Tem a matéria-prima – a Índia é o segundo maior produtor de açúcar do mundo (depois do Brasil), e o etanol é produzido a partir do melaço, um subproduto do açúcar.⁷⁶

⁷³ Disponível em: <http://articles.economictimes.indiatimes.com/2014-01-20/news/46374770_1_ethanol-oil-companies-indian-oil-corporation>. Acesso em: 26 maio 2014. Original: “India’s initiative to cut dependence on fossil fuels”, tradução nossa.

⁷⁴ Original: “a long-term policy, treating it as a national energy security imperative”, tradução nossa.

⁷⁵ Texto escrito pelo ex-cônsul geral da Índia em São Paulo, R. Viswanathan, em 2014. Disponível em: <<http://www.gatewayhouse.in/india-can-learn-from-brazils-ethanol-policy/>>. Acesso em: 26 maio 2014. Originalmente: “India has the potential to replicate the success of Brazil; we are the second largest producer of sugar cane in the world. And the risk and investment involved in ethanol production is far lower than in oil exploration and production”, tradução nossa.

⁷⁶ Texto escrito pelo jornalista N. Madhavan Kutty, em 2012. Disponível em: <<http://blogs.intoday.in/businesstoday/ethanol-blending-refuses-to-take-off-in-india-62936.html>>. Acesso em: 26 maio 2014. Original: “The Indian government was hopeful of emulating Brazil’s success. It has the

Não cabe aqui entrarmos nos pormenores do Proálcool. Importante é destacar que a Índia segue com dificuldades para efetivar sua nova política energética. Dificuldades derivadas tanto da insuficiência de fornecimento de etanol, por parte das empresas açucareiras, quanto do desinteresse de sua compra, por parte das companhias revendedoras de combustíveis. Assim, o alcance da Política Nacional de Biocombustível estava limitado, em 2014, a 13 Estados (dentre os 20 previstos), com o grau de adoção da medida oscilando entre as distintas regiões do país. Estima-se que a taxa média de mistura de etanol na gasolina, em nível nacional, seja atualmente 1,4% (E1,4). Até o final de 2013, empresas como as importantes *Indian Oil Corp. Ltd.*, *Hindustan Petroleum Corp.* e *Bharat Petroleum Corp.* vinham oferecendo, em média, Rs 27 por litro de etanol (US\$ 0,43); enquanto o preço de mercado, pago pelas indústrias dos setores químico e de bebidas, era de Rs 36 por litro (US\$ 0,58). Em 19 de janeiro de 2014 o GOI adotou uma nova fórmula para que seu planejamento energético entrasse de fato em vigor: a fixação de um preço mínimo para a compra, por parte das petroleiras, do etanol produzido pelas usinas.⁷⁷ Fixou como *preço mínimo de compra* (*minimum purchase price* – MPP) 44 rúpias por litro (US\$ 0,71), acima, portanto, do preço de mercado até então vigente e tendo por base “[...] o atual custo de produção e o preço de importação do bioetanol”.⁷⁸ Em outras palavras, o GOI retirou a mercadoria etanol do livre mercado baseado nas relações “espontâneas” de oferta e procura, criando-lhe um mercado cativo e garantindo-lhe um preço mínimo de venda – e, nesse sentido, podemos dizer que conseguiram replicar o modelo brasileiro.

Os próximos passos a serem dados pelo GOI, no que diz respeito ao desenvolvimento da produção indiana de etanol para finalidades carburantes, são de difícil previsão, e nos recusamos a tentar fazê-las. Quais impactos tal política poderá ocasionar no espaço rural indiano também é tarefa sobre a qual não nos arriscaremos palpar. O que podemos acrescentar é que, para a efetivação do E5 e, principalmente, a do E20, em 2017, a simples destilação do mel residual da produção açucareira indiana não é suficiente. As metas

raw material – India is the second largest producer of sugar in the world (after Brazil), and ethanol is produced from molasses, a sugar by-product”, tradução nossa.

⁷⁷ Cumpre reparar que a adoção do dístico obrigatoriedade do uso e fixação governamental de seu preço de venda remonta, no caso do etanol brasileiro, a criação do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), no ano de 1933.

⁷⁸ JAI, Sherya [2014]. Disponível em: <http://articles.economictimes.indiatimes.com/2014-01-20/news/46374770_1_ethanol-oil-companies-indian-oil-corporation>. Acesso em: 26 maio 2014. Original: “the actual cost of production and import price of bio-ethanol”, tradução nossa.

estabelecidas pelo GOI demandam ampliação significativa da área canavieira no país e, quiçá, que se passe a produzir o etanol diretamente da destilação do caldo da cana, processo conhecido no Brasil como “álcool direto”.⁷⁹ Em nenhum dos casos parece ser tarefa fácil, tanto em função da escassez de terras disponíveis para o cultivo quanto de água para sua irrigação. Permanece incerto o que se passará no país em termos de adoção de uma política de produção e consumo de bioetanol, não sendo desprezível a possibilidade de a Índia se converter em grande importadora do etanol produzido nos Estados Unidos ou mesmo no Brasil.

4.5 Resumo e conclusão do capítulo

A Índia se notabiliza por ser o primeiro país do mundo com registro sobre o cultivo da cana e a produção do açúcar. Com uma produção baseada exclusivamente na extração do açúcar com base na cana, produz dois tipos de açúcares: o centrifugado e um tipo mais artesanal, comparável ao mascavo ou à rapadura.

Visto atualmente como um produto necessário para a segurança alimentar da população, o açúcar é alvo de uma forte regulamentação estatal. O principal objetivo dessa política de controle do mercado é manter o equilíbrio entre sua oferta e procura. Portanto, a produção nacional visa essencialmente suprir o mercado interno, de elevadas proporções, já que o país conta com uma população de 1 bilhão e 240 milhões de pessoas e com um consumo médio de 22 kg per capita/ano. Esses números fazem do país o maior mercado consumidor de açúcar do mundo. Nesse contexto, as exportações e importações desempenham tão somente a função de regular os estoques no caso de ocorrência de um desequilíbrio no balanço pretendido, como no caso de uma grande safra ou de uma grande estiagem.

Dessa forma, o Estado lança mão de várias medidas para regular esse imenso mercado de produção, distribuição e circulação de açúcar, de forma a subsidiar o consumo da população mais pobre. Dentre estas podemos destacar algumas: o estabelecimento da

⁷⁹ No caso brasileiro essa discussão foi recorrente no período de estabelecimento do Proálcool (1975-1985), quando se manifestavam correntes favoráveis exclusivamente à destilação do mel residual (lideradas pela Coopersucar, favoráveis à implementação das “Destilarias Anexas”) e correntes partidárias da destilação direta do caldo da cana (lideradas pela SOPRAL, favoráveis à implementação das “Destilarias Autônomas”).

quantidade de cana a ser entregue por cada fornecedor; a quantidade de cana a ser moída por cada usina; o preço mínimo a ser pago ao produtor de açúcar, além da manutenção de um Fundo de Desenvolvimento da Cana-de-Açúcar, entre outras. Para privilegiar a produção e o consumo internos, o Estado estabelece pesadas barreiras alfandegárias para o produto importado. Apenas quando ocorre uma quebra de safra, tal como se passou em 2009, os países exportadores de cana no âmbito mundial, como o Brasil, têm a oportunidade de fornecer essa *commodity* para a Índia.

A Índia conta com empresas modernas dedicadas à produção do açúcar, salientando-se entre elas a *Shree Renuka Sugars* – que adquiriu quatro usinas no Centro-Sul do Brasil. Considerada a principal refinadora de açúcar na Índia, a empresa dedica-se também, e de forma pioneira no país, à produção do etanol.

Atualmente, a Índia é o segundo produtor mundial de açúcar e desempenha um papel de grande relevância na esfera mundial. Em função do gigantismo do seu mercado consumidor, qualquer desequilíbrio na produção de açúcar nesse país interfere diretamente no mercado mundial, influenciando inclusive a cotação do açúcar na Bolsa de Nova Iorque.

MUNDO ÁRABE: O AÇÚCAR ENQUANTO MERCADORIA

5.1 Mundo Árabe Antigo, uma região açucareira transitória

Mundo Árabe não é, *a priori*, um conceito regional, muito menos um conceito consensualmente aceito. Entretanto, para a temática discutida nesta tese, essa possibilidade de regionalização teórica do mundo apresenta-se como opção concreta para a análise do real. Ao longo deste capítulo pretendemos abordar a área à que nos referimos quando, em termos açucareiros, falamos em um “Mundo Árabe”. Trata-se de uma região cuja história canavieira é longa e interessante.

5.1.1 O Mekran

A cana-de-açúcar chegou aos árabes por intermédio dos persas, que, por sua vez, a conheceram na Índia. Vale a pena acompanhar esse itinerário. Como foi visto, no Vale do Ganges, na Índia Antiga, a cana-de-açúcar já havia se convertido em um produto da agricultura irrigada, praticada nas beiradas dos férteis vales. O açúcar já era um fruto da manufatura artesanal. Diante do escopo de discussão desta tese, pode-se considerar, enquanto limite oeste da canavieira estabelecida sob os moldes dos indianos antigos, a faixa costeira próxima a Karachi, no atual Paquistão, já no Mar da Arábia.⁸⁰ Essa região estende-se da foz do rio Hindus em direção ao Golfo de Omã; ou, como preferiu colocar Von Lippmann (1941, p. 228), desde o “[...] delta do Indo à fronteira do Mekran – cujo nome deriva de ‘Mah’ ‘Keran’, isto é, ‘terra fértil’ – [onde] encontravam-se canaviais em todas as terras adequadas”. Devido ao fato de essa região (o Mekran) participar ativamente da vinculação comercial indo-persa – fosse por via terrestre ou por via marítima –, parece irrefutável a ideia de ter sido por aí que a cana-de-açúcar alcançou o Império Persa (e conseqüentemente o Oriente Médio) pela primeira vez.

⁸⁰ Território ocupado pelos árabes no ano de 711.

5.1.2 A antiga Susiana, atual Khuzistão

Von Lippmann (1941, p. 199) ressalta que “nada nos permite concluir que os persas conhecessem o açúcar antes do século V”.⁸¹ Segundo o autor, ao que parece, seu ingresso se deu por volta de 450 d.C., na região de Susiana, vale do rio Karun (atualmente Khuzistão, no Irã). Ao adentrar em território persa a cana manteve-se como artigo raro e de finalidade essencialmente medicinal, cultivada somente em jardins. Encontrou especial abrigo em Gondisapur,⁸² notadamente na Academia de Ciências da cidade, que reunia filósofos e cientistas provenientes tanto do “Ocidente” quanto do “Oriente”:

[...] nos jardins botânicos de sua escola, destinados ao suprimento de sua farmacopéia, se fizeram as primeiras grandes plantações de cana [...] e se observou e experimentou por homens com preparação técnica o progresso da produção de açúcar; os discípulos dessa escola tornaram possível o emprego generalizado do açúcar na medicina [...] não foi menos laboriosa a evolução do processo de refinação do produto e seu aperfeiçoamento, até se conseguir um tipo puro” (VON LIPPMANN, 1941, p. 201).

Atribui-se, ainda, aos sábios de Gondisapur a invenção dos “pães de açúcar”, no século VII (DEER, 1921; VON LIPPMANN, 1941). A elaboração de um produto puro, branco e seco favorecia sua manipulação e, conseqüentemente, a obtenção de melhores fármacos.⁸³ Essa metodologia incipiente de refino do açúcar favorecia também o seu transporte por longas distâncias, pois, tornando-se uma carga seca e sólida, podia ser mais facilmente acomodada nas caravanas comerciais. Foi somente com a expansão muçulmana

⁸¹ Naquele período ainda perdurava o Império Sassânida, o último da Pérsia pré-islâmica, que vigorou entre 224 e 651 d.C.

⁸² Ao longo dos séculos, diversos topônimos se alteraram em toda a região, devido às sucessivas mudanças de mãos dos seus territórios, às inúmeras guerras ocorridas e ao constante processo de fundação/destruição/reconstrução de cidades e vilas. Gondishapur, por exemplo, já não existe mais, e suas ruínas encontram-se entre as atuais cidades de Susa e Dezful, Província do Cuzistão, Irã.

⁸³ Segundo Von Lippmann (1941, p. 241), Ibn Sina (Avicena), em sua extensa e importante publicação *Canon da Medicina*, datada de 1025, apresenta em seu quinto volume uma lista com 650 remédios, dentre os quais, 100 continham açúcar em sua formulação.

por meio do Califado Rashidun,⁸⁴ a partir do ano de 632, com a tomada de territórios no “Crescente Fértil”,⁸⁵ que os árabes tomaram contato direto com a cana-de-açúcar.

A cana e o açúcar só se tornaram bem comum dos árabes com a sua expansão pelas armas, quando Hira, no baixo Eufrates, foi ocupada, em 633, e a grande Batalha de Cadesia [636] destronou os sassânidas e aniquilou a independência do império persa, com a fundação de Basra, no delta do Tigre [...] quando o comércio passou para a mão dos conquistadores, que se apossaram de Susiana e dos férteis campos da Mesopotâmia. A submissão do Cuzistan processou-se de 638 a 650, e terminou com a tomada de Ahvaz; tão grande foi, no entanto, a impressão causada pela cultura superior do país e tão segura e instantânea a compreensão das vantagens a serem auferidas com seu aproveitamento, que o califa Omar [...] ordenou ao seu general que perdoasse e restituísse a liberdade dos prisioneiros, “pois os árabes ainda não sabem cultivar devidamente as plantas dessas províncias”.⁸⁶

Tendo como epicentro original de produção a cidade de Gondisapur, gradativamente o açúcar foi deixando de ser um componente apenas medicinal para se converter em artigo da alimentação. A canavieira, concomitantemente, deixava de ser um cultivo de jardim para tomar as planícies férteis e irrigadas da Mesopotâmia. Pelos estudos aprofundados de Von Lippmann, conclui-se que os vales dos rios Karun e seu afluente Masrukan, na Susiana, foram os locais eleitos para a produção em grande escala de cana-de-açúcar neste primeiro momento da dominação árabe sobre o Oriente Médio, mas que esta também se dava nos baixos cursos dos rios Tigre e Eufrates. Seu cultivo foi crescente e o consumo de açúcar difundiu-se entre os territórios árabes durante o domínio do Califado Omíadas (661-750). Por intermédio das rotas terrestres e das caravanas comerciais, o açúcar ganhava mercado e se popularizava, instigando os produtores a ampliarem suas lavouras. Nesse período, “[...] a cultura da cana-de-açúcar foi protegida e fomentada, bastando um século para se tornar a principal produção de Susiana e das províncias limítrofes e a base de

⁸⁴ O Califado Rashidun foi hegemônico no mundo árabe muçulmano entre 632 e 661.

⁸⁵ Crescente Fértil é o nome dado a uma região do Oriente Médio irrigada pelas bacias hidrográficas dos rios Tigre, Eufrates e Jordão, assim como a do baixo vale do Nilo. É comumente chamada também de Mesopotâmia, sendo um importante centro de formação das primeiras sociedades agrícolas de que se tem conhecimento. Seu nome deriva do fato de que, ao se delimitar num mapa sua localização, esta toma a forma de um arco semelhante à lua em sua fase crescente (esta sendo um símbolo característico do islamismo, religião predominante na região).

⁸⁶ Von Lippmann, 1941, p. 216.

uma grande indústria, que se desenvolveu com extraordinária rapidez” (VON LIPPMANN, 1941, p. 218).

A expansão dos canaviais fez surgir no Golfo Pérsico uma nova e dinâmica região açucareira, que perduraria com pujança por pelo menos dois séculos: a Susiana (posteriormente renomeada para Khuzistão). Os relatos escritos atualmente disponíveis, grande parte compilada por Von Lippmann, nos tornam capazes de reproduzir alguns testemunhos de época que fizeram menção àquela que foi a primeira região açucareira de domínio dos árabes muçulmanos. Vale a pena atentar, como transparecerá no trecho citado a seguir, como a questão hídrica – ou seja, a necessidade de se dispor e de se saber usar adequadamente a água – era de fundamental relevância à agricultura praticada naquelas zonas, completamente cercadas por desertos.

Ocupando áreas irrigáveis, configurava-se como uma cultura rentável; e já no ano de 900 Al-Faqih diria: “[...] pelo seu alto valor, planta-se cana onde a terra permite”, enquanto Al-Muqadasi, no ano de 985, gabou-se da “[...] planície que ia de Ahvaz a Askar Mukran, a Dhuba [isto é, Gondisapur] e Basra, pela sua fertilidade, grande riqueza e inúmeros canaviais” (apud LIPPMANN, 1941, p. 224). Para Ibn Hauqal (morto em 978), em seu livro intitulado *Geografia*, não havia “[...] região mais povoada e mais bem cultivada que as de Maskuran, em volta de Ahvaz, de Sulaimanan e de Gondisapur” (apud LIPPMANN, 1941, p. 225), terras marcadas pela atividade canavieira. Al-Istacri descreveu em seu *Livro de Terras*, datado de 951, uma viagem na qual diz:

Parti de Askar Mukran, perto de Ahvaz, pelo rio Masrukan [... ali] nada se perde de suas águas, cada gota serve para a irrigação de palmeiras, campos de cereais e plantações de cana, que se transporta para fabricar açúcar [...] seus habitantes vivem da cana, pois uns a consomem, outros fazem dela açúcar (apud LIPPMANN, 1941, p. 225).

Lippmann (1941) relata, inclusive, uma discussão a respeito de qual seria o açúcar de mais elevada qualidade entre todos, confrontando-se mais de uma vez a produção de Ahvaz (cujo nome significa literalmente “mercado”) com a de Askar Mukran – sendo este um povoado fundado posteriormente. Abu Zaid, em 920, escreveu que “[...] o açúcar de Ahvaz é excelente, mas o de Askar Mukran lhe é superior, há cana em todo o Cuzistan, mas a melhor se encontra no rio ou canal de Maskuran [ou seja, no entorno de Askar Mukran]”. Desse

modo foi corroborado por Taalibi, que acrescentou ainda que “[...] o açúcar de Askar Mukran não tem rival em quantidade nem em qualidade” (apud LIPPMANN, 1941, p. 225). Como se pode notar, Ahvaz e Askar Mukran tornaram-se os dois principais centros de fabricação de açúcar na região do Khuzistão (ex-Susiana). O alcance da indústria açucareira estabelecida naquela região atingia, conforme anotou Al-Muqadasi, no ano de 985, um vasto território que incluía as terras mais sagradas para os muçulmanos, possivelmente até mesmo Meca. Esta fértil zona agrícola,

[...] com suas muitas fábricas admiráveis e refinarias, [é] o principal produtor de açúcar (bruto, fanid), kand (açúcar refinado), confeitos baratos e finos, doces variados e sem igual [... fazendo com que] todo o açúcar que se encontra nos países estrangeiros, na Pérsia, na Mesopotâmia e no sul da Arábia, venha do Cuzistan (apud LIPPMANN, 1941, p. 226).

A produção de açúcar do Khuzistão destinava-se, como mencionado, à “exportação” – via caravanas ou embarcações – contribuindo para que se espalhasse pelo Mundo Árabe o gosto pelo açúcar enquanto alimento, e não mais apenas como remédio. Alimentava também a constante escalada comercial que os árabes mulçumanos do Khuzistão haviam posto em marcha em todo o Oriente Médio.⁸⁷ Por volta do ano 1000 d.C., a província do Khuzistão destacava-se no contexto geopolítico árabe:

[...] suas plantações de cana, seus engenhos de açúcar e suas refinarias tornaram-na a província hegemônica do império [Abássida]; nela aparece, pela primeira vez, a grande exploração [açucareira voltada] para o mercado, tecnicamente conduzida, para daí penetrar lentamente no Ocidente (apud LIPPMANN, 1941, p. 224).

Não se sabe bem as causas que levaram à decadência dessa região açucareira pioneira do Mundo Árabe, mas o saque e o massacre que atribularam Bagdá⁸⁸ em 1258, durante uma sangrenta invasão mongol – resultando inclusive na posterior transferência da capital do Califado Abássida para o Egito –, podem ser citados. Outro fator colocado por Von

⁸⁷ Sobre essa temática, vale transcrever parte do poema escrito em 1230 por Saadi – poeta nascido em Shiraz, Khuzistão: “Levo enxofre persa para a China, porcelana chinesa para Constantinopla, seda grega para a Índia, aço índico para a Síria, vidro sírio para o Iêmen, e daí, finalmente, tecidos raiados para a Pérsia”.

⁸⁸ Bagdá, localizada em plena Mesopotâmia, em zona não distante do Khuzistão, era então a capital da Dinastia Abássida.

Lippmann foi o aparecimento de outras regiões canaveiras, mercadologicamente concorrentes ao Khuzistão, e em melhores condições de suprir a crescente demanda árabe por açúcar: cita então o autor, o caso do Vale do Rio Nilo.

Mapa 49: Mundo Árabe: três regiões açucareiras antigas: Mekran, Susiana e Vale do Nilo (séculos V a XV).

ORIENTE MÉDIO: Três Regiões Açucareiras: Mekran, Susiana e Vale do Nilo (séculos V a XV)

MAPS-2014

Fontes: Deerr (1921), Von Lippmann (1941) e Folha de São Paulo (1995)

5.1.3 O Vale do Nilo

Para Von Lippmann (1941, p. 259), “[...] de todas as terras em que a conquista árabe introduziu a cana, nenhuma tem maior importância para a história do açúcar que o Egito, velha pátria da química prática e da alquimia”. Noël Deerr (1921) coloca o ano de 641 como marco não apenas de introdução da cana-de-açúcar no Egito pelos árabes sarracenos, como também do início da indústria açucareira do Mediterrâneo. Segundo esses autores, a chegada da cana ao Egito teria tido a seguinte rota de migração: da Índia ao Mekran (Paquistão) pelo expansionismo terrestre; daí para Susiana (na fronteira entre Irã e Iraque) por

via marítima, passando pelo Golfo de Omã. De Basra, o cultivo da cana-de-açúcar subiu os vales do Tigre e do Eufrates na Mesopotâmia alcançando a Síria, de onde chegou ao Baixo Egito. Foi um processo migratório feito, portanto, parte por via terrestre, parte por via marítima. Isso explica o fato de que, por muito tempo, a cana-de-açúcar foi chamada no Egito de “cana persa”. Sua difusão no Vale do Nilo foi veloz e, ao que tudo indica, já na metade do século VIII seu cultivo era praticado não só no Delta e no Baixo Egito, mas também em Assuam, a montante. Segundo testemunho do geógrafo Al-Edrisi, no ano de 1150,

[...] a região em volta do Cairo era um imenso canavial, magnificamente irrigado, e a cidade, um empório de açúcar e doces [...] Caís e Miniet, à margem do Nilo, e Camein eram rodeadas de canaviais; Terfet e Senista, em Faium, produziam muito açúcar bruto e em pães, que se exportava para o Cairo; também se plantava cana no Oasis, entre o Egito e o Sudão, onde a irrigação dava bons resultados [...] em toda a extensão do vale do Nilo, onde se apresentavam condições favoráveis, havia canaviais, mesmo em Djimi, no alto Nilo (apud VON LIPPMANN, 1941, p. 275).⁸⁹

Assim como no Mekran e na Susiana/Khuzistão, a lavoura canavieira no Vale do Nilo não se beneficiava de chuvas abundantes. Conforme Von Lippmann (1941, p. 273), “a possibilidade do cultivo da cana no Egito ligava-se à de irrigação, limitava-se, portanto, às margens do Nilo”. Nesse quesito, os egípcios já contavam com larga experiência quando a canavicultura foi pela primeira vez introduzida, havendo ao redor do Nilo um grande número de canais e rodas d’água que regavam seus cultivos. Sobre o uso das rodas d’água era cobrado um imposto, o que denota só empregarem-na para os cultivos mais rendosos. Outra importante característica da região canavieira do Vale do Nilo diz respeito ao fato de ali ter surgido uma técnica de branqueamento e refinação do açúcar muito mais elaborada do que as conhecidas até então, obtendo-se um produto ainda mais fino e puro:

[...] seu aperfeiçoamento se deveu à aplicação dos conhecimentos elaborados pela alquimia, que se cultivava desde muitos séculos no Egito, e por motivos práticos, industriais e financeiros [...] Ninguém havia mais capacitado para a execução desses desígnios em larga escala que os egípcios, que se ocupavam desde séculos com a produção e refinação de numerosos preparados necessários à tinturaria, manufatura de vidro, sabão, metais [...] aplicando processo idêntico a soluções de açúcar clarificadas por

⁸⁹ Devido a mudanças históricas dos topônimos, assim como as diferenças entre alfabetos, nem sempre é possível localizar precisamente os locais citados, sendo que alguns deles se referem a povoados que não existem mais.

meio de álcalis, cal e outras substâncias, fabricaram os egípcios cândi, e conseguiram purificar e melhorar o açúcar substituindo os cozimentos repetidos pelo escoamento espontâneo da água-mãe residual ou pela sua eliminação provocada (purgamento). Em ambos os casos atingiram os egípcios a perfeição, dando a consumo produtos sem concorrentes (VON LIPPMANN, 1941, p. 263-265).

A grande disponibilidade de terras férteis cultiváveis, os bons preços do açúcar no “mercado intercontinental” e o avanço substancial verificado no processo de refino elevaram o Egito à condição de principal fornecedor do produto para as zonas circunvizinhas. Com o Califado Fatímida (969-1171) e a Dinastia dos Ajuídas (1171-1250), a produção açucareira egípcia alcançou um patamar de apogeu: “[...] o Egito se tornou o fornecedor exclusivo dos melhores tipos de açúcar às demais partes do império árabe, inclusive às províncias asiáticas” (VON LIPPMANN, 1941, p. 263). Os melhores tipos de açúcar e confeitaria constituíam um dos principais artigos de exportação egípcia para as províncias asiáticas do califado; e gabava-se Al-Maḡudi, nos primeiros anos de domínio do Califado Fatímida, de que “[...] nenhum país do mundo produzia mais e melhor açúcar que o Egito” (VON LIPPMANN, 1941, p. 267). Foi no Egito que surgiu a arte da confeitaria, que logo se desdobrou numa gama variada de doces. Foi também entre os egípcios que o açúcar deixou de ser um artigo medicinal para converter-se em artigo de fausto e ufanía. Grandes quantidades de açúcar passaram a ser disponibilizadas para consumo descomedido durante cortejos, casamentos, banquetes, cerimônias religiosas, realizações políticas... enfim, festividades em geral. Conforme relata a documentação analisada por Von Lippmann, o açúcar e o seu esbanjamento tornaram-se sinônimos de riqueza e bem-estar. Nesse sentido, convém reproduzir aqui alguns excertos encontrados pelo autor, que bem servem para ilustrar essa luxuosa ostentação. Segundo Nasir-i-Cosrau, em documento do ano 1040, foram sido gastos

[...] na ornamentação do banquete do sultão, na festa do Ramadan, [utilizou-se] 50.000 mens [76,3 quilos] de açúcar; sobre a mesa, havia um limoeiro cujos galhos, folhas e frutos eram de açúcar [...] [além de] 1.000 estatuetas e figuras também de açúcar (VON LIPPMANN, 1941, p. 267).

Al-Guzuli (morto em 1412) conta sobre um cortejo da lua cheia, em que “[...] o califa comprou muitas cargas de açúcar e mandou fazer com ele uma mesquita com minaretes, galerias, nichos de oração e colunas [...] então disse aos mendigos que a destruíssem e

pilhassem” (VON LIPPMANN, 1941, p. 267). Como se nota, o açúcar ainda era um artigo consumido sobretudo pela elite política e econômica da sociedade árabe, mas não era de forma alguma um item desconhecido das camadas mais populares. Apenas para termos um ponto para a reflexão, um dado referente ao ano de 1220, válido para o Cairo, aponta que uma galinha custava à época 30 dinares, enquanto uma libra de açúcar custava 140 dinares. Fazendo um exercício matemático, chegamos à conclusão de que uma galinha custava o equivalente a 95 gramas de açúcar. Ainda com relação ao consumo em situações “cotidianas”, mas enfocando um outro aspecto que também diz respeito ao valor que o açúcar tinha naquela sociedade, faz-se interessante citar o comentário tecido por Al-Nabaravi (morto em 1193), referindo-se à atuação de falsificadores de açúcar nos mercados do Cairo. Agiam clareando açúcares de baixa categoria com ácido acético, que, após um tempo, voltavam a escurecer e ainda passavam a conter chumbo, elemento prejudicial à saúde humana:

[...] é verdade que os farmacêuticos e droguistas juram não preparar tais remédios [especiarias falsificadas, açúcar inclusive], mas a fiscalização rigorosa da polícia vale mais que seu juramento; a polícia do mercado visita frequentemente as lojas e casas, e lança ao Nilo as drogas suspeitas (VON LIPPMANN, 1941, p. 272-273).

O Egito continuou sendo o grande centro de produção açucareira nos séculos XIV e XV, sendo ainda Alexandria o grande entreposto do comércio índico. Segundo Lippmann (1941, p. 390), Ibn Batuta, em 1325, escreveu serem “[...] as terras do delta do Nilo, tão ricas em açúcar, que um provérbio diz serem dele as muralhas [da cidade] de Damietta”; enquanto sobre a desembocadura do Nilo, escreveu Jacó de Berna, em 1346, que “[...] quando se desce o Nilo, de Cairo a Damietta, encontram-se em ambas as margens magníficas aldeias, onde se produz muito açúcar, melhor que o da Terra Santa, Síria ou Chipre”. Os egípcios mantiveram no Vale do Nilo o principal centro açucareiro do “Mundo Mediterrâneo” (Ásia Menor, Europa e Norte da África), durante toda a baixa Idade Média. Do século X ao XV não houve área que lhe rivalizasse, o que se deveu não apenas à grande quantidade de açúcar produzida anualmente como também à elevada qualidade de seu produto.

O açúcar egípcio foi hegemônico no circuito comercial macrorregional que interligava Ocidente e Oriente, mas o gosto e a demanda crescentes por açúcar fizeram surgir uma série de outras localidades produtoras de cana no entorno do mar Mediterrâneo. Essas

aparecem no mapa sob a forma de pontos produtivos, mais do que como zonas ou regiões canavieiras propriamente ditas. A introdução da canavicultura em todas essas terras está relacionada à expansão da fé muçulmana e, principalmente, ao comércio árabe. A data creditada ao início da atividade canvieira nessas áreas coincide, em grande medida, com a chegada dos conquistadores árabes. De leste a oeste, podemos citar os centros canavieiros instalados em Acre, Tiro, Sídon, Beirute, Damasco, Trípoli, Antioquia, Alepo, Jericó, Kerak, Cesárea, Nablus, Tiberíades, Chipre, Rodes, Creta, Moreia, Malta, Sicília, Calábria, Túnis, Baleares, Valência, Múrcia, Almería, Granada, Málaga, Sevilha, Cádiz, Córdoba, Tanger, Fez e Marrakesh, entre outros. Como se nota, muitas dessas localidades são ilhas, existindo entre as áreas produtivas citadas certa contiguidade de terras em apenas dois casos – o que indica um relativo caráter regional de sua produção. São essas as “modestas” regiões açucareiras do “Levante”, na Ásia Menor; e da “Andaluzia”, na Península Ibérica.

Mapa 50: Mundo Árabe: Formação das regiões açucareiras do Mediterrâneo (séculos VII a XV).

MEDITERRÂNEO: Formação das Regiões Açucareiras do Mediterrâneo (séculos VII a XV)

MAPS-2014

Fontes: Deerr (1921), Von Lippmann (1941), Galloway (2005) e Folha de São Paulo (1995)

5.1.4 *Mediterrâneo Oriental – o Levante*

Conforme se poderá notar nos dois próximos subitens, assim como no próximo capítulo, a partir do momento em que alcançou o Mediterrâneo, a história da canavicultura árabe passou a se misturar cada vez mais com a história do açúcar na Europa. Na porção leste do Mediterrâneo, na área conhecida como o “Levante”, uma comprida faixa canavicultora estendeu-se no sentido Sul-Norte, não se afastando mais que 100 quilômetros da costa interior adentro. Era essencialmente litorânea, interiorizando-se apenas no Vale do Rio Jordão, entre os mares da Galileia e Morto. A cidade de Damasco, sede do Califado Omíada entre os anos de 661 e 750, era um iminente nódulo comercial, que se tornara um centro de consumo e de comercialização de açúcar. Para essa cidade afluíam o açúcar egípcio e o mesopotâmico. Nas proximidades de Damasco novas áreas açucareiras foram constituídas entre os séculos VII e XI, das quais, conforme já mencionado, podemos citar Acre, Tiro, Sídon, Trípoli e Antioquia, entre outras. Esse açúcar do Levante não era de consumo exclusivo dos árabes muçulmanos, uma vez que por terra chegava aos mercadores de Constantinopla e por mar tanto aos de Veneza quanto aos de Gênova. A partir dessas três cidades principais dissipava-se pelo interior do continente europeu.

Na Primeira Cruzada, iniciada em 1095, os cavaleiros católicos provenientes da Europa Ocidental (francos) obtiveram grande sucesso na conquista dos territórios do Levante. Por motivos políticos e administrativos, essa vasta área foi subdividida da seguinte maneira: Condado de Edessa (fundado em 1098 e existente até 1144); Principado de Antioquia (de 1098 a 1268); Condado de Trípoli (de 1104 a 1288) e Reino Latino de Jerusalém (1099 a 1291) – este último composto pelo Principado da Galileia; pelo Condado de Jafa e Ascalão; e pelos Senhorios da Transjordânia e de Sídon. Em todos estes territórios o cultivo da cana e a produção do açúcar já eram praticados nessa época. Segundo alguns relatos e documentos redigidos neste momento de domínio católico na região, período que se estendeu por quase dois séculos, é possível ter informações sobre a produção canavieira do Levante. Por exemplo, perto de Antioquia e em Tiro encontraram os cruzados venezianos muita cana, cultivada nos campos com o uso imprescindível da irrigação. Lippmann (p. 338) apresenta duas observações sobre o cultivo da cana-de-açúcar na região: a de Guilherme de Tiro, para quem “[...] da cana se faz, lá [no Levante], o açúcar, tão valioso e necessário à felicidade humana, o qual se exporta para todos os lugares”; e a de Jacobus de Vitriaco, segundo o qual

“[...] vimos na Síria muito mel de cana [... e no Vale do Rio Jordão] há muitas canas, de que flui um caldo doce, chamadas cana-de-açúcar ou *canamelle zachariae*”. Ao se apossarem das terras do Levante, os nobres europeus acabaram tornando-se, eles próprios, canavicultores. Para Benjamim de Tudela, em 1173, o centro mais importante da indústria açucareira franca (normanda) era Tiro, cidade conquistada em 1124, e

[...] em cujas vizinhanças somente os venezianos possuíam, já no século XII, cerca de 80 casali [fazendas] com plantações bem irrigadas e moendas [...] e a qualidade do açúcar de Tiro alcançou grande fama no Ocidente (apud VON LIPPMANN, 1941, p. 339).

As marinhas genovesa e veneziana atuaram intensamente nas campanhas militares das Cruzadas, assegurando o transporte de tropas e víveres, sendo este o momento de origem e ascensão de duas das maiores marinhas mercantes do mundo daquela época. De acordo com as investigações de Von Lippmann, “[...] o consumo de açúcar subira consideravelmente em todo o Ocidente desde a primeira cruzada” (1941, p. 344), e a maior parte do transporte açucareiro entre as terras do Levante e a Europa ficou a cargo da burguesia nascente de Gênova e Veneza – duas repúblicas pioneiras. Neste contexto as duas cidades passaram a distribuir o açúcar produzido na Ásia Menor por todo o continente europeu, inclusive em sua porção setentrional. Concomitantemente, Constantinopla caía em decadência, tendo sido alvo, inclusive, dos ataques feitos em 1204 pelos cavaleiros católicos (posteriormente excomungados), durante a Quarta Cruzada. Esta cruzada foi liderada por Veneza, que planejava expandir sua área de influência econômica nas terras até então polarizadas pelo comércio exclusivo com a capital do Império Bizantino (ou Império Romano do Oriente). Para Von Lippmann, “[...] o maior lucro das cruzadas coube a Veneza, que desde a primeira se plantou cada vez mais em terras bizantinas e se promoveu a centro do comércio europeu do Oriente, a ‘emporium orbis’, a ‘alterum Byzantium’” (1941, p. 342). Lippmann conta que os venezianos destacaram-se também como primeiro burgo europeu a cultivar cana e fabricar açúcar, o que fizeram por meio de suas colônias mediterrâneas. O açúcar havia chegado ao porto de Veneza pela primeira vez no ano de 996; desde 1150 os venezianos conheciam a arte da confeitaria. Desde 1123 aceitava-se regularmente, em algumas das principais praças comerciais europeias da Baixa Idade Média, o Marco de Colônia como moeda oficial - data marcada pelo estabelecimento, por parte do doge Dandolo, de um contrato comercial com o conde Balduino de Flandres. Assim, há de se conjecturar que, ao se iniciarem as campanhas

militares europeias sobre o Levante, no contexto das Cruzadas, o acesso ao açúcar já era um desígnio para os venezianos. O ciclo das Cruzadas serviu, assim, para consolidar a posição de Veneza não somente como a principal transportadora e comerciante do açúcar produzido no Mediterrâneo, como, ainda, a de importante produtora dessa mercadoria. Veneza foi o primeiro reduto eminentemente europeu a cultivar cana, o que se deu logo após a consolidação do domínio, por parte dos cruzados, das novas terras recém conquistadas. A burguesia veneziana se embrenhou em estimular a produção de cana e de açúcar onde sua influência política, econômica e a existência um clima ameno a permitissem. Podemos citar como exemplos os casos das lavouras estabelecidas em Chipre, Rodes, Creta e Moreia (no Peloponeso):

[...] para se tornar independente dos mercados orientais [...] se explicam os esforços [venezianos] para fundar a indústria açucareira em Creta, Moreia e Chipre, e manter sempre alta sua capacidade produtiva, apesar dos grandes gastos exigidos (VON LIPPMANN, 1941, p. 410).

Com a expulsão dos cristãos de Acre, Tiro, Beirute e Sídón, em 1291, a região açucareira do Levante perdeu potência enquanto zona fornecedora de açúcar à Europa, condição que foi parcialmente assumida por Chipre (reduto “europeu” no Mediterrâneo Oriental). Segundo Von Lippmann,

Nenhum estado lucrou mais com a falência do domínio cristão na Terra Santa e as consequências que daí advieram, que a vizinha Chipre; esta [...] tomou tão grande impulso e passou a ser o centro e o embarcadouro de todo o comércio do Levante e, em riqueza e volume de negócio, igualou Constantinopla e Alexandria (1941, p. 382).

As férteis terras do Chipre, pertencentes a nobres cristãos procedentes da Europa Ocidental, combinadas com os investimentos feitos pelos venezianos,⁹⁰ elevaram rapidamente a produção açucareira da ilha. Para os mercadores de Veneza, o açúcar era um artigo de suma importância, e sua produção (ou compra), refinação e distribuição para as demais praças comerciais europeias era parte integrante de seu poderio econômico. Um decreto datado de

⁹⁰ As autoridades venezianas concediam, segundo registros, isenções de impostos aos seus cidadãos que se prontificassem a investir na produção de açúcar nas ilhas mediterrâneas. Vide um caso ocorrido em Creta no ano de 1428 na obra de Von Lippmann (1941, p. 387).

1333 já tratava de regulamentar o transporte “[...] de pães e cristais de açúcar de Veneza para a Antuérpia”; enquanto outro, datado de 1334, confirma que Veneza “recebia açúcar do Egito, Chipre, Sicília e Moreia, Rodes e Creta” (LIPPMANN, 1941, p. 387). E, para termos uma ideia da estreita relação estabelecida entre Chipre e Veneza – que em vários aspectos dava-se sob os moldes de um colonialismo agrário-exportador –, analisemos um contrato de fornecimento de açúcar, estabelecido no ano de 1464. Von Lippmann (1941, p. 385) relata que o acordo firmado entre a casa comercial Martini, de Veneza, e a Ordem dos Cavaleiros Hospitaleiros, estabelecida no Chipre, previa que:

[...] toda a produção de açúcar de Colossi e demais domínios da Ordem [dos Hospitaleiros], até perfazer oitocentos mil quintais [...] [acomodada] em caixas envolvidas em linho, conforme o costume [...] será entregue em julho, puro e livre de resíduo [...] [e a Casa] Martini paga em ouro ou prata, que tem curso legal em Rodes, vinte ducados e um quarto por quintal [de açúcar puro], dentro de dez dias após a chegada da letra de câmbio ou do certificado de embarque.

O autor aponta ainda que, nessa mesma época, Casola afirmava ser impossível

[...] descrever a abundância e a excelência do açúcar de Chipre. O patrício Frederico Cornaro, de Veneza, tem uma grande propriedade, Episcopia, perto de Limisso, onde se fabrica tanto açúcar que julgo se poderia com ele abastecer o mundo; o açúcar melhor vai para Veneza, onde as vendas aumentam a cada ano (apud VON LIPPMANN, 1941, p. 385).

5.1.5 *Mediterrâneo Ocidental – Andaluzia e Sicília*

Na porção oeste do Mediterrâneo a cana foi disseminada pelas zonas que lhe eram propícias no Magreb (que em árabe significa, literalmente, “poente”, ou seja, “oeste”), ao longo do itinerário expansionista muçulmano pelo Norte da África. Passou por Barka (aproximadamente em 643), Kairouan (em 668), Túnis (em 670) e Tanger (em 702), alcançando finalmente Marrakesh (em 710). Essas áreas dariam início à atividade canavieira no Mediterrâneo Ocidental. Sobre os canaviais estabelecidos no Magreb, um depoimento de Al-Edrisi, datado de 1150, acerca da localidade de Sus-el-Aqsa (próxima a Tanger, atual Marrocos), vangloriava a lavoura regional: “[...] a cana vegeta aqui como em nenhuma outra

parte, tanto no que diz respeito à altura e à grossura, quanto à abundância e à doçura do caldo. O açúcar de Sus é também conhecido em todo o mundo [...] e supera a todos em doçura e pureza” (apud VON LIPPMANN, 1941, p. 280-281). Desde Tanger, atravessando o Estreito de Gibraltar, os árabes ocuparam a porção sul da Península Ibérica até mais ou menos o paralelo de Toledo, entre os anos de 711 e 719. Nesse vasto território os canaviais floresceram em Valência, Múrcia, Almería, Granada, Málaga, Sevilha, Cádiz e Córdoba, entre outras localidades. Para Galloway (2005, p. 34), “[...] a costa mediterrânea da Andaluzia e do vale do Guadalquivir foram os principais centros da indústria na Espanha, apesar de a cana-de-açúcar ter sido cultivada tão ao norte como Valência”.⁹¹ A indústria açucareira foi próspera e duradoura naquela região, a ponto de a Grande Sociedade Comercial de Ravensburgo (importante intermediadora comercial entre o Mediterrâneo, o sul da França, a Suíça e o sul da Alemanha) atuar diretamente na produção de açúcar em Valência desde, no mínimo, o ano de 1420. Inicialmente, estes possuíam apenas representantes comerciais e armazéns de açúcar na Península Ibérica, mas a partir de 1460 passaram a produzir açúcar numa grande propriedade adquirida nas margens do rio Alcoy, Alicante, “na melhor zona canavieira” (VON LIPPMANN, 1941, p. 428). Com o passar do tempo, a região açucareira de Andaluzia expandiu-se para leste e para oeste. Seu limite oeste foi Portugal, onde, já em caráter periférico,

[...] não teria a produção atingido uma grande pujança, a ponto de caracterizar uma região em que os frutos secos (figos, amêndoas e passas de uvas) tinham a primazia [...] não é de supor que fosse uma região canavieira, sobretudo pela dificuldade de se conseguir água em abundância. Seriam casos isolados, tentativas, não uma cultura generalizada (MAGALHÃES, 2009, p. 154).

Esse mesmo autor apresenta outras informações acerca da canavicultura praticada em Portugal, observando que em 1404 (já sob domínio cristão-português, portanto) cultivava-se cana em Quarteira, no Algarve, “[...] numas terras coutadas a João da Palma, mercador genovês” (MAGALHÃES, 2009). Na primeira metade do século XV a cana-de-açúcar também era plantada em outras áreas do território português, como nos campos de Coimbra, localizados ainda mais ao norte. Segundo o autor, “[...] há vestígios mesmo de exportação [de açúcar português] para o norte europeu” (2009, p. 154). A região açucareira da Andaluzia

⁹¹ Originalmente: “[...] the Mediterranean coast of Andalucía and the Guadalquivir valley were the main centers of the industry in Spain, although sugar cane was grown as far north as Valencia”, tradução nossa.

também se expandiu para o leste, dirigindo-se por via marítima às Ilhas Baleares no ano de 902, onde se instalou o cultivo de cana. A Andaluzia destacou-se no século XIV por ser, a um só tempo, o ponto mais ocidental que a lavoura canavieira já havia alcançado na história (condição compartilhada com Marrakesh), e a primeira zona açucareira estabelecida dentro do continente europeu.

Outra importante área açucareira estabeleceu-se na Sicília, para onde, a partir da cidade de Túnis, os árabes enviaram suas tropas de ocupação. Credita-se ao ano de 827 a introdução da canavicultura na ilha siciliana. Como as fontes que acessamos são de origem europeia e cristã, pouco podemos dizer sobre os primeiros tempos dessa cultura na Sicília. Sabemos, no entanto, de acordo com Von Lippmann (1941), que os salernitanos, minoria na ilha naquela época, enviaram um pedido de auxílio militar aos cavaleiros e senhores feudais estabelecidos no norte da França, no ano de 1016, cujo intuito era expulsar os muçulmanos e tomar o controle dessas possessões. Seu emissário levou objetos de luxo e frutos da produção siciliana que comprovassem a fertilidade das terras e atraíssem o interesse dos nobres belicosos cristãos. Entre os presentes, constavam pães de açúcar. Sabemos ainda que em 1072 a ilha passou ao controle normando, sob o Principado de Rogério I, que “[...] à base do antigo tributo do açúcar cobrado pelos árabes, estabeleceu novo imposto” (VON LIPPMANN, 1941, p. 333). O mesmo autor nos conta, ainda, que na corte de seu sucessor, Rogério II, trabalhou o famoso geógrafo e cartógrafo árabe Al-Idrisi, a quem frequentemente temos recorrido como fonte documental. A capital Palermo centralizava então a produção açucareira da Sicília, e sobre sua circunvizinhança escreveu Hugo Falcundus, em 1150:

Se dirigires a vista para aquele lado, verás os campos ocultos sob aquelas gramíneas admiráveis que os habitantes chamam *canna mellis* por causa da doçura de seu caldo; se o cozem lenta e cuidadosamente, dá uma espécie de mel, se o adensam forte e precipitadamente, transforma-se em açúcar (apud VON LIPPMANN, 1941, p. 333).

No fim do século XII a arrecadação dos tributos sobre a produção de açúcar na ilha siciliana diminuiu, o que nos leva à hipótese de ter regredido a atividade ali. O poderoso Frederico II,⁹² no intuito de reerguer a atividade açucareira em Palermo, seu “feudo pátrio”,

⁹² Nascido em 1193, tornou-se rei da Sicília aos 4 anos de idade, Sacro Imperador Romano Germânico aos 26 e Rei de Jerusalém aos 31.

mandou buscar dois mestres peritos em açúcar no reino de Jerusalém, na cidade de Tiro. Mandou também, por meio de decreto, cercar os canaviais da Sicília com sebes de espinhos para sua maior proteção, obrigando todos os habitantes da ilha a se dedicarem a apanhar manualmente uma determinada espécie de lagarta que vinha infestando as lavouras e dando grande prejuízo aos plantadores, ação que, segundo ele, “dá mais resultados que as rezas dos padres em procissão nos campos” (apud VON LIPPMANN, 1941, p. 334). Em 1239, Frederico II fundou o *officium zuccari*, uma espécie de fábrica de açúcar pertencente ao reino, explorada em parceria com “judeus de Palermo”. Apesar dos esforços empreendidos por Frederico II, a atividade declinou e entrou em decadência tanto na Sicília quanto em Nápoles, onde também tinha sido brevemente introduzida. Após um longo período eclipsada em função de danosas disputas sucessórias, restabeleceu-se novamente a indústria açucareira na Sicília, dois séculos mais tarde, sob a liderança de Afonso V. Nesta fase de retomada da produção siciliana, foram marcantes para o desenvolvimento da tecnologia agroindustrial canavieira a publicação de um guia completo de cultivo e irrigação da cana, em 1419, pela Universidade de Palermo; assim como o advento pelo artífice Pietro Speciale, no ano de 1449, do “[...] admirável aparelho que os sicilianos chamam de *trapetum*”, um sistema de moendas muito semelhante ao que se estabeleceria no Brasil nos primeiros tempos de sua colonização: “[...] compunha-se de dois ou três tambores em posição horizontal ou vertical, mui próximos uns dos outros, e movidos por uma só engrenagem” (VON LIPPMANN, 1941, p. 394). Muita cana foi cultivada também na Calábria, durante os séculos XIV e XV.

As zonas açucareiras da Andaluzia e da Sicília guardavam alguns aspectos em comum. Em ambas tratava-se de importante ponto de contato entre os árabes muçulmanos, introdutores da canavicultura, e os europeus cristãos, que a assimilaram e rapidamente aprenderam a apreciá-la. Outro elemento comum às duas áreas foi a ativa participação de mercadores genoveses nos negócios e no transporte de mercadorias. Neste sentido, vale salientar que os venezianos eram hegemônicos no comércio açucareiro praticado no Mediterrâneo Oriental (com o Levante e o Egito), enquanto os genoveses o eram no Mediterrâneo Ocidental (sobretudo na Península Ibérica). Desde o século XII o comércio genovês já abrangia as costas da Espanha, da Sicília e do Norte da África. No ponto de vista de Al-Idrisi, Gênova era “[...] uma das cidades mais importantes e poderosas da cristandade” (apud VON LIPPMANN, 1941, p. 342). Desde a Primeira Cruzada, entre 1105 e 1108, os comerciantes genoveses firmaram tratados de compra de artigos – incluindo o açúcar – com

as cidades portuárias do Levante de Jafa, Cesareia, Acre e Antioquia. Mas a relação dos europeus com o açúcar é tarefa para um outro capítulo.

Como vimos, foram os árabes os responsáveis por “trazerem” a canavieira do “Extremo Oriente” ao “Oriente Médio”, e daí ao “Ocidente”. Gradualmente, o Mundo Árabe converteu-se em intenso consumidor de açúcar, assim como em importante centro comercial dessa mercadoria. No entanto, diante do alto nível de consumo hoje existente, em nenhuma das áreas pelas quais a cana-de-açúcar se estabeleceu e floresceu a partir de mãos árabes, seu cultivo ainda pode ser considerado algo grandioso. Quase 1.500 anos passados da tomada de conhecimento do açúcar por parte do Mundo Árabe, as principais heranças que lhes ficaram foram o gosto pelo seu consumo e a prática de seu comércio.

5.2 Mundo Árabe atual, uma grande “Região Açucareira Mundial”?

Mas, afinal, o que se pode entender, em termos açucareiros, da expressão “Mundo Árabe”? Delimitar o que hoje representa essa área simbolicamente chamada de Mundo Árabe é uma tarefa relativamente subjetiva, que permite diversos enfoques analíticos plausíveis.

Uma proposta de regionalização bastante pertinente ao caso do estudo açucareiro seria o empregado pela Autoridade Árabe para Investimento Agrícola e Desenvolvimento (*Arab Authority for Agricultural Investment and Development – AAAID*). A organização, cujo caráter é mais diretamente relacionado ao nosso objeto de pesquisa, a agricultura, foi criada por um grupo de países árabes muçulmanos com o intuito de afiançar sua segurança alimentar. Tem por base a criação de um fundo monetário voltado a investimentos na produção agrícola, que se dá sobretudo no Sudão, às margens do Nilo. Nesse país a AAAID estabeleceu a *Kenana Sugar Company* (KSC), que até os dias atuais segue como uma das maiores usinas açucareiras do continente africano. Sua concepção teve início em 1973 e os principais investidores são, pela ordem decrescente, Arábia Saudita (com 22,5% do capital), Kuwait (19,5%), Emirados Árabes Unidos (15%), Sudão (15%), Iraque (15%), Qatar (7,5%),

Egito (3%), Argélia, Marrocos, Mauritânia, Síria, Somália, Tunísia, Omã, Bahrain, Jordânia, Líbano, Palestina, Iêmen, Comoros e Djibuti.⁹³

Não se caracterizando o Mundo Árabe atual como uma região produtora de açúcar, sendo necessário importá-lo, pensamos na possibilidade de adotarmos uma delimitação regionalizante de viés mais economicista, atrelada à produção e à exportação de petróleo – principal fonte de riqueza e impulsionadora de mais elevados níveis de consumo. Nesse caso, uma opção seria utilizarmos a base regional estabelecida pela Organização dos Países Árabes Exportadores de Petróleo (*Organization of Arab Petroleum Exporting Countries* – OAPEC):

A Organização dos Países Árabes Exportadores de Petróleo é uma organização intergovernamental regional estabelecida por um acordo assinado em Beirute, em 9 de janeiro de 1968, pelo Kuwait, Líbia [Reino da Líbia, à época] e o Reino da Arábia Saudita. Os três membros fundadores escolheram o Estado do Kuwait por domicílio e sede das Organizações. Reconhecendo o papel do petróleo como a principal e básica fonte de renda dos seus membros, a OAPEC se preocupa com o desenvolvimento e prosperidade da indústria mundial de petróleo, promovendo uma cooperação estreita e frutífera entre os seus membros. [...] Membros da OAPEC são [hoje] Argélia, Bahrein, Egito, Iraque, Kuwait, Líbia, Qatar, Arábia Saudita, Síria, Tunísia e Emirados Árabes Unidos.⁹⁴

Outra opção de proposta regional para abordar o Mundo Árabe é a elaborada pelo Banco Mundial, que delimitou a região chamada Oriente Médio e Norte da África (*Middle East and North Africa* – MENA):

O Oriente Médio e Norte da África (MENA) é uma região economicamente diversificada, que inclui tanto as economias ricas em petróleo do Golfo como os países com escassez de recursos em relação à população [...] Com cerca de 23% dos 300 milhões de habitantes do Oriente Médio e Norte da

⁹³ Disponível em: <<http://www.aaaid.org/english/memberstates.htm>>. Acesso: em 26 maio 2014.

⁹⁴ Disponível em: <<http://www.oapecorg.org/OAPECestE.html>>. Acesso em: 26 maio 2014. Originalmente: “The Organization of Arab Petroleum Exporting Countries (OAPEC) is a regional inter-governmental organization established by an agreement signed in Beirut on January 9, 1968 by Kuwait, Libyan (Kingdom of Libya at that time) and the Kingdom of Saudi Arabia. The three founding members chose the state of Kuwait for the Organizations’ domicile and headquarters. Recognizing the role of Petroleum as a principal and basic source of its members’ income, OAPEC is concerned with the development and prosperity of the world petroleum industry by fostering close and fruitful cooperation among its members. [...] OAPEC members are [today] Algeria, Bahrain, Egypt, Iraq, Kuwait, Libya, Qatar, Kingdom of Saudi Arabia, Syria, Tunisia and United Arab Emirates”, tradução nossa.

África vivendo com menos de 2 dólares por dia [...] o Banco Mundial tem como objetivo proporcionar às pessoas pobres a habilitação necessária, recursos e infraestrutura para melhorar a qualidade de suas vidas. A região MENA inclui: Argélia, Bahrein, Djibuti, Egito, Irã, Iraque, Israel, Jordânia, Kuwait, Líbano, Líbia, Malta, Marrocos, Omã, Qatar, Arábia Saudita, Síria, Tunísia, Emirados Árabes Unidos, Cisjordânia, Gaza e Iêmen.⁹⁵

Entretanto, devido à existência de uma extensa série de dados estatísticos de caráter socioeconômico, consistente e facilmente acessível, acabamos por delimitar nossa área de análise regional tendo por base o grupamento feito pela Liga Árabe. Também seu nome, dotado de certo significado simbólico, influenciou na opção pela adoção de sua delimitação. É composta por 21 membros: Arábia Saudita, Argélia, Bahrein, Comoros, Djibuti, Egito, Emirados Árabes Unidos, Iêmen, Iraque, Jordânia, Kuwait, Líbano, Líbia, Marrocos, Mauritânia, Omã, Palestina, Qatar, Somália, Sudão e Tunísia.

A Liga Árabe é uma organização que consiste de Estados Árabes independentes nos territórios do norte e nordeste da África e sudoeste da Ásia [...] iniciou-se a formação da liga pelo acordo assinado no Cairo, em 22 de março de 1945 [...] [seu] objetivo é cuidar de interesses econômicos, políticos, culturais, nacionais e religiosos dos seus membros; a Liga Árabe tem sido ativa em ajudar o mundo árabe a crescer econômica e culturalmente.⁹⁶

Em todos os casos (AAAIID, MENA, OAPEC e Liga Árabe), tratar-se-á sempre de uma área que é territorialmente vasta (cerca de 13 milhões de km²), predominantemente árabe e muçulmana (cerca de 400 milhões de habitantes) e está vinculada à existência de grandes desertos, essencialmente impróprios à agricultura em grande escala. Culturalmente, o açúcar é

⁹⁵ Banco Mundial. Disponível em: <<http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/COUNTRIES/MENAEXT/0,,menuPK:247619~pagePK:146748~piPK:146812~theSitePK:256299,00.html>>. Acesso em: 26 maio 2014. Originalmente: “The Middle East and North Africa (MENA) is an economically diverse region that includes both the oil-rich economies in the Gulf and countries that are resource-scarce in relation to population (...) With about 23 percent of the 300 million people in the Middle East and North Africa living on less than \$2 a day (...) the World Bank aims to provide poor people with the necessary skills, resources, and infrastructure to improve the quality of their lives. The MENA Region includes: Algeria, Bahrain, Djibouti, Egypt, Iran, Iraq, Israel, Jordan, Kuwait, Lebanon, Libya, Malta, Morocco, Oman, Qatar, Saudi Arabia, Syria, Tunisia, United Arab Emirates, West Bank and Gaza and Yemen”, tradução nossa.

⁹⁶ Disponível em: <<http://www.arableagueonline.org/hello-world/#more-1>>. Acesso em: 26 ago. 2014. Originalmente: “The Arab League is an organization that consists of independent Arab States on the territory of northern and north-eastern part of Africa and southwest Asia [... it] initiated the league’s formation signed the agreement in Cairo, on March 22, 1945 [... the] goal is to look after their members’ economic, political, cultural, national and religious interests, the Arab League has been active in helping the Arab world grow economically and culturally”, tradução nossa.

um alimento usual na dieta regional, apresentando os países-membros da Liga Árabe uma taxa média de consumo de açúcar per capita por ano de 32 kg, bastante superior ao da Índia (19 kg) e da China (11 kg) e apenas um pouco inferior à da União Europeia (38 kg) (*Sugar Year Book* – ISO, 2012).

Esse consumo depende, em grande medida, do produto importado, uma vez que a produção interna do bloco é insuficiente, permanecendo bastante aquém da demanda. Os países-membros da Liga Árabe consomem cerca de 11,5 milhões de toneladas anuais de açúcar, enquanto sua produção atingiu somente a marca das 3,2 milhões de toneladas em 2011. Perfaz um “grau de autossuficiência açucareira” (se é que podemos colocar a questão dessa forma) da ordem de apenas 28%. Os demais 72% do volume açucareiro total consumido pela Liga são anualmente importados.

Tabela 3: Liga Árabe: Produção, consumo e “autossuficiência” de açúcar (2011).

LIGA ÁRABE: Produção, Consumo e “Autossuficiência” de Açúcar (2011)				
PAIS	Produção Açucareira 2011 (t)	Consumo Açucareiro 2011 (t)	Produção em % ao Consumo	Déficit 2011 (t)
Egito	2.025.000	3.015.000	67	-990.000
Sudão	718.925	1.016.247	71	-297.322
Morocos	361.555	1.206.179	30	-844.624
Síria	70.000	880.000	8	-810.000
Somália	25.000	220.000	11	-195.000
Líbano	5.000	160.000	3	-155.000
Argélia	0	1.325.000	0	-1.325.000
Iraque	0	770.000	0	-770.000
Jordânia	0	295.000	0	-295.000
Kuwait	0	97.000	0	-97.000
Líbia	0	170.000	0	-170.000
Mauritânia	0	160.000	0	-160.000
Arábia Saudita	0	1.005.000	0	-1.005.000
Tunísia	0	397.251	0	-397.251
E. A. U.	0	175.000	0	-175.000
Iêmen	0	570.000	0	-570.000
Bahrain	<i>não informado</i>	<i>não informado</i>	<i>não informado</i>	<i>não informado</i>
Comoros	<i>não informado</i>	<i>não informado</i>	<i>não informado</i>	<i>não informado</i>
Djibouti	<i>não informado</i>	<i>não informado</i>	<i>não informado</i>	<i>não informado</i>
Omã	<i>não informado</i>	<i>não informado</i>	<i>não informado</i>	<i>não informado</i>
Palestina	<i>não informado</i>	<i>não informado</i>	<i>não informado</i>	<i>não informado</i>
Quatar	<i>não informado</i>	<i>não informado</i>	<i>não informado</i>	<i>não informado</i>
LIGA ÁRABE	3.205.480 t	11.461.677 t	28%	-8.256.197 t
MAPS-2014 Fonte: ISO - International Sugar Organization (Sugar Year Book-2012)				

A Arábia Saudita é caso emblemático de nação árabe enriquecida por seu recurso mineral, onde a terra arável ocupa apenas 1,45% de seu território nacional e as terras com culturas permanentes representam mínimos 0,11% da área total do país.⁹⁷ O grupo étnico majoritário é o “árabe”, a língua oficial é o “arábico” e, apesar de haver diversas minorias religiosas, no país “[...] não muçulmanos não são autorizados a ter cidadania saudita nem acesso aos lugares sagrados de adoração”.⁹⁸ Importantes polos urbanos de caráter local, regional e mundial (Riad, Meca, Medina) movimentam muita gente e muito dinheiro, tendo o

⁹⁷ Fonte: CIA – *World Factbook*. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/sa.html>>. Acesso em: 26 maio 2014.

⁹⁸ Fonte: CIA (2013). Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/fields/2122.html>>. Acesso em: 23 abr. 2014. Originalmente: “[...] non-Muslims are not allowed to have Saudi citizenship and non-Muslim places of worship are not permitted”, tradução nossa.

país o Produto Interno Bruto (PIB) per capita mais elevado da Liga: US\$ 31.800 dólares.⁹⁹ Seu consumo de açúcar em 2011 foi 100% derivado de importações.

Vale mencionar que nenhum dos países-membros da Liga Árabe produz 100% do açúcar que consome; as mais altas “taxas de autoabastecimento” são as verificadas no Sudão (71%), seguido do Egito (67%) – fruto das famigeradas dídivas do Nilo.¹⁰⁰ Por outro lado, 10 países dependem 100% da importação do produto para se abastecer: Argélia, Arábia Saudita, Iraque, Iêmen, Tunísia, Jordânia, Emirados Árabes Unidos, Líbia, Mauritânia e Kuwait. Questiona-se: de onde provém a volumosa quantidade de açúcar necessária a preencher a lacuna existente entre produção e demanda desses países árabes? Até 2005, a procedência do açúcar que chegava ao Oriente Médio era relativamente dispersa, a partir de uma gama mais ampla de países vendedores, dentre os quais se destacavam o Brasil e a União Europeia, cada um participando com uma parcela equivalente a 22% do mercado importador formado pela Liga Árabe. Os “demais países”, com 56% das vendas, eram os principais fornecedores, destacando-se a Índia, África do Sul, Austrália, Tailândia e Guatemala. Seis anos depois – 2011 foi o último ano a que tivemos acesso aos dados da Organização Internacional do Açúcar (*International Sugar Organization* – ISO) –, intensa alteração havia ocorrido. O Brasil tornara-se responsável pelo fornecimento de três quartas partes (mais precisamente 73%) do açúcar importado pelos países-membros da Liga Árabe. A União Europeia reduziu sua participação para 11% das vendas e os demais países para 16%. O volume total importado pelos países-membros da Liga Árabe também ampliou-se: de 10,1 milhões de toneladas saltou para 11,5 milhões de toneladas entre 2005 e 2011. Significa dizer, expressamente, que os países-membros da Liga ampliaram suas importações de açúcar entre 2005 e 2011, tendo como base de compra o produto brasileiro. Em outras palavras, o açúcar de fabricação brasileira tomou o lugar das exportações anteriormente feitas pelos demais países do globo no suprimento do Mundo Árabe, tornando-se hegemônico naquela região. O esquema cartográfico a seguir representa essa transformação, localizando-a e quantificando-a.

⁹⁹ Fonte: CIA – *World Factbook*. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/sa.html>>. Acesso em: 26 maio 2014.

¹⁰⁰ O Sudão, país que tem a maior taxa de autoabastecimento de açúcar da Liga Árabe, local escolhido para serem feitos os principais investimentos da AAAIA, é justamente o mais recente país do mundo a ter seu território desmembrado. Com a formação do Sudão do Sul em 2011, o território onde se encontram todas as nascentes do Rio Nilo tornou-se intensamente exposto ao fenômeno de *Land Grabbing*.

Mapa 51: Liga Árabe: Delta de importação de açúcar, em toneladas (2005-2011).

5.2.1 A participação brasileira no mercado árabe

Duas foram as motivações principais que levaram o Brasil a avançar em seu comércio açucareiro naquela região: em primeiro lugar, a elevação de sua competitividade na produção de açúcar de cana; em segundo, o abandono relativo da produção mundial de açúcar de beterraba, tendência encabeçada pela União Europeia.

Mapa 52: Liga Árabe: Produção, consumo e importação de açúcar (2011).

O Brasil tomou no Mundo Árabe o lugar que até então pertencia aos europeus e aos “demais países” exportadores de açúcar de cana. Como consequência do aumento da eficiência de produção brasileira de açúcar, com consequente redução relativa do custo e maior ganho de competitividade no mercado internacional de açúcar de cana, o país ocupou também o posto outrora ocupado por Índia, África do Sul, Tailândia, Cuba etc. no fornecimento de açúcar bruto aos países do Norte da África e do Oriente Médio. Tal condição não pode ser tida como definitiva, uma vez que a produção mundial de açúcar está condicionada às forças naturais e sociais, podendo, de um ano para o outro, variar esse

cenário em função de uma atipicidade climática ou de uma eventualidade política, por exemplo. Com relação ao açúcar de beterraba, costumeiramente exportado da União Europeia para os países árabes, pode-se afirmar que a reforma açucareira do bloco europeu trouxe intenso impacto e contribuiu para o resultado ora apresentado. Com a reforma da política açucareira da União Europeia, ocorrida em 2006, iniciou-se um período em que

[...] a escassez [de açúcar] foi duramente sentida no Oriente Médio e Norte da África, uma região que tem uma inerente deficiência na produção de açúcar e necessidade regular de importar açúcar refinado, particularmente em torno do feriado muçulmano do Ramadã.¹⁰¹

O açúcar tradicionalmente comprado pelos árabes era o refinado; porém, de modo inédito, nos anos 1990 e principalmente na década de 2000, gigantescas refinarias de açúcar foram construídas no Mundo Árabe. Passaram estes então a comprar preferencialmente o açúcar bruto de cana, mais barato, processando-o internamente e revendendo-o aos mercados locais e regionais. Não à toa é que a maior indústria refinadora de açúcar atualmente em funcionamento no mundo localiza-se no Mundo Árabe, e trata-se da *Al Khaleej Sugar Co.* (AKS). Construída em 1995 e posteriormente ampliada, pertence ao grupo Jamal Al-Ghurair (JAG), sediada estrategicamente nos Emirados Árabes Unidos (EAU), mais precisamente na cidade de Dubai.

Al Khaleej Sugar – significa literalmente O Açúcar do Golfo – tem esse nome por ser a primeira refinaria de açúcar da região do Golfo Árabe (ou Pérsico); sua significância se faz ainda maior por se tratar de uma empresa que atua em uma área essencialmente não agrícola, importando açúcar bruto de países tradicionalmente açucareiros como o Brasil, Índia, Austrália, Tailândia, etc.¹⁰²

¹⁰¹ Reportagem de 20 de março de 2014 publicada pelo *The Wall Street Journal*, intitulada “Middle East Sugar Rush Leaves Bitter Taste”. Disponível em: <<http://online.wsj.com/news/articles/SB10001424052702303802104579451133300117124>>. Acesso em: 26 abr. 2014. Originalmente: “shortage [of sugar] was felt hard in the Middle East and North Africa, a region that has an inherent deficiency in sugar production and regular need for white sugar imports, particularly around the Muslim holiday of Ramadan”, tradução nossa.

¹⁰² Veja o *site* da empresa em: <<http://www.alkhaleejugar.ae/en/about>>. Acesso em: 26 maio 2014. Originalmente: “Al Khaleej Sugar – literally meaning The Gulf Sugar – appropriately derives its name from the fact that it is the first sugar refinery in the Arabian Gulf Region. [...] Its achievements assume larger significance due to the fact that this sugar refinery operates in a primarily non-agricultural region of the Arabian Gulf, by importing raw sugar from traditional sugar growing areas like Brazil, India, Australia, Thailand etc.”, tradução nossa.

Sua capacidade de refino é da ordem de 1,5 milhão de toneladas/ano e seu principal fornecedor é a empresa paulista Copersucar – ainda que o açúcar indiano ou sul-africano tenha, teoricamente, uma grande vantagem comparativa em relação aos custos de frete. Após refinado, esse açúcar é reexportado para mais de 40 países, inclusive para a União Europeia - de onde os países árabes estavam habituados a comprar o açúcar refinado. Para tentar mitigar o efeito dessa maior distância existente entre o porto de Santos e o porto de Jebel Ali, a AKS e a Copersucar criaram em 2011 uma empresa de transporte marítimo chamada Companhia de Navegação Copa (*Copa Shipping Company*). Chegaram mesmo a planejar o aumento do calado do porto de Santos (SP) para permitir o acesso de navios maiores, com isso reduzindo o custo do frete por tonelada transportada de açúcar do Brasil para o Oriente Médio.¹⁰³ Além do exemplo da empresa supracitada, outras refinarias atuam na região, havendo ainda uma série de indústrias em processo de instalação. Citemos apenas dois exemplos: a Arabian Sugar Co., a ser inaugurada ainda em 2014, no Bahrain, cuja capacidade prevista será de 600 mil toneladas/ano, e a Etihad Sugar Co., a ser inaugurada no Iraque em 2015, cuja capacidade de refinação prevista é de expressivas 900 mil toneladas/ano.

O açúcar bruto de origem brasileira ocupou na Liga Árabe o espaço que era anteriormente ocupado pelo açúcar refinado europeu e pelo açúcar (refinado ou bruto) proveniente de outros países canavieiros. Após refinado, este passou a ser, inclusive, exportado para a Europa, invertendo-se a situação existente uma década antes. Como indica o Gráfico 17, a seguir, o Brasil, num intervalo de apenas seis safras (o que equivale a um ciclo canavieiro médio no país), teve sua participação nas vendas regionais de açúcar ampliada de 2,2 milhões de toneladas em 2005 para 8,2 milhões em 2011.

¹⁰³ Veja no *site* da Copersucar, por exemplo: <<http://www.copersucar.com.br/historico.html>>. Acesso em: 26 maio 2014. O *site* da empresa de Dubai não traz referências a esse empreendimento conjunto.

**Gráfico 17: Liga Árabe: Origem do açúcar importado, em toneladas e em %
(2005 e 2011).**

Nos diversos mercados domésticos existentes dentro da Liga Árabe o grau de inserção do produto brasileiro em seu abastecimento é variável, crescente e, até mesmo, tende a se tornar hegemônico: os casos do Egito, Marrocos, Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos ilustram esta premissa.

Gráfico 18: Liga Árabe: Origem da importação de açúcar por país, em toneladas (2005 e 2011).

Ao longo das últimas duas décadas o aumento das vendas de açúcar do Brasil para os países-membros da Liga Árabe foi exponencial, saltando de parcas 150 mil toneladas, em 1993, para expressivas 5,9 milhões no ano de 2011.¹⁰⁴ Ou seja, o aumento desta cifra coincide plenamente com a desmonopolização estatal das exportações de açúcar no Brasil. Após alguma oscilação, em que se atingiu uma porcentagem máxima de 40% do volume total das vendas internacionais do produto brasileiro sendo dirigidas para a Liga Árabe (no ano de 1994), as vendagens do Brasil para a região parecem ter se “estabilizado” na casa dos 25% do total exportado – isto é, em média um quarto das exportações brasileiras de açúcar se dirige anualmente para os países membros da Liga Árabe.

¹⁰⁴ Estes dados, fornecidos pela SECEX, apresentam contrastes com os da ISO.

Gráfico 19: Liga Árabe: elo açucareiro com o Brasil (1993-2011).

Para finalizarmos este capítulo referente ao metafórico “Mundo Árabe”, podemos concluir haver sim uma macrorregião açucareira árabe: esta se caracteriza pela não produção de açúcar, pelo elevado índice de consumo total e per capita, pela importação de grandes volumes da *commodity* e pela grande participação do produto de origem brasileira no consumo regional. Os árabes são importantes consumidores, refinadores e comerciantes de açúcar, mas sua maior característica é a de não produzi-lo. Trata-se, portanto, de uma região que se baseia numa negação: a não produção.

5.3 Resumo e conclusão do capítulo

No chamado Mundo Árabe ou, mais especialmente, na Liga Árabe, como já foi apresentado, percebemos o papel preponderante que desenvolveram os povos árabes ao longo dos séculos como mercadores de açúcar. Os árabes foram responsáveis pela invenção de um processo de branqueamento e solidificação do açúcar, criando os primeiros pães-de-açúcar. Essa descoberta tornou possível seu transporte por longas distâncias, inserindo em suas rotas de caravanas uma nova mercadoria de alto valor comercial.

A produção de cana e de açúcar nesta ampla região desértica despontou apenas em algumas de suas regiões mais férteis, tais como a Mesopotâmia, o Khuzistão e, posteriormente, o Vale do Nilo. Assim, com o decorrer dos anos, a produção açucareira e o hábito do consumo açucareiro foram se expandindo em direção ao Mar Mediterrâneo, principalmente em direção ao Egito. No entanto, a atividade comercial foi a que mais adquiriu importância nessa região, na medida em que o mercado consumidor se alargou sem haver uma ampliação proporcional na produção.

Alexandria, o grande porto que interligava o Oriente com o Ocidente, foi, em grande medida, responsável pela ampliação do mercado consumidor do açúcar também na Europa, já nos séculos XIV e XV. Por meio dela, o açúcar produzido em várias regiões do Mundo Árabe e na Índia eram embarcados para o continente europeu através, sobretudo, da atuação de mercadores genoveses e venezianos. Considerada uma especiaria de alto valor, o açúcar era requisitado, em primeiro lugar, pela nobreza, e, posteriormente, pela burguesia então nascente. Tal fenômeno explica a radiação da produção de cana para várias regiões em torno do Mediterrâneo, tais como Chipre, Sicília e Andaluzia.

No mundo contemporâneo, essa região adquire outros contornos, mas não abandona seu caráter comercial. Assim, o Mundo Árabe caracteriza-se por ter uma produção extremamente diminuta em relação a um elevado grau de consumo total e per capita de açúcar (32 kg/ano). Isso significa que é uma região dependente da importação de grandes volumes de açúcar. Em termos médios, a produção interna supre apenas 28% da demanda. No entanto, dois países salientam-se por ter uma produção interna bem acima dessa média regional: o Sudão com 71% e o Egito com 67%. Em contrapartida, 10 outros países da Liga Árabe dependem 100% da importação do produto estrangeiro. São eles: Argélia, Arábia Saudita, Iraque, Iêmen, Tunísia, Jordânia, Emirados Árabes Unidos, Líbia, Mauritânia e Kuwait.

Resta, então, a questão de localizar a procedência geográfica do açúcar que chega à região. Até 2005, a importação predominante era a de açúcar refinado, proveniente de diversos países, mas com preponderância da União Europeia (22%) e do Brasil (22%). Os demais países exportadores eram: Índia, África do Sul, Austrália, Tailândia, Cuba e outros menores. Já em 2011, ocorrem significativas alterações no padrão de importação: o Brasil torna-se responsável por 73% das importações dos países-membros da Liga, ampliando em muito a sua participação relativa, em detrimento sobretudo da União Europeia, que tem a sua

participação reduzida para 11%. Também os demais países sofreram uma redução considerável de sua participação nesse mercado regional, passando de 66% para 16%. É preciso também salientar que a exportação brasileira é de açúcar bruto.

Ao longo da década de 2000 ocorrem outras mudanças significativas na região. Foram construídas gigantescas refinarias de açúcar, fazendo com que o mercado passasse a privilegiar a importação de açúcar bruto – mais barato – em vez do refinado. Assim, o açúcar importado é processado internamente e revendido para o mercado local e regional, propiciando inclusive exportações para a Europa. Dentre essas refinarias destacamos a Al Khaleej, sediada nos Emirados Árabes Unidos, devido ao fato de esta ser a maior refinaria de açúcar do mundo. O principal fornecedor dessa refinaria é a empresa brasileira Copersucar. Outras refinarias da região também contam com parcerias estratégicas para o fornecimento da mercadoria bruta brasileira. Em conclusão, esta macrorregião é uma grande consumidora, refinadora e comerciante de açúcar, apesar de não produzi-lo.

6 EUROPA: O AÇÚCAR ENQUANTO INDÚSTRIA

6.1 Geografia histórica do açúcar na Europa

Entender a dinâmica açucareira do continente europeu é essencial para analisar o sistema mundial de produção e comércio de açúcar. Esse continente foi o que mais influenciou o estabelecimento da atividade canavieira em novos territórios ao redor de todo o globo, contribuindo, dessa forma, decisivamente para a construção/adaptação de seus espaços agrários, de suas economias e mesmo das políticas por estes adotadas. Ao longo do processo histórico de desenvolvimento da indústria do açúcar, a “Europa” se destacou por duas grandes inovações: a primeira foi a introdução de regras internacionais para sua comercialização e a segunda foi a adoção de uma planta alternativa para sua fabricação. Enquanto o Mundo Árabe se salientou pelo estrondoso progresso verificado no refino e na comercialização do açúcar, a Europa se notabilizaria pelo estabelecimento de regras para nortear as trocas macrorregionais estabelecidas entre as “Metrópoles” e suas “Colônias”. Enquanto o Mundo Árabe adaptou a canavieira ao clima de deserto, cultivando-a nas exíguas planícies fluviais litorâneas, e mesmo em oásis e jardins botânicos, sempre recorrendo à irrigação, a Europa empenhara-se em conseguir extrair o açúcar de outra lavoura, que fosse adaptada ao clima temperado: “descobriu” assim a beterraba.

6.1.1 A Europa e o açúcar enquanto mitos

Antes de qualquer coisa, é necessário pensar o significado da palavra “Europa”, em termos territoriais, ao longo da história. Segundo a Encyclopædia Britannica (2014),

Europa, na mitologia grega, era uma filha de Fênix (ou de Agenor), rei da Fenícia [Agenor era irmão de Belus, o rei do Egito]. A beleza de Europa inspirou o amor de Zeus, que dela se aproximou disfarçado sob a forma de um touro branco e levou-a da Fenícia para Creta. Lá ela deu à luz aos três filhos de Zeus: Minos, o senhor de Creta; Rhadamanthys, senhor das ilhas

Cíclades [na atual Grécia]; e Sarpedon, senhor de Lícia [na atual Turquia].¹⁰⁵

Assim, em sua origem mitológica, o que posteriormente convencionou-se chamar de Europa ou continente europeu delimitou-se a partir dos primeiros contatos entre os helenos (gregos) e os fenícios (oriundos de Biblos, Tiro, Sídón, Acre e, em última instância, Egito). Em torno do mar Egeu fixaram-se os primeiros descendentes de Europa, em plena zona fronteira com povos provenientes de dois outros continentes: a Ásia Menor e o Norte da África. Ao longo de toda a história, definir espacialmente o que é o território europeu será então sempre um exercício baseado em delimitações mutantes e transitórias.¹⁰⁶

Mapa 53: Creta, Ilhas Cíclades e Lícia: Reinos dos filhos de Zeus com a princesa Europa (c. 2000 a.C.).

¹⁰⁵ Disponível em: <<http://www.britannica.com/EBchecked/topic/195658/Europa>>. Acesso em: 26 jun. 2014. Do original: "Europa, in Greek mythology, the daughter either of Phoenix or of Agenor, king of Phoenicia [Agenor was also a brother of Belus, the king of Egypt]. The beauty of Europa inspired the love of Zeus, who approached her in the form of a white bull and carried her away from Phoenicia to Crete. There she bore Zeus three sons: Minos, ruler of Crete; Rhadamanthys, ruler of the Cyclades Islands; and, according to some legends, Sarpedon, ruler of Lycia", tradução nossa.

¹⁰⁶ Ainda que sejam chamadas de Regiões Ultraperiféricas (RUP), atualmente Guiana, Guadalupe, Martinica e a Ilha da Reunião, por exemplo, são oficialmente parte do território da União Europeia.

Desde pelo menos 500 a.C. (data do início das Guerras Médicas) já era possível identificar um contato territorial conflituoso entre a nascente Europa e os povos do Oriente, quando a Liga de Delos (gregos) conseguiu conter a expansão do Império Aquemênida (persas), impondo-lhe uma fronteira. Naquelas terras e naquelas águas os helenos faziam nascer a grande “região” que seria conhecida séculos mais tarde como “a Europa”. Repelindo os povos do Oriente por meio de ataques e contra-ataques, conquistas e reconquistas, a Europa constituiu-se ao longo de uma larga faixa fronteira móvel ao redor do mar Mediterrâneo. Por meio desses ditos “outros povos”, sobretudo persas e árabes, foi que os europeus tiveram os primeiros contatos com o açúcar. O conhecimento da cana e do produto dela derivado na Europa se deu justamente no primeiro dos surtos expansivos dos “europeus” para o Oriente, quando Alexandre o Grande (da Macedônia), marchou com seus exércitos até o rio Hindus, no atual Paquistão. Naquela ocasião seu império estendia-se deste a Macedônia até a Grécia, Lídia, Lícia, Frígia (estas na Ásia Menor), Capadócia, Armênia, Síria, Palestina, Egito, Mesopotâmia, Babilônia, Susiana, Pérsia, Bactria, Pártia, Gedrósia e Aracósia (estas últimas já nas proximidades da Índia). Como consequência, o mundo helênico tomou contato com a cultura e o comércio de um território que, direta ou indiretamente, abrangia desde o Norte da África e Arábia até Índia, Ásia Central e mesmo a China. Nearco e Onesícrito, dois dos principais generais de Alexandre, escreveram em 327 a.C., após participarem da expedição militar pelo rio Hindus, haver “[...] na Índia um caniço que dá mel sem auxílio das abelhas e que a bebida com ele feita embriaga, apesar de não se tratar de uma planta que frutifique” (apud VON LIPPMANN, 1941, p. 147). Esse foi o primeiro registro histórico referente ao conhecimento do açúcar por parte dos europeus.

Três séculos mais tarde, no início da era cristã, Sêneca, filósofo e pesquisador estoico, senador de Roma, escreveria haver “[...] na Índia um caniço em cujas folhas há mel, que provém do orvalho daquele céu ou do próprio caldo grosso e doce da planta; nossas plantas também dão mel, menos fino e mais escasso, que as abelhas vão colher” (apud VON LIPPMANN, 194, p. 150). Posteriormente, Plínio o Velho, naturalista romano, em sua obra enciclopédica *Naturalis Historia*, composta por 37 livros organizados em 10 volumes, datada de 77 d.C., parece ter sido o primeiro europeu a relacionar por escrito o açúcar (*sakcharon*) à cana. Coloca que o “[...] *sakcharon* vem da Arábia, mas o Índico é melhor; ele é o mel colhido da cana, branco como goma, quebra entre os dentes, nunca é maior que a avelã e só se usa como remédio” (apud VON LIPPMANN, 194, p. 151). Plínio fazia, dessa forma, referência a algo proveniente dos limites externos do Império Romano, ao relacionar o

“remédio” açúcar a um produto originário da Arábia e da Índia (por essa época os árabes provavelmente ainda não o produziam, mas já o comercializavam). Escreve o mesmo autor sobre uma *pedra melitinus*, ou seja, uma pedra que se transforma ou expede mel – provavelmente tratava-se de um torrão de açúcar ou mesmo um “pão de açúcar”.

Pedanius Dioscorides, de Anazarbus (Cilícia, atual Anatólia), foi por muito tempo médico do exército romano, contemporâneo de Plínio. Suas viagens de caráter militar o puseram em contato com os povos da Ásia Menor, ampliando seus conhecimentos e estimulando-o a publicar sua grande obra *De Materia Medica*. Trata-se de uma extensa enciclopédia de farmacologia baseada no conhecimento das ervas medicinais, uma das principais fontes de pesquisa dos historiadores da medicina antiga. Refere-se nela a uma especiaria que

[...] tem o nome de “sakcharon”; é um mel solidificado, que vem da Índia e da Arábia; é encontrado em canas, assemelha-se ao sal duro e, como ele, esfarela-se entre os dentes; dissolvido em água e bebido faz bem ao estômago e estimula os intestinos; aplica-se nas doenças dos rins e, em pó, cura as afecções dos olhos (apud VON LIPPMANN, 194, p. 151).

O açúcar permaneceu como artigo medicinal por muitos séculos para os europeus. Paulus Aegineta, grande expoente da medicina bizantina do século VII, conhecedor das terras do oriente (morou em Alexandria), em sua obra *De Re Medica Libri Septem* (também conhecida como *Compêndio Médico*, escrita entre 650 e 690 d.C.), afirmava haver

[...] várias espécies de sal, ora muito salgado, ora doce [...] dizem que vegetam canas nos pântanos da Índia, de cujas raízes se espreme um caldo doce, que se bebe [...] também se encontram mel nas folhas de certos caniços, semelhante ao sal, e que escorre dos talos; colhem-no na Índia e na Arábia (apud VON LIPPMANN, 1941, p. 160-161).

Por quase um milênio o açúcar permaneceu como um elemento misterioso, quase místico aos “europeus”. As referências ao produto eram sempre dotadas de grandes parcelas de incertezas e pressuposições. Somente quando os árabes estabeleceram-se nas cercanias do Império Romano do Oriente (Império Bizantino), tomando-lhe vastos territórios, é que os “europeus” tiveram contato direto com o açúcar e com os canaviais. Como já visto no capítulo anterior, foram os árabes que os trouxeram da Índia à Pérsia e desta para a Ásia Menor, e

posteriormente os difundiram por quase todo o Mundo Mediterrâneo antigo. Presume-se que desde o século VII os árabes já haviam introduzido a canavicultura na região do “Levante”. Na Ásia Menor alternavam-se ataques e contra-ataques, conquistas e reconquistas territoriais entre bizantinos e muçulmanos, condição que os punha frequentemente em contato e contribuía para as ocorrências de trocas culturais e materiais, fossem estas pacíficas ou não. Constantinopla, a capital do Império Bizantino, por canalizar em sua direção a totalidade do comércio oriental, “[...] foi a primeira terra da Europa não islamizada a que chegou o açúcar” (apud VON LIPPMANN, 1941, p. 321), possivelmente nos séculos VIII ou IX. Frente à ameaça representada pela ascensão do Califado Abássida e do Império Seljúcida, a oeste, assim como almejando recuperar o controle sobre Jerusalém e as terras sagradas e impulsionar o comércio macrorregional, a cristandade europeia organizou os movimentos religiosos, militares e comerciais conhecidos como Cruzadas. Elas foram, conforme já exposto, de fundamental importância não apenas para que os europeus tomassem maior contato com a cana e com o açúcar, como também para que se tornassem produtores dessa ambicionada especiaria.

O açúcar, ao longo dos séculos X a XV, havia se tornado um artigo de degustação e requinte tanto para as nobrezas europeias quanto para suas altas burguesias. A partir do comércio mediterrâneo o seu consumo difundiu-se penetrando pelo continente europeu por meio das rotas terrestres e marítimas, transportado pelas marinhas mercantes de Veneza e Gênova. Era conhecido na Provença (notadamente em Marselha, Montpellier e Avignon) desde 1250, quando já se cobrava impostos sobre o açúcar *in panibus et in pulvere* (VON LIPPMANN, 1941, p. 344).¹⁰⁷ Para este autor, Marselha constituía-se já no século XIV uma “sólida praça açucareira”, importando-o de Alexandria e distribuindo-o continente adentro pela via comercial estabelecida em torno do vale do rio Ródano, e daí para o norte. Em 1245 Marselha já atuava como importante reexportadora marítima de açúcar, tendo enviado nesse ano a mercadoria para a Inglaterra. Para que se tenha uma ideia de sua importância, vale mencionar que, quando faleceu a esposa de Carlos V (rei da França), no ano de 1373, esta deixou de herança, entre outros bens, “quatro pãezinhos de açúcar” (VON LIPPMANN, 1941, p. 344). Também a partir dos portos de Bruges e Antuérpia (atual Bélgica) o produto era redistribuído ao norte do continente, tendo Von Lippmann (1941) encontrado citações referentes à presença deste artigo na Suécia desde 1328, em Hamburgo desde 1351, em

¹⁰⁷ Literalmente “em pães e em pó”.

Bremen desde 1376, em Riga desde 1407 e em Novgorod desde 1480. As áreas açucareiras mediterrâneas estabelecidas no Levante, na Andaluzia, no Egito e dispersas por várias ilhas (dentre as quais se destacavam o Chipre e a Sicília) vinham provendo o consumo de açúcar da Europa, não a ponto de torná-lo uma mercadoria acessível à população em geral, mas em quantidades suficientes para torná-lo conhecido entre todas as suas principais cortes.

Como indicam as fontes até aqui citadas, antes de se iniciarem as Grandes Navegações e de se dar a descoberta da América por parte dos europeus, o conhecimento do açúcar já estava bastante difundido na Europa. Já era um produto próximo da realidade cotidiana de uma parcela importante da população europeia naquele momento. Era consumido pela nobreza e, de forma crescente, também pela nascente burguesia comercial, que cada vez mais almejava seu consumo. A partir de 1492 surgiu o embrião de uma nova e importante macrorregião canavieira no mundo: o Gran-Caribe, que por três séculos (do XVI ao XVIII) seria praticamente o único a atender à demanda europeia – mas essa história é tema para o próximo capítulo. Assim sendo, acerquemo-nos agora da questão açucareira na Europa moderna, que perpassa pela produção de açúcar a partir de uma outra fonte alternativa: a beterraba.

6.1.2 Beterraba: o açúcar enquanto bulbo

Como o objetivo desta tese é discutir sobretudo o açúcar de cana, e seu objeto principal de investigação é a cana-de-açúcar, não convém adentrar nos pormenores da história específica da indústria do açúcar de beterraba, senão na medida estrita em que ela impacta e influencia diretamente a história do açúcar de cana. A revisão histórica que é aqui apresentada visa, tão somente, contextualizar em linhas amplas, como se deu o surgimento desta outra variedade de agroindústria. Nesse sentido, cumpre de início dizer que a análise da economia açucareira europeia é, e sempre foi, tarefa complexa. Não se pensa o açúcar de beterraba na Europa senão em relação a outras terras, outros continentes e também em relação à cana. Uma avaliação mais acurada da temática beterrabeira necessita que sejam envolvidos, a todo instante, aspectos endógenos ao continente europeu e aspectos exógenos a este – muitos dos quais estão expostos neste e nos demais capítulos desta tese. A confrontação entre elementos internos e externos à história do açúcar na Europa remonta a séculos, e parte significativa do colonialismo europeu se deu pautado na indústria açucareira da cana. Aliás, pensar aquilo que

é “interno” à Europa já é algo muito complexo e difícil, pois cada país europeu tem uma história longa e singular no que se refere às suas agroindústrias açucareiras e às suas práticas comerciais domésticas e internacionais.

Feita essa ressalva, torna-se importante colocar que o açúcar de beterraba foi produzido pela primeira vez, em termos modernos e pré-industriais, em 1747, num laboratório em Berlim. O responsável pela experiência era o engenheiro químico Andreas Sigismund Marggraf, a primeira pessoa a obter a síntese pura de cristais de sucrose a partir do suco extraído de raízes de beterraba; “[...] cristais que tinham todas as características físicas e químicas do açúcar da cana”.¹⁰⁸ Seu discípulo Franz Carl Achard dotou a descoberta de um viés mais empírico, e, tendo recebido o apoio financeiro necessário de Frederick William III, rei da Prússia, inaugurou em 1801 a primeira fábrica de açúcar de beterraba do mundo, estabelecida em Kucern, na Silésia.¹⁰⁹ Em sua safra inaugural, o empreendimento colheu 400 toneladas de beterraba (com um teor médio de sacarose de 6%), conseguindo uma fabricação total de 16 toneladas de açúcar.¹¹⁰ No mesmo ano de 1801 Jules Paul Benjamin Delessert construiu a primeira fábrica de açúcar de beterraba da França, em Passy, nos arredores de Paris. Nos anos seguintes, ainda que de forma bastante incipiente, foram fundadas as indústrias beterrabeiras da Rússia e da Áustria.¹¹¹

Nenhuma dessas áreas obteve grande êxito de início, situação que só se alteraria com o estabelecimento das Guerras Napoleônicas (1803-1815), sobretudo a partir de 1806, com a imposição francesa do Bloqueio Continental¹¹² e a consequente reação liderada pela marinha inglesa. Esses atos colocaram temporariamente fim ao comércio transatlântico, ocasionando uma intensa redução na oferta de açúcar na Europa, o que içou exponencialmente seu preço. Os estudos clássicos de Taine (2008, [1893]) e Heckscher (1922) apontam para elevações díspares na cotação europeia do açúcar nesse período: “[...]

¹⁰⁸ *United States Beet Association*, 1959, p. 9. Originalmente: “crystals which had all the physical and chemical characteristics of sugar from cane”, tradução nossa.

¹⁰⁹ GALLOWAY, 2000 e VAN HOOK, 1949, p. 146.

¹¹⁰ VAN HOOK, 1949, p. 147.

¹¹¹ A indústria beterrabeira inglesa, ao contrário das citadas e das demais outras estabelecidas da Europa Central, tardaria ainda mais de um século para iniciar. Somente em 1912 seria fundada a primeira usina beterrabeira da Inglaterra, a “Cantley Factory”, localizada em Norfolk.

¹¹² Política napoleônica que objetivava isolar os ingleses do comércio europeu proibindo seu acesso aos portos e, dessa forma, enfraquecendo-os economicamente.

em Paris o preço subiu para 4 francos por *livre*¹¹³ em 1810, e depois para seis francos por *livre* em 1812, o que equivalia a um aumento de 8 para 12 francos por quilo” (HECKSCHER, 1922, p. 292);¹¹⁴ ou “[...] o preço do açúcar subiu 400% [entre 1806 e 1810]” (TAINÉ, 2008).¹¹⁵ Argumentava-se, ainda, que a falta de açúcar deixaria os exércitos franceses mais vulneráveis, constituindo-se essa ausência como uma ameaça ao bom provimento nutricional das tropas que marchavam a pé continente adentro. O Bloqueio Continental resultou na busca por um produto alternativo ao açúcar de cana caribenho, desenvolvendo-se, por exemplo, em 1810, uma espécie de “[...] açúcar de uva, um xarope preto não cristalizado, que era repulsivo e tinha odor desagradável” (HECKSCHER, 1922, p. 293),¹¹⁶ não se tornando, assim, atrativo aos consumidores.

Tal conjuntura de escassez fez com que durante o período das Guerras Napoleônicas a produção de açúcar a partir da beterraba recebesse grande estímulo econômico e forte apoio técnico por parte do governo de Napoleão Bonaparte. O Sistema Continental,¹¹⁷ criado pela França com o intuito de esgotar economicamente a Inglaterra, entrou para a história como momento embrionário de uma nova e duradoura agroindústria, a do açúcar de beterraba. O marco inicial dessa nascente atividade se daria em 1811, quando a Sociedade de Incentivo à Indústria Nacional (*Société d'Encouragement pour l'Industrie Nationale*) encaminhou um relatório a Napoleão visando criar alternativas e contornar a situação de desabastecimento de açúcar por via do suprimento interno do produto.¹¹⁸ O referido documento citava a experiência de Delessert, e era acompanhado por dois pães de açúcar feitos na França. A fábrica foi então visitada pessoalmente pelo imperador, dando origem a um decreto de 25 de março daquele mesmo ano, que ordenava o estabelecimento imediato de seis estações agrícolas experimentais, a implantação de 10 fábricas de açúcar de beterraba, além do cultivo de 79 mil acres dessa lavoura (aproximadamente 32 mil hectares).

¹¹³ Antiga medida francesa.

¹¹⁴ Originalmente: “[...] in Paris the price rose first (1810) to four francs per livre, and later (1812) to six francs, or approximately eight and twelve francs, respectively, per kg”, tradução nossa.

¹¹⁵ Originalmente: “[...] prices have increased 400% on sugar [between 1806 and 1810]”, tradução nossa.

¹¹⁶ Do original: “[...] grape sugar, but this syrup, which was black and did not crystallize, was repulsive and had an unpleasant odour”, tradução nossa.

¹¹⁷ Após serem derrotados na Batalha de Trafalgar, em 1805, e perderem a maior parte de sua frota naval, os franceses decidiram fortalecer sua presença dentro das fronteiras da Europa, isolando a Inglaterra do comércio com o continente pelo bloqueio dos principais portos. Esse esforço ficou conhecido como o Sistema Continental.

¹¹⁸ Como veremos no capítulo referente ao Caribe, nessa época Inglaterra e França rivalizavam como os dois únicos grandes importadores de açúcar caribenho, sendo os franceses também os principais responsáveis pela reexportação da mercadoria na Europa.

Para 1813 previu-se a ampliação da área cultivada com a lavoura beterrabeira para 247 mil acres (100 mil hectares), objetivando-se a manufatura de 7 milhões de *livres* de açúcar (cerca de 3,5 mil toneladas, o equivalente à metade da demanda interna francesa), distribuídas por 334 fábricas.

Figura 1: Napoleão toma contato com pães de açúcar, feitos no interior da França, a partir da beterraba (1811).¹¹⁹

As projeções inicialmente feitas por Napoleão para a nascente indústria eram demasiadamente audaciosas e otimistas, e não se realizaram. Ainda em 1813, segundo Heckscher (1922), foi publicada uma revisão de suas metas, confirmando a produção já obtida de 1,1 mil toneladas de açúcar, fabricados em 158 usinas em funcionamento no território imperial – estando um de seus mais importantes centros produtivos nas proximidades de Magdeburgo, no recém-anexado Reino de Westfália. “O governo de Napoleão fez tudo o que podia para tornar-se independente do fornecimento [açucareiro] por via marítima” (HECKSCHER, 1922, p. 293)¹²⁰ e, para estimular ainda mais a nascente indústria europeia de açúcar, inverteu radicalmente a lógica até então vigente em seu país, proibindo por completo

¹¹⁹ Imagem impressa pela *United States Beet Sugar Association* (1959, p. 11), originalmente com a legenda: “the scene when the Minister the Interior presented Napoleon I with loaves of beet sugar ‘made in France’”.

¹²⁰ Originalmente: “Napoleon’s organs made all that could be made of this success in the work of becoming independent of the supply by sea”, tradução nossa.

qualquer importação de açúcar do estrangeiro a partir de 1º de janeiro de 1813. Com suas atitudes o governo napoleônico francês responsabilizou-se, com grande ineditismo, pelo surgimento de uma segunda fonte para a produção de açúcar no mundo: a beterraba.

Durante as décadas que se sucederam imediatamente após a queda de Bonaparte, a indústria açucareira beterrabeira beneficiou-se de pelo menos duas grandes situações. A primeira foi a chegada, a partir da década de 1820, de grandes safras graneleiras provenientes da Rússia, que depreciaram muito os preços agrícolas praticados na Europa Ocidental. Nesse momento ocorreu

[...] a percepção, por parte dos proprietários de terra [franceses], da utilidade que o açúcar de beterraba poderia exercer no sistema agrícola [...] [quando] os proprietários de terra viam-se obrigados a voltar suas terras para a criação de gado ou a buscarem outras culturas mais rentáveis (GALLOWAY, 2005, p. 131).¹²¹

Na medida em que o açúcar podia ser produzido dentro de suas próprias fronteiras, alguns governos europeus optaram por trabalhar na defesa dessa lavoura contra a canavicultura praticada externamente, inclusive em suas colônias. A defesa da indústria açucareira continental europeia se deu, a partir de então, com base no estabelecimento de taxas e tarifas diferenciadas sobre a comercialização do produto. Especificamente no caso francês, a partir de 1822 o “açúcar nativo” (*sucre indigène*, feito internamente a partir da beterraba) passou a ser comercialmente protegido contra o “açúcar exótico” (*sucre exotique*, ou seja, do de cana, produzido principalmente no Caribe).¹²² Tal barreira alfandegária colocou-se da seguinte maneira: “[...] cobrava-se do açúcar colonial francês uma tarifa aduaneira de 45 francos por cada 100 kg, para proteger o açúcar de beterraba; e dos açúcares estrangeiros, 95 francos, para proteger o açúcar colonial francês” (FRAGINALS, 1989, p. 223).

¹²¹ Do original: “[...] the realization on part of landowners of the useful role sugar beet could play in the agricultural system [...] forcing landowners to turn to cattle raising and to search for other cash crops”, tradução nossa.

¹²² Como será abordado no próximo item, a França possuía a mais produtiva possessão colonial agroexportadora tropical de todas as que foram estabelecidas nas Américas, Santo Domingo. Entretanto, desde 1791 essa colônia arruinara-se em um conflito interno que a levou à independência do Haiti em 1804. Eis, então, outro motivo fundante da posição encabeçada pelos franceses em prol do estabelecimento do açúcar de beterraba: transferir para a Europa a produção que havia perdido no Caribe.

Napoleão Luís Bonaparte (Napoleão III) corroboraria a política agrícola de defesa do produto interno feito a partir da beterraba, ainda que para isso tivesse de contrariar os interesses de alguns súditos franceses estabelecidos sobretudo nas colônias de Guadalupe e Martinica. Em 1843 ele combateria os apelos em favor da manutenção dos privilégios até então conferidos aos produtores de açúcar de cana, afirmando que “[...] as colônias foram criadas de acordo com o interesse da metrópole, não a metrópole no interesse das colônias” (apud FRAGINALS, 1989, p. 226).¹²³ Contemporaneamente a essa afirmação, publicou-se na França uma pesquisa econômica em prol da indústria “nativa”, através da qual calculava-se que:

[...] um negro escravo [nas possessões coloniais] ingeria alimentos franceses num valor de cerca de 10 centimos diários; um operário da indústria de beterraba gastava, só em pão, uma média de 18 centimos. As roupas dos escravos representavam um consumo de têxteis franceses de 23 francos anuais *per capita*; o mais modesto operário da indústria de beterraba gastava 82 francos por ano com vestuário (FRAGINALS, 1989, p. 228).

Mais um grande estímulo conferido à produção de açúcar de beterraba produzido na Europa foi a abolição da escravidão, primeiro nas colônias inglesas em 1833, e depois nas francesas em 1848 – medida de inegável apoio aos interesses dos agricultores de beterraba. Essa profunda modificação feria duramente o sistema produtivo instalado e em funcionamento nas colônias açucareiras europeias do Caribe, conforme veremos com maiores detalhes no próximo capítulo.

Ao longo do século XIX as técnicas e as tecnologias agroindustriais vinculadas ao cultivo e à extração do açúcar da beterraba progrediram muito, havendo grande incorporação de conhecimentos cientificamente embasados em seu processo produtivo. Por outro lado, a produção de açúcar de cana foi colocada em segundo plano nas estratégias agrícolas, econômicas e políticas de vários países europeus, que passaram a ver na beterraba uma maneira de valorizar o potencial agrícola de suas terras intrafronteiriças.¹²⁴ Os estímulos conferidos à produção de açúcar de beterraba não tardaram a dar frutos: em 1857 registrou-se a primeira exportação de açúcar de beterraba por parte da França; durante as décadas de 1880

¹²³ Do original: “[...] les colonies ont été établies dans l’intérêt de le métropole, et non le métropole dans l’intérêt des colonies”, tradução nossa.

¹²⁴ Entre as exceções, podemos elencar Portugal e Inglaterra.

e 1890 a Alemanha figurou como a maior produtora e também exportadora mundial de açúcar.¹²⁵ Ao se aproximar o fim do século XIX, a beterraba e a cana haviam invertido de lugar, passando a ser o tubérculo a principal fonte de açúcar do mundo, e não mais a gramínea, conforme indica o Gráfico 20, que se segue.

Gráfico 20: Mundo: produção de açúcar, por tipo, em toneladas (1840-1880).

O açúcar de beterraba tornou-se hegemônico no mundo já no final do século XIX, contribuindo para a construção de um cenário internacional marcado pela superprodução, forte queda nos preços internacionais e intensa dificuldade para os produtores, principalmente para os de açúcar de cana – vide o caso brasileiro, de patente crise no período. Com a destruição parcial e temporária do parque açucareiro europeu durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) um novo (mas fugaz) ânimo foi dado à indústria canavieira esparsamente distribuída pelo mundo tropical nas diversas colônias e ex-colônias europeias. Entretanto, logo a crise de 1929 e a grande depressão da década de 1930 trariam novamente um período de muitas dificuldades para essas zonas canavieiras que, via de regra, redimensionaram então suas produções adequando-as às suas próprias capacidades de consumo. Após a Segunda Guerra Mundial e o posterior arrefecimento da Guerra Fria, originando uma Nova Ordem Mundial, quando finalmente ascendeu o chamado “período neoliberal” do fenômeno de mundialização da economia, o açúcar de cana voltou a se tornar

¹²⁵ FRAGINALS, 1989, p. 295-296.

novamente hegemônico frente ao de beterraba, sobretudo após as décadas de 1980 e 1990 (Gráfico 21).

Gráfico 21: Mundo: produção de açúcar, por tipo, em toneladas (1900-2000).

6.1.3 *Beterraba: uma cultura essencialmente Europeia*

Não se pode generalizar a situação francesa primordialmente exposta até aqui para todo o continente europeu. Que o único açúcar que se produz em escala industrial dentro da Europa atualmente seja o de beterraba não há dúvida, mas também é inegável que nem todos os países europeus apostaram exclusivamente em sua produção interna. A antítese do exemplo francês por muito tempo foi a Inglaterra, que preferia importar açúcar bruto de cana de suas colônias e refiná-lo em suas grandes cidades industriais, tais como Londres, Glasgow, Liverpool ou Greenock. Colocado de uma forma ampla, pode-se afirmar que países insulares (como a Inglaterra) ou continentais intensamente voltados ao comércio marítimo (como Portugal, Finlândia e mesmo Bulgária e Romênia) mostraram-se propícios à instalação de refinarias de açúcar bruto de cana. Ali existiram e ainda existem grandes empresas cujo bom funcionamento depende da compra de grandes quantidades de açúcar de cana no exterior, depois refinado e revendido. Algumas cidades nessa condição podem ser citadas, tais como Londres, Marselha, Lisboa, Tienen (Bélgica), Kantivik (Finlândia) e Buzau (Romênia). Inglaterra e Portugal, que mantiveram dois importantes impérios coloniais, caracterizaram-se historicamente como nações refinadoras de açúcar importado, perfil compartilhado com a

Romênia desde o tempo em que os soviéticos instalaram no país um considerável parque industrial voltado à refinação do açúcar proveniente de Cuba.¹²⁶ Estas são algumas das áreas europeias que historicamente se caracterizaram por dar preferência ao açúcar de cana importado, ou mesmo à compra do açúcar de beterraba subsidiado pelo governo de algum de seus vizinhos.

Por outro lado, Alemanha, Áustria e Polônia, por exemplo, países mais associados à ideia de continentalidade, representam casos em que a produção de açúcar a partir da beterraba emergiu com maior “naturalidade”. Corrobora essa conjectura que opõe maritimidade e continentalidade o fato de que, atualmente (2010), as refinarias de açúcar europeias localizam-se na faixa costeira do continente (exceção feita apenas às romenas e búlgaras), enquanto todas as fábricas de açúcar de beterraba, e principalmente, todas as destilarias de etanol de beterraba (responsáveis pela redução dos excessos dessa lavoura), localizam-se no interior do continente. O Mapa 54 apresenta o quadro exposto, indicando também a localização das áreas cultivadas com beterraba dentro da União Europeia, delineando seu núcleo como o *Beet Belt* (Cinturão da Beterraba) europeu.

¹²⁶ Este caso será mais bem analisado durante a exposição da indústria cubana, no próximo capítulo.

Mapa 54: União Europeia: refinarias de açúcar, destilarias de etanol de beterraba e campos de beterraba: o *Beet Belt* (2010).

Pode-se esboçar o Beet Belt como uma área retangular que engloba, no sentido oeste-leste, o sul da Inglaterra, o norte da França, a Bélgica e a Holanda, prosseguindo pelo norte da Alemanha e englobando ainda partes da Polônia, Áustria e República Tcheca. As demais áreas do continente, como algumas parcelas da Espanha, Dinamarca, Suécia, Lituânia, Romênia, Itália etc., apresentam-se como zonas periféricas, de menor relevância no contexto geral do bloco, quase reminiscências do passado. Com larga margem de vantagem, o *Beet Belt* europeu é a principal zona produtora de açúcar de beterraba do mundo, onde se encontra a maior parte das indústrias de processamento do açúcar a partir daquele bulbo.

Mapa 55: União Europeia: fábricas de açúcar e campos de beterraba no *Beet Belt* (2010).

Existem também outros países, não europeus, produtores de açúcar de beterraba, dentre os quais citamos Estados Unidos, Japão, China, Turquia, Egito, Irã e, em menor escala, mas com elevadíssima produtividade, também o Chile.¹²⁷

A partir da tabulação dos dados fornecidos pela FAO referentes à área cultivada com beterraba nos diversos países do mundo, confrontados com a extensão total de terras em cada país, geramos o mapa designado “Taxa de Monocultura Beterrabeira”. Por essa metodologia de análise fica nítido que a produção de açúcar de beterraba, apesar da “adesão” de outros países, ainda se caracteriza por ser eminentemente uma cultura europeia, podendo-se afirmar que este continente é o único lugar do mundo onde o fenômeno assume grande relevância.

¹²⁷ Disponível em: <<http://faostat3.fao.org/browse/Q/QC/E>>. Acesso em: 29 ago. 2014.

Mapa 56: Europa: Taxa de Monocultura - produção de beterraba por km² (2010).

6.2 História contemporânea: aspectos internos da produção açucareira europeia

Os aspectos ditos contemporâneos da produção e da comercialização açucareira europeia referem-se, nesta tese, ao período compreendido entre 1967 e 2014. Estes serão avaliados de forma separada entre os de caráter essencialmente internos (item 6.2) e os de caráter essencialmente externos (item 6.3).

6.2.1 A Comunidade Econômica Europeia (CEE/1957), a Política Agrícola Comum (CAP/1962) e a Organização Comum do Mercado Açucareiro (OCM do Açúcar/1967)

Pode-se dizer que a história recente da produção e da comercialização europeia de açúcar tem início com o término da Segunda Guerra Mundial (1945) e a emergência do Pós-Colonialismo,¹²⁸ quando se estabeleceu a Comunidade Econômica Europeia (CEE) por meio do Tratado de Roma (1957).¹²⁹

Uma vez estabelecida a base teórica para a cooperação no âmbito do Mercado Comum Europeu, iniciaram-se os esforços para a implementação da Política Agrícola Comum do bloco (*Common Agricultural Policy* – CAP). Diante das diferenças existentes entre distintas políticas nacionais para a agricultura até então vigentes em cada um dos seis países inicialmente membros da CEE, estabelecer uma CAP não foi tarefa simples. O complexo processo de obtenção e implantação das diretrizes comuns para a agricultura tardou, desse modo, mais cinco anos para entrar em vigor, sendo estabelecidas somente em 1962.

Em linhas gerais, definiu-se que o objetivo central da CAP seria garantir a ocorrência de cinco aspectos basilares, elencados da seguinte forma em seu texto legal:¹³⁰

- aumentar a produtividade da agricultura, promovendo seu progresso técnico e assegurando o desenvolvimento racional de sua produção e a perfeita utilização dos fatores de produção, especialmente do trabalho;
- assegurar um nível de vida justo à comunidade agrícola, em particular pelo reforço do rendimento individual dos que nela trabalham;
- estabilizar os mercados;
- assegurar a disponibilidade de suprimentos; e
- garantir que os suprimentos cheguem aos consumidores a preços razoáveis.

¹²⁸ Bonnici (2005, p. 186) considera ser “[...] o pós-colonialismo uma práxis social, política, econômica e cultural” vigente entre as ex-metrópoles e suas ex-colônias.

¹²⁹ O seis membros fundadores foram Alemanha, Bélgica, França, Holanda, Itália e Luxemburgo.

¹³⁰ Pode-se consultá-los em: “Treaty establishing the European Community (Nice consolidated version) – Part Three: Community policies – Title II: Agriculture – Article 33 – Article 39 – EC Treaty (Maastricht consolidated version) – Article 39 – EEC Treaty”. Disponível em: <<http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=CELEX:12002E033:EN:HTML>>. Acesso em: 26 maio 2014.

Novamente devido às disparidades existentes nas distintas políticas agrícolas nacionais voltadas especificamente à produção e comercialização de açúcar e à existência de interesses conflitantes entre os países-membros, mais cinco anos foram necessários para, após o estabelecimento da CAP, fixar-se a Organização Comum do Mercado Açucareiro do bloco (*Common Market Organization of Sugar*, daqui por diante “OCM do Açúcar”), o que se deu somente em 1967. Visando proteger o produtor europeu e promover o equilíbrio desse mercado, foram estabelecidas as sólidas bases sob as quais se pautaria a organização comum:¹³¹

- preço de referência e preço mínimo garantido – estipulava-se um preço mínimo de base para o açúcar e um preço mínimo garantido aos produtores de beterraba;
- sistema de cotas – definia-se um sistema de quotas de produção para limitar a quantidade total autorizada à manutenção do preço de base; e
- medidas comerciais – implantava-se um imposto comum sobre a importação de açúcar e criava-se um sistema de restituição das exportação.

Com o estabelecimento dessas premissas, foram firmados os pilares básicos que regulariam a atividade açucareira do bloco europeu durante as quatro décadas que se seguiriam. Sequer as sucessivas revisões parciais da CAP, feitas no intuito de modernizá-la, trariam significativas mudanças à questão açucareira antes do ano de 2006.¹³² Durante as diversas reformulações parciais da CAP, o açúcar sempre foi visto como um caso à parte, dotado de alta resistência à mudanças: “Em cada uma das tentativas de reforma da Política Agrícola Comum da UE – incluindo-se a Reforma Mac Sharry de 1992, a Agenda 2000 e a Reforma da PAC de 2003 – o regime do açúcar escapou de todas” (AZIZ, KELCH e UMSTAETTER, 2008, p. 1).¹³³

¹³¹ Linde, Minne, Wooning e Zee (2000) realizaram uma pertinente análise desses aspectos fundantes da política açucareira comum da CEE.

¹³² A principal alteração ocorrida no OCM do Açúcar entre sua criação, em 1967, e sua reforma, em 2006, deu-se por ocasião do alargamento do bloco, ocorrido em 1973, devido sobretudo ao fato de o perfil da indústria açucareira inglesa diferir bastante do padrão praticado pelos demais membros do bloco. Nessa ocasião criou-se o “Protocolo do Açúcar” (1975), que alterou principalmente o comércio externo de açúcar do bloco, e que é analisado mais adiante, quando enfocamos a repercussão internacional da política açucareira europeia.

¹³³ Do original: “[...] in each of the attempts to reform the EU’s Common Agricultural Policy (CAP) – including the 1992 MacSharry Reform, Agenda 2000, and the 2003 CAP reform – the sugar regime has virtually escaped”, tradução nossa.

6.2.2 A União Europeia (UE/1993) e a Reforma do OCM do Açúcar (2006)

Durante as décadas de 1970 e 1980 a CEE passou por duas ampliações entre seus países-membros: em 1973 entraram no grupo Dinamarca, Irlanda e Reino Unido; em 1981 foi a vez da Grécia e, em 1986, de Espanha e Portugal. Em 1992, diante de uma conjuntura de esfacelamento dos regimes comunistas no continente, a Comunidade Econômica Europeia aprovou o Tratado de Maastricht, dando origem à União Europeia (UE).¹³⁴

Em 2003 iniciou-se outra fase de reformulação parcial da PAC. Desde então a “[...] relação entre os subsídios e a produção foi cortada. Isso significa que, a fim de receber os subsídios, os agricultores já não tinham mais que produzir alimentos para os quais não havia mercado”.¹³⁵ Internamente ao bloco passou-se a evidenciar uma situação de relativo descontentamento quanto ao CMO do Açúcar por parte dos consumidores e das indústrias alimentícias que o tinham como matéria-prima. Quanto à manutenção dos elevados preços de referência para o açúcar e do valor mínimo garantido à beterraba, questionava-se basicamente o fato de essas medidas, ao protegerem os produtores no campo, onerarem os consumidores nas cidades.

Também a pressão por mudança ganhou ímpeto no plano internacional. Entre 2002 e 2003 foram movidas ações junto à Organização Mundial do Comércio (OMC) contrárias a manutenção dos subsídios cruzados praticados pela UE em sua produção açucareira. A disputa iniciada por Austrália e Brasil (ação deflagrada em 27 de setembro de 2002) e logo apoiada pela Tailândia (14 de março de 2003) coagiu os europeus a reverem suas práticas de financiamento agrícola e de comércio exterior, conforme veremos com mais detalhes adiante. Por ora basta mencionar que, após feito o julgamento, o “[...] painel da Organização Mundial do Comércio decidiu que o regime do açúcar da UE constitui uma violação aos compromissos de exportação da UE junto à OMC e esta decisão exigiu que a UE

¹³⁴ Disponível em: <http://europa.eu/about-eu/eu-history/index_pt.htm>. Acesso em: 28 ago. 2014.

¹³⁵ Vide “The common agricultural policy (CAP) and agriculture in Europe – Frequently asked questions”. Disponível em: <http://europa.eu/rapid/press-release_MEMO-13-631_en.htm>. Acesso em: 22 abr. 2014. Do original: “[...] link between subsidies and production was cut. This means that, in order to receive subsidies, farmers no longer have to produce food for which there is no market”, tradução nossa.

suspendesse suas exportações de açúcar extraquota” (AZIZ; KELCH; UMSTAETTER, 2008, p. 1).¹³⁶

Diante desse quadro, marcado internamente pela crise econômica que afetava a União Europeia, redundando na redução de seu orçamento agrícola ¹³⁷ e externamente pela crescente pressão internacional em prol da maior liberalização de seu comércio, teve início a Reforma Açucareira da UE em 2006. Para Matthews (2012), o desafio central enfrentado pela reforma era conseguir abrandar as “ferramentas de gestão do mercado”, sem desamparar por completo os produtores.¹³⁸ Vejamos quais as principais inovações feitas na OCM do Açúcar, para, em seguida, analisarmos suas respectivas consequências e implicações.

6.2.2.1 Alteração no Sistema de Preços

A primeira alteração a ser destacada diz respeito ao sistema de Preço de Referência estabelecido para a comercialização do açúcar dentro do bloco e Preço Mínimo Garantido ao produtor de beterraba. Até se iniciar a reforma de 2006 esses valores eram bastante atrativos, estimulando anualmente os agricultores a cultivarem seus campos com beterraba e consequentemente promovendo grandes volumes de produção açucareira. O preço de venda do açúcar, tabelado e garantido pelo governo, era de 632 euros por tonelada de açúcar refinado. Apenas a título de comparação, no ano em que entrou em vigor a reforma, o Brasil exportou para a União Europeia, segundo dados da Secex/Aliceweb, 416 mil toneladas de açúcar a um valor total de 134 milhões de dólares, perfazendo um valor médio de 255 euros por tonelada, ou seja, 2,5 menor que o preço de referência europeu.¹³⁹ O elevado preço vigente na UE era, dessa forma, capaz de cobrir os custos de produção das cooperativas e das empresas fabricantes de açúcar em quase todas as zonas agrícolas da Europa – desde a Grã-

¹³⁶ Do original: “[...] a World Trade Organization (WTO) panel ruled that the EU sugar regime is in violation of the EU’s WTO export commitments. This ruling requires the EU to stop out-of-quota sugar exports”, tradução nossa.

¹³⁷ Até a década de 1990 cerca de 60% do orçamento anual da UE eram comprometidos com o setor agrícola. Desde então esse percentual decaiu seguidamente.

¹³⁸ Disponível em: <<http://capreform.eu/council-agrees-reform-of-the-sugar-reform/>>. Acesso em: 26 abr. 2014. Do original: “[...] market management tools”, tradução nossa.

¹³⁹ Utilizamos para a conversão monetária a cotação de 1 dólar para 1,266 euro, referente ao dia 1º de outubro de 2006. Essa data foi selecionada por representar o início do ano agrícola europeu.

Bretanha até a Grécia. Aos agricultores familiares,¹⁴⁰ garantia-se concomitantemente o pagamento remunerador de 33 euros pela tonelada de beterraba produzida. Sendo esses valores muito superiores aos vigentes no Mercado Livre Mundial, não poderiam deixar de resultar num açúcar cujo preço era relativamente mais caro, a ser pago por um consumidor necessariamente mais rico. Em outras palavras, o açúcar europeu era marcado por ter um preço mais elevado, reflexo de seu custo mais elevado. A partir de 2006, entretanto, esses preços foram reduzidos de forma escalonada, em duas parcelas, até atingirem uma diminuição total equivalente a 36%.

Tabela 4: União Europeia: redução escalonada dos Preços de Referência e Mínimo Garantido ao Produtor (safras 2006/2007 a 2014/2015).

UE: redução escalonada dos Preços de Referência e Mínimo Garantido ao Produtor (2007/08-2014/15)

€ por TONELADA	2007/08	2008/09	2009/10	Δ 2006/07 a 2014/15
Preço de Referência - Açúcar Branco Refinado	631,90	542,00	404,4	(-) 227,90 / (-) 36%
Preço de Referência - Açúcar Bruto de Cana	496,80	448,80	335,2	(-) 161,60 / (-) 33%
Preço de Referência - Beterraba	32,86	27,83	26,29	(-) 6,57 / (-) 20%

MAPS-2014

FONTE: COMISSÃO EUROPEIA

A partir de outubro de 2008¹⁴¹ o preço de referência para o açúcar abaixou para 542 euros/tonelada. Ao agricultor caberiam então aproximadamente 28 euros pela tonelada de beterraba colhida e entregue à usina. Esses novos valores já não cobriam mais por completo os custos de produção de todas as fábricas nem todos os agricultores ou mesmo de todas as regiões agrícolas até então em atividade na UE. Em outubro de 2009 houve nova redução, com o Preço de Referência baixando para 404 euros/t de açúcar, enquanto o Preço Mínimo passou para cerca de 26 euros por tonelada de beterraba fornecida às fábricas. Para amenizar essas medidas de corte orçamentário e arrefecer a difícil situação criada, o bloco criou e movimentou um

[...] fundo de reestruturação voltado a pagar processadores e agricultores não competitivos para encerrarem suas atividades [...] [fazendo com que] as

¹⁴⁰ Ou “camponeses”, como preferem alguns pesquisadores acadêmicos.

¹⁴¹ O ano-agrícola açucareiro europeu sempre tem início no dia 1º de outubro.

fábricas pudessem escolher entre continuar a competir diante do novo preço estabelecido ou serem pagas para reduzirem suas quotas de produção.¹⁴²

Em outros termos, a União Europeia decidiu pagar um determinado valor, a título indenizatório, para que a parte menos competitiva de seus fabricantes de açúcar e seus produtores de beterraba, notadamente aqueles estabelecidos em zonas menos favoráveis e competitivas, encerrassem suas produções e investissem em outras atividades. Estipulou-se “[...] uma indenização de 250 euros por tonelada para as usinas que abandonassem a produção”.¹⁴³ Dito de outra forma, tais mudanças não poderiam trazer outro resultado senão o da seleção mercadológica dos produtores (fábricas, agricultores e regiões agrícolas) mais aptos a prosseguirem na atividade e na consequente exclusão dos menos competitivos.

6.2.2.2 Alteração no Sistema de Cotas

A segunda grande mudança estabelecida pela Reforma Açucareira da UE de 2006 refere-se à alteração no sistema de fabricação de açúcar que tem por base o sistema de cotas de produção (*quota management*). Esse modelo, ainda vigente na União Europeia, é semelhante ao existente nos Estados Unidos e ao que vigorou no Brasil entre os anos de 1933 e 1991. A primeira finalidade que se almeja ao propor a limitação legal da produção de um determinado bem de consumo é poder determinar seu preço de venda – mas para isso, complementarmente, se faz necessário estabelecer medidas comerciais de contenção que evitem a livre entrada do produto de origem externa.

O modelo de produção por meio de cotas conferidas aos países-membros da UE garante-lhes o direito (e a obrigação) de fornecer determinada quantidade de açúcar à comunidade. A Comissão Europeia define, anualmente, a alocação das cotas, distribuindo-as

¹⁴² Disponível em: <<http://capreform.eu/sugar-reform-hits-trouble/>>. Acesso em: 26 abr. 2014. Do original: “[...] restructuring fund to pay uncompetitive processors and farmers to close down [... such that] Factories could choose between competing for sales at the new price, or being paid to cut their production quotas”, tradução nossa.

¹⁴³ *Jornal Cana*. Disponível em: <<http://www.jornalcana.com.br/producao-europeia-de-acucar-em-xeque/>>. Acesso em: 28 ago. 2014.

entre os países-membros. No âmbito nacional, dá-se a redistribuição das cotas, agora entre as empresas (sociedades anônimas ou cooperativistas). Estas, por sua vez, negociam diretamente com os agricultores o estabelecimento dos contratos de fornecimento de beterraba, até preencherem plenamente sua cota de produção.¹⁴⁴

Antes de iniciada a Reforma Açucareira de 2006, as cotas de produção eram classificadas e distribuídas por meio de três modalidades de “açúcares”: A, B e C. O “açúcar A” era aquele destinado especificamente ao atendimento da demanda interna do bloco. O “açúcar B” constituía-se de uma espécie de margem de segurança, composto de um pequeno excedente anual voltado ao suprimento do mercado em caso de quebras de safra ou outras eventualidades. Em tais condições, gozavam ambos dos direitos básicos estabelecidos pela CAP de acesso ao Preço Mínimo de Suporte (*Minimum Support Price*) e das Restituições à Exportação (*Export Refunds*), sendo assim comercializados com segurança e boa remuneração.¹⁴⁵ O “açúcar C”, por sua vez, era aquele que não se encaixava em nenhuma das outras duas categorias, ou seja, não era o “A” nem o “B” e, portanto, não se pautava no estabelecimento de uma cota e não tinha os mesmos privilégios que os outros dois “açúcares”. Constituía-se, enfim, como “o excesso do excesso”. Mesmo assim, podia ser exportado revertendo-se em lucro para fabricantes e agricultores. Isto basicamente porque o “açúcar C” se beneficiava indiretamente não apenas dos apoios conferidos aos “A” e “B”, mas também dos atribuídos à outras lavouras. Sendo a beterraba largamente empregada nos sistemas europeus de rotação de culturas, é comumente cultivada nos mesmos campos que o trigo ou a cevada (cereais subsidiados diretamente pela CAP em função do número de hectares cultivados), beneficiando-se assim dos chamados “subsídios cruzados” (ACTIONAID, 2002). Dessa forma, o “açúcar C” – que desde 1975, com a aprovação do Protocolo do Açúcar,¹⁴⁶ passou a ser exportado em volume exponencialmente crescente – era beneficiado pelos benefícios originalmente destinados a outras finalidades, que não a sua produção. Para aquilatar a importância que esse “açúcar C”, tido metaforicamente como o “excesso do excesso”, assumiu com o passar dos anos, basta mencionar que no ano agrícola de 2005/2006

¹⁴⁴ Actionaid acerca dos efeitos das políticas agrícolas europeias. Disponível em: <http://www.actionaid.org.uk/sites/default/files/content_document/farmgate_3132004_12159.pdf>. Acesso em: 29 abr. 2014.

¹⁴⁵ Actionaid (2002, p. 23) estimava que “[...] the total annual cost of sugar export refunds is some €1.5 Billion”.

¹⁴⁶ Que será analisado enquanto consequência externa da reforma do açúcar.

(última safra em que vigorou a distinção existente entre o “A”, o “B” e o “C”), sua proporção foi a seguinte:

Tabela 5: UE-25: Safra açucareira por tipo de cota (A, B e C), em toneladas (safra 2005/2006).

UE-25: Safra açucareira de 2005/06: Cotas A, B e C					
Cota Açúcar A	Cota Açúcar B	Cota Açúcar A+B	SAFRA 2005/06	Açúcar C (Safra - A+B)	"Excesso do Excesso" (C) em relação a Demanda Interna (A)
13.252.292	2.382.281	15.634.573	20.290.590	4.656.017	35%
MAPS-2014		FONTE: European Commission, Agriculture and Rural Development DG			

Diante dessa constatação, pode-se avaliar o desvirtuamento dos intuitos originalmente propostos pela CAP e pela OCM do Açúcar, fazendo com que o sistema de cotas adotado para a produção de açúcar se tornasse antiquado, não funcionando adequadamente por pelo menos dois motivos principais. Em primeiro lugar, não cumpria seu intuito central, que era o de limitar a produção açucareira do bloco europeu, uma vez que seus excessos continuavam sendo praticados e, ainda assim, conseguindo bom encaixe no mercado externo via subsídios cruzados. O último ano agrícola em que vigorou esse sistema tripartite de cotas, durante a safra de 2005/2006, atestou uma vez mais sua inaplicabilidade e inoperância enquanto recurso limitador da produção. Naquele ano as cotas para os açúcares A e B não foram alcançadas; no entanto, houve volumosa quantidade de açúcar C, conforme indica a Tabela 6.

Tabela 6: União Europeia: produção de açúcar e cota de açúcar por modalidade (A, B e C), em toneladas (safra 2005/2006).

	Açúcar A	Açúcar B	Açúcar A+B	SAFRA 2005/06	Açúcar C *
COTA	13.252.292	2.382.281	15.634.573	20.290.590	4.656.017
PRODUÇÃO	13.090.670	2.336.889	15.427.559		4.863.031
<i>saldo / deficit</i>	(-) 161.622	(-) 45.392	(-) 207.014	0	(+) 207.014
<div> <div>MAPS-2014</div> <div>* não pautado por cotas</div> <div>FONTE: European Commission, Agriculture and Rural Development DG</div> </div>					

Em segundo lugar, esse sistema também era antiquado porque, ao garantir que certos agricultores, empresas e regiões agrícolas continuassem produzindo açúcar de forma deficitária, revertia ao bloco europeu um encadeamento contínuo de resultados econômicos prejudiciais. Em outros termos, de modo contraditório, o açúcar produzido nesses moldes dava lucro aos agricultores e, ao mesmo tempo, prejuízo à CAP e, em escala maior, à própria UE. De acordo com um relatório da FAO (1987) sobre comércio agrícola e cooperação econômica, por meio dessa prática “[...] o consumidor e o contribuinte da CEE subsidiava o consumo [de açúcar] nos países em desenvolvimento” (FAO, 1987, p. 87),¹⁴⁷ notadamente nos países membros da Liga Árabe que importavam grandes quantidades do açúcar europeu. Esse ponto expunha outra grande contradição do padrão europeu de produção e comercialização de açúcar vigente antes da Reforma da OCM do Açúcar de 2006: seu açúcar era *caro, porém barato*. Era caro ao cidadão europeu, que por meio de seus impostos financiava a CAP, garantindo a sobrevivência e a lucratividade dos agricultores de beterraba do bloco; e era barato aos compradores desse açúcar em outros países, que o adquiriam pela cotação do mercado internacional – por sua vez deprimido pelo artifício europeu.

A intensa revisão da OCM do Açúcar, iniciada pela UE em 2006, extinguiu as três modalidades de cotas açucareiras (A, B e C), dando lugar a um modelo simplificado, pelo qual só existem duas categorias de açúcar: o *intracota* (produzido dentro do limite preestabelecido) e o *extracota* (de caráter excedentário).¹⁴⁸ Teve também início uma campanha com vistas à erradicação completa do açúcar extracota e à adoção de outros usos

¹⁴⁷ Do original: “[...] the EEC consumer/tax payer has subsidized [sugar] consumption in developing countries”, tradução nossa.

¹⁴⁸ O *intracota* também é chamado de *intralimite* e o *extracota* também é chamado de *extralimite*.

para o açúcar excedentário – dentre os quais sua transformação em *bioethanol*. Após uma longa série de polêmicas e debates, ficou estabelecido por fim que o sistema geral de cotas da produção açucareira europeia terá fim em outubro de 2017.

O novo sistema de cotas estabelecido previa uma “[...] redução de 6 milhões de toneladas de açúcar na alocação total das cotas, durante um período transicional de quatro anos”¹⁴⁹ compreendidos entre 2006 e 2010. Essa redução representava um decréscimo de 38% da cota vigente em 2005/2006. Para tanto, a UE passou a encorajar um processo de “renúncia espontânea” das cotas de produção com vistas a tirar do mercado, de modo controlado, os produtores menos competitivos. O intuito de tal medida era, conforme já mencionado, manter ativos no processo produtivo do açúcar somente os agricultores, as empresas e as regiões agrícolas capazes de se “autofinanciarem” (AZIZ; KELCH; UMSTAETTER, 2008, p. 5).¹⁵⁰

Essas medidas deram resultado, conseguindo a UE manter estável sua produção. Ainda que ao longo da década de 2000 tenha havido uma importante expansão territorial do Bloco em direção à Europa de Leste,¹⁵¹ com a inserção de 12 novos países (muitos dos quais produtores de beterraba), sua produção global de açúcar se manteve praticamente inalterada quando se compara os números verificados nas safras de 2000/2001 com os de 2009/2010. Na safra de 2000/2001, quando a União Europeia era composta de 15 países (UE-15), a produção total do bloco alçava a casa de 17 milhões de toneladas de açúcar (ainda que a cota oficial determinasse uma produção de 14,1 milhões), sendo seus principais produtores França, Alemanha e Itália. Na safra de 2005/2006, ao iniciar sua reforma açucareira, o Bloco apresentava um considerável aumento de produção em relação a 2001, fato devido, sobretudo, à entrada de 10 novos membros (UE-25). Naquele ano sua produção foi de 20,3 milhões de toneladas, ante uma limitação oficialmente preestabelecida em 15,6 milhões de toneladas. Nessa safra França, Alemanha e Polônia foram, respectivamente, os principais produtores da União Europeia. Em 2009/2010, quando o Bloco já era composto por 27 países (UE-27), a produção já foi menor do que em 2005/2006, reflexo direto da reforma da OCM do Açúcar. Contabilizaram-se nessa safra 17,3 milhões de toneladas produzidas, frente a uma cota

¹⁴⁹ Disponível em: <<http://capreform.eu/council-agrees-reform-of-the-sugar-reform/>>. Acesso em: 26 abr. 2014. Do original: “[...] reduction in 6 million tonnes of sugar quota by the end of the four year transition period”, tradução nossa.

¹⁵⁰ Do original “self-financed”, tradução nossa.

¹⁵¹ Por meio do *Eastern Enlargement*, em 2004 aderiram ao bloco da UE os seguintes países: República Tcheca, Chipre, Eslováquia, Eslovênia, Estônia, Hungria, Letônia, Lituânia, Malta e Polônia. Em 2007 foi a vez da Bulgária e da Romênia integrarem a comunidade europeia.

autorizada de 13,2 milhões de toneladas. Novamente foram seus produtores mais eminentes França, Alemanha e Polônia.

Gráfico 22: União Europeia: cotas e produção de açúcar, em toneladas (safras 2000/2001, 2005/2006 e 2009/2010).

O Mapa 57 indica a espacialização da produção açucareira europeia por país-membro, assim como a adesão de novos países ao bloco, referente às safras de 2000/2001, 2005/2006 e 2009/2010. Fica patente o duplo processo de redução da produção geral concomitante à sua concentração nos países e nas zonas agrícolas mais aptas.

Mapa 57: União Europeia: expansão territorial e produção de açúcar, em toneladas
(safras 2000/2001, 2005/2006 e 2009/2010).

Como se notará no Mapa 58, a seguir, entre o início da reforma da OCM do Açúcar, ocorrida em 2006, e o ano de 2011 (o último para o qual dispomos de séries de dados completas), ou seja, num intervalo de cinco safras, apenas quatro países tiveram aumento em suas cotas de produção: Holanda (+7%), França (+5%), Áustria (+3%) e Dinamarca (+3%). Todos os demais membros da UE experimentaram redução. A cor rósea no mapa indica os países que tiveram aumento de suas cotas, enquanto os tons de azul referem-se à intensidade das reduções – quanto mais escuro o azul, maior a contração verificada.

Mapa 58: União Europeia: variação na alocação das cotas, em % (delta 2006-2011).

Este último mapa (Mapa 58) reflete, assim, o papel da Europa Central como zona de aumento das cotas açucareiras ou de menores índices de contração da atividade; ao passo que as “bordas” da UE (extremos leste, oeste, norte e sul) são as zonas que verificaram os maiores encolhimentos nas cotas.

Ainda a análise do mesmo mapa (Mapa 58) nos dá margem a abrir aqui um parêntese para nos referirmos à relação existente entre a produção de beterraba e a de etanol nesse contexto pós-reforma da OCM do Açúcar. Nesse sentido, é interessante notar, pelo exame dos dois setores dos círculos proporcionais inseridos no mapa, que a França foi a principal produtora de açúcar da União Europeia e, também, a maior detentora da parcela de “açúcar extracota” produzido na safra de 2010/2011. O país produziu a cota de 3.437.000 toneladas de açúcar a que tinha direito e extrapolou em mais 1.745.000 toneladas sua safra, totalizando sua colheita 5.182.000 toneladas açucareiras. Significa dizer que, para cada duas toneladas de açúcar produzido no limite intracota, uma terceira tonelada era produzida “irregularmente” como extracota. A Alemanha, segunda maior produtora de açúcar da UE, produziu na mesma safra as 2.898.000 toneladas a que tinha direito e, ainda, mais 1.369.000 toneladas de extralimite, totalizando 4.267.000 toneladas de açúcar. Uma estratégia que vem sendo adotada pelos dois países, definitivamente os maiores produtores de açúcar e também de extracota dentro da União Europeia, com vistas a contornar esses grandes volumes de excessos verificados, é sua utilização como matéria-prima para a fabricação de “bioethanol”.

Não por acaso, também, franceses e alemães são os líderes regionais na produção de etanol de beterraba. Conforme os dados apresentados por Alain Jeanroy, diretor-geral da Confederação Geral dos Agricultores de Beterraba da França (*Confédération Générale des Planteurs de Betteraves – CGB*), é novamente esse país que ocupa o topo da lista nesse quesito, respondendo por 66% do volume de etanol de beterraba produzido dentro do bloco. A Alemanha, no segundo lugar, responde por 15% da produção, seguida por República Tcheca (6%) e Reino Unido (5%).¹⁵² Entre 2001 e 2010, período em que a UE esforçou-se para conter sua fabricação de açúcar, a produção de etanol do bloco apresentou uma curva ascendente de produção, saltando de 2,6 para 6,3 bilhões de litros.¹⁵³ O bloco detinha em 2011 a quarta

¹⁵² Disponível em: <<http://www.isosugar.org/Egypt/GL2.2.pdf>>. Acesso em: 26 abr. 2014.

¹⁵³ No entanto é preciso ressaltar que, de acordo com a CGB, a maior parte desse etanol foi proveniente de cereais (67%), seguido pelo de beterraba (23%), de melaço e de demais origens (10%).

maior produção mundial, ficando atrás apenas dos EUA (com 54,2 bilhões de litros), Brasil (22,9) e China (8,6) – a Índia aparecia na sexta posição do *ranking* (2,4).¹⁵⁴

Retomando a análise sobre a revisão feita na alocação das cotas de açúcar dentro da União Europeia, é importante reparar que estas refletem diretamente o já citado processo de “seleção mercadológica” das zonas mais aptas à manutenção e mesmo ao estímulo da produção beterrabeira. Segundo o relatório da AGROSYNERGIE (2011, p. 59 e 105), entre 2006 e 2011

A mudança nas quantidades [das cotas] induziu a uma maior concentração geográfica da produção de açúcar no “cinturão da beterraba”, onde as condições edafoclimáticas são mais apropriadas para essa cultura [...] [fazendo com que] a percentagem da quantidade referente à França, Alemanha, Reino Unido, República Checa, Áustria, Bélgica, Países Baixos e Polônia dentro da UE-27 aumentasse de 74% em 2005 para 86% em 2010 [...] A produção de beterraba concentrou-se nas regiões consideradas mais competitivas para a produção de açúcar [...] Por outro lado, a produção de açúcar de beterraba desapareceu totalmente em cinco Estados-membros (Irlanda, Letônia, Eslovênia, Bulgária e Portugal Continental) [...] enquanto na Itália e na Espanha ocorreu uma queda significativa na quantidade de beterraba produzida.¹⁵⁵

Como fica evidente, no que se refere ao plano interno da União Europeia, a reforma da OCM do Açúcar resultou na exclusão de suas áreas menos aptas do processo produtivo. Por meio da renúncia espontânea das cotas, países que tradicionalmente foram importantes cultivadores da beterraba (como Itália e Espanha, por exemplo) abriram mão de suas produções. Suas desvantagens relativas, em termos climáticos, pedológicos e mesmo infraestruturais, além da possibilidade de contarem com um açúcar mais barato cultivado em outra zona da UE, contribuíram para essa decisão. A Itália representa, nesse sentido, um caso

¹⁵⁴ *La Betterave en 2013*. Publicação anual da Confédération Générale des planteurs de Betteraves. CGB, 2013, p. 141-143. Disponível em: <<http://www.cgb-france.fr/spip.php?rubrique15>>. Acesso em: 26 abr. 2014. Como se nota pela análise do documento, o etanol é ainda um combustível essencialmente produzido no continente americano (Estados Unidos e Brasil, sobretudo), que responde por mais de 90% da produção.

¹⁵⁵ Disponível em: <<http://ec.europa.eu/agriculture/eval/reports/sugar-2011/>>. Acesso em: 26 abr. 2014. Do original: “The changes in quantities led to further geographical concentration of sugar beet production in the ‘beet belt’, where pedo-climatic conditions are the best suited for growing beets, while significant drop in beet quantities occurred mainly in Italy and Spain, the share of France, Germany, the United Kingdom, the Czech Republic, Austria, Belgium, the Netherlands and Poland in the EU-27 quantities increased from 74% in 2005 to 86% in 2010” e “beet production is concentrated in regions considered the most competitive for sugar production. These are located in a zone ranging from the UK, FR, BE, NL, DE to PL, generally referred to as the ‘beet belt’ [...] On the other hand, sugar beet production has disappeared totally from five Member States (Ireland, Latvia, Slovenia, Bulgaria and continental Portugal)”, tradução nossa.

paradigmático de análise, já que representa um dos maiores exemplos de fechamento de fábricas açucareiras pouco eficientes e deficitárias após a Reforma de 2006. O país contava com 20 fábricas em funcionamento na safra de 2001/2002 e apenas quatro na safra de 2011/2012.¹⁵⁶ Pelo Gráfico 23 é possível comparar a distribuição da produção de açúcar entre os países-membros da UE na primeira safra da década passada com a primeira safra da década atual.

**Gráfico 23: União Europeia: fabricação de açúcar refinado de beterraba, em %
(safras 2000/2001 e 2010/2011).**

Como se nota, a dupla França-Alemanha mantém-se no início da nova década como o principal núcleo da produção europeia de açúcar – reduzindo, entretanto, sua parcela conjunta de 52 para 51% do volume total produzido na UE. Essa redução em termos relativos

¹⁵⁶ Disponível em: <<http://ec.europa.eu/agriculture/eval/reports/sugar-2011/>>. Acesso em: 26 abr. 2014.

se explica, em partes, pela entrada de novos países no bloco entre 2001 e 2011: nada menos que 12 nações entraram para a UE. A principal novidade verificada entre as duas figuras do Gráfico 23 refere-se a ascensão da Polônia à condição de terceira colocada entre os grandes produtores do Bloco. O país, que entrou para a UE em 2004, representa outro caso emblemático para análise. Mas antes de abordá-lo de modo isolado, convém fazer uma pequena interposição acerca da inserção dos países do Leste Europeu na OCM do Açúcar.

Como mencionado, em 2004 passaram a fazer parte da UE Polônia, República Tcheca, Eslováquia, Hungria, Eslovênia, Estônia, Letônia, Lituânia, Malta e Chipre; e em 2007 também a Bulgária e a Romênia. Desses 12 países, três faziam parte da extinta URSS (Estônia, Letônia, Lituânia), sete eram seus satélites (Polônia, República Tcheca, Eslováquia, Hungria, Eslovênia, Bulgária e Romênia) localizados “para lá” da “Cortina de Ferro” e apenas dois não eram alinhados a Moscou (Malta e Chipre). Os países alinhados aos soviéticos eram produtores de açúcar de beterraba e todos contavam com medidas de proteção e estímulo à atividade por meio de tarifas sobre a importação e subsídios complementares. Durante a década de 1980, a indústria beterrabeira era a que mais recebia apoio estatal entre todas as *commodities* agrícolas na Eslováquia, Lituânia e Letônia; era a segunda mais protegida na Polônia e a terceira na Hungria (SWINNEN, GOW e MAVIGLIA, 1999); todas suas fábricas pertenciam ao Estado.

Com a derrocada dos regimes comunistas na região, no começo dos anos 1990, teve início uma série de reformas de caráter liberalizante nesses países, trazendo imediatas consequências sobre suas indústrias do açúcar. Segundo Swinnen, Gow e Maviglia (1999), a abertura econômica desencadeou duas fases subsequentes de transformações na atividade açucareira do Leste Europeu. A primeira, ocorrida entre 1992 e 1995, foi marcada pelo abandono da intervenção e do controle governamental sobre a produção e os preços, assim como pelo cancelamento do intenso suporte até então conferido pelos regimes comunistas. Foi um momento de profunda crise e intenso declínio da produção e do consumo de açúcar nesses países. Ante o processo de liberalização econômica, os preços do açúcar caíram cerca de 80% na Polônia e 50% na Hungria, República Tcheca e Eslováquia. A produção polonesa recuou 30% já no ano seguinte ao início das reformas econômicas; na Letônia e Lituânia o consumo caiu pela metade (SWINNEN, GOW e MAVIGLIA, 1999).

Visando promover a cooperação e a integração econômica mútua, em 1991 a Hungria, a Polônia e a Tchecoslováquia (esta dividida posteriormente, em 1993, entre República Tcheca e Eslováquia) firmaram o Grupo de Visegrád. No ano seguinte esses mesmos países assinaram o Acordo Centro-Europeu de Livre Comércio (CEFTA), pelo qual reafirmavam seu interesse em ampliar a colaboração recíproca na busca pela recuperação econômica diante do processo de transição para o regime capitalista, assim como pela consolidação da democracia e do livre comércio em seus territórios. A partir de então o CEFTA estreitou seu elo político e comercial com a União Europeia, criando a condição necessária para que esses países integrassem o bloco ocidental. Durante a década de 1990 integraram o Acordo Centro-Europeu: Eslovênia (1996), Romênia (1997), Bulgária (1999) e Croácia (2003), firmando-se o CEFTA como uma espécie de “etapa preparatória” para a inserção dos novos membros na UE. Durante essa etapa de aproximação foram feitos diversos investimentos no sentido Europa Ocidental-Europa Oriental, inclusive no setor açucareiro. Quando os países do Leste iniciaram sua abertura para o Ocidente, seu parque industrial açucareiro era avaliado como de elevada capacidade ociosa, tecnologicamente ultrapassado, pouco eficiente e desprovido de estímulos (SWINNEN; GOW; MAVIGLIA, 1999).

Nessa conjuntura de reaproximação econômica europeia e de crise do setor açucareiro dos países do Leste teve início a segunda fase da abertura econômica a que Swinnen, Gow e Maviglia (1999) fazem referência. Iniciada a partir de 1995, caracterizou-se pela retomada da intervenção governamental e recuperação da atividade, sobretudo na Hungria, República Tcheca, Eslováquia, Lituânia e Polônia. Caracterizou-se também pela consequente privatização e reestruturação das indústrias em função de sua exposição às “leis” de mercado.¹⁵⁷ A partir da UE, proveniente sobretudo da Alemanha e, em menor escala, também da França, teve origem um grande influxo de capital estrangeiro, que adquiriu a quase totalidade das fábricas de açúcar do Leste Europeu. Mediante o processo de reestruturação do setor, promovido pelas empresas da Europa Ocidental, muitas fábricas foram desativadas, enquanto as que se encontravam em melhores condições passaram por intensa modernização. O relatório elaborado pela IUF (1998, p. 15) sobre a liberalização e a reestruturação do setor açucareiro considera ter sido a relação estabelecida entre as empresas da Alemanha Ocidental com as da Alemanha Oriental a mais representativa desse processo de aquisição, modernização e expansão da atividade:

¹⁵⁷ Ainda que pareça bastante contraditório falar em “leis” de mercado diante de uma conjuntura europeia de intenso protecionismo estatal.

A reestruturação da indústria açucareira na antiga Alemanha Oriental foi promovida por empresas da Europa Ocidental após a reunificação alemã. Entre 1989 e 1995 o número de fábricas foi reduzido de 43 a 9, o número de trabalhadores passou de 15.000 para 1.500, a produção anual de açúcar passou de 800 mil toneladas em 1989 para 850.000 toneladas em 1995, tendo a capacidade de moagem industrial média diária saltado de 1.500 tdc em 1989 para mais de 10.000 tdc.¹⁵⁸

Os grupos açucareiros da União Europeia que se instalaram no Leste promoveram forte apoio aos agricultores, dando-lhes acesso a novas tecnologias, insumos e crédito, tendo como resultado o aumento da produção e da produtividade agroindustrial. Prevendo a breve adesão desses novos países ao bloco UE (e, conseqüentemente, à sua política agrícola de cotas de produção aplicada pela CAP), trataram de maximizar a eficiência das plantas industriais e ampliar a escala de processamento num curto intervalo de tempo, aumentando sua participação nos diversos mercados nacionais – medida abertamente interessada em garantir futuramente a maior alocação de cota açucareira possível.

Diante desse contexto, convém retornar agora ao caso polonês, para interpretá-lo com maior propriedade e assim melhor compreender o processo que levou a Polônia a ocupar a terceira posição entre os maiores produtores de açúcar da União Europeia na safra de 2010/2011. Como os demais países do Leste Europeu que estavam sob a influência de regimes socialistas de produção, todas as fábricas de açúcar polonesas também pertenciam ao Estado até o colapso soviético. Após a abertura econômica, a Polônia foi a nação que mais postergou a privatização das usinas açucareiras, e quando a realizou não o fez como os demais países, que venderam cada fábrica individualmente. O governo polonês optou por privatizá-las como *clusters* geográficos, no intuito de promover um processo de reestruturação e consolidação mais ordenado (SWINNEN; GOW; MAVIGLIA, 1999). Em 1999 havia no país 76 plantas de processamento de beterraba, a maioria defasada e de pequeno porte. Feita a privatização, no início dos anos 2000, novamente foram empresas alemãs as principais compradoras. Em 2004 a Polônia ingressou na UE e em 2005 as 76 fábricas de açúcar, até

¹⁵⁸ Disponível em: <<http://www.iuf.org/sugarworkers/wp-content/uploads/2012/07/Asia-Pacific-Liberalization-1998.pdf>>. Acesso em: 23 abr. 2014. Do original: “A clear example is the restructuring of the sugar industry in the former East Germany promoted by west European companies after the German reunification. Between 1989 and 1995 the number of factories was reduced from 43 to 9, the number of workers dropped from 15,000 to 1,500, the annual sugar production increased from 800,000 mt in 1989 to 850,000 mt in 1995, and the average of processing capacity of 1,500 tdc in 1989 jumped to over 10,000 tdc”, tradução nossa.

pouco antes em funcionamento, já tinham sido reduzidas quase pela metade, restando em atividade apenas as 40 mais adequadas. Após a reforma da OCM do Açúcar esse número caiu novamente, agora mais do que pela metade, fazendo com que na safra de 2009/2010 apenas 18 fábricas de açúcar estivessem em funcionamento no país.¹⁵⁹

Como conclusão, pode-se afirmar que as 18 fábricas mais produtivas e estrategicamente bem localizadas da Polônia integram os dois processos estruturais em curso na indústria açucareira europeia: sua concentração industrial, em plantas esmagadoras cada vez mais potentes; e sua concentração empresarial, uma vez que têm se mantido ativas no processo produtivo apenas as fábricas encampadas por poucas e grandes empresas. Esses fenômenos de reestruturação e modernização da atividade açucareira europeia, diretamente relacionados à reforma da OCM do Açúcar da UE, têm causado o agigantamento atualmente em curso nas empresas açucareiras europeias.

6.2.2.3 *Modernização, reestruturação e agigantamento de fábricas e empresas*

A Reforma da OCM do Açúcar está promovendo a renovação da União Europeia enquanto uma das oito macrorregiões açucareiras de escala global (excetuando-se o caso brasileiro, que contém mais outras duas macrorregiões dessa modalidade). Graças à apelação feita conjuntamente por Austrália, Brasil e Tailândia junto à OMC, entre os anos 2002 e 2003, teve início também um intenso processo de acirramento intraeuropeu na competição econômica vinculada à fabricação do açúcar. Com a reforma de sua OCM, a UE tornou-se uma região açucareira territorialmente menor, porém mais competitiva, mantendo-se assim viva e ativa nos negócios tão peculiares desse segmento agrícola que é o da produção de açúcar.

Traçando um quadro geral da situação recente da produção de açúcar de beterraba na União Europeia, observa-se o já mencionado processo de reestruturação das unidades fabris, assim como o agigantamento estrutural dos grupos empresariais envolvidos. Não foi somente no Leste Europeu que a Reforma Açucareira de 2006 promoveu tais efeitos. Também na Europa Ocidental incorreram mudanças que promoveram a retirada do mercado dos

¹⁵⁹ Disponível em: <<http://ec.europa.eu/agriculture/eval/reports/sugar-2011/>>. Acesso em: 26 abr. 2014.

produtores menos competitivos (como os já mencionamos casos de Itália, Espanha, Portugal e Irlanda). A produção de açúcar de beterraba nesta macrorregião está atingindo o limite produtivo na área central do *Beet Belt*, mais exatamente na França e na Alemanha. Nessas zonas agrícolas a expansão da atividade encontra-se em seu limite econômico, configurando-se, assim, como áreas de relativa “Saturação Beterrabeira”. Por outro lado, os países da Europa do Leste, da UE-25 e UE-27, expandidas em 2004 e em 2007, representam áreas de expansão da indústria europeia, de “Intensificação Beterrabeira”, sondando já uma incursão à Ucrânia.¹⁶⁰

O duplo processo de se eliminar do circuito produtivo do açúcar as regiões agrícolas menos aptas e, concomitantemente, reestruturar, modernizar e concentrar a produção nas zonas mais apropriadas ao cultivo beterrabeiro apresenta-se, assim, como a principal repercussão interna promovida pela reforma da OCM do Açúcar. Os dados apresentados pelo Comitê Europeu dos Produtores de Açúcar – CEFS (*Comité Européen des Fabricants de Sucre*)¹⁶¹ apontam, em anuência ao que foi exposto, para o fato de que entre as safras de 2005/2006 e 2009/2010 houve redução, em toda a União Europeia, do número de usinas de açúcar em funcionamento e de agricultores envolvidos no processo produtivo das lavouras de beterraba. Conforme aponta o estudo do CEFS (2012), entre essas quatro safras (2005-2009) o número de fábricas de açúcar em funcionamento no Bloco inteiro caiu de 188 para 106 unidades produtivas (-56%). No mesmo período, os agricultores que cultivaram beterraba reduziram-se de cerca de 300 mil para 160 mil (-53%).

Comparando-se diversos relatórios anuais da Diretoria-Geral para a Agricultura e Desenvolvimento Rural da União Europeia, referentes aos anos agrícolas compreendidos entre 2006 e 2010,¹⁶² notamos outros importantes desdobramentos internos da Reforma Açucareira de 2006. Por exemplo: na safra de 2005/2006 a UE produziu 18,7 milhões de toneladas de açúcar de beterraba e na de 2009/2010 o volume reduziu-se a 17,5 milhões (-6%). Quanto à área plantada, esta diminuiu relativamente muito mais: passou de 2,17 milhões de hectares para 1,52 milhões (-30%). Ou seja, torna-se evidente que a diminuição da produção se deu paralelamente à ampliação da tonelagem média de açúcar obtida por hectare.

¹⁶⁰ A Ucrânia foi o maior produtor de açúcar de beterraba do continente europeu durante a década de 1980, graças ao apoio soviético que recebia proveniente de Moscou. Atualmente o país flerta muito mais com a possibilidade de aproximação e alinhamento político e econômico com a UE.

¹⁶¹ Disponível em: <<http://www.eurosugar.org/pdf/sugarstats2012.pdf>>. Acesso em: 25 abr. 2014.

¹⁶² Disponível em: <http://ec.europa.eu/agriculture/agrista/2006/table_en/4361.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2014.

Com isso, em 2005/2006 foram feitas, em média, 8,1 toneladas de açúcar por cada hectare cultivado com beterraba; ao passo que em 2009/2010 esse valor aumentou para 11,2 t/ha (+28%). Como resultado do processo de modernização produtiva da atividade açucareira europeia, feita com base em intensificação produtiva e em sua ampliação territorial para Leste, houve ainda diminuição do número total das fábricas de açúcar em funcionamento e significativo aumento da produção média por fábrica.

O agigantamento dos grupos empresariais acabou por tornar todo o setor açucareiro da UE dominado por praticamente apenas cinco grandes grupos multinacionais: Südzucker, Nordzucker, Tereos, Pfeifer & Langen, British Sugar.¹⁶³ Na safra 2012/2013 essas cinco empresas responderam por 70,8% das cotas de produção de açúcar alocadas dentro da UE. Pela ordem decrescente, encabeçam a lista Südzucker (maior grupo açucareiro da UE e do mundo), Nordzucker (segunda maior da UE) e Tereos (terceira).¹⁶⁴ O gráfico de setores a seguir (Gráfico 24) indica a participação relativa de cada um dos sete principais grupos produtores de açúcar da UE, em termos de subdivisão das cotas.

¹⁶³ Disponível em: <<http://ec.europa.eu/agriculture/eval/reports/sugar-2011/>>. Acesso em: 26 abr. 2014.

¹⁶⁴ Outro caso interessante é o da British Sugar, o quarto maior grupo açucareiro da UE. Detentor exclusivo da totalidade das cotas açucareiras do Reino Unido (1.050.000 t), além da fatia majoritária na Illovo Sugar, a maior processadora de cana da África (1.900.000 t) e de mais nove fábricas de açúcar na China (900.000 t de açúcar), possui ainda, entre outros ativos, 42,5% do Czarnikow Group, importante *trading* mundial de açúcar. Disponível em: <<http://agritrade.cta.int/en/layout/set/print/Agriculture/Commodities/Sugar/British-Sugar-Associated-British-Foods-corporate-profile>>. Acesso em: 22 maio 2014.

Gráfico 24: União Europeia: *market share* – principais empresas por alocação de cotas de produção de açúcar, em % (safra 2012/2013).

Como se nota, as sedes (*headquarters*) das maiores empresas açucareiras europeias estão localizadas na Alemanha (47% das cotas associadas), França (21%), Inglaterra (11%) e Holanda (7%). Essas localizações coincidem, até certo grau, com as áreas onde são verificadas as maiores “Taxas de Monocultura Beterrabeiras”. Coincidem também com a localização das maiores fábricas atualmente em funcionamento na União Europeia, conforme indica o Mapa 59, que se propõe a servir de modelo teórico-explicativo da sub-regionalização da atividade açucareira dentro da UE, dividindo-a em três porções: “Norte”, “Leste” e “Sul”. Por esse modelo interpretativo, a parcela correspondente ao “Norte Açucareiro da UE” é aquela onde se encontram as maiores fábricas e a maior densidade da atividade dentro do Bloco. A porção “Leste Açucareiro” é a mais nova e propensa à ampliação/intensificação da atividade açucareira da EU; e para além de suas fronteiras já há empresas (alemãs) atuando na Ucrânia e na Moldávia.¹⁶⁵ A parte “Sul Açucareira” é a menos dinâmica do bloco, com tendência de decréscimo da atividade.

¹⁶⁵ A Pfeifer & Langen na Ucrânia e a Südzucker na Moldávia.

Mapa 59: União Europeia: regionalização do continente e produção média de açúcar por fábrica, em toneladas (safra 2009/2010).

Conforme foi referido, os Estados-Membros da União Europeia recebem suas cotas autorizadas de produção anualmente da Diretoria-Geral para a Agricultura e repassam-nas a uma série de empresas produtoras. Assim, não há contradição alguma no fato de, por exemplo, as empresas da Alemanha concentrarem 47% das cotas do bloco e a França ser seu principal país produtor, respondendo por 28% da produção da UE. Uma empresa alemã pode

ter cotas para produzir açúcar na Polônia, na França ou na Romênia, do mesmo modo que uma empresa francesa pode fazer açúcar na Bélgica e uma empresa inglesa pode muito bem atuar na Espanha. É justamente essa a forma encontrada pelas principais açucareiras europeias para expandir suas atividades para além das fronteiras estritas de seus próprios países de origem.

É assim que a influência das três grandes empresas alemãs (Südzucker, Nordzucker e Pfeifer & Langen) se faz sentir desde a Bretanha até a Ucrânia, do Báltico aos Bálcãs. O processo de agigantamento das açucareiras europeias se fez e se fortaleceu no duplo procedimento de aquisição de empresas antigas e de menor porte (*brownfields*) e de inauguração de novas plantas industriais, tecnologicamente mais avançadas (*greenfields*). Com a queda da “Cortina de Ferro” e, posteriormente, com a entrada dos países do Leste Europeu na UE, houve o processo de privatização de fábricas açucareiras dos países ex-comunistas, o que fortaleceu enormemente o poderio econômico das grandes corporações açucareiras (sobretudo das alemãs), que passaram a ter, especialmente na Polônia, o lócus preferencial para a atuação de suas *filiais*.

Para ilustrar como se deu o fortalecimento dos principais grupos produtores de açúcar da UE, vejamos o histórico recente das duas principais cooperativas alemãs atuantes no setor. São bastante representativos os casos destas que são as duas maiores produtoras europeias de açúcar: Südzucker (detentora de 24,2% das cotas de produção do bloco) e Nordzucker (15%). Seus próprios nomes já são um forte indício de suas respectivas territorializações e de seus principais eixos de expansão produtiva e comercial dentro do grande bloco econômico europeu.¹⁶⁶ Em comum, tanto a Südzucker quanto a Nordzucker representam o expansionismo do capital alemão para além de suas fronteiras nativas. Ambas são originárias da Alemanha Ocidental e têm na “Queda do Muro de Berlim”¹⁶⁷ um marco simbólico de seu processo histórico de expansão. O “Leste Açucareiro da UE” foi a “área” escolhida por ambas empresas para a consecução de seu processo de expansão agrícola e

¹⁶⁶ Numa tradução literal do alemão para o português, os nomes das empresas seriam “Açúcar do Sul” e “Açúcar do Norte”. A territorialização de suas atividades faz, até certo ponto, jus aos nomes adotados.

¹⁶⁷ Construído em 1961 pelos soviéticos, o Muro de Berlim seccionava a Alemanha em dois blocos: a República Federal da Alemanha (RFA ou Alemanha Ocidental, de orientação capitalista) e a República Democrática Alemã (RDA, Alemanha Oriental, socialista). Essa fronteira interna, erguida dentro da cidade de Berlim, separava simbolicamente as duas Alemanhas, constituindo-se assim a materialização concreta da chamada “Cortina de Ferro” que separava a Europa Ocidental do denominado Bloco do Leste. Uma onda revolucionária insurgida em Berlim Oriental, iniciada em 1989, resultou na destruição do Muro e assim, em termos oficiais, a Alemanha foi reunificada após verificada a “Queda do Muro de Berlim”, em outubro de 1990.

fortalecimento econômico. Por exemplo, ambas firmaram-se na Polônia, criando suas representantes, respectivamente as Südzucker Polska e Nordzucker Polska. Neste país vizinho dividem a hegemonia da produção com a também alemã Pfeifer & Langen. Finalmente, ambas experimentaram o duplo processo de encolhimento geral das cotas disponíveis dentro da União Europeia e ampliação de sua participação relativa sobre o montante geral, em porcentagem das cotas. Vejamos os dois casos para, posteriormente, compará-los com a principal cooperativa francesa, a Tereos.

6.2.2.3.1 *Südzucker*

O Grupo Südzucker tem sua sede na cidade de Mannheim, Baden-Württemberg, sul da Alemanha, literalmente às margens do rio Reno. Suas raízes remontam ao ano de 1837. Desde então, por meio de fusões, a empresa expandiu-se progressivamente, até obter a atual posição, qual seja, a de principal produtora de açúcar da Europa. Possui hoje um total de 29 fábricas de açúcar de beterraba No continente, sendo nove na Alemanha, cinco na Polônia, quatro na França, sete outras unidades distribuídas por outros sete países da UE, além de mais duas unidades na Europa, porém fora dos limites do Bloco. Responde diretamente pelo cultivo anual de cerca de 400 mil hectares com beterraba, tendo fabricado 5,4 milhões de toneladas de açúcar na safra de 2011/2012 (das quais aproximadamente 1,9 milhão, ou 37%, em situação de extralimite).¹⁶⁸ Além das fábricas de açúcar de beterraba, possui ainda três refinarias de processamento do açúcar bruto de cana importado: uma na França, uma na Bósnia¹⁶⁹ e outra na Romênia.

Desde 1989 a Südzucker intensificou seus investimentos na produção de açúcar de beterraba realizada no “além Cortina de Ferro”, sobretudo na Áustria, Polônia e Moldávia.¹⁷⁰ Desde então também investe na Bélgica, onde conta com uma estrutura de produção e refino. A partir de 2001 passou a investir pesadamente na França, adquirindo a Saint Louis Sucre S.A. (SLS) – à época o segundo maior grupo produtor naquele país. Em 2003 deu mais um grande salto com a compra de 14 usinas de açúcar na Silésia (Polônia), atitude que imprimiu

¹⁶⁸ Disponível em: <<http://www.suedzucker.de/en/Downloads/Unternehmenspraesentation/>>. Acesso em: 23 abr. 2014.

¹⁶⁹ País não signatário da UE, mas candidato.

¹⁷⁰ País não signatário da UE, mas candidato.

forte marca em seu processo de expansão para o “Leste Açucareiro”.¹⁷¹ Vale lembrar que desde 2005 a empresa se diversificou, passando a produzir também o “bioethanol” de beterraba em sua fábrica-piloto, localizada em Zeitz, Alemanha. Em algumas de suas usinas cogera energia elétrica.

Mapa 60: Südzucker Group – Territorialização das fábricas/refinarias de açúcar e ano da fundação (f.) ou aquisição (a.).

A Südzucker detém uma participação significativa na distribuição das cotas de açúcar em nove países-membros da UE. Conforme indica o Mapa 61, em ordem decrescente (referente à safra 2011/2012), a produção de açúcar por parte da empresa concentrou-se na Alemanha (1,2 milhão de toneladas ou 40% da cota nacional total), França (700 mil toneladas,

¹⁷¹ Ver o histórico do grupo em: <<http://www.suedzucker.de/en/Unternehmen/Geschichte/>>. Acesso em: 26 abr. 2014.

ou 20% das cotas), Bélgica (500 mil toneladas, ou 72% das cotas), Polônia (350 mil toneladas, ou 25% das cotas), Áustria (350 mil toneladas, ou 100% das cotas), Hungria (100 mil toneladas, ou 100% das cotas), República Tcheca (90 mil toneladas, ou 25% das cotas), Eslováquia (40 mil toneladas, ou 39% das cotas) e Romênia (40 mil toneladas, ou 35% das cotas).

Mapa 61: Südzucker Group: produção e participação sobre as cotas nacionais, em toneladas e em %, (safra 2012/2013).

Com o recente processo de redução de cotas dentro da União Europeia, a empresa teve de “encolher” sua safra açucareira em 870 mil toneladas de açúcar/ano (equivalente a 21% de sua cota original). Em consequência, fechou nove fábricas de açúcar - duas das quais na Alemanha -, redirecionou parte de sua lavoura à fabricação de etanol e está atualmente enfrentando o “problema” da produção extra-cota.

Paralelamente à produção que mantém na Europa, a Südzucker firmou com o *Mauritius Sugar Syndicate* (Sindicato Açucareiro das Ilhas Maurício) um contrato de exclusividade sobre o fornecimento anual de 400 mil toneladas de açúcar de cana. Como parte de seu processo de fortalecimento global, desde 2012 a empresa detém uma participação equivalente a “25% menos uma ação” (25% *minus one share*) da ED&F Man, tradicional *trading company* do Reino Unido, uma das maiores *tradings* de *commodities* agrícolas e de açúcar em atividade no mundo. Essa participação coloca a Südzucker numa privilegiada situação em relação à importação e exportação da mercadoria, dotando-lhe de importante participação no comércio internacional. Visando diversificar sua área de atuação no campo, atualmente a empresa também busca fortalecer sua participação nos mercados de isoglucose, amido, frutas, biocombustíveis e energia.

6.2.2.3.2 Nordzucker

Também alemão, o Grupo Nordzucker é o segundo principal produtor de açúcar da União Europeia. Tem sua sede na cidade de Braunschweig, Baixa Saxônia Oriental, no norte da Alemanha, zona de fronteira entre as extintas Alemanha Ocidental e Alemanha Oriental. Sua origem remonta ao ano de 1838. O grupo possui 18 fábricas de açúcar de beterraba em funcionamento na Europa, sendo seis na Alemanha, duas na Dinamarca, duas na Suécia, duas na Finlândia, duas na Polônia, duas na República Tcheca, uma na Letônia e uma na Eslováquia. Na safra de 2011/2012 responsabilizou-se pelo cultivo de mais de 265 mil hectares com beterraba e fabricou 2,9 milhões de toneladas de açúcar. Seus procedimentos de aquisição, modernização e expansão renderam-lhe na safra de 2012/2013 o “[...] mais bem-sucedido exercício financeiro anual da Nordzucker até a presente data, terminando o ano com um lucro recorde”.¹⁷²

Ao longo da década de 1990 a empresa colocou em marcha seu plano de expansão para o “Leste Açucareiro da Europa”, também adentrando na área agrícola de “além Cortina de Ferro”. Tal procedimento teve início com a “Queda do Muro de Berlim”, quando a empresa, originária da Alemanha Ocidental, passou a comprar/construir unidades fabris na

¹⁷² Disponível em: <http://www.nordzucker.de/fileadmin/downloads/unternehmen/nordzucker_history_pdf.pdf> (p. 19). Acesso em: 26 abr. 2014. Do original: “Nordzucker’s most successful financial year to date ends with record earnings”, tradução nossa.

Alemanha Oriental e, posteriormente, nos países adjacentes: Polônia (a partir de 1996), República Tcheca (1996) e Eslováquia (1998).¹⁷³ A expansão de suas atividades para o Leste tornou-se declaradamente essencial à sua estratégia concorrencial e, segundo seu Relatório Anual da safra 2012/2013, “[...] a orientação em direção ao Leste Europeu é um foco estratégico para os anos vindouros”.¹⁷⁴

O ano de 2006 foi marcado pela construção de sua primeira fábrica de bioetanol a partir da beterraba, batizada de Fuel 21 GmbH & Co e localizada em Klein Wanzleben. Essa destilaria de álcool foi “[...] a primeira fábrica na Alemanha a produzir bioetanol exclusivamente a partir de beterrabas”.¹⁷⁵ Esse mesmo ano caracterizou-se ainda pela expansão dos negócios açucareiros para fora da fronteira da UE, tendo a companhia adquirido na Sérvia o controle acionário do MKC Group, detentor de quatro fábricas de beterraba, além de uma cota anual de exportação para a UE de 180 mil toneladas de açúcar. Entretanto, o grande passo em direção ao crescimento vertiginoso da Nordzucker ocorreu apenas em 2009, quando adquiriu a dinamarquesa Danisco Sugar A/S, à época a maior açucareira daquele país e quinta maior da UE. Tal aquisição “[...] acrescentou uma importante região contígua à sua área de mercado [e] também consolidou a sua posição em longo prazo como a segunda maior empresa açucareira da Europa”.¹⁷⁶ Por meio da marca Nordic Sugar A/S, a Nordzucker detém ainda a “[...] liderança de mercado nos países escandinavos e países do Báltico”.¹⁷⁷

A partir desse crescimento o grupo passou a contar com forte participação, sobretudo na porção “Norte Açucareira” do continente europeu, tanto na produção quanto no domínio da comercialização e redistribuição do produto. Sua área de atuação preferencial é

¹⁷³ Disponível em: <http://www.nordzucker.de/fileadmin/downloads/unternehmen/nordzucker_history_pdf.pdf>. Acesso em: 26 abr. 2014. Do original: “[...] the orientation towards Eastern Europe is a strategic focus for the years ahead”, tradução nossa.

¹⁷⁴ Disponível em: <http://www.nordzucker.de/fileadmin/downloads/unternehmen/nordzucker_history_pdf.pdf>. Acesso em: 26 abr. 2014. Do original: “[...] the first plant in Germany to produce bioethanol solely using sugar beet”, tradução nossa.

¹⁷⁵ Disponível em: <http://www.nordzucker.de/fileadmin/downloads/unternehmen/nordzucker_history_pdf.pdf>. Acesso em: 26 abr. 2014.

¹⁷⁶ *Annual Report 2008/2009*. Disponível em: <http://www.nordzucker.com/fileadmin/downloads/unternehmen/20090531_Annual_Report_NZ_2008_09_E.pdf>. Acesso em: 26 abr. 2014. Do original: “[...] added a major neighbouring region to its market area [and] also consolidated its position in the long term as Europe’s second largest sugar company”, tradução nossa.

¹⁷⁷ Ver maiores informações no informe histórico da companhia, disponível em: <http://www.nordzucker.de/fileadmin/downloads/unternehmen/nordzucker_history_pdf.pdf> (p. 31). Acesso em: 26 abr. 2014. Do original: “[...] market leadership in the Scandinavian countries and the Baltic States”, tradução nossa.

desde então, a Europa Central e do Norte, incluindo-se o entorno do mar Báltico e estendendo-se pelo Mar do Norte até o Atlântico Norte. Para melhor gerir seus negócios, a Nordzucker dividiu então seus territórios de atuação em três frentes: “Central Europe”, “Northern Europe” e “Eastern Europe”, conforme indica o Mapa 62, a seguir.

Mapa 62: Nordzucker Group – Territorialização dos escritórios, fábricas e refinarias de açúcar (safra 2012/2013).

6.2.2.3.3 Tereos

O terceiro maior grupo produtor de açúcar da União Europeia, atualmente, é também uma cooperativa, porém francesa. A Tereos, ao contrário dos dois outros grupos alemães Südzucker e Nordzucker, optou por redirecionar sua produção de açúcar para fora da UE, elegendo a cana-de-açúcar para orientar a expansão de sua produção. Hoje a cooperativa possui 23 fábricas de açúcar, das quais 12 são de beterraba e 11 de cana. Das beterrabeiras, nove ficam na França, duas na República Tcheca e uma na Romênia - isto é, estão totalmente inseridas nos limites da UE. Das canaveiras, sete ficam no Brasil (Estado de São Paulo), duas na Ilha da Reunião, uma em Moçambique e uma na Tanzânia.

A origem do grupo remonta ao ano de 1869, partindo de uma fábrica de açúcar de beterraba localizada em Origny Sainte-Benoîte, na Picardia, norte da França.¹⁷⁸ Em 1932, passou a produzir também álcool de beterraba – algo importante a ser salientado, uma vez que atesta para o fato de o etanol sempre ter sido um produto recorrente durante as fases de recessão econômica no setor açucareiro. O crescimento da Tereos deu-se pela fusão com outras cooperativas, que, em 1990, originou a Sucreries et Distilleries de l’Aisne (SDA), de ampla projeção nacional. Após cair a “Cortina de Ferro”, a SDA passou a investir na produção de beterraba na República Tcheca, onde adquiriu, conjuntamente com a Nordzucker e a BENP,¹⁷⁹ o grupo TTD, que à época era o principal processador de beterraba daquele país. A partir de 1993 passou a destilar também etanol de cereais em sua planta industrial de Origny Sainte-Benoîte, passando ainda a atuar no mercado de amidos e investindo na compra de três fabricas de açúcar no território francês.

Em 1999, a SDA fundiu-se com a Sucrerie-Distillerie d’Artenay, alterando seu nome para Union SDA. A partir daí ganhou ímpeto seu processo crescente de internacionalização e transcontinentalização, objetivando uma participação crescente na produção de açúcar de cana nos trópicos. Em 2000 teve início uma *joint-venture* com o importante grupo sucroalcooleiro brasileiro Cosan. No ano de 2001 deu-se a compra do grupo

¹⁷⁸ A página da Tereos na *internet* serviu de base para os levantamentos sobre o histórico de crescimento do grupo. Disponível em: <<http://tereos.com/fr-fr/groupe/historique.html>>. Acesso em: 23 abr. 2014.

¹⁷⁹ Bio-éthanol Nord Picardie (BENP).

Sucrerie de Bourbon – principal empreendimento canavieiro da Ilha da Reunião.¹⁸⁰ O mesmo ano foi marcado também pela incorporação de usinas de açúcar e destilarias de etanol dentro da França e pela aquisição de uma fatia (39%) da *trading company* Loiret & Haëntjens, estabelecida em Nantes e especializada no comércio açucareiro desde 1871. Em 2003, após a aquisição do grupo beterrabeiro francês Béghin-Say e do grupo canavieiro brasileiro Guarani, surgiu finalmente a Tereos.

Paralelamente ao fato de dar continuidade ao processo de fusão com outras cooperativas¹⁸¹ e de compra de mais usinas (*sucreries*) dentro da França, em 2006 o grupo deu início à sua atividade canvieira em Moçambique (Companhia de Sena). No Brasil, a estratégia adotada para o crescimento na lavoura canvieira se baseou, entre 2003 e 2010, na compra, ampliação e construção de novas unidades industriais nas regiões de Ribeirão Preto e São José do Rio Preto, no interior paulista - duas das principais zonas açucareiras do país. A Tereos já conta com sete usinas em funcionamento no território brasileiro, e desde 2010 firmou uma parceria estratégica com a PBio, subsidiária para biocombustíveis da gigante petroleira Petrobras.

Nesse mesmo ano de 2010 deu-se a compra do Groupe Quartier Français, passando a Tereos a controlar a totalidade da produção açucareira da Ilha da Reunião, além de uma parcela significativa das indústrias sacarinas de Guadalupe (*Sucrerie de Gardel*) e da Tanzânia (*Tanganyika Plantation Company* – TPC). Desde então sua inserção no fornecimento de açúcar para a UE, a partir das chamadas Regiões Ultraperiféricas da UE (RUP), tornou-se hegemônica. Também foram feitos grandes investimentos pelo grupo no segmento de amido, com a compra das unidades industriais da Tate & Lyle na Europa, no ano de 2007; a compra de uma fecularia de mandioca no Brasil (Palmital – SP) e de outra de batata na Europa, ambas em 2011; a produção de amido de trigo na China, em parceria com a empresa Wilmar, a partir de 2012, e a aquisição de 50% da Redwood, a única instalação de processamento de amido de milho da Indonésia. Recentemente também teve início a participação da Tereos no ramo dos adoçantes naturais derivados da planta *Stevia*. Por fim,

¹⁸⁰ O negócio na Ilha da Reunião envolveu participações na Sucrerie de Bois Rouge (51%), na Distillerie de Savanna (44%) e na empacotadora de açúcar Eurocane (51%).

¹⁸¹ Destaque-se sua fusão com a *Sucreries et Distilleries des Hauts de France*, a principal de Nord-Pas-de-Calais, já na fronteira com a Bélgica.

ainda em 2012 ocorreu a compra da açucareira Zaharul Ludus (renomeada para Tereos Romania), uma fábrica instalada na Transilvânia, na Romênia.¹⁸²

Como se evidencia, a Tereos é uma cooperativa agrícola de atuação mundial que, a partir de sua origem açucareira beterrabeira, passou a operar também na lavoura canavieira e nos segmentos de etanol e amido. Entre estes três principais setores em que opera, parece caber à cana-de-açúcar a posição de principal foco no processo de expansão dos negócios do grupo nos últimos cinco anos. Conforme os dados apresentados pela companhia,¹⁸³ expostos no Gráfico 25, entre 2007/2008 e 2011/2012 as receitas provenientes da atividade canavieira dobraram de importância, saltando de 11 para 22% do total.

Gráfico 25: Tereos: receitas por divisão: cereais, beterraba e cana (2007/2008 e 2011/2012).

Os dados atestam para uma estratégia mercadológica com vistas à obtenção de certas vantagens comparativas na canavicultura como lavoura complementar ao tradicional

¹⁸² Cumpre ressaltar que a Romênia é atualmente a segunda principal nação refinadora de açúcar da UE, tendo refinado 330 mil toneladas em 2008/2009, ficando atrás apenas da Inglaterra (1,13 milhões de toneladas). Seguem-na França (300 mil t), Portugal (290 mil t), Bulgária (200 mil t), Finlândia (60 mil t) e Eslovênia (20 mil t). Ver o site oficial da União Europeia em: <http://europa.eu/legislation_summaries/agriculture/agricultural_products_markets/160041_en.htm>. Acesso em: 22 abr. 2014.

¹⁸³ É possível acessar uma série de relatórios na página: <<http://www.tereos.com/en-gb/finance/resultat-et-publications.html>>. Acesso em: 23 abr. 2014.

cultivo da beterraba. No que tange especificamente ao açúcar, a empresa trabalha atualmente em três continentes: Europa, América do Sul e África. Em 2013, a produção de açúcar de cana no Brasil (ou seja, apenas 10 anos após a compra de sua primeira usina no país) já se igualava à produção de açúcar de beterraba realizada na França, ambas respondendo por 41% da produção total do grupo. Brasil e França partilhavam, assim, da mesma parcela sobre o volume açucareiro produzido pela Tereos já em 2013.

Gráfico 26: Tereos: produção de açúcar de beterraba e de cana, por país, em % (2013).

O exemplo do grupo aponta para algumas tendências inovadoras e alternativas no mercado açucareiro europeu e mundial. Em primeiro lugar, a aposta da conveniente complementaridade possível de se estabelecer entre as duas fontes de matérias-primas utilizadas para a fabricação do açúcar. Em segundo lugar, a maior inserção dos grupos açucareiros nas cadeias produtivas de outras mercadorias agrícolas, tais como o etanol e o amido. O terceiro tipo de aposta é na crescente mundialização dos fluxos de investimentos e de mercadorias, que hoje percorrem longas distâncias com maior facilidade na busca de satisfazer as estratégias globais das empresas. A partir do exemplo citado, da inserção internacional da Tereos, sobretudo aquela feita em outros continentes, temos o elo necessário para passarmos agora a abordar alguns dos principais aspectos externos do comércio de açúcar feito por parte da UE e sobre como a demanda europeia por açúcar atinge a canavicultura de outras partes do mundo, além de quais impactos se originaram alhures a partir da Reforma da OCM do Açúcar europeu.

6.3 História contemporânea: aspectos externos da produção açucareira europeia

O padrão de comercialização externa de açúcar da União Europeia é, indiretamente, herdeiro de uma série de acordos comerciais pretéritos, datados ainda do período colonial. Cada país europeu, sobretudo as antigas potências coloniais (Inglaterra, França, Portugal, Holanda e Espanha), mantinha de longa data acordos de fornecimento e de compra de açúcar de suas possessões ultramarinas. Neste sentido, coube aos países europeus o papel de regulamentarem, pela primeira vez na história, o comércio açucareiro internacional. No contexto de cada historiografia nacional, tais práticas comerciais passaram por sucessivas reformas até o Segundo pós-Guerra (1945), quando teve início a Comunidade Econômica Europeia (CEE/1957) e, conseqüentemente, a Política Agrícola Comum (CAP/1962) e a Organização Comum do Mercado Açucareiro (OCM do Açúcar/1967).

Até então, a CEE caracterizava-se como uma região importadora de açúcar do exterior, mas já em busca de maior equilíbrio entre sua produção interna e seu nível de consumo doméstico. Essa condição prevaleceu até que a ascensão do Reino Unido ao Bloco alterasse sua dinâmica açucareira. Com a entrada dos britânicos, em 1973,¹⁸⁴ as negociações em torno da produção e da comercialização do açúcar foram profundamente revistas. As implicações decorrentes da ampliação do bloco desestabilizaram e alteraram substancialmente seu balanceamento inicial. O modelo econômico açucareiro inglês baseava-se centralmente na importação de açúcar bruto de cana para ser refinado nas grandes empresas estabelecidas na Inglaterra. No imediato pós-guerra, em meados da década de 1940, o país havia ratificado o Acordo Açucareiro da *Commonwealth* – CSA (*Commonwealth Sugar Agreement*), em vigor desde 1951. Por esse acordo a Inglaterra se comprometia a comprar determinada quantidade de açúcar de cada um dos demais países signatários do acordo, pagando um preço superior ao praticado no Mercado Livre Mundial. O acordo abrangia um grande número de países cuja história colonial havia sido atrelada à do império britânico, envolvendo

[...] Austrália, África do Sul, Índias Ocidentais Britânicas, Ilhas Maurício e Fiji, os territórios da África Oriental e Honduras Britânica [...] [Sendo o açúcar] a única mercadoria a abranger todas as Possessões. Assim o Acordo

¹⁸⁴ A Inglaterra entrou para a CEE em 1º de janeiro de 1973, juntamente com a Irlanda e a Dinamarca.

Açucareiro da *Commonwealth* foi um negócio essencial para a *Commonwealth* (MOYNAGH, 1977, p. 170).¹⁸⁵

Tabela 7: Reino Unido: cotas alocadas no primeiro *Commonwealth Sugar Agreement* (CSA), em toneladas (1951).

REINO UNIDO: Cotas alocadas no primeiro Commonwealth Sugar Agreement (1951)	
Dependência Britânica	Cota em 1951 (mil t)
Índias Ocidentais Britânicas	900
Austrália	600
Maurício	470
África do Sul	200
Fiji	170
Honduras Britânica	25
África de Leste	10
TOTAL	2.375
MAPS-2014	CHALMIN, 1990, p. 283

A consequência direta do estabelecimento do CSA para o Reino Unido foi o reestabelecimento da estrutura de mercado existente antes da Segunda Guerra Mundial. A Nova Zelândia e o Canadá também se beneficiavam do acordo, enquanto importadores preferenciais, e “[...] no final dos anos 1960 as quotas de importação eram responsáveis por movimentar mais de 1,8 milhão de toneladas, que eram divididas entre os países produtores, tendo a Austrália recebido a maior quota individual, cerca de 350 mil toneladas” (RAVENHILL, 1985, p. 91).¹⁸⁶ Desde 1961 a África do Sul estava embargada do acordo em função de seu regime social de *apartheid*, tornando-se assim excluída deste comércio preferencial.

Em dezembro de 1974 expirou o CSA, um ano após a entrada da Inglaterra na CEE. Nesse momento foram realizados profundos debates em que conflitavam os interesses dos antigos com o novo membro do Bloco, no intuito de harmonizar uma posição comum que agradasse a todos. Os primeiros eram defensores dos agricultores de beterraba, sob a liderança

¹⁸⁵ Do original: “Australia, South Africa, the British West Indies, Mauritius, Fiji, the East Africa territories and British Honduras [...] [sugar trade] was the only commodity to involve all the Dominions. Thus the CSA was very much a Commonwealth affair”, tradução nossa.

¹⁸⁶ Do original: “[...] by the late 1960s the quotas provided for imports of more than 1.8 million tons, which were divided between the producing countries, Australia receiving the largest single quota of about 350,000 tons”, tradução nossa.

de Jacques Chirac, então ministro da Agricultura da França. A Inglaterra, por sua vez, pressionava em favor dos refinadores de açúcar bruto de cana britânicos, sendo intenso o *lobby* praticado pela Tate & Lyle. Somente em 1975 é que chegariam a um acordo, sendo este vantajoso para ambos.

6.3.1 O Protocolo do Açúcar de 1975 e a Cota CXL de 1995

O primeiro acordo internacional de comercialização de açúcar feito por parte da União Europeia (quando esta ainda era a CEE) estabeleceu-se na Convenção de Lomé,¹⁸⁷ realizada em 1975. Naquele momento chegou-se ao acordo sobre como seria o modelo de comercialização externa de açúcar por parte da CEE, o que deu origem ao Protocolo do Açúcar (PA). Textualmente, o documento fundante desse novo acordo açucareiro internacional previa que:

A Comunidade Europeia comprometer-se-ia por um período indeterminado de tempo a comprar e importar, a preços garantidos, quantidades específicas de açúcar de cana, bruto ou refinado, originárias dos países do ACP [Grupo de Estados da África, Caribe e Pacífico], os quais comprometer-se-ão a fornecer-lhe a quantidade preestabelecida.¹⁸⁸

Por meio desse acordo a CEE se comprometia a adquirir, de forma cotizada, a quantidade média anual de 1,3 milhão de toneladas de açúcar bruto de cana provenientes de 19 países-membros do Grupo dos ACP.¹⁸⁹ Esses países ficavam isentos de tarifação alfandegária (*duty-free*) para o açúcar entregue dentro de suas cotas, cabendo uma elevada carga tarifária (*full-duty*) aos demais produtores de açúcar. Assim como a CSA, que fora cancelada no ano anterior, esse acordo também incluía a garantia de um preço mínimo a ser pago pelo açúcar comercializado, e este era cotado bem acima do praticado no Mercado Livre Mundial. Dos países-membros do ACP selecionados para participar do Protocolo do Açúcar, onze localizavam-se na África (Costa do Marfim, Madagascar, Malauí, Ilhas Maurício,

¹⁸⁷ A Convenção de Lomé deu origem a um acordo comercial assinado em 1975 entre a Comunidade Econômica Europeia (CEE) e os países-membros do Grupo de Estados da África, Caribe e Pacífico (ACP). Seu objetivo central era coordenar o comércio entre esses dois blocos econômicos.

¹⁸⁸ Art. 1º do *ACP/EU Sugar Protocol*. Originalmente: “the European Community undertakes for an indefinite period to purchase and import, at guaranteed prices, specific quantities of cane sugar, raw or white, which originate in the ACP states and which these States undertake to deliver to it”, tradução nossa.

¹⁸⁹ A relação da UE com esse grupo será exposta mais adiante com maiores detalhes.

Moçambique, Quênia, República do Congo, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue); sete no Caribe (Barbados, Belize, Guiana, Jamaica, São Cristóvão e Nevis, Suriname e Trinidad e Tobago); e um no Pacífico (Fiji). Com a substituição do Acordo Açucareiro da *Commonwealth*, essencialmente britânico, pelo Protocolo do Açúcar, basicamente europeu, a Austrália foi a principal prejudicada, uma vez que perdeu o direito que tinha de vendas garantidas para Londres.

Tabela 8: União Europeia: cotas de exportação de açúcar pelo Protocolo do Açúcar, por país, em toneladas (situação em 2003).

UE: cotas de exportação de açúcar pelo Protocolo do Açúcar (1975-2003)		
PAÍS	COTA (mil t)	COTA (%)
Maurício	491,0	37,9
Fiji	165,3	12,8
Guiana	159,4	12,3
Jamaica	118,7	9,2
Suazilândia	117,8	9,1
Barbados	50,3	3,9
Trinidad & Tobago	43,8	3,4
Belize	40,3	3,1
Zimbábue	30,2	2,3
Malawi	20,8	1,6
São Cristóvão & Nevis	15,6	1,2
Madagascar	10,8	0,8
Congo	10,2	0,8
Costa do Marfim	10,2	0,8
Tanzânia	10,2	0,8
Quênia	0	0,0
Suriname	0	0,0
Uganda	0	0,0
Zâmbia	0	0,0
TOTAL	1.294,7	100,0
MAPS-2014 FONTE: GARSIDE, HILLS, MARQUES, SEEGER e THIEL, [s.d.], p. 3		

Colateralmente, a importação desse grande volume de açúcar bruto de cana de procedência externa, feita a princípio para atender aos interesses específicos dos refinadores britânicos, fez surgir um excedente exportável dentro da CEE, que passou a beneficiar

também os produtores do açúcar de beterraba. O açúcar fabricado na CEE, que contava com uma série de mecanismos de defesa já citados (Preço de referência, Preço Mínimo Garantido, subsídios cruzados e barreiras tarifárias, entre outros), tornou-se então excedentário, passando a ser redirecionado à exportação. De acordo com Voorend (2005, p. 92), tal prática configurava-se como um caso típico de “[...] *dumping*, causador de vários problemas, o primeiro dos quais reside no fato desta deprimir os preços mundiais [do açúcar]”.¹⁹⁰ Ao mesmo tempo em que as importações europeias de açúcar bruto de cana eram feitas a um bom preço, preestabelecido artificialmente em benefício de alguns poucos países-membros do ACP apadrinhados pela política externa açucareira da CEE, as seguidas exportações europeias de açúcar de beterraba excedentário e fortemente subsidiado deprimiam artificialmente as cotações internacionais do produto, prejudicando os países exportadores de açúcar atuantes no Mercado Livre Mundial – como Austrália, Brasil, Cuba, Guatemala, Tailândia, etc.

Em relação ao mercado açucareiro, pode-se afirmar terem surtido, portanto, duas consequências principais derivadas da entrada do Reino Unido na CEE. Em primeiro lugar, alguns países-membros do ACP passaram a ter um tratamento especial no que se refere à sua produção açucareira, tendo com isso acesso a um mercado cativo e com bom preço garantido para sua mercadoria, estreitando, assim, seus laços de dependência com a Europa – e, nesse sentido, o Protocolo do Açúcar pode ser considerado um acordo feito em moldes “pós-colonialistas”. Em segundo lugar, a CEE converteu-se num bloco sistematicamente exportador de açúcar (condição que manteria pelos próximos 30 anos), abandonando sua posição anterior de região eminentemente importadora de açúcar para ocupar o segundo posto entre os principais exportadores do produto do mundo, atrás somente de Cuba.¹⁹¹ A partir de 1978 inverteu-se o gráfico de importações *versus* exportações de açúcar do Bloco Europeu, passando então a predominarem as vendas externas do produto sobre as compras – tendência que se manteria intacta até a Reforma da OCM do Açúcar iniciada em 2006. Tanto numa avaliação mais genérica, feita apenas com base nas toneladas comercializadas, quanto numa análise mais específica, feita em dólares (e que, portanto, abrange de forma mais completa a diferenciação existente entre o açúcar bruto e o refinado, convertendo ambos em seu

¹⁹⁰ Do original: “[...] *dumping* [that] causes several problems, the first of which lies in the fact that world prices are depressed”, tradução nossa.

¹⁹¹ Por meio do Protocolo de Países Socialistas Cuba-URSS, durante as décadas de 1970 e 1980 a ilha caribenha enviava para o exterior anualmente cerca de 4,5 milhões de toneladas de açúcar para as dependências de Moscou, ao que se somavam outras exportações enviadas à China e aos demais países com os quais o governo cubano mantinha relações econômicas (FAO, 1987, p. 83).

denominador comum universal, o cfrão), o resultado é mais ou menos o mesmo: antes do Protocolo do Açúcar (1975) o bloco europeu era deficitário em seu comércio externo de açúcar, tornando-se superavitário durante o período compreendido entre 1977 e 2007, retornando agora à sua condição original de grande importador de açúcar. Ao longo das décadas de 1980 e 1990 a Comunidade Econômica Europeia (desde 1993 convertida em União Europeia) comportou-se no mercado internacional de açúcar como uma área que, ao mesmo tempo, importava anualmente uma grande quantidade de açúcar, mas que exportava um volume ainda maior, tornando-se no computo geral uma das mais importantes regiões exportadoras de açúcar do mundo.

Gráfico 27: União Europeia: balanço internacional de açúcar, em toneladas (azul) e em US\$ 1.000 (verde) (1967-2010).

Tal situação não foi passivamente aceita pelas demais zonas açucareiras do mundo, que enxergavam na política externa do açúcar europeu uma séria ameaça. O contexto neoliberal mundial – acirrado a partir do Consenso de Washington (1989)¹⁹² – tardou, mas também atingiu o regime açucareiro europeu. A OCM do Açúcar passou a ser sistematicamente questionada e atacada durante os sucessivos painéis econômicos

¹⁹² Conjunto de medidas formuladas por economistas de instituições financeiras situadas em Washington D.C. (EUA), tais como o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e o Departamento do Tesouro dos Estados Unidos. Fundamentadas nas ideias do economista John Williamson, sua premissa básica é a defesa do livre comércio, do internacionalismo e da mínima interferência do Estado, especialmente nos negócios de mercado.

internacionais de discussão desenvolvidos no âmbito do Acordo Geral de Tarifas e Comércio – GATT (*General Agreement on Tariffs and Trade*)¹⁹³ e posteriormente também nos da Organização Mundial do Comércio (OMC).¹⁹⁴ As pressões iniciadas com a Rodada Uruguai¹⁹⁵ conduziram ao chamado Acordo sobre Agricultura (*Agreement on Agriculture* – AoA), contrário à manutenção dos fortes subsídios agrícolas. Essa conjuntura de pressão internacional contra seus subsídios agrícolas contribuiu para a UE fazer uma primeira revisão parcial de seu sistema internacional de comercialização de açúcar.

A primeira abertura parcial do mercado açucareiro europeu aos produtores de açúcar excluídos do Protocolo do Açúcar se deu em 1995,¹⁹⁶ quando foi criada a Cota CXL. Até então existiam apenas duas modalidades de tarifação sobre o açúcar por parte da UE, a *duty free*, concedida exclusivamente aos 19 membros selecionados do ACP, e a tarifa plena (*full duty*), que atualmente equivale a 335 euros por tonelada do açúcar bruto e 404 euros por tonelada do açúcar branco refinado, vigente para os demais países do mundo. A imposição desses valores para a tarifa plena blinda o mercado interno da União Europeia, tornando-se economicamente impraticável a venda feita por países não preferenciais. Tomando-se por base o açúcar de cana bruto brasileiro para exemplificação, a barreira alfandegária europeia de €335/t equivale a US\$460/t.¹⁹⁷ Segundo a Secex-Aliceweb/MDIC, o açúcar de cana bruto exportado pelo Brasil nos quatro primeiros meses de 2014 se deu a um preço médio de US\$417/t. A simples comparação desses dois valores (US\$460 e US\$417) já nos leva à conclusão de que apenas a tarifa cobrada pela UE já lhe representa um patamar de custo mais elevado que o preço médio final de venda do açúcar brasileiro para o mercado externo em geral.

¹⁹³ O acordo foi estabelecido, em 1947, tendo em vista a harmonização das políticas aduaneiras dos Estados signatários. Criou um conjunto de normas e concessões tarifárias voltado a impulsionar a liberalização comercial, combater práticas protecionistas e regular as relações comerciais internacionais.

¹⁹⁴ A OMC surgiu em 1º de janeiro de 1995, com o Acordo de Marrakech, em substituição ao Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT). A organização pretende supervisionar, regulamentar e liberalizar o comércio internacional.

¹⁹⁵ A Rodada Uruguai foi iniciada em setembro de 1986 e durou até abril de 1994, sendo uma de suas principais decorrências a transformação do GATT na Organização Mundial do Comércio. Uma das suas principais metas foi a redução dos subsídios agrícolas.

¹⁹⁶ Nesse ano nova ampliação foi verificada do bloco europeu, com a adesão da Áustria, Finlândia e Suécia.

¹⁹⁷ Cálculos baseados na cotação vigente em julho de 2014.

Com a criação da cota CXL, a UE passou a relacionar, anualmente, certa quantidade predeterminada de açúcar de cana bruto, distribuída por sistema de cotas entre uma série de países que não os da ACP, sujeita a uma tarifação intermediária reduzida, de “apenas” 98 euros por tonelada de açúcar bruto. Conforme indicam Chaplin e Matthews (2005), inicialmente os principais beneficiados dessa mudança foram Cuba (com 60 mil toneladas/ano) e Brasil (24 mil toneladas/ano), além da Índia (10 mil toneladas/ano).¹⁹⁸ Esta revisão incluiu ainda a chamada cota complementar *erga omnes*, pela qual a União Europeia pode solicitar, a qualquer época do ano, novos aportes de açúcar para o Bloco, sujeitos à mesma tarifação da cota CXL e disponíveis para o primeiro país que se mostrar em condições de fornecer o volume requisitado a um preço atraente.

A finalidade da ampliação da importação de açúcar bruto de cana via cota CXL não era, entretanto, somente favorecer os países exportadores de açúcar, cedendo, assim, à pressão feita por meio dos acordos do GATT e da OMC. Visava-se igualmente ampliar a oferta de açúcar bruto no Bloco, que havia se expandido com a adesão da Áustria, Finlândia e Suécia. Visava assim salvaguardar os interesses da indústria refinadora europeia. Essa indústria havia ganhado força na UE com a inserção de dois novos países mais inclinados à refinação do produto importado do que à produção de beterraba: Portugal (em 1986) e Finlândia (1995). A criação dessa nova cota, com uma tarifação intermediária, pode ser vista mais como uma fórmula para harmonizar os interesses dos refinadores europeus, tomando-se o cuidado de não prejudicar seus produtores de beterraba, do que como uma medida de efetiva abertura de seu mercado ao açúcar de cana dos trópicos.

6.3.2 O Acordo de Parceria Econômica de 2000 (*Economic Partnership Agreement* – APE) e a Iniciativa Tudo Menos Armas de 2001 (*Everything But Arms Initiative* – TMA)

No começo da década de 2000 (antes, portanto, da Reforma da OCM do Açúcar) iniciou-se o processo de ampliação e substituição do Protocolo do Açúcar. No ano 2000 o

¹⁹⁸ Essas cotas foram revistas, passando o Brasil a ter atualmente mais acesso ao Mercado Comum Europeu por meio de sua cota CXL, que agora atinge 334 mil toneladas. Entretanto, esse valor ainda é pouco significativo para o país, pois representa apenas 1,2% de seu volume médio exportado anualmente. A ampliação de Cuba foi bem mais singela, passando para 69 mil toneladas de açúcar/ano.

número dos Estados da África, Caribe e Pacífico (ACP)¹⁹⁹ que tinham acesso ao mercado açucareiro da UE ampliaram-se dos 19 países originalmente aceitos para 77, ampliação que se procedeu com a assinatura do Acordo de Cotonou²⁰⁰ (a grande exceção foi Cuba, que se recusou a firmar o contrato). O EPA entrou em funcionamento a partir de 2003. Antes disso, em 2001, foi concedida outra abertura no mercado açucareiro europeu, passando este a englobar tanto para os países-membros do ACP quanto os do grupo dos Países Menos Desenvolvidos (PMD).²⁰¹ De forma quase concomitante, a União Europeia criou uma agenda comercial conjunta para os países-membros do ACP e do PMD, ambas baseadas no ideal de livre mercado e de estreitamento das relações econômicas entre a UE e os países ditos subdesenvolvidos. Os acordos incluíam diversos itens comerciais, sendo o açúcar um deles. O acordo assinado no ano 2000 com os ACP chamou-se genericamente de “Acordo de Parceria Econômica” (APE/ACP); o firmado com os PMD em 2001 ficou conhecido como o “Tudo Menos Armas” (TMA/PMD).²⁰²

O TMA/PMD objetiva abrir os mercados das partes envolvidas, garantindo a todos os países-membros do grupo dos PMD uma cota ilimitada para exportação de qualquer item para a União Europeia (e vice-versa), de forma completamente isenta de barreiras alfandegárias. Seu objetivo é, em última instância, criar uma grande área de livre comércio em escala mundial. Desde o início os princípios de *duty-free* e *quota-free* seriam válidos para todas as mercadorias, exceto quatro: armamentos, açúcar, arroz e bananas. Quanto aos

¹⁹⁹ Dos 79 países pertencentes ao grupo dos ACP, 15 localizam-se no Pacífico (Fiji, Ilhas Cook, Ilhas Marshall, Ilhas Salomão, Kiribati, Micronésia, Nauru, Niue, Palau, Papua Nova Guiné, Samoa, Timor Leste, Tonga, Tuvalu e Vanuatu); 16 no Caribe (Antígua e Barbuda, Bahamas, Barbados, Belize, Cuba, Dominica, Granada, Guiana, Haiti, Jamaica, República Dominicana, Santa Lúcia, São Cristóvão e Nevis, São Vicente e Granadines, Suriname e Trinidad e Tobago); e os demais 48 na África (África do Sul, Angola, Benin, Burkina Faso, Burundi, Botsuana, Cabo Verde, Camarões, Chade, Comores, Congo (Brazzaville), Congo (Kinshasa), Costa do Marfim, Djibuti, Eritreia, Etiópia, Gabão, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Ilhas Maurício, Lesoto, Libéria, Madagascar, Malauí, Mali, Mauritânia, Moçambique, Namíbia, Níger, Nigéria, Quênia, República Centro-Africana, Ruanda, São Tomé & Príncipe, Senegal, Serra Leoa, Seychelles, Somália, Suazilândia, Sudão, Tanzânia, Togo, Uganda, Zâmbia e Zimbábue).

²⁰⁰ O Acordo de Cotonou rege as relações de cooperação entre a União Europeia com os Estados da África, Caribe e Pacífico (ACP), substituindo a Convenção de Lomé (1975). Tem como objetivos principais a redução da pobreza nos países da ACP e sua integração progressiva à economia mundial.

²⁰¹ Dos 48 países pertencentes ao grupo dos PMD, apenas um fica nas Américas (Haiti); quatro localizam-se na Oceania (Ilhas Salomão, Kiribati, Tuvalu e Vanuatu); nove na Ásia (Afeganistão, Bangladesh, Butão, Camboja, Iêmen, Laos, Mianmar, Nepal e Timor Leste) e os demais 34 na África (Angola, Benin, Burkina Faso, Burundi, Chade, Comores, República Democrática do Congo, Djibuti, Eritreia, Etiópia, Gâmbia, Guiné, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Lesoto, Libéria, Madagascar, Malauí, Mali, Mauritânia, Moçambique, Níger, República Centro-Africana, Ruanda, Santo Tomé e Príncipe, Senegal, Serra Leoa, Somália, Sudão, Sudão do Sul, Tanzânia, Togo, Uganda e Zâmbia).

²⁰² As siglas em inglês são ACP/EPA e LDC/EBA.

armamentos, o próprio nome do acordo já indica se tratar de uma mercadoria completamente banida das negociações; no caso do arroz, do açúcar e da banana, previa-se sua liberalização e inserção gradual. Para as bananas, o prazo para o início da vigência do acordo era o ano de 2006; para o açúcar e o arroz, somente a partir de 2009. Houve, após a assinatura desses dois acordos, um período transicional de relativa calma para o mercado do açúcar, em que praticamente não se alterou o quadro geral do comércio estrangeiro da UE, continuando este girando em torno de 1,35 milhão de toneladas importadas, provenientes dos tradicionais países signatários do Protocolo do Açúcar (19 nações), ou dos países detentores de cotas CXL (Brasil, Austrália, Tailândia e Índia). Esse período de transição transcorreu entre as safras de 2000/2001 e 2005/2006.

Durante a safra de 2005/2006 foi aprovada na UE a Reforma do CMO do Açúcar. Desde esse ano “[...] as importações de açúcar de cana para refinação, [provenientes] dos Estados do Grupo da África, Caribe e Pacífico (ACP) e dos Países Menos Desenvolvidos (PMD) se beneficiam de acesso isento de direitos (*duty-free*) de quotas (*quota-free*) ao mercado da UE”.²⁰³ Por outro lado, nesse mesmo momento também houve “[...] um corte gradual de 36% dos preços de apoio da UE, tanto para os produtores da União como para os exportadores preferenciais dos países ACP/PMD” (COM, 2013, p. 4), reduzindo-se o valor de referência de 497 para 335 euros por tonelada. Essa acentuada redução tornou-se um impeditivo para muitos dos 19 países terceiro-mundistas membros da ACP e tradicionalmente fornecedores de açúcar bruto de cana para a União Europeia, que viram nesta alteração um motivo de exclusão econômica diante da reestruturação do mercado açucareiro europeu. Voorend (2005, p. 107) cita a complicada situação de Fiji, “[...] um caso ilustrativo de país dependente do açúcar, porém não competitivo”,²⁰⁴ diante desta nova situação criada. Antigas colônias açucareiras estabelecidas pelos europeus em distintas partes do mundo tropical ao longo dos séculos XVII (Barbados, por exemplo), XVIII (Jamaica, por exemplo), XIX (Maurício, por exemplo) e mesmo XX (Fiji, por exemplo) encontram-se agora em semelhante situação, marcada pelo descompasso diante das novas perspectivas emergidas. Para esses

²⁰³ Do original: “[...] imports are mainly in the form of cane sugar for refining, from the African, Caribbean and Pacific states (ACP) and Least Developed Countries (LDC) which benefit from quota-free, duty-free access to the EU market”, tradução nossa.

²⁰⁴ Do original: “[...] an illustrative example of a sugar-dependent but non-competitive country”, tradução nossa.

países a UE reservou um fundo para investir na diversificação de suas economias locais,²⁰⁵ muitas das quais excessivamente dependentes de seu único produto de exportação: as chamadas “[...] regiões dependentes do açúcar” (VOOREND, 2005, p. 107).²⁰⁶ Segundo o mesmo autor (2005, p. 107), dessa forma a União Europeia evitaria ser acusada de agir de forma politicamente incorreta ao, por meio dos acordos ACP/APE e PMD/TMA, “[...] persuadir alguns países em direção da monocultura e de atividades econômicas que terminam agravando a sua insustentável dependência comercial” sobre um único produto agrícola de exportação: o açúcar.²⁰⁷

Gráfico 28: Países do ACP/PMD: principais dependentes da UE para exportação de seu açúcar, em % (2008-2010).

Quanto aos países com as mínimas condições de se manterem “competitivos” frente à redução de 36% no Preço de Referência europeu, que caíra de 497 para 335 euros por tonelada do açúcar bruto, a União Europeia reservou uma verba para financiar a modernização de suas estruturas produtivas. Para esses países o bloco previu um investimento da ordem de 1,25 bilhão de euros, a ser realizado entre 2006 e 2013, com o intuito principal de tornar suas cadeias produtivas de açúcar de cana mais eficientes. Produzir quantidades

²⁰⁵ Trata-se de um caso similar ao existente dentro da UE, em que é estimulada a renúncia espontânea das cotas de produção.

²⁰⁶ Do original: “[...] sugar-dependent areas”, tradução nossa.

²⁰⁷ Do original: “[...] persuading some countries towards monocropping and activities that end up aggravating their dependence on unsustainable trade”, tradução nossa.

exportáveis e, sobretudo, a custos viáveis (abaixo de 335 euros/t) tornou-se o desafio para diversos países do ACP e do PMD. De todos os envolvidos nos dois acordos, os que atualmente apresentam melhores condições de competitividade são Malauí, Moçambique, Suazilândia, Zâmbia e Zimbábue (BRÜNTRUP, 2006), isto é, sobretudo os da macroregião Sudeste Africano.

O calendário econômico estabelecido para a abertura completa do mercado europeu a esses países periféricos da economia mundial, levando-se em consideração tanto o acordo estabelecido via ACP/APE quanto o PMD/TMA, trazia as seguintes datas preestabelecidas para início de vigência:

- 30 de setembro de 2009 – expira oficialmente o Protocolo do Açúcar;
- 1º de outubro de 2009 a 30 de setembro de 2015 – livre acesso às exportações de açúcar provenientes dos países ACP e PMD até um teto de 3,5 milhões de toneladas/ano;
- 1º de outubro de 2015 – abertura total *duty-free* e *quota-free* ao açúcar proveniente de qualquer país do ACP ou do PMD.

Com isso, o segundo ano-chave para as transformações internacionais provenientes da reforma da OCM do Açúcar da UE teve início em 2009. Segundo a Comissão Europeia (2013, p. 4),

A campanha de comercialização [de açúcar] de 2009/2010 foi a primeira em que foi aplicado um quadro normativo das importações totalmente novo. Em 1 de outubro de 2009, o regime de importação preferencial ACP passou da atribuição de quantidades ao abrigo do Protocolo sobre o Açúcar ACP para as importações isentas de direitos e de contingentes ao abrigo de Acordos de Parceira Econômica e “Tudo Menos Armas” (TMA), que alargaram significativamente o acesso dos países ACP/PMD ao mercado: as exportações de açúcar PMD para a UE foram completamente liberalizadas e as importações de açúcar dos parceiros ACP-não-PMD foram sujeitas apenas a uma medida de salvaguarda baseada no volume.

Para termos uma melhor ideia acerca da espacialização global envolvida nesses acordos feitos com a União Europeia, elaboramos o Mapa 63, que indica a localização de cada

um dos países signatários. Os países-membros do ACP estão marcados em cor vermelha; os membros do LDC em verde; e os que pertencem a ambos os grupos, em cor amarela. Como se poderá notar, há uma forte presença na África Subsaariana, assim como no Caribe e no Sudeste Asiático/Oceania.

Mapa 63: União Europeia, Grupo ACP e Grupo PMD: países signatários de acordos para fornecimento açucareiro APE/ACP (2000) e TMA/PMD (2001).

Quando se pensou em promover a “abertura” do mercado açucareiro europeu aos países ACP e PMD, estimou-se que estes enviariam, de imediato, cerca de 3,5 milhões de toneladas da mercadoria à UE. De acordo com a Comissão Europeia (2013, p. 4),

Estimou-se que [...] os parceiros preferenciais (ACP/PMD) poderiam desempenhar uma função importante caso o preço mundial do açúcar branco se situasse a 200 dólares dos EUA (USD), a uma taxa de câmbio de 1,3 USD/EUR. Verificando-se estes pressupostos, a diferença entre o preço do açúcar na UE e o preço mundial, ou o preço nos países ACP e PMD, poderia encorajar alguns destes países a exportarem para a UE a maior quantidade possível da sua produção doméstica [...] considerou-se que o volume potencial máximo [...] era de 3,5 milhões de toneladas, o que correspondia à capacidade de produção ACP/PMD.

Entretanto, isto não ocorreu. Isso não ocorreu porque o preço mundial do açúcar alterou-se substancialmente no período, e em grande medida devido às transformações em curso no mercado açucareiro da União Europeia. Conforme reduziam-se os valores de referência na UE, subiu a cotação do açúcar no Mercado Livre Mundial. Então, em 2009 ²⁰⁸ ocorreu algo muito inusitado, alcançando a cotação do açúcar branco no Livre Mercado um valor superior ao seu Preço de Referência no mercado europeu. Nesse momento até certo ponto inédito, os próprios produtores europeus preferiram vender seu produto para fora do Bloco a mantê-lo no mercado doméstico.

Gráfico 29: Açúcar refinado – relação entre Valor de Referência da UE e a cotação internacional na Bolsa de Londres, em euros por tonelada (2006-2010).

Diante de tal situação, os membros do ACP e do PMD preferiram enviar sua produção aos “[...] mercados locais, regionais e mundial, onde os preços são elevados. Estes países exportaram, em 2011, para todo o mundo, 3,2 milhões de toneladas de açúcar, das quais [apenas] 1,9 milhões para a UE” (COM, 2013, p. 4). Esse ano coincidiu com o recorde histórico de maior importação de açúcar por parte da União Europeia: 4,4 milhões de toneladas, 1,75 das quais provenientes do Brasil (40%).

O que se pode concluir da abertura da UE ao açúcar originário dos países ACP e PMD é que esta foi feita com base em muito cálculo econômico, de forma parcial e altamente

²⁰⁸ Ano também marcado pela forte seca ocorrida na Índia.

seletiva. Foi feita sem se abdicar da escolha minuciosa de quais países seriam seus parceiros e quais outras cláusulas estariam envolvidas no acordo. Assim, a aceitação desse elevado volume de açúcar de cana, estimado inicialmente em 3,5 milhões de toneladas, está condicionada a outros fatores de ordem econômica mais amplos, que envolvem aspectos industriais e comerciais diversos, que vão muito além do açúcar. Ao aceitar, e mesmo estimular a produção de açúcar de cana em determinados países pobres do mundo, por meio de artifícios tarifários criadores de privilégios econômicos artificiais, o bloco europeu está, em última análise, reforçando e reafirmando sua presença geopolítica num vasto território de escala mundial.

6.3.3 O julgamento da “DISPUTE DS265 – Comunidade Europeia – Subsídios à Exportação de Açúcar” por parte da Organização Mundial do Comércio

Paralelamente às assinaturas desses dois acordos (ACP/APE e PMD/TMA), outro evento-chave fez-se marcante para a compreensão da dinâmica do comércio açucareiro internacional europeu contemporâneo: a chamada “DISPUTE DS265”.²⁰⁹ Trata-se de uma disputa comercial realizada junto à Organização Mundial do Comércio, que não trouxe efeitos significativos sobre as importações de açúcar feitas por parte do bloco europeu, mas sim sobre suas exportações. Esta foi movida inicialmente pela Austrália e pelo Brasil, contrários aos subsídios conferidos pela UE à exportação de açúcar e produtos contendo açúcar. Atrelada à Rodada de Doha,²¹⁰ esta teve início em 27 de setembro de 2002, sendo concluída em 28 de outubro de 2005, quando as exportações europeias de açúcar foram declaradas violadoras das regras internacionais de comércio. Ao lado da Austrália e do Brasil posicionaram-se Barbados, Belize, Canadá, China, Colômbia, Costa do Marfim, Cuba, Estados Unidos, Fiji, Guiana, Índia, Jamaica, Madagascar, Malauí, Ilhas Maurício, Nova Zelândia, Paraguai, Quênia, São Cristóvão e Nevis, Suazilândia, Tanzânia, Tailândia e Trinidad e Tobago. O resultado dessa contestação foi a condenação do modelo europeu de exportação do açúcar beneficiado por subsídios cruzados, o que se deu em fins de 2005.

²⁰⁹ Disponível em: <http://www.wto.org/english/tratop_e/dispu_e/cases_e/ds265_e.htm>. Acesso em: 22 abr. 2014.

²¹⁰ Ciclo de negociações multilaterais iniciado na cidade de Doha, em 2001, que envolve uma série de negociações feitas no âmbito da Organização Mundial do Comércio. Visa diminuir as barreiras comerciais em todo o mundo, estimulando a promoção do livre comércio.

Tal decisão abriu o caminho para que outros países capazes de produzir açúcar de forma mais competitiva que a União Europeia ocupassem o lugar anteriormente dominado por esta. A vertiginosa expansão das vendas de açúcar brasileiro para os países do Mundo Árabe, analisada no capítulo anterior, bem atesta o resultado dessa disputa jurídica. A associação entre os novos acordos firmados no âmbito da ACP/APE e da PMD/TMA e o resultado da DISPUTE DS265 promoveram uma verdadeira reviravolta na política externa açucareira europeia.

6.3.4 De exportadora a importadora (2007 a 2014)

No ano de 2005, portanto imediatamente antes da Reforma do Açúcar, a União Europeia respondia por aproximadamente 15% da produção mundial de açúcar e por 11% de seu consumo. Respondia, ainda, por 14% das exportações realizadas e 5% das importações. Seis anos depois (2011), os números relativos à participação da UE na dinâmica açucareira mundial eram outros, bastante diferentes, denotando a intensidade das mudanças que se processariam no Bloco após 2006. Sua produção de açúcar baixou para 10% do total mundial e seu consumo subiu para 12%; as exportações despencaram para 3% e as importações elevaram-se para 9%. “A União Europeia transformou-se, em um intervalo de tempo muito curto, de um dos principais exportadores [de açúcar] do mundo em segundo maior importador”.²¹¹ Seu movimento, semelhante ao de uma gangorra, está descrito na Tabela 9, a seguir.

²¹¹ Disponível em: <<http://www.comitesucre.org/site/cefs/the-european-sugar-sector/european-sugar-regime/>>. Acesso em: 26 abr. 2014. Do original: “European Union has changed in a very short time from being one of the world’s leading exporters [of sugar] to a net importer, becoming the second largest importer in the world”, tradução nossa.

Tabela 9: União Europeia: participação na dinâmica açucareira mundial (2005-2011).

UE: Participação na dinâmica açucareira mundial (2005 - 2011)				
<i>2005</i>	PRODUÇÃO	CONSUMO	EXPORTAÇÃO	IMPORTAÇÃO
UE	21.400.712	16.764.547	6.639.198	2.416.931
MUNDO	140.680.524	148.223.913	48.038.627	48.037.799
Participação (%)	15,2	11,3	13,8	5,0
<i>2011</i>	PRODUÇÃO	CONSUMO	EXPORTAÇÃO	IMPORTAÇÃO
UE	17.844.758	19.242.153	1.479.302	4.726.398
MUNDO	171.120.193	163.320.624	54.974.537	54.973.565
Participação (%)	10,4	11,8	2,7	8,6
MAPS-2014		FONTE: International Sugar Organization - 2012		

No que se refere ao comércio internacional, esses números significam que, com a retirada das vendas anteriormente realizadas pelo bloco europeu, abriu-se caminho para que outros países fizessem exportações adicionais no expressivo montante de 5,2 milhões de toneladas anuais de açúcar. Significa dizer ainda que mais 2,3 milhões de toneladas de açúcar passaram a se dirigir anualmente para a UE, o que antes não ocorria. Assim, caberia a outros países ocupar essas lacunas repentinamente surgidas, e o Brasil teve um papel central nesse processo.

Analisando os dados referentes à origem recente das importações de açúcar feitas pela própria União Europeia,²¹² pode-se expressar cartograficamente “para onde foram” esses cerca de 7,5 milhões de toneladas de açúcar deslocadas em função da alteração da política açucareira do bloco (Mapa 64).

²¹² Esses e outros dados podem ser obtidos na seção de estatísticas do *site*: <<http://madb.europa.eu/madb/indexPubli.htm>>. Acesso em: 26 abr. 2014.

Mapa 64: União Europeia: participação na dinâmica açucareira mundial, em toneladas (delta 2005-2011).

Pode-se notar na parte superior do Mapa 64 que a procedência do açúcar que passou a chegar à UE tinha basicamente três origens distintas. Em primeiro lugar, destaca-se o produto originário do Brasil. Em segundo lugar, o açúcar procedente da Argélia e dos Emirados Árabes Unidos (que, conforme visto no capítulo anterior, é em grande parte fruto da refinação do açúcar bruto brasileiro nas modernas refinarias árabes). Por fim, destacam-se ainda três “Novas Regiões Exportadoras”; uma no “Sudeste Africano” (destaques para Moçambique, Zâmbia, Zimbábue e Suazilândia); outra no “Gran-Caribe”, com destaque para

a América Central e, de forma especial, para Belize, Honduras, Costa Rica e Nicarágua; e uma última no “Sudeste Asiático” (destacando-se Camboja e Laos). Em oposição, no mesmo período, reduziram suas vendas de açúcar para a União Europeia seus vizinhos imediatos (a Suíça e os Balcãs) e seus tradicionais fornecedores de açúcar bruto de cana, muitos dos quais remanescentes do período colonial, notadamente as ilhas do Caribe e dos oceanos Índico e Pacífico.

A parcela inferior do Mapa 64 indica ter havido uma redução generalizada nas vendas de açúcar da UE para o exterior, existindo pouca e inexpressivas exceções. O Mundo Árabe, até então o principal destino das exportações açucareiras do Bloco, foi onde se verificou com maior intensidade a transição do “domínio açucareiro” europeu para o brasileiro.

Analisando de forma estática os dados estatísticos referentes ao ano de 2013 (Mapa 65), pode-se notar interessantes aspectos relacionados à espacialização das compras açucareiras realizadas pela União Europeia naquele ano. Destacam-se, além da presença do Brasil como principal fornecedor, o Gran-Caribe e o Sudeste Africano. Na região caribenha, Cuba foi o país que apresentou maior aumento em suas vendas de açúcar para a UE no período recente (2011-2013), acenando que também naquele antigo e tradicional exportador está tendo início um período de mudanças no que diz respeito ao seu comércio internacional. De maneira secundária, os Balcãs aparecem como zona fornecedora de açúcar para a Europa. Por fim, chama ainda a atenção a inexpressividade das exportações da Austrália, África do Sul e Índia, outrora importantes centros fornecedores de açúcar para o bloco europeu.

Mapa 65: União Europeia: origem das importações de açúcar, em toneladas (2013).

UE: Origem das importações de açúcar (2013)

Entre 2003 e 2013 (período para o qual dispomos dos dados e que, grosso modo, coincide com a introdução dos acordos com os países ACP e PMD e com os primeiros efeitos da Reforma de 2006), nota-se que o volume das importações de açúcar feitas por parte da UE aumentou tanto no procedente dos países signatários do APE e do TMA, quanto do Brasil e dos “demais países”. Com leves oscilações, as compras do açúcar do ACP e PMD encontram-se numa curva ascendente mais ou menos constante desde o primeiro ano desta análise, atestando para a funcionalidade da política açucareira europeia recém-implantada. Diversos países e mesmo regiões açucareiras do mundo já estão se beneficiando desses acordos preferenciais.

Quanto às importações do produto brasileiro, estas tiveram um pico isolado em 2011 (1,75 milhão de toneladas ou 40% do total comprado externamente pela União Europeia naquele ano), recuando, em seguida, a um patamar mais próximo de sua média registrada no conjunto do período. Durante esses 10 anos analisados, o Brasil respondeu, em média, por 31,5% do volume total de açúcar adquirido pela UE; e assim é o país que segue sendo, com larga margem de vantagem, o principal fornecedor individual de açúcar para o bloco europeu. Os “demais países”, categoria genérica em que se destaca o Gran-Caribe (em sua parcela não

ACP), também apresenta acentuado aumento nas vendas de açúcar para a UE, verificados em função de outros acordos de livre comércio recentemente implementados.²¹³

Gráfico 30: União Europeia: origem das importações de açúcar, em toneladas (2003-2013).

Tratando graficamente estas informações, e subagrupando os países em distintas “tipologias” açucareiras, fica evidente que a primeira grande transformação verificada na regionalização do comércio açucareiro europeu contemporâneo é seu retorno à condição de importador de açúcar refinado de origem árabe (ainda que se saiba, frise-se, que a maior parte do açúcar bruto processado nas suas refinarias seja proveniente do Brasil). Como visto no capítulo anterior, foram instaladas na última década gigantescas indústrias refinadoras de açúcar em nações árabes próximas à Europa e ao comércio mediterrânico, consideradas o *estado da arte* tanto em termos tecnológicos quanto comerciais e administrativos. E é assim que se explica a ascensão de Emirados Árabes Unidos e Argélia à condição de grandes exportadores de açúcar à Europa (Gráfico 31).

²¹³ Analisados no próximo capítulo.

Gráfico 31: União Europeia: origem das importações – Refinadores árabes (2003-2013).

Quanto ao açúcar bruto de cana (*raw sugar*), três regiões se destacam por seu fornecimento à Europa. Por ordem decrescente: Sudeste Africano, Gran-Caribe e Sudeste Asiático.²¹⁴

No primeiro caso, cumpre salientar que diversos desses países que atualmente exportam açúcar para a UE já eram membros signatários do Protocolo do Açúcar (1975). Mas com o início dos programas APE e TMA as exportações açucareiras regionais provenientes de países do Sudeste Africano, tais como Suazilândia, Zâmbia, Zimbábue e Moçambique, entre outros, ampliaram-se bastante. Nesta macrorregião destacam-se as performances de empresas multinacionais como Illovo Sugar LTD²¹⁵ e Tongaat Hulett Sugar. Por outro lado, a África do Sul, enquanto país, destaca-se por ser uma exportadora irrelevante para o mercado doméstico europeu (Gráfico 32).

²¹⁴ Estas regiões serão melhor analisadas nos próximos capítulos.

²¹⁵ Recentemente adquirida pela inglesa *British Sugar*.

Gráfico 32: União Europeia: origem das importações – Sudeste Africano (2003-2013).

Na macrorregião do Gran-Caribe nota-se que o eixo central das exportações de açúcar não está em sua parcela insular, mas sim em seu território continental. A partir do istmo da América Central têm crescido os volumes açucareiros exportados à Europa por Belize, Costa Rica, Guatemala e Nicarágua, assim como Colômbia, um pouco mais ao sul (Gráfico 33). Recentemente assinados, os acordos inter-regionais de “liberalização” econômica entre a União Europeia e esses países estão se fazendo sentir também na questão açucareira. Dentre eles, podemos citar o Acordo de Parceria Econômica CARIFORUM-EU, de 2008; o Acordo de Associação UE-América Central, de 2012; e o Acordo de Comércio da UE com a Colômbia e Peru, 2013.

Gráfico 33: União Europeia: origem das importações – Acordos de Livre Comércio com América Central, Caribe e Colômbia (2003-2013).

Em contraposição ao sucesso verificado nessas nações da América Central, outros tradicionais fornecedores regionais de açúcar para a UE, cuja origem do fluxo açucareiro remonta diretamente ao colonialismo, é possível notar recuo nas exportações. Isso é válido de forma geral para as Grandes Antilhas, dentre as quais somente a ilha de Cuba configura-se como exceção. A diminuição das vendas de açúcar para a Europa também se deu de forma marcante nas Pequenas Antilhas, com a retirada quase completa dessa área que outrora fora a principal supridora do comércio açucareiro europeu, sobretudo nos séculos XVII e XVIII (Gráfico 34).

Gráfico 34: União Europeia: origem das importações – Pequenas Antilhas (2003-2013).

Cabe aqui um parêntese para falar da produção açucareira das chamadas Regiões Ultraperiféricas da UE (RUP), nas quais se destacam os *Départements d’Outre-Mer* (DOM) franceses de Reunião, Guadalupe e Martinica ²¹⁶ e cujo destino exclusivo é a UE. O que se pode avaliar é que, devido principalmente ao protecionismo direto existente nessas ilhas (Preço de Referência e Preço Mínimo Garantido) e aos investimentos realizados, sua produção açucareira tendeu a se manter estática ao longo da década passada (Gráfico 35).

²¹⁶ Devido à disponibilidade dos dados, Reunião, Guadalupe e Martinica foram avaliadas a partir de informações estatísticas fornecidas pelo Ministère de l’agriculture, de l’agroalimentaire et de la forêt (Agreste) da França. Ver AGRESTE PRIMEUR, 2011.

Gráfico 35: União Europeia: origem das importações – Regiões Ultraperiféricas e *Départements d’Outre-Mer* (2003-2013).

O Sudeste Asiático pode ser considerado, ao lado dos refinadores árabes, como a segunda grande novidade ocorrida no panorama internacional do comércio açucareiro europeu contemporâneo. Nesses confins, sobretudo nos territórios que anteriormente pertenceram à Indochina Francesa, as ações encadeadas pelos acordos de APE e TMA estimularam a atividade canavieira agroexportadora, notadamente em dois países: Laos e Camboja. As empresas aí estabelecidas, no entanto, são filiais usineiras das Khon Kaen Sugar Industry Public Company Limited e Mitr Phol Sugar Corporation, ambas sediadas na Tailândia. Este último país, a despeito de ser o segundo maior exportador mundial de açúcar, não goza de nenhum acordo preferencial de fornecimento de açúcar para a União Europeia, sendo aquela não mais que um parceiro comercial ocasional desta (Gráfico 36).

Gráfico 36: União Europeia: origem das importações – “Indochina” (2003-2013).

Entre os cinco maiores exportadores mundiais de açúcar, somente o Brasil teve significativo acesso ao mercado europeu – fruto de seu maior volume de produção, indício de sua maior competitividade. Os demais – Tailândia, Guatemala, Índia e Austrália – ficaram totalmente excluídos, como indica o Gráfico 37, a seguir.

Gráfico 37: União Europeia: origem das importações – TOP 5 Exportadores mundiais (2003-2013).

Para finalizarmos essa série de análises gráficas, convém apresentar ainda o caso de mais quatro países que se destacaram no comércio açucareiro com a UE entre 2003 e 2013. O primeiro é o das Ilhas Maurício, tradicional fornecedor que, a despeito do acordo estabelecido entre a Südzucker e o Sindicato do Açúcar das Ilhas Maurício (para o fornecimento anual de 400 mil toneladas de açúcar), passou por uma significativa redução em seus provimentos para a União Europeia. O segundo caso é o que envolve Sérvia e Montenegro, que juntos firmaram-se como fornecedores regulares da mercadoria por meio do Processo de Estabilização e Associação,²¹⁷ iniciado em 1999. No ano 2000 teve início o acordo que garante a estes países “[...] acesso ilimitado e livre de impostos para o açúcar enviado ao mercado da UE”.²¹⁸ Esse acordo, no entanto, logo se notabilizou por uma série de fraudes variadas referentes à procedência real do açúcar comercializado. As fraudes variavam

²¹⁷ O Processo de Estabilização e Associação é a política da União Europeia para os Bálcãs Ocidentais, criada com o objetivo de coordenar sua eventual adesão à UE. Países dessa região estão envolvidos em uma parceria progressiva com a UE com vistas à estabilização da região e ao estabelecimento de uma zona de livre comércio.

²¹⁸ Disponível em: <http://europa.eu/rapid/press-release_IP-04-1309_en.htm>. Acesso em: 22 abr. 2014. Originalmente: “unlimited duty-free access of sugar to the EU market”, tradução nossa.

desde casos em que pretensos “produtores” locais compravam açúcar bruto de cana no Mercado Livre Mundial (por cerca de 210 euros a tonelada) e o revendiam para a UE no valor do “Preço de Referência” (632 euros), até casos em que o açúcar produzido dentro da União Europeia era enviado à Sérvia e a Montenegro, recebendo assim o valor referente às restituições das exportações, retornando em seguida ao bloco europeu em forma *duty free*. A partir de 2006 o estabelecimento da bem delimitada Cota dos Bálcãs (*Balkan Quota*) tentou, e em grande medida conseguiu, regularizar as entradas na UE do açúcar proveniente dessa zona que lhe é vizinha. O terceiro caso é o de Cuba, que conta com uma cota CXL anual de 69 mil toneladas de açúcar, mas constantemente suas vendas têm superado esse limite, tendo havido um enorme incremento entre 2012 (199 mil t) e 2013 (296 mil t). Pode ser um indício de que em uma fase pós-Fidel a ilha retome a sua aptidão histórica de grande fornecedora de açúcar bruto e barato ao exterior, ou mesmo que passe a investir em seu refino, como o fizeram Guatemala e Tailândia.

Gráfico 38: União Europeia: origem das importações – Sérvia e Montenegro, Ilhas Maurício e Cuba (2003-2013).

Passemos em seguida a tratar do Gran-Caribe, primeira macrorregião onde os europeus expandiram, de forma sistemática, a produção açucareira por meio de suas colônias tropicais.

6.4 Resumo e conclusão do capítulo

Em torno do Mar Egeu surgiu a região que séculos mais tarde seria denominada de Europa. Ali seus povos ancestrais entraram em contato com estrangeiros oriundos da Ásia Menor e do Norte da África. Por meio desses contatos inicialmente esporádicos com persas e árabes, a Europa tomou contato definitivamente com o açúcar. O primeiro registro histórico referente a tal fenômeno deve-se a Alexandre, o Grande, da Macedônia, que com seu exército marchou até o rio Hindus, ainda no século IV a.C. Nesse momento tiveram conhecimento de uma planta com grandes poderes medicinais, uma vez que “dá mel sem o auxílio de abelhas”. A partir dessa época a cana-de-açúcar entra na história da farmacologia ocidental como uma espécie de erva medicinal e assim permanece por quase um milênio.

É somente com a formação do Império Romano do Oriente – Império Bizantino – que os europeus tomam contato direto com a cana e o açúcar, já produzido regularmente no Oriente Médio e comercializado pelos árabes. No entanto, o grande impulso em relação ao comércio do açúcar deu-se a partir do movimento conhecido como Cruzadas. No ímpeto de cristianizar os povos orientais, retomar a Terra Santa e incrementar o comércio, os europeus passaram a negociar diretamente as chamadas especiarias – dentre elas o açúcar – produzidas no Levante. Esse comércio em torno do Mediterrâneo foi desde então se desenvolvendo de forma ininterrupta, ficando a cargo principalmente de comerciantes venezianos e genoveses. Neste contexto pode-se citar que desde 1245 Marselha era já constava como um dos portos que recebia o açúcar do Oriente, principalmente de Alexandria, e o exportava para outros povos europeus. Já no século XIV os portos de Bruges e Antuérpia atuavam como pontos de distribuição do açúcar na porção norte-europeia.

Por muito tempo o açúcar permaneceu na Europa como um símbolo de riqueza, sendo consumido pela nobreza europeia e pela recém-constituída burguesia. Nesse contexto é que se inicia o movimento das Grandes Navegações, que tinha por objetivo alcançar o Oriente por via marítima, e que resultou na descoberta da América. Nos séculos XVI e XVII a Europa constituía-se potencialmente num grande mercado consumidor de açúcar, o que convergiu em grandes esforços para a criação de novas fontes de origem do produto, que melhor garantissem seu suprimento regular. Essa conjuntura estimulou decisivamente a colonização das novas terras recém-descobertas nas Américas.

De forma inédita, em 1747, um engenheiro químico alemão obtém a síntese do açúcar a partir da beterraba. Ainda de caráter experimental, esse novo tipo de produção de açúcar recebeu um grande impulso econômico e um apoio técnico durante o período das Guerras Napoleônicas e, sobretudo, com o Bloqueio Continental, decretado em 1806. Nesse momento de guerra entre França e Inglaterra, principais nações a manter colônias de produção de açúcar no Caribe, o comércio vindo do Novo Mundo é interrompido, ocasionando uma brusca elevação no seu preço. Essa situação de escassez do produto, considerado necessário para manter o exército napoleônico fortalecido em seus deslocamentos feitos a pé, fez com que o próprio Imperador tomasse a iniciativa de ampliar a produção do açúcar de beterraba, a partir de 1811.

Com a adoção de um modelo alternativo de produção de açúcar, os governos europeus, sobretudo os que não tinham dependências coloniais para o fornecimento de açúcar, foram se apercebendo da necessidade de fixar uma política de proteção ao produto gerado internamente. Surgem, então, as primeiras medidas protecionistas com a fixação de taxas e barreiras alfandegárias para os produtos vindos “de fora”, ou seja, basicamente do Caribe. Convém lembrar que nessa época começaram a surgir os primeiros movimentos de independência no Caribe, sendo que a principal produtora de açúcar na região – Santo Domingo – torna-se independente em relação à França em 1804. Simultaneamente, surgem na Europa movimentos em prol da libertação da escravidão, sendo esta a forma de mão de obra largamente utilizada nas colônias caribenhas. Esses dois movimentos têm como consequência o desmonte dos negócios açucareiros no caribe e o seu fortalecimento na Europa.

Em suma, ao longo do século XIX os países europeus passaram a valorizar cada vez mais a produção do açúcar a partir da sua extração da beterraba, como uma forma de manter o controle sobre seu preço e seu mercado. Desse modo, no final do século a beterraba havia substituído a cana enquanto principal fonte de produção de açúcar. A produção europeia ampliou tanto que desencadeou grandes alterações no mercado mundial do açúcar, provocando uma brusca queda em seu preço internacional durante as décadas de 1880 e 1890, ocorrida em função do aumento substantivo da oferta. Essa situação só foi alterada durante a Primeira Guerra Mundial, quando os campos de beterraba europeus foram destruídos e as colônias e ex-colônias europeias localizadas nas regiões produtoras de açúcar de cana tiveram um período de prosperidade. No entanto, esse período não teve uma longa duração, já que, em 1929, uma forte crise econômica novamente desorganiza o cenário açucareiro

mundial. Enfim, apenas após o período da chamada Guerra Fria, quando se estabelece uma nova ordem mundial, é que o açúcar derivado da cana tornou-se novamente hegemônico em relação ao produzido a partir da beterraba.

Complementando essa retrospectiva, podemos retomar a história regional do açúcar a partir da formação da Comunidade Econômica Europeia (CEE), em 1957. Dentro do movimento de cooperação estabelecido entre os seis países-membros, tem início um esforço para fixar uma Política Agrícola Comum para o bloco. Num primeiro momento foram fixados apenas objetivos mais amplos relacionados à agricultura, para, numa segunda etapa, ser estabelecida, em 1967, sua Organização Comum do Mercado Açucareiro. Foram tomadas, então, medidas de proteção ao produtor europeu por meio do estabelecimento de um Preço de Referência e um Preço Mínimo Garantido; da introdução de um sistema de cotas de produção e de uma tarifa comum sobre a importação de açúcar. Tais medidas perdurariam pelas quatro décadas seguintes e podem ser consideradas basilares do modelo de produção e comercialização de açúcar estabelecido no continente.

A entrada de novos países na Comunidade Econômica Europeia resultou na criação, em 1992, da União Europeia, então com a participação de 12 países-membros. A partir de 2003, inicia-se um movimento de revisão da política agrícola comum do bloco, capitaneado pelos consumidores de açúcar e pela indústria alimentícia. A esse movimento interno de questionamento da política agrícola praticada pela União Europeia agregaram-se outros fatores externos.

Outros países exportadores de açúcar, tais como o Brasil, a Austrália e a Tailândia, uniram-se numa ação conjunta movida por meio da Organização Mundial do Comércio contra a manutenção dos subsídios agrícolas praticados pela UE. Pressionada internamente em função de uma crise econômica, com o respectivo decréscimo do orçamento agrícola, e externamente para a adoção de uma política liberal em relação ao seu comércio exterior, a União Europeia dá início a uma série de reformas em seu mercado açucareiro a partir de 2006.

A partir desse ano foram promovidas alterações no sistema de preços e de quotas, então as principais ferramentas utilizadas para sustentar artificialmente o alto preço do açúcar em seu mercado interno. O preço até então pago ao produtor interno era bem mais alto do que

o praticado no mercado mundial. Com a reforma, esse preço foi reduzido, de forma escalonada, chegando a totalizar uma diminuição total da ordem de 36%. Como consequência, muitos produtores europeus não tinham mais como competir nesse mercado, e a política compensatória adotada foi a de indenizá-los, estimulando que permanecessem no mercado apenas os produtores mais competitivos. Em conclusão, a política estabelecida resultou na permanência na atividade apenas os grupos mais produtivos, detentores dos menores custos de produção.

No que diz respeito ao sistema de cotas, a cada país-membro é garantida uma determinada quota, definida anualmente, como forma de poder determinar o volume produzido e, com isso, seu preço de venda. Internamente, os países promovem a redistribuição dessas cotas entre as empresas interessadas, que, por sua vez, negociam diretamente com os agricultores os contratos de fornecimento da beterraba usada como matéria-prima. Com a reforma açucareira iniciada em 2006, também as cotas disponíveis foram reduzidas em cerca de 36% entre 2006 e 2009. O próximo passo da UE será extinguir o sistema interno de cotas de produção, o que está previsto para ocorrer em 2017.

Assim, com a adoção dessas medidas de restrição, mesmo com a expansão territorial do bloco e a incorporação de 12 novos países-membros entre 2004 e 2007, a produção geral de açúcar do bloco não se ampliou ao longo da década de 2000. Outra medida de contenção da produção açucareira na UE foi a produção de etanol, passando o excesso de beterraba, sobretudo o verificado na França e na Alemanha, destinado a essa finalidade. Países menos aptos à produção de açúcar de beterraba, como a Itália, Irlanda ou Grécia, entre outros, abdicaram de produzir açúcar durante a década, adotando a política de renúncia espontânea das cotas.

Convém ainda salientar que os países alinhados à antiga URSS recebiam pesados incentivos estatais para a produção de açúcar da beterraba. Posteriormente, com sua entrada na União Europeia, alguns deles reafirmaram seu interesse na participação no mercado açucareiro, embora tivessem uma elevada capacidade ociosa e fossem considerados obsoletos em termos técnicos. Como consequência, ocorreu um volumoso afluxo de capital da Europa Ocidental, principalmente oriundo da Alemanha e, secundariamente, da França. Empresas desses dois países adquiriram a quase totalidade das usinas estabelecidas no Leste europeu com o intuito de modernizar esse parque industrial parcialmente deteriorado. Nesse contexto

de privatização destacamos o caso da Polônia, que após esse processo de reestruturação produtiva, aparece atualmente como o terceiro maior produtor de açúcar entre os países do bloco.

No contexto atual da União Europeia podemos também ressaltar que o acirramento da concorrência econômica do mercado açucareiro, internamente, acabou por resultar na criação de poderosos grupos empresariais. Assim, após a Reforma Açucareira apenas cinco grandes grupos multinacionais dominam o mercado europeu: Sudzucker, Nordzucker, Tereos, Pfeifer & Langen e British Sugar. São eles responsáveis por 68% das cotas de produção. É importante frisar que essas grandes companhias também ultrapassaram os limites da União Europeia. Assim, a Sudzucker, de origem alemã, tem participação sobre a produção açucareira nos Bálcãs, em Maurício e na Moldávia. Por sua vez, a também alemã Nordzucker tem atuação preferencial em torno do Mar Báltico, onde adquiriu a Danisco Sugar da Dinamarca, mas também se faz presente na Ucrânia. Por sua vez, a Tereos, cooperativa agrícola de origem francesa, redirecionou parte considerável de sua produção de açúcar para fora dos limites da União Europeia, adquirindo sete usinas canavieiras no Brasil, duas na Ilha da Reunião, uma em Moçambique e uma na Tanzânia. Em 2003, comprou no Brasil o grupo paulista Guarani e, posteriormente, concentrou seus negócios de compra de mais usinas nas regiões de Ribeirão Preto e São José do Rio Preto. Portanto, passou a operar também na produção do açúcar derivado da cana – seu principal foco atual – assim como no segmento do etanol, em que possui uma parceria com a PBio, subsidiária da Petrobras.

Em conclusão, a formação da Comunidade Econômica Europeia e, posteriormente, da União Europeia provocou grandes transformações no mercado mundial do açúcar, sobretudo após a integração do Reino Unido ao bloco, em 1973. Como esse país se caracterizava historicamente pela importação de açúcar bruto de cana proveniente de suas ex-colônias para ser refinado internamente, e nem tanto na produção a partir da beterraba, sua política externa era pautada de forma diametralmente oposta à dos demais países do bloco europeu. Desde 1951 o Reino Unido mantinha um acordo de importação preferencial de açúcar com um grande número de países – anteriormente subordinados ao Império Britânico – pelo qual estabelecera um preço fixo por tonelada, mais elevado do que o praticado no mercado livre mundial. Com a entrada do Reino Unido na Comunidade Econômica Europeia, esse acordo expirou, dando origem a um período de intensas discussões sobre qual seria a política açucareira do bloco após o ingresso desse novo membro. Havia os defensores do

açúcar subsidiado de beterraba, capitaneados pelos franceses, e os defensores da manutenção da importação do açúcar da cana, representados pelos refinadores britânicos. Chegou-se a um acordo em 1975, quando foi assinado o Protocolo do Açúcar, que estabeleceu um novo modelo de comercialização internacional para o bloco. Por ele, ficou estabelecido que 19 países distribuídos entre a África (11 países), o Caribe (sete países) e o Pacífico (um país), de forma cotizada, poderiam exportar açúcar para a Comunidade Econômica Europeia, isentos de tarifas alfandegárias (*duty free*). Para os demais países do mundo ficou mantida uma elevada carga tarifária sobre a importação (*full duty*). O preço pago pelo açúcar desses 19 países ficou atrelado ao elevado Preço de Referência europeu, bem mais elevado que o praticado no mercado internacional. A Austrália foi o país mais prejudicado por esse Protocolo, uma vez que perdeu a sua qualidade de exportadora preferencial a Comunidade Econômica Europeia.

Ao estabelecer um grande volume de açúcar a ser importado pela Comunidade Econômica Europeia (1,3 milhão de toneladas), esse acordo tendeu a produzir um excedente açucareiro dentro do bloco, que assim passou à condição de exportador da mercadoria. Fazia parte desse volume excedente tanto o açúcar bruto de cana refinado no Reino Unido, quanto o açúcar produzido da beterraba dotado de elevados subsídios. Ambos passaram, então, a ser destinados à exportação, caracterizando-se como um caso de *dumping*, já que com essa prática os preços internacionais do açúcar caíram, prejudicando os outros exportadores, como Brasil, Austrália e Tailândia. Assim, durante as décadas de 1980 e 1990 a CEE (posteriormente UE) comportou-se como uma região que simultaneamente importava e exportava grandes volumes de açúcar, sendo que as exportações sempre superavam as importações.

Pelos motivos internos e externos já apresentados, a UE decidiu, na última década, alterar radicalmente seu mecanismo de defesa da produção própria de açúcar, abrindo-se mais ao produto importado. Entre 2000 e 2001 a União Europeia firmou um amplo Acordo de Parceria Econômica com os países-membros do Grupo África, Caribe e Pacífico (APE/ACP), assim como a iniciativa Tudo Menos Armas, com os membros do grupo de Países Menos Desenvolvidos (TMA/PMD). Por esses acordos comerciais a Europa aproxima seus vínculos econômicos e políticos com diversos países que, em algum momento do passado, foram suas colônias, conferindo ao açúcar a condição de mercadoria privilegiada, uma vez que sua exportação para a UE se tornou *duty-free* e *quota-free* desde 2009. Para finalizar, pode-se afirmar que a UE encontrou um caminho alternativo para a liberalização de seu mercado açucareiro, pelo qual não se expôs diretamente à livre concorrência internacional, nem deu

prosseguimento ao seu anacrônico modelo de sustentação dos agricultores de beterraba menos competitivos do bloco. Entre os maiores beneficiados dessa série de acordos internacionais estabelecidos pela UE envolvendo a comercialização do açúcar estão alguns dos países da América Central, alguns do Sudeste Asiático e outros do Sudeste Africano.

7

GRAN-CARIBE – O AÇÚCAR ENQUANTO DOMINAÇÃO

7.1 Geografia histórica: o Caribe enquanto empresa colonial

Como relatado nos capítulos anteriores, os árabes trouxeram o cultivo canavieiro até as margens do Mar Mediterrâneo, onde essa lavoura floresceu ao longo de dois a três séculos – o período varia conforme a localização geográfica das diversas zonas. A partir de 1450, aproximadamente, o açúcar produzido no Mediterrâneo, para ser consumido tanto por árabes quanto por europeus, entretanto, passou a enfrentar a concorrência do açúcar procedente de novos territórios europeus estabelecidos nas bordas do oceano Atlântico – o açúcar produzido “para lá de Marrakesh”.²¹⁹

7.1.1 *O ciclo do açúcar nas ilhas do Atlântico Leste: ou a fase pré-caribenha*

A Ilha da Madeira começou a ser colonizada pelos portugueses em 1425, que, inicialmente, promoveram ali a extração da madeira e o cultivo do trigo. Com essas atividades principais, os colonizadores estabeleceram na ilha também o cultivo da cana-de-açúcar, que em 1433 já era responsável por prover açúcar para Portugal, Inglaterra e Flandres. De acordo com Galloway (2005), na segunda metade do século XV a produção de açúcar – feita em pequenas propriedades, trabalhadas diretamente pelos camponeses, e altamente dependente do terraceamento do solo e da irrigação da lavoura – havia superado, em termos econômicos, a produção de grãos. O autor conta, ainda, que na medida em que o consumo interno de açúcar na Madeira era ínfimo, a extroversão de sua produção era quase completa, sendo, em 1498, os

²¹⁹ Conforme visto, Marrakesh foi o ponto mais ocidental em que os muçulmanos haviam estabelecido suas plantações de cana-de-açúcar. Nesse momento os católicos genoveses e ibéricos (lusos e espanhóis) literalmente introduziram a cultura açucareira “para lá de Marrakesh”.

principais destinos de exportação: Flandres (33%), Veneza (12,5%), Constantinopla (12,5%), Gênova (11%), Portugal (6%) e Inglaterra (6%). Como se pode observar, o alcance de seu mercado consumidor era vasto, abrangendo alguns dos principais portos mediterrânicos, além de dois dos mais importantes portos do Mar do Norte.

O papel desempenhado pelos genoveses na Ilha da Madeira foi essencial para o desenvolvimento da produção açucareira. Além de importadores e comerciantes, eles se destacavam também como principais financiadores e transportadores da produção, atuando de forma mais incisiva que seus principais concorrentes: os flamencos e os ingleses. Entre os genoveses estava Cristóvão Colombo, que por muitos anos residiu em Funchal (capital da Madeira) e que era casado com a filha de um importante produtor de açúcar local. Lembremos ainda de que, antes de descobrir o continente americano e nele introduzir de forma pioneira a cultura da cana, o famoso navegador já havia se firmado como importante comerciante regional de açúcar, perfazendo repetidamente o trajeto marítimo entre a ilha e o continente europeu (GALLOWAY, 2005). A atividade canavieira madeirense manteve-se dinâmica entre aproximadamente 1430 e 1580, quando a concorrência com o açúcar do Brasil tornou-a menos atraente aos investidores coloniais.

No arquipélago das Ilhas Canárias (Grande Canária, Gomera, Palma e Tenerife) foram os espanhóis que estabeleceram uma florescente atividade açucareira, nos mesmos moldes da que fora estabelecida pelos portugueses na vizinha Ilha da Madeira: pequenas propriedades rurais trabalhadas diretamente pelos camponeses, dependentes do terraceamento do solo e da irrigação da lavoura. Vítima da escassez de recursos naturais, marcadamente da falta de lenha para as fornalhas, a atividade açucareira teve nas Canárias vida curta, perdurando entre 1484 (ano do estabelecimento de seu primeiro engenho) até mais ou menos 1550 (GALLOWAY, 2005).

Um pouco mais afastada da Península Ibérica, na ilha de São Tomé, no Golfo da Guiné, a colonização e a produção de açúcar foram iniciadas pelos portugueses, que já em 1495 enviavam seu açúcar para ser comercializado na Antuérpia. O caso dessa ilha foi bastante peculiar frente à experiência colonizatória realizada nas demais ilhas do Atlântico Leste mencionadas.

A ilha de São Tomé representa um exemplo de colônia açucareira totalmente diferente das de Madeira e Canárias, tendo mais em comum com as primeiras colônias americanas que estavam se desenvolvendo mais ou menos concomitantemente, nos anos de 1500 [...] representando um estágio de transição na evolução da indústria desde a agricultura intensiva de pequena escala do Mediterrâneo e ilhas do Atlântico até as grandes plantações da indústria americana em seu apogeu colonial (GALLOWAY, 2005, pp. 58 e 69).²²⁰

A lavoura canavieira estabelecida em São Tomé assemelhava-se à que seria mais tarde implantada nas Américas devido ao fato de seu território contar com um clima quente e úmido (similar ao que seria encontrado no “Novo Mundo”), e por ter sua produção baseada no estabelecimento das grandes *plantations* calcadas na força de trabalho do escravo negro africano. Até 1580 a sua produção foi ascendente, quando uma série de revoltas por parte dos cativos, associadas às invasões feitas pelos holandeses e à concorrência com a nascente indústria açucareira brasileira, começou a soçobrar o cultivo canavieiro na ilha.

Em conjunto, essas experiências colonizatórias desenvolvidas nas mencionadas ilhas do Atlântico Leste – ou seja, Madeira, Canárias e São Tomé – são vistas atualmente “[...] como campos/etapas de treinamento, onde Espanhóis e Portugueses aprenderam lições em administração colonial que mais tarde aplicaram nas Américas” (GALLOWAY, 2005, pp. 48-49).²²¹ Nesses pequenos territórios, representados por poucas e relativamente inópias ilhas, portugueses e espanhóis aprenderam a plantar cana em ambientes distintos daqueles que estavam habituados a cultivar na Europa, a produzir açúcar em escala bem maior do que aquela realizada nas bordas do Mediterrâneo e apromirar seu controle sobre o trabalho compulsório escravista. O estabelecimento da atividade açucareira nesses três conjuntos de ilhas contribuiu, dessa forma, para que espanhóis e portugueses impulsionassem o que mais tarde se concretizaria como a colonização do continente americano.

²²⁰ Originalmente: “The island of São Tomé presents an example of a sugar colony altogether different from Madeira and Canaries, having in fact more in common with the first American colonies [...] it represents a transitional stage in the evolution of the industry from the intensive small-scale farming of Mediterranean and the Atlantic islands to the large plantations of the American industry in its colonial heyday”, tradução nossa.

²²¹ Originalmente: “[...] as training grounds where the Spanish and the Portuguese learnt lessons in colonial administration they latter applied in the Americas”, tradução nossa.

7.1.2 *A chegada da canavieira às Américas Espanhola e Portuguesa*

A introdução da cana-de-açúcar no continente americano deu-se por meio do Mar do Caribe, mais precisamente pela ilha de La Hispaniola, então de domínio espanhol.²²² O genovês Cristóvão Colombo, em sua segunda viagem à nova área recém-descoberta, ainda no ano de 1493, ali estabeleceu a primeira colônia das Américas, e trouxe consigo a gramínea de origem oriental para o “Novo Mundo”. A partir da cidade de Santo Domingo a cana disseminou-se pela América Espanhola. A construção dos primeiros engenhos da ilha de Hispaniola deu-se com o amparo técnico de produtores provenientes das ilhas Canárias e com capital de mercadores sediados em Gênova. Na fase inicial da ocupação da ilha, os genoveses operavam “[...] três dos mais produtivos engenhos” caribenhos (GALLOWAY, 2005, p. 65).²²³ Segundo este autor, Hispaniola, assim como São Tomé, teve uma indústria açucareira de curta duração, mas bastante representativa de um estágio transicional na história da difusão da canavieira ao redor do mundo (GALLOWAY, 2005, p. 69). Theodor de Bry, em 1595, ilustrou aspectos dos primeiros momentos da implantação da atividade canavieira no novo continente:

²²² Atualmente a ilha é conhecida como Santo Domingo, estando politicamente dividida entre as nações do Haiti e da República Dominicana.

²²³ Originalmente: “[...] three of the most productive mills”, tradução nossa.

Figura 2: Engenho de cana na ilha de La Hispaniola, século XVI – de Bry (1595).

Fonte: John Carter Brown Library Collections.²²⁴

Em relação à colonização da América Portuguesa, ela foi iniciada em 1500 e acentuada somente após 1530, quando os portugueses decidiram ocupar o território que lhes fora conferido pelo Tratado de Tordesilhas (1494). Foi nesse contexto que no ano de 1534 a cana-de-açúcar foi introduzida na colônia, por iniciativa de Martim Afonso de Sousa. Este a plantou inicialmente na Capitania de São Vicente, a partir de onde seu cultivo propagou-se para as demais Capitanias,²²⁵ firmando-se Pernambuco e Bahia como as duas mais importantes áreas produtoras de açúcar do Brasil colonial.

De modo geral, podemos dizer que, com a travessia do Atlântico, o empreendimento açucareiro europeu (praticado à época sobretudo por portugueses, espanhóis

²²⁴ Imagem disponível no site da John Carter Brown Library Collections: <<http://jcb.lunaimaging.com/luna/servlet/detail/JCB~1~1~3150~5030004:-Slaves-process-sugar->>. Acesso em: 26 maio 2014.

²²⁵ Diversos autores que analisam essa questão (desde Gabriel Soares de Sousa até Gileno Dé Carli, por exemplo) aceitam que a introdução do cultivo no Brasil deu-se por São Vicente, havendo eventuais debates relacionados ao ano em que isso se deu.

e genoveses) ganhou ímpeto e tomou novas e maiores proporções. O aumento na escala de produção visava, principalmente, justificar o aumento dos custos e dos riscos verificados na produção e no transporte do açúcar. Para ilustrar e quantificar esse aumento de proporção, basta compararmos alguns dados. Enquanto o maior engenho da Ilha da Madeira fabricava 22 toneladas de açúcar por ano, na ilha de Hispaniola os novos engenhos estabelecidos produziam, em média, 46 toneladas/ano, e o maior deles chegava a 115 toneladas/ano (GALLOWAY, 2005).²²⁶ Diante da possibilidade de assenhoreamento gratuito de vastas extensões de terras, latifúndios férteis em solos e bem dotados em chuvas e córregos, configurou-se uma intensa transferência da atividade açucareira das ilhas do “Atlântico Leste” para o “Novo Mundo”, sobretudo para o “Nordeste Açucareiro” do Brasil. Para sanar a inexistência de mão de obra disposta a trabalhar, os colonizadores lusos e espanhóis passaram a escravizar os indígenas locais. A produção açucareira na porção Oeste do Atlântico (as Américas), num território mais amplo, com condições edafoclimáticas mais favoráveis, calcada no uso da força de trabalho compulsória, acabou por desestabilizar os antigos centros produtores localizados a Leste e no Mediterrâneo. De acordo com a expressão cunhada por Galloway (2005, p. 69), ao chegar ao continente americano, “[...] a indústria açucareira não era mais um negócio democrático”,²²⁷ como o fora na Madeira ou nas Canárias, e a concorrência com esses novos centros produtivos inferiu grave golpe nos produtores do Atlântico Leste. Foi o tempo em que Pernambuco impôs-se como “[...] a maior região produtora de açúcar no mundo Atlântico” (GALLOWAY, 2005, p. 79).²²⁸

Com o estabelecimento da União Ibérica (1580-1640),²²⁹ sob a dinastia Filipina (Casa de Habsburgo), o açúcar brasileiro obteve amplo acesso aos principais mercados europeus consumidores da época: “A importância econômica do Brasil cresceu durante os primeiros 40 anos da dominação espanhola, com incremento da produção açucareira” (FERLINI, 2010, p. 75). Com o início da guerra entre Espanha e Holanda, o “Nordeste Açucareiro” do Brasil passou ao domínio holandês (1630-1657), o que incrementou ainda mais sua produção canavieira. Foi nesse contexto que, durante o final do século XVI e a primeira metade do XVII a Bahia e, principalmente, Pernambuco, conformaram-se como as

²²⁶ Segundo Galloway (2005), como entre os espanhóis predominava o interesse de localizar e pilhar o ouro e a prata existentes em suas possessões, a indústria açucareira progrediu relativamente pouco quando comparada aos avanços verificados no Brasil.

²²⁷ Originalmente: “[...] the sugar industry was no longer a democratic business”, tradução nossa.

²²⁸ Originalmente: “[...] the major sugar-producing region in the Atlantic world”, tradução nossa.

²²⁹ Talvez fosse mais correto falar “com a anexação de Portugal pela Espanha...”.

duas principais colônias açucareiras do mundo. A expulsão dos holandeses da costa nordestina do Brasil resultou também na transferência de seus capitais,²³⁰ de suas técnicas e de suas tecnologias para as “Pequenas Antilhas”, região para onde estes se dirigiram.²³¹ Mais do que isso, resultou no deslocamento do principal centro açucareiro do continente americano, movendo-se da costa brasileira para o Caribe. Representou também o término do período de predomínio de portugueses, espanhóis e genoveses na produção e na circulação intercontinental de açúcar, posição que passou a ser ocupada então por holandeses, ingleses e franceses, que de modo relativamente tardio também adentraram neste ramo da economia agrícola.

7.1.3 As Pequenas Antilhas e a origem do Gran-Caribe

Como mencionado, ingleses e franceses adentraram tardiamente na atividade canavieira agroexportadora de açúcar. Os ingleses deram início à atividade na pequena ilha de Barbados (em 1636), enquanto os franceses começaram nas igualmente exíguas ilhas de Martinica (em 1640) e Guadalupe (em 1642). No caso das Possessões Britânicas das Índias Ocidentais (*British West Indies Possessions*), Barbados é “[...] considerada a mãe das outras ilhas produtoras de açúcar nas Antilhas. Dela partiram os colonos e os capitais que alimentaram, com a manufatura açucareira, outros centros de colonização inglesa no mar dos Caraíbas” (CANABRAVA, 1981, p. 39). No caso das Antilhas Francesas (*Antilles Françaises*), tal condição de *núcleo original* é atribuída às citadas ilhas de Martinica e Guadalupe. Em ambos os casos, no inglês e no francês, a influência de holandeses e judeus, muitos dos quais provenientes do Brasil, foi decisiva para a implantação da canavieira. Conforme levantado por Alice Canabrava (1981, p. 44),

Em 1654 cerca de trezentos refugiados do Brasil, entre os quais se contavam holandeses e 8 ou 9 judeus com seus escravos índios, obtiveram permissão para se instalarem na Martinica. Foi-lhes cedida a região vizinha de Port Royal, que desde então ficou-se chamando “Petit Brésil”.

²³⁰ Muitos dos quais judaicos, que acompanhavam os holandeses devido ao fato de o protestantismo daquele país ser-lhes mais tolerante que a Inquisição Portuguesa. Lembremo-nos ainda de que foi em Pernambuco que se construiu a primeira Sinagoga das Américas.

²³¹ As Pequenas Antilhas, juntamente com as Grandes Antilhas e o Arquipélago de Lucayan (Bahamas, e ilhas Turks e Caicos), compõem o conjunto das chamadas “Índias Ocidentais”.

A partir dessas três colônias açucareiras pioneiras (Barbados, Martinica e Guadalupe) espalhou-se a atividade açucareira pelas “Pequenas Antilhas” do “Caribe de Leste”, sempre em busca de novas terras, navegando rumo à novos territórios localizados à oeste. Para as ilhas de Barlavento (*Windward*) expandiu-se a atividade açucareira, através de mãos inglesas, francesas e holandesas, para as ilhas de Dominica, Barbuda e Antiga, São Cristóvão e Névis, Anguilla, Redonda, Montserrat, Santo Eustáquio, Santa Cruz, entre outras. Nas ilhas de Sotavento (*Leeward*), por sua vez, sobressaiu-se a manufatura açucareira estabelecida nas ilhas de Santa Lúcia, São Vicente, Granadinas, Granada, Aruba e Curaçao. Desse modo, como aponta Canabrava (1981, p. 76), no conjunto das Pequenas Antilhas “[...] deslocou-se, até o meado do século XVIII, ora numa ora noutra ilha, a zona pioneira formada pelas plantações de cana”.

Mapa 66: Pequenas Antilhas: colonização e produção canavieira (1601-1700).

A difusão e a expansão da atividade açucareira nas Pequenas Antilhas foram determinadas, em grande medida, pela reduzida área agricultável existente em cada uma das ilhas. Como bem chama a atenção Canabrava,²³²

[...] não se pode perder de vista, quando se estuda a história antilhana, a diminuta área territorial das ilhas e a carência de espaços cultiváveis. A escassez de terras, ou seja, de sertão a conquistar, é fator que pesa consideravelmente na vida econômica das ilhas (1981, p. 92).

Sequer os melhoramentos verificados no âmbito da produtividade agrícola e manufatureira (como as práticas de irrigação e de adubação, adoção do bagaço e da energia eólica como matrizes energéticas alternativas, o advento das chaminés para tornar o consumo de lenha mais eficiente, etc.) eram capazes de invalidar o fator escassez territorial enquanto elemento limitante da produção açucareira naqueles núcleos iniciais da canavieira daquela que viria a se firmar enquanto a macrorregião açucareira do “Gran-Caribe”. Ainda de acordo com Canabrava, as Pequenas Antilhas reuniram à época todas as condições necessárias para caracterizarem uma situação de “frente pioneira”: à medida que os solos ocupados há mais tempo iam se valorizando e encarecendo, ou mesmo se tornando menos férteis devido ao seu manuseio incorreto, novas terras “virgens” iam sendo ocupadas, desmatadas e cultivadas. A certa altura da evolução histórica, Barbados, Guadalupe e Martinica (entre outras)

[...] representavam já velhas zonas de colonização e o espaço “desde o pé dos outeiros até o mar” estava em grande parte cultivado [...] Nas ilhas menores [...] as plantações de cana começavam a invadir a montanha [...] [e] o esgotamento dos solos manifestou-se de modo alarmante (CANABRAVA, 1981, p. 76 e 93).²³³

Era necessário colonizar outras ilhas e plantar cana em novas áreas para conseguir alimentar a crescente demanda europeia por açúcar. Novo período de expansão marcou então a atividade canavieira macrorregional, crescendo-se novamente territórios localizados mais a Oeste. Assim, durante o século XVIII o principal eixo produtivo de açúcar do continente

²³² CANABRAVA, 1981, p. 92.

²³³ A Colônia de São Domingos ou Santo Domingo tornar-se-ia a República do Haiti, a segunda instaurada no continente (depois apenas dos EUA), a primeira de maioria negra.

americano deslocou-se, “navegando” a atividade em busca de terras melhores e mais baratas, encontrando como resposta à suas demandas as “Grandes Antilhas”.

O eixo da manufatura do açúcar nas Antilhas no século XVII situava-se a leste, nas pequenas ilhas de área muito restrita, que haviam sido os primeiros centros de difusão daquele produto – Barbados, Guadalupe, Martinica, São Cristóvão, Antígua, Nevis, Montserrat. A grande revolução da primeira metade do século XVIII no setor agrário foi o desenvolvimento de importantes áreas de cultura da cana a oeste, nas Grandes Antilhas (Jamaica e São Domingos), ao mesmo tempo em que se acentuava a decadência dos mais antigos centros de produção do açúcar no mar dos Caraíbas (CANABRAVA, 1981, p. 92-93).

Em termos geográficos, significa dizer que essa dinâmica de deslocamento da produção açucareira fez com que o principal eixo produtor macrorregional migrasse das Pequenas Antilhas para as Grandes Antilhas. Do ponto de vista geopolítico, constituiu-se então a mudança definitiva da hegemonia produtiva açucareira do controle português, espanhol e genovês para o holandês, inglês e, cada vez mais, francês. Do ponto de vista do consumo, essa ampliação da oferta por meio da colonização do Caribe fez com que o açúcar deixasse de ser uma especiaria acessível somente à nobreza europeia para tornar-se uma mercadoria comumente apreciada também pela burguesia.

7.1.4 As Grandes Antilhas e a ampliação da produção gran-caribenha

A demanda europeia por açúcar seguiu numa crescente durante o século XVIII, período em que a “[...] cana-de-açúcar foi o cultivo comercial mais importante da América tropical” (GALLOWAY, 2005, p. 84).²³⁴ No Caribe, com o esgotamento precoce das terras mais fracas das ilhas menores e há mais tempo sendo exploradas, assim como com o demasiado encarecimento de suas terras mais aptas à agricultura, teve início um novo período de expansão regional da atividade canavieira. Ingleses e franceses ampliaram seus territórios na região, com os primeiros se apossando da Jamaica (1655) e os segundos tomando a porção oeste da Ilha de Hispaniola (1697).²³⁵ Por se tratar de áreas localizadas em torno do Estreito

²³⁴ Originalmente: “[...] sugarcane was the most important cash crop in tropical America”, tradução nossa.

²³⁵ A Jamaica foi invadida e tomada dos espanhóis pelos ingleses em 1655, e a porção oeste da Ilha de Hispaniola passou ao domínio francês por meio do Tratado de Ryswick, de 1697.

da Jamaica, desempenhavam já um importante papel enquanto entreposto comercial e logístico. Até então estes territórios haviam sido colonizados apenas parcamente pelos espanhóis. A partir de então estas duas ilhas tiveram a cultura canavieira implementada sobretudo em função da migração de lavradores e capitais ingleses e franceses provenientes em sua maioria das Pequenas Antilhas.

Na Jamaica e em Santo Domingo o cultivo da cana passou a ocupar as áreas onde preexistia alguma agricultura de autoconsumo associada à venda do excedente. Essas terras eram até então dedicadas à pequena agricultura familiar de bens de exportação (cana, cacau, fumo, café e anis, principalmente) associada à produção de gêneros alimentícios primários, destinados ao autoconsumo e ao mercado local. Somente num segundo momento é que a canavieira, introduzida sob a forma monocultora, passou a ocupar nessas duas ilhas também as terras anteriormente dedicadas à pecuária e as de vegetação nativa. Segundo as obras de Canabrava (1981) e Galloway (2005), foram intensas as especulações realizadas em torno da transferência de engenhos entre as diversas ilhas caribenhas, assim como foram numerosas as aberturas de novos empreendimentos açucareiros e as vendas de engenhos mais velhos, localizados nas ilhas mais densamente ocupadas. Para Canabrava (1981, p. 245-246):

No meado do século XVIII, engenho tornara-se, em certas partes das Antilhas, simples meio de especulação. O quadro social dessas colônias nos anos que estudamos é agitado pela mobilidade característica dos homens de negócio; eles circulam pelas ilhas adquirindo engenhos de donos arruinados, construindo novos mais adiante, na zona pioneira, para vendê-los em seguida aos que lhes oferecem maior preço. Em consequência do absenteísmo, o engenho antilhano tornou-se antes de tudo um negócio, empresa comercial, e não a unidade de colonização propriamente dita.

Pode-se dizer, grosso modo, que no Gran-Caribe a lavoura canavieira macrorregional “migrou” para oeste no transcorrer do século XVIII. Conforme visto, das Pequenas Antilhas o principal eixo açucareiro deslocou-se posteriormente em direção às Grandes Antilhas. Essas últimas ilhas eram relativamente mais bem dotadas no que se refere aos recursos naturais e significativamente mais abundantes no que tange à disponibilidade de solos férteis, recursos hídricos e lenha para as fornalhas. Além de reunirem melhores condições edáfico-climáticas, eram áreas de maior amplitude e menor densidade demográfica.

Suas terras custavam proporcionalmente menos que as das ilhas nas quais as *cash crops* ²³⁶ canavieiras eram praticadas de forma sistemática há mais tempo. E, além de representarem possessões mais amplas, Jamaica e Santo Domingo eram providas de inegável importância logística para a manutenção da geopolítica colonial: acercando-se do movimentado Estreito da Jamaica, funcionavam como pontos de apoio às diversas embarcações que navegavam por esse “Mediterrâneo Americano”. ²³⁷

Mapa 67: Antilhas: Colonização e produção canavieira (1701-1800).

Desse modo, ingleses e franceses, sem abdicar de suas colônias já produtivas na porção Leste do Mar do Caribe, canalizaram os novos investimentos na produção de açúcar feita nas ilhas mais extensas do Oeste. Ao longo do século XVIII, a Jamaica e, em escala

²³⁶ Culturas comerciais.

²³⁷ Pedimos aqui licença para empregarmos o termo cunhado por Alice Piffer Canabrava.

ainda mais impressionante, a colônia de Santo Domingo converteram-se nos novos *locus* preferenciais da expansão da atividade açucareira no Gran-Caribe. Segundo a obra clássica de Canabrava (1981, p. 96 e 98),

A Jamaica foi a mais importante zona pioneira para a colonização inglesa nas Antilhas, na primeira metade do século XVIII [...] [enquanto] a mais importante zona pioneira para os senhores de engenho das colônias francesas antilhanas foi a parte ocidental da ilha de São Domingos.

De acordo com o extenso estudo de Galloway (2005, p. 86), “[...] os franceses transformaram o terço ocidental da ilha de Hispaniola na florescente colônia de São Domingos, que em meados do século [XVIII] superou a produção da Jamaica”.²³⁸ Um relatório elaborado pelas autoridades estabelecidas em Barbados e encaminhado à majestade da Grã-Bretanha no ano de 1730 afirmava que, já naquela época, havia certo receio britânico frente às evoluções verificadas pelos colonos canavicultores franceses na região. Segundo seu texto,

Os mais admiráveis progressos estão sendo efetuados pelos franceses em São Domingos [...] Esse grande e proveitoso trecho de terra, já bem colonizado por grande número de habitantes [...] é de maior valor que todas as nossas possessões naquelas partes [...] [estes] têm muitas vantagens sobre os súditos de S. M., sendo a maior a que resulta da virgindade de suas terras. A melhor solução seria seguir seu exemplo e plantar a cana em solos novos; para realizar tal trabalho, em minha humilde opinião, dever-se-ia empregar todos os meios possíveis para impelir o povo da Jamaica a plantar ou entregar as grandes extensões de terra que existem na ilha, próprias para a cultura da cana-de-açúcar e de anil, as quais se encontram presentemente incultas (CANABRAVA, 1981, p. 95 e 100).

De fato, ao longo do século XVIII coube aos franceses a hegemonia da produção açucareira nas Américas, em grande medida devido ao cultivo cartesianamente introduzido na nova colônia de Santo Domingo. Diante da diminuição das terras agrícolas disponíveis nas suas colônias da Martinica, Guadalupe, Grande Terre, Maria-Galante, Desirada, São Vicente, Santa Lúcia, Dominica e Granada, e tendo sido expulsos pelos ingleses de Santo Eustáquio e de São Cristóvão, os franceses decidiram redirecionar sua força de trabalho, suas técnicas e

²³⁸ Originalmente: “[...] the French turned the western third of the island of Hispaniola into the flourishing colony of St. Domingue which by mid-century surpassed the output of Jamaica”, tradução nossa.

seus capitais para Santo Domingo. Ali aperfeiçoaram seu método produtivo e especializaram-se no fabrico de açúcar bruto, para ser posteriormente refinado nos portos importadores localizados na França – em contrapartida a produção do açúcar branco, predominantemente na Martinica e em Guadalupe.²³⁹ Santo Domingo passou então a ser tida metaforicamente como a *Pérola do Caribe*, respondendo em seu período de apogeu (pré-1791) por 30% da produção mundial de açúcar, abastecendo aproximadamente 50% do mercado livre mundial, tendo ainda importante parcela de participação sobre o total do café comercializado internacionalmente (FRAGINALS, 1989, p. 40).²⁴⁰ A posição ocupada pela colônia francesa de Santo Domingo destacou-se por sua ampla preponderância frente às outras ilhas caribenhas produtoras de açúcar. Quanto às Pequenas Antilhas (sobretudo Guadalupe, Martinica, São Vicente, Santa Lúcia e Granada), estas haviam sido muito castigadas pelos efeitos deletérios da Guerra dos Sete Anos.²⁴¹

²³⁹ Desde 1664 a metrópole francesa havia criado um sistema tributário importador que priorizava a importação do açúcar bruto de suas colônias, de modo a favorecer sua incipiente indústria refinadora. Quanto à produção de açúcar branco “purgado”, ver, entre outros, CANABRAVA, 1981, p. 157.

²⁴⁰ Para se ter uma estimativa, Friginals (1989, p. 37-38) sustenta que o Haiti era responsável, em 1791, pela produção de 79.000 toneladas de açúcar, enquanto o Brasil alcançava apenas 21.000.

²⁴¹ Considerado o primeiro conflito a ter caráter mundial, envolveu uma série de disputas territoriais entre os anos de 1756 e 1763. Opôs, de um lado, Inglaterra, Portugal, Prússia e Hanôver e, de outro, França, Espanha, Áustria, Rússia, Suécia e Saxônia. Dentre os fatores em disputa pode-se citar a busca pelo controle comercial e marítimo das colônias das Índias, da América do Norte e do Caribe. Como resultados, passaram ao domínio inglês o Canadá, parte da Louisiana, a Flórida e algumas ilhas antilhanas (São Vicente, Tobago, Granada e Granadinas). Na América do Sul estabeleceram-se novos limites para a fronteira platina entre Espanha e Portugal, passando a Colônia do Sacramento para domínio espanhol.

Figura 3: Santo Domingo: Padrão de propriedade canavieira (1799).

Fonte: AVALLE (1799) in: CASSID (2005, p. 43).

A colonização inglesa na Jamaica havia se enfraquecido muito quando seu comércio (mantido ilegalmente) com as *13 Colônias* foi desativado em função do surgimento do primeiro país americano, os Estados Unidos da América (EUA), estabelecido na Costa Leste da América do Norte em 1776. A Jamaica era então grande fornecedora de rum, açúcar e tabaco às *13 Colônias*; e em troca comprava-lhes manufaturados, alimentos e escravos. O corte brusco dos produtos advindos das *13 Colônias* desencadeou na Jamaica uma crise imediata: tendo produzido 60 mil toneladas de açúcar em 1773, declinou para 26 mil já em 1777. Tamanha era a dependência jamaicana do comércio feito com a América do Norte, que já no quinquênio 1780-1784 morreram de fome na ilha mais de 15 mil escravos em função do não fornecimento de gêneros alimentícios por parte dos EUA.²⁴² Quanto às colônias espanholas, pode-se dizer que estas inseriram-se no comércio açucareiro mundial ainda mais tardiamente que França e Inglaterra, e não sem antes passar por uma intervenção militar inglesa em Havana ocorrida durante a Guerra dos Sete Anos. A tomada de Havana deu-se em 1762, quando seus portos foram declarados abertos ao comércio inglês (tanto com relação às suas colônias caribenhas e norte-americanas, quanto diretamente com a metrópole). Durante

²⁴² FRAGINALS, 1989, p. 42.

as negociações de paz, a devolução de Havana foi condicionada à anexação da Flórida por parte da Grã-Bretanha.

7.1.5 *O difícil século XIX: abolição, beterraba e canavieicultura*

Até o final do século XVIII “[...] o açúcar era, de longe, o produto de importação colonial mais importante para Inglaterra, França e Portugal”, observa Galloway (2005, p. 88).²⁴³ O autor acrescenta ainda que as colônias caribenhas haviam atingido grande fase de prosperidade, entretanto, “[...] o século XIX seria muito menos gentil com as colônias açucareiras americanas do que o foram os antecedentes” (p. 120).²⁴⁴ Na virada do século XVIII para o XIX o açúcar era uma mercadoria bastante consumida na Europa, e as transações intercontinentais com o produto estavam muito valorizadas. Nessa época (ou mais especificamente, no ano de 1791), Inglaterra e França somavam 79% das importações de açúcar feitas pela Europa, cabendo ainda à França o papel de principal reexportador de açúcar no dentro do mercado interno do continente europeu, repassando mais de 80% do volume que adquiria em suas colônias das Américas (FRAGINALS, 1989, p. 39). As principais fontes açucareiras para a Europa na segunda metade do século XVIII eram Santo Domingo e Jamaica, seguidas pelo Brasil.

²⁴³ Especificamente em relação ao caso do Brasil, Simonsen (2005, p. 487) estima o valor das exportações de açúcar durante todo o período colonial (1500-1822) em £300.000.000 (56% do total), e o da mineração em £170.000.000 (32%). Esses dois itens foram, com larga margem de vantagem sobre os demais, a base da economia colonial brasileira, respondendo por 88% do valor exportado.

²⁴⁴ Originalmente: “[...] for England, France and Portugal, sugar was by far the most important colonial import” e “the nineteenth century was far less kind to the American sugar colonies than the one they had known before”, tradução nossa.

Tabela 10: Caribe e Brasil: produção açucareira nas colônias, em toneladas (1760 e 1791).

CARIBE & BRASIL: produção açucareira na colônias, em toneladas (1760 e 1791)					
COLÔNIAS INGLESAS	1760	1791	COLÔNIAS FRANCESAS	1760	1791
Jamaica	40.000	61.000	Santo Domingo	56.500	78.500
Granada e Granadinas	4.000	9.000	Martinica	17.000	10.000
Barbados	7.500	7.000	Guadalupe	7.000	8.500
São Cristóvão	9.000	7.000	Santa Lúcia	0	1.500
São Vicente	0	6.000	TOTAL t	80.500	98.500
Tobago	0	4.000			
Antígua	5.500	3.500	COLÔNIA HOLANDESA	1760	1791
Nevis	2.000	2.500	Guiana	9.500	10.500
Dominica	0	2.500	TOTAL t	9.500	10.500
Trinidad	0	2.000			
Montserrat	2.500	1.500	COLÔNIA ESPANHOLA	1760	1791
TOTAL t	70.500	106.000	Cuba	5.500	16.700
			TOTAL t	5.500	16.700
COLÔNIAS DINAMARQUESAS	1760	1791	COLÔNIA PORTUGUESA	1760	1791
Santa Cruz	4.000	7.500	Brasil	34.000	21.000
Ilhas Virgens	500	2.000	TOTAL t	34.000	21.000
TOTAL t	4.500	9.500			

MAPS-2014

FONTE: FRAGINALS (1989, pp. 37-38)

Pode-se dizer que o quadro acima apresenta a situação produtiva vigente no momento imediatamente anterior à grande crise que se estabeleceria nas colônias açucareiras caribenhas. Crise que se deu em função do fim da escravidão e do nascimento da indústria beterrabeira europeia. Seu estopim deu-se na Ilha de Santo Domingo, em 1791, quando esta, inspirada pelos ideais iluministas de liberdade, igualdade e fraternidade, emancipou-se da França num conflito violento, tornando-se em 1804 a primeira república independente estabelecida no Caribe, a segunda das Américas e a primeira de população majoritariamente negra no mundo. A *Revolução Haitiana*, iniciada em 1791, excluiu a ex-colônia de Santo Domingo do comércio açucareiro mundial, retirando de circulação algo entre 30 e 40% do açúcar disponível no mercado (FRAGINALS, 1989, p. 40). O autor lembra que Londres, Nantes e Amsterdã foram, no transcorrer do século XVIII, os três principais portos açucareiros da Europa – somente os dois primeiros já respondiam, juntos, por quase 80% de todas as importações do produto por parte do *Velho Mundo*. Esses portos ditavam as cotações, e o abastecimento, tornado insuficiente pelos conflitos vigentes nas Índias Ocidentais, além de

pressionar a elevação dos preços, favoreceu as especulações e difundiu de modo inédito as suas vendas feitas enquanto “mercadorias futuras”. De acordo com Friginals (1989, p. 39-41),

Nesse tipo de venda não havia uma entrega imediata da mercadoria por parte do vendedor: este simplesmente se comprometia a colocá-la à disposição do comprador ao findar o prazo estipulado no contrato [...] Logo a posse de um contrato de entrega de açúcar futuro adquiriu tamanha importância que tais contratos começaram a ser negociados no mercado, convertendo-se em mercadorias *per se*.

Em outras palavras, a emancipação política do Haiti, ocorrida violentamente entre 1791 e 1804, alavancou os preços internacionais do açúcar, inflacionou o mercado e criou ganhos adicionais aos especuladores que atuavam nesse mercado. Além disso, estimulou a política napoleônica de estímulo ao açúcar produzido na Europa a partir da beterraba. De acordo com Friginals (1989, p. 46), em janeiro de 1799

[...] o açúcar tinha alcançado em Hamburgo a mais elevada cotação desse porto: 42 florins holandeses a libra-peso de açúcar refinado e 31 florins o açúcar cru brasileiro [... dez anos depois,] novas hostilidades e o Bloqueio Continental impediram a entrada do açúcar brasileiro e do Caribe em geral, sendo cotado apenas o açúcar de beterraba, que no triênio 1808-1810 atingiu níveis de 62, 60 e 74 florins holandeses a libra-peso.

Tamanho foi o acréscimo verificado nas cotações do produto que antigos fabricantes de açúcar de cana estabelecidos em Valência, na Andaluzia e na Sicília – que há muito tinham abandonado o cultivo canavieiro com foco comercial – retomaram a atividade, embora novamente sem muito sucesso. Tamanho foi a elevação nos preços que surgiram novas áreas produtoras de açúcar de cana no Golfo do México, como Cuba (de domínio espanhol), Louisiana (francês) e Guiana Inglesa (localidades de Georgetown e Demerara, então de controle inglês). Novas áreas canavieiras também se formaram com o intuito de exportar açúcar em São Paulo (na região de Itu) e no Oceano Índico (ilhas Maurício e da Reunião).

As Guerras Napoleônicas dariam início a uma sequência de mudanças que abalaram radicalmente a sorte das colônias açucareiras caribenhas, desestruturando quase que por completo o fornecimento de sua principal mercadoria para a Europa e para os Estados

Unidos. A primeira transformação significativa foi o surgimento do açúcar de beterraba, produzido internamente na Europa, que progressivamente foi tomando o espaço do açúcar de cana nas mesas dos dos cada vez mais numerosos consumidores europeus. Ainda na primeira metade do século XIX ampliou-se mais ainda a crise da economia açucareira caribenha com a abolição da escravidão por parte da Inglaterra (em 1833) e da França (em 1848), o que impingiu outro duro golpe à produção macrorregional. Some-se a esse contexto o surgimento de novas áreas canavieiras ao redor do globo, que acabaram competindo diretamente com as *Sugar Islands* antilhanas. Para se manterem ativas no negócio açucareiro, as ilhas antilhanas precisavam não apenas enfrentar a concorrência acirrada pelo surgimento de novas áreas produtoras, como contornar a lacuna estabelecida pela falta de trabalhadores. Careciam de investimentos em novas tecnologias produtivas que assegurassem ganho de produtividade, redução de custos e economia de mão de obra. Galloway bem resumiu a agonia dos produtores de açúcar caribenhos diante do novo quadro social, econômico e geopolítico estabelecido:

O problema que a indústria de cana-de-açúcar da América enfrentou durante o século XIX pode ser brevemente resumido: os plantadores tiveram que substituir a escravidão por novos sistemas de trabalho; assim como financiar inovações tecnológicas revolucionárias na moagem e fabricação em um momento de queda dos preços provocada pela concorrência com o açúcar de beterraba (2005, p. 143).

Uma onda de inovações produtivas com vistas a evitar que a macrorregião gran-caribenha se tornasse defasada a ponto de ser considerada improdutiva e, conseqüentemente, abandonada pelos europeus em favor do açúcar de beterraba e da canavieira praticada em outras áreas do planeta foi iniciada por volta da metade do século XIX. A iniciativa foi marcada pela adoção de moendas metálicas horizontais, mais eficientes na extração do caldo; pela introdução da variedade de cana *Otaheiti*, mais produtiva; e pelo incremento da adubação feita à base de guano, importado. No entanto, a grande inovação técnica – e conceitual – da canavieira gran-caribenha só se daria na década de 1840, quando “[...] a ideia de uma fábrica central para a indústria da cana foi discutida pela primeira vez na França em 1840-41, e os franceses começaram a colocá-la em prática em suas colônias das Índias Ocidentais em 1844-1845” (GALLOWAY, 2005, p. 139).²⁴⁵ Tendo ocorrido um forte terremoto em

²⁴⁵ Do original: “[...] the idea of a central factory for the cane industry was first mooted in France in 1840-41 and the French began to put it into practice in their West Indian colonies in 1844-45”, tradução nossa.

Guadalupe, em 1843, as autoridades francesas acharam um equívoco investir na reconstrução de um modelo produtivo que já se apresentava desgastado e imbuído de sérias dificuldades de manutenção. Preferiram então adaptar à canavicultura algumas das novas tecnologias originalmente desenvolvidas na Europa para atender à nascente agroindústria beterrabeira. Nesse contexto foi que os franceses inauguraram, pioneiramente, os primeiros *Engenhos Centrais* do mundo, justamente no Gran-Caribe – o de Guadalupe (em 1844) e o da Martinica (em 1845). Visavam recuperar, ao menos parcialmente, o outrora abundante fornecimento de açúcar, perdido quando deixaram de ter o controle sobre o Haiti (Santo Domingo).

A ideia do “Engenho Central” era fruto da Revolução Industrial em curso na Europa, e previa a substituição de diversos e pequenos engenhos tradicionais por uma única e grande fábrica moderna. Com base em um novo sistema de transportes, a ferrovia, os diversos canaviais de uma ampla zona poderiam então convergir sem perda de tempo para um único ponto em que a moagem da cana se concentrasse. Esse novo modelo de fabricação açucareira se pautava no uso de energia a vapor, moendas horizontais pesadas e de aço, cozedores a vácuo e centrífugas mecânicas. Engenheiros, agrônomos e químicos, entre outros profissionais de formação superior, adentravam aos poucos o cotidiano canavieiro gran-caribenho.²⁴⁶ Paralelamente, novos sistemas de trabalho eram testados e implementados na lavoura, variando desde a vinda de levas e mais levas de chineses e indianos (*coolies*) para trabalharem em moldes semelhantes aos dos negros libertos, até sistemas mais elaborados de parcerias agrícolas e de colonato. A introdução dos engenhos centrais não serviu somente para manter algumas das antigas áreas canavicultoras do Gran-Caribe mais ou menos estáveis no mapa da produção mundial de açúcar, como também impulsionou algumas de suas áreas à condição de novas e eminentes produtoras voltadas para o mercado mundial. Como o grande salto qualitativo representado pelo estabelecimento dos engenhos centrais requeria considerável soma de capital a ser investido, sua introdução não foi, de modo algum, feita aleatoriamente: o “[...] capital para financiar a nova tecnologia fluiu para onde ele poderia esperar bons retornos” (GALLOWAY, 2005, p. 143).²⁴⁷ No que tange à região macrocaribenha, os ingleses expandiram suas atividades em direção a suas novas aquisições regionais: Tobago e Guiana, principalmente. Os franceses mantiveram-se confinados em suas

²⁴⁶ Numa analogia com os conceitos propostos por Milton Santos, poderíamos dizer que a atividade açucareira de cana macrorregional transitava de seu período técnico para adentrar seu período técnico-científico.

²⁴⁷ Originalmente: “[...] capital for financing the new technology flowed to where it could expect a good return”, tradução nossa.

pequenas ilhas antilhanas, sobretudo Guadalupe e Martinica, onde modernizaram seu parque produtivo. Quanto à parcela continental da América Espanhola, especialmente em alguns territórios do México, Peru e Colômbia, intensificou-se a produção açucareira voltada ao autoconsumo local e ao comércio microrregional de pequena envergadura. Ao findar o século XIX, pode-se afirmar que “[...] o principal delineamento da geografia açucareira da América tropical [...] era ainda insular e costeira” (GALLOWAY, 2005, p. 118),²⁴⁸ sendo raros os casos de interiorização da atividade continente adentro.

O projeto de abertura do Canal do Panamá (obra iniciada em 1881 pelos franceses, retomada em 1904 pelos norte-americanos e finalmente concluída por estes em 1914) representa o marco inicial de surgimento desta que estamos entendendo ser a “Macrorregião Açucareira do Gran-Caribe”, de caráter mundial. Esse recurso teórico-analítico visa enriquecer um dos debates propostos por esta pesquisa, qual seja, o de analisar criticamente o processo histórico de surgimento, apogeu e declínio das principais zonas açucareiras do mundo.

A delimitação dessa macrorregião faz referência ao crescimento escalonado da produção açucareira no Caribe, que pode ser esquematicamente enquadrada na periodização histórica que se segue. Em sua fase inicial (pós-1654), a chegada de holandeses provenientes do Brasil alavancou a produção açucareira agroexportadora caribenha, que até então se realizava unicamente nas diminutas ilhas das Pequenas Antilhas, tendo como epicentros Barbados, Guadalupe e Martinica. Após 1697, ano no qual a França tomou posse da porção oeste da ilha de La Hispaniola, o eixo principal da atividade açucareira caribenha começou a se transferir para as ilhas maiores, localizadas nas Grandes Antilhas, ocasião em que se destacaria a produção da colônia de Santo Domingo. Numa terceira etapa, após 1804, ano da independência do Haiti, a canavicultura caribenha intensificou-se novamente, agora sob a hegemonia da influência financeira e geopolítica norte-americana, com Cuba passando a ocupar o papel de maior destaque. Em conclusão, nos parece plausível afirmar ter-se consolidado no século XX mais uma Macrorregião Açucareira Mundial, abrangendo tanto as ilhas do Caribe como uma significativa parcela da América Central e mesmo algumas partes das Américas do Norte (México) e do Sul (Colômbia, Peru e Guiana, principalmente) – como veremos mais adiante, sobretudo no subitem 7.2.

²⁴⁸ Originalmente: “[...] the main lineaments of the geography of the sugar region of tropical America [...] was insular and coastal”, tradução nossa.

No caso do Gran-Caribe, pode-se afirmar que, grosso modo, houve uma espécie de “marcha para oeste”, ou melhor, de “navegação para oeste”, que orientou o sentido da expansão da atividade canavieira desde as Pequenas Antilhas de Barlavento até as zonas continentais e litorâneas no entorno do Golfo do México, atingindo mesmo parte do Oceano Pacífico. Considerar parcela do Pacífico como segmento de uma macrorregião “caribenha” pode parecer uma proposta contraditória, principalmente se analisada a partir de uma visão que considera o espaço como um elemento exclusivamente natural, estrutural e determinante. No entanto, ao salientarmos ao longo da tese a importância do meio enquanto construção antrópica, social e histórica, esta hipótese nos parece fazer pleno sentido. É, no mínimo, uma proposta a ser debatida.

Mapa 68: Gran-Caribe: Imperialismo e produção canavieira (1801-1950).

7.1.6 As relações de Cuba com os Estados Unidos e a URSS

O século XIX foi de dificuldades para a indústria açucareira caribenha, mas à medida em que foram sendo superados os principais entraves (sobretudo a falta de capital e de mão de obra), foi se evidenciando novamente o grande potencial agrícola regional para o desenvolvimento da lavoura canavieira. E o século XX confirmou indubitavelmente a

importância relativa dessa macrorregião diante do contexto global da produção açucareira, alçando-se novamente o Gran-Caribe a uma posição de grande destaque.

O papel desempenhado pelo mercado consumidor norte-americano e pela política externa adotada regionalmente pelos Estados Unidos foi de grande influência na delimitação das novas áreas produtoras de açúcar no Caribe e na América Central durante os séculos XIX e XX. Por meio de suas zonas de preferência comercial e seu sistema de isenção alfandegária, o poderio econômico e geopolítico *yankee* fez-se determinante para o surgimento das novas “pérolas” açucareiras do Gran-Caribe. Pode-se afirmar mesmo que só ocorreu, de fato, um novo surto expansionista açucareiro nesta região quando a liderança financeira norte-americana se tornou presente e hegemônica. Desde o século XIX os EUA marcavam-se no contexto internacional pela política externa que ficou conhecida como a da “América para os americanos”. A Doutrina Monroe (1823) fez com que os norte-americanos considerassem o *Western Hemisphere* (isto é, as Américas) como sua área de influência “natural”. Suas pretensões em relação a Cuba bem exemplificavam o modelo de imperialismo que pretendiam desenvolver na América Central e no Caribe. Escreveu Thomas Jefferson que:

A península da Flórida e Cuba formam a foz do Mississippi, assim como outros rios que deságuam no Golfo do México e, portanto, sua aquisição para a nossa União é da máxima importância [... Cuba seria, portanto,] a incorporação mais conveniente que poderia ser feita para o nosso sistema de Estados (apud MORALES DOMINGUEZ e PREVOST, 2008, p. 22).²⁴⁹

Pouco mais tarde, foi John Quincy Adams que, teorizando acerca da geopolítica continental de seu país, considerava haver:

[...] leis de política, bem como a da gravitação física; e se uma maçã separada de sua árvore nativa não pode escolher senão cair ao chão, Cuba, forçosamente dissociada da sua conexão não natural com a Espanha, e incapaz de se autoprover, deverá gravitar em direção à União da América do Norte, que pela mesma lei da natureza, não lhe pode negar. (apud WHITTLESEY, 1922, p. 241)²⁵⁰

²⁴⁹ Originalmente: “[...] the Florida Cape and Cuba form the mouth of the Mississippi as well as others rivers that empty their waters in the Gulf of Mexico and, therefore, its purchasing for our Union is of the uppermost importance [... thus Cuba is] the most interesting addition which could ever be made to our system of States”, tradução nossa.

²⁵⁰ Do original: “[...] laws of political as well as physical gravitation; and if an apple detached by its native tree cannot choose but fall to the ground, Cuba, forcibly disjoined from its own unnatural connection with Spain,

Com a publicação do Destino Manifesto, em 1845, explicitou-se a crença de que os colonos norte-americanos estariam destinados a se expandir por todo o continente. A partir desse momento os Estados Unidos passaram a ver como justa sua participação na vida política de seus vizinhos, passando a intervir ideológica, econômica e militarmente nas Américas do Norte e Central e no Caribe, inclusive por meio do “filibusteirismo”. A partir desse momento passou a haver uma gradual transição do centro de referência gravitacional geopolítico regional, por meio da qual ficou patente que as potências coloniais europeias perdiam lugar na economia centro-americana e caribenha para os Estados Unidos. Sobretudo nas áreas de colonização espanhola, onde a presença da “potência” colonizadora era mais branda, os norte-americanos logo fizeram-se sentir presentes. No que diz respeito à indústria açucareira, “[...] o capital americano dirigiu-se particularmente para Cuba, Porto Rico e República Dominicana, todos confortavelmente situados perto de sua pátria” (GALLOWAY, 2005, p. 163).²⁵¹ Como resultado, em pouco tempo estas se converteriam nas três principais economias açucareiras do Gran-Caribe. Cuba parece ter sido “a menina dos olhos” dos Estados Unidos desde a segunda metade do século XIX, quando, em duas ocasiões, estes se propuseram a comprá-la da Espanha. A primeira delas foi marcada pela publicação do Manifesto de Ostende, em 1854, pelo qual, visando justificar a anexação da ilha por parte dos norte-americanos, declarava-se que, em razão da

[...] peculiaridade de sua posição geográfica, e as considerações disso derivadas, Cuba é tão necessária para a república Norte-Americana como qualquer um dos seus membros atuais, e pertence naturalmente a essa grande família de estados da qual a União é o Berço Provedor.²⁵²

Poucos anos mais tarde, o viajante inglês Anthony Trollope, de passagem por Cuba em pleno período da “Guerra dos Dez Anos” (1868-1878), afirmou que “[...] Havana

and incapable of self-support, can gravitate only towards the North American Union which by the same law of nature, cannot cast her off its bosom”, tradução nossa.

²⁵¹ Do original: “American capital in particular went to Cuba, Puerto Rico and the Dominican Republic, all comfortably close to its homeland”, tradução nossa. Galloway averiguou que a terra agrícola apta à canavieira chegava a ser 20 vezes mais barata na República Dominicana que em Barbados na década de 1880.

²⁵² Disponível em: <<http://www.historyofcuba.com/history/havana/Ostend2.htm>>. Acesso em: 26 maio 2014. Do original: “[...] peculiarity of its geographical position, and the considerations attendant on it, Cuba is as necessary to the North American republic as any of its present members, and that it belongs naturally to that great family of states of which the Union is the Providential Nursery”, tradução nossa.

será, em breve, tão americana quanto Nova Orleans”.²⁵³ A revisão tarifária promovida por Willian McKinley, em 1891, conferiu ao açúcar centrifugado (e não refinado) cubano isenção de taxas para acessar o mercado norte-americano, o que estimulou em muito a produção insular. A presença dos Estados Unidos era crescente na vida política, econômica e social de Cuba e, em 1897, quando a sua economia encontrava-se destruída pela sequência de guerras civis que vinham assolando o país, foi feita nova proposta de compra da ilha por parte dos norte-americanos – novamente rechaçada pela Espanha. Com a deflagração da “Guerra de Independência” de Cuba (1895-1898) e da “Guerra Hispano-Americana” (1898), os Estados Unidos tornaram-se parte ativa do processo de independência da ilha. Sendo definitivamente derrotada em agosto de 1898, após pouco mais de três meses de conflito com os Estados Unidos a Espanha teve de aceitar a Independência cubana, além de ceder os territórios de Porto Rico, Filipinas e Guam para os norte-americanos (no mesmo ano os EUA também anexaram o Havaí).

Nos anos subsequentes Cuba permaneceu militarmente ocupada e administrada pelo governo de intervenção dos Estados Unidos, até que o congresso norte-americano aprovou, em março de 1901, a Lei de Dotações do Exército (*Army Appropriations Act*). Esse documento legal definiu as condições para a retirada de suas tropas de Cuba, e, entre suas cláusulas, havia a Emenda Platt (*Platt Amendment*), que definiria as relações entre Estados Unidos e Cuba até 1934. Além de estipular o que o governo cubano poderia ou não fazer em relação à sua política externa, a Emenda Platt ainda previa o direito de os norte-americanos intervirem militarmente nos assuntos internos da ilha, uma vez que “[...] o governo de Cuba concorda que os EUA podem exercer o direito de intervir para a preservação da independência cubana e a manutenção de um governo adequado à proteção da vida, da propriedade e da liberdade individual”.²⁵⁴

²⁵³ Disponível em: <http://en.wikipedia.org/wiki/Cuba_%E2%80%93_United_States_relations>. Acesso em: 26 maio 2014 e ABBOTT, 2010. Originalmente: “Havana will soon be as American as New Orleans”, tradução nossa. A comparação com Nova Orleans deve-se ao fato de que essa cidade açucareira pertencia até poucas décadas atrás à França, passando ao domínio norte-americano na conjuntura das guerras napoleônicas.

²⁵⁴ O documento completo está disponível em: <<http://www.historyofcuba.com/history/platt.htm>>. Acesso em: 26 maio 2014. Do original: “[...] the government of Cuba consents that the United States may exercise the right to intervene for the preservation of Cuban independence, the maintenance of a government adequate for the protection of life, property, and individual liberty”, tradução nossa. Por esse acordo a base naval de Guantánamo passou ao controle norte-americano.

De fato, os Estados Unidos lançariam mão desse “direito” em diversos momentos de tensão política e social na ilha, como ocorreu nos anos de 1906-1909, 1912, 1917 e 1920. A primeira eleição presidencial em Cuba ocorreu em 31 de dezembro de 1901, sendo eleito chefe da nação o cidadão norte-americano e residente nos EUA Tomás Estrada Palma – que concorreu como candidato único. Com a entrada do século XX, teve início uma nova fase da indústria açucareira cubana, que havia se tornado o carro-chefe da atividade canavieira gran-caribenha.

Gráfico 39: Cuba: Produção de açúcar em toneladas (1821-1901).

Entre 1901 e 1934, tempo em que vigorou a Emenda Platt, a indústria açucareira cubana conheceu um período de vertiginoso crescimento. A porção leste da ilha, Províncias de Camagüey e Oriente, vivenciou um intenso processo de frente pioneira canavieira, com desmatamento da vegetação nativa e ocupação das áreas de pecuária pelos canaviais. Tal dinâmica era conduzida, conforme descrito em testemunho de época, por “[...] grandes empresas americanas, controladas por bancos” (EARLE, 1928, p. 336). A produção de açúcar bruto em Cuba era essencial aos grandes refinadores de açúcar dos Estados Unidos, conhecidos como *Sugar Trust*, e cada vez mais “[...] aquela indústria, outrora de propriedade dos nacionais, passava para mãos estrangeiras [levando à] concentração da propriedade da

terra e da riqueza” (GALLOWAY, 2005, p. 168 e 170).²⁵⁵ Com o desmantelamento da indústria beterrabeira europeia durante a 1ª Guerra Mundial (1914-1918), a produção canavieira cubana teve grande estímulo, situação que perdurou durante toda a década de 1920 até o *crack* da Bolsa de Nova Iorque, ocorrido em outubro de 1929. Calcula-se que em 1919 aproximadamente 50% do açúcar produzido em Cuba pertenciam às empresas norte-americanas (GALLOWAY, 2005, p. 168). Em 1923, “[...] as províncias orientais de Camagüey e Oriente suplantaram a região ocidental na produção de açúcar, e a região oriental tornou-se finalmente o centro da monocultura do açúcar do século XX”.²⁵⁶

Após superar um período de dificuldade, crise e retração da atividade ao longo dos anos 1930, durante o período depressivo da economia global, com o advento da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) novo fôlego expansionista se colocou à indústria açucareira cubana. Esse conflito desencadeou não apenas novo desmantelamento da produção beterrabeira europeia, como também da atividade canavieira no Extremo Oriente – Java, Filipinas e Formosa, sobretudo. Desde 1934, quando a Emenda Platt caducou, a presença norte-americana em Cuba atenuou-se um pouco – mas ainda se manteve como a predominante. Até o ano de 1959 a produção açucareira cubana esteve intimamente atrelada aos Estados Unidos, mas entre as décadas de 1930 e 1950 a ilha passara a atuar cada vez mais voltada ao Mercado Livre Mundial.

Por ocasião da conversão política de Cuba rumo ao comunismo coube à extinta URSS assumir o papel de principal importadora do açúcar cubano. Em 1960 o governo de Cuba havia expropriado as propriedades pertencentes a empresas e/ou cidadãos norte-americanos na ilha e, como retaliação, os Estados Unidos cortaram a cota de fornecimento preferencial do açúcar cubano aos EUA.²⁵⁷ O novo governo cubano colocou-se contrário não apenas os EUA, mas ao capitalismo de uma maneira mais ampla, fazendo com que prontamente recebesse o apoio dos soviéticos, cujo governo se comprometeu de imediato a

²⁵⁵ GALLOWAY, 2005, p. 168 e 170. Originalmente: “a once largely domestically owned industry passed into foreign hands [gerando] concentration of landownership and wealth”, tradução nossa.

²⁵⁶ Disponível em: <<http://www.historyofcuba.com/history/havana/Sugar1b.htm>>. Acesso em: 26 maio 2014. Do original: “[...] the eastern provinces of Camagüey and Oriente surpassed the western region in sugar production, and the eastern region finally became the center of twentieth-century sugar monoculture”, tradução nossa.

²⁵⁷ A cota daquele ano equivalia a 3.120.000 toneladas, diante de uma produção total da ilha de 5.942.859 toneladas – ou seja, 52,5% do total do açúcar cubano iria para os EUA em 1960 não fosse o desentendimento diplomático insurgido.

comprar todo o açúcar que os Estados Unidos estavam então deixando de comprar.²⁵⁸ Para a URSS a importância geopolítica de se obter um aliado geograficamente próximo aos EUA era fundamental aos seus interesses militares. A partir de então o bloco soviético, por meio do COMECON,²⁵⁹ passou a adquirir grandes quantidades do açúcar bruto cubano, refinando-o no leste europeu, principalmente em países próximos ao Mar Negro, como a Romênia e a Bulgária. Essa nova inserção internacional possibilitou que durante as décadas de 1970 e 1980 Cuba mantivesse um crescimento médio moderado e contínuo em sua produção, cujo ápice foi uma safra recorde ocorrida no ano de 1970 (a histórica *Zafra de los Diez Millones*), ocasião em que quase foram produzidas 10 milhões de toneladas de açúcar.²⁶⁰ A URSS “pagava” a Cuba um preço bem mais elevado por seu açúcar do que ele valeria no Mercado Livre Mundial, conferindo a esse comércio o *status* de subsídio indireto – para se ter uma ideia, em 1986 Cuba recebia o equivalente a 51 centavos de dólar por *pound* de seu açúcar, enquanto em valores de mercado ele estaria cotado em apenas 6 centavos de dólar por *pound* (HIMES, 1993). Esse acordo bilateral envolvendo os governos cubano e soviético perdurou até o início da década de 1990, quando o colapso econômico e político da URSS colocou a produção açucareira da ilha novamente à deriva: os canaviais foram praticamente abandonados; suas fábricas e seus métodos agrícolas defasaram-se.

²⁵⁸ Essa “compra”, em vários aspectos se assemelhava a um escambo (“*barter*”), pois frequentemente envolvia a troca direta de mercadorias, como de petróleo por açúcar, por exemplo.

²⁵⁹ O COMECON (Conselho para Assistência Econômica Mútua) foi fundado em 1949 e visava a integração econômica das nações do Leste Europeu. Era composto originalmente por União Soviética, Tchecoslováquia, Polônia, Bulgária, Hungria e Romênia. Posteriormente passaram a fazer parte também a Alemanha Oriental (1950), Mongólia (1962), Cuba (1972) e Vietnã (1978).

²⁶⁰ Disponível em: <http://www.ruinasdigitales.com/cristianismoyrevolucion/cyrfidelinicialazafradelos10millones2222/>. Acesso em: 17 out. 2014.

Gráfico 40: Cuba: Produção de açúcar (1901-2011).

Durante a primeira metade do século XX Cuba experimentara a condição de ter sido a principal produtora de açúcar do Gran-Caribe e do mundo, sob forte estímulo financeiro dos Estados Unidos, pelos moldes do capitalismo monopolista e mediante intenso *lobby* das grandes empresas refinadoras norte-americanas. Seus dois picos de produção ocorreram no período imediatamente anterior ao *crack* da Bolsa de Nova York, em 1929, e no imediatamente posterior à Segunda Guerra Mundial, em meados da década de 1940. Cuba tornara-se, por outro lado, extremamente dependente de uma economia essencialmente especializada, extrovertida e frágil em relação às oscilações mercadológicas externas. Já na segunda metade do século XX, o alinhamento político do governo cubano com os países socialistas atrelados à URSS foi capaz de manter viva a mais eminente indústria já emergida na ilha, a despeito das práticas capitalistas. Entretanto, com a derrocada do projeto soviético, a situação do açúcar de Cuba entrou em profunda crise, remontando à situação semelhante que experimentara durante o período crítico da Grande Depressão, nos anos 1930. No início do século XXI, em 2011, a produção de açúcar na ilha cubana foi de “apenas” 1.182.600 toneladas, ou seja, volume inferior ao verificado em 1905 (1.209.882) e quase igual ao registrado em 1894 (1.110.991).

No atual contexto da globalização, países como o Brasil, por meio de seu banco BNDES e de empresas como a Odebrecht Agroindustrial, em parceria com o novo governo

cubano, iniciado com o afastamento do presidente Fidel Castro (2008), parecem demonstrar interesse no reerguimento da atividade açucareira cubana. Entretanto, devido à demasiada contemporaneidade desses esforços, ainda é cedo para se tentar avaliar os seus resultados – o que se pode constatar, e que já foi feito referência no capítulo anterior, é que a partir de 2012 é possível verificar um aumento nas exportações cubanas ao menos para a União Europeia.

Em conclusão, a análise do caso da produção açucareira de Cuba serve para realçar os riscos derivados da excessiva especialização territorial produtiva em uma única *commodity* agrícola. É paradoxal, ao avaliarmos o caso do açúcar cubano, notarmos como sua lavoura de maior eficácia, pujança e distinção histórica pôde, em curto intervalo de tempo (1990-2010), tornar-se um “elefante branco”, um “peso morto”, terreno infértil e improdutivo. Cabe estudar melhor sua condição atual e ficar atento às transformações em curso.

7.2 História contemporânea: a afirmação continental do Gran-Caribe nos séculos XX e XXI

Para além do caso cubano, cumpre destacar que o século XX também representou para a “Região Canavieira do Gran-Caribe” um período de “interiorização” e “continentalização” de sua produção. Ampliou-se a produção tanto nas Antilhas quanto na América Central. Nas Grandes Antilhas, Cuba, Porto Rico e República Dominicana, todos tradicionais beneficiários de acordos de isenção tarifária de exportação de açúcar para os Estados Unidos, converteram-se nos maiores centros produtivos regionais durante a primeira metade do século XX. Esses foram, por um longo período de tempo, os três maiores produtores de açúcar do Gran-Caribe. Suas produções eram essencialmente extrovertidas para o mercado norte-americano, e descrever aqui suas características principais seria, grosso modo, repetir o cenário já apresentado para o caso de Cuba (item 7.1.6).

O Peru, isoladamente, apresentava-se como o único exportador de açúcar localizado em terras continentais na macrorregião durante a virada do século XIX para o XX. A atividade, iniciada com investimentos oriundos de capitais angariados com o comércio de guano, representava em 1890 a segunda fonte de divisas internacionais do país (respondia por 28% dos rendimentos advindos das exportações peruanas), ficando atrás apenas das

vendagens de prata (33% do total).²⁶¹ Durante a primeira metade do século passado o Peru foi um destacado polo açucareiro, relativamente moderno e de alta produtividade agroindustrial, tendo em seguida declinado sua importância relativa. Atualmente existe um esforço no sentido de modernizar sua produção, no intuito de superar a defasagem em que se encontra.

A Guiana Inglesa também era outra importante zona exportadora de açúcar no início do século XX, tornando-se um de seus rios, o Demerara, mundialmente conhecido no mercado açucareiro - emprestando inclusive seu nome a uma variedade de açúcar que seria largamente produzida em outras partes do globo. Seu cultivo em terras providas de um elaborado sistema de drenagem artificial de áreas alagadiças, por meio de diques e canais, marcou-se pelo ineditismo do escoamento de sua colheita, feita com base no transporte em chatas e barcaças.

Assim foi que, conforme avançavam as décadas, praticamente todos os países do Gran-Caribe desenvolveram, ainda que minimamente, suas próprias indústrias açucareiras. Na América Central esse fenômeno se fez particularmente mais notável após a Segunda Guerra Mundial, intensificando-se cada vez mais conforme o século XX se aproximava de seu fim.

²⁶¹ Disponível em: <<http://countrystudies.us/peru/53.htm>>. Acesso em: 21 maio 2014.

Mapa 69: Gran-Caribe: da hegemonia insular à continental (1925-2005).

Analisando-se os dados referentes apenas aos últimos cinquenta anos (1961-2011), percebemos que o Gran-Caribe, histórico concorrente brasileiro no fornecimento de açúcar às nações centrais do capitalismo mundial, passa por evidente processo de “continentalização” de sua produção. O Caribe (ou seja, sua parcela insular) foi sua principal área produtiva até o ano de 1993, quando, após já haver declinado as produções das Pequenas Antilhas e de todas as demais ilhas das Grandes Antilhas, decaiu bruscamente também a de Cuba. A América Central, por seu turno, sustentou ao longo de todo o período referido um crescimento de produção moderado porém constante, superando em importância as tradicionais áreas caribenhas. No cômputo geral, estas duas zonas que compõem o Gran-Caribe ²⁶² (Caribe e América Central “expandida”) não apresentaram significativa ampliação de sua produção conjunta nos últimos 50 anos, passando sua produção açucareira de 12.000 toneladas em 1961 para 12.500 em 2011. Tal fenômeno se explica pelo fato da produção Centro-Americana ter se ampliado, mas a Caribenha ter se retraído.

Gráfico 41: Gran-Caribe: produção insular (Caribe) e continental (América Central) de açúcar, em toneladas (1961-2011).

²⁶² Não se levou em consideração, nesse caso específico, as produções verificadas no México, Colômbia, Peru e Guiana.

7.2.1 O início do atual milênio (2001-2014)

Analisando os quatro países que mais produziram açúcar no Gran-Caribe em 2010, percebe-se que, paralelamente à tendência recente de minguagem da produção cubana, outros dois padrões de desenvolvimento açucareiros regionais podem ser identificados: o aumento da produção para o mercado interno (autoconsumo) e o aumento da produção para o mercado internacional (exportação).

Tabela 11: México, Guatemala, Colômbia e Cuba – Produção, consumo e exportação de açúcar (2010).

PAÍS	ANO	PRODUÇÃO AÇÚCAR (t)	CONSUMO INTERNO (t)	EXPORTAÇÃO SOBRE O TOTAL PRODUZIDO (%)	EXPORTAÇÃO DE REFINADO SOBRE O TOTAL EXPORTADO (%)
México	2010	4.825.539	3.949.849	18,1	71,0
Guatemala	2010	2.494.845	752.762	69,8	0,0
Colômbia	2010	2.077.613	1.272.662	38,7	78,6
Cuba	2010	1.161.000	601.611	48,2	0,0
MAPS-2014				FONTE: FAOSTATS, 2010	

A análise dos dados evidencia que o México (maior produtor macrorregional em 2010) caracteriza-se pela produção para o abastecimento de seu grande mercado interno (cerca de 80%), tendo sido suas exportações bastante modestas (menos de 20%). Apesar de relativamente reduzidas, elas caracterizam-se por serem feitas majoritariamente através da venda do produto já refinado, e portanto de maior valor agregado. A segunda maior produtora macrorregional, a Guatemala, representa o exemplo oposto ao do México, uma vez que somente 30% do produzido ficou no país. Os 70% restantes foram enviados ao exterior, totalmente sob a forma de açúcar bruto – com menor agregação de valor, portanto. A Colômbia se coloca numa situação intermediária entre os dois principais produtores gran-caribenhos, sendo pouco mais de 60% de sua produção consumida internamente e os demais quase 40% sendo enviados ao mercado internacional - em sua maior parte já refinado. Finalmente, Cuba, o quarto maior produtor macrorregional do gran-caribe, parece estar se esforçando para adequar melhor sua produção ao seu nível de consumo interno, emparelhando-a, na medida do possível, à uma quantidade mais próxima de sua própria

demanda. Nesse sentido, exportou “apenas” 48% de sua safra, em sua totalidade feita por meio de açúcar bruto, de menor valor agregado.²⁶³

Focalizando especificamente os países do Gran-Caribe localizados na América Central temos que a Guatemala, com suas 2,5 milhões de toneladas de açúcar produzidos, apresentou-se em 2010 como a única “grande” produtora regional de açúcar. Em ordem decrescente seguem-lhe El Salvador (570 mil toneladas), Nicarágua (490 mil), Honduras (405 mil) e Costa Rica (365 mil), que podem ser considerados como produtores “moderados”. Finalmente, nos limites norte e sul do istmo, Panamá (155 mil toneladas) e Belize (95 mil) completam a lista, figurando-se apenas enquanto “pequenos” produtores.

²⁶³ Para que tenhamos uma ideia do que significa esse “apenas” 48%, basta mencionar que, de acordo com a FAOSTAT, entre 1961 e 1991 a ilha enviou sempre mais que 90% de sua produção para o exterior.

Gráfico 42: Gran-Caribe: Série histórica dos quatros principais produtores regionais de açúcar – México, Guatemala, Colômbia e Cuba (1961-2010).

7.2.2 O etanol no Caribe

No início do século XXI ocorre a “descoberta”, por parte dos países do Gran-Caribe, da possibilidade de se usar o etanol como elemento valorizador de suas cadeias produtivas da cana-de-açúcar. Essa possibilidade foi fortemente influenciada pela aprovação das Lei de Política Energética de 2005 (*Energy Policy Act of 2005*) e Lei de Eficiência Energética, Proteção ao Consumidor e Combustíveis Renováveis de 2007 (*Renewable Fuels, Consumer Protection, and Energy Efficiency Act of 2007*) por parte dos Estados Unidos. Foi igualmente estimulada pela experiência histórica acumulada pelo Brasil, vinculada a implantação do Programa Nacional do Álcool (em 1975), que se colocou então como exemplo a ser seguido pelos produtores de cana gran-caribenhos. Assim, em 2007 os presidentes dos EUA e do Brasil, George W. Bush e Lula da Silva, assinaram um MOU (*memorandum of understanding*) conhecido como “Memorando de entendimento entre o governo do Brasil e o governo dos Estados Unidos da América para avançar a cooperação em biocombustíveis”.²⁶⁴ Esse acordo visava expandir a produção, o consumo e o comércio do etanol no mundo e, sobretudo, no continente americano. Tinha como objetivo promover *The Hemispheric Programme* (“Programa Hemisférico”), projeto que alçaria o etanol a uma condição mais relevante no panorama energético continental, demandando, assim, o envolvimento de determinados “parceiros estratégicos”.

Em termos gerais, essa parceria estava baseada num tripé: o Brasil entraria com seu *know-how* de produção do etanol canavieiro; os Estados Unidos com os financiamentos e o mercado consumidor; e os “países selecionados” com terras férteis, fotoperíodo de iluminação solar, disponibilidade de água, mão de obra, etc. A princípio, os países considerados “estratégicos” por esse acordo de cooperação foram: Peru, Colômbia, El Salvador, Honduras, Haiti, Guatemala, São Cristóvão e Névis e República Dominicana – todos integrantes da “Região Canavieira do Gran-Caribe”. Entretanto, não foi exatamente como o planejado que a situação transcorreu. Apenas Colômbia, Guatemala e, em menor escala, Peru propiciaram em suas zonas canavieiras o surgimento de alguma produção minimamente efetiva do biocombustível. Nos demais países envolvidos isso não ocorreu. No

²⁶⁴ O documento pode ser lido em sua íntegra no *site*: <<http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/2007/03/09/memorando-de-entendimento-entre-o-governo-da/?searchterm=memorando%20de%20entendimento%20biocombust%C3%ADveis>>. Acesso em: 26 maio 2014.

crescente comércio intercontinental de etanol verificado na segunda metade da década de 2000, deve-se destacar a atuação de nove empresas que passaram a funcionar sobretudo como entrepostos comerciais da mercadoria. Três delas eram estabelecidas na Jamaica (Petrojam Ethanol Limited, Jamaica Broilers Group e JEPCO), duas em El Salvador (Gasohol e ARFS), duas em Trinidad e Tobago (TBTL e EthylChem), uma na Costa Rica (LAICA) e outra nas Ilhas Virgens Norte-Americanas (GeoNet Holdings). Via de regra, o que se sucedeu foi que estas se associaram a algumas firmas brasileiras para revenderem o etanol fabricado no Brasil nos Estados Unidos, atuando de tal maneira com o intuito de não pagarem as elevadas taxas aduaneiras convencionalmente impostas pelo país comprador. Formaram então a Associação dos Produtores de Etanol da Bacia do Caribe (*Caribbean Basin Ethanol Producers Association* – CBEPA)²⁶⁵ que, por meio da *Caribbean Basin Initiative* (CBI),²⁶⁶ beneficiavam-se de reduções ou mesmo isenção completa das tarifas alfandegárias (*duty free*) em suas exportações de etanol para o mercado norte-americano. Assim tornou-se intensa entre 2005 e 2009 a prática das empresas vinculadas ao CBEPA comprarem o etanol hidratado brasileiro, edesidrataram-no no Gran-Caribe e o revenderem nos EUA com as referidas vantagens tarifárias que tinham direito. Em certos casos, parece que nem se davam ao trabalho de desidratá-lo, já comprando produto acabado no próprio Brasil.²⁶⁷

Comparando os dados de exportação de etanol do Brasil (fornecidos pela Secex) e os de importação dos Estados Unidos (fornecidos pelo U.S. Department of Commerce), fica patente a correlação existente entre o destino das vendas brasileiras e a origem das compras norte-americanas. Além do mais, os volumes que os países gran-caribenhos declaravam ter exportado anualmente aos EUA eram bastante superiores às suas próprias capacidades produtivas, o que corrobora a existência de uma operação comercial com vistas a burlar a cobrança das taxas aduaneiras. O Gráfico 43, referente especificamente ao ano de 2007, indica bem nitidamente este recurso encontrado para se driblar a rigorosa tarifação norte-americana.

²⁶⁵ Disponível em: <www.caribbeanethanolproducers.com>. Acesso em: 26 maio 2014.

²⁶⁶ Para maiores informações a respeito da CBI, ver: <<http://www.ustr.gov/trade-topics/trade-development/preference-programs/caribbean-basin-initiative-cbi>>. Acesso em: 26 maio 2014.

²⁶⁷ Uma simples busca no Google fará comprovar que não se trata aqui de apenas insinuações infundadas.

Gráfico 43: Gran-Caribe, Brasil e Estados Unidos: triangulação regional de etanol, em milhões de litros (2007).

O Mapa 70, a seguir, revela os principais destinos das exportações brasileiras de etanol em 2008, ano que estas alcançaram seu ápice em termos volumétricos. Conclui-se que os Estados Unidos (com 1,57 bilhões de litros importados), a União Europeia (1,56 bilhões) e o CBEPA (1,3 bilhões) receberam quantidades muito próximas do biocombustível, ainda que tivessem demandas internas muito díspares. A explicação para tanto reside no fato de que alguns países do Gran-Caribe adaptaram-se e mesmo especializaram-se, durante a segunda metade da década de 2000, na triangulação comercial de etanol envolvendo principalmente o Brasil, os Estados Unidos, a Europa e os países do Oriente, tais como China, Japão, Coreia do Sul e Índia. Tal fenômeno foi viável em larga medida pela existência do Canal do Panamá, que possibilitou a interligação das nações situadas no Atlântico com as do Pacífico. Assim, a região canavieira macrocaribenha passou a se notabilizar também pela função desempenhada enquanto entreposto comercial redistribuidor de etanol (sobretudo o fabricado no Brasil) para outras partes do globo.

Mapa 70: Brasil: exportação de etanol – milhões de litros (2008).

Em conclusão, o Gran-Caribe, herdeiro de uma longa tradição açucareira, é ainda hoje uma das macrorregiões açucareiras com mais elevada “Taxa de Monocultura Canavieira”

do mundo. Confrontando os dados de área territorial de seus países com a tonelagem total de cana colhida por cada um no ano de 2010, percebemos que há no mundo duas zonas de maior concentração de canaviais por área: a Oriental, abrangendo o Subcontinente Indiano (Paquistão e Índia se destacam) e o Sudeste Asiático (Tailândia e Filipinas sobressaem-se), e a Ocidental (abrangendo o Gran-Caribe e o Brasil). De modo pontual, destacam-se ainda algumas ilhas dos oceanos Índico e Pacífico (Reunião, Maurício e Fiji, notadamente), além da Suazilândia, incrustada dentro da África do Sul, no Sudeste Africano.

Mapa 71: Gran-Caribe: Produção de cana por km² (2010).

Para fecharmos este capítulo da distribuição espacial da canavicultura gran-caribenha ao longo do tempo, observamos por fim que durante o século XX se concretizou segundo deslocamento do principal eixo produtivo regional. novamente para oeste, tendência que vem se intensificando neste século XXI. Da mesma maneira como esse eixo principal havia se deslocado das Pequenas Antilhas para as Grandes Antilhas durante os séculos XVIII e XIX, agora ocorre nova tendência de transferência, das Grandes Antilhas em direção à América Central “expandida”.

Mapa 72: Gran-Caribe: Globalização e produção canavieira (2010).

Conforme avançaram as décadas no século XX e os primeiros anos do século XXI, cada vez mais a produção açucareira macrorregional do Gran-Caribe tornou-se continental e centro-americana, deixando de lado o seu caráter inicial predominantemente insular e antilhano. Ao final de cinco séculos de atividade canavieira no Gran-Caribe, cada vez mais se fez presente a interação comercial e geopolítica da região com os Estados Unidos – tendo o açúcar como importante intermediário – e cada vez mais tênue se tornou a mediação desses territórios com a Europa. Ao longo de todo esse tempo, o Gran-Caribe sempre foi um formidável concorrente do açúcar produzido no Brasil.

7.3 Resumo e conclusão do capítulo

Dirigindo nossas considerações finais para a região do Gran-Caribe, vemos que a chegada da cana-de-açúcar nessa região se deu concomitantemente com a descoberta do Novo Mundo, sendo as primeiras mudas de cana levadas de forma pioneira para a ilha La Hispaniola ainda no final do século XV. Assim, num primeiro momento, portugueses, espanhóis e genoveses foram os únicos responsáveis pela produção, transporte e comercialização do açúcar americano. Na Europa, a demanda pelo produto era cada vez maior com o aparecimento de um novo extrato social: a burguesia enriquecida pelo comércio, feito já em escala planetária.

Num segundo momento, franceses, ingleses e holandeses também passaram a disputar essas terras e essa rendosa produção feita no Novo Mundo, tornando-se, nos séculos XVII e XVIII, os maiores produtores da valiosa mercadoria. Assim, três novas colônias – todas situadas nas Pequenas Antilhas – logo se destacam na produção açucareira: Barbados (de domínio inglês), Martinica e Guadalupe (possessões francesas). Quanto a essa etapa inicial de ocupação das pequenas ilhas do Caribe, é interessante mencionar que os holandeses expulsos de Pernambuco em 1654 tiveram um papel central, passando o Brasil a desempenhar então um papel secundário.

Após verificarem o sucesso econômico dessa empreitada, os colonos europeus fixados nas Pequenas Antilhas passaram a migrar em direção a Oeste, em busca de novas terras cultiváveis, criando uma peculiar frente pioneira insular. Partiam em busca de áreas virgens, tão logo o solo dava sinais de esgotamento em suas ilhas de ocupação mais antiga.

Assim, no início do século XVIII, o eixo produtivo do açúcar começa a se deslocar das Pequenas para as Grandes Antilhas, onde são ocupadas as ilhas da Jamaica, pelos ingleses, e La Hispaniola (em sua porção oeste, chamada de colônia de Santo Domingo), pelos franceses. Nessas duas ilhas ocorre uma grande expansão da cultura canavieira em função de seu solo fértil, de sua abundância de recursos hídricos e lenha para tocar os engenhos, assim como dos baixos preços de suas terras e da localização estratégica das mesmas.

Considerada a “Pérola do Caribe”, a colônia de Santo Domingo fornecia entre 30 e 40% do volume açucareiro comercializado intercontinentalmente em 1791, o que dava aos franceses a hegemonia na atividade. A colônia fornecia o açúcar bruto para a metrópole que o refinava em algumas cidades portuárias, sobretudo em Nantes, a partir de onde os comerciantes se dedicavam a revender o produto no interior do continente. Já as colônias de Martinica e Guadalupe caracterizavam-se por fornecer “açúcar branco” para a França, conferindo, dessa forma, menor lucratividade aos refinadores e comerciantes metropolitanos e maior concorrência aos produtores de açúcar de beterraba franceses.

Ao longo dos séculos XVII e XVIII o açúcar foi o principal produto de importação colonial para a França, Inglaterra e Portugal. Entretanto, no início do XIX, as colônias açucareiras do Gran-Caribe começam a entrar em declínio devido à associação de vários fatores: o fim da escravidão, decretado em 1833 pela Inglaterra e em 1848 pela França; o desenvolvimento do açúcar de beterraba na Europa; e, finalmente, os movimentos de emancipação das colônias, iniciado por Santo Domingo em 1791. Além desses fatores, é preciso mencionar que as guerras napoleônicas abalaram o comércio com as colônias, desestruturando todo um fluxo outrora bem estabelecido. Também nesse momento surgem novas colônias açucareiras no Oriente, destacando-se a Índia Britânica e as ilhas da Reunião e Maurício, entre outras.

No Caribe a produção passa a se expandir sobretudo em Cuba, ainda território de domínio espanhol, mas também na Louisiana, então pertencente à França, na Guiana Inglesa e em Tobago, colônias recém-adquiridas pela Inglaterra. Podemos também mencionar o processo de interiorização da produção canavieira na América Espanhola, sobretudo no México, Peru e Colômbia, onde a produção se dava para abastecer os respectivos e crescentes mercados internos.

Com o surgimento da Revolução Industrial é dado um novo impulso à produção do açúcar no Caribe e nas novas áreas que estavam sendo tomadas pela produção canavieira. Com a implementação de novas tecnologias, permitiu-se o estabelecimento de modernos processos de produção, tendo origem os Engenhos Centrais. Nesse período as primeiras ferrovias são implantadas na região, interligando os canaviais às usinas e estas aos portos marítimos. Vale ainda lembrar que os escravos negros libertos passam a ser substituídos por outras modalidades de mão de obra, incluindo-se os *coolies* trazidos da China e da Índia.

O grande potencial da região do Caribe para a produção do açúcar pode ser exemplificado com o caso de Cuba. A sua proximidade com os Estados Unidos fez com que a ilha caísse sob sua área de influência direta, tal como ocorreria posteriormente com Porto Rico e República Dominicana.

Estimulando o movimento de independência de Cuba, os americanos cada vez mais se assenhoraram da produção do açúcar bruto realizada nas terras de sua vizinha de clima tropical. Uma vez declarada a independência, seus negócios tiveram um grande incremento, sobretudo entre 1901 e 1934. A produção canavieira em Cuba era essencial aos interesses dos grandes refinadores de açúcar norte-americanos, e estava cada vez mais nas mãos desses empreendedores. Nesse momento Cuba torna-se o principal país produtor de açúcar do Caribe e segundo no mundo, ficando atrás apenas da Índia, cuja produção voltava-se essencialmente ao auto-consumo. Após períodos sucessivos de incremento e estagnação da produção em função das adversidades provenientes da conjuntura internacional, a situação da ilha somente se altera de forma significativa com a Revolução Cubana, em 1959. Os bens das empresas americanas são então expropriados e os Estados Unidos, em represália, cortam todo e qualquer fornecimento de açúcar proveniente de Cuba em 1961. A partir daí, Cuba passa a receber auxílio dos soviéticos, que se prontificam a adquirir a produção de açúcar bruto para refiná-lo nos países do Leste Europeu. Dessa forma, nas décadas de 1970 e 1980 a produção açucareira cubana continua em crescimento, já que o acordo firmado com a URSS garantia as condições econômicas necessárias à sua manutenção e mesmo expansão da atividade. Finalmente, com a desagregação do bloco comandado pela Rússia, a produção açucareira em Cuba entra em declínio, revelando todos os riscos de uma economia essencialmente especializada na produção de apenas um tipo de *commodity* agrícola.

O século XX também se caracterizou nesta macrorregião pela ampliação da produção de açúcar verificada na América Central, onde desde 1914 o Canal do Panamá contribuía para o incremento da circulação intercontinental de mercadorias. Com o declínio da produção açucareira primeiro nas Pequenas Antilhas e posteriormente também nas Grandes Antilhas, o istmo Centro-Americano tornou-se a principal área açucareira da região. Os recentes acordos de fornecimento de açúcar feitos por países tais como Guatemala, Nicarágua, Belize, Costa Rica, entre outros, com os Estados Unidos e a União Europeia, reforçam a ideia de que tal região açucareira transcende os limites caribenhos para conformar o chamado Gran-Caribe. Finalmente, cumpre mencionar o caso do México, que passou a ser o maior produtor de açúcar dessa macrorregião. Entretanto, sua adesão ao NAFTA, que desde 2008 criou na América do Norte uma das mais importantes áreas de livre comércio de açúcar do mundo, tem afastado esse país do contexto gran-caribenho e aproximado-o cada vez mais dos Estados Unidos.

Para terminar, vale ainda destacar o esforço regional feito em torno da produção e comercialização de etanol de cana, tendência iniciada na década de 2000 a partir de um acordo firmado entre os governos do Brasil e dos Estados Unidos, datado de 2007, que envolveu vários países da região do Caribe, muitos dos quais se transformando em entrepostos essencialmente redistribuidores do etanol importado do Brasil.

Ao longo de toda sua história, essa foi a grande região açucareira de envergadura mundial que mais guardou semelhança com o modelo de produção estabelecido brasileiro. Mas, ao contrário do Brasil, no Gran-Caribe a disponibilidade de terras para a expansão da atividade açucareira é bem mais restrita, o que lhe conferiu inegável desvantagem. Por outro lado, sua localização mais próxima de importantes centros importadores, notadamente Estados Unidos e Europa, sempre lhe foi uma grande vantagem histórica.

8 ESTADOS UNIDOS: O AÇÚCAR ENQUANTO IMPÉRIO

Outro importante mercado açucareiro mundial localiza-se na América do Norte, e tem nos Estados Unidos sua base. Este país segue o padrão europeu de controle minucioso sobre sua produção e comércio da mercadoria. Diferentemente da União Europeia, no entanto, o país não promoveu nenhuma reforma liberalizante em seu setor produtivo ou em seu padrão comercial, mantendo-os até hoje pautados no sistema de salvaguarda de seus agricultores e fabricantes de açúcar, cujas origens remontam ao *New Deal* (1934).

8.1 A questão açucareira “antiga” – 1789-1929

Antes da independência dos Estados Unidos, ocorrida em 1776, não havia interesse algum em se produzir açúcar naquelas terras, uma vez que colonizadores ingleses, franceses e espanhóis estabelecidos ao norte do Golfo do México tinham suas fontes de fornecimento preferencial localizadas mais ao sul, no Mar do Caribe, onde o clima tropical permitia melhores colheitas. O açúcar de beterraba não existia ainda.

Após sua afirmação enquanto o primeiro país do continente americano, o açúcar passou a fazer parte dos assuntos recorrentes no Congresso de Washington. Desde 1789 – ano da promulgação das primeiras leis que regulamentaram o comércio internacional da nascente nação – a geografia histórica do açúcar norte-americano tornou-se intimamente ligada à história política daquele país.

Todo o processo de aquisições, anexações e povoamento de novos territórios conquistados a oeste guardaria estreitas relações com os fenômenos de expansão da produção e do consumo de açúcar nos EUA.

A partir da revisão da Lei Tarifária dos Estados Unidos, promulgada em 1890, que estabeleceu os novos parâmetros e bases para a comercialização internacional do produto por parte dessa grande potência emergente, é que teve início o imperialismo *yankee* nas Américas. O país ampliaria sua influência política e econômica na América do Norte com base na

ampliação de seu domínio territorial feita em direção ao “Far West” (ou simplesmente “Oeste”) e ao oceano Pacífico.

8.1.1 O Processo de Independência (1733-1789)

Quando os Estados Unidos ainda eram as “13 Colônias” e as “Índias Ocidentais Britânicas” eram o principal parceiro da Grã-Bretanha no comércio transatlântico, a aprovação da Lei do Melaço de 1733²⁶⁸ pelo parlamento inglês causou grande revolta nos colonos norte-americanos. A medida legal tinha o intuito principal de atender aos apelos dos canavicultores britânicos estabelecidos nas Antilhas (Barbados e Jamaica, sobretudo), liberando-os da livre concorrência que enfrentavam em suas vendas para os colonos residentes na América do Norte. Forneciam estes grandes quantidades de melaço à florescente indústria de rum estabelecida na costa leste norte-americana, sobretudo em torno de Boston e Nova Iorque.

A partir de 1733 passou a recair sobre os colonos norte-americanos uma taxaço de seis *pences*²⁶⁹ por galão de melaço importado, caso este não fosse proveniente das terras ou domínios caribenhos pertencientes à “sua Majestade”. Como mencionado no capítulo anterior, Barbados e Jamaica, outrora dois dos principais centros canavicultores do Caribe, haviam perdido tal posição de primazia para Santo Domingo, área de colonização francesa. Como estes agricultores tinham mais prestígio político junto à corte do que gozavam os colonos da América do Norte, passaram então a pressionar o parlamento britânico para que adotasse medidas que beneficiassem suas indústrias de melaço e de açúcar estabelecidas nas Antilhas. Assim, a compra do açúcar e do melaço produzidos nas já decadentes colônias inglesas do Caribe representava aos “norte-americanos” um custo muito mais caro do que as disponíveis nas áreas caribenhas colonizadas por franceses, holandeses ou mesmo espanhóis (em relação a Cuba).

²⁶⁸ Disponível em: <http://www.encyclopedia.com/topic/United_Kingdom._Molasses_Act_1733.aspx#1>. Acesso em: 12 maio 2014.

²⁶⁹ *Pence* é o plural de *penny* (p), que por sua vez equivale ao centavo da libra esterlina (£).

Quando a Lei do Melaço (*Molasses Act*) estava prestes a expirar, foi aprovada a Lei do Açúcar de 1764 (*Sugar Act of 1764*),²⁷⁰ cujo intuito principal era angariar fundos para a coroa britânica. Visava auxiliar a Grã-Bretanha a sanar suas dívidas e reequilibrar as finanças vinculadas à administração colonial inglesa nas Américas, que se encontrava combalida pelos esforços desempenhados na Guerra dos Sete Anos (1756-1763). Teve início então um período de depressão econômica na América do Norte, agravada por essa nova lei que proibia a livre fabricação de rum, prejudicando principalmente os colonos estabelecidos na Pensilvânia, em Nova Iorque e em Massachusetts – nascentes polos industriais. Essas duas medidas mencionadas, somadas à Lei do Selo de 1765, foram bastante impopulares, contribuindo para criar um sentimento nacionalista entre os colonos da Nova Inglaterra. Sobretaxados, eles sentiram-se lesados em seus direitos básicos de cidadãos, o que contribuiu decisivamente para eclodir a Revolução Americana e, conseqüentemente, originar a criação de um novo país, os Estados Unidos da América (EUA).

Proclamada a Independência, em 1776, não tardaram os norte-americanos em também anunciar sua primeira tarifação alfandegária sobre o açúcar importado, cujo intuito era o mesmo daquele contra o qual haviam lutado: angariar fundos para o Estado – a diferença fundamental é que isso não beneficiaria mais a coroa Britânica, e sim seus próprios cofres. Destarte, em 1789 o novo governo “[...] estabeleceu uma tarifa sobre as importações de açúcar. A política foi instituída para gerar receita para o Tesouro dos Estados Unidos. Não foi uma medida protecionista devido ao fato de que os Estados Unidos não produziam açúcar internamente naquela época” (ALVAREZ e POLOPOLUS, 2002).²⁷¹

8.1.2 A compra da Luisiana (1803)

Entre 1776 e 1809 o território dos Estados Unidos quadruplicou de tamanho. Os revolucionários das 13 Colônias logo cruzaram os Montes Apalaches em direção oeste, alcançando os principais afluentes da margem esquerda do rio Mississippi. De norte para sul foram iniciadas a colonização dos rios Illinois, Ohio, Cumberland e Tennessee. A partir daí

²⁷⁰ Disponível em: <http://www.encyclopedia.com/topic/Sugar_Acts.aspx#1>. Acesso em: 12 maio 2014.

²⁷¹ Do original: “[...] placed a tariff on sugar imports. The policy was instituted to generate revenue for the United States Treasury. It was not a protectionist venture, due to the fact that the United States did not produce sugar domestically at that time”, tradução nossa.

tornou-se a expansão para sua margem direita, nas bacias dos rios Red, Arkansas e Missouri, apenas uma questão de tempo, tendo sido iniciada oficialmente após o acordo de compra do Território da Luisiana feito com Napoleão Bonaparte em 1803.²⁷² Até então os Estados Unidos não tinham produção açucareira alguma.

A introdução da canavicultura na Louisiana Francesa remonta às explorações pioneiras de Pierre Le Moyne d'Iberville que, na virada do século XVII para o XVIII, construiu as primeiras fortificações francesas no delta do Mississippi (RICHARD, 1995, p. 1). Essa cultura agrícola tardou em adaptar-se ao clima temperado predominante na região, com invernos rigorosos e tornados ocasionais, desaparecendo da região pouco tempo após sua introdução. Somente anos mais tarde, por volta de 1750, por meio da ação de missionários é que a cana-de-açúcar foi reintroduzida na Louisiana, dessa vez com pequeno êxito. Em 1791, a Revolução Haitiana fizera centenas de pessoas ligadas aos interesses metropolitanos, muitos dos quais importantes produtores de açúcar, fugirem da colônia de Santo Domingo, buscando refúgio nas proximidades do delta do Mississippi, notadamente em Nova Orleans. Ao chegarem, esses “haitianos” refugiados impulsionaram o (re)nascimento da canavicultura na América do Norte.

Quando comprada a Louisiana pelos Estados Unidos, em 1803, a atividade canavieira era ali bastante modesta e a produção açucareira extremamente incipiente: possuía apenas oito anos de existência. “Os agricultores não conseguiam elevar o caldo da cana até o ponto de granulação, e portanto, produziam apenas melaço. Em 1795, no entanto, um oficial francês reformado [vindo de Santo Domingo] obteve sucesso na granulação do xarope” (GRIFFIN, 1897, p. 297).²⁷³ Finalmente, entre as localidades de Nova Orleans e Baton

²⁷² O presidente norte-americano Thomas Jefferson, por meio de seus representantes diplomáticos em Paris, Monroe e Livingston, vinha negociando a situação de uma larga faixa territorial ao longo da bacia do rio Mississippi, pretendida por espanhóis e franceses. Deu ordem que se fizesse uma proposta de compra aos franceses da cidade de New Orleans e de suas vizinhanças, afinal, estes se viam diante de grandes dispêndios vinculados à guerra que mantinham no continente europeu. Além disso, a perda definitiva de sua principal colônia caribenha, Santo Domingo, para a nascente nação negra do Haiti, havia sido um duro golpe desferido contra a aspiração napoleônica de criar um grande império francês nas Américas. Em pleno contexto das Guerras Napoleônicas, em 1803, a França cedeu oficialmente os 2.144.000 quilômetros quadrados (ou 529.920.000 acres) para os EUA em troca de 50 milhões de francos, mais o cancelamento de uma dívida no valor de cerca de 18 milhões de francos – estima-se que por tal preço o custo por acre teria sido de aproximadamente U\$ 0,4 – sobre estes valores. *Site* da Biblioteca do Congresso dos EUA. Disponível em: <<http://www.loc.gov/rr/program/bib/ourdocs/Louisiana.html>>. Acesso em: 22 maio 2014.

²⁷³ Do original: “The planters had not succeeded in bringing the [cane] juice to granulate, and hence had produced only molasses. In 1795, however, a retired French officer [coming from Santo Domingo] had succeeded in the granulation of sirup”, tradução nossa.

Rouge, às margens do Bayou Teche, delta do Rio Mississippi, teve início a indústria açucareira norte-americana. E, frise-se, com base no cultivo da cana-de-açúcar e na exploração do trabalho escravo. Na virada do século XVIII para o XIX a totalidade do açúcar que era produzido e a maior parte do que era consumido nos EUA ainda era formada por açúcares brutos, tais como o *clayed sugar*,²⁷⁴ e o próprio melaço ainda servia diretamente como adoçante alimentar. Em 1803, primeiro ano para o qual identificamos dados da produção açucareira da Louisiana, observamos que o seu volume foi superior ao verificado em Barbados, no mesmo período, correspondendo a algo bem próximo ao produzido na Martinica e em Guadalupe: “[...] quatro mil e quinhentas barricas de açúcar, de meia tonelada cada, sendo exportado anualmente de Nova Orleans e arredores” (GRIFFIN, 1897, p. 297).²⁷⁵ Desde 1815 há referências a uma refinaria de açúcar em operação na Louisiana.

Diante da conjuntura belicosa existente na Europa durante o período napoleônico os Estados Unidos se enfronharam intensamente no comércio marítimo intercontinental de açúcar, atividade que fortaleceu muito seus agentes econômicos estabelecidos na costa leste.

Os navios norte-americanos faziam uma travessia triangular: carregavam no Caribe, dirigiam-se a um porto atlântico dos Estados Unidos, geralmente Nova York ou Boston, e daí continuavam para os portos europeus. No porto intermediário norte-americano era feito o desembarque fictício do açúcar transportado, sendo pagos direitos de importação correspondentes. Depois era aberto novo expediente, desta vez de exportação do mesmo açúcar, e restituídos os direitos anteriormente pagos (*drawback*). Por meio desse trâmite o açúcar perdia sua nacionalidade original e se convertia numa mercadoria norte-americana “neutra” e, portanto, própria para ser consumida em quaisquer dos países beligerantes [...] [e] no triênio 1805-1807 os Estados Unidos se transformaram [momentaneamente] no primeiro reexportador mundial de açúcar, passando a própria Inglaterra (FRAGINALS, 1989, p. 144; 151-152).

Animados com o sucesso inicialmente obtido pelos agricultores de Nova Orleans e de seu entorno, fazendeiros da Georgia, Carolina do Sul e Carolina do Norte arriscaram experimentar a cultura da cana, sem lograr êxito. Imaginaram que: “[...] a Europa poderia um

²⁷⁴ Açúcar clareado a partir da aplicação de argila na base do “pão de açúcar”, quando este se encaminha ao processo de purgação.

²⁷⁵ Do original: “[...] forty-five hundred casks of sugar, one-half ton each, being exported annually from New Orleans and vicinity”, tradução nossa.

dia nos procurar pelo açúcar, como ela então começava a fazer com relação ao algodão” (GRIFFIN, 1897, p. 298).²⁷⁶

A introdução, em 1825, de novas variedades da planta, notadamente a *Louisiana Purple* e a *Louisiana Striped*, trouxe alento aos canavicultores norte-americanos, que já se viam diante das agruras causadas ciclicamente pelas fortes geadas a que estavam expostos (RICHARD, 1995). Com os investimentos recebidos, a produção açucareira da Louisiana aumentou vertiginosamente, passando por um processo de relativa modernização técnica na década de 1840, quando a instalação de novos métodos fabris causou a amalgamação das lavouras em zonas agrícolas cada vez mais extensas. Após o êxito inicial, as dificuldades, sobretudo as climáticas (as geadas impunham curtos períodos de safra e a necessidade quase anual de replantio) e as vinculadas à mão de obra, começaram a dar sinais de que não seria fácil a implantação dessa lavoura na região. Sua produção crescia, porém não de modo progressivo, aos saltos, oscilando grandes safras com perdas quase completas das colheitas. Suas *plantations*²⁷⁷ multiplicaram-se na primeira metade do século XIX: de 193 em 1824 para 691 em 1830 e 1.536 em 1849 (GALLOWAY, 2005, p. 190).

Simultaneamente, na costa atlântica, ao norte do país (“Costa Leste”), os refinadores de açúcar ampliavam suas indústrias na mesma proporção que a população e o consumo interno se expandiam. Seus interesses passaram a conflitar com o dos produtores de açúcar bruto instalados na Louisiana, na medida em que passavam a demandar menores tarifas sobre a importação do produto externo. Tornava-se assim a concorrência, sobretudo a praticadas por algumas ilhas caribenhas, cada vez mais ameaçadora aos canavicultores norte-americanos da Louisiana.

²⁷⁶ Do original: “Europe would one day look to us for sugar, as she was then beginning to do for cotton”, tradução nossa.

²⁷⁷ Nome dado às grandes propriedades agrícolas, monoculturoas, escravistas e produtoras de artigos tropicais.

Gráfico 44: Estados Unidos: Produção e importação de açúcar bruto, em milhões de pounds (1823-1861).

Um aspecto a ser levado em conta e que influía diretamente sobre o tamanho das safras canavieiras da Louisiana era a política econômica açucareira externa adotada pelo governo federal: “Entre 1789 e 1930 um total de 30 leis relacionadas ao açúcar foram aprovadas, além de uma série de emendas”.²⁷⁸ Nos restringiremos, num primeiro momento, ao período compreendido entre 1789 e 1861, quando é “gestionado” o primeiro modelo de política açucareira externa dos EUA. Ao longo desse período de 72 anos as tributações sobre o açúcar externo variaram diversas vezes, ora em favor dos produtores domésticos, estabelecidos na Louisiana, ora em favor dos refinadores industriais, localizados na Costa Leste. A regulamentação tarifária norte-americana referente à importação de açúcar e melaço sofreu diversas alterações no período (podem-se citar as de 1794, 1800, 1812, 1816, 1832, 1833, 1842, 1846 e 1847) – o que atesta certo grau de “experimentalismo” neste momento inicial de implantação da política açucareira do jovem país. Destas alterações parciais, a mais substancial ocorreu em 1842, quando o açúcar refinado passou a receber uma taxa mais elevada que a do açúcar bruto (*raw sugar*), estimulando assim o desenvolvimento da indústria doméstica de refinação.

As políticas de proteção conferidas à incipiente indústria açucareira nacional, estabelecida na Louisiana, contrariavam os anseios dos refinadores. Estes, por sua vez,

²⁷⁸ ALVAREZ e POLOPOLUS, 2002. Originalmente: “From 1789 to 1930, a total of 30 Acts dealing with sugar were passed, not including several modifications”, tradução nossa.

vislumbravam ganhos adicionais com o aumento do consumo interno de açúcar com base no produto refinado, adquirindo-se a matéria-prima bruta no Caribe, processando-a industrialmente e redistribuindo-a domesticamente. De modo inverso, a política de proteção aos refinadores também representava sério risco aos agricultores da Louisiana, que, por motivos essencialmente climáticos, não podiam concorrer em iguais condições com seus rivais caribenhos, como os de Cuba, por exemplo. Em termos gerais, pode-se afirmar que, para os fazendeiros de Nova Orleans, as altas barreiras sobre o açúcar bruto externo (seu principal concorrente) eram favoráveis; já para os refinadores de Nova Iorque ou Boston, interessava a manutenção de baixas tarifas sobre o produto bruto externo (sua principal matéria-prima). Diante desse impasse de interesses conflitantes, que duraram até 1861, praticou-se uma política dual, que, no intuito de estimular o consumo interno, tendia ora a beneficiar aos agricultores, ora aos refinadores. Tais alterações na taxaço do açúcar importado passaram a acirrar as “[...] grandes contradições entre o Norte e o Sul dos Estados Unidos, que se refletiam na política açucareira do país” (FRAGINALS, 1989, p. 193). O Norte, abolicionista, defendia o “açúcar industrial”; o Sul, mantendo-se fiel ao modelo colonial agroexportador, priorizava o “açúcar agrícola”. Defrontavam-se dois modelos distintos de ocupação da terra e colonização do país.²⁷⁹

8.1.3 Norte contra Sul: o açúcar e a Guerra Civil Norte-Americana (1861-1865)

A geografia açucareira dos Estados Unidos distinguia então duas zonas de interesses divergentes dentro do país, como já vimos, fazendo com que ficasse “[...] a produção de açúcar nos Estados Unidos [...] confinada quase integralmente ao estado da Louisiana; enquanto o refino era realizado nas grandes cidades do litoral, especialmente Filadélfia, Nova York e Boston” (GRIFFIN, 1897, p. 297).²⁸⁰ Durante as décadas de 1840 e 1850 estas duas áreas de interesses antagônicos disputaram o acesso ao mercado doméstico de açúcar, o Sul produzindo e o Norte refinando.

²⁷⁹ Os termos “açúcar industrial” e “açúcar agrícola” foram tomados emprestados de Friginals (1989).

²⁸⁰ Do original: “[...] the production of sugar in the United States [...] confined almost wholly to the State of Louisiana, while refining has been carried on in the great seaboard cities, especially Philadelphia, New York, and Boston”, tradução nossa.

O advento de uma intrincada malha ferroviária no Norte, unindo as novas cidades de colonização livre e agrária das pradarias centrais do Meio-Oeste, tais como Cleveland, Detroit, Chicago, Des Moines, Milwaukee, Pittsburgh, Cincinnati e Saint Louis, transpondo em alguns pontos a divisa do rio Mississippi, estabeleceu um vasto mercado para o açúcar refinado no litoral, notadamente em Nova Iorque e Boston. Assim, essas cidades portuárias do Atlântico passaram a ter ao seu dispor uma vasta hinterlândia a oeste, que se ampliava e enriquecia amparada pela construção de estradas e ferrovias. Nestas novas zonas de colonização, às quais os plantadores de cana do sul tinham acesso facilitado pela rede hidrográfica, passou a haver uma acirrada disputa no fornecimento de açúcar.

Sendo a produção açucareira da Louisiana inconstante e demasiadamente sujeita a variações climáticas danosas, além de geradora de uma mercadoria de “qualidade inferior”, os refinadores aumentaram a pressão sobre o governo federal, em prol da redução da tarifa de importação sobre os açúcares brutos (descritos como *brown sugars*) paralela à manutenção de elevadas tarifas sobre o refinado (*loaf sugars*). Tais medidas eram contrárias aos interesses dos agricultores da Louisiana, já que esse sistema tarifário tornava seu produto praticamente inviável diante da concorrência feita pela mercadoria caribenha, mais barata. O *lobby* dos refinadores do Norte, estabelecidos na Costa Leste, em torno de uma política açucareira internacional que lhes facilitasse o controle sobre o mercado interno, só foi plenamente atendido no dia 5 de agosto de 1861 – pouco após iniciada a Guerra de Secessão. Esta alteração nos rumos da política externa açucareira norte-americana marcou o início de uma longa fase de defesa dos interesses dos refinadores localizados nos estados do Norte sobre os produtores de cana estabelecidos nos estados do Sul.

Mapa 73: Guerra civil norte-americana: Norte contra Sul (1861-1865).

Disponível em: <<http://www.culturalresources.com/images/maps/USAcivilBig.jpg>>.

Assim foi que, a partir de 1861 começou a vigorar uma nova tarifa sobre a importação de açúcar, calculada com base no teor de pureza da mercadoria: “os direitos de importação seriam fixados com base no conteúdo de sacarose, de acordo com uma escala inexata mas prática para a época, o *Dutch Standard*, [por esse método de classificação, a tarifa] de importação se elevava na proporção da pureza do açúcar” (FRAGINALS, 1989, p. 263).²⁸¹ Em outros termos, quanto mais puro fosse o açúcar importado, mais ele seria tributado; quanto mais bruto, menor sua taxaço: “Na realidade [...essa lei] fora feita para fechar as portas a todo açúcar [de origem externa] próprio para o consumo direto” (FRAGINALS, 1989, p. 270).

²⁸¹ Taussig (1915) apresenta uma indicação minuciosa sobre como funcionava a classificação dos açúcares por meio do *Dutch Standard*, cuja identificação se baseava principalmente na cor do produto.

Tal medida foi aprovada mediante pressão política dos principais grupos refinadores, que haviam adaptado seus equipamentos industriais ao processamento desse açúcar de qualidade inferior. Passou então a predominar a importação de um açúcar pastoso, que pouco se diferenciava de um melaço grosso, tornando-se Cuba o fornecedor preferencial dos EUA. Surgiu entre os refinadores norte-americanos e os agricultores arcaicos cubanos uma relação de codependência, exponencialmente crescente com o passar do tempo. Como se nota no Gráfico 45, houve na segunda metade do século XIX, mais exatamente após a Guerra Civil, um recuo (relativo e absoluto) na produção de açúcar bruto na Louisiana, concomitantemente ao aumento das importações do açúcar bruto cubano. Submetendo-se aos interesses dos refinadores do Norte do país, os agricultores do Sul tiveram de se contentar em atender a uma parcela modesta do fornecimento nacional de açúcar. Abrir o mercado dos Estados Unidos ao produto bruto de origem externa era a única forma de sustentar o contínuo aumento verificado em sua demanda.

Gráfico 45: Estados Unidos: Açúcar bruto – Produção na Louisiana vs. importação de Cuba, em mil toneladas (1851-1900).

Em resumo, até 1861 não havia sido delineada uma política açucareira de caráter mais definitivo, em prol ou contrária ao estabelecimento da indústria nativa de açúcar nos EUA. A avaliação de alguns autores foi a de que, com a implementação do sistema tarifário imposto pela União, “[...] a questão da proteção aos refinadores surgiu no país mais cedo do que a de proteção aos produtores” (GRIFFIN, 1897, p. 303).²⁸² Pode-se dizer que a partir

²⁸² Do original: “[...] the question of protection to the refiners arose earlier than that of protection to the producers”, tradução nossa.

1861 passou a predominar nos Estados Unidos o consumo do açúcar cultivado no exterior e processado industrialmente internamente, e que, após refinado, era distribuído pelas grandes cidades costeiras e do interior do país, zona em pleno processo de ocupação econômica e demográfica. A Guerra Civil desestruturou por completo a agricultura da Louisiana e sua produção açucareira minguou, tardando três décadas para se recompor e retomar ao patamar *ante-bellum*. Esta manter-se-ia a partir então como uma zona fornecedora de açúcar de importância modesta e marginal às grandes refinarias: “Durante a década 1870-1880 a produção da Louisiana, flutuante de ano para ano, variava de 100 a 200 milhões de *pounds* por ano [45 a 90 mil toneladas]. As importações variaram de 1 bilhão a 2 bilhões de *pounds* [450 a 900 mil toneladas]” (TAUSSIG, 1915, p. 55).²⁸³ Quanto às refinarias da Costa Leste, estas passaram por um processo de aumento numérico e de crescimento do tamanho médio.

Em meados da década de 1850 já era patente que a refinação de açúcar tinha se tornado um dos negócios mais importantes dos Estados Unidos [...] [após a Guerra da Secessão] converteu-se na primeira indústria norte-americana [posição que manteria] durante vários lustros (FRAGINALS, 1989, p. 255 e 265).

As indústrias refinadoras de açúcar estabelecidas em Nova Iorque, por exemplo, passaram de quatro, no começo dos anos 1840, para 15, na década seguinte. Depois ampliaram-se uma vez mais para cerca de 30 unidades em funcionamento em 1869 conforme aponta Friginals (1989). Baseadas na mão de obra operária e assalariada, essas “[...] foram incorporando todos os avanços técnicos oriundos da indústria açucareira europeia, além de começarem, elas próprias, a criar novos processos e equipamentos” (FRAGINALS, 1989, p. 262).

Outro fenômeno importante da segunda metade do século XIX foi o grande aumento na taxa norte-americana de consumo de açúcar. O autor observa, ainda, que nos quase 30 anos compreendidos entre os quinquênios de 1840-1844 e 1869-1873 o consumo médio anual *per capita* quase triplicou, saltando de 6,6 para 16,9 quilos. Essa situação era propiciada pela ação de expansão da indústria refinadora nacional. Nos 30 anos seguintes a ampliação verificada no consumo *per capita* continuaria em nível exponencial, verificando-se

²⁸³ Do original: “During the decade 1870-80 the Louisiana output, fluctuating with the seasons, ranged from 100 to 200 million pounds a year [45.000 a 90.000 t]. The imports ranged from 1000 to 2000 million pounds [450.000 a 900.000 t]”, tradução nossa.

nova duplicação da taxa logo após a virada para o século XX: dos 24,7 quilos per capita/ano consumidos em 1890, o índice ampliou-se para 32,2 no ano de 1903 (SULZER, 1911).

8.1.4 *Marchando para o Oeste, dominando o Pacífico (a política do Destino Manifesto)*

Com um grande mercado consumidor já estabelecido e uma poderosa indústria refinadora implantada, os Estados Unidos passaram a demandar uma oferta cada vez maior de açúcar bruto. O país passou, então, a jogar geopoliticamente com os interesses dos possíveis “países” (reinos e colônias) fornecedores de açúcar bruto. Conforme discutido no capítulo anterior, a relação histórica existente entre o “Gran-Caribe” e os EUA em suas trocas açucareiras era marcada pelo predomínio do capital financeiro norte-americano sobre essas áreas, principalmente a partir do terceiro quartel do século XIX. Sobretudo entre os anos 1875 e 1930, a ação de empresas e cidadãos norte-americanos nas áreas açucareiras da América Tropical e do Pacífico foi profunda. Vimos mais detalhadamente o caso de Cuba, mas situações semelhantes podem ser narradas em outros territórios em que a presença norte-americana era intensa: Havaí, Filipinas, Porto Rico e República Dominicana, apenas para citar algumas. Para além de domínio na esfera econômica, o açúcar serviu de meio para dominação política dos Estados Unidos sobre uma série de territórios estrangeiros. Em suma, o açúcar teve inegável influência sobre o estabelecimento do imperialismo norte-americano.

Ao longo das décadas de 1880, 1890 e 1900 e por meio de sucessivas medidas legais – *Sugar acts* e *Tariff acts* – o país passou a adotar um esquema de importação de açúcar baseado num sistema diferenciado de taxaço para o produto externo. A partir desse momento, o capital norte-americano passou a financiar todo o processo produtivo nas terras tropicais “eleitas”, cabendo aos agricultores localmente estabelecidos participar de um rentável negócio. Como se mostrará, não foram inéditos os casos em que a artimanha de se ampliar a presença comercial dos Estados Unidos em territórios estrangeiros levou à sua posterior anexação política; e algumas das áreas que foram “agraciadas” com o privilégio econômico conferido pelo estabelecimento de um sistema tarifário preferencial sobre a exportação de açúcar foram anexadas, tornando-se parte integrante do ascendente “império” norte-americano. Veremos mais adiante dois casos em que os EUA contribuíram decisivamente para que se concretizasse o périplo da cana-de-açúcar em sua volta ao mundo, feita sempre em direção ao poente, ao oeste: os acordos açucareiros estabelecidos com o

Havaí e as Filipinas. Conforme se aproximava o fim do século, cada vez mais os EUA tendiam a relegar a um segundo plano a produção interna de açúcar bruto, passando a adquiri-lo cada vez mais intensamente em suas “vizinhanças” tropicais do Caribe e nas ilhas distantes do oceano Pacífico. Cada vez mais o açúcar se tornava uma moeda de barganha geopolítica para os norte-americanos.

Reverendo o contexto territorial vivenciado pelos Estados Unidos na segunda metade do século XIX verifica-se que, pela ótica da ética protestante, a concepção de sucesso vinculava-se à expansão de sua fé sobre os mais vastos territórios, feita esta por meio da disseminação do trabalho e da agricultura. Tal sucesso era visto como obra da predestinação divina. Imbuídos desse espírito, os colonos norte-americanos cruzaram o rio Mississipi, que até então era a fronteira ocidental do país, ocupando então a margem oeste dessa grande bacia hidrográfica. Num segundo momento transpuseram as *Rocky Mountains* (“Montanhas Rochosas”) e, como se sabe, ainda antes do início da Guerra da Secessão os EUA já tinham posto em pleno funcionamento sua campanha de “Marcha para o Oeste” e conquistado a Califórnia e o Oregon. Essa política de expansão territorial era incentivada pelo Congresso de Washington que, entre outros estímulos, promovia a doação de terras aos colonos. O intuito era garantir a soberania nacional sobre um território que abrangesse a América do Norte de costa a costa (*coast to coast*), o que se concretizou entre 1803 e 1853. Após comprar os territórios de Louisiana (da França, em 1803), Flórida (Espanha, 1819) e Oregon (Inglaterra, 1846) e anexar a República do Texas (1845) e mais de 60% da área original da República do México (1848), a Califórnia tornara-se o *locus* e o destino da “Corrida do Ouro”. Este *Far West* foi, desde a primeira metade do século XIX, a principal zona de expansão territorial dos Estados Unidos. Os Mapas 74 e 75 fazem referência a esse momento histórico marcado pela intensa expansão territorial dos EUA para Oeste, caracterizada por uma espécie de “imperialismo interno” promovido sobre as nações indígenas e também sobre as potências vizinhas.

Mapa 74: Estados Unidos: áreas de expansão territorial, com hidrografia principal (1783-1853).

Disponível em: <http://www.lib.utexas.edu/maps/historical/ward_1912/us_expansion_1848.jpg>.

Durante a Guerra Civil, entre 1863 e 1869, foi construída a ferrovia do Pacífico, a primeira transcontinental a operar nas Américas. Ela ligava Omaha, na margem do rio Mississippi, na divisa do Nebraska com Iowa, cruzando as Montanhas Rochosas em direção a *Salt Lake City*, seguindo por áreas semidesérticas até a Califórnia, atingindo Sacramento e, em seguida, São Francisco. No Meio-Oeste e nas pradarias centrais o *Corn Belt* (Cinturão do Milho) já havia se estabelecido e despontava como uma nova e rica região agrícola do país. No Golfo do México, Nova Orleans continuava sendo a única área produtora de açúcar bruto dos EUA, sendo marcada na maior parte da segunda metade do século XIX por um período de decadência econômica.

Mapa 75: Estados Unidos: a malha ferroviária (1870) e o *Sugar Trust* (1897).

8.1.5 O Sugar Trust (1887)

Entre as décadas de 1870 e 1900, aproximadamente, deu-se a chamada Segunda Revolução Industrial,²⁸⁴ iniciando o que viria a ser conhecido como período do capitalismo financeiro ou monopolista nos EUA. Especificamente no caso da indústria refinadora açucareira norte-americana, as características fundamentais dessa fase do capitalismo mundial

²⁸⁴ Esta marcava-se por estender a Revolução Industrial a outros países, tais como Estados Unidos, Alemanha e Japão, e por ampliar o número de tecnologias ao dispor da produção de bens voltada ao consumo em massa. Podem-se destacar o surgimento da eletricidade, do motor a combustão e da prensa móvel a vapor, entre outras invenções.

não tardaram em aparecer, convertendo-a numa “[...] indústria de grande escala, das primeiras a ser dominada pelos *trusts*” (TAUSSIG, 1915, p. 53).²⁸⁵

[...] o ano de 1869 marcou o início do rapidíssimo processo de concentração da produção em algumas grandes empresas, e o número de refinarias caiu verticalmente [...] só no porto de Nova York concentravam-se 58,42% das exportações cubanas para os Estados Unidos, e 80% desse açúcar era beneficiado por quatro refinarias [...] que tinham muitíssimas razões para se associarem e muito poucas para competirem entre si” (FRAGINALS, 1989, p. 265-266).

Para se ter uma ideia da importância assumida pela atividade, basta mencionar que em Nova Iorque a “[...] refinação de açúcar foi a indústria mais lucrativa da cidade desde 1870 até a Primeira Guerra Mundial; 59% de açúcar bruto importado pelo país era processado lá em 1872 e 68% em 1887”.²⁸⁶ Eram indícios de que ascendia ao poder, baseado naquela cidade, aquele que se tornaria conhecido como o *Sugar Trust*. Sua figura central foi o empresário capitalista H. O. Havemeyer, que fundou em 1887 a companhia *The Sugar Refineries*. Esta foi prontamente interpelada na justiça pela lei antitruste, reorganizando-se em 1891 sob o nome de *The American Sugar Refining* – sendo, no entanto, mais conhecida apenas como *the trust*. Conforme relatou Sulzer (1911, p.5), o estabelecimento dessa corporação partiu da fusão de “[...] 17 refinarias, incluindo-se todas as dos Estados Unidos, à exceção de apenas quatro ou cinco”.²⁸⁷

Parte das refinarias que foram adquiridas na Costa Leste era propositadamente fechada ou mantida em *stand by*, como “peças sobressalentes” de um grande sistema de refinação de açúcar. Essa metodologia de comprar empresas de pequeno e médio portes para encerrar suas atividades caracterizava a eliminação gradual da concorrência interna no setor. Dentre as empresas adquiridas estavam a De Castro & Donner Sugar Refining Co., Oxnard Bros. Co., Moller & Sierck Co., North River Sugar Refining Co., St. Louis Sugar Refining Co., Forest City Sugar Refining Co., Boston Sugar Refining Co., United States Sugar

²⁸⁵ Do original: “[...] great-scale industry, and was dominated by one of the earliest of the trusts”, tradução nossa.

²⁸⁶ Ver: <<http://www.nyfoodmuseum.org/sugar.htm>>. Acesso em: 22 maio 2014. Do original: “[...] *sugar refining was the city's most profitable manufacturing industry from 1870 until the First World War; 59% of the country's imported raw sugar was processed there in 1872 and 68% by 1887*”, tradução nossa.

²⁸⁷ Do original: “[...] *17 refineries, including all in the United States except four or five*”, tradução nossa.

Refining Co. and Delaware Sugar Refining Co.”, todas compradas pelo *Trust*. Entre as refinadoras que foram adquiridas e não encerraram suas atividades, destaca-se especialmente a Western Sugar Refining Co., localizada em São Francisco, Califórnia, na Costa Oeste (SULZER, 1911). Esta era responsável pelo processamento industrial da quase totalidade do açúcar produzido no Havai e remetido aos EUA. Nas décadas de 1880 e 1890 “[...] o *trust* era ainda praticamente o único comprador do açúcar bruto feito na Louisiana” (TAUSSIG, 1915, p. 110).²⁸⁸ Em suma, o grande mercado interno açucareiro norte-americano tornou-se de domínio virtualmente exclusivo do *Trust*. Este manipulava o preço doméstico do produto a partir do amplo controle sobre sua oferta. Operava em certas ocasiões em situação de ociosidade fabril proposital, objetivando com isso unicamente a sustentação dos preços internos em patamares mais elevados.

Entre 1861 e 1890 pouco havia variado a orientação sobre a política externa açucareira dos Estados Unidos, que pautara-se na taxação diferenciada entre o açúcar bruto e o refinado (a diferença sendo conhecida como o *differential*); e, ainda que o valor dessa tarifação tenha oscilado (como em 1870 e em 1883), sua essência se manteve a mesma. Somente em 1890, com o chamado *McKinley bill*, essa situação se alterou. Tal instrumento legal isentou os açúcares bruto e refinado de procedência externa das tarifas alfandegárias às quais, até então, estavam atreladas. O açúcar externo ganhou, desse modo, acesso *duty free* ao mercado norte-americano.²⁸⁹ Para não desamparar por completo seus agricultores internos, que à época se resumiam aos canavieiros da Louisiana e aos beterrabeiros recém estabelecidos no Kansas, foi estabelecida uma bonificação como forma de recompensa, no valor de dois centavos de dólar por *pound* fabricado. A opção dessa política era clara: priorizar a compra da mercadoria de procedência externa, feita nos lugares onde sua produção era mais barata e regular, sem impossibilitar a produção interna, feita em grande medida à mercê das complicadas condicionantes climáticas. Como não poderia deixar de ser, a partir de 1890 cresceu o volume de açúcar importado pelos EUA. Diante dessa maior disponibilidade, novos refinadores surgiram no mercado norte-americano, desafiando a posição hegemônica que o *Trust* mantinha. Ao se aproximar o fim do século XIX a importância relativa dessa grande empresa sobre o consumo total de açúcar nos Estados Unidos decaiu um pouco: de

²⁸⁸ TAUSSIG, 1915. Originalmente: “*The trust was virtually the sole purchaser of raw sugar in Louisiana*”, tradução nossa.

²⁸⁹ Em 1894 e em 1897 passaria por revisões que alterariam a política generalizada de “*duty free*” sobre as importações para outras modalidades de taxação, inclusive aquelas que priorizariam acordos estabelecidos bilateralmente.

uma parcela de mercado equivalente a aproximadamente 76% do total, inicialmente verificada em 1894, reduziu para 68% em 1899, caindo ainda mais até atingir 58%, em 1904. Essa redução relativa de sua participação no mercado doméstico não se deveu somente ao surgimento dos chamados “refinadores independentes”, mas também ao nascimento da indústria nacional de açúcar de beterraba. Segundo Sulzer (1911, p. 16), a “[...] produção de açúcar de beterraba em 1898 foi de apenas 1,5 por cento da produção total de açúcar refinado, e subiu para 5,1 por cento em 1902 e 10 por cento em 1903”. Segundo esse autor (1911, p. 16), ao mesmo tempo as refinarias independentes de cana-de-açúcar “[...] passaram de 255 mil toneladas em 1893 para 925 mil toneladas em 1902”.²⁹⁰ A partir de 1903 o *Sugar Trust* passou então a investir também na produção de açúcar de beterraba no interior do país, intentando manter seu fugidio monopólio inclusive nas áreas interioranas mais remotas, onde “[...] grandes investimentos na compra de ações foram feitas em diversas empresas de açúcar de beterraba, da Califórnia até o Michigan; e fábricas adicionais foram erguidas por empresas subsidiárias” (TAUSSIG, 1915, p. 112).²⁹¹

Mas era no refino do açúcar bruto importado que o *Trust* tinha o seu grande negócio. Em 1903, o grupo era proprietário de refinarias localizadas em Nova Iorque, Filadélfia, Nova Orleans, Boston, São Francisco e Baltimore – a ordem da listagem indicando aproximadamente o grau de importância de cada um desses centros de refinação. Num país de vasta extensão o frete exerce importante reflexo sobre o custo final da mercadoria, de modo que “[...] cada um dos grandes centros de refino abrangia um território considerável que era provido quase exclusivamente a partir desse centro” (SULZER, 1911, p. 5).²⁹²

Como em função da ampliação do mercado interno cada vez mais os Estados Unidos precisavam recorrer ao açúcar externo – sobretudo o cubano – para se abastecer, já no início do século XX o país se caracterizava por sua elevada dependência em relação ao fornecimento de açúcar externo. Ainda em 1903 o quadro de distribuição relativa da oferta de açúcar no mercado interno norte-americano revelava as seguintes proporções:

²⁹⁰ Do original: “The output of beet sugar in 1898 was only 1.5 per cent of the total production of refined sugar, and rose to 5.1 per cent in 1902 and 10 per cent in 1903”. E “which rose from 256,394 tons in 1893 to 924,106 tons in 1902”, tradução nossa.

²⁹¹ Do original: “[...] large purchases were made of shares in various beet-sugar companies, from California to Michigan; and additional factories were erected by subsidiary companies”, tradução nossa.

²⁹² Do original: “[... being] the freight on sugar an important item, each of the great refining centers has a considerable territory which is supplied almost exclusively from that center”, tradução nossa.

Gráfico 46: Estados Unidos: origem do açúcar consumido internamente, em % (1903).

Portanto, menos de 100 anos após seu início, a indústria de fabricação/refino de açúcar nos Estados Unidos passara de uma condição incipiente para a de grande indústria nacional, convertendo-se na transição do século XIX para o XX num poderoso agente da geopolítica imperialista do país. Diante dos anseios de Washington em exercer sua influência de forma crescente nas Américas mas também no oceano Pacífico, o fornecimento exclusivo de açúcar bruto proveniente do Caribe passou a ser insuficiente para atender a suas renovadas aspirações. É nesse sentido que se entende os diversos acordos de tarifação preferencial estabelecidos com o Havaí e as Filipinas, territórios que posteriormente seriam anexados pelos EUA.

8.1.6 Anexação do Havaí (1876)

Localizado estrategicamente no centro do oceano Pacífico, o Havaí é um arquipélago composto por 132 ilhas, sendo que apenas oito são habitadas atualmente. O território, conhecido historicamente como Ilhas Sanduíches, nome dado pelo britânico James Cook que registrou a sua descoberta em 1778, era habitado por nativos polinésios desde muito antes da chegada dos primeiros europeus. Importante destacar que o capitão Cook, ao atracar,

“[...] encontrou a cana-de-açúcar já cultivada, e os nativos fazendo uso de seu produto” (GEERLINGS, 2013, p. 348).²⁹³

O arquipélago era então povoado por uma série de tribos, sob o comando de um chefe nativo. Possuía uma sociedade bastante organizada, baseada no sistema de arrendamento das terras comunais. Auxiliado pelos europeus e seus armamentos, o chefe indígena Kamehameha, em 1782, após uma longa “guerra interna”, conseguiu unificar o arquipélago, instituindo uma monarquia aos moldes europeus. Governou o Havaí até 1872, contribuindo de forma significativa para a prosperidade econômica da região. Tendo em vista a sua privilegiada posição geográfica, o Havaí tornou-se logo um ponto de escala utilizado pelos navios europeus e norte-americanos em suas longas viagens feitas pelo Pacífico. Dessa forma, desde 1820 os nativos passaram a vender água potável e suprimentos para os navios que lá aportavam. Datam da mesma época registros de comércio do arquipélago havaiano com a China. Durante o século XIX, o Havaí recebeu grandes contingentes de imigrantes, com predomínio dos asiáticos, destacando-se os chineses, seguidos por polinésios e japoneses. Deve-se mencionar também a imigração de portugueses, oriundos sobretudo das ilhas de Açores e da Madeira, que se dedicaram ao cultivo da cana-de-açúcar. Desde a década de 1850 residiam no arquipélago missionários norte-americanos, que exerciam uma crescente atividade religiosa, cultural e econômica.

Visando aumentar sua presença naquelas ilhas estratégicas ao comércio e à movimentação transpacífica, os EUA lançaram uma série de medidas econômicas para aproximar os nativos havaianos dos interesses norte-americanos. Uma das mais importantes medidas foi isentar a barreira tarifária sobre o açúcar produzido no Havaí. Diversos autores concordam que essa medida de aproximação econômica foi tomada mais por motivações políticas que comerciais propriamente ditas.

O tratado de 1876 previa a reciprocidade de livre admissão para os Estados Unidos e para as ilhas havaianas de certas *commodities*, entre as quais o açúcar constituía o único artigo considerável do comércio [...] [mas] a principal razão para o estabelecimento deste acordo não foi tanto a

²⁹³ Do original: “[...] found sugar cane already growing, and the natives using the produit”, tradução nossa. Como veremos no próximo capítulo, o cultivo da cana - e do coco - era presente em praticamente todas as ilhas do oceano Pacífico, inclusive as mais remotas e menos ocupadas.

vantagem comercial para os Estados Unidos, mas sim as considerações políticas e os interesses de Estado (GEERLINGS, 2013, p. 348).²⁹⁴

A admissão livre e irrestrita do açúcar havaiano nos Estados Unidos serviu de forte estímulo para que alguns cidadãos estadunidenses migrassem para o arquipélago, onde, com apoio sobretudo da mão de obra japonesa, estabeleceram uma moderna indústria açucareira.

A livre entrada de açúcar nos Estados Unidos [...] [faz] o açúcar havaiano naturalmente encontrar seu caminho para a costa do Pacífico, e aí ser vendido a um preço elevado [...] suprimindo toda a Califórnia e outros Estados costeiros e, conforme as importações das ilhas crescem, abre-se o caminho para o leste em direção ao rio Missouri (TAUSSIG, 1915, p. 58).²⁹⁵

Geopoliticamente, replicavam-se os discursos feitos meio século antes por parte de Jefferson e Adams acerca de uma possível anexação com Cuba, enxergando uma ligação natural entre o Havaí, território de economia frágil e localização estratégica, e o império norte-americano em constituição. Agora, entretanto, o foco expansionista dos EUA voltava-se para o Pacífico, e não mais apenas para o Caribe ou o *Far West*.

Fazendo-se uma analogia simplista, pode-se dizer que, no que se refere ao fornecimento de açúcar bruto aos EUA, o Havaí foi uma espécie de “Cuba da Costa Oeste”. A principal diferença entre ambas – e justo isso lhes conferia complementaridade no que se refere aos aspectos agrônômicos envolvidos – é que a ilha cubana (e as Grandes Antilhas, em geral) tinha sua colheita realizada no primeiro semestre (entre dezembro e maio), ao passo que no Havaí (assim como Filipinas e Java) o período de safra era fixado no segundo semestre do ano (entre julho e dezembro). A diferença principal entre ambas, no que consiste ao plano político, é que Cuba não foi anexada de fato aos Estados Unidos, ao passo que a República do

²⁹⁴ Do original: “[...] the treaty of 1876 [that] provided for the reciprocal free admission into the United States and the Hawaiian islands of certain commodities, among which sugar was the only considerable article of commerce” [...] “The principal reason for entering upon this agreement was not so much the commercial advantage for the United States as political considerations and State interests”, tradução nossa.

²⁹⁵ Do original: “The free admission of sugar into the United States [...] [makes] the Hawaiian sugar naturally found its way to the Pacific coast, and there was sold at the full American duty-paid price [...] [and] soon supplied the whole of California and the other coast states, and, as the imports from the islands grew, made its way eastward toward the Missouri river”, tradução nossa.

Havaí, proclamada em 1894, teve curta duração, findando-se em 1898 com sua incorporação aos EUA.

Na Califórnia, a refinaria Western Sugar Company, fundada por Spreckels ²⁹⁶ em 1867 e localizada em São Francisco, era o principal destino do açúcar bruto havaiano. Conforme os negócios da principal refinaria do oeste norte-americano cresciam, seus administradores resolveram tomar uma série de atitudes ousadas. Primeiro adquiriram e modernizaram as principais plantações existentes no arquipélago havaiano, respondendo em 1892 pela metade de sua safra (GALLOWAY, 2005, p. 227). Em 1889, fundaram uma refinaria filial na Costa Leste, na Filadélfia, ali passando a fazer concorrência direta ao *Sugar Trust*. O resultado foi sua incorporação ao *Trust*, em 1892, iniciativa tomada por H. O. Havemeyer. A partir do momento em que se tornou controlador da refinaria californiana, o poderoso magnata chefe do *Trust* tratou de ampliar sua capacidade produtiva ao máximo, tornando-a a maior refinaria em atividade em todo o país durante a década de 1900. Após a abertura do Canal do Panamá (1913), o açúcar havaiano passou a ser comercializado também em Nova Iorque, aumentando sua inserção no mercado norte-americano. Após a aproximação política e comercial com os Estados Unidos, a produção açucareira do Havaí cresceu vertiginosamente, ano após ano, de forma constante até as vésperas do *crack* da Bolsa de Nova Iorque, que ocorreu em 1929.

²⁹⁶ Claus Spreckels, o fundador da empresa, era um imigrante de origem alemã estabelecido na Costa Leste dos EUA e que, vislumbrando a possibilidade de fazer bons negócios no mercado açucareiro norte-americano, voltou para sua terra natal, onde especializou-se na indústria da refinação em Magdenburgo. Depois retornou aos EUA e migrou para a Costa Oeste, onde deu início a uma grande fortuna familiar.

Gráfico 47: Estados Unidos: Produção de açúcar no Havaí, em mil toneladas (1875-1925).

8.1.7 Anexação das Filipinas (1902)

Destacamos aqui outro acordo de fornecimento preferencial de açúcar aos Estados Unidos por meio de um sistema tarifário diferenciado: o das Filipinas. Assim como no caso havaiano, também em território filipino o colonizador europeu se deparou, ao chegar, com o cultivo da cana já instalado: “Quando [Fernão de] Magalhães, em 1521, descobriu estas ilhas, ele já encontrou uma indústria de açúcar existente em pequena escala, mas inteiramente semelhante ao sistema chinês [...] fato que aponta indubitavelmente à origem chinesa de sua indústria” (GEERLINGS, 2013, p. 95).

As Filipinas compõem-se atualmente de um vasto arquipélago da Insulíndia, localizado próximo à linha do Equador, composto por mais de sete mil ilhas distribuídas por cerca de 300 mil quilômetros quadrados de extensão. Abriga uma pluralidade de etnias, línguas e culturas, dispondo também de abundantes recursos naturais. Antes de sua descoberta pelos espanhóis, os nativos dessas ilhas já realizavam trocas culturais e comerciais com chineses, malaios, indianos e também com povos islamizados.

Tornando-se parte integrante do Império Espanhol em 1521, a descoberta de suas ilhas está intimamente relacionada à ideia de périplo. Durante a viagem de circum-navegação feita por Fernão de Magalhães, destinada a encontrar uma rota alternativa para comercializar especiarias com a Índia, o eminente navegador descobriu, em primeiro lugar, um enorme oceano, que batizou de Pacífico, em 1520; e um pouco mais tarde, um conjunto de ilhas que hoje formam as Filipinas, denominadas à época de San Lázaro – onde morreu em combate. A Espanha, interessada em alcançar as riquezas das chamadas Índias Orientais, estabeleceu uma nova rota marítima conhecida como “o Oriente pelo Poente” (em referência ao fato de a navegação ser constantemente para o oeste, sempre em direção ao poente). Com tal rota pretendia criar uma alternativa ao comércio realizado via terrestre por meio do Império Otomano e do Mundo Árabe, então monopolizado pelos comerciantes de Veneza e de Gênova.

Os espanhóis já haviam sido bem-sucedidos com sua grande navegação de 1492, quando Colombo aportou nas Américas descobrindo as Índias Ocidentais. A partir dessas “Grandes Navegações” os conquistadores da Espanha descobriram, ocuparam e dominaram um vasto império de escala mundial. Sob o reinado de Felipe II se iniciou o chamado Século de Ouro (1521-1643) do Império Castelhana, que tem como centro de sua capital geopolítica a cidade de Madri, cabendo a Sevilha o papel de principal ponto de organização das possessões ultramarinas. Nesse período áureo foi cunhada a expressão de que “o Sol não se punha no Império”, tal a vastidão dos territórios colonizados pelos espanhóis. Nesse contexto, em homenagem ao rei Felipe II, no ano de 1543 deu-se o nome de “Las Islas Filipinas” à duas das ilhas que compunham o então recém “descoberto” arquipélago localizado no “Sudeste Asiático”.

Em 1571, os espanhóis estabeleceram sua capital na cidade de Manila, que dominariam por mais de 300 anos. Assim as Filipinas transformaram-se num importante entreposto comercial espanhol na Ásia, servindo de base para o comércio de tecidos e especiarias, também negociando com açúcar. Durante o século XVIII a região foi constantemente atacada por “piratas” chineses, sofrendo também uma série de tentativas de invasão por parte de outros colonizadores de origens portuguesa, holandesa e inglesa.

Ao findar a Guerra dos Sete Anos (1756-1763), quando Espanha e França enfrentaram Grã-Bretanha e Portugal em função de divergências em seus interesses coloniais,

os ingleses acabaram se apossando tanto de Manila, nas Índias Orientais, quanto de Havana, nas Índias Ocidentais. O Tratado de Paris (1763) colocou fim a essa guerra, ficando estabelecido que a Espanha recuperaria estas duas colônias estratégicas, mas em troca teria de abrir seus portos ao livre comércio com a Inglaterra. Ainda em decorrência dessa guerra, na América do Norte a França entregou a Luisiana para a Espanha, e esta, por sua vez, cedeu a Flórida para a Grã-Bretanha – ambas possessões transitórias de duração relativamente curta. O enfraquecimento gradual do poderio geopolítico do Império Espanhol, ao longo do século XIX, culminou com a guerra travada contra os Estados Unidos e com a perda de alguns territórios outrora considerados estratégicos para a Coroa de Espanha.

Desde pelo menos a década de 1860 os filipinos já eram importantes exportadores de açúcares de “qualidade inferior” para a Inglaterra, Espanha, China e Japão (e, por vezes, para a Austrália também). Especialmente na década de 1880 puderam ser observadas grandes remessas de açúcar das Filipinas para os EUA, país que chegou a comprar 77% do volume filipino exportado em 1887. A participação norte-americana nas importações do açúcar produzido nas Filipinas decaíram na década seguinte, tendo também o volume total exportado se contraído em grande parte como resultado do processo interno da luta pela libertação política ante o controle espanhol então ainda vigente. No contexto da “Guerra Hispano-Americana” (1898),²⁹⁷ que envolveu as já mencionadas disputas sobre os territórios caribenhos de Cuba e Porto Rico, eclodiram também a “Revolução Filipina” (1896-1898) e a “Guerra Filipino-Americana” (1899-1902), opondo os interesses das duas nações.²⁹⁸ Ao fim desse período turbulento, as Filipinas, assim como Guam, haviam deixado de ser território espanhol, passando ao controle efetivo dos Estados Unidos.

Quanto às vendas de açúcar filipino para os norte-americanos, estas só retomariam o mesmo patamar atingido antes dos conflitos (em termos de volume e de participação sobre o total das vendas) após o estabelecimento de uma série de acordos preferenciais de fornecimento açucareiro entre ambos. Por meio desses acordos a produção açucareira filipina teve grande estímulo e voltou a crescer após o declínio verificado durante o

²⁹⁷ A eclosão da guerra nas Filipinas foi de grande impulso para o Senado norte-americano votar favoravelmente à incorporação do Havaí pelos EUA, em 1898.

²⁹⁸ A “Guerra Filipino-Americana” foi de grande proporção e Burdeos (2008) estima terem sido bastante elevadas as baixas dela decorrentes naquele arquipélago: 16 mil combatentes filipinos perderam suas vidas, sendo estimadas as mortes de civis entre 250 mil e 1 milhão, em grande parte devido a fome e doenças.

período conflituoso, passando a vincular suas exportações exclusivamente com o mercado norte-americano.

Gráfico 48: Estados Unidos: Compra de açúcar sobre o total exportado pelas Filipinas, em % (1875-1910).

Findas as animosidades, o governo dos Estados Unidos tentou aproximar-se de seu novo território colonial com base em vínculos comerciais que fossem possivelmente mutuamente proveitosos. O açúcar, uma vez mais, assim como o tabaco e outros produtos tropicais, esteve entre os ingredientes elencados para dar maior adesão ao contrato. Com esse intuito, logo em 1902 os EUA reduziram a tarifa de importação sobre o açúcar filipino em 25%, sendo esse valor restituído ao vendedor no ato da exportação (*drawback*). Em 1909 o governo norte-americano ampliou o benefício aos canavicultores estabelecidos nas Filipinas por meio da “Lei Tarifária Payne-Aldrich”. Por essa normativa legal os EUA concediam total isenção tarifária para o açúcar filipino até um teto máximo de 300 mil toneladas anuais. Essa medida pioneira antecipou aquele que seria, anos mais tarde, o modelo padrão da comercialização internacional de açúcar pelos norte-americanos: a importação via TRQ’s.²⁹⁹

Esses estímulos tarifários logo se refletiriam no aumento da produção açucareira filipina, no aumento de suas exportações para os Estados Unidos e da presença política, social e econômica dos norte-americanos no “Sudeste Asiático” e no “Extremo Oriente”. Ainda maior seria o impacto causado pela “Lei Tarifária Underwood-Simmons”, de 1913, que manteve a condição de *duty free* do açúcar filipino no mercado doméstico estadunidense e,

²⁹⁹ O tema será abordado mais adiante.

ainda, tornou-o *quota-free*, ou seja, eliminou a limitação anteriormente estabelecida em “apenas” 300 mil toneladas de açúcar isento da tarifação alfandegária.

Sob estes estímulos, a indústria de açúcar das Filipinas desenvolveu-se e expandiu-se. Quarenta e sete usinas foram estabelecidas antes da última guerra mundial [1939]. A produção aumentou 502%, de cerca de 205 mil toneladas no ano-safra 1912-1913 a um máximo recorde de 1,56 milhões de toneladas em 1933-1934.³⁰⁰

Com a transição do século XIX para o XX teve início uma duradoura fase de codependência açucareira artificialmente nutrida entre os Estados Unidos e seus territórios obtidos no oceano Pacífico: o Havaí e as Filipinas.

Gráfico 49: Estados Unidos: Aumento da produção de açúcar no Havaí e da exportação de açúcar nas Filipinas, em mil t (1875-1925).

No que se restringe à canavicultura, pode-se dizer que a principal diferença em relação ao papel desempenhado pelos norte-americanos no desenvolvimento da produção do Havaí e das Filipinas está no fato de que no primeiro caso foi necessário criar, a partir quase

³⁰⁰ *Sugar Regulation Administration* (SRA). Informações e estatísticas disponíveis em: <<http://www.sra.gov.ph/>>. Acesso em: 22 maio 2014. Do original: “Under this stimulus, the Philippine sugar industry developed and expanded. Forty seven mills were established before the last world war [1939]. Production rose by 502% from 206,000 tons in the 1912-1913 crop year to an all time high of 1,565,405 tons for 1933-1934”, tradução nossa.

que do zero, uma nova indústria. No segundo, as bases dessa indústria já existiam, carecendo apenas serem ampliadas, modernizadas e redirecionadas ao ávido mercado consumidor dos Estados Unidos. Ambos os casos atestam como as aspirações imperialistas dos EUA no oceano Pacífico contribuíram para que a cana-de-açúcar desse sua “volta ao mundo”, retornando às suas origens no Arquipélago Malaio, no encontro das águas do Pacífico com o Índico, agora não mais enquanto manufatura de caráter local e sim sob a condição de mercadoria internacional.

8.2 História açucareira moderna: 1929-2008

As bases do atual sistema de produção de açúcar nos Estados Unidos foram estabelecidas durante um período de grande depressão econômica no mundo capitalista, datando de 1934. Quanto ao padrão atual de comercialização internacional da mercadoria, o sistema vigente no país teve início em 1961, num contexto geopolítico global marcado pela Guerra Fria. Tanto o sistema interno de produção quanto o externo de comercialização datam, portanto, de meados do século passado, motivo pelo qual estabeleceu-se a década de 1930 como marco inicial da história açucareira moderna do país.

8.2.1 A Lei do Açúcar de 1934 e a Emenda Jones-Costigan

Com o *crack* da Bolsa de Nova Iorque, em 1929, e a “Grande Depressão” econômica que se seguiu, a política agrícola norte-americana teve de tomar novos rumos. Como parte do *New Deal* elaborado por iniciativa do presidente Franklin D. Roosevelt, em 1933 foi aprovado o primeiro *Farm Bill*,³⁰¹ o *Agricultural Adjustment Act* (AAA, “Lei de Ajuste da Agricultura”). Consequentemente, em 9 de maio de 1934 a “Emenda Jones-Costigan” (também conhecida por “Lei do Açúcar de 1934”) foi estabelecida, tendo sido sua aprovação um marco histórico: “[...] a política açucareira moderna dos EUA teve início em

³⁰¹ *Farm Bills* são o principal instrumento do governo federal para orientar as políticas nacionais voltadas à agricultura. Sua revisão se faz a cada cinco anos, tendo a primeira sido instituída em 1933. Tradicionalmente, sempre fizeram referência aos programas de *commodities* agrícolas, aspectos comerciais, acesso ao crédito, pesquisa e desenvolvimento, segurança alimentar, temas ambientais e, mais recentemente, aspectos vinculados à bioenergia.

1934, através das disposições da Lei do Açúcar de Jones-Costigan” (WILTGEN, 2007, p. 18).³⁰²

Desde então o açúcar é considerado sob o aspecto de uma “*commodity* básica”, tomando a orientação que seguiria pelos 80 anos seguintes: até hoje a política açucareira norte-americana se pauta nos princípios estabelecidos por essa emenda constitucional.³⁰³ Seus principais objetivos foram estabilizar o preço interno do açúcar e assegurar “justo retorno” aos produtores domésticos. Para tanto, se esforçava por equilibrar a relação entre oferta e procura do produto. Sua implementação permitiu o controle estatal sobre a produção, o preço e a importação de açúcar por parte dos EUA. Outras medidas relevantes da “Emenda Jones-Costigan” foram a cobrança de uma taxa sobre a produção, a ser revertida para o fundo de compensação de preços, e a existência de uma preocupação social com relação aos refinadores de açúcar, aos agricultores de cana e de beterraba, assim como aos trabalhadores dessas agroindústrias.

O primeiro desafio foi estabelecer como se daria a delimitação da produção doméstica de açúcar autorizada pelo Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA) – tanto a de cana quanto a de beterraba – o que se realizou por meio do estabelecimento de cotas de produção. Para a consecução do acordo, houve muito debate parlamentar no congresso norte-americano, em que os interesses dos produtores de açúcar de beterraba da *mainland*³⁰⁴ conflitavam com os dos canavieiros de *offshore*³⁰⁵ (Havaí, Porto Rico, Filipinas e Ilhas Virgens). O tratamento igualitário dado a ambos ratificou a grande importância conferida pelo Estado para a manutenção do elo de codependência econômica estabelecido entre os seus territórios ultramarinos produtores de cana e o mercado consumidor interno dos Estados Unidos. Também o acesso externo ao mercado norte-americano passou a ser controlado por meio de Cotas de Importação, ficando estas atribuídas quase que exclusivamente a Cuba. Por meio dessa primeira “Lei do Açúcar” dividiu-se o suprimento do mercado norte-americano de açúcar de forma quase tripartite entre os produtores dos EUA continental, os dos EUA insular e os estrangeiros:

³⁰² Do original: “[US] modern sugar policy was initiated in 1934 through the provisions of the Jones-Costigan Sugar Act”, tradução nossa.

³⁰³ A *Jones-Costigan Amendment* surge no mesmo momento histórico em que, no Brasil, Getúlio Vargas cria o Instituto do Açúcar e do Alcool, conforme veremos em outro momento desta tese.

³⁰⁴ EUA continental.

³⁰⁵ EUA insular.

Gráfico 50: Estados Unidos: Distribuição das cotas de açúcar pelo *Sugar Act* de 1934.

Cuba, há tempos a principal fonte de açúcar para os Estados Unidos, permaneceu com a maior fatia do mercado após a fixação do sistema de cotas de 1934. Sua participação foi estipulada em quase 30% do total, ou 1,95 milhão de toneladas – sensível redução frente às 4,1 exportadas em 1929 (DYE, 2005).³⁰⁶ Seguiram-lhe em importância os produtores internos de beterraba, que muito tinham aumentado sua atividade entre 1900 e 1930. Sua cota aprovada foi de 1,55 milhão de toneladas. Pela ordem decrescente, vinham em seguida as Filipinas (1,05 milhão de t), o Havai (971 mil t) e Porto Rico (843 mil t). Aos canavieiros “nacionais” estabelecidos na Louisiana e, incipientemente, também na Flórida, coube uma cota de 260 mil toneladas. Pode-se dizer que essa intervenção no mercado açucareiro norte-americano foi muito bem-sucedida com relação ao que se propunha, uma vez que os preços se mantiveram acessíveis aos consumidores, remunerativos aos produtores e as safras cresceram nos anos subsequentes.

Após uma série de debates questionando a legalidade ou não da emenda, foi aprovada, sem nenhuma alteração substancial, a “Lei do Açúcar de 1937” – ratificando uma vez mais o padrão de política e controle de mercado adotado no país. Esse conjunto legal originado nos anos 1930 marcou o modelo pelo qual se deu o intervencionismo estatal na economia açucareira norte-americana durante as décadas que se seguiram – vigorando sem

³⁰⁶ Lembremo-nos de que em 1934 revogava-se a *Platt Amendment*, acordo vigente entre os EUA e Cuba desde 1901.

grandes inovações até os dias de hoje. Assim é possível verificar que a base da política de defesa açucareira atualmente vigente nos Estados Unidos teve início nesse período de crise generalizada do sistema capitalista, em que ficou patente a eficácia da intervenção do Estado sobre o mercado por meio do *New Deal*.

O momento belicoso da Segunda Guerra Mundial desestabilizou o equilíbrio artificialmente estabelecido no mercado açucareiro norte-americano pela Lei do Açúcar de 1937, incidindo no patriótico dever do “acionamento voluntário” do consumo. Entretanto, essas adversidades não o cancelaram, pelo contrário, o estenderam até 31 de dezembro de 1947.

8.2.2 *A Lei do Açúcar de 1948 e a revisão do sistema de cotas de importação de 1961*

A “Lei do Açúcar” que seria aprovada em seguida nos EUA foi promulgada em 1948. Ela não trazia significativas alterações em relação ao que ficara estabelecido em 1934 e em 1937, mas podia-se notar um “retorno” da política externa açucareira norte-americana às Américas. Os conflitos da Segunda Guerra Mundial haviam castigado fortemente as lavouras canavieiras do Oriente, inclusive as de Havaí e Filipinas. Além disso, em 1946 esta última havia se tornado um país independente, autônomo do intervencionismo dos EUA. Em razão disso, estas foram as duas áreas que menos se beneficiaram da nova Lei do Açúcar, tendo o Havaí recebido um pequeno incremento em sua cota (ampliação de 81 mil toneladas, ou 8% em relação a 1934) e as Filipinas o único decréscimo verificado (menos 70 mil t, 7% de contração).³⁰⁷

Os grandes beneficiários da redistribuição das cotas, em termos absolutos e relativos, foram os canavicultores de Cuba, Porto Rico, Flórida e Louisiana. Em quantidade absoluta, o maior acréscimo foi concedido a Cuba: 859 mil toneladas, um expressivo aumento de 44%. De acordo com Alvarez e Polopolus (2012), os cubanos receberam esse aumento na cota como “gratificação” pelo esforço desferido para garantir o fornecimento açucareiro aos EUA durante os anos de guerra – fornecimento feito, diga-se de passagem, a preços abaixo dos praticados no mercado mundial. Assim, uma das hipóteses plausíveis para interpretar tal

³⁰⁷ Dados projetados para 1956, quando os efeitos deletérios da guerra sobre a produção açucareira já teriam sido superados. Fonte: DYE e SICOTTE, 2006, p. 37-38.

aumento é a de que a ilha teria sido agraciada pela fidelidade demonstrada, ampliando de forma meritosa sua participação no restritivo mercado norte-americano. Outra interpretação possível é de que os Estados Unidos simplesmente não tinham outro fornecedor em condições tão favoráveis e imediatas para abastecê-los com o açúcar de que necessitavam, a não ser retomando o comércio com Cuba, reduzido substancialmente desde 1929.

Já em termos relativos, os principais favorecidos com a revisão de 1948 foram os produtores de cana de *mainland*, ou seja, os fazendeiros da Louisiana e da Flórida, cujo aumento foi de 240 mil toneladas, ampliação equivalente a 92%. Os beterrabeiros norte-americanos perderam espaço relativo sobre o montante final, mesmo tendo recebido uma ampliação de 250 mil toneladas em sua cota (ou 16%), uma vez que sua participação “encolheu” de 23% para 21% do total consumido anualmente. Ainda digno de ser mencionado é o advento da participação dos “demais países estrangeiros”, cujo aumento absoluto de 89 mil toneladas torna-se ainda mais significativo quando associado ao seu aumento relativo, equivalente a 330%. Entre esses países, ganharam alguma relevância destacaram-se o México, a República Dominicana e o Peru, e, de forma bastante secundária, também El Salvador, Haiti e Nicarágua (BERMAN e HEINEMAN, 1963).

Gráfico 51: Unidos: Distribuição das cotas de açúcar pelo *Sugar Act* de 1948.

Tabela 12: Estados Unidos: Comparação entre os *Sugar Acts* de 1934 e 1948.

EUA: Comparação entre os “Sugar Acts” de 1934 e 1948.				
	Cota - mil t (1934)	Cota - mil t (1948)	Delta t (1934-1948)	Delta % (1934-1948)
Mainland Beterraba	1550	1800	250	16,1
Mainland Cana	260	500	240	92,3
Havaí	971	1052	81	8,3
Porto Rico	843	1080	237	28,1
Is. Virgens	4	12	8	200,0
Filipinas	1050	980	-70	-6,7
Cuba	1949	2808	859	44,1
Outros estrangeiros	27	116	89	329,6
MAPS-2014 FONTE: DYE, 2005, p. 207 e BROOKS e GREENWOOD, 1958, pp. 141-142.				

A Lei do Açúcar de 1948 estendeu-se sem maiores alterações até 1960, quando a relação diplomática entre os EUA e Cuba “esfriou”. Entre 1901 e 1960 os norte-americanos só compraram volumes significativos de açúcar externo de cubanos e filipinos (que até 1946 foi formalmente uma possessão dos EUA, por meio da *Commonwealth das Philippines*). Isso, porém, se alteraria naquele ano de 1960. Diante das transformações políticas ocorridas em Cuba, e em um contexto tenso de “Guerra Fria”, marcada pela “Crise do Mísseis”, os norte-americanos impuseram uma série de sanções econômicas contra a ilha, o que repercutiu diretamente nos negócios açucareiros. Em 1961, o presidente John F. Kennedy determinou como se daria, a partir de então, a relação açucareira entre os dois países, condição mantida nas cinco décadas seguintes, ainda hoje válida. Declarou o norte-americano: “Considero de interesse nacional que o montante das quotas de açúcar e de açúcar líquido para Cuba, nos termos da Lei do Açúcar de 1948, conforme alterada para o ano civil de 1961, deve ser zero”.³⁰⁸

Naquela época os interesses econômicos dos EUA na ilha eram patentes, e para nos atermos somente ao que se refere à questão açucareira, basta citar que no final da década

³⁰⁸ JProclamation 3401. Determination of Cuban Sugar Quota to Supplement the Quota Established by Proclamation n. 3.383. March 31, 1961. Disponível em: <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=24129>>. Acesso em: 22 maio 2014. Do original: “[...] I find it to be in the national interest that the amount of the quotas for sugar and for liquid sugar for Cuba pursuant to the Sugar Act of 1948, as amended, for the calendar year 1961 should be zero”, tradução nossa.

de 1950 os norte-americanos possuíam aproximadamente 25% das terras cubanas, 75% das terras aráveis e 50% das indústrias de açúcar e rum (USDA/FAS, 2008).

O cancelamento irrestrito da cota disponível para Cuba resultou na sua subdivisão e transferência para outras “nações amigas”, em especial para os países do *Western Hemisphere* (Hemisfério Ocidental, isto é, as Américas) (USDA/ASCS, 1962). A cota cubana era então de expressivas 3,12 milhões de toneladas, e a revisão feita gradualmente a partir de 1960 até seu cancelamento total em 1962. Esta grande revisão concebeu a entrada de 17 novos parceiros comerciais no fornecimento de açúcar aos norte-americanos: Brasil, Índias Ocidentais Britânicas (Jamaica e Barbados), Índia, República da China, Austrália, Índias Ocidentais Francesas (Guadalupe e Martinica), Colômbia, Equador, Costa Rica, Guatemala, El Salvador, Panamá, Holanda, Paraguai, Canadá, Reino Unido e Bélgica (elencados pela ordem decrescente de cotas) (USDA/ASCS, 1962). Cumpre mencionar que a distribuição das cotas deveria ser, “[...] preenchido por importações competitivas de açúcar bruto a partir de qualquer país que no ano atual e no ano imediatamente precedente já fosse um exportador líquido de açúcar” (USDA/ASCS, 1962, p. 9).³⁰⁹ Tratava-se portanto de uma condição incomum para o mercado açucareiro mundial da época, quando predominava na maioria dos países a produção voltada ao “autoconsumo” nacional. Algumas dessas alocações tinham muito mais um viés geopolítico, de declaração de aliança e parceria estratégica, do que importância concreta enquanto transação açucareira.

³⁰⁹ Do original: “[...] filled by competitive imports of raw sugar from any country which for the current and next preceding year, was a net exporter of sugar”, tradução nossa.

Gráfico 52: Estados Unidos: Distribuição das cotas de açúcar pelo *Sugar Act amendment* de 1961.

Cuba figurou novamente na lista de exportadores de açúcar para os Estados Unidos em 1962, o que se deu em razão da falta de outros produtores mundiais com tamanhos excedentes voltados à exportação e pelo fato de os interesses norte-americanos na ilha não terem se extinguido de imediato após a instalação do governo comunista. Como já mencionado, o cancelamento da cota cubana deu-se de forma gradual ao longo de três anos fiscais: 1960, 1961 e 1962 – o derradeiro marcando a última vez que Cuba vendeu açúcar aos EUA. A última cota açucareira da ilha foi de 1,48 milhão de toneladas, valor bastante próximo ao atribuído aos “demais países” naquele ano (1,36 milhão de toneladas), confirmando o processo de “substituição” transcorrido.

Comparando a Lei do Açúcar de 1948 com suas emendas feitas entre 1960 e 1962, podemos concluir que, uma vez mais, os principais beneficiados com a alteração no sistema de cotas foram os canavicultores norte-americanos de Louisiana e, notadamente, os da Flórida.³¹⁰ Entre 1960 e 1964 a agroindústria açucareira desse segundo Estado ampliou-se

³¹⁰ O caso dos “Fanjul brothers” deve ser mencionado aqui. Sua origem remonta à um casamento ocorrido em 1936, quando uniram-se por matrimônio Lillian Gomez-Mena, herdeira de um império produtor de açúcar bruto em Cuba e Alfonso Fanjul, cubano e alto executivo da indústria refinadora da Costa Leste norte-americana. Em 1960 a família saiu de Cuba, estabelecendo-se como produtora na Flórida, onde prosperou. Atualmente a Fanjul Corp. está sediada em Palm Beach e é a maior empresa açucareira dos EUA (a Florida Crystals), sendo sua subsidiária American Sugar Refining a maior empresa refinadora de açúcar do mundo, operando nos Estados da Flórida, Califórnia, Louisiana, Nova Iorque, Maryland, além de República

bruscamente, com os canaviais ocupando de forma intensiva seus solos orgânicos ao longo das porções sul e sudeste do lago Okeechobee. Ali o número de usinas foi elevado de apenas 3 para 11; sua área cultivada passou de 50 mil acres (20 mil hectares) para 223 mil acres (90 mil hectares) e sua safra final cresceu de 175 mil para 572 mil toneladas de açúcar em apenas cinco safras (ALVAREZ e POLOPOLUS, 2012b). De modo combinado com a revisão político-econômica vinculada ao sistema de cotas de produção do país, dois aspectos técnicos essencialmente agrônômicos também devem ser destacados naquele momento peculiar da canavicultura da Flórida. O primeiro foi o desenvolvimento de variedades de cana geneticamente apropriadas ao clima semitropical da região; o segundo foi o estabelecimento de um complexo sistema de gestão hídrica, construído para remover o excesso de água nos cíclicos períodos de inundação das terras agrícolas ocorridas durante as estações chuvosas. O aumento recebido, da ordem de 395 mil toneladas, representava uma ampliação de 79% em sua cota legal de produção. Os beterrabeiros norte-americanos também foram altamente estimulados a produzir a partir de 1962, recebendo o direito (e a obrigação) de produzir mais 850 mil toneladas - um incremento de 47%. Os tradicionais fornecedores de Havaí, Porto Rico e Filipinas não receberam bonificações significativas nesse momento. Mas a maior novidade foi, sem dúvida, a entrada de vários novos fornecedores nesse mercado cativo e preferencial, ao qual, além dos já elencados anteriormente, somaram-se ainda a África do Sul, Argentina, Fiji e Irlanda.

Dominicana (onde possui a famigerada Central Romana, a maior daquele país), México, Canadá, Inglaterra e Portugal.

Tabela 13: Estados Unidos: Comparação entre os *Sugar Acts* de 1934, 1948 e a *amendment* de 1962.

EUA: Comparação entre os "Sugar Acts" de 1934, 1948 e a "amendment" de 1962.					
	Cota - mil t (1934)	Cota - mil t (1948)	Cota - mil t (1962)	Delta t (1948-1962)	Delta % (1948-1962)
Mainland Beterraba	1550	1800	2650	850	47,2
Mainland Cana	260	500	895	395	79,0
Havaí	971	1052	1110	58	5,5
Porto Rico	843	1080	1140	60	5,6
Is. Virgens	4	12	17	5	41,7
Filipinas	1050	980	1050	70	7,1
Cuba	1949	2808	1484	-1324	-47,2
Outros estrangeiros	27	116	1356	1240	1069,0

MAPS-2014 FONTE: DYE, 2005, p. 207; BROOKS e GREENWOOD, 1958, pp. 141-142 e USDA 1962, p. 12.

Em 1962, os EUA abandonaram definitivamente seu quadro de poucos e grandes fornecedores externos de açúcar, posicionando-se favorável a um maior apoio conferido aos produtores internos, assim como à dispersão/pulverização de suas importações, feitas por meio de um número maior de pequenos fornecedores estrangeiros. Assim, redesenhou-se o mapa das importações açucareiras norte-americanas de modo radical, abrindo-se caminho para que um total de 26 países fossem incluídos na lista de provimento desse grande e rico mercado consumidor.³¹¹

³¹¹ Para a história recente da produção açucareira no Brasil este foi um momento de crucial importância, visto como um verdadeiro marco no processo de surgimento da MRCCSB - conforme abordaremos mais adiante.

Mapa 76: Estados Unidos: Distribuição das cotas de importação de açúcar, em *short tons raw value* (1962).

Após ser parcialmente revista em 1956, 1960, 1961, 1962 e 1966, finalmente a Lei do Açúcar de 1948 expirou em 31 de dezembro de 1974.

8.2.3 Da Lei da Agricultura de 1977 à Lei de Alimentos, Preservação e Energia de 2008

A data prevista para o término da Lei do Açúcar de 1948, conforme dito, era 31 de dezembro de 1974. Diante de uma conjuntura que se mostrava extremamente favorável àquela *commodity* no mercado mundial, tanto os produtores norte-americanos quanto o governo acharam que naquele momento não havia mais a necessidade de se manter o protecionismo conferido pelo programa açucareiro. Por um lapso de apenas dois anos ficaram então os EUA sem nenhuma política açucareira vigente, o que impactou todo o mundo do açúcar. As principais mudanças estabelecidas a partir de 1º de janeiro de 1975 foram (ALVAREZ e POLOPOLUS, 2002a):

- abertura completa do mercado doméstico ao açúcar branco importado (instituída originalmente em 1789);
- anulação das taxas sobre o açúcar refinado importado (vigente desde 1789).
- cancelamento do pagamento direto aos produtores (bonificação por produção, instituída pela primeira vez em 1890);
- autorização da produção irrestrita (inexistente desde 1934);
- cancelamento da alocação de cotas internas para a produção (vigente desde 1934);

O efeito imediato foi o aumento do preço mundial do açúcar, elevando ainda mais sua cotação.³¹² O curto período de plena liberalização econômica no setor açucareiro dos Estados Unidos mostrou ao mundo o quanto sua política açucareira “deforma” o chamado “Mercado Livre Mundial”.

Gráfico 53: Estados Unidos: Correlação entre o preço “interno” e “externo” do açúcar em \$ (1929-2012).

³¹² Um pico de configuração semelhante aos de 1974 e 1980, porém muito menos acentuado, foi verificado em 1962, consequência das especulações vinculadas ao abrupto corte da cota cubana de fornecimento para o mercado preferencial norte-americano. Apenas na segunda metade da década de 2000, com a intensificação do uso dos biocombustíveis em escala mundial, a imposição da Reforma da OCM europeia e a grande seca verificada em Maharastra é que o preço internacional do açúcar registraria novamente tão intensa elevação.

Num primeiro momento após a implementação das medidas liberalizantes os produtores de açúcar dos EUA tiveram bom acesso ao mercado mundial, chegando a exportar açúcar à cotações repentinamente infladas com o cancelamento da rigorosa política açucareira norte-americana.

Entretanto, pouco depois, entre 1976 e 1977, a condição dos produtores norte-americanos já se encontrava seriamente ameaçada pelo estabelecimento externo proveniente do Mercado Livre Mundial. No processo de elaboração do *Farm Bill* que ficou conhecido como a “Lei da Agricultura de 1977”,³¹³ os apelos e o *lobby* açucareiro doméstico pesaram politicamente. Segundo Wiltgen (2007, p. 73),

Os agricultores manifestaram o seu desagrado com a expansão da produção de açúcar no mundo, enquanto as instalações de processamento americanas e fazendas estavam sendo forçadas a fechar ou a sair dos negócios. Além disso, os aumentos nos custos de produção foram citados como razões para o restabelecimento do Programa do Açúcar [...] os agricultores defenderam a adoção de um preço interno que cubrisse seus custos de produção.³¹⁴

Para complicar ainda mais a situação dos produtores internos de açúcar dos Estados Unidos, a partir da segunda metade da década de 1970 estes passaram a competir com um poderosíssimo rival: o milho do *corn belt*. O *high fructose corn syrup* (HFCS) – uma composição entre frutose, glicose e água – foi obtido pela primeira vez em 1957, na Estação Experimental Agrícola Oklahoma, tendo sido patenteado em 1960. Seu uso em maior escala, no entanto, só se deu por ação da Agência da Ciência e Tecnologia Industrial do Ministério do Comércio Exterior e Indústria do Japão, entre os anos de 1965 e 1970. De forma crescente, seu uso foi se expandindo internamente nos EUA, de modo que, para Nyberg (1999), “[...] desde o final dos anos 1970 qualquer discussão sobre o desenvolvimento da política açucareira dos Estados Unidos também deve se referir aos adoçantes de milho”.³¹⁵ Tanto isso é verdade, que atualmente o USDA refere-se com enorme frequência ao termo *sweeteners* (algo que poderia ser traduzido como “adoçantes”, mas sem fazer referência aos adoçantes

³¹³ A partir de 1977 o açúcar seria legalmente tratado no âmbito dos *Farm Bills*, e não mais por meio dos *Sugar Acts*.

³¹⁴ Do original: “Farmers expressed their displeasure in the expansion of sugar production worldwide while American processing facilities and farms were being forced out of business. In addition, increases in production costs were cited as a reason for restoring the Sugar Program [...] farmers advocated the use of an objective price that covered their cost of production”, tradução nossa.

³¹⁵ Do original: “any discussion of the development of United States Sugar Policy since the late 1970s must also refer to the relationship between sugar and corn sweeteners”, tradução nossa.

sintéticos). O mercado dos *sweeteners* engloba a um só tempo o açúcar (de cana e de beterraba) e o HFCS, além de xarope de glicose, dextrose e mel – sendo, portanto, concorrente de adoçantes sintéticos (aspartame, sucralose, ciclamato, sacarina, etc.). Praticamente até 1977 toda a demanda norte-americana por *sweetener* era suprida pelo açúcar. O advento do HFCS rapidamente tomou uma parte significativa do espaço do açúcar neste mercado, o que se deveu ao seu menor preço, assim como à poderosa atuação do *corn belt* na agricultura e na política nacional. Virtualmente, todo açúcar líquido utilizado atualmente pelas indústrias de alimentos norte-americanas, principalmente as de bebidas e doces (*candys*),³¹⁶ é derivado da agroindústria do milho.

Partindo em defesa da indústria açucareira norte-americana, o governo federal instituiu nas safras de 1977 a 1979 o Programa de Sustentação de Preços – PSP (*Price Support Program*), de caráter provisório e emergencial. Por meio da Lei da Agricultura de 1977 o Congresso dos Estados Unidos aprovou também o programa de crédito agrícola (*Loan Programme*). Pela atuação conjunta dessas duas medidas, o Congresso visou “isolar os produtores de açúcar das dramáticas flutuações de preços do mercado mundial de açúcar”.³¹⁷ Esse programa realizava um adiantamento financeiro por parte da Corporação de Crédito às *Commodities* (*Commodity Credit Corporation* – CCC) aos fabricantes de açúcar, que por sua vez se comprometiam a repassá-lo de modo proporcional aos agricultores. Esse empréstimo era equivalente a US\$ 13,5 centavos por *pound*³¹⁸ de açúcar fabricado; somente após a venda do produto final é que o produtor deveria quitar sua dívida. Caso a venda fosse feita por um valor inferior ao empréstimo realizado, a CCC assumia a diferença como prejuízo. Assim, durante as três safras (1977, 1978 e 1979) em que essas medidas de garantia de preços e acesso ao crédito vigoraram, atestou-se para a importância de se reestabelecer um sistema de proteção governamental aos agricultores domésticos para que estes sobrevivessem, preservando-os do “capitalismo selvagem” tão característico no Mercado Livre Mundial.

Entre 1980 e 1981 novamente vigoraram safras não regulamentadas, valendo o livre cambismo. Uma vez mais os preços do mercado internacional foram elevados

³¹⁶ “Doces”, em inglês, cuja raiz etimológica remonta a *qandi* (em árabe), *qand* (em persa) e *khaṇḍa* (em sânscrito).

³¹⁷ NYBERG, 1999. Original: “[...] to insulate sugar producers from the dramatic price fluctuations of the world sugar market”, tradução nossa.

³¹⁸ 1 *pound* = 1 libra-peso = 0,45359 quilos.

vigorosamente num curto intervalo de tempo, conforme indicado no último gráfico apresentado (Gráfico 53). Durante o governo de Ronald Reagan foi sancionada a “Lei de Alimentos e Agricultura de 1981”, que marcou a elevação gradual dos empréstimos feitos pela CCC, até atingirem 18 centavos por *pound* de açúcar em 1985. O ano de 1981 foi marcado, ainda, pela reintrodução do sistema de cotas de importação “país a país”, com base no modelo anteriormente vigente, e também pela ampliação das taxas de importação sobre o produto externo. Com isso o país retomava a política que protegia os produtores domésticos e dava estabilidade ao mercado interno. Acompanhando a tendência verificada 20 anos antes (1962), a distribuição das cotas de exportação seguiu o propósito de ampliar o número de países fornecedores de açúcar aos EUA, paralelamente a uma maior diluição do volume alocado para cada um deles. Em 1982 tiveram acesso ao mercado açucareiro norte-americano um total de 41 países, todos por meio de um sistema de cotas previamente estabelecido. Como se nota pela análise do Mapa 77, as principais zonas/regiões preferenciais de acesso ao mercado açucareiro norte-americano foram, em ordem decrescente de importância, a América Latina (ou *Western Hemisphere*, como preferem os norte-americanos), o Sudeste Asiático, a Australásia e o Sudeste Africano.

Mapa 77: Estados Unidos: Distribuição das cotas de importação de açúcar, em *short tons raw value* (1982).

A aprovação da “Lei de Segurança Alimentar de 1985” não significou grandes alterações à política açucareira implantada nos dois *Farm Bills* anteriores (1977 e 1981). Sua principal inovação foi a possibilidade de o produtor de açúcar sanar sua dívida contraída junto ao CCC, pagando-lhe com a mercadoria produzida e não em dinheiro. Chamado de “pagamento em espécie” (*payment-in-kind* – PIK), tal artifício era vantajoso aos fabricantes e agricultores domésticos de açúcar, sobretudo diante das situações em que o mercado que lhes era mais desfavorável, evitando-lhes os prejuízos. Ao obterem a mercadoria final e remeterem-na ao mercado, caso se deparassem com preços abaixo de seus custos de produção, poderiam “devolver” esse açúcar ao CCC como forma de saldar o empréstimo contraído - daí o nome PIK. Quanto às cotas internacionais, vale ressaltar que em 1985 os Estados Unidos cancelaram a cota da Nicarágua como forma de retaliação econômica à política de governo socialista ali implantada. Volume equivalente ao anulado para aquele país foi redistribuído entre as nações vizinhas: Costa Rica, El Salvador e Honduras (ANJARIA, KIRMANI e PETERSEN, 1985). Nesse mesmo ano, somente quatro países responderam por mais da metade das cotas alocadas: Austrália, Brasil, República Dominicana e Filipinas.

Paralelamente ao ordenamento interno da política açucareira norte-americana, no plano internacional ocorria a “Rodada do Uruguai” do GATT,³¹⁹ que tinha entre os objetivos centrais eliminar (ou ao menos reduzir) as distorções de mercado causadas pelos diferentes subsídios agrícolas. No que tange à política açucareira dos EUA, esta passou a ser formalmente questionada pelos australianos em 1988, sendo indiciado que o sistema de cotas de importação implantado era contrário às regras estabelecidas no âmbito do GATT. Tal “denúncia” foi apoiada por Argentina, Brasil, Canadá, Colômbia, Comunidade Europeia e Tailândia, sendo julgada vitoriosa em 1989. A partir de então foi estabelecida uma cota mínima de importação para o país, devendo esta ser igual a no mínimo 1,14 milhão de toneladas de açúcar por ano (NYBERG, 1999).

Como reação, o governo norte-americano criou, no ano seguinte, por meio da “Lei de Alimentos, Agricultura, Preservação e Comércio de 1990”, um regime tarifário elaborado em dois níveis, que ficou conhecido como “Cotas de Classes Tarifárias” (*Tariff Rate Quotas – TRQ’s*).³²⁰ O primeiro nível consistia-se de quotas de exportação de açúcar associadas a uma baixa tarifação (0,625 centavos de dólar por *pound*), que somadas atingiam 1,25 milhão toneladas de açúcar bruto. O segundo nível não envolvia a distribuição de cotas de vendas de açúcar mas estabelecia uma elevadíssima tarifa de importação, de 16 centavos de dólar por *pound* para as importações feitas fora das condições acima descritas. Em outras palavras, tratava-se da criação de uma barreira alfandegária alternativa, uma vez que o segundo valor mencionado era completamente impeditivo para qualquer transação comercial de açúcar (ALVAREZ e POLOPOLUS, 1991; ALVAREZ e POLOPOLUS, 2008). Tal sistema é aplicado até os dias de hoje. A “Lei Federal de Reforma e Melhoria da Agricultura de 1996”, assim como os *Farm Bills* de 1977, 1981, 1985 e 1990, também não reinseriu o sistema de alocação de cotas internas de produção,³²¹ pautando-se exclusivamente nas TRQ’s para salvaguardar os interesses dos produtores domésticos de açúcar.

A produção de açúcar interna norte-americana passou por intensas transformações durante o período de inexistência das cotas domésticas de produção (1975-2001). Os

³¹⁹ *General Agreement on Tariffs and Trade* (Acordo Geral de Tarifas e Comércio), precursor da *World Trade Organization* (Organização Mundial do Comércio).

³²⁰ A partir desse ponto as TRQ’s serão frequentemente abordadas para avaliarmos a política açucareira norte-americana.

³²¹ Entre 1975 e 2002 o estabelecimento de cotas internas de produção só ocorreu em duas safras: 1993 e 1995. Ver WILTGEN, 2007, p. 94-95.

beterrabeiros apossaram-se da maior parcela da produção, respondendo já em 1996 por quase a metade do total. Os canavieiros da Flórida também se fortaleceram muito no período, tornando-se o segundo principal grupo produtor de açúcar dentro dos EUA. A Louisiana reduziu um pouco sua participação, ao passo que o Texas se tornou o novo (ainda que secundário) produtor de açúcar de cana dentro do país. Havaí e, principalmente, Porto Rico foram as áreas que experimentaram as mais intensas mudanças durante a ausência do sistema de cotas internas de produção. Ambos reduziram drasticamente a sua quantia relativa sobre o açúcar doméstico norte-americano, tendo Porto Rico encerrado sua indústria nesse curto período. No ano de 1996 dividia-se da seguinte maneira o suprimento de açúcar dos EUA:

Gráfico 54: Estados Unidos: Distribuição das cotas de açúcar pelo *Federal Agricultural Improvement and Reform (FAIR) Act* de 1996.

Em suas duas gestões na presidência do país, George W. Bush aprovou dois *Farm Bills*. O primeiro foi a “Lei de Segurança Agrícola e Investimento Rural de 2002”, que manteve praticamente intacta a legislação açucareira previamente em andamento, sendo a única alteração digna de atenção o reestabelecimento das “alocações de mercado” (*marketing allotments*), dando maior consistência e estabilidade aos produtores ao reinstituir o sistema de cotas (WILTGEN, 2007). Essa medida protecionista se justificou pela acusação feita de que outros países estariam estimulando a superprodução mundial por meio de políticas setoriais “injustas” e, conseqüentemente, promovendo a queda do preço internacional da mercadoria. O

segundo *Farm Bill* aprovado por W. Bush foi a “Lei de Alimentos, Preservação e Energia de 2008”, que trouxe alterações mais significativas à política açucareira norte-americana, fixando as bases contemporâneas da dinâmica da atividade naquele país. Por meio dele estabeleceu-se que:

- a “quantidade total alocada” (*overall allotment quantity* – OAQ) referente à distribuição da cota interna de produção entre as firmas açucareiras deveria equivaler a 85% da demanda doméstica pelo produto;
- as “cotas por classes tarifárias” (TRQ’s) deveriam ser de, no mínimo, 1,23 milhão de toneladas de açúcar bruto e de 24 mil toneladas de refinado, conforme determinado pela Organização Mundial do Comércio - perfazendo assim a sua somatória os restantes 15% da demanda total de açúcar do país;
- tanto a OAQ quanto as TRQ’s seriam passíveis de ser reavaliadas no transcorrer da safra;
- a taxa de empréstimos disponíveis para a produção por meio da CCC seria elevada de forma escalonada; o açúcar bruto de cana passou de 18 centavos dólares por *pound* para US\$ 18,75; e o refinado de beterraba de 22,9 por *pound* para 24,09;
- criou-se o programa “Açúcar para Etanol” (*Sugar to Ethanol*), pelo qual os eventuais excessos de açúcar verificados na produção do país seriam requisitados pelo governo para sua conversão em etanol combustível.

A implantação da “Lei de Alimentos, Preservação e Energia de 2008”, assim como outras transformações em curso, a serem avaliadas no item 8.3, marcam a transição do período moderno da história do açúcar nos EUA para o seu período contemporâneo. Constatase, assim, certo atraso dessa macrorregião açucareira mundial em relação à algumas das demais outras. Como se verá, o Período Contemporâneo da História Açucareira Mundial se marca, entre outras coisas, pela crescente adoção de medidas de cunho liberal - o que se processa em intensidades díspares em cada uma das Macrorregiões Açucareiras Mundiais. Constatase ainda no período atual da história açucareira dos EUA uma forte aproximação com seu vizinho meridional, o México, que por meio de acordos regionais firmados no âmbito da NAFTA tem sido cada vez mais atraído para fora da macrorregião gran-caribenha e passado a compor a macrorregião norte-americana.

8.3 História açucareira contemporânea: o NAFTA (2008-2014)

Hoje, não se pode falar em açúcar nos Estados Unidos sem se ter em mente a produção norte-americana de milho. O país é um caso à parte na história do mundo, mesmo no que se refere à sua produção e ao consumo açucareiros. Se a Europa se notabiliza pelo desenvolvimento do açúcar de beterraba, os EUA se destacam pelo emprego do HFCS³²² na indústria alimentícia. Este é atualmente a principal fonte de *sweeteners* do país.

No mundo inteiro a cana e a beterraba são as duas principais fontes de matéria-prima para a fabricação do açúcar, sendo cerca de 80 a 85% do açúcar mundial provenientes da cana e de 15 a 20% oriundo da beterraba. Já nos Estados Unidos é o milho que ocupa o papel central. Nada menos do que 49% dos “açúcares” produzidos e consumidos país provêm do *corn belt*, sob as múltiplas formas de HFCS, *glucose syrup* ou dextrose. Conforme veremos, pode-se dizer que nos Estados Unidos o açúcar, assim como o etanol, é um coproduto derivado da mais potente agroindústria norte-americana (e quicá do mundo): a do milho. A beterraba, cultivada sobretudo nos estados mais frios e secos do Norte (Idaho, North Dakota, Montana, Wyoming, Nebraska, Minnesota e Michigan, principalmente), corresponde a 28% do açúcar consumido nos EUA. A cana-de-açúcar, cultivada em seus estados mais quentes do Sul (Flórida, Louisiana e Texas), responde por 22%. O 1% restante corresponde aos *sweeteners* alternativos, tais como mel e outros xaropes comestíveis.

³²² *High Fructose Corn Syrup*.

Mapa 78: Estados Unidos: *Belts* Produtivos – Milho, Cana e Beterraba (2010).

Gráfico 55: Estados Unidos: Consumo de calorias per capita/ano, por tipo de *Sweeteners* (2011).

Analisando-se exclusivamente o “açúcar” (e não mais os *sweeteners* em geral), percebemos que a beterraba cultivada dentro do país é, atualmente, sua principal fonte açucareira (39% do total consumido deriva do tubérculo nacional). Em segundo lugar está o açúcar de cana importado (31%) e, em condição quase idêntica, o açúcar de cana produzido internamente (30%). Analisando-se somente essa última “categoria” de açúcar, ou seja, o de cana, percebemos que atualmente a Flórida e a Louisiana são as duas únicas importantes áreas canavieiras do país. Os outrora tão produtivos Havaí e Porto Rico abandonaram a posição que mantinham de grandes centros açucareiros de projeção mundial, convertendo suas economias para outras finalidades que não a agrícola. Quanto ao Texas, este tem se mantido como área canavicultora secundária dentro dos EUA continental.

Gráfico 56: Estados Unidos: Distribuição das cotas de açúcar safra 2013/2014.

Para além de analisar quais são as matérias-primas utilizadas para “adoçar” a alimentação de sua população, convém apresentar também as principais políticas mercadológicas atualmente vigentes na tão poderosa economia norte-americana. Pode-se afirmar que o seu mercado açucareiro interno ainda se comporta como uma categoria completamente à parte em termos de preços praticados, quando comparado por exemplo ao Mercado Livre Mundial. Este é regido por três premissas basilares, que são três aspectos de uma mesma tática protecionista.³²³

- 1) “Suporte de Preços aos Produtores” (*Price Support*);
- 2) “Controle do Mercado Doméstico” (*Domestic Market Controls*); e
- 3) “Cotas por Classes Tarifárias” (TRQ’s).

8.3.1 “Suporte de Preços aos Produtores” (*Price Support*)

A produção e as importações de açúcar por parte dos EUA são rigorosamente controladas, de modo a causar certa escassez proposital do produto no mercado interno. Tal

³²³ Para maiores esclarecimentos acerca da política federal norte-americana para o açúcar, ver: <<http://www.ers.usda.gov/topics/crops/sugar-sweeteners/policy.aspx#CCCSugar>>. Acesso em: 26 abr. 2014.

escassez gera uma relação de demanda artificialmente subatendida e consequente a valorização da mercadoria. Esse artifício permite aos produtores domésticos de açúcar cobrarem um preço significativamente mais elevado por seu produto – como visto, desde 1982 sua média histórica equivale a aproximadamente o dobro dos preços praticados no Mercado Livre Mundial. Atualmente a produção de açúcar norte-americana é 100% financiada pelo governo por meio do CCC (*Commodity Credit Corporation*), a uma base de 18,75 centavos dólares por *pound* de açúcar bruto de cana produzido e de 24,09 centavos por *pound* de açúcar branco de beterraba.³²⁴ O pagamento do empréstimo contraído pode ser feito de duas maneiras: em dinheiro ou em “espécie” (PIK – *Payment-in-Kind*). Significa dizer que quando as forças de mercado vão “bem”, o produtor vende seu produto, obtém seu lucro e paga sua dívida com o governo em dinheiro. Porém, quando o mercado se vê às voltas com a superprodução e consequentemente há queda do preço, o pagamento é feito em espécie, isto é, em açúcar, evitando-se o prejuízo de uma venda indesejada. O açúcar recebido pelo governo como pagamento das dívidas dos produtores é legalmente proibido de atender ao “consumo humano doméstico” (*domestic human consumption*) do país, podendo, entretanto, ser exportado - funcionando neste caso o mercado internacional como uma válvula de escape ao açúcar excedentário norte-americano, que dessa forma contribui para deprimir as cotações do Mercado Livre Mundial em função de um súbito aumento do volume da *commodity* disponível.

A manutenção de uma garantia de preço mínimo a ser recebida faz com que o custo de produção “autorizado/aceito” a que se submetem os produtores agroindustriais norte-americanos de cana e de beterraba tenha sido, na safra de 2013, exatos 18,75 centavos de dólar por *pound* para o açúcar bruto de cana e de 24,09 centavos de dólar por *pound* para o açúcar refinado de beterraba. Assim é que, grosso modo, pode-se equiparar o preço de venda do açúcar no mercado doméstico ao seu custo médio de produção acrescido de uma taxa de lucro; e vice-versa. Significa dizer que nos Estados Unidos os produtores de açúcar bruto de cana têm como preço mínimo garantido para a venda de sua produção o valor de 18,75 centavos por *pound*, que equivale a US\$ 0,413/kg ou R\$ 0,914/kg – de acordo com a cotação atual do dólar.³²⁵ Apenas a título de comparação, esse valor é bastante próximo ao valor

³²⁴ Essas informações podem ser detalhadamente verificadas em: <http://www.fsa.usda.gov/Internet/FSA_File/2013sugarlr.pdf>. Acesso em: 26 abr. 2014. Do original: “[...] 2013-crop [...] 18.75 cents per pound for raw cane sugar and 24.09 cents per pound for refined beet sugar, the same as last year”, tradução nossa.

³²⁵ Cotação vigente em 13 de maio de 2014.

médio recebido pelas exportações de açúcar feitas pelo Brasil entre janeiro e abril de 2014: US\$ 0,417/kg (ou R\$ 0,923/kg). Em outras palavras, o valor que um canavicultor norte-americano recebe para vender sua mercadoria no mercado interno é quase igual ao que um produtor brasileiro recebe para vender a sua mercadoria a milhares de quilômetros de distância. Portanto, o preço interno praticado na comercialização de açúcar nos EUA é essencialmente desvinculado da lógica de livre mercado que predomina nas trocas internacionais. O mercado açucareiro norte-americano é essencialmente “antineoliberal”, remontando o protecionismo conferido aos seus produtores à “Grande Depressão” e ao período do “*New Deal*” ocorrido nos anos 1930, conforme mencionado.

Diante de tais protecionismos, produzir açúcar nos EUA caracteriza-se como um *sweet deal*. Seus produtores de açúcar de cana recebem uma espécie de anuência do Estado para manterem seu custo de produção relativamente alto, que é compensado pelo elevado preço de venda de seu produto no mercado interno. Quem arca com isso é o consumidor norte-americano, que não poderia deixar de fazer uma série de críticas, demonstrando assim suas insatisfações. Estas se exemplificam pela colocação de caráter liberal feita por Kowalski, para quem o “[...] açúcar não é uma questão de segurança nacional. Não precisamos produzir açúcar se não somos eficientes nessa produção. Porque não comprá-lo no mercado mundial pela metade do preço?” (KOWALSKI, s.d.).³²⁶

8.3.2 “Controle do Mercado Doméstico” (*domestic market controls*)

Cada empresa produtora de açúcar nos Estados Unidos (seja de cana ou de beterraba) recebe uma “cota anual de produção” (*overall allotment quantity* – OAQ), uma espécie de licença para produzir determinada quantidade de açúcar. Trata-se de uma política iniciada no começo da década de 1930 e que se manteve de modo mais ou menos constante e intacto ao longo do século XX.³²⁷ Por força de lei e conforme foi ratificado pelo *Farm Bill* de 2008, a demanda interna norte-americana deve ser suprida em 85% com açúcar produzido

³²⁶ Do original: “[...] sugar is not a matter of national security. We do not need to produce sugar in the U.S. if we are not efficient in producing it. Why not buy it on the world market at half the price?”, tradução nossa. Disponível em: <<http://commodities.about.com/od/researchcommodities/a/The-Two-Sugar-Markets-Us-Sugar-And-World-Sugar.htm>>. Acesso em: 26 abr. 2014.

³²⁷ Seu início se deu através da aprovação da “*Section 22 of the Agricultural Adjustment Act of 1933*”, assim como do “*first Sugar Act, known as the Jones-Costigan*”, este segundo datado de 1934.

dentro do país e em 15% com açúcar importado. A totalidade da produção açucareira interna autorizada no país compõe-se da seguinte forma: 55% provêm da beterraba, 45% da cana-de-açúcar (2014) – a produção de HFCS, demais derivados do milho e adoçantes sintéticos é contabilizada à parte.³²⁸ Somados, esses 100% produzidos a partir da beterraba e da cana perfazem os 85% referentes à produção interna do açúcar a ser consumido anualmente no país. Produzindo apenas 85% do que se consome no país, cria-se a mencionada escassez artificial da mercadoria, elevando-lhe o preço de venda. Pois bem, para fechar o ciclo de controle sobre os preços vigentes no mercado açucareiro norte-americano, de modo a agradar e manter lucrativos seus produtores, cumpre ainda impedir que haja a livre concorrência advinda do plano externo. Para tanto, os demais 15% do volume necessário ao abastecimento completo do país são comprados externamente, provindo, em regra, dos 41 países que têm o direito de exportar açúcar para os EUA gozando das benesses das TRQ's.

8.3.3 “Cotas por Classes Tarifárias” (TRQ's)

Conforme mencionado, desde a “Lei de Agricultura e Alimentos de 1981” os Estados Unidos tinham reintroduzido o modelo de cotas de importação concedidos país a país. Desde 1989, por pressão do GATT, viram-se obrigados a importar anualmente, ainda que por meio de cotas, uma quantia mínima de 1,14 milhão de toneladas de açúcar bruto. Naquele momento (1990) criaram o seu “esquema tarifário de dois níveis” (*two-tiered tariff scheme*), pelo qual discriminam uma tarifa reduzida e cotizada a ser atribuída aos países com os quais já mantinham previamente acordos de provimento açucareiro, assim como as “tarifas plenas” (*full duties*), para impedir a entrada de novos fornecedores em seu mercado. As chamadas “tarifas preferenciais” (*preferential rates*) passam então a serem tratadas como a “tarifa intralimite” (*in-quota tariff*), estipulada em US\$ 0,625 centavos por *pound* para o açúcar bruto de cana (ou US\$ 0,283/kg e R\$ 0,627/kg). Os países tolhidos do sistema de cotas, ou que pretendessem exportar açúcar aos EUA em quantidades acima das preestabelecidas, ficavam sujeitos à “tarifa extralimite” (*over-quota tariff*), de US\$ 15,36 centavos por *pound* para o açúcar bruto de cana (ou US\$ 6,95/kg e R\$ 15,40/kg).³²⁹ Essa elevada tarifação no

³²⁸ Para informações mais detalhadas e completas: <<http://www.ers.usda.gov/topics/crops/sugar-sweeteners/policy.aspx#marketing>>. Acesso em: 26 abr. 2014.

³²⁹ Disponível em: <<http://www.ers.usda.gov/topics/crops/sugar-sweeteners/policy.aspx#.VC3KmhYSpMY>>. Acesso em: 21 jun. 2014.

“extralimite” impede desde então e por completo a realização das vendas de açúcar para os EUA por parte dos países não detentores de cotas preferenciais. Quanto ao açúcar branco refinado, pode-se dizer que as cotas de importação são ínfimas e que a taxa extra-limite é igualmente elevada: US\$ 16,21 centavos por *pound*.

Antes do início de cada ano fiscal (1º de outubro) o secretário de Agricultura dos Estados Unidos anuncia como será a distribuição das cotas de exportação pelos 41 países “histórica” e “geopoliticamente” selecionados para serem os vendedores de açúcar aos norte-americanos. Em caso de serem identificados possíveis desequilíbrios entre os cálculos de produção, importação, consumo e estoques, o secretário pode manejar e remanejar as cotas de importações externas (TRQ original) ao longo do ano fiscal (FY), de modo a retomar a estabilização almejada (TRQ revista). Em caso de uma safra interna por ventura reduzida, ficam as cotas externas reajustadas para um volume maior. Do mesmo modo, diante da eventual falta da mercadoria em um dos países exportadores – o que pode se dar devido a um grande número de fatores – é possível ampliar as cotas de exportação dos países que se encontrarem em plena condição de fornecer maiores quantidades. As cotas são, portanto, relativamente flexíveis. Em 2010, a listagem dos países que se destacaram como os principais fornecedores de açúcar para os EUA compunha-se da seguinte maneira:

**Tabela 14: Estados Unidos: Cota de *Sugar Raw Impor* (2010), por país de origem
(Allocation e Reallocation).**

EUA: Cota de “SUGAR RAW IMPORT” (2010), por país de origem (Allocation e Reallocation)				FONTE: USDA MAPS-2014			
PAIS	TRQ 2010 original (t)	TRQ 2010 revisão (t)	DELTA (t)	PAIS	TRQ 2010 original (%)	TRQ 2010 revisão (%)	DELTA (%)
República Dominicana	185.335	253.830	68.495	República Dominicana*	16,6	16,2	-0,4
Brasil	152.691	248.822	96.131	Brasil	13,7	15,8	2,2
Filipinas	142.160	178.437	36.277	Filipinas *	12,7	11,4	-1,4
Austrália	87.402	142.428	55.026	Austrália	7,8	9,1	1,2
Guatemala	50.546	82.368	31.822	Guatemala	4,5	5,2	0,7
Argentina	45.281	73.789	28.508	Argentina	4,1	4,7	0,6
Peru	43.175	70.356	27.181	Peru	3,9	4,5	0,6
Panamá	30.538	49.764	19.226	Panamá	2,7	3,2	0,4
El Salvador	27.379	44.617	17.238	El Salvador	2,5	2,8	0,4
Colômbia	25.273	41.184	15.911	Colômbia	2,3	2,6	0,4
Outros 28 países	327.412	385.192	57.780	Outros 28 países *	29,3	24,5	-4,8
TOTAL	1.117.192	1.570.787	453.595	TOTAL	100,0	100,0	0,0
* em vermelho - países / áreas com redução da importância relativa durante o processo de revisão geral das cotas							

Vejamos agora a cartografia da distribuição das cotas internacionais de suprimento para o mercado consumidor dos Estados Unidos no ano de 2010. O Mapa 79 propicia uma clara visualização de como se dá o padrão de espacialização das compras de açúcar bruto por parte dos norte-americanos ao redor de todo o mundo.

Mapa 79: Estados Unidos: Tariff-Rate Quota (TRPs) (2010).

Como era de se esperar, a manutenção de um sistema de cotas preferenciais de exportação desempenha um importante papel geopolítico. A presença e o poderio econômico norte-americano se faz sentir na América Latina (ao fiel sentido de “A América para os Americanos”, já abordado anteriormente), no Sudeste Asiático, na Australásia e no Sudeste Africano – que serão abordados nos próximos capítulos. Dessa forma, o fato de haver um sistema de cotas de exportação de açúcar ao mercado norte-americano não significa dizer que este se abriu ao “livre-mercado”, mas sim que este não se encontra plenamente fechado aos produtores externos (e nem poderia estar). Com esses artifícios, o país tem conseguido manter o equilíbrio estatístico de seu mercado, eliminando oscilações violentas nas cotações e mantendo sedutor o valor recebido pelos produtores domésticos. Reduzindo-se a oferta de açúcar ao mercado interno, via limitação da produção e restrições severas nas importações, o governo norte-americano têm mantido o elevado preço interno da mercadoria, beneficiando seus industriais produtores de açúcar e seus agricultores da cana e de beterraba.

Além dessas duas modalidades “tradicionais” de tarifação diferenciada (*in-quota* e *over-quota*), posteriormente criou-se uma terceira modalidade de tarifação alfandegária para o

açúcar a ser exportado para os Estados Unidos: o *duty free*. Talvez por pressão de organizações como o Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT, via “Rodada do Uruguai”) e a Organização Mundial do Comércio (OMC, via Rodada de Doha), talvez por se tratar de um novo estratagema para suas práticas geopolíticas mundiais, os EUA estão cuidadosamente convertendo seu sistema de importação de açúcar para os chamados “Tratados de Livre Comércio” (*Free Trade Agreements* – FTA).³³⁰

Não convém abordar todos os acordos dessa modalidade firmados pelos EUA recentemente, mas selecionamos aqueles que têm alguma influência sobre seu comércio açucareiro. O “U.S. Chile FTA”,³³¹ estabelecido em 2004, pouco ou quase nada influi nesse mercado: o Chile “ganhou” o direito de exportar para os norte-americanos 3 mil toneladas de açúcar por ano, a partir de 2014. Como o volume envolvido pode ser considerado inexpressivo e o parceiro comercial não se caracteriza por ser um grande produtor de açúcar, sendo o pouco que produz a partir do cultivo beterrabeiro insuficiente para suprir sua própria demanda interna, esse tratado é irrelevante para o mercado açucareiro. Outro tratado que tinha bastante potencial para alterar o mercado açucareiro norte-americano foi o firmado com a Austrália, em 2005. Entretanto, o “U.S. Australia FTA”³³² não abarca essa mercadoria, uma vez que o referido parceiro já “[...] recebe o acesso mínimo garantido pelo acordo estipulado pela OMC, equivalente a 87 mil toneladas – ou 7,82% do total concedido aos 41 países que vendem ao mercado dos EUA”.³³³ Em outras palavras, o setor açucareiro australiano, um dos mais importantes e competitivos exportadores de açúcar do mundo, não se beneficiará em nada com esse acordo. O “U.S. Peru FTA”,³³⁴ em vigor desde 2009, também pouco altera o quadro geral das importações norte-americanas de açúcar, uma vez que, “[...] de acordo com o

³³⁰ A análise da influência de tais acordos sobre o mercado açucareiro será pautada nas informações contidas no *site* da *American Sugarbeet Growers Association* (ASGA – Associação Americana de Produtores de Beterraba): <<https://www.americansugarbeet.org/completed-bilateral/regional-free-trade-agreements>>. Acesso em: 21 jun. 2014. A versão completa do texto legal se encontra em: <<http://www.ustr.gov/trade-agreements/free-trade-agreements>>.

³³¹ Ver *site* da ASGA em: <<https://www.americansugarbeet.org/completed-bilateral/regional-free-trade-agreements/us-chile-fta.html>>. Acesso em: 21 jun. 2014. A versão completa do texto legal se encontra em: <<http://www.ustr.gov/trade-agreements/free-trade-agreements>>.

³³² Ver *site* da ASGA em: <<https://www.americansugarbeet.org/completed-bilateral/regional-free-trade-agreements/us-australia-fta.html>>. Acesso em: 21 jun. 2014. A versão completa do texto legal se encontra em: <<http://www.ustr.gov/trade-agreements/free-trade-agreements>>.

³³³ Do original: “[...] receives a minimum WTO access of 87,402 metric tons – 7.82% of the access granted to 41 countries to the U.S. market”, tradução nossa. Disponível em: <<http://www.ustr.gov/trade-agreements/free-trade-agreements>>. Acesso em: 21 jun. 2014.

³³⁴ Ver *site* da ASGA em: <<https://www.americansugarbeet.org/completed-bilateral/regional-free-trade-agreements/us-peru-fta.html>>. Acesso em: 21 jun. 2014. A versão completa do texto legal se encontra em: <<http://www.ustr.gov/trade-agreements/free-trade-agreements>>.

requisito mínimo tarifário de cotas da OMC, os EUA atualmente já importam um mínimo de 43 mil toneladas do Peru, o que representa 3,86% do total das quotas tarifárias para 41 países”.³³⁵ O acordo discute ainda a possibilidade de haver um aumento de cota de mais 11 mil toneladas. Quanto ao “U.S. Colombia FTA”,³³⁶ em vigor desde 2012, este pode-se dizer que terá mais impacto para o setor canavieiro colombiano que os demais mencionados, mas está longe de alterar substancialmente o mercado interno norte-americano. A Colômbia, que já conta com uma cota mínima de exportação equivalente a 25 mil toneladas (2,26% do TRQ total dos 41 países), ao entrar em vigência este FTA teve sua cota duplicada para 50 mil toneladas/ano. Esta se ampliará ainda mais, de forma escalonada, até alcançar 60,5 mil toneladas em 2027. A partir dessa data aumentará 750 toneladas por ano, perpetuamente.

O caso do “U.S.-Panama FTA”,³³⁷ vigente desde 2012, conta com uma cláusula no mínimo muito curiosa. É o único tratado assinado pelos Estados Unidos pelo qual lhe fica permitido exportar qualquer tipo de açúcar (bruto ou refinado) e em qualquer quantidade de forma “[...] imediatamente isenta de tarifas”.³³⁸ Significa dizer que os EUA poderão enviar ao Panamá qualquer volume açucareiro que lhes pareça conveniente, e sem taxa alfandegária alguma. Como se sabe, o Panamá é um dos principais nódulos comerciais da atualidade, o que dá margem para pressupormos que se trata de um acordo com vistas a “dar vazão” aos possíveis excessos açucareiros que os norte-americanos venham a ter futuramente.³³⁹ Além dessa questão maior, o tratado também amplia a cota de exportação dos panamenhos aos norte-americanos, que passa de 30 mil para 36 mil toneladas anuais – o que pouco significa.

³³⁵ Do original: “[...] under the minimum WTO tariff-rate quota requirement, the U.S. currently imports a minimum of 43,175 metric tons from Peru, which represents 3.86% of the total TRQ for 41 countries”, tradução nossa. Disponível em: <<http://www.ustr.gov/trade-agreements/free-trade-agreements>>. Acesso em: 21 jun. 2014.

³³⁶ Ver *site* da ASGA em: <<https://www.americansugarbeet.org/completed-bilateral/regional-free-trade-agreements/us-colombia-fta.html>>. Acesso em: 21 jun. 2014. A versão completa do texto legal se encontra em: <<http://www.ustr.gov/trade-agreements/free-trade-agreements>>.

³³⁷ Ver *site* da ASGA em: <<https://www.americansugarbeet.org/completed-bilateral/regional-free-trade-agreements/us-panama-fta.html>>. Acesso em: 21 jun. 2014. A versão completa do texto legal se encontra em: <<http://www.ustr.gov/trade-agreements/free-trade-agreements>>.

³³⁸ Do original: “[...] becomes duty-free immediately”, tradução nossa.

³³⁹ Cumpre notar que os EUA ainda contam com mais três outras modalidades e artifícios para sustentar artificialmente o elevado preço interno do açúcar, evitando sua demasiada oferta no mercado doméstico: *The Refined Sugar Re-Export Program* (“Programa de Reexportação de Açúcar Refinado”), pelo qual o país importa o açúcar externo de caráter obrigatório, refina-o e revende seu excesso ao exterior; *The Sugar-Containing Products Re-Export Program* (“Programa de Reexportação de Produtos Contendo Açúcar”), em que o excesso de açúcar verificado no mercado interno é desviado para o exterior por meio de produtos açucarados (como doces, *candies*, chocolates, balas etc.); e *The Sugar-for-Ethanol Program* (“Programa Açúcar para Etanol”), pelo qual o açúcar é convertido em etanol, consumido internamente.

O “Tratado de Livre Comércio da América Central e República Dominicana” (*Central America Free Trade Agreement-Dominican Republic* – CAFTA-DR) passou a vigorar recentemente, tendo sido implementado entre 2006 e 2009 nos seis países que compõem essa parceria comercial com os Estados Unidos: República Dominicana, Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras e Nicarágua. Todos esses países já possuíam cotas de exportação de açúcar para os EUA, e todos se beneficiaram com seu aumento. Para este conjunto de países será concedido um aumento gradual de 151 mil toneladas até o ano de 2020, quando a cota agrupada e conjunta terá passado das atuais 312 mil para 462 mil toneladas anuais. Os membros do “CAFTA + DR” não receberam um aumento proporcional uniforme sobre a cota que já possuem, sendo os países que mais se beneficiarão com sua implementação El Salvador, Nicarágua e Guatemala, cujos reajustes mais que duplicarão em relação às suas cotas pré-existentes. No outro extremo, a República Dominicana (que tem a maior cota individual entre todos os 41 países fornecedores preferenciais de açúcar aos Estados Unidos) terá o menor reajuste relativo: “apenas” 6%. Após o ano de 2020 as cotas de exportação de cada um dos seis países envolvidos serão ampliadas perpetuamente à razão de 2% ao ano. O quadro a seguir reproduz as alterações firmadas pelo acordo.

Tabela 15: Estados Unidos: O *Central America Free Trade Agreement-Dominican Republic* (CAFTA+DR) e seu impacto sobre o fornecimento de açúcar (2010-2020).

EUA: O “ <i>Central America Free Trade Agreement-Dominican Republic</i> ” (CAFTA-DR) e seu impacto sobre o fornecimento de açúcar (2010-2020)					
PAIS	COTA 2010 (t)	ACRÉSCIMO até 2020 (t)	COTA 2020 (t)	ACRÉSCIMO até 2020 (%)	ACRÉSCIMO após 2020 (%)
El Salvador	27.379	(+) 36.040	63.419	(+) 57%	(+) 2% ao ano
Nicarágua	22.114	(+) 28.160	50.274	(+) 56%	(+) 2% ao ano
Guatemala	50.546	(+) 49.820	100.366	(+) 50%	(+) 2% ao ano
Honduras	10.530	(+) 10.240	20.770	(+) 49%	(+) 2% ao ano
Costa Rica	15.796	(+) 13.860	29.656	(+) 47%	(+) 2% ao ano
República Dominicana	185.335	(+) 12.600	197.935	(+) 6%	(+) 2% ao ano
TOTAL	311.700	150.720	462.420	(+) 48%	(+) 2% perpetuamente
MAPS-2014 FONTE: United States Trade Representative (USTR) & American Sugarbeet Growers Association (ASGA)					

Como se nota, o Gran-Caribe segue sendo um dos *locus* preferenciais para a manutenção da hegemonia da influência norte-americana, e o açúcar segue sendo um potente instrumento para sua consecução.

8.3.4 México: país do Gran-Caribe, do NAFTA, ou de ambos?

Finalmente, o mais importante de todos os acordos de livre comércio envolvendo os Estados Unidos e o açúcar é o “Tratado de Livre Comércio da América do Norte” (*North American Free Trade Agreement* – NAFTA),³⁴⁰ assinado em 1994. Apesar de se pretender um acordo de caráter amplo e geral, cada uma das principais *commodities* agrícolas foi negociada separadamente, frequentemente em negociações bilaterais isoladas. O acordo originalmente estabelecido não previa, por exemplo, o comércio açucareiro entre os EUA e o Canadá, uma vez que este já estava regulamentado pelo “Tratado de Livre Comércio com o Canadá” (*U.S. Canada Free Trade Agreement*) desde 1989. Com o estabelecimento da NAFTA ainda em vias de se concretizar, o México passou a requerer livre acesso ao mercado açucareiro norte-americano – ameaçando, assim, desequilibrar a complexa estabilidade alcançada pelos EUA. Diante da negativa, ainda no ciclo das pré-negociações, o México pleiteou que sua cota anual de exportação fosse ampliada das 7 mil toneladas a que tinha direito para expressivas 1,65 milhão. Note-se que neste momento o volume que estava sendo requerido era superior às 1,52 milhão de toneladas alocadas para o conjunto dos 41 países detentores de cotas preferenciais naquele mesmo ano de 1992. Após diversas rodadas de negociações, chegou-se ao acordo: entre 1994 e 1999 o limite máximo para a exportação mexicana para os Estados Unidos seria de 25 mil toneladas de açúcar bruto equivalente por ano. Entre 2000 e 2008 ficou estabelecido que a cota seria ampliada largamente para 250 mil toneladas equivalentes/ano. A partir de 2008 o México passaria a contar com acesso irrestrito ao mercado norte-americano, com isenção plena de todas as taxações e sem restrições de quantidades. Em contrapartida, o HFCS norte-americano passaria a gozar das mesmas condições em relação ao mercado interno mexicano.³⁴¹ Em suma, os EUA aceitariam comprar açúcar do México, mas não sem beneficiar seus agricultores do poderoso *Corn Belt*.

Fazendo um breve retrospecto histórico do setor açucareiro mexicano, verifica-se que o país, assim como diversos outros da América Latina, se beneficiou muito com o

³⁴⁰ Ver *site* da ASGA em: <<https://www.americansugarbeet.org/completed-bilateral/regional-free-trade-agreements/north-american-free-trade-agreement-nafta.html>>. Acesso em: 21 jun. 2014. A versão completa do texto legal se encontra em: <<http://www.ustr.gov/trade-agreements/free-trade-agreements>>.

³⁴¹ Mais informações podem ser obtidas no *site* da *American Sugarbeet Growers Association* (<<http://www.americansugarbeet.org/completed-bilateral/regional-free-trade-agreements/north-american-free-trade-agreement-nafta.html>>) ou do *Canadian Sugar Institute* (<<http://www.sugar.ca/International-Trade/North-American-trade-%28NAFTA%29.aspx>>).

embargo norte-americano à Cuba, feito no início da década de 1960. Segundo Herrera, em 1969

[...] o país exportou um total de 605.553 toneladas, das quais 604.919 foram vendidas para os Estados Unidos [...] [e] no início da década de 1970 a indústria do açúcar começa novamente a ser considerada de grande importância para a economia mexicana (HERRERA, 2004, p. 49).³⁴²

Nesse contexto foi que o governo federal estatizou diversos *ingenios* (“usinas”) açucareiros do país, colocando-os sob seu controle. A estatal Operadora Nacional de Ingenios (ONISA) controlava, no final da década de 1970, 49 das 66 “usinas” em operação no país (HERRERA, 2004). No entanto, a década de 1980 foi bastante diferente das anteriores para o setor açucareiro nacional e para o país de uma forma geral, uma vez que este entrou em profunda recessão econômica, marcada por altas taxas de inflação e elevado índice de corrupção. Numa tentativa de reerguer a economia, o presidente Miguel de la Madrid passou a adotar diversas medidas de cunho neoliberal, dentre as quais a privatização dos *ingenios* estatizados na década anterior. Naquele momento a “[...] indústria açucareira era caracterizada por uma administração corrupta, estruturas velhas e obsoletas, discórdias entre agricultores e usineiros, incapacidade do governo para resolver e estabilizar esta indústria etc.” (HERRERA, 2004, p. 51).³⁴³ Durante os anos 1990 as usinas foram novamente privatizadas para, em seguida, serem de novo “expropriadas” pelo governo, o que ocorreu no ano de 2001, durante o governo de Vicente Fox. Alegando sanar as dívidas dos *ingenios*, criou-se o “Fundo de Empresas Expropriadas do Setor Açucareiro” (*Fondo de Empresas Expropiadas del Sector Azucarero* – FEESA), administrado pelo Poder Público. Lembremo-nos que naquele momento as balizas gerais do NAFTA já estavam delineadas e que, pelo cronograma préestabelecido, o país já estava próximo de obter livre acesso ao mercado norte-americano. Das 60 usinas açucareiras mexicanas então existentes, 27 foram expropriadas pelo governo - dentre as quais constavam alguns dos principais grupos nacionais, tais como o Azucarero Escorpion (CAZE, proprietários de nove *ingenios*), o Machado (dono de sete), Azucarero Mexico (GAM, com cinco) e Santos (com três), entre outros. A expectativa declarada pelo

³⁴² Do original: “En 1969 el país exportó un total de 605,553 toneladas, de las cuales 604,919 fueron vendidas a los Estados Unidos [...] [y] para inicios de la década de 1970, la industria azucarera comienza nuevamente a ser considerada de gran importancia para la economía mexicana”, tradução nossa.

³⁴³ Do original: “[...] industria azucarera [era] caracterizada por una administración corrupta, estructuras viejas y obsoletas, diferencias entre cultivadores y dueños de los ingenios, incapacidad del gobierno para resolver y estabilizar esta industria etc.”, tradução nossa.

governo era revendê-los em até 18 meses após a desapropriação, feita em função de suas grandes dívidas. Ainda em 2001 o governo federal criou uma “[...] organização quase governamental, a Autoridade Estatal Açucareira do México – MSSA” (HALEY e SUAREZ, 2002, p. 10).³⁴⁴

Desde então a MSSA tornou-se a autoridade responsável por administrar as 27 empresas expropriadas pelo governo e também por gerenciar, por meio do estabelecimento de um sistema de cotas, tanto a produção quanto a exportação das demais 33 usinas particulares existentes no país. Em mais uma passagem estranha de sua história açucareira, o governo mexicano decidiu em seguida retornar uma vez mais os *ingenios* aos seus proprietários originais, ou vendê-los a terceiros - com a única exceção do grupo CAZE, formado por nove das maiores unidades industriais do país, distribuídas por suas duas principais zonas produtivas: os Estados de Veracruz e de Morelos. A maior fábrica de açúcar do México, o Ingenio San Cristóbal, é um desses nove. Estima-se que a capacidade de moagem do grupo represente algo entre 20 e 25% do total nacional. No momento o grupo CAZE, que ainda não foi “[...] desincorporado do regime de domínio público”,³⁴⁵ aguarda uma licitação que efetue sua venda. Não se sabe quando esta será realizada, mas sabe-se que o “[...] México não tem restrições quanto aos investimentos estrangeiros no setor açucareiro, de modo que as usinas poderão ser vendidas em sua totalidade para investidores estrangeiros ou para consórcios integrados parcialmente por capitais mexicano e externos”.³⁴⁶ Já manifestaram interesse em sua compra por grupos da Guatemala e dos Estados Unidos. Toda essa história torna-se ainda mais interessante quando confrontada com o aumento acelerado das exportações de açúcar do México para os EUA verificado entre os anos de 2008 e 2013.

³⁴⁴ Do original: “[...] quasi-governmental organization, the Mexican State Sugar Authority (MSSA)”, tradução nossa.

³⁴⁵ Fonte: CNN Expansión. México fija cupo azucarero, 4 de maio de 2012. Disponível em: <<http://www.cnnexpansion.com/economia/2012/05/04/mexico-fija-cupo-azucarero>>. Acesso em: 21 jun. 2014. Do original: “[...] desincorporado del régimen de dominio público”, tradução nossa.

³⁴⁶ Fonte: CNN Expansión. México acelera privatización de ingenios, 29 de novembro de 2012. Disponível em: <<http://www.cnnexpansion.com/economia/2012/11/29/mexico-acelera-privatizacion-de-ingenios>>. Acesso em: 21 jun. 2014. Do original: “México no tiene restricciones a la inversión extranjera en el sector azucarero, así que los ingenios pueden venderse a inversionistas extranjeros en su totalidad o a consorcios integrados en parte por capital mexicano y extranjero”, tradução nossa.

Gráfico 57: Estados Unidos: Origem das importações de açúcar, por toneladas (1996-2013).

Parece que o “privilégio” comercial anteriormente gozado por 41 países – a maioria dos quais localizada no continente americano (ou *Western Hemisphere*) – agora se está se concentrando em apenas em um fornecedor, o México. O país que em 2008 não realizou venda alguma de açúcar para os Estados Unidos, respondeu em 2013 por 73% dos envios externos de açúcar bruto para o mercado norte-americano. Assim, o que anteriormente se considerava uma política restritiva ao livre comércio internacional de açúcar (a imposição das TRQ’s pelos EUA) está sendo substituída por uma política externa ainda muito mais seletiva e determinista com relação às zonas açucareiras aptas a interagir com o amplo mercado consumidor norte-americano. As importações de açúcar dos Estados Unidos provenientes do México parecem estar agora deslocando grande parte dos envios do produto anteriormente feitos por meio das TRQ’s. Os demais acordos de áreas de livre comércio (República Dominicana, América Central, Colômbia, Peru, Austrália etc.) também parecem estar perdendo importância relativa diante da expansão do comércio açucareiro mexicano. Seguindo essa tendência, também o açúcar brasileiro diminuiu seu volume de entrada nos EUA. Como se pode observar no Gráfico 58, esse contraste se faz bastante nítido ao analisarmos os dados dos anos mais recentes.

Gráfico 58: Estados Unidos: procedência das importações de açúcar bruto, em toneladas (2008-2013).

Os dados mexicanos de produção e exportação de açúcar fornecidos pela Secretaria de Agricultura, Pecuária, Desenvolvimento Rural, Pesca e Alimentação (SAGARPA) e pelo Comitê Nacional para o Desenvolvimento Sustentável de Cana-de-Açúcar (CONADESUCA), quando confrontados com os de produção e consumo fornecidos pela FAO, levantam a suspeita de que o México estaria atuando como receptor de açúcar proveniente de terceiros países e reexportando-o aos Estados Unidos como se fosse mercadoria nacional. Em outras palavras, o México parece estar fazendo, com o açúcar e por meio do NAFTA, algo semelhante ao que os países-membros da CBI fazem com o etanol.³⁴⁷

É estranho notar que o México, único país latinoamericano da América do Norte, país que ao largo dos últimos 50 anos esforçou-se por equilibrar os volumes de produção com os de consumo doméstico de açúcar, tendo abandonado sua posição de pequeno exportador ainda antes de 1975, dotado de um parque industrial bastante sucateado, coloca-se agora, repentinamente, como exportador líquido de 30% daquilo que produz.

³⁴⁷ Situação apresentada no capítulo anterior, referente ao Gran-Caribe.

Gráfico 59: México: Dinâmica de abastecimento açucareiro, em toneladas (1961-2009).

Gráfico 60: México: Porcentagem do volume de açúcar exportado para os EUA sobre o total produzido (1997-2003).

Trata-se de uma situação complexa e de difícil desvendamento. Enfim, ao que nos interessa e diante da proposta que se pretende debater nesta tese, a constatação desse movimento quer dizer que a geopolítica do açúcar norte-americana está priorizando uma ligação mais forte com um único parceiro internacional (pelo menos oficialmente), em detrimento de uma participação mais pulverizada entre diversos parceiros comerciais menores. Significa ainda dizer que, por essa dinâmica, o México diminui sua identidade enquanto país pertencente à “Macrorregião Açucareira do Gran-Caribe” na mesma medida em que integra com mais ímpeto o *North American Free Trade Agreement*. Ainda assim, as

nebulosas transações envolvidas atestam para sua “genética” latinoamericana. Pode-se concluir, portanto e por fim, que o mercado consumidor norte-americano historicamente sempre se mostrou pouco acessível às grandes ambições dos produtores de açúcar brasileiros.

8.4 Resumo e conclusão do capítulo

Com relação aos Estados Unidos, verificamos que a questão açucareira entra na agenda política do país pouco tempo após a proclamação de sua Independência, em 1776. Em 1789, o Congresso norte-americano aprova uma lei que estabelecia a tarifa a ser cobrada pelo açúcar proveniente do exterior. Até então o país tinha as suas necessidades de consumo supridas sobretudo pelas colônias inglesas do Caribe. Em 1803 os Estados Unidos compram da França o território da Louisiana, como parte da sua política de ocupação do território norte-americano. Nessa área já havia uma incipiente produção açucareira, em função da recente chegada em Nova Orleans de produtores advindos da ilha de Santo Domingo quando esta iniciou seu processo revolucionário em 1791. Dessa forma, a introdução da cana-de-açúcar nos Estados de forma se deu a partir da utilização da mão de obra escrava. Durante o período das guerras napoleônicas os Estados Unidos se envolveram intensamente no comércio internacional, fazendo a seguinte triangulação: embarcavam açúcar no Caribe, dirigiam os navios até um porto no Atlântico, em geral, Nova Iorque ou Boston, e daí seguiam para a Europa após adulterarem a procedência da mercadoria. Com tal atividade, os empreendedores da costa leste passam a se interessar por esse produto de grande aceitação no mercado europeu, estreitando concomitantemente sua presença nas principais cidades caribenhas.

Dentro de seu território a Luisiana mantinha-se como única área produtora de açúcar dos EUA, tendo passado por um processo de modernização tecnológica entre as décadas de 1820 e 1850 que resultou em considerável ampliação de suas *plantations*.

Ao passo que o mercado consumidor interno do país ia se ampliando, teve origem um novo grupo de empresários, localizados na Costa Leste, voltados totalmente para a atividade de refino do açúcar importado. A eles interessava reduzir a tributação do açúcar bruto importado das Antilhas, o que feria os interesses dos produtores de cana internos. Logo surgiram os embates entre os produtores da Luisiana e os refinadores de Nova Iorque e Boston, que perduraram até 1861. A partir dessa data, a política externa norte-americana é

alterada de forma a beneficiar definitivamente os interesses dos refinadores, localizados mais ao norte, em detrimento dos produtores de cana, localizados ao sul do país. A forma estabelecida para regulamentar a importação de açúcar bruto de cana proveniente do Caribe se baseou na análise do teor de sacarose contida no produto, sendo que, quanto mais puro fosse o açúcar, mais taxado ele seria. Com isso, foi privilegiada a compra de tipo pastoso de açúcar, quase um melaço grosso, que se passou a ser amplamente produzido em Cuba.

Na segunda metade do século XIX ocorreu um grande aumento na taxa de consumo de açúcar nos Estados Unidos. Para suprir esse mercado interno em constante expansão, os americanos se empenharam na construção de uma rede de relações comerciais com as áreas produtoras, tais como Cuba, Havaí, Filipinas, Porto Rico e República Dominicana, de modo a garantir a importação de grandes volumes do produto bruto. Aos poucos o açúcar se tornou, nas relações diplomáticas dos EUA, uma espécie de moeda de barganha política em favor dos Estados Unidos que, em função de suas tendências imperialistas já manifestadas, acabou anexando algumas dessas ilhas tropicais. Foi o caso, por exemplo, do Havaí, que em 1876 teve garantido o acesso irrestrito de seu açúcar no mercado norte-americano, para posteriormente, em 1898, ser incorporado ao país. Essa ilha, situada estrategicamente no meio do oceano Pacífico, serviu desde então como importante entreposto nas crescentes relações comerciais dos EUA com o Oriente. O caso das Filipinas foi bastante semelhante ao do Havaí, e sua anexação está intimamente ligada à mesma guerra que oficializou a situação de Cuba enquanto dependência econômica norte-americana: a Guerra Hispano-Americana.

O constante aumento do mercado interno norte-americano propiciou o surgimento nos Estados Unidos de grandes grupos de refino do açúcar, dando início a um intenso processo de monopolização de seu comércio, concentração de capital e lobby político. Surge, então, ao final da década de 1880, o poderoso *Trust* do açúcar, cuja atuação traria grande impactos nas novas colônias açucareiras criadas pelo imperialismo *yankee*.

Na década de 1890 ocorre uma série importante de reformas no sistema tributário norte-americano, que beneficia definitivamente o modelo de importação de açúcar bruto para refino e distribuição doméstica. Em contrapartida, é criada uma bonificação para auxiliar os agricultores de cana e de beterraba do país, tendo estes últimos se difundido amplamente a partir do início do século XX. Dessa forma, a política açucareira adotada foi claro estímulo às

importações do açúcar produzido no exterior, com ênfase no açúcar bruto do Caribe e, em especial, no oriundo de Cuba.

O sistema atual de produção de açúcar dos Estados Unidos teve as suas bases lançadas pela primeira Lei do Açúcar, de 1934, e pela Emenda Jones-Costigan, do mesmo ano. As premissas que esta legislação criou em apoio a produção interna de açúcar perduram até hoje. Considerada então uma *commodity* essencial, a política adotada foi a de equilibrar a demanda e a oferta por meio de um estrito controle sobre a produção, o preço e a importação do açúcar. Assim, a produção interna de açúcar, tanto de cana quanto de beterraba, foi organizada por meio de cotas. Também o mesmo sistema passou a ser utilizado para as importações, ficando inicialmente estas atribuídas, quase que exclusivamente, a Cuba. Dessa forma, ocorreu uma distribuição tripartite das cotas açucareiras entre os produtores de cana e de beterraba dos Estados Unidos continental, os produtores de cana dos Estados Unidos insular (Havaí, Porto Rico e Filipinas) e os estrangeiros.

Apenas em 1960 essa política foi revista, em face dos acontecimentos geopolíticos envolvendo Cuba e a URSS. Nessa ocasião o cancelamento da cota cubana permitiu seu rateio entre diversas nações amigas, tais como Brasil, Colômbia, Equador e México, entre outros. Também é dado, nesse momento, grande estímulo aos produtores de cana que se estabelecem na Flórida, alguns dos quais sendo de origem cubana.

Em 1975 ocorre um curto período de liberalização completa do mercado açucareiro norte-americano, com a abertura plena de seu mercado ao açúcar importado, o fim do sistema de cotas de produção e de importação da mercadoria e a isenção das taxas de importação, entre outras medidas. Rapidamente ocorre um aumento significativo do preço mundial do açúcar, denunciando o quanto a política econômica açucareira norte-americana distorce o livre mercado. Entretanto, após apenas dois anos de vigência, retornam as regras anteriores na medida em que os produtores americanos encontravam-se seriamente ameaçados. Na virada da década de 1970 para a de 1980 o xarope de amido de milho (HFCS) surge como impactante novidade no mercado de *sweeteners* dos Estados Unidos, tendo ampla aceitação sobretudo pela cadeia industrial alimentícia de bebidas e doces. Finalmente, em 1981, retoma o país seu tradicional sistema de cotas de importação definidas país a país e há um aumento sobre o imposto de importação, medidas voltadas à proteção dos agricultores domésticos. Dessa forma, retorna-se à situação anterior a 1974, no sentido de se promover

novamente uma forte estabilização do mercado açucareiro interno, situação mantida até os dias atuais. Importa finalmente salientar o papel essencial desempenhado pelo HFCS, atualmente responsável pela metade dos *sweeteners* consumidos no mercado americano. Os demais 50% são preenchidos pelo açúcar oriundo da beterraba (28%), produzido nas regiões temperadas dos Estados de Montana, Nebraska, Minnesota e Michigan (entre outros); e pelo de cana (22%), produzido na Flórida, Luisiana e Texas.

Para concluir, fica evidente como o sistema político e econômico manejado por Washington para tratar a questão açucareira norte-americana, manteve seu mercado doméstico por muito tempo enquanto uma economia completamente segregada das ditas “leis de mercado”. Sua política protecionista baseada nos três pilares de 1) suporte de preço aos produtores; 2) controle do mercado doméstico por meio de cotas e 3) controle sobre a importação por cotas de classes tarifárias agora passa um período de revisão, principalmente no que se refere ao seu viés externo. O rígido controle sobre a importação agora se tornou mais maleável com a entrada em vigor, desde 2008, da livre circulação de açúcar, irrestrita em volume e com plena isenção tarifária, entre os EUA e o México, por meio do NAFTA. Com seu estabelecimento aumentaram exponencialmente as vendas mexicanas para os EUA, levantando-se a suspeita de que a procedência real desse açúcar, na verdade, é externa ao bloco. Seja como for, a política norte-americana voltada à produção e comercialização de açúcar permanece sendo uma das mais controladas e de maior intervenção governamental do mundo, sem dar indícios de que se alterará nos próximos anos. Historicamente os EUA se caracterizam ainda por sempre terem comprado volumes apenas módicos do açúcar procedente do Brasil.

SUDESTE ASIÁTICO: O AÇÚCAR ENQUANTO RETORNO

O capítulo referente ao Estados Unidos teve como finalidade não apenas fornecer um panorama histórico e geográfico da atividade açucareira naquela grande nação, como ainda perfazer o elo de religação entre Ocidente e Oriente no que tange à produção e comércio dessa mercadoria. Neste sentido é que se pode compreender os próximos três capítulos que se seguem (9, 10 e 11) como os “capítulos do périplo”, isto é, aqueles que fazem referência à redescoberta, por parte da Europa e dos Estados Unidos, do Oriente enquanto zona de interesse mercantil e geopolítico, inserindo-se o açúcar nesta conjuntura. Desse modo, o marco inicial de análise para estas três últimas Macrorregiões Açucareiras internacionais tem início com o estabelecimento do Neo-Colonialismo, associado à Segunda Revolução Industrial.

O Sudeste Asiático, há séculos, comporta-se como fornecedor de açúcar para os chineses, principal mercado regional. Tendo a Índia uma produção açucareira equilibrada e suficiente para atender à demanda interna, é a China, com sua enorme população, o principal mercado a exercer influência sobre as terras milenarmente canavicultadas de toda esta região. A própria história ocidental aponta para isso: quando em 1498 Vasco da Gama alcançou Calicute, na Índia, por via marítima, dando início a uma nova rota comercial, deparou-se com “[...] muito açúcar” (VON LIPPMANN, 1941, p. 276). Outros viajantes da época, como Ludovico di Varthema (1510) e Duarte Barbosa (1518) – este último era cunhado de Fernão de Magalhães – descrevem em seus diários a existência de uma bem desenvolvida atividade açucareira na Índia quinhentista.³⁴⁸ Segundo Duarte Barbosa, “[...] faz-se em Bengala açúcar branco e bom, mas não se lhe sabe dar a forma de açúcar em pedaços (açúcar em pão), mas só a de farinha; ele é posto em sacos [...] com eles se carregando muitos navios que os levam para várias terras” (apud VON LIPPMANN, 1941, p. 276). Na mesma obra, complementa Varthema: “[...] em muitas regiões da Índia, por ocasião de fomes, só se come arroz com nozes e açúcar”.

Nos territórios que compreendiam o Sudeste Asiático por ocasião das Grandes Navegações, era o arroz a base da alimentação, sendo o açúcar um complemento regular,

³⁴⁸ *Itinerario de Ludouico de Varthema Bolognese*, de 1510, e *Livro de Duarte Barbosa*, de 1518.

ainda dotado de propriedades nutricionais e medicinais. A cana era aproveitava, ainda, “[...] como ração aos elefantes [...] às vacas leiteiras e aos búfalos destinados aos trabalhos pesados [...] [enquanto] os cavalos do soberano e os do exército recebem diariamente [...] melaço juntamente com ingredientes adequados” (VON LIPPMANN, 1941, p. 277).

O açúcar produzido no oriente no século XVI tornou-se luxuoso artigo comercial; adquirido já pronto pelos navegantes e por seus representantes, era embarcado para os portos europeus, onde sua revenda conferia formidável lucro. Entretanto, com a colonização das Américas e a introdução da canavicultura açucareira em grande escala no Brasil e no Gran-Caribe (tido então como as Índias Ocidentais), as Índias Orientais perderam sua posição de importantes centros fornecedores da mercadoria à Europa, mantendo-se a atividade preponderantemente vinculada ao autoconsumo local e regional de sua numerosa população nativa, restringindo-se seu comércio externo às demandas intra-regionais.

O processo de ocupação demográfica dos territórios que compõem o Sudeste Asiático, feito anteriormente à chegada dos europeus na região, enlaçava uma enorme quantidade de etnias e reinos, sendo os principais impérios regionais de seu entorno a Índia e a China. A rota comercial que ainda hoje interliga ambas por terra, “cortando” o Sudeste Asiático, é a mesma que serviu por milênios à disseminação do confucionismo, taoísmo, hinduísmo, budismo e, mais recentemente, também do islamismo (este “apenas” no século VIII d.C.). Nessa grande região, de longo processo de assentamento humano, onde as trocas culturais e comerciais são há muito realizadas por terra e por mar, quase todos os territórios praticam a canavicultura - em maior ou menor grau de desenvolvimento - existindo a atividade desde os tempos pré-históricos. Em toda essa grande área foram historicamente marcantes as influências chinesa e indiana na introdução das técnicas agrícolas e manufatureiras da produção de cana e de açúcar, assim como nas relações comerciais envolvendo o produto.

As principais áreas açucareiras delimitadas dentro do Sudeste Asiático para atender às finalidades específicas desta pesquisa derivam da Índia Britânica (atual Índia, Bangladesh, Sri Lanka, Mianmar e Paquistão), das Colônias dos Estreitos (Cingapura e Malásia), Indochina Francesa (Vietnam, Laos e Camboja), Sião (Tailândia), Índias Orientais Holandesas (Indonésia) e Formosa (Taiwan), além das já abordadas Filipinas.

Mapa 80: Sudeste Asiático: Colônias europeias no início do século XX (1914).

SUDESTE ASIÁTICO: Colônias Europeias no início do século XX (1914)

9.1 A Índia Britânica

Enquanto os europeus focavam seu esforço colonizador no continente americano, na Índia ganhava força o Império Mogul, muçulmano e procedente da Ásia Central. Seu período de esplendor comercial, agrícola e cultural no território que atualmente corresponde ao Paquistão, Índia e Bangladesh deu-se entre 1520 e 1720. Quando governado por Akbar – “[...] o mais notável de todos os soberanos maometanos do grão-mogolato, no curso de muitos séculos” (VON LIPPMANN, 1941, p. 276) –, entre 1542 e 1605, a canavicultura vivenciou um momento de grandeza. De acordo com Lippmann, àquela época, possuía “[...] o norte da Índia muitos tipos de cana, sendo as tenras e ricas em caldo consumidas diretamente, e as duras e de menos caldo aproveitadas no fabrico [do açúcar]” (1941, p. 276). Segundo Abul

Fazl Allami, em 1602 o controle estatal sobre a produção já era bastante elaborado no Império Mogul, e era intensa sua tributação:

[...] o plantio e a irrigação exigem muito trabalho, e se feitos por uma grande empresa, impende-lhe o pagamento a dinheiro dos tributos estabelecidos; estes são, no entanto, escalonados ou cobrados à base de média, pois, conforme se trate de cana comum ou de nobre (paunda) e de acordo com a qualidade do solo: suficiente, regular ou especial” (apud VON LIPPMANN, 1941, p. 276).

Nesse período, a presença dos europeus na Índia dava-se apenas por meio de entrepostos comerciais que, sem adentrar o continente, promoviam e estimulavam o comércio marítimo intercontinental. Os ingleses estabeleceram inicialmente suas fortificações comerciais em Surat (1612), Madras (1639), Bombaim (1668) e Calcutá (1690). Sua presença se fazia pela Companhia das Índias Orientais Britânicas (*British East India Company* – BEIC), empresa mista do governo com acionistas particulares que monopolizava o comércio britânico com o Oriente desde o ano de 1600. Essa ocupação pontual do território indiano começou a mudar com a eclosão da Guerra dos Sete Anos (1756-1763), quando a disputa generalizada entre ingleses e franceses pela hegemonia colonialista se fez sentir também nesta região. A Batalha de Plassey, travada nas cercanias de Calcutá no ano de 1757, resultou na vitória dos britânicos sobre os rivais franceses, que localmente estavam aliados ao vizir de Bengala. Essa conquista militar não apenas eliminou as pretensões coloniais francesas na Índia como ainda converteu-se na posse de vasto território, criando-se em 1766 a Presidência de Bengala (*Bengal Presidency*). Pouco tempo depois, em 1772, Calcutá foi nomeada a capital da Índia Britânica, ficando subordinada diretamente à capital do império, Londres. Foi o estopim do imperialismo britânico no Oriente. A companhia obteve então liberdade para emitir moeda, comandar exércitos e fazer a jurisdição civil e criminal naqueles territórios. Paulatinamente os ingleses aumentaram sua presença no subcontinente indiano estabelecendo alianças estratégicas com lideranças locais, promovendo guerras, adquirindo mais e mais espaços. Enquanto autoridade legal, a BEIC impôs tributos fundiários e tarifas alfandegárias de modo a gerar dividendos aos acionistas da empresa colonizadora. Em seu apogeu, a Índia Britânica contemplava os atuais territórios da Índia, Paquistão, Bangladesh, Mianmar e Sri Lanka.

Por um longo período de tempo a Índia representou essencialmente um local de aquisição de mercadorias e especiarias já prontas, destinadas para a comercialização feita em escala mundial - não se dedicavam os europeus ao controle direto sobre o processo produtivo. As mercadorias tradicionalmente produzidas pelos nativos, tais como chá, algodão, seda, índigo, salitre, ópio, etc., mantiveram-se como os itens preferenciais do comércio realizado pelos ingleses com o Oriente. Neste momento marcado pela emergência do Neo-Colonialismo, no que tange especificamente ao açúcar, a intensificação da presença britânica no subcontinente indiano, área de vasta produção e longa tradição canavieira, não se refletiu em ampliação imediata das exportações desse produto à Europa. Diferentemente do que ocorria no Gran-Caribe, a fabricação de açúcar no Oriente mantinha-se tecnologicamente estagnada e baseada na produção camponesa feita em pequenas parcelas de terras. Além disso, o *lobby* desempenhado à época pela elite açucareira estabelecida nas Índias Ocidentais Britânicas (Barbados e Jamaica, principalmente) não permitia que se formasse uma indústria açucareira voltada à exportação na Índia.³⁴⁹ Somente no início do século XIX é que surgiram as primeiras fábricas açucareiras modernas da Índia, mas estas eram voltadas, sobretudo, a alimentar as elites urbanas eurodescendentes ali estabelecidas, que preferiam o açúcar refinado ao *gur* e ao *khandsari* largamente produzidos em suas zonas rurais (GALLOWAY, 2005). Sequer com a Revolução do Haiti, ocorrida em 1791, a BEIC foi capaz de converter Bengala ou qualquer outra de suas possessões orientais em exportadores de açúcar para a Europa. Ainda que sua administração tenha se esforçado nesse sentido, os produtores rurais não demonstraram o interesse nem a organização necessária para ampliarem sua produção, feita ainda em moldes secularmente tradicionais.³⁵⁰ MacDonnell (1828, p. 86), analisando a forma como se dava a aplicação diferenciada dos impostos sobre o comércio colonial britânico, acreditava que

[...] se fossem formadas plantações unicamente com o intuito de elevar a produção de açúcar para a exportação, independente do consumo local, e com sua produção desincumbida dos entraves que pertencem à estrutura da sociedade hindu, sem dúvida este seria feito de forma mais barata que nas Índias Ocidentais (MACDONNELL, 1828, p. 162).³⁵¹

³⁴⁹ Até 1836 o açúcar das Índias Orientais (*East India*) era sobretaxado em relação ao das Índias Ocidentais (*West India*), medida de claro protecionismo aos produtores caribenhos. Também o frete era menor entre as ilhas caribenhas e a Inglaterra do que entre esta e o Oriente – aspecto que passaria por uma grande transformação após a abertura do Canal de Suez, em 1869.

³⁵⁰ Galloway (2005, p. 199) e Von Lippmann (1941, p. 282) abordam essa questão.

³⁵¹ Do original: “[...] If plantations be formed solely with the view of raising sugar for exportation, independent of local consumption, and, in its production, disencumbered of those impediments which belong to the

Para esse autor, algodão, seda, cânhamo e açúcar eram artigos cuja produção demandava imediato estímulo para o fortalecimento do comércio indo-britânico, devendo-se tirar proveito da mão de obra barata e abundante existente na região. Esse estímulo viria, ainda que de forma indireta, com a abolição da escravidão por parte do Império Britânico, ocorrida no ano de 1833. Esse evento representou para a Índia Britânica a chance real de se tornar fornecedora de açúcar à Inglaterra, uma vez que a produção antilhana entrara em colapso a partir de então. Três anos depois, em 1836, recebe a Índia outro estímulo: o reajuste fiscal realizado por Londres igualara o imposto cobrado pelo açúcar indiano ao caribenho, fornecendo grande incentivo à sua produção orientada à exportação.³⁵²

Tabela16: Império Britânico: tarifação alfandegária sobre o açúcar (1824-1836)

1824 - Tarifa alfandegária	1836 - Tarifa alfandegária
<i>Índias Ocidentais</i> - 26,6 Pounds por t	<i>Possessões Britânicas</i> - 23,6 Pounds por t
<i>Índias Orientais</i> - 36,4 Pounds por t	<i>Estrangeiro</i> - 62,0 Pounds por t
<i>Estrangeiro</i> - 62,0 Pounds por t	
1824 - Origem das importações Inglesas	1840 - Origem das importações Inglesas
<i>Índias Ocidentais</i> - 200 mil t	<i>Índias Ocidentais</i> - 113 mil t
<i>Índias Orientais</i> - 14 mil t	<i>Índias Orientais</i> - 53 mil t
<i>Estrangeiro</i> - 10 mil t	<i>Estrangeiro</i> - 39 mil t
MAPS-2014	FONTE: The Economist, edição de 5 de agosto de 1843 / http://www.economist.com

Essa medida de equalização tributária estabelecida para o açúcar das Índias Ocidentais e Orientais, associada ao colapso vinculado à mão de obra empregada no Gran-Caribe fez crescer momentaneamente as exportações indianas. Conforme Valpy (1859), a exportação de açúcar da Índia Britânica para a Inglaterra saltou de 5 mil toneladas (1834) para 67 mil (1841), 81 mil (1850) e 98 mil (1857). Já em 1845 a mercadoria representava cerca de 37% da receita total das exportações portuárias de Calcutá, cidade localizada na principal zona açucareira da época, Bengala, no delta do Ganges (GALLOWAY, 2005). Nessa fase de apogeu, as exportações açucareiras representavam quase 10% do valor total comercializado pela BEIC. Entretanto, esse surto não se sustentaria, e logo teve início o processo de

structure of Hindoo society, there can be no doubt that it will be raised on cheaper terms than in the West Indies”, tradução nossa.

³⁵² A medida originalmente tinha base no *hundredweight* ou *centum weight* (cuja abreviação é cwt) por *shillings*. Uma unidade de cwt equivale a 112 libras ou 50,8 quilos e 20 *shillings* equivale a 1 *pound*.

decadência definitiva desse comércio, tornando-se a Índia recorrente importadora de açúcar, a despeito de sua grande produção interna (GEERLINGS, 2013).

Durante a Era Vitoriana (1837-1901) vigorou a chamada *Pax Britannica*, marcada pela emergência da primeira Revolução Industrial, o fim da escravidão nas possessões e ex-possessões coloniais das potências europeias e pelo estabelecimento de maior liberalismo comercial entre as nações. No Oriente, o novo foco do interesse britânico tornou-se então a China, contra a qual foram travadas duas guerras pela abertura de seus portos: a Primeira e a Segunda Guerra do Ópio (respectivamente entre 1839 e 1842 e entre 1856 e 1860). Também no Extremo Oriente, sobre o Japão o interesse das grandes potências imperiais era crescente. A Rússia, por terra, apossara-se de toda a Sibéria, alcançando o oceano Pacífico. Como consequência desse mundo em transformação, no final do século XIX a incipiente indústria açucareira moderna estabelecida na Índia Britânica já havia concluído ser economicamente mais vantajoso importar açúcar refinado da Alemanha ou Áustria-Hungria para revendê-lo internamente, ou comprar açúcar bruto (proveniente sobretudo das ilhas Maurício e Java) e refiná-lo em suas grandes cidades portuárias, como Bombaim, Karachi, Calcutá e Madras (GEERLINGS, 2013, p. 68). Essas opções indicam ter sido à época mais seguro basear-se na importação do produto de origem externa do que apostar na produção regular interna da Índia Britânica. A partir desse ponto da história, é melhor nos redirecionarmos ao Capítulo 4 desta tese, que trata da Região Açucareira do Subcontinente Indiano em seu período atual.

9.2 Colônias dos Estreitos (*Straits Settlements*)

Na Península Malaia, atualmente em território correspondente à Malásia, também foi implementada agroindústria moderna de açúcar ao longo do século XIX. O controle sobre esse importante estreito de ligação entre o Golfo de Bengala e o Mar da China Meridional, ou seja, entre os oceanos Índico e Pacífico, coube aos ingleses, e se fez por meio do estabelecimento das chamadas “Colônias dos Estreitos”: Cingapura, Málaca, Dinding, Penang, ilhas Christmas, Cocos e Labuan – esta última no Bornéu. Esse grupo de territórios tornara-se protetorado britânico a partir de 1826, com vistas a garantir e auxiliar a passagem de embarcações inglesas no comércio com o Extremo Oriente (feito sobretudo com China e Japão). Sua administração esteve vinculada à Companhia das Índias Orientais Britânicas (BEIC) até 1867, quando se subordinou então diretamente à Coroa Britânica. Até a Segunda

Guerra Mundial esses territórios mantiveram-se como partes do império colonial britânico, obtendo suas independências apenas nos anos de 1963 (Malásia) e 1965 (Cingapura).

Naquelas terras o cultivo canavieiro existe desde os tempos mais remotos e o aproveitamento de seus derivados por ocasião da chegada dos ingleses ocorria de igual modo ao verificado primitivamente: havia uma série de pequenas unidades de extração e beneficiamento do caldo da cana, bastante disseminadas por toda a Península Malaia (GEERLINGS, 2013). Um primeiro esforço pioneiro de ocupação geopolítica com apoio na produção de açúcar em escala de exportação naqueles locais já tinha sido feito anteriormente em Penang, por iniciativa de produtores franceses provenientes das Ilhas Maurício. Entretanto tal iniciativa não obteve sucesso. Nova tentativa foi feita posteriormente, agora por colonos britânicos provenientes da América, mais especificamente das Guianas, no Gran-Caribe. De acordo com Geerlings (2013), estes estabeleceram o cultivo da cana nos mesmos moldes do que era praticado na zona de Demerara e, devido às semelhanças climáticas e pedológicas entre as duas áreas, o sucesso agrônômico da nova empreitada foi bem maior que o obtido pelos franceses.

O centro de sua modesta produção deu-se na “Província de Wellesley”, no território do protetorado de “Prince of Wales” – atualmente correspondente à área de Penang, no extremo norte da Malásia. Localizada sob a linha do equador e dotada de altos níveis pluviométricos anuais (2.500 mm, sendo 25°C a temperatura média durante o ano inteiro), a Península Malaia caracteriza-se por sua densa vegetação florestal, de difícil ocupação econômica. Em função disso a atividade canavieira ficou espacialmente limitada aos estuários costeiros da região, onde diques barravam a entrada da água marinha e um elaborado sistema de canais expelia o excesso das precipitações pluviométricas para o mar (GEERLINGS, 2013). Assim como o verificado em Demerara, nas Guianas, também na Península Malaia a cana era transportada por barcos até os centros de moagem. Em função de os nativos da região não se adaptarem à pesada labuta de desmatamento e abertura dos canais de drenagem, tampouco estabelecerem e cultivarem os canaviais, trabalhadores braçais provenientes de Java e da Índia Britânica (sobretudo de Madras e do Tamilnadu) foram enviados às Colônias do Estreito. Também empreiteiros chineses foram bastante importantes no processo de estabelecimento da canavicultura modernizada na região. Por meio de contratos de parcerias, esses trabalhadores recebiam dos ingleses o usufruto de parcelas do solo que deveria ser desmatado (sendo a madeira proveniente da abertura da área utilizada para a construção dos

diques marítimos). Os ingleses também adiantavam o capital necessário aos chineses para que estes contratassem a mão de obra agrícola necessária e cultivassem os campos, promovendo assim o fornecimento de matéria-prima às usinas e aos engenhos. Tudo isso em troca de “[...] 1,5 centavo de dólar por galão de caldo de cana espremido” (GEERLINGS, 2013, p. 72).³⁵³

Em 1900, sua produção de 21,5 mil toneladas de açúcar era pequena, mas demonstrava o resultado do esforço colonizatório britânico nesse estratégico ponto de ligação do comércio marítimo internacional. A partir da virada do século XIX para o XX o cultivo de cana deu lugar rapidamente ao estabelecimento das *plantations* de *Hevea brasiliensis*, a seringueira “biopirataada” da América do Sul para o Sudeste Asiático, onde se tornou uma atividade muito lucrativa. Além de requerer menor quantidade de trabalho agrícola, a nova cultura era muito mais rentável que a de cana, transformando-se desde então no principal motor da expansão da agricultura de exportação na Península Malaia. Além do ciclo da cana e da borracha, a Malásia também vivencia agora um importante desenvolvimento econômico encabeçado pela dendeicultura.

Rico em recursos minerais (gás e petróleo), o país teve na produção de bens primários o alicerce de sua economia até a década de 1970, quando deu-se o início da transição rumo a uma economia mais moderna e diversificada. Durante a década de 1980 houve um intenso investimento no setor industrial e na educação de base, convertendo-se o país num dos chamados “Tigres Asiáticos”. Seu comércio internacional é enormemente facilitado por sua localização privilegiada junto ao Estreito de Málaca, importante rota da navegação global. Atualmente sua economia também se destaca devido à presença de uma numerosa minoria chinesa no país, responsável por parte substancial dos negócios da nação, e pelo fato de se comportar como uma espécie de centro financeiro não oficial para os demais países islâmicos do mundo.³⁵⁴ Talvez pela conjugação entre o elevado PIB per capita e o forte hábito de consumo açucareiro islâmico, a Malásia apresenta atualmente um índice de consumo de açúcar por habitante bastante elevado. Seu consumo médio fica acima de todos os verificados nos demais países de sua região: em 2010 foi de 44 quilos per capita/ano, superando assim o índice de sua vizinha (e grande produtora de açúcar) Tailândia (39 kg/per

³⁵³ Originalmente: “1,5 dollar-cents per gallon of juice”, tradução nossa.

³⁵⁴ Disponível em:
<http://www.nytimes.com/2010/09/27/business/global/27islamic.html?_r=2&scp=1&sq=financial%20equality%20in%20banking&st=cse&>.

capita/ano), bem como do Japão (26), da Índia (22), da Indonésia (14) e da China (7) (FAOSTAT, 2010). Sua produção de açúcar, que nunca foi de grande destaque, fica bem aquém de sua demanda interna, fazendo com que o país tenha de recorrer à importação para suprir seu elevado consumo doméstico.

Gráfico 61 Malásia: consumo e produção de açúcar, em mil toneladas (1961-2011)

Enquanto membro-fundador da *Association of Southeast Asian Nations* (ASEAN),³⁵⁵ a Malásia participa ativamente do grande mercado regional formado no Sudeste Asiático - medida que facilita e privilegia o comércio açucareiro realizado com outras nações do entorno.

9.3 Indochina Francesa

A Indochina localiza-se, conforme seu nome sugere, numa região entre a Índia e a China. Trata-se de um vasto território, historicamente influenciado tanto pela civilização indiana quanto pela chinesa, que alternadamente dividiram o papel de principais fontes de influência sobre as diversas sociedades locais ali constituídas. O mais importante rio que

³⁵⁵ Organização política e econômica que envolve 10 países localizados no Sudeste Asiático. Malásia, Indonésia, Filipinas, Cingapura e Tailândia foram seus membros fundadores, em 1967, e sua expansão posterior foi marcada pela entrada de Brunei (em 1984), Vietnam (1995), Laos e Myanmar (Burma) (1997) e, finalmente, o Camboja (1999). Aproximadamente 600 milhões de pessoas vivem nesses territórios.

cruza essa área é o Mekong, que nasce nos Himalaias e alcança o mar no Golfo da Tailândia. Sua posição é bastante vantajosa sob os aspectos econômicos e geopolíticos por se colocar na rota marítima que interliga as duas principais potências orientais: Índia e China.

A presença imperialista francesa nessa área teve início ainda no século XVII, primeiro de forma discreta, apenas por meio da presença de ordens religiosas catequizadoras e pela realização de um “tímido” comércio. Naquele momento, a *Antilles Françaises* e os territórios da América do Norte (isto é, Guadalupe e Martinica como colônias mais velhas; Santo Domingo, Louisiana e Canadá como investidas mais recentes) eram o *locus* preferencial da atenção imperialista francesa até ocorrer a Guerra dos Sete Anos (1756), a invenção do açúcar de beterraba (1812) e a abolição da escravidão em suas colônias (1848). Assim, pode-se dizer que a preferência da França pelo comércio e pela colonização em terras do Oriente teve início somente após a proclamação de Independência dos primeiros países do continente americano.

Nesse contexto se estabeleceu a chamada *Fédération indochinoise*, que abrangia Tonkin, Annam, Cochinchina e Camboja, e era subordinada diretamente ao controle de Paris. Tratava-se de uma área de colonização tardia onde os franceses tomaram importantes portos e cidades entre as décadas de 1850 e 1870, para se apossarem definitivamente da região em 1887. Em 1893 sua possessão ampliou-se, passando à sua esfera de domínio também o Laos e a ilha de Guangzhouwan. Todos esses territórios coloniais, que equivalem a áreas hoje pertencentes ao Vietnam, Camboja e Laos, além de partes da China (Tonkin e Guangzhouwan), estiveram por mais de 50 anos subordinados à política colonial parisiense.

Diferentemente de algumas das outras colônias estabelecidas no Sudeste Asiático, o passado colonial da Indochina Francesa não foi marcado pelo estabelecimento da indústria açucareira baseada na modernização da tradicional canavieira existente por ocasião da chegada dos colonizadores. A primeira informação referente à produção de açúcar que levantamos refere-se ao ano de 1897, quando, reconhecendo a dificuldade de se aferir a quantidade exata do total de açúcar produzido naquele território, Geerlings a estimou em 50 mil toneladas de açúcar bruto (*raw brown sugar*) – produto, portanto, de qualidade bastante inferior ao obtido nas bem-sucedidas colônias açucareiras de seu entorno. Desse total, apenas 192 toneladas (ou seja, 0,4% do produzido) foram enviadas à França, voltando-se a produção essencialmente ao autoabastecimento da população nativa. Pelas práticas camponesas

vigentes, aravam-se as terras comunais com o auxílio de búfalos domesticados, sendo o arroz irrigado a base agrícola e alimentar da região.

Entre o estabelecimento oficial da colônia (1887) e a deflagração da Segunda Guerra Mundial (1939), a Indochina Francesa tornara-se importante fornecedora à metrópole de certos produtos primários, que não o açúcar bruto, tais como arroz, chá, ópio, café e pimenta, além de zinco e bauxita. Assim como no caso da Malásia (de colonização inglesa desde 1826), também a Indochina Francesa teve um importante ciclo produtor de borracha feito a partir da experiência de cultivo racional da *Hevea brasiliensis*. A cidade de Saigon (posteriormente renomeada Ho Chi Minh), situada na foz do rio Mekong, na Cochinchina, revestiu-se de grande importância portuária e comercial e de troca interétnica e intercultural. Finda a Grande Guerra, em 1945, seu território foi subdividido entre Vietnam, Camboja e Laos, além de uma pequena parcela que passou a integrar a China.

9.3.1 Vietnam

Entre 1945 e 1954 prorrogou-se o processo de retirada dos franceses do território vietnamita, tendo nesse meio tempo o líder revolucionário Ho Chi Minh declarado três vezes a independência da nova nação, sempre repetidamente postergada pelos colonizadores. Na segunda dessas proclamações, ocorrida em 1950, os governos comunistas estabelecidos na URSS (desde 1917) e na China (1949) já tinham reconhecido a litude da declaração. Finalmente, em 1954 veio a independência. Ainda jovem, Ho Chi Minh³⁵⁶ envolvera-se numa polêmica por criticar o imposto existente à época, ao qual estavam submetidos os camponeses. Este assemelhava-se à corveia europeia medieval, pagando os camponeses em dias de trabalho pelo direito de uso das terras. Após percorrer a capital Saigon, os Estados Unidos, a Inglaterra, a França, a União Soviética e a China, durante as décadas de 1910 e 1920, Minh retornou ao Vietnam, onde suscitou o movimento comunista nacionalista, que lutava contra a presença imperialista francesa na Indochina. Com a derrota militar da *Union Française*, em 1954, e a obtenção formal da independência, o partido comunista tomou o poder em Hanói, no norte do Vietnam. A partir dali, e com apoio militar chinês, avançou suas tropas e seu controle territorial para o sul, tomando Saigon em 1976, a despeito de todo o esforço econômico e militar feito pelos EUA na região para evitar que isso ocorresse.

³⁵⁶ Principal liderança no processo independentista.

Cruzando as margens do rio Menkong, o conflito paramilitar guerrilheiro expandiu-se para oeste, em direção ao Laos e ao Camboja. Durante as décadas de 1960 e 1970 toda a Indochina foi profundamente envolvida num desmedido derramamento de sangue, estimando-se as mortes na casa dos milhões de habitantes. O conflito interético, reforçado por uma profunda luta ideológica de caráter mundial que opunha capitalistas e comunistas, compôs na região um dos capítulos mais violentos da chamada Guerra Fria. Vietnam, Laos e Camboja tornaram-se repúblicas socialistas associadas às duas principais potências socialistas da época: URSS e China. Após a crise verificada pela URSS na virada da década de 1980 para a de 1990 esses três países iniciaram a revisão de seu padrão de relacionamento diplomático internacional.

O Vietnam, a partir de 1986, estabeleceu uma série de reformas políticas e econômicas que abriu a economia do país ao comércio mundial e aos investimentos externos por meio da “[...] economia de mercado de orientação socialista”, com o que pretendia-se criar “[...] multissetores de *commodities* operando no país de acordo com as regras de mercado, mas sob a orientação socialista do Estado” (LOAN, 2007).³⁵⁷ Em 1992 foi promulgada uma nova Constituição, que manteve o Partido Comunista como o único do país. A partir daí o Vietnam passou a vivenciar elevadas taxas de crescimento econômico, tornando-se membro da ASEAN³⁵⁸ em 1995 e da OMC, a partir de 2007.

Como resultado das medidas de reforma agrária impostas pelo governo nas décadas de 1970 e 1980 – que colocaram milhares de camponeses para trabalhar para o governo – e posterior abertura da economia ao estrangeiro, o Vietnam converteu-se num grande exportador de pelo menos dois produtos agrícolas, a castanha de caju e o arroz. Atualmente, o país é o maior produtor mundial de castanhas de caju.³⁵⁹ É também o segundo maior exportador mundial de arroz, ficando atrás apenas da Tailândia. Esse aumento foi verificado também na produção de açúcar, que se tornou superior à demanda a partir de 1998.

³⁵⁷ Do original: “[...] socialist-oriented market economy” e “[...] a multi-sector commodity economy operating according to market rules under the socialist-oriented regulations of the State in Vietnam”, tradução nossa.

³⁵⁸ Zona de Livre Comércio do Sudeste Asiático.

³⁵⁹ O Vietnam produziu 1,25 milhão de toneladas da castanha em 2010, enquanto o Brasil, terra nativa desta cultura, apenas 105 mil toneladas. Assim como no caso da produção de borracha, o cultivo orientado de cajueiros também deu bons resultados práticos no Sudeste Asiático. Fonte: FAOSTAT, 2010.

Gráfico 62 Vietnam: consumo e produção de açúcar, em mil toneladas (1961-2011)

Mesmo com o crescimento verificado na produção agrícola vietnamita, presencia-se a redução da participação relativa do setor primário sobre a composição total do PIB nacional, fenômeno ocorrido nas últimas duas décadas.

9.3.2 Camboja

O Camboja obteve sua independência junto à França em 1953, instalando-se como uma monarquia. O rei alinhou-se militarmente aos Estados Unidos, passando a enfrentar o confronto constante da guerrilha armada proveniente do Vietnã, que tinha auxílio chinês e soviético e que foi tomando os territórios rurais cambojanos até atingir sua capital Phnom Penh em 1975. Nesse ano teve início o governo do *Khmer Rouge* (Khmer Vermelho), de orientação maoísta e sob a liderança de Pol Pot.³⁶⁰ Foi um período de grande brutalidade no campo, marcado pela violência étnica que culminou num grande número de mortos e refugiados. O Camboja, que até 1824 (antes, portanto, da ocupação francesa) era uma província vietnamita, tratou de solicitar a retirada imediata de seus (até então) aliados vietnamitas do território recém-conquistado pelas forças comunistas. Entretanto, o regime maoísta adotado pelo país não agradou o governo marxista-leninista do Vietnã, que se negou a desocupar o país. Os conflitos se mantiveram até que os vietnamitas decidiram enviar, com anuência soviética, seu exército para ocupar plenamente o Camboja e mantê-lo

³⁶⁰ Secretário-Geral do Partido Comunista do Camboja entre 1963 e 1981, governou o país de forma totalitária instituindo oficialmente o comunismo. Morreu em 1998, não se sabe se por envenenamento ou suicídio.

sob seu controle, situação que permaneceu até 1989. Em 1991, a *United Nations Transitional Authority in Cambodia* (UNTAC), da ONU, tomou o controle do país, organizando eleições para o estabelecimento do novo governo. Desde então o Camboja se caracteriza por sua extrema pobreza e subnutrição, associadas a diversas denúncias de corrupção. É membro do grupo dos Países Menos Desenvolvidos (PMD) e atualmente integra a ASEAN (desde 1999) e a OMC (desde 2004).

No que se refere à produção açucareira, esta também vem passando por mudanças nos anos recentes. O consumo de açúcar, que até 1995 era insignificante, tomou vulto no país nos últimos 15 anos.³⁶¹ A produção de açúcar, segundo os dados fornecidos pela FAOSTAT/ONU, manteve-se irrisória.

Gráfico 63: Camboja: consumo e produção de açúcar, em toneladas (1961-2011).

Vale observar que o dados fornecidos pela FAO não batem com os da *Market Access Database* (MADB) da União Europeia, sequer para as datas mais recentes. A comparação entre esses dados para os últimos anos nos revela que a UE, após firmar um acordo do tipo TMA/PMD,³⁶² está importando do Camboja um volume de açúcar que é maior do que o produzido pelo país. Duas possibilidades aparecem então: a primeira é a de que os

³⁶¹ Como a metodologia de pesquisa da FAO baseia-se na autodeclaração, existe a possibilidade de o governo do Camboja não ter fornecido as informações corretas, o que explicaria o estranho resultado verificado.

³⁶² Vinculado à iniciativa Tudo Menos Armas estabelecida com os Países Menos Desenvolvidos, conforme apresentado no Capítulo 6.

dados da ONU, fornecidos pelo governo cambojano, não estão corretos; a segunda possibilidade é de que o país asiático esteja funcionando como entreposto de passagem do açúcar tailandês para a Europa, que se beneficia assim irregularmente do tratado de isenção alfandegária conferido ao Camboja.

Tabela 17: Camboja: produção de açúcar e exportação para a União Europeia, em toneladas (2006-2012).

CAMBOJA: produção de açúcar e exportação para a UE, em toneladas (2006-2012)		
ANO	Produção (FAO)	Exportação (MADB)
2006	7.800	0
2007	7.800	0
2008	10.600	0
2009	10.800	0
2010	10.000	10.000
2011	10.500	22.500
2012	11.500	15.500
FONTE: FAOSTAT & MADB		

As exportações de açúcar do Camboja para a UE tiveram início em 2009, quando o país recebeu uma licença de exportação para fornecer seu produto por meio do programa TMA/PMD. Desde então este passou a enviar ao Bloco Europeu um volume de açúcar superior ao produzido internamente, remetendo a mercadoria ao exterior por meio de um contrato de fornecimento exclusivo firmado com a empresa multinacional Tate & Lyle.³⁶³ Junto com o aumento da exportação também vieram as denúncias da prática de *Land Grabbings*,³⁶⁴ com expropriação de terras comunais e ondas de violência no campo. Em 2006,

³⁶³ Tradicional empresa refinadora e distribuidora de açúcar inglesa, cuja origem remonta ao ano de 1865, esta foi adquirida em 2010 pela norte-americana American Sugar Refining (Fanjul Corp., da Flórida), numa transação de £211 milhões.

³⁶⁴ O termo refere-se à compra (ou apropriação irregular) de vastas extensões territoriais feitas por pessoas, empresas ou mesmo governos em outras nações. Tais aquisições visam garantir a produção de *commodities* para a exportação. Devido a suas características inerentes, assemelha-se a um fenômeno de neocolonialismo. Para exemplificar seu caráter, podemos citar o exemplo emblemático do Sudão do Sul, último país a ser criado no mundo. De acordo com o relatório feito pela agência USAID, intitulado *Property Rights & Resource Governance in South Sudan* (2012, p. 5 e 12), pouco antes de sua independência formal, ocorrida em 2011, a empresa Al Ain Wildlife (dos Emirados Árabes Unidos) comprou o Boma National Park,

o *Royal Government of Cambodia* (RGC) autorizou a *Economic Land Concession* (ELC)³⁶⁵ às companhias tailandesas *Koh Kong Sugar Industry Co., Ltd.* (KKS) e *Koh Kong Sugar Plantation Co., Ltd.* (KKP).³⁶⁶ Pelo acordo firmado entre o Ministério da Agricultura, Silvicultura e Pesca (MAFF) e as empresas KKS e KKP, estas passaram a cultivar cerca de 19 mil hectares no distrito de Srae Ambel, resultando num impasse diante das comunidades camponesas locais (BOYLE e CHANNYDA, 2012). Os membros das comunidades garantem cultivarem aquelas terras desde 1979, contra-argumentando os tailandeses terem obtido a permissão, concedida pelo próprio MAFF para usufruto das mesmas – persistindo a situação não resolvida.

9.3.3 Laos

Assim como seus vizinhos Vietnam e Camboja, o Laos também tornou-se independente da França após o término da Segunda Guerra Mundial (mais exatamente em 1947). Em seguida, também converteu-se numa república socialista, promovendo um genocídio contra as minorias étnicas que redundou na instalação de uma série de campos de refugiados na vizinha Tailândia.³⁶⁷ A partir da década de 1990 foram tomadas medidas de abertura comercial para o exterior, e uma nova Constituição foi adotada em 1991. Por ela, o Partido Revolucionário Popular do Laos mantinha-se como o único do país. As denúncias de violações aos direitos humanos continuaram, e a maior parte dos refugiados estabelecidos na Tailândia não demonstrava segurança para voltar ao país ainda em 2009 – maioria da etnia Hmong, que se alinhou aos EUA durante a guerra civil que levou os comunistas ao poder em 1975. O país mantém-se como um dos economicamente menos desenvolvidos do mundo,

adquirindo, assim, 2.280.000 hectares no recém-criado país. A Nile Trading and Development (dos EUA) comprou outros 600.000 hectares, além do direito de ampliação de sua área para 1.000.000 de hectares nos próximos anos. A Jarch Management (empresa de investimento dos EUA) comprou mais 400.000 hectares. Vale salientar que Sudão detém importantes depósitos de petróleo, gás natural, ouro, prata, cromo, cobre, ferro, manganês, amianto, gesso, mica, calcário, mármore e urânio, além de vastas extensões de férteis solos e todas as nascentes do rio Nilo. Tal conceito, de *Land Grabbing*, se assemelha, ao nosso ver, a velha prática de grilagem de terras.

³⁶⁵ Consiste na concessão de terras por parte do governo – que é o seu proprietário – a grupos agricultores internacionais, por meio de contratos com duração de validade preestabelecida.

³⁶⁶ A Koh Kong Sugar pertence 70% à Khon Kaen Sugar Industry Public Company Limited (KSL), sediada na Tailândia, e 30% à Ve Wong Corporation, de Taiwan. Além disso, é interessante notar que o senador cambojano Ly Yong Phat possui ações das duas subsidiárias.

³⁶⁷ O Laos sustenta a triste estatística de ser o país “mais bombardeado per capita”, caindo, segunda as estimativas, uma bomba sobre o seu território a cada oito minutos, durante o período que se estendeu de 1964 a 1973. Ver MACKINNON, 2008.

marcando-se por extrema pobreza e constante subnutrição, associadas a diversas denúncias de corrupção. A base de sua economia é o arroz, cultivado em terras públicas por meio da agricultura camponesa de subsistência. O Laos é ainda membro do indesejável grupo dos Países Menos Desenvolvidos; mas já o país foi aceito pela ASEAN (em 1997) e mais recentemente também pela OMC (em 2013).

A FAO não possui/disponibiliza dados referentes à produção de açúcar do Laos - algo bastante inusitado, diga-se de passagem. Sabe-se que, assim como o Camboja, este país também tem sido alvo do expansionismo açucareiro tailandês, que iniciou recentemente a montagem de um incipiente parque industrial canavieiro no país.

Empresas como a *Mitr Phol Sugar Corporation* e a *Khon Kaen Sugar Industry Public Company Limited*, ambas sediadas na Tailândia, estabeleceram usinas refinadoras de açúcar no Laos durante a segunda metade da década de 2000 e, de acordo com levantamento feito por Phoonphongphiphat (2009), a produção de açúcar no Laos tende a ampliar “[...] o quanto mais as usinas tailandesas investirem no país”.³⁶⁸ A *Mitr Phol*, empresa que investe desde 2005 na província de Savannakhet, localizada no sul do Laos, na fronteira com a Tailândia, é hoje detentora da maior usina em funcionamento no país. Produziu, em seu primeiro ano agrícola de atividade no Laos (2008/2009), 23 mil toneladas de açúcar; na safra seguinte, 2009/2010, verificou-se um aumento de 91%, saltando sua produção para 44 mil toneladas. Já a *Khon Kaen Sugar*, que exporta aproximadamente 95% de sua produção realizada no Laos, cita a abundância de terras e a existência de uma política de incentivo tarifário promovida pelo programa TMA/PMD da UE como as principais motivações para seu estabelecimento no país. Para ambas as empresas citadas, o estabelecimento do acordo entre a União Europeia e os países do grupo dos PMD tem sido um subterfúgio para promover o seu crescimento via investimento externo direto.

³⁶⁸ Do original: “[...] as more Thai millers invested in the country”, tradução nossa.

9.4 Do Reino do Sião ao Reino da Tailândia

O Reino do Sião foi estabelecido com a finalidade de ser um “Estado tampão”, “território neutro” entre as colônias inglesas e francesas do Sudeste Asiático. Localizava-se entre a Índia Britânica, a oeste, e a Indochina Francesa, a leste.

Desde cedo sua política externa foi distinta das possessões coloniais que a cercavam, assim como o modo pelo qual o país se ocidentalizou. Em 1906, Edward Strobel, professor de direito formado em Harvard, tornou-se o primeiro dos cidadãos norte-americanos nomeados como *Adviser in Foreign Affairs* (Assessor de Relações Exteriores) do Sião, durante o reinado de Chulalongkorn. Com a modernização administrativa do país, o sistema monárquico deu lugar, em 1932, a uma monarquia constitucional. Ananda Mahidol (Rama VIII), então um garoto de 10 anos que morava na Suíça, tornou-se o rei do Sião. Em 1939, o país mudou seu nome para o atual: Reino da Tailândia. Aos 20 anos Rama VIII é misteriosamente assassinado, quatro dias antes de retornar a Lausanne, onde concluiria seu doutorado em medicina, abrindo assim o caminho para um novo comandante no país - o que se passou numa conjuntura marcada pela Segunda Guerra Mundial. Nunca tendo sido colônia de potências ocidentais, não teve durante o século XIX grandes investimentos feitos em sua lavoura canavieira.

Durante todo o período de expansão comunista nas ex-colônias francesas do Vietnam, Camboja e Laos, vivenciado no pós-guerra, a Tailândia colocou-se ao lado dos Estados Unidos, funcionando como um ponto de contenção ao movimento esquerdista ascendente e de estímulo financeiro e militar ao firmamento do capitalismo na escala do regional. Desde 1973, os tailandeses alternam períodos de maior democracia com governos militares mais autoritários, tendo ocorrido em 1976 o chamado “massacre de 6 de outubro”, quando o exército invadiu a Universidade de Thammasat, em Bangkok. A democracia nos moldes do sufrágio universal chegou ao país apenas neste milênio, tendo ocorrido pela primeira vez no ano de 2001. Durou muito pouco, entretanto, e em 2006 deu-se um novo golpe de Estado na Tailândia. Desde então os protestos populares opondo os grupos *yellow-shirts* e *red-shirts*³⁶⁹ tornaram-se constantes e frequentemente violentos, culminando em mais

³⁶⁹ Respectivamente os representantes da *People's Alliance for Democracy* (PAD), monarquistas com apoio do exército e os representantes da *United Front for Democracy Against Dictatorship* (UDD), o grupo é composto majoritariamente pela população rural do norte do país e classes baixas urbanas.

mortes. Em 20 de maio de 2014 novamente o país passou ao controle marcial, com supressão da Constituição e dos direitos políticos dos cidadãos.

A pequena quantidade de informações que localizamos sobre a história da indústria açucareira da Tailândia nos permite concluir que, naquela porção específica do Sudeste Asiático que hoje corresponde ao território tailandês, a influência da China foi superior à da Índia e à da cultura muçulmana. Isso nos leva a crer que há cerca de um ou dois milênios³⁷⁰ as terras da atual Indochina foram fornecedoras de açúcar aos chineses estabelecidos ao norte do Trópico de Câncer – zonas não açucareiras. Referências a empreiteiros chineses na porção tropical do Sudeste Asiático são recorrentes na bibliografia historiográfica desde pelo menos 1684, quando o desfecho da Guerra de Bantam (atualmente Indonésia) “[...] atraiu muitos chineses ricos [...] o que muito estimulou a cultura e o fabrico [da cana e do açúcar]” (VON LIPPMANN, 1941, p. 279).

O açúcar foi o principal produto de exportação da Tailândia até 1855, quando, pelo estabelecimento do Tratado de Bowring, o arroz enviado principalmente à Inglaterra converteu-se em seu item de exportação mais fundamental (CHANHOM, [2009?]). A moderna indústria açucareira tailandesa, baseada no processamento industrial da matéria-prima, só teve início a partir da década de 1950, numa conjuntura marcada pelo fim da Segunda Guerra Mundial e início do período de Guerra Fria. Nesse contexto são fundados os principais grupos açucareiros atualmente em atividade no país, como a Khon Kaen Sugar Industry Public Company Limited (de 1945), o Mitr Phol Group (1956) e a Kaset Thai International Sugar Corporation (de 1957).³⁷¹ No pós-guerra o “[...] setor privado foi encorajado pelo governo da época a construir usinas açucareiras [...] [para combater a] crise de desabastecimento de açúcar” que assolava o país.³⁷²

Entre as décadas de 1960 e 1980, no entanto, a indústria açucareira nacional permaneceu ainda bastante arcaica em relação aos seus procedimentos produtivos. A partir

³⁷⁰ Pelo calendário adotado na Tailândia, o país já está no ano 2557, ou seja, mais de meio milênio adiantado em relação ao calendário ocidental.

³⁷¹ Informações declaradas pelos próprios grupos em suas páginas oficiais postadas na internet. Para se ter uma ideia da dificuldade que é localizar tais informações, basta mencionar que o *site* de uma das maiores empresas açucareiras tailandeses, a Thai Sugar Millers Corporation Limited, ainda não está traduzido sequer para o inglês. Desse modo, foi difícil precisar as datas de fundação de todos os principais grupos estabelecidos no setor canavieiro tailandês.

³⁷² O histórico do Thai Roong Ruang Group of Companies está disponível em: <http://www.trrsugar.com/e_aboutus.asp>. Acesso em: 22 ago. 2014.

dos anos 1980 é que se iniciou um intenso processo de modernização e de financeirização da atividade no país, resultando em seu crescimento vertiginoso.

Naquele momento a presença militar norte-americana colocou-se na Tailândia como uma espécie de “último bastião” do capitalismo regional diante do estabelecimento de regimes comunistas no Vietnã (em 1954 no Norte e 1976 no Sul), Mianmar (1974), Laos (1975) e Camboja (1975). De fato, a guerrilha comunista atravessava as fronteiras nacionais da Tailândia, fosse por meio da presença direta de guerrilheiros em seu território, fosse pelas migrações étnicas derivadas da ascensão ao comunismo nos países vizinhos, tornando intenso o fluxo de pessoas deslocadas dos países vizinhos, tendo sido montados diversos campos de refugiados em solo tailandês.³⁷³

De forma idêntica à que está ocorrendo atualmente na Ucrânia, afirmava-se à época que a melhor forma de propagandear o sucesso de um regime governamental era avaliando seu potencial sucesso econômico. E o setor açucareiro foi um dos eleitos para representar o êxito do capitalismo tailandês. A partir da década de 1980 os fluxos financeiros internacionais em direção à Tailândia ampliaram-se, sendo este parcialmente repassado ao setor canavieiro.

Além de apoio financeiro e militar, os Estados Unidos mantinham com o governo tailandês uma módica parceria de compra de açúcar. Desde 1962,³⁷⁴ o país passou a ter acesso ao mercado preferencial norte-americano – ainda que as 10 mil toneladas alocadas originalmente representassem mais um valor simbólico do que efetivo, pois correspondiam a somente 0,1% das importações feitas pelos EUA. Em 1982, com a nova alocação de cotas de importação feita por parte dos norte-americanos, a cota conferida foi um pouco melhor que a anterior: 39 mil toneladas, volume ainda bastante modesto. Entre os anos de 2001 e 2010 a Tailândia obteve o direito de enviar ao mercado consumidor dos Estados Unidos 15 mil toneladas por ano, valor igualmente irrisório diante do volume de exportação alcançado pelo açúcar tailandês neste último ano: 5,6 milhões de toneladas (ou seja, somente 0,3% de sua produção foi destinada aos EUA, ficando a maior parcela direcionada aos mercados do Sudeste Asiático, Extremo Oriente e Oriente Médio).

³⁷³ Ver *site* da ACNUR (ONU) em: <<http://www.acnur.org/t3/portugues/noticias/noticia/eua-concluem-reassentamento-para-refugiados-de-myanmar/>>. Acesso em: 23 ago. 2014.

³⁷⁴ Em decorrência do embargo imposto à Cuba.

Verdadeira “revolução” sobre a canavicultura tailandesa seria verificada após a aprovação da Lei da Cana e do Açúcar de 1984 (*Cane and Sugar Act of 1984*), num período em que o país era controlado e governado militarmente. A lei estabeleceu os parâmetros que ditaram o ritmo intenso de crescimento da atividade nas três décadas seguintes. Foi então criada a Câmara da Cana e do Açúcar (*Cane and Sugar Board – CSB*),³⁷⁵ órgão de forte intermediação na relação entre o governo e os canavicultores nacionais. A partir daí tornou-se possível formular e implementar um sistema de controle da produção e da comercialização de toda a cana e de todo o açúcar tailandês que, sendo mediado pelo governo (militar), reverteu-se em estímulo fundamental ao desenvolvimento desta atividade agroindustrial. A determinação dos preços da tonelada de cana e do quilo do açúcar no mercado interno passou a ser anualmente estabelecida pela CSB. Após a definição de qual seria o preço nacionalmente pago por essas duas “mercadorias”, as receitas eram partilhadas de modo relativamente harmonioso entre os agricultores e os usineiros. Essa delimitação precisa da divisão dos lucros era feita de acordo com uma fórmula oficial, estabelecida pelo governo. As receitas provenientes da comercialização estatal do açúcar nos mercados internos e externos tornaram-se, desde então, compartilhadas entre agricultores e industriais na seguinte proporção: 70% (menos custos e taxas) aos primeiros; 30% aos segundos (ZEDDIES, 2006). Essas condições resultaram num grande estímulo, permitindo que “[...] a produção de açúcar da Tailândia crescesse a uma toada explosiva, passando de 1,7 milhão de toneladas no ano de 1976 para 6,1 milhões já em 1996” (ICCSASW-CCSTAM, 1998, p. 25).³⁷⁶

Outro estímulo aos produtores foi feito por meio da garantia de preço de venda do produto no mercado doméstico, sendo esta realizada sempre a um valor superior ao da cotação do açúcar no Mercado Livre Mundial. Tal situação representou a criação um valioso mercado interno cativo aos produtores nacionais. De modo análogo ao sistema criado pela Comunidade Econômica Europeia, o governo da Tailândia também estabeleceu três modalidades distintas de classificação do açúcar produzido: A, B e C. O açúcar tipo A representava uma cota inteiramente composta por açúcar refinado destinado ao consumo interno do país e submetido a um preço substancialmente mais elevado do que o em vigor no livre mercado. Quando se iniciou o programa açucareiro, a cota indexada ao mercado interno era de 650 mil toneladas

³⁷⁵ Junta formada por 21 membros, sendo sete representantes do governo, nove dos agricultores e cinco dos usineiros.

³⁷⁶ Do original: “Thailand’s sugar production grew at an explosive pace from 1.7 mln mt to 6.1 mln mt in the twenty-year period between 1976 to 1996”, tradução nossa.

(safra de 1983/1984), em 2013 esta já alçava à casa das 2,6 milhões de toneladas (ZEDDIES, 2006, p. 54; USDA GAIN, 2014). O tipo B é composto por açúcar bruto, recaindo sobre a Corporação Tailandesa de Cana e Açúcar (*Thai Cane and Sugar Corporation* – TCSC) a responsabilidade de realizar sua comercialização internacional. Esta é geralmente fixada num volume que varia entre 800 mil e 1 milhão de toneladas, podendo variar de ano para ano. Metade desse volume é comercializado diretamente com três grandes *trading companies* multinacionais por meio de contratos de longo prazo, medida que garante maior estabilidade financeira ao setor. A outra metade do volume referente à cota B permite ao governo, por meio da TCSC, manipular o preço de venda do açúcar referente à cota C, estocando-o ou vendendo-o conforme a conjuntura internacional do mercado. Por fim, a cota C é aquela que representa o “excedente” da produção, ou seja, o volume total produzido acima do estabelecido pelas cotas A e B. Ele é exportado diretamente ao mercado internacional, beneficiando regionalmente da existência da ASEAN.

Tão eficiente foi o esquema estabelecido pelo governo tailandês no início da década de 1980 que hoje o volume “excedente” (cota C) supera em muito o volume oficialmente requerido (cotas A e B). Em 2014, a proporção foi de 3,6 milhões de toneladas oficialmente demandadas para 7,7 milhões de “excedentárias” (32% e 68%, respectivamente). Desse modo, pode-se concluir que ao criar mecanismos de proteção para as camadas A e B,³⁷⁷ os subsídios governamentais possibilitaram a criação de um volume crescente de açúcar C, exportável.

Para se evitar a livre produção interna e também a entrada de novos grupos industriais interessadas em compartilhar todos esses privilégios comerciais garantidos pelo governo, determinou-se que o volume total da produção nacional seria anualmente distribuído por meio de sistema de cotas, rateando-o entre as usinas autorizadas a funcionarem.

Dessa forma criou-se artificialmente, desde a primeira metade da década de 1980, uma série de condicionantes que tornaram a canavieira agroexportadora na Tailândia uma atividade muito favorável. O resultado foi uma colheita crescente, convertida num volume

³⁷⁷ Segundo o USDA GAIN Reports TH 3037 e TH4088, entre 2013 e 2014 vigoravam as seguintes medidas que se caracterizavam como subsídios governamentais diretos à produção açucareira tailandesa: preço de suporte à cana (*sugarcane price support*) de 1.000 baht, ou US\$ 31 por tonelada de cana; pagamentos diretos aos agricultores (*direct payments to farmers*) de 160 baht, ou US\$ 5,3 por tonelada de cana; e controle sobre o preço doméstico (*control of domestic sugar prices*) fixado em 19 baht, ou US\$ 27 centavos por quilo de açúcar.

açucareiro que ascendeu de forma quase ininterrupta durante 30 anos. Apenas duas breves - mas significativas - exceções podem ser constatadas durante esse período de acelerado ritmo de crescimento: a primeira, ocorrida em 1998, envolta na chamada Crise Monetária do Sudeste Asiático; a segunda, em 2006, quando a UE lançou pela última vez uma grande quantidade de açúcar subsidiado no mercado livre mundial.

Gráfico 64: Tailândia: produção e consumo de açúcar, em toneladas (1961-2011).

Também um fenomenal ganho de produtividade agroindustrial foi verificado na Tailândia nos últimos 30 anos. De acordo com dados fornecidos pela Agência da Câmara de Cana e Açúcar (*Office of the Cane and Sugar Board – OCSB*) para os anos de 1982, 1992 e 2002, e pelo USDA, para o ano de 2012, a tonelagem média de cana por hectare subiu vertiginosamente no país.³⁷⁸

³⁷⁸ A título de comparação, segundo a CONAB, na safra de 2009/10 o Estado de São Paulo obteve um rendimento médio de 88 toneladas de cana por hectare cultivado, e o de Pernambuco 56 ton/ha. A média nacional brasileira foi naquele ano-agrícola de 82 ton/ha.

**Tabela 18: Tailândia: produtividade canavieira – média nacional
(1982, 1992, 2002 e 2012).**

TAILÂNDIA: Produtividade Agrícola Média Nacional (1982- 1992-2002-2012)	
ANO	t / ha
1982	37
1992	49
2002	62
2012	74
MAPS-2014 FONTES: OCSB e USDA	

Segundo Zeddies (2006), a despeito desse aumento geral de produtividade agrícola, os procedimentos usuais na lavoura ainda eram muito precários até a década de 2000, quando o plantio da cana era realizado de forma exclusivamente manual e apenas 10% da colheita eram feitos por máquinas. O rendimento do trabalhador braçal cortador de cana apresentava-se bastante abaixo do praticado no Brasil: enquanto na Tailândia cada cortador colhia em média uma tonelada por dia, entre os brasileiros esse índice chegava à 12 toneladas por dia (ZEDDIES, 2006; SAMPAIO, 2011). Essa diferença pode ser parcialmente explicada devido ao fato de que na produção tailandesa ainda predomina o sistema pelo qual após cortar o caule da planta, o trabalhador faz feixes de cana amarrado-as com suas próprias folhas, enquanto no Brasil o uso das carregadoras mecânicas disseminou-se largamente desde os anos 1970. Para Naranong (2000), o baixo custo do trabalho e das terras retardou o processo de modernização da agricultura do país e “[...] durante muito tempo a competitividade da agricultura tailandesa se baseou na exploração de trabalho barato e na relativamente abundante disponibilidade de terras, obtidas através do desmatamento” (p. 11).³⁷⁹ Segundo o GAIN Report TH3037 do USDA, datado de 17 de abril de 2013, essa realidade está mudando e a demanda por colheitadeiras mecânicas de cana está sendo impulsionada atualmente pelo aumento verificado no salário mínimo rural, que passou em 2012 de 150 para 250 *bahts* por dia (de cinco para sete dólares e meio) e elvou-se novamente em 2013 até atingir 300 *bahts* por dia (dez dólares). Cumpre notar ainda que a cana moída pelas usinas tailandesas é predominantemente cultivada em pequenas propriedades rurais (ZEDDIES, 2006).

³⁷⁹ Do original: “Thailand’s competitiveness in agriculture has thus far been based on cheap labor and a relatively abundant land resource, acquired through deforestation”, tradução nossa.

Uma outra grande vantagem competitiva da canavicultura praticada no país é inexistência da necessidade de se irrigar as lavouras na maior parte de suas terras agrícolas. Calcula-se que 90% das terras canavicultoras da Tailândia não careçam de qualquer sistema de irrigação (NARANONG, 2000). O último fator importante que salientamos no processo de modernização e reestruturação do setor açucareiro tailandês diz respeito à realocação das plantas industriais. Por esse procedimento as usinas que se localizavam muito próximas umas das outras ou aquelas situadas em zonas rurais densamente ocupadas foram transferidas para outras zonas agrícolas, sendo redirecionadas sobretudo ao oeste e nordeste do país, onde vivenciou-se (e ainda se mantém em curso) uma espécie de frente pioneira canavieira. Com a inserção destas terras mais “afastadas” no processo produtivo é que foi possível se concretizar a acelerada expansão almejada pelos dirigentes atuantes no setor.

Atualmente 51 usinas estão em funcionamento na Tailândia, destacando-se a autorização da entrada de mais quatro novas unidades ocorrida no último ano. Desse total, duas pertencem ao governo, 13 são independentes e as demais pertencem a nove grandes conglomerados açucareiros. A maior usina tomada isoladamente é a Kaset Thai, do grupo KTIS; entretanto, o maior grupo produtor e exportador de açúcar no país é o Mitr Phol Group – que ocupa a respeitável posição de ser o quinto maior do mundo.

Somente na última década é que os grandes consórcios açucareiros tailandeses despertaram seu interesse para a produção de etanol (feito a partir da destilação do mel residual) e para a cogeração de energia elétrica enquanto fontes alternativas de rendimentos à cadeia produtiva da cana. Datam da segunda metade dos anos 2000 os primeiros investimentos feitos nestes segmentos, sendo 2008 o ano inicial da política nacional voltada a estimular a produção e o consumo de combustíveis alternativos na matriz energética do país. Destaque-se também o uso crescente do etanol proveniente do amido de mandioca (SIAMPHAKDEE, 2009).

Durante a década de 1990 a Tailândia foi o quarto país que mais exportou açúcar no mundo, colocando-se atrás somente de Cuba (1º), Brasil (2º) e Austrália (3º). Nos anos 2000 o país passou para a terceira colocação, atrás somente do Brasil (1º) e da Austrália (2º). O novo contexto açucareiro mundial, em formação desde o colapso do socialismo real na URSS e atualmente cada vez mais marcado pela existência de tratados de livre comércio estabelecidos bilateralmente ou regionalmente, parece estar sendo mais favorável à Tailândia

que à Austrália. Nos anos mais recentes, isto é, neste início de década de 2010, o país do Sudeste Asiático tem sido o segundo maior exportador mundial de açúcar – mas é verdade também que no intervalo dos últimos 20 anos a diferença entre o maior exportador (Brasil) e os demais países alargou-se de forma “gritante”.

Gráfico 65: Países selecionados (Cuba, Brasil, Austrália, Tailândia e Guatemala): exportação decenal de açúcar bruto, em toneladas (1991-2001 e 2001-2011).

A Tailândia é, nesse começo de década de 2010, o segundo maior exportador de açúcar do mundo. Devido ao porte, localização e período de safra de suas agroindústrias açucareiras, o seu concorrente mais direto na exportação de açúcar é a Austrália, país com o qual “luta” pela conquista dos grandes mercados do Sudeste Asiático, Extremo Oriente e Oriente Médio. Neste sentido a Tailândia costuma direcionar suas exportações de açúcar sobretudo à Índia, China, Japão, Coreia e Indonésia. Além desses, cuja importância é proeminente, outras nações completam a lista de seus habituais compradores: Cingapura, Malásia, Vietnam, Camboja, Filipinas, Taiwan, Sri Lanka, Bangladesh, Paquistão, Rússia, Irã, Jordânia, Iêmen, Síria e Egito (ZEDDIES, 2006). Ainda que o açúcar brasileiro tenha bastante inserção nos territórios do Sul, Leste e Sudeste Asiáticos, a vantagem do produto de procedência tailandesa vinculada ao fato deste arcar com menores custos de frete confere-lhe

inegável vantagem. Conforme levantado por Tom McNeill, diretor da empresa de análises do mercado de *commodities* Green Pool, sediada em Brisbane (Austrália), “[...] a taxa de frete de açúcar bruto a granel da Tailândia à Indonésia, maior comprador do açúcar bruto do mundo, é de US\$ 13 a US\$ 14 por tonelada, muito menor do que os US\$ 33 ou US\$ 34 para se enviar o produto do Brasil” (McNeill, 2014).³⁸⁰

No Sudeste Asiático e no Extremo Oriente, Tailândia e Austrália disputam a hegemonia regional pelo fornecimento de açúcar aos principais mercados importadores. Entretanto, concomitantemente a expansão e modernização recente do setor canavieiro tailandês houve a eliminação dos últimos resquícios da *Commonwealth* Britânica, o que enfraqueceu o poderio competitivo do açúcar australiano. Tal fato, juntamente com a menor disponibilidade de terras acessíveis à expansão de sua lavoura canavieira, fez com que a nação austral cedesse o posto de principal fornecedora regional de açúcar ao seu rival. Mas não foi apenas devido à existência de uma maior disponibilidade de terras cultiváveis, dotadas de melhores índices pluviométricos, que permitiram a grande expansão mercadológica da Tailândia no comércio regional. Houve ainda outro grande impulso à sua canavicultura, que se deu por meio da ASEAN. Desde 1992 já se havia estabelecido a Área de Livre Comércio da ASEAN (*ASEAN Free Trade Area – AFTA*), pela qual foram muito estimuladas as trocas econômicas internas na região. Estipulou-se que o ano de 2015 seria a data limite para a isenção completa das barreiras tarifárias dentro do bloco, condição que deu visível relevância ao açúcar tailandês. A partir de 2007 o bloco regional intensificou a negociação de acordos de livre comércio com uma série de terceiros países de ampla importância econômica e localizados em seu entorno imediato, tais como China, Japão, Coreia do Sul, Índia, Austrália e Nova Zelândia. Essa situação vantajosa fez com que os capitais sucroalcooleiros tailandeses transpassassem as fronteiras nacionais de seu país para estabelecerem parcerias e empresas subsidiárias em nações vizinhas. Por meio de aquisição de usinas já existentes ou pela construção e implantação de novas unidades industriais, os tailandeses infiltraram-se ativamente na canavicultura das Filipinas, Camboja, Laos, China, Indonésia e Austrália, fenômeno essencialmente atual.

³⁸⁰ Originalmente: “Bulk freight rates for raw sugar from Thailand to Indonesia, the world’s top raw sugar buyer, are US\$13 (RM41.65) to US\$14 a tonne, much lower than US\$33 to US\$34 to ship the sweetener from Brazil”, tradução nossa.

9.5 Índias Orientais Holandesas (Java e Indonésia)

Se a Índia Britânica, as Colônias do Estreito, a Indochina Francesa e o Sião não se caracterizaram propriamente como colônias açucareiras europeias, Java representa o exemplo inverso, tendo sido um dos mais importantes centros exportadores do mundo até a deflagração da Segunda Guerra Mundial, em 1939. A história açucareira nas Índias Orientais Holandesas se inicia em 1602 e representa um caso bastante peculiar no Sudeste Asiático. Os holandeses estabeleceram-se em Java a partir de um confronto direto contra os interesses portugueses por meio da chamada Guerra Luso-Neerlandesa, travada entre 1595 e 1663. Os holandeses travavam-na por meio de suas duas grandes empresas coloniais, a Companhia Holandesa das Índias Ocidentais (WIC) e a Companhia Holandesa das Índias Orientais (VOC).³⁸¹ A possessão da Holanda na parcela Ocidental do mundo deu-se pela conquista Nordeste Açucareiro do Brasil onde, sob a liderança militar do protestante Maurício de Nassau, instalou-se a maior indústria açucareira agroexportadora do mundo à época.

No Oriente, os holandeses estabeleceram-se em territórios hoje pertencentes à Indonésia, Ceilão, Málaca, Nova-Guiné e Taiwan (a partir desta última ilha comercializaram bastante açúcar que ali já era produzido em abundância pelos nativos, até serem repelidos pelos chineses em 1662). Devido à florescente e lucrativa indústria açucareira brasileira, as colônias orientais ficaram relegadas a um plano secundário nessa fase inicial de ascensão do império holandês. Estes já haviam adquirido açúcar em outras províncias orientais, tais como China, Formosa, Bengala e Sião, quando finalmente se realizou a primeira importação procedente de Java, ocorrida no ano de 1637: foram 10 mil piculs, ou 618 toneladas (GEERLINGS, 2013).³⁸² Nesse mesmo ano a VOC decidiu construir seu primeiro engenho de açúcar em território javanês, no Sultanato de Cheribon, onde havia se estabelecido na cidade de Batávia (atual Jacarta). Por esse empreendimento enviou à Europa 14 quintais de açúcar após um ano de produção, alcançando 1.225 quintais (122 toneladas) 10 anos mais tarde.

A colonização holandesa feita pela VOC centrou-se em torno de um já importante porto comercial do circuito de navegação do Sudeste Asiático. Batávia foi o novo nome recebido pela cidade após a expulsão dos portugueses, primeiros europeus estabelecidos

³⁸¹ Respectivamente, a West-Indische Compagnie (com a sigla WIC) e a Vereenigde Oost-Indische Compagnie (VOC).

³⁸² 1 picul = 61,76 quilos = 136 libras.

naquelas paragens. Sendo a VOC essencialmente uma companhia de navegação e comércio, não se dispôs a focar seus esforços em produção alguma, atuando sobretudo no lucrativo sistema de circulação de mercadorias já existente. Java era no início do século XVII uma área islamizada, composta por sultanatos, onde a presença ancestral chinesa no arquipélago indonésio era mais intensa. A partir de um animado eixo comercial marítimo que envolvia diversas modalidades de artigos, os chineses estabeleceram verdadeiras colônias agrícolas no Sudeste Asiático, cujo objetivo era gerar rendas e alimentos ao seu império. Nesta condição encontravam-se Java, Formosa, Vietnã, etc.

De acordo com Geerlings (2013, p. 115), “desde tempos imemoriais a cana-de-açúcar é plantada em Java, onde foi introduzida pelos chineses ou pelos hindus, que consideravam a cana uma guloseima e, provavelmente em pequena escala, espremiam seu suco e evaporavam-lo até secá-lo”.³⁸³ Os holandeses, ao estabelecerem-se em Batávia não deram grande impulso à produção açucareira. Nas Américas a WIC estabelecia-se concomitantemente em Nassau, após a tomada da capitania de Pernambuco, então sob o controle luso-espanhol imposto pela União Ibérica. Essa bem-sucedida experiência açucareira não se reverteu, entretanto, em qualquer benefício para o estabelecimento de uma segunda grande colônia açucareira nos territórios coloniais holandeses, nas Índias Orientais. Como as administrações holandesas das Índias Ocidentais e Orientais eram autônomas entre si, o fato de sua metrópole comum possuir a maior indústria açucareira do século XVII, estabelecida no Nordeste Açucareiro do Brasil, isto não representou nada de concreto para o desenvolvimento da cultura canavieira em Java. Conforme Galloway (2005, p. 210),

A indústria javanesa deveu mais à China que à experiência holandesa de produção de açúcar realizada no Brasil e nas Índias Ocidentais. Os holandeses proviam sobretudo o financiamento, mas essencialmente a indústria se encontrava nas mãos de empresários chineses, também a tecnologia empregada era de origem chinesa.³⁸⁴

³⁸³ Do original: “*Since times immemorial sugar cane has been planted in Java, where it was introduced by Chinese or Hindus, who regarded the cane as a dainty and probably squeezed out the juice and evaporated it to dryness on a small scale*”, tradução nossa.

³⁸⁴ Do original: “*The Javanese industry owed more to China than to Dutch experience of sugar production in Brazil and the West Indies. The Dutch did provided much of the finances and there were some Dutch planters, but essentially the industry was in the hands of Chinese entrepreneurs, and the technology was Chinese*”, tradução nossa.

Enquanto companhia comercial, a VOC preferia adiantar o capital necessário à produção de açúcar e em seguida adquiri-lo já manufaturado à dedicar-se diretamente à agricultura e ao beneficiamento de suas colheitas. As safras geravam uma produção excedente exportável, que a companhia direcionava mais para os mercados regionais asiáticos, sobretudo para a China, do que para a Europa propriamente dita. A mudança no contexto metropolitano advinda com o término da União Ibérica e a consequente retomada de Pernambuco por parte de portugueses e brasileiros instigou o início dos primeiros impulsos realmente holandeses no intuito de promover a expansão da manufatura açucareira em Java. Em 1640 finda a União Ibérica e ganha ímpeto no Brasil a resistência contra a presença holandesa no Nordeste Açucareiro. Conforme os conflitos da Companhia Holandesa das Índias Ocidentais com os lusos aumentavam na América, a Holanda passou a ter como estratégica a ampliação da produção açucareira realizada nas terras de influência da Companhia Holandesa das Índias Orientais. Em 1644 a VOC tinha encomendado na região “[...] 2.000 quintais de açúcar bruto e 500 de cândi [mas logo veio a] recomendação de suspender as remessas daí por diante, por não terem lucro; em 1645, porém, subiram as remessas ao dobro do máximo até então atingido, por causa da irrupção da luta no Brasil” (VON LIPPMANN, 1941, p. 279). Para alavancar sua exportação no Oriente, estimulando inclusive o envio da mercadoria para a Europa, em primeiro lugar foi “[...] fixado em 5 mil quintais métricos de açúcar o tributo sobre o sultão de Cheribon, em Java”, valor a ser pago sob a forma de um novo imposto (VON LIPPMANN, 1941, p. 279). A VOC investiu então na construção de engenhos próprios, com vários cidadãos holandeses tornando-se proprietários de terras naquela ilha sul-asiática. Com a implementação de tais medidas conseguiu-se de fato algum resultado, elevando-se as exportações para a Europa das 5 mil quintais (500 toneladas) verificadas em 1636, para 18,6 mil quintais (1,9 mil toneladas) em 1667 (VON LIPPMANN, 1941).

Diante desse sucesso econômico, iniciou-se o processo de expansão da colônia oriental de Java, investindo o império holandês na anexação de mais áreas. Voltou suas ambições ao território vizinho, o Sultanato de Banten, um movimentado entreposto comercial sul-asiático cuja importância localizacional assemelhava-se à do estratégico porto de Málaga, fixado entre o oceano Índico, o mar da China Meridional e o mar de Java. Uma série de conflitos belicosos se estabeleceu então na ilha de Java, redundando no declínio das exportações de açúcar para a metrópole. Finalmente, após o estabelecimento da Paz de Banten, no ano de 1684, com a anexação de novos territórios por parte dos holandeses,

iniciou-se uma nova fase de prosperidade na colônia oriental. De acordo com Von Lippmann (1941, p. 279) este período que se iniciou “[...] em muito estimulou a cultura [da cana] e o fabrico [do açúcar], e atraiu muitos chineses ricos”. A produção açucareira experimentou um novo salto de crescimento entre os anos 1690 e 1730. O esforço da VOC para produzir açúcar próprio em Java e em seguida exportá-lo para a Europa, entretanto, logo revelou-se infrutífero. Seu elevado frete, assim como a cada vez mais acirrada competição açucareira proveniente das colônias gran-caribenhas das Índias Ocidentais tornavam impeditivos os custos de produção do açúcar oriental. Firmou-se, entretanto, a florescente colônia holandesa como importante centro de exportação açucareira para os mercados asiáticos, tais como Bengala, China e Japão. Esse açúcar não enviado à Europa dirigiu-se também a “[...] novos mercados, entre os quais a Pérsia, para onde se expediram nesse ano 3.000 quintais métricos de bruto e 500 de cândi, estimando-se um lucro de 266.563 florins” (VON LIPPMANN, 1941, p. 279).

A segunda metade do século XVIII exporia alguns problemas estruturais da administração da VOC, que levaram a um grande retrocesso nas exportações do açúcar de Java. Segundo Von Lippmann (1941), Galloway (2005) e Geerlings (2013), esse período foi marcado por uma alternância de incompetências administrativas e denúncias de corrupção dentro da Companhia. No comércio açucareiro, por exemplo, surgiram esquemas de falsificação, quando seus funcionários “[...] cometeram a fraude de expedir açúcar de 2ª ou 3ª qualidade como de 1ª, de misturar vários tipos nas canastras, açúcar bom por cima, ordinário por baixo” (VON LIPPMANN, 1941, p. 280). Segundo o mesmo autor, durante essa fase de declínio e inaptidão, a indústria açucareira javanesa era essencialmente dividida entre proprietários chineses e holandeses. Em 1779, dos 55 engenhos estabelecidos em torno de Batávia, 26 pertenciam a chineses, 24 a holandeses e os demais cinco à VOC. Quando houve nas Américas a Revolução do Haiti (1791), que resultou em grande carestia, assim como na duplicação do preço do açúcar no mercado mundial, a Companhia em nada se beneficiou.

Gráfico 66: Java: exportação de açúcar, em toneladas (1620-1794).

O período de 1730 a 1820 havia sido de forte retrocesso para o comércio açucareiro javanês, quando teve início um novo ciclo expansivo que culminaria na intensa financeirização e na industrialização da atividade já na etapa final do século XIX. Desde 1795 a VOC havia sido dissolvida, passando seus domínios diretamente ao controle do Estado holandês. Este tratou de elaborar uma série de medidas no intuito de estimular a indústria açucareira, mas até 1820 sucederam-se os insucessos. Somente com a administração do governador geral Gus de Guisignies é que se pôde observar algum progresso. Foi sob sua gestão que entre 1826 e 1830 a produção de açúcar em Java ampliou-se de 20 mil piculs (1,2 toneladas) para 109 mil piculs (6,7 toneladas) (GEERLINGS, 2013).

A mudança maior começou, no entanto, sob o comando de seu sucessor, o governador geral Johannes van den Bosch, que a partir de 1830 estabeleceu o chamado Sistema de Culturas (*Cultuurstelsel*). Este caracterizou-se como um administrador autoritário, cuja finalidade principal era aumentar o envio de produtos tropicais asiáticos para a metrópole. Para tanto, instituiu uma forma de tributação semelhante à corveia da Europa medieval. Por esse sistema os agricultores autóctones tinham que, obrigatoriamente, reservar um quinto de suas terras (basicamente cultivadas com arroz) para o cultivo de lavouras de exportação designadas pela administração colonial: fundamentalmente cana, café, índigo, pimenta, chá ou tabaco, variando a cultura de acordo com as distintas regiões das ilhas.

Especificamente no que diz respeito à canavieira, “a população nativa das zonas adequadas à cultura do açúcar deveriam abdicar de um terço de suas terras cultiváveis em favor do plantio da cana-de-açúcar” (GEERLINGS, 2013, p. 118). Outra medida criada por van den Bosch determinava que o camponês trabalhasse diretamente nas terras do governo durante um quinto do ano (73 dias) caso ele não tivesse terras próprias.³⁸⁵ A partir daí estabeleceu-se em Java um complexo sistema de rotação de culturas entre a rizicultura e a canavieira (GALLOWAY, 2005; GEERLINGS, 2013). “No começo os lucros para o Estado e para os fabricantes de açúcar eram poucos [...] [mas] a indústria açucareira de Java gradualmente tornou-se lucrativa” (GEERLINGS, 2013, p. 119).³⁸⁶

O período em que vigorou o Sistema de Culturas (1830-1870) foi marcado não somente pela modernização administrativa como também pelo progresso técnico. Desde a década de 1830 os adiantamentos financeiros feitos pelo Estado ampliaram-se substancialmente. Criou-se um sistema de participação dos altos funcionários sobre os lucros da indústria. Os tradicionais engenhos movidos por búfalos foram substituídos por engenhos d'água ou a vapor (o primeiro engenho a vapor instalado em Java data de 1825). A partir de 1836 (ou 1838) o emprego de cozedores a vácuo aumentaram a eficiência e a qualidade de sua produção açucareira (VON LIPPMANN, 1941). Por todos esses motivos, o período referente ao Sistema de Culturas foi aquele em que se criaram as condições necessárias para que a partir de 1870 tivesse lugar a moderna indústria açucareira javanesa, que representaria o auge jamais alcançado por essa atividade naquela ilha oriental.

Em 1870 duas leis alteraram e depois levaram ao fim do Sistema de Culturas: a Lei do Açúcar (*Sugar Law*) e a Lei de Terras Agrárias (*Agrarian Land Law*). Essas novas regulamentações sobre o uso da terra e a produção açucareira marcaram, segundo a interpretação de Galloway (2005), a transição de uma política mercantilista para o setor, iniciando-se sua fase de capitalismo corporativista. Por essas leis, terra e trabalho passaram a se sujeitar a preceitos mercadológicos. A partir de 1879 o trabalho compulsório dos camponeses nas terras canavieiras do Estado reduziu-se de 73 para 28 dias por ano e a partir

³⁸⁵ Disponível em: <<http://global.britannica.com/EBchecked/topic/146326/Culture-System>>. Acesso em: 23 ago. 2014.

³⁸⁶ Do original: “[...] In the beginning the profits for the State and for the sugar manufactures were meager [...] but] the Java sugar industry gradually became a profitable business”, tradução nossa.

de 1891 o Estado afastou-se definitivamente do processo produtivo do açúcar, abrindo caminho para a atuação de grandes empresas e fazendas privadas.

A partir dessas reformas sucederam-se grandes investimentos,³⁸⁷ fundaram-se as primeiras usinas modernas de Java e implantou-se densa malha ferroviária. Assim como Cuba, a canavieicultura javanesa também se originou na costa oeste, zona de ocupação mais densa e antiga, expandindo-se posteriormente – após a “revolução industrial do açúcar” ocorrida a partir de 1870 – para as terras novas da porção leste da ilha, que se converteram no novo centro da produção javanesa. No ano de 1887 fundou-se o Instituto de Pesquisa do Açúcar de Java Oriental (*Proefstation Oost-Java*),³⁸⁸ importante polo de pesquisa agrônômica que se tornou notadamente famoso no Brasil por ter desenvolvido as variedades de cana POJ, que salvaram e fizeram renascer a indústria açucareira paulista da doença do mosaico (“Sereh”) na década de 1920. Java era, no início do século XX, uma indústria modelo em termos de tecnologia e produtividade açucareiras. Suas exportações eram direcionadas sobretudo aos mercados da Índia Britânica, China e Japão, mas também para os da Europa, Austrália e Estados Unidos.

No início da década de 1830, quando entrou em vigor o Sistema de Culturas, as exportações açucareiras javanesas eram de meras 1,2 mil toneladas anuais, mas em 1920, às vésperas da crise de 1929, passaram de 1,5 milhão de toneladas e suas receitas superaram todas as demais exportações combinadas da colônia (GALLOWAY, 2005). Os arcaicos engenhos puxados por búfalos haviam cedido lugar às grandes usinas devoradoras de cana, financiadas por poderosas casas bancárias holandesas.

³⁸⁷ Para termos uma ideia do papel desempenhado pelo capital financeiro envolvido no processo de reestruturação e modernização da indústria açucareira javanesa, vale mencionar que em 1915 seu principal grupo produtor era a *trading company* Nederlandsche Handel-Maatschappij (NHM), detentora de 39 usinas (GALLOWAY, 2005). Em 1964, quatro anos após o governo indonésio (então recém-emancipado) declarar a estatização de suas propriedades em Java, a MHN reestruturou-se dando origem ao banco ABN AMRO.

³⁸⁸ Disponível em: <<http://www.sugarresearch.org/index.php/about-us/the-history-of-p3gi>>. Acesso em: 23 ago. 2014.

Gráfico 67: Java: exportação de açúcar, em toneladas (1820-1920).

O Arquipélago Indonésio envolveu-se fortemente nos conflitos decorrentes da Segunda Guerra Mundial, o que lhe custou a destruição total de sua estrutura produtiva. O país foi declarado independente em 1945, condição só reconhecida pelos Países Baixos em 1949. Sukarno (que, como a maioria dos javaneses, não tinha sobrenome) participara ativamente do movimento de independência, tornando-se o primeiro presidente indonésio ainda em 1945. Seu governo foi caracterizado pelo regime de democracia guiada, no qual não havia efetivamente alternância de poder. Seus ideais políticos misturavam islamismo, nacionalismo e marxismo. Em 1955, a Indonésia encabeçou o Movimento dos Países Não Alinhados, em prol do estabelecimento de uma política externa alternativa às propostas colidentes de Estados Unidos e União Soviética. Ainda assim, o país recebia apoio concomitantemente de ambos os rivais, até o momento em que estreitou suas relações com a China, em 1963, mesmo ano em que Sukarno foi nomeado como presidente vitalício do país.

O Partido Comunista da Indonésia elaborou, com o apoio de Mao Tsé Tung, um plano para fortalecer o governo de Sukarno pró-Pequim. Em 1965, o plano foi colocado em prática, sendo o chefe-maior do Exército, enquanto cinco generais eram presos e executados. Nesse momento emergiu, sob o pretexto de deter o avanço comunista e com forte apoio militar norte-americano, o golpe de Estado do general Suharto, formalmente declarado

presidente em março de 1968. Seguiu-se então um período de grande violência no país, que deixou centenas de milhares de civis mortos - outro capítulo triste da Guerra Fria vivenciado no Extremo Oriente. Um ano antes (1967) a Indonésia havia participado ativamente como membro fundador da ASEAN, ampliando sua importância no contexto internacional regional. Em 1995 o país passou a fazer parte da Organização Mundial do Comércio.³⁸⁹ Suharto conseguiu manter seu governo de forma autoritária até 1997, tendo, em meio à crise monetária do Sudeste Asiático, chegado ao fim seu governo um ano mais tarde.

Atualmente a Indonésia é um país com cerca de 254 milhões de habitantes (os javaneses compõem 40% do total), representando a quarta maior população mundial (uma posição à frente do Brasil e uma atrás dos Estados Unidos).³⁹⁰ É ainda o país islâmico mais populoso do mundo, uma vez que essa é a religião oficial de 87% de sua população. Assim como uma boa parte dos países árabes, a Indonésia também tem histórica importância enquanto grande exportador mundial de petróleo e intenso importador de açúcar. Desde o momento em que a indústria açucareira de origem holandesa foi destruída no país, esta jamais voltou a ter a mesma importância alcançada no passado. Somente em 1990 o setor açucareiro indonésio conseguiu retomar o patamar de produção estabelecido pelos holandeses no momento imediatamente anterior ao *crack* da Bolsa de Nova Iorque (1929). Após a independência política do país, o ritmo de crescimento interno do consumo de açúcar foi sempre superior ao da produção, tendo sido a Indonésia um importador bruto de açúcar durante os últimos 50 anos, conforme indica o Gráfico 68. Para finalizar, vale notar que entre as *commodities* agrícolas que mais se expandiram na Indonésia no período recente de sua história, está a palma de dendê, responsabilizada por uma série de desmatamentos verificados em sua densa floresta equatorial e por procedimentos de *land grabbing*.³⁹¹

³⁸⁹ Disponível em: <http://www.wto.org/english/thewto_e/countries_e/indonesia_e.htm>. Acesso em: 28 ago. 2014.

³⁹⁰ Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/id.html>>. Acesso em: 28 ago. 2014.

³⁹¹ Disponível em: <<http://www.commercialpressuresonland.org/press/palm-oil-land-grab>> e <<http://www.irinnews.org/report/89747/indonesia-demand-for-palm-oil-fuels-land-grabbing>>. Acesso em: 28 ago. 2014.

Gráfico 68: Indonésia (Java): consumo e produção de açúcar, em toneladas (1810-2010).

9.6 Formosa (Taiwan)

Java não foi a única colônia açucareira bem sucedida estabelecida por iniciativa de um império externo no Sudeste Asiático. Também não foram apenas as potências europeias (ingleses, holandeses, franceses e espanhóis) que praticaram o imperialismo na região. O Japão, desde a “Restauração Meiji” (1867), havia se tornado a maior potência industrial do Extremo Oriente. A abertura dos portos japoneses às nações ocidentais (Inglaterra, Estados Unidos e Alemanha, principalmente), ocorrida em 1854, havia colocado as elites do Japão em contato com os estrangeiros, estimulando o debate sobre a viabilidade de uma série de mudanças políticas no plano interno. As desavenças crescentes levaram à “Guerra Boshin”, que colocou definitivamente no poder o imperador Meiji, representando a queda definitiva do Shogunato Tokugawa. Nesse momento terminou o período feudal da história japonesa e se iniciou a implantação do moderno Estado japonês, de ambições eminentemente imperialistas.

O novo governo centralizou a Administração Pública e passou a promover a intervenção direta do Estado na economia. Com o intuito de modernizar o país, promoveu a reforma agrária; reformulou leis comerciais e tributárias; estabeleceu como moeda nacional o Iene; criou o Banco do Japão e bolsas de mercadorias futuras; modernizou as vias de transportes e de comunicações; determinou o dialeto nacional oficial e estabeleceu o ensino primário obrigatório. Visando estimular a assimilação da tecnologia ocidental, o governo

imperial enviou missões de estudo ao Ocidente, criou universidades e contratou especialistas estrangeiros para trabalharem no país. Em 1889 foi promulgada a primeira constituição japonesa, instaurando-se no arquipélago uma monarquia constitucional. Diante da rápida industrialização e modernização do Japão, a partir da adoção de pacotes tecnológicos ocidentais, surgiram os *zaibatsus*, grandes conglomerados empresariais originados a partir dos antigos clãs familiares. Tornar-se-ia o Japão a primeira nação industrializada da Ásia, além de primeira potência militar regional baseada num moderno exército e numa potente marinha. Transpondo suas próprias fronteiras, a economia renovada passou a atuar em territórios estrangeiros, marcando-se pela importação de matérias-primas e pela exportação de produtos industrializados. Os capitais japoneses dirigiram-se também para a fabricação de açúcar, visando atender sua crescente demanda pela mercadoria.

Formosa, assim como uma vasta zona localizada no Sudeste Asiático, conhecia a canavicultura desde os tempos mais remotos e pré-históricos. Segundo Von Lippmann (1941, p. 274), a cana teria chegado a Formosa em 1250 a partir da China, quando alguns canavicultores chineses foragidos da invasão mongol a introduziram na ilha. Entre as décadas de 1520 e 1650 – antes, portanto, do estabelecimento definitivo das colônias açucareiras no Caribe – a produção de açúcar encontrada já em funcionamento nas Índias Orientais, por ocasião de sua descoberta pelos europeus, havia rendido bons lucros às empresas comerciais. Sabe-se, por exemplo, que em 1622 Formosa forneceu à Companhia Holandesa das Índias Orientais um carregamento de 796 piculs de açúcar (aproximadamente 48 toneladas, volume bastante expressivo para a época) (GEERLINGS, 2013).

A Primeira Guerra Sino-Japonesa (1894-1895) tivera início numa disputa que opunha o Japão e a China pela hegemonia econômica e política na península da Coreia, resultando no conflito armado. O Tratado de Shimonoseki, que pôs fim às animosidades e estabeleceu os termos de paz, impôs à China não apenas a abdicação de sua presença na Coreia como a abertura de seus portos e a cessão de Formosa ao Japão. A aceitação dos japoneses por parte dos nativos da ilha de Formosa não foi fácil, tendo havido milhares de mortes durante o processo de ocupação. A influência chinesa sobre a produção e a comercialização de seu açúcar era intensa em 1895, quando o império japonês ocupou e se apossou daquela ilha localizada justo abaixo do Trópico de Cancer. Naquele ano havia em funcionamento “[...] cerca de 1.000 pequenas fábricas, todas movidas por búfalos, que produziam açúcar mascavo [*brown*] ou branqueado [*clayed*]. Metade deste açúcar destinava-

se ao consumo doméstico e o restante era exportado para a China e o Japão por comerciantes chineses” (GEERLINGS, 2013, p. 82).³⁹²

Como nação industrializada carente de matérias-primas, o Japão empenhou-se em estabelecer ali uma moderna indústria açucareira. Desde 1895, ano em que se iniciou a luta pela independência das Filipinas em relação à Espanha, o Japão havia perdido esse importante fornecedor de açúcar bruto, com o qual se relacionava comercialmente havia décadas, possivelmente séculos. Visando suprir a lacuna deixada pelo açúcar filipino, em 1902 foram promulgadas as primeiras leis de incentivo à produção açucareira em Formosa, sendo criado naquele ano o *Satō-kyoku* (砂糖局, ou *Sugar Bureau*) – órgão responsável pelo desenvolvimento dessa indústria na nova colônia japonesa. A primeira ação tomada foi enviar jovens estudantes japoneses para algumas das mais modernas zonas açucareiras de então: Alemanha, Havaí e Java. Concomitantemente, variedades mais produtivas de cana foram importadas para substituir as tradicionalmente usadas, de baixa produtividade agroindustrial. O governo imperial passou a fornecer crédito subsidiado aos industriais interessados em construir modernas plantas fabris açucareiras em Formosa, e não tardaram em surgir “as fábricas modernas [...] atualizadas com britadores, moendas, clarificadores, filtros-prensa de efeitos quádruplos, cozedores a vácuo, plantas de cristalização em movimento, centrífugas e secadoras de açúcar” (GEERLINGS, 2013, p. 87).³⁹³ Porém, de acordo com esse mesmo autor, um primeiro entrave logo se colocou aos novos estabelecimentos industriais recém-implantados: os agricultores, em sua maioria de ascendência chinesa, se recusavam a fornecer cana aos engenhos centrais, colocando-os inoperantes apesar dos elevados capitais investidos. Em vez de fornecer seus canaviais às empresas japonesas, preferiam continuar moendo a cana em seus próprios e primitivos engenhos, acionados por búfalos.

A partir de 1905 o Japão passou a adotar medidas rígidas para evitar o boicote dos pequenos agricultores camponeses à suas grandes fábricas, baixando por meio do *Satō-kyoku* uma série de normas e procedimentos relacionados ao cultivo canavieiro na ilha. Desse modo, qualquer fábrica de açúcar passou a necessitar de autorização oficial para exercer a atividade

³⁹² Do original: “[...] about 1.000 small factories, which were all worked by buffaloes and prepared brown or clayed sugar. Half this sugar was used for home consumption, and the rest was exported to China and Japan by Chinese traders”, tradução nossa.

³⁹³ Do original: “[...] the modern factories [...] up-to-date with crushers, mills, clarifiers, filter-presses, quadruple effects, vacuum pans, crystallization-in-motion plant, centrifugals and sugar dryers”, tradução nossa.

em Formosa. Uma vez concedida essa autorização, o *Satō* delimitava o “distrito” sobre o qual a usina exerceria o monopólio sobre o fornecimento das canas. A partir de então, “[...] qualquer pessoa que plantasse cana naquele distrito seria obrigada a vendê-lo à fábrica de referência, não sendo autorizado vendê-la para fora do distrito nem usá-la para qualquer outro propósito [...] e os plantadores não poderiam mais moer as suas canas em fábricas próprias” (GEERLINGS, 2013, p. 84).³⁹⁴ Com as medidas adotadas, as grandes firmas japonesas passaram a gozar do chamado “privilégio de zona”, atuando sem concorrência dentro dos limites préestabelecidos como os seus “distritos” de direito. A distribuição de adubos e o cultivo de variedades de cana mais produtivas também foram estimulados pelo *Satō-kyoku*, que concedia subsídios aos agricultores que adotassem tais melhorias. Somando-se a isso, o emprego de novos implementos agrícolas e a disponibilidade de uma mão de obra barata também lhes eram importantes estímulos. Semelhante situação se passava em Okinawa, onde capitalistas sediados em Tokio e Osaka também implementavam uma florescente indústria sacarina.

Os resultados surtiram efeito conforme o planejado pelos japoneses e em 1910 centenas de precários engenhos camponeses tinham sido completamente substituídos por apenas 29 grandes engenhos centrais e por uma série de pequenas engenhocas movidas a vapor. Em apenas duas décadas (1901-1911-1921) a produção da ilha saltou primeiro de 47 para 257 mil toneladas de açúcar, para finalmente atingir as 407 mil toneladas no início dos anos 1920 (GEERLINGS, 2013; EARLE, 1928). O açúcar bruto produzido em Formosa era direcionado para Kagoshima, no extremo sul do Japão, onde estavam localizadas as principais refinarias nipônicas, daí partindo a mercadoria final para Osaka, principal centro redistribuidor de açúcar no país (GEERLINGS, 2013; GALLOWAY, 2005). Os excessos de açúcar refinado esporadicamente verificados em relação à demanda interna japonesa eram reexportados principalmente para China, Coreia e Hong Kong, mas também para nações tão distantes quanto o Canadá. Já o mel residual da fabricação do açúcar era mantido em Formosa, onde era consumido pela população nativa. Durante a Segunda Guerra Mundial a ilha cumpriu a importante função de abastecer o Japão não apenas de açúcar, mas também de álcool industrial, conforme destacou Dé Carli (1996).

³⁹⁴ Do original: “[...] anyone planting cane in that district is under obligation to sell it to the factory, and its not free to export it outside the district, nor to use it for any other purpose [and ...] planters are not allowed to grind their cane in their own buffalo mills”, tradução nossa.

Fotografia 1: Formosa: mecanização da canavieira, sem data (possivelmente anos 1920).³⁹⁵

Disponível em: <www.taipics.com>.

Fotografia 2: Formosa: cultivo de cana por trabalhadores *coolies*, sem data (possivelmente anos 1920).³⁹⁶

Disponível em: <www.taipics.com>.

³⁹⁵ Disponível em: <http://taipics.com/images/agri_biz/sugar/taiwan_formosa_vintage_history_agri_biz_sugar_taipics014.jpg>. Acesso em: 28 ago. 2014.

³⁹⁶ Disponível em: <http://taipics.com/images/agri_biz/sugar/taiwan_formosa_vintage_history_agri_biz_sugar_taipics035.jpg>. Acesso em: 28 ago. 2014. Os *coolies*, de forma semelhante aos *kanakas* introduzidos na Austrália, eram trabalhadores braçais frequentemente arrebatados em aldeias da Índia e da China, sendo então levados a trabalhar nas *plantations* canavieiras distribuídas ao redor do mundo.

Como todas as zonas canavieiras estabelecidas no entorno no Sudeste Asiático, também Formosa foi completamente desestruturada durante a Segunda Guerra Mundial. Após o armistício, a ilha (Formosa = Taiwan) passou à jurisdição chinesa, pertencendo desde então à República da China. Quando o Partido Nacionalista Chinês perdeu a guerra civil para seus opositores do Partido Comunista da China, em 1949, o governo destituído por Mao Tsé Tung refugiou-se em Taiwan, estabelecendo sua capital em Taipei. Desde então passaram a existir duas Chinas, a continental e a insular. Os taiwaneses passaram a receber intenso apoio financeiro e militar dos EUA, que se preocupavam em conter a expansão do comunismo no Extremo Oriente. A partir das décadas de 1960 e 1970 acelerou-se o crescimento econômico de Taiwan, que se tornou um dos territórios mais industrializados e desenvolvidos de Ásia, passando a ser chamado, juntamente com Hong Kong, Coreia do Sul e Cingapura, de “Tigre Asiático”.

Nesse período a demanda por açúcar no país cresceu exponencialmente. Atualmente, sua alta densidade populacional, elevada taxa de urbanização e intensa diversificação econômica reduziram a importância da agricultura de largas extensões para níveis insignificantes dentro do país. Quanto à outrora imponente produção açucareira, esta também minguou, decaindo sua produção constante e rapidamente durante toda a segunda metade do século XX – sobretudo após o ano de 1977, quando atingiu seu ápice de 1,16 milhão de toneladas produzidas. Em 1987, pela primeira vez em sua história, seu consumo açucareiro foi maior que sua produção; de 1990 em diante Taiwan sempre precisou importar açúcar. O Gráfico 69 traz uma sinopse histórica da produção e do consumo taiwanês de açúcar para os anos que dispúnhamos de dados (1901-2010).

Gráfico 69: Formosa (Taiwan): produção de açúcar, em toneladas (1901-2010).

Como se pode notar, a sub-região do Périplo composta pelo Sudeste Asiático já teve importantíssimos centros açucareiros de exportação, tais como Java e Formosa, e ainda hoje conta com a Tailândia como grande exportador. Em escala mundial, os tailandeses talvez sejam, hoje, os principais rivais comerciais do Brasil no que diz respeito ao fornecimento de açúcar para o mercado internacional, sobretudo para o asiático. No entanto, no computo geral e enquanto conjunto, trata-se de uma região com deficiência açucareira, que carece de importações para suprir sua elevada demanda.

9.7 Resumo e conclusão do capítulo

A região canavieira do Sudeste Asiático está localizada numa faixa territorial que vai do Golfo de Bengala ao Mar de China Meridional e que atravessa a península Malaia e o arquipélago da Indonésia. Nela destacam-se a China e a Índia como maiores consumidores e produtores de açúcar. Como já vimos, a cana é nativa dessa região e desde tempos pré-históricos tem sido cultivada e difundida por rotas terrestres e marítimas regionais que interligavam os dois países. Na região, as áreas açucareiras estudadas foram: Índias Orientais Britânicas, Colônias dos Estreitos, Indochina Francesa, Sião, Índias Orientais Holandesas e Formosa.

Com relação às Índias Britânicas, seu limite abrangia os atuais territórios da Índia, Paquistão, Bangladesh, Mianmar e Sri Lanka. Tendo estabelecido entrepostos comerciais na região desde o século XV, o comércio britânico na região permaneceu por muito tempo sob a responsabilidade da Companhia das Índias Orientais, que era formada pelo governo em associação com acionistas privados. A partir do século XVIII a liderança inglesa se firmou mais profundamente na região, e o território indiano foi unificado sob sua influência hegemônica.

Tendo estabelecido um próspero comércio com a Índia, os ingleses encarregavam-se de exportar para a Europa as mercadorias produzidas pelos nativos (chá, algodão, seda, ópio etc.), sendo que o açúcar não entrava nessa lista, posto que era consumido sobretudo pela população nativa. Dessa forma, a produção açucareira não se modernizou por alguns séculos e continuou a ser feita por camponeses em pequenas propriedades. No início do século XIX, e para suprir a população europeia fixada na Índia, surgiram as primeiras inovações tecnológicas na produção do açúcar, visando principalmente a produzir um produto refinado em substituição ao bruto (gur), largamente consumido pela população nativa. Apenas com o fim da escravidão (em 1833), que desestruturou a produção caribenha, é que surgiu a oportunidade de a Índia exportar sua produção diretamente para a Europa. Logo a seguir, a Inglaterra igualou o valor do imposto sobre a importação do açúcar produzido pela Índia ao do Caribe, o que resultou num grande estímulo para a produção indiana voltada à exportação. Entretanto, as vendas de açúcar da Índia ao Reino Unido não passaram de medianas, e essa situação não perdurou por muito tempo. Logo a colônia assumiu a posição de importar açúcar para o seu consumo interno.

No final do século XIX a Índia direcionou a sua produção de açúcar bruto ao consumo interno e passou a importar a maior parte do açúcar refinado que consumia da Europa, sobretudo da Alemanha (então o maior produtor e o maior exportado de açúcar do mundo). Com o tempo passou também a importar o açúcar bruto proveniente das ilhas Maurício e de Java, para refiná-lo internamente para melhor suprir seu crescente contingente populacional.

Quanto às chamadas Colônias dos Estreitos – colônias inglesas estabelecidas na Península Malaia – podemos observar que nelas foi estabelecida, no século XIX, uma rudimentar agroindústria do açúcar. Controlando o importante elo de ligação entre os oceanos

Índico e Pacífico, ou seja, entre o Golfo de Bengala e o Mar da China Meridional, os ingleses estabeleceram protetorados a partir de 1826. Situados em Cingapura, Málaca, Dinding, Penang, Ilhas Christmas, Cocos e Labuan, eram inicialmente administrados pela Companhia das Índias Orientais, até se vincularem diretamente à Coroa Britânica em 1867. Só tornaram-se independentes em 1957.

Na região, por ocasião dos primeiros estabelecimentos europeus, o cultivo da cana e a obtenção do açúcar ainda eram feitos de maneira muito primitiva, sem maiores alterações desde tempos remotos. Os franceses já haviam feito uma tentativa de modernizar esse cultivo, introduzindo técnicas mais eficientes a partir de investidores provenientes das ilhas Maurício, mas não foram bem-sucedidos. Posteriormente, ingleses provenientes da Guiana também fizeram uma tentativa de ocupar a região e produzir açúcar para a exportação. Fixaram-se no extremo norte da Malásia, na região conhecida hoje como Penang, numa área de densa floresta, sob a linha do Equador e num território com altos índices pluviométricos. Tiveram certo sucesso, mas se fixaram apenas nos estuários costeiros, dadas as dificuldades impostas pela exuberante vegetação nativa. Construíram um elaborado sistema de diques para conter a penetração da água do mar, e a cana passou a ser transportada por barcos até os engenhos. Para a região foram importados trabalhadores de Java e da Índia, sobretudo de Madras, bem como chineses. Com esses últimos foi estabelecido um sistema de parceria em que os ingleses entravam com o capital necessário e os chineses com o trabalho, sobretudo o de desmatamento e plantio. Apesar de todos esses esforços, a produção era ainda pequena na região. No início do século XX, o cultivo da cana foi rapidamente substituído pelo da seringueira (*Hevea brasiliensis*), trazida da América do Sul. Com isso, essa nova modalidade de *plantation* tomou conta da região, tornando-se a principal fonte de exportação da Península Malaia. Produzindo pouco açúcar e tendo um alto consumo médio per capita – 44 kg/ano em 2010 –, a Malásia é atualmente uma grande importadora de açúcar.

Com relação à Indochina Francesa, verificamos que essa área abrange os atuais territórios do Vietnã, Laos, Camboja, além de partes da China. Situada entre o leste da Índia e o sul da China, essa área sofreu influência histórica das duas grandes potências regionais. Quanto à presença francesa, esta se deu desde o século XVII, porém de forma discreta, já que naquele momento os esforços metropolitanos estavam mais voltados às colônias das Antilhas. Somente após as guerras napoleônicas é que a França interessa-se mais pelo Sudeste Asiático. De fato, foi somente a partir de 1850 que passou a ocupar esses territórios de forma mais

consistente. Ainda assim, a tradicional produção açucareira, basicamente composta por açúcar artesanal bruto e de “qualidade inferior”, não passou por nenhum processo de modernização significativo. Sua manufatura continuou a abastecer apenas o mercado interno, sendo totalmente desprezível a parcela exportada. Assim, entre o estabelecimento oficial da colônia, em 1887, até a Segunda Guerra Mundial, a Indochina Francesa não se destacou pela exportação de açúcar, mas sim de outros produtos, tais como arroz, chá, ópio, café e pimenta. Também nessa região foi introduzida a seringueira, tornando-se notória sua produção da borracha.

Passamos agora a examinar cada país surgido após a independência da Indochina. O primeiro deles é o Vietnã, que se tornou independente em 1954, implantou o regime comunista e se associou à URSS e à China. A economia de orientação socialista só se abriu para o mundo muito recentemente. Assim, a partir de 1992 o país viveu um surto de crescimento econômico, passando a exportar grandes volumes de arroz e castanha de caju. A produção do açúcar também se aproveitou desse período de expansão econômica, sendo que a produção superou a demanda interna a partir de 1998.

O segundo país desmembrado da Indochina é o Camboja. Esse país se tornou independente em 1953 e adotou um regime de orientação maoísta, e com isso rompeu suas relações com o Vietnã. Com a ajuda dos soviéticos, o Vietnã acabou por ocupar o Camboja, só se retirando de seus territórios em 1989. É atualmente um dos países mais pobres do mundo, participando do grupo dos “Países Menos Desenvolvidos”. Até 1995 o consumo do açúcar era bastante ínfimo. A partir da década de 2000, no entanto, o Camboja já aparece nas estatísticas como pequeno exportador de açúcar para a União Europeia, vendendo, de forma aparentemente contraditória, uma quantidade maior do que a produzida. Das duas uma: ou os dados estão equivocados, ou o país se transformou num ponto de passagem do açúcar produzido na Tailândia que com isso visa se beneficiar do sistema de isenção alfandegária estipulado pela UE a partir de 2009. Esta última hipótese parece ser a mais verdadeira na medida em que companhias açucareiras tailandesas estão comprando extensas quantidades de terras no Camboja, sobretudo em sua área fronteira.

O Laos é o terceiro país desmembrado da Indochina. Tornou-se independente em 1947, e adotou o regime socialista de governo. A partir de 1990 iniciou um movimento de abertura econômica, caracterizando-se atualmente por ser um país extremamente pobre,

integrante do grupo dos “Países Menos Desenvolvidos”. O arroz é a base de sua economia. A FAO não disponibiliza dados sobre a sua produção açucareira, o que é bastante curioso. Apenas sabe-se que empresas da Tailândia também estão se instalando no país e ali tentam montar um parque açucareiro, já estando em funcionamento algumas usinas. Grandes empresas açucareiras tailandesas, tais como a Mitr Phol e a Khon Kaen, citam a abundância de terras e a existência de uma política de incentivo tarifário vinculado ao comércio com a UE como boas oportunidades para a expansão de seus negócios no Laos.

O país de maior importância açucareira na macrorregião do Sudeste Asiática é a Tailândia. Antigo Sião (denominação alterada em 1939), situou-se como um país neutro entre os antigos impérios coloniais britânico e francês no Sudeste Asiático. Diferentemente das colônias de seu entorno, o país era governado por uma monarquia que se empenhou na modernização do país. Ao que parece, esse território forneceu, desde os seus primórdios, açúcar para a China, tendo lá se fixado alguns comerciantes desse país. Existem registros de que já em 1855 o principal produto de exportação da Tailândia era o açúcar, quando tal condição foi assumida pela rizicultura.

Após a Segunda Guerra Mundial a Tailândia viu-se cercada por países que se alinhavam tanto com a China, como com a União Soviética. Nesse momento, posicionou-se em aliança com os Estados Unidos, objetivando conter a expansão comunista na região. O processamento industrial de açúcar na Tailândia só se fez a partir da década de 1950. Nesse momento surgiram alguns dos principais grupos açucareiros que persistem até os dias de hoje, e que foram inicialmente estimulados a produzir para o mercado interno, que se encontrava subabastecido. No entanto, a grande modernização da produção açucareira só ocorreu a partir da década de 1980, com o direcionamento de capitais internacionais para o país, em função de este ser o único de cunho capitalista na região. O setor canavieiro foi então um dos que mais se beneficiou desse fluxo de capitais estrangeiros.

Desde 1962 a Tailândia tinha estabelecido uma parceria com o governo norte-americano, que lhe atribuiu uma pequena cota de exportação açucareira a preços preferenciais: cerca de 10 mil toneladas. Em 1982, ainda que permanecendo modesta, essa cota subiu para 39 mil toneladas. Posteriormente, entre 2001 e 2010, apenas 15 mil toneladas foram alocadas para esse país, o que representava não mais que 0,3% do volume exportado pela Tailândia.

O grande crescimento da canavicultura no país se iniciou com a promulgação da Lei da Cana e do Açúcar, em 1984. Por ela foi criado um sistema de controle da produção e da comercialização da cana e do açúcar, com a fixação anualmente corrigida do preço da tonelada da cana e do quilo do açúcar vendidos no mercado interno. Os lucros obtidos com essa atividade foram compartilhados entre agricultores e usineiros, por meio da aplicação de uma fórmula oficial previamente estabelecida, que estipulava a seguinte proporção: 70% dos lucros advindos das vendas domésticas destinavam-se por lei aos agricultores, e 30% para os usineiros. Quanto às vendas ao mercado externo, o lucro ficava prioritariamente com as usinas. Com tais medidas, houve um grande estímulo para a produção. Outro incentivo para o crescimento da indústria foi a fixação do preço de venda no mercado interno superior ao da cotação do Mercado Livre Mundial, gerando um remunerador mercado cativo. Ainda em 1984 o governo tailandês estabeleceu três modalidades distintas de classificação do açúcar produzido: o tipo A, composto de açúcar refinado destinado para o consumo interno e com um preço mais elevado do que o praticado no mercado internacional; o tipo B, composto pelo açúcar bruto, sendo 50% comercializado no mercado mundial por grandes *tradings* de atuação global, e os outros 50% ficando nas mãos do governo, como uma forma de manipular e melhor se beneficiar do preço do açúcar da cota C; e o tipo C, que representa o excedente da produção, ou seja, tudo que é produzido a mais em relação às cotas A e B. Esse excedente é exportado para o mercado internacional e atualmente representa uma cota bastante substantiva. Para se ter uma ideia, em 2014, a cota excedente representou 68% (7,7 milhões de toneladas) contra 32% (3,6 milhões de toneladas) das cotas A e B. É importante acrescentar que o volume total da produção é feito com base no rateio de cotas entre as usinas.

Em síntese, a Tailândia criou artificialmente um modelo administrativo baseado numa parceira público-privada destinada a garantir condições ideais de crescimento para a atividade canavicultora, orientado grande parte do seu produto à exportação. Como resultado, o volume açucareiro fabricado pelo país ampliou-se de forma quase ininterrupta nos últimos 30 anos. A esse aumento também se associou um processo de intenso ganho de produtividade, embora a lavoura ainda mantenha alguns aspectos tradicionais, como o predomínio do corte manual, por exemplo. Assim, em meados da década de 2000, o plantio ainda era feito totalmente de forma manual, e apenas 10% da colheita eram feitos de forma mecanizada, sendo a produção realizada em grande parte a partir das pequenas propriedades rurais. Esse fenômeno pode ser atribuído à baixa remuneração do trabalhador tailandês, assim como ao baixo preço das terras. Por fim, outro fator que beneficiou a expansão dessa cultura foi a

desnecessidade da irrigação, o que se reflete num grande abatimento no custo de produção. Vale ainda lembrar que desde a década de 1960 ocorre no país um processo de realocação das plantas industriais, tendo sido um grande número de usinas desmontadas e realocalizadas em novas regiões agrícolas, de forma a favorecer a contínua expansão produtiva.

Estavam assim criadas as condições para a instalação dos grandes conglomerados industriais do açúcar na Tailândia. Na década de 1990 o país se posicionou como o quarto principal país exportador da mercadoria derivada da cana, ficando atrás apenas de Cuba, Brasil e Austrália; na década de 2000 subiu uma posição, superando Cuba, e, no início da década atual, já está em segundo lugar, disputando com a Austrália o posto de segundo maior exportador de açúcar de cana do mundo. Dessa forma, Tailândia e Austrália são concorrentes diretos, disputando sobretudo o mercado do Sul, Leste e Sudeste Asiáticos, tais como os da Índia, China, Japão, Coreia, Indonésia, Malásia e Cingapura. Gozando de vantagens de frete em relação ao açúcar brasileiro, também fornecem esse produto para o Vietnã, Camboja, Filipinas, Taiwan, Sri Lanka, Bangladesh, Paquistão, Irã, Jordânia, Iêmen, Síria e Egito. Devemos lembrar que a maior parte de suas vendas regionais de açúcar foi bastante incentivada pela criação da área de livre comércio da ASEAN, que em 2015 pretende acabar definitivamente com todas as barreiras alfandegárias dentro do bloco.

Analisando o território açucareiro criado pela Companhia das Índias Orientais Holandesas (VOC), Java, considerada a principal ilha da Indonésia, verificamos que esta foi um importante centro exportador de açúcar, já desde o século XVII. Na sua disputa com os portugueses, os holandeses ocuparam a região em 1602, apropriando-se de terras que atualmente se localizam nos seguintes países: Indonésia, Ceilão, Nova Guiné e Taiwan. No entanto, nessa fase inicial de expansão colonial, os holandeses estavam mais empenhados na produção açucareira no nordeste brasileiro, ou seja, em suas Índias Ocidentais.

Desde 1637 já existem referências de importação de açúcar de Java pelos portos holandeses. Ao estabeleceram-se em Batávia – atual Jacarta – construíram o primeiro engenho de açúcar da ilha destinado a impulsionar o comércio com a metrópole. Sendo a localidade onde foi fundada Batávia um antigo porto comercial, bem situado nas rotas de navegação do Oriente, e cuja importância remonta à época anterior à presença holandesa, conclui-se que o objetivo inicial dos holandeses era lucrar mais com o comércio das especiarias já disponíveis do que propriamente com sua produção.

Java era uma área islâmica, que ao mesmo tempo submetia-se a grande influência por parte da China, império que havia estabelecido algumas colônias agrícolas na região com o objetivo de produzir alimentos de clima tropical para si. Não se sabe ao certo se foram os chineses ou os hindus que introduziram a produção de açúcar em Java, não tendo os holandeses se empenhado de início em sua produção, mas somente em seu financiamento, transporte e comércio. Mesmo após o estabelecimento dos holandeses em Java, a produção continuava nas mãos, sobretudo, de chineses.

Com a expulsão dos holandeses do Brasil em 1640, a situação se alterou, fazendo com que estes passassem a adotar uma política voltada a ampliar a produção açucareira nas Índias Orientais. Bem-sucedidos nessa empreitada, os holandeses passaram a incorporar mais terras, voltando-se para o Sultanato de Banten, que também já era um porto de situação privilegiada nas antigas rotas comerciais do Oriente.

A produção açucareira na região se intensificou entre 1690 e 1730. Entretanto, em função dos altos fretes envolvidos para a exportação para a Europa, que já estava plenamente abastecida pela produção oriunda do Caribe, Java se firmou num importante centro exportador para os mercados asiáticos, tais como Índia, China e Japão. A indústria açucareira javanesa era compartilhada por produtores holandeses e chineses. No entanto, a partir da metade do século XVIII, há um retrocesso nessa expansão em função da inabilidade dos holandeses na condução da administração da colônia, o que se dá em meio a denúncias de corrupção ocorridas no âmbito da Companhia das Índias Orientais (VOC).

No início do século XIX ocorreu um novo período de expansão, caracterizado por investimentos financeiros holandeses na área após a dissolução da VOC. A partir daí, os negócios foram administrados diretamente pelo Estado holandês, que tomou uma série de medidas para estimular o comércio. Assim, a partir de 1830 foi instalado o chamado Sistema de Culturas, pelo qual os agricultores camponeses tinham que reservar um quinto de suas terras para o cultivo de lavouras voltadas para a exportação, à semelhança da corveia que havia perdurado durante o período medieval na Europa. Dessa forma, conforme as aptidões naturais de cada sub-região do arquipélago, a obrigatoriedade oscilava entre a plantação de cana, café, índigo, pimenta, chá ou tabaco, o que se dava em certo detrimento das culturas tradicionais de arroz. Para os camponeses não proprietários de terras, a imposição era a de trabalhar durante um quinto do ano (73 dias) nas terras do governo. Nesse momento, a

indústria açucareira começou a se modernizar, em termos técnicos, com a instalação de engenhos a vapor, e também em termos administrativos.

A partir da década de 1870 a moderna indústria açucareira instalou-se em Java. O Sistema de Culturas foi abolido e nova legislação marcou o início da fase capitalista de sua produção, sepultando-se o período baseado numa política exclusivamente mercantilista. O setor se abriu para a atuação de fazendas privadas e de grandes empresas voltadas ao processo produtivo. Outras áreas da ilha que não o entorno de Batávia, sobretudo as localizadas na porção leste de Java, passaram a ser ocupadas pela canavicultura modernizada. No bojo desse processo foi fundado o Instituto de Pesquisa do Açúcar de Java Oriental, de grande importância para a pesquisa agrônômica canavieira, cuja repercussão mundial se deu principalmente pelo desenvolvimento das variedades de cana POJ, de alta produtividade e amplamente difundidas pelas demais regiões do mundo. Mesmo com a ampliação da sua produção, as exportações de Java ainda eram direcionadas basicamente para o Oriente (Índia, China e Japão), mas agora também passam a se dirigir à Europa e à América do Norte. Assim, as receitas geradas pela atividade açucareira em Java suplantavam, às vésperas da crise de 1929, a soma de todas as demais atividades econômicas daquela colônia.

Com o envolvimento de Java na Segunda Guerra Mundial, a indústria açucareira sofreu um forte abalo. Com a sua independência, conquistada em 1945, a Indonésia acabou por se aproximar da China e, em 1965, deu início a um movimento terceiro-mundista de não alinhamento em relação às políticas externas dos Estados Unidos e da União Soviética. Em 1968, um golpe de estado pôs fim às aspirações comunistas no país, iniciando-se um período de grande violência interna. A Indonésia participou, nessa agitada conjuntura, da fundação da ASEAN, ocorrida em 1967. Atualmente, a Indonésia é o país islâmico mais populoso do mundo, tendo um elevado consumo interno de açúcar, que supera sua produção interna. Isso faz do país um grande importador do produto bruto, que jamais conseguiu retomar seu patamar de produção após o colapso verificado em 1929.

Enfocando o último país da macrorregião açucareira do Sudeste Asiático, Formosa (ou Taiwan) é um arquipélago formado por uma ilha maior e 77 menores, sendo administrado pela República da China, que desde 1949 abriga os dissidentes chineses exilados a partir do estabelecimento do regime comunista na China continental. A região conhecia a canavicultura desde pelo menos 1250, quando chineses foragidos da invasão mongol para lá

se dirigiram. Antes da introdução maciça dos canaviais no Caribe, essa ilha já forneceu o açúcar para ser comercializado por holandeses.

Durante a primeira guerra travada entre China e Japão (1894-1895) os chineses tiveram que abdicar de Formosa em benefício do Japão. Na época, sua produção de açúcar era tradicional, quase milenar, e baseava-se em pequenas engenhocas cujas moendas eram movidas por búfalos. Nesse momento, os japoneses, que haviam perdido o acesso ao açúcar filipino mediante o expansionismo norte-americano na região, encarregaram-se de modernizar a produção açucareira. Foi criado um organismo responsável pela gerência da indústria açucareira, que enviou técnicos japoneses aos principais centros produtores de açúcar da época (notadamente Alemanha, Havaí e Java) para estudarem as novas técnicas produtivas, ao mesmo tempo em que eram fornecidos grandes capitais para sua modernização industrial. Encontraram, no entanto, uma grande barreira: os agricultores chineses se negavam a entregar às fábricas japonesas sua produção de cana, optando por moê-la em seus próprios engenhos primitivos. Tal atitude obrigou os japoneses a endurecerem a sua política de produção a partir de 1905. As usinas e as engenhocas passaram a necessitar de uma autorização especial do governo para poderem funcionar. Criou-se também na ocasião privilégio ou monopólio de zona, proibindo-se a existência de mais de uma fábrica dentro de um mesmo distrito ou sub-região produtora. Assim, as empresas japonesas obtiveram o chamado “privilégio de zona”, atuando sem concorrência dentro de um raio cujos limites ficavam previamente estabelecidos. Passaram as usinas japonesas a contar com vários subsídios, com novos implementos agrícolas e, sobretudo, com uma mão de obra barata e um mercado cativo, uma vez que o açúcar procedente de fora do Império Japonês era sobretaxado. Dessa forma, os arcaicos engenhos chineses foram totalmente substituídos, antes de 1910, por modernas usinas nipônicas. Com todas essas medidas, a produção açucareira cresceu, chegando a 407 mil toneladas na década de 1920. O açúcar bruto produzido em Formosa era exportado para o Japão, onde era refinado, para sua posterior distribuição interna. Em períodos de abundância, o excedente era exportado para outros países, tais como China, Coreia e Hong Kong, e até mesmo para o Canadá.

Durante a Segunda Guerra Mundial, Formosa abasteceu o Japão de açúcar e de álcool industrial. No entanto, ao final do conflito, Formosa passou para o controle da China e se tornou um ponto de oposição ao governo comunista implantado no país. A partir daí, passou a receber o apoio financeiro dos Estados Unidos, interessados em contar com um

ponto de apoio estrategicamente localizado no Extremo Oriente. Assim, estavam dadas todas as condições necessárias para que Taiwan se transformasse num centro altamente industrializado e desenvolvido, a partir da década de 1960, passando a integrar os chamados “Tigres Asiáticos”. A demanda pelo açúcar cresceu desde então de forma exponencial, só que as terras agriculturáveis foram se reduzindo à medida que ocorria seu intenso processo de industrialização e urbanização a partir da segunda metade do século XX. O ápice de sua produção de açúcar se deu em 1977, com a produção de 1,2 milhão de toneladas, mas já em 1987 seu consumo era maior que a capacidade produtiva. Dessa forma, assim como a Indonésia (Java), Taiwan (Formosa) também passou da condição de grande colônia exportadora a país importador de açúcar.

AUSTRALÁSIA: O AÇÚCAR ENQUANTO INSULARIDADE

A “macrorregião” açucareira da Australásia é formada, essencialmente, pela Austrália e por Fiji. O termo Australásia foi usado pela primeira vez por Charles de Brosses, em 1756, quando se referiu a 13 viagens ocorridas nessa região. Em seu *Histoire des navigations aux terres australes*,³⁹⁷ ele dedica um capítulo apenas para a Australásia (*Australasie*). H. C. Prinsen Geerlings (2013, original de 1912) usa, em seu livro *The world's cane sugar industry – past and present*, o termo Australásia para se referir a uma zona canavieira que englobava a *Commonwealth of Australia*, as Ilhas do Havaí, as Ilhas Fiji e o Tahiti.

Como já foi dito, a origem botânica da planta *Saccharum officinarum* é atribuída ao Arquipélago Malaio. Suas parentes próximas, a *Saccharum barbari*, a *Saccharum robustum* e a *Saccharum sinense*, disseminaram-se, respectivamente, pela Índia, Nova Guiné e China. Entretanto, essa parte macroinsular da Oceania a que estamos nos referindo como Australásia, um território oriental que adentra o oceano Pacífico Sul, não teve importância alguma para a produção mundial de açúcar antes de se iniciar o século XX. A produção australiana de açúcar era muito módica no início do século passado e suas exportações inexisteram até 1923, quando Queensland finalmente enviou alguma quantidade do produto ao exterior. Somente em 1951 a Australásia se torna um poderoso exportador de açúcar para o mercado internacional. Assim como o Sudeste Asiático e o Sudeste Africano, infere-se que sua ascensão da Australásia à categoria de Macrorregião Açucareira de caráter Mundial também se deu tardiamente quando comparada às demais áreas analisadas. Trata-se, portanto, da segunda região do périplo.

³⁹⁷ Disponível em: <http://books.google.com.br/books?id=o3x_MaYZVJQC&printsec=frontcover&source=gbg_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 22 out. 2014.

Mapa 81: Australásia - áreas canavieiras de Queensland e Fiji (séculos XX e XXI).

Australásia: áreas canavieiras de Queensland e Fiji - séculos XX e XXI

10.1 Austrália

A Austrália é a componente principal dessa “sub-região canavieira do Périplo” que é a Australásia, tendo o país sustentado uma importante participação no fornecimento de açúcar ao mercado consumidor da *Commonwealth* Britânica. Posteriormente, sua produção foi alçada à condição de eminente exportador global, atuando sobretudo no abastecimento dos mercados asiáticos.

10.1.1 Criação da Colônia Penal (1788) e Consolidação da Produção Açucareira (1864-1901)

Ainda que não se saiba a procedência exata dos primeiros navegadores europeus a descobrirem as terras atualmente pertencentes à Austrália, sabe-se que foram inicialmente os

holandeses que exerceram alguma influência sobre esse território, a partir do estabelecimento da administração da Companhia das Índias Orientais em Batava, na ilha de Java. Estima-se que a presença de navegadores procedentes da Holanda por aquelas águas tenha se iniciado em 1606, sob a liderança de Willem Janszoon. Essa ocupação, no entanto, não se efetivou em nenhuma colonização concreta naquele vasto território, à época pouco atrativo ao comércio. Desde então estas terras passaram a figurar nos documentos e na cartografia de época como a Nova Holanda. Por muito tempo foi relegada a segundo plano na corrida colonialista europeia, condição que só se alterou no final do século XVIII, quando tornou-se área de colonização do Império Britânico num contexto imediatamente após este perder o controle sobre suas 13 colônias norte-americanas. O processo de independência dos Estados Unidos, iniciado em 1776 e prolongado numa guerra que durou até 1783, serviu de estímulo para que Londres buscasse ampliar suas possessões coloniais em outras partes do globo.

O território australiano vinha sendo reivindicado pela Grã-Bretanha desde a realização da viagem de James Cook pelo oceano Pacífico, na década de 1770. Para compensar a perda territorial verificada na América do Norte, em dezembro de 1785 o governo inglês emitiu ordens para o estabelecimento de uma colônia penal em Nova Gales do Sul (*New South Wales*). O capitão (e mais tarde almirante) Arthur Phillip foi designado o primeiro governador da nova colônia, chegando a Botany Bay³⁹⁸ e Port Jackson (atual Sidney) em janeiro de 1788. Comandando a Primeira Frota (*First Fleet*) – composta somente por prisioneiros (*convicts*) – ficou Phillip incumbido de estabelecer a colônia penal e dar as ordenanças necessárias para o seu desenvolvimento. Mais duas frotas com presidiários chegaram entre 1790 e 1791, nas quais 20% dos condenados eram mulheres. A primeira leva de colonos livres chegou em 1793.³⁹⁹ Nos primeiros anos da colonização os condenados

[...] foram empregados de acordo com suas habilidades – como fabricantes de tijolos, carpinteiros, enfermeiros, serventes, criadores de gado, pastores e agricultores [...] [alocados inclusive na] elaboração dos registros administrativos. As prisioneiras mulheres eram consideradas mais úteis como esposas e mães, e o casamento lhes representava o cancelamento de suas penas.⁴⁰⁰

³⁹⁸ Nome dado durante a expedição de Cook devido à abundância e diversidade de plantas nativas encontradas.

³⁹⁹ Disponível em: <<http://australia.gov.au/about-australia/australian-story/convicts-and-the-british-colonies>>. Acesso em: 22 out. 2014.

⁴⁰⁰ Disponível em: <<http://australia.gov.au/about-australia/australian-story/convicts-and-the-british-colonies>>. Acesso em: 22 out. 2014.

Também foi transportado para lá um grande número de soldados, frequentemente acusados de crimes de motim, deserção ou insubordinação. O trabalho forçado desses primeiros “colonos” foi utilizado para desenvolver toda a infraestrutura básica da nova colônia: estradas, pontes, igrejas, hospitais etc. Com o passar do tempo, muitos condenados foram absolvidos pelos importantes serviços prestados à colonização da nova terra, tornando-se colonos livres e pequenos proprietários de terra. Entre 1788 e 1795, quando o capitão Phillip retirou-se do cargo de governador, a colônia já havia criado as bases iniciais necessárias para o florescimento desse novo território controlado pelos ingleses, onde os prisioneiros europeus foram os primeiros colonizadores. Durante esse período é que se empregou pela primeira vez o termo Austrália, quando os botânicos ingleses George Shaw e James Smith descreveram seu território, em 1793, como composto de uma “[...] grande ilha, ou melhor, um continente, a Austrália, Australásia ou Nova Holanda” (apud FERGUSON, 1975, p. 77).⁴⁰¹

Em 1823 o governo britânico estabeleceu o parlamento de Nova Gales do Sul (*New South Wales* – NSW) por meio da criação de um Conselho Legislativo, bem como de uma Suprema Corte. A partir daí o novo território deixou de ser a colônia penal para se tornar definitivamente uma colônia de povoamento livre. Nos anos subsequentes ocorreram o desmembramento do território de Nova Gales do Sul e a consequente criação de novas colônias, subordinadas diretamente ao Parlamento Britânico. A primeira colônia a ser criada por esse processo de desmembramento administrativo foi a de *Van Diemen's Land*, em 1825 (renomeada Tasmânia em 1856). Em seguida foi fundada a *Swan River Colony*, assentamento britânico estabelecido em 1829 no rio Swan, na Austrália Ocidental. Em 1832, essa colônia foi oficialmente rebatizada, passando a se chamar Austrália Ocidental (*Western Australia*). Em 1836, foi estabelecida a colônia da Austrália Meridional (*South Australia*), a primeira a ser povoada sem o envio de prisioneiros, pautando-se exclusivamente na ocupação realizada por colonos livres. Em 1851 foi criada, também no sul da Austrália, a colônia de Victoria, que, com a descoberta de ouro em seu território passou a atrair muitos imigrantes espontâneos, impulsionando seu posterior desenvolvimento. A última colônia a ser estabelecida pelos ingleses foi a de Queensland, em 1859, onde havia, desde 1824, uma

⁴⁰¹ Do original: “[...] the vast island, or rather continent, of Australia, Australasia or New Holland”, tradução nossa.

colônia penal estabelecida em Brisbane,⁴⁰² com ocupação feita por colonos livres desde 1842. Em 1850 o envio de prisioneiros estas colônias foi formalmente proibido.⁴⁰³ Entre 1855 e 1890 as seis colônias foram administradas por governos independentes entre si, todos subordinados diretamente a Londres.

O expressivo aumento populacional e o desenvolvimento econômico verificado na nova colônia levaram o imigrante dinamarquês Edward Knox a estabelecer a primeira fábrica de açúcar da Austrália, em Sydney, no ano de 1842. Tratava-se de uma refinaria destinada a importar açúcar bruto (proveniente de Java, Filipinas e Formosa), processá-lo industrialmente e comerciá-lo após branqueado: a Companhia Açucareira da Australásia (*Australasia Sugar Company*). A indústria contava, ainda, com uma destilaria anexa.⁴⁰⁴ Desse modo, o nascimento da indústria açucareira australiana não se fez pela inauguração de uma produção canavieira própria, mas teve por base a importação do produto bruto estrangeiro.

10.1.2 Nova Gales do Sul e a Canavicultura Familiar (1860-1900)

Ainda que a produção canavieira dessa colônia sempre tenha sido bastante inferior à de Queensland, devido principalmente ao seu clima subtropical,⁴⁰⁵ essa zona se beneficiava da localização mais próxima ao centro gravitacional do comércio interno de açúcar. Era nas colônias do sudeste, sobretudo Nova Gales do Sul e Victoria, onde o território australiano encontrava-se mais densamente povoado na segunda metade do século XIX. O limite polar da atividade canavieira na Austrália era, e ainda é, a foz do rio Clarence, que abriga desde esse período um fértil vale fluvial intensamente ocupado por pequenos agricultores camponeses descendentes dos primeiros imigrantes europeus. O eixo canavieiro ali estruturado – ligando Yamba, MacLean, Lawrence, Ulmarra e Grafton – começou a se formar na mesma época em

⁴⁰² De acordo com a *Canegrowers*, foi no Jardim Botânico de Brisbane que a cana-de-açúcar foi cultivada com êxito pela primeira vez na Austrália, em 1828. Disponível em: <http://www.canegrowers.com.au/page/Industry_Centre/About_Us/About_the_Industry/>. Acesso em: 22 out. 2014. Já para a *Australian Cane Farmers Association* (ACFA), a primeira muda de cana foi trazida diretamente pela Primeira Frota, ainda em 1788. Disponível em: <<http://www.acfa.com.au/sugar-industry/historical-events/>>. Acesso em: 22 out. 2014.

⁴⁰³ Disponível em: <<http://australia.gov.au/about-australia/australian-story/convicts-and-the-british-colonies>>. Acesso em: 22 out. 2014.

⁴⁰⁴ Disponível em: <http://dictionaryofsydney.org/entry/colonial_sugar_refining_co_ltd>. Acesso em: 22 out. 2014.

⁴⁰⁵ A fronteira pacificamente estabelecida para separar Queensland de New South Wales foi o paralelo 29°S.

que surgiram os grandes latifúndios do norte, sobretudo na década de 1870. A foz do rio Clarence estava mais próxima da cidade de Brisbane (340 km), capital de Queensland, do que de Sydney (630 km), localizada em New South Wales. A área unia, dessa forma, as vantagens de se localizar num ambiente de clima mais ameno e de não ser tão afastada do mercado consumidor doméstico.

Na colônia meridional de NSW uma importante empresa açucareira se destacou a ponto de justificar seu tratamento como um caso isolado na história da atividade açucareira australiana. Em 1855, o imigrante dinamarquês Edward Knox assumiu o comando da Companhia Açucareira da Australásia, que ele mesmo havia construído, em 1842, alterando o nome do empreendimento para Companhia Colonial de Refinação de Açúcar (*Colonial Sugar Refining Company* – CCRA). Uma das primeiras medidas adotadas foi sua mudança de Sydney para o subúrbio de Chippendale, onde acreditava que a indústria teria maiores condições de crescimento. Como consequência do lucrativo mercado açucareiro doméstico das colônias “australianas”, a empresa prosperou e, em 1857, abriu uma filial, outra refinaria de açúcar bruto de cana importado: a *Victoria Sugar Co*, localizada na colônia de Victoria, ainda mais ao sul que *New South Wales*. Diante de uma forte crise de desabastecimento de matéria-prima, a CCRA resolveu investir na produção de seu próprio açúcar de cana bruto, contratando um técnico experiente das Índias Ocidentais, Melmoth Hall. A partir do relatório estabelecido por Hall, favorável à instalação de um engenho central nos moldes dos existentes no Caribe, em 1869 a empresa iniciou a instalação de três usinas de cana nos vales do rio Clarence e de seus afluentes Tweed e Richmond. Estas foram nomeadas de Condong, Broadwater e Harwood, respectivamente.⁴⁰⁶

Para o funcionamento das usinas foi estabelecido o sistema de parceria agrícola contratual, pelo qual uma parte dos agricultores minifundiários já estabelecidos naquelas terras se converteu em inexperientes canavicultores. Nova cultura no local, a cana passou a disputar espaço na lavoura, principalmente com o milho – conforme atesta o relatório anual publicado por Knox em 1879.⁴⁰⁷ Pequenos navios foram comprados para fazer o transporte do açúcar bruto e do melaço das usinas para as refinarias, uma vez que estas últimas haviam sido instaladas em zonas urbanas. Diga-se de passagem, em 1875 a CCRA já havia promovido uma

⁴⁰⁶ Disponível em: <<http://archivescollection.anu.edu.au/index.php/colonial-sugar-refinery-limited>>. Acesso em: 22 out. 2014.

⁴⁰⁷ Disponível em: <http://www.lrrsa.org.au/LRR_SGRa.htm#Origins>. Acesso em: 22 out. 2014.

segunda realocação de sua principal refinaria, mudando suas instalações para a península de Pyrmont, que à época era uma área incipientemente dominada por indústrias e empresas de transporte marítimo nas cercanias de Sydney. Com uma grande e moderna refinaria e três unidades de moagem em NSW, a empresa tornou-se hegemônica na colônia, passando a exercer o monopólio açucareiro.

No início da década de 1880, a empresa começou a perder espaço junto aos agricultores por pagar-lhes relativamente pouco pelas canas, o que gerava problemas em sua entrega. Relatos apontam para complicações entre as usinas do grupo e seus fornecedores, tanto no que diz respeito a consignação do preço a ser pago pela tonelada de cana entregue, quanto pela desconfiança, por parte dos agricultores, quanto ao sistema de pesagem vigente. Frente ao pagamento pouco remunerativo feito pelas usinas, os agricultores começaram a abrir pequenos engenhos e engenhocas, deixando de fornecer cana à CCRA e abrindo-lhe uma frente de concorrência.

Em fevereiro de 1882, o conselho da empresa decidiu mudar de estratégia, passando a oferecer aos produtores de cana um valor mais elevado, assegurando em troca o fornecimento de um volume maior de matéria-prima para suas usinas. Decidiu-se, na mesma ocasião, investir na construção de mais usinas de moagem, agora em terras “pioneiras”, novas, virgens, baratas e com mão de obra abundante. Assim, passou a empresa a investir em Fiji, onde abriu quatro usinas de açúcar bruto: Nausori (1882), Rarawai (1886), Lambasa (1894) e Lautoka (1903). Para cultivar os canaviais promoveu a migração de milhares de indianos para a longínqua ilha, assentando-os como pequenos agricultores. Investiu, ainda, na construção de mais duas usinas no norte de Queensland, no distrito de Ingham: a Homebush (cuja moagem se iniciou em 1883) e a Victoria (1885). Uma terceira usina foi instalada na colônia vizinha, mais setentrional e menos povoada (Queensland): no distrito de Childers, no ano de 1895, perto de Bundaberg, entra em funcionamento uma nova unidade agroindustrial da CCRA. Em 1897 o grupo comprou ainda as pequenas usinas de Lucinda (localizada em Macknade) e Cairns (Hambledon), ambas situadas no extremo norte de Queensland, ambas ampliadas após a aquisição.

Para estimular o cultivo da cana fez parcerias por meio de um sistema de colonato, através do qual fornecia lotes de 60 acres (24 hectares) divididos em duas parcelas de 30 acres cada. A partir do momento em que os primeiros 30 acres estivessem cultivados, o colono

tinha direito a receber da empresa mais uma área equivalente em tamanho. O colono adquiria o direito de comprar seu lote caso, passados três anos no local, este já tivesse o dinheiro suficiente; ou após cinco anos, parcelando os pagamentos.⁴⁰⁸

Paralelamente à construção de novas unidades de moagem, investiu também a CCRA na melhoria das três usinas inicialmente estabelecidas no vale do Clarence, aumentando, entre 1871 e 1879, sua capacidade de esmagamento de 7 toneladas de cana por hora para 13,27; e sua eficiência de consumo energético de 6,5 toneladas de cana esmagadas por tonelada de carvão utilizado para 8,7.⁴⁰⁹ O tamanho alcançado pelo empreendimento impunha difícil concorrência aos engenhos e engenhocas menores, a maioria levada a encerrar as atividades diante da “larga escala” (para a época) estabelecida no negócio açucareiro australiano. Diante do aumento do mercado consumidor e da disponibilidade de matéria-prima, a CCRA decidiu construir mais três refinarias, firmando-se hegemonicamente em toda a macrorregião açucareira da Australásia: uma em Auckland, na Nova Zelândia (no ano de 1884), outra em Brisbane, Queensland (1893), e a terceira em Adelaide, *South Australia*, também na década de 1890. Em 1903, a empresa já possuía 15 usinas de moagem distribuídas entre a Austrália e Fiji, exercendo o monopólio de fato sobre o mercado açucareiro da Australásia, tanto quanto o *Sugar Trust* o fazia nos Estados Unidos.

10.1.3 Queensland e o Sistema das Plantations (1860-1900)

O norte australiano, marcadamente a colônia de Queensland, permaneceu escassamente povoado até as décadas de 1860 e 1870, quando a promulgação de uma série de estímulos legais promoveu sua maior ocupação demográfica e econômica. A partir da Lei de Terras da Coroa de 1861 (*Crown Lands Acts 1861*) passou a ser permitido a qualquer pessoa se apossar de até 320 acres (130 hectares) de terras sem donos nessa colônia, mediante pagamento de uma taxa módica e do comprometimento de efetivar sua ocupação por no mínimo três anos.⁴¹⁰ Pouco depois, a aprovação do Regulamento sobre o Café e o Açúcar (*The Sugar and Coffee Regulations of 1864*), por parte do governo de Queensland, no ano de

⁴⁰⁸ Disponível em: <http://www.lrrsa.org.au/LRR_SGRa.htm#Origins>. Acesso em: 22 out. 2014.

⁴⁰⁹ Disponível em: <http://www.lrrsa.org.au/LRR_SGRa.htm#Origins>. Acesso em: 22 out. 2014.

⁴¹⁰ Disponível em: <<http://australia.gov.au/about-australia/australian-story/convicts-and-the-british-colonies>>. Acesso em: 22 out. 2014.

1864, colocou à disposição de pessoas ou empresas dispostas a arrendar qualquer terra da colônia localizada a menos de 10 milhas (16 quilômetros) da faixa costeira ou dos rios navegáveis e ainda não ocupados por europeus. O valor do contrato era de apenas 1 xelim por acre, sendo que este deveria ser obrigatoriamente cultivado com lavouras de café ou de cana. A terras solicitadas tinham de compor um bloco único contíguo, possuindo, no mínimo, 320 acres (130 hectares) e, no máximo, 1.280 acres (518 hectares). Após um período de três anos, sendo comprovada a ocupação de fato e alguma produção realizada, os posseiros poderiam ter a propriedade da terra definitivamente, mediante o pagamento de uma taxa simbólica feita ao Tesouro de Brisbane.⁴¹¹ Tais medidas desencadearam uma condição de frente pioneira na colônia de Queensland que redundou numa série de tensões entre os colonizadores europeus e as populações aborígenes. O resultado foi a apropriação legal, mas nem sempre pacífica, das terras por parte dos primeiros, que passaram a desenvolver largamente a agricultura e também a pecuária nas extensas propriedades constituídas.

A colônia setentrional de Queensland, localizada no nordeste da Austrália, mostrou-se uma região bastante apropriada ao cultivo canavieiro, sendo suas primeiras plantações introduzidas de forma bem-sucedida ainda na década de 1860. Sua colonização deu-se, inicialmente, de forma distinta daquela que predominava nas demais colônias australianas. Devido ao seu clima quente, típico dos trópicos, e à imensa disponibilidade de terras a serem conquistadas, passou gradualmente a tomar força naquela colônia o ideal das *plantations*. Alguns proprietários fundiários que haviam se apossado de largas extensões de terras introduziram então a mão de obra dos *kanakas*, uma forma de trabalho análoga à escravidão. Kanaka (ou *South Sea Islanders*) era um termo genérico utilizado para se referir aos trabalhadores braçais provenientes das ilhas do Pacífico Sul (Micronésia, Melanésia e Polinésia), tendo sido estes amplamente empregados entre o final do século XIX e o início do século XX nas colônias britânicas de Queensland, Fiji e British Columbia (Canadá), e mesmo na Califórnia (EUA) e no Chile. Praticamente em todas as ilhas em que habitavam os kanakas havia, em maior ou menor grau, o cultivo da cana-de-açúcar para o consumo de seu caldo.

⁴¹¹ Disponível em: <<http://trove.nla.gov.au/ndp/del/article/1262716#pstart527893>>. Acesso em: 22 out. 2014.

Mapa 82: Micronésia, Melanésia e Polinésia.

Disponível em: <<http://www.infoescola.com/wp-content/uploads/2012/09/melanesia.jpg>>. Acesso em: 28 out. 2014

No caso específico da Australásia, seu emprego não diferiu muito da escravidão negra existente nas colônias açucareiras do Caribe e no Brasil, sendo recorrentes os casos em que os nativos das ilhas eram raptados por traficantes de pessoas (ato conhecido regionalmente como *blackbirding*) para serem vendidos aos agricultores.

As Ilhas Salomão e Vanuatu, localizadas entre Queensland e Fiji, tornaram-se então as duas principais “fontes” dessa modalidade de trabalhador na nascente canavicultura norte-australiana. A prática do *blackbirding* fortaleceu o vínculo econômico dos “latifundiários” fabricantes de açúcar do norte da Austrália com as ilhas da Melanésia (que em grego quer dizer “Ilhas dos Negros”), bastante próximas da colônia australiana, estimulando a posterior anexação da Papua em 1883, que, a partir de 1888, foi oficialmente reconhecida por Londres como a Nova Guiné Britânica (*British New Guinea*).

O Capitão Louis Hope, aproveitando-se da aprovação das leis já referidas, assim como da possibilidade de dispor de abundante mão de obra barata, iniciou uma grande plantação de cana perto de Brisbane, inaugurando em 1864 a primeira usina produtora de açúcar em escala comercial de toda a Austrália: a Ormiston.⁴¹² Sua iniciativa deu-se de forma pioneira, ocorrendo apenas cinco anos após a criação da colônia de Queensland. Além de Brisbane, na cidade de Logan e, um pouco mais ao norte, em torno das “nascentes” cidades de Maryborough e Mackay novas plantações de cana tomavam vulto, tornando-se a canavieira a principal lavoura nessas novas regiões de colonização. O sucesso desses grandes empreendimentos, baseados no sistema de *plantation*, criou uma frente pioneira açucareira em Queensland, que se expandiu no sentido sul-norte. Suas principais cidades tornaram-se então conhecidas como as Sugarpolis.⁴¹³ Segundo Griggs (2011, p. 1-2):

A indústria do açúcar australiano desenvolvida entre 1864 e 1884 tinha muitas semelhanças com outras indústrias de açúcar de cana ao redor do mundo. A cana-de-açúcar era cultivada em plantações feitas em grandes propriedades, nas quais os trabalhadores contratados atuavam tanto nos campos como na própria usina. Esses trabalhadores eram nativos principalmente das ilhas do Pacífico, sendo incomum a presença de indianos, chineses ou japoneses. O açúcar produzido no norte da Austrália era enviado para as capitais coloniais, no sul, cidades que concentravam as refinarias de açúcar, do mesmo modo como o açúcar das Índias Ocidentais era enviado às refinarias de Bristol, Glasgow, Liverpool ou Londres.⁴¹⁴

O caráter colonialista baseado no sistema de *plantations* introduzido em Queensland passou a gerar polêmica entre as demais colônias australianas, não sendo unanimemente aceito. Na medida em que as demais colônias australianas de seu entorno eram marcadas pelo estímulo à colonização livre, passou-se a questionar, por meio da Assembleia Legislativa de Queensland, o caráter político por trás da predominância de grandes propriedades exploradas a partir da mão de obra dos kanakas, num debate polarizado entre Sir Thomas McIlwraith (do Partido Conservador) e Sir Samuel Walker Griffith (Partido Liberal).

⁴¹² Disponível em: <http://www.lrrsa.org.au/LRR_SGRa.htm>. Acesso em: 22 out. 2014.

⁴¹³ Disponível em: <http://www.lrrsa.org.au/LRR_SGRa.htm>. Acesso em: 22 out. 2014.

⁴¹⁴ Do original: “The Australian sugar industry that developed between 1864 and 1884 had many similarities with other cane sugar industries around the world. The sugar cane was grown on plantations or large estates where indentured labourers worked in both the fields and the estate’s own sugar mill. These indentured workers, however, were mostly Pacific Islanders, instead of Indians, Chinese or Japanese who made up the bulk of indentured sugar workers elsewhere around the globe. The sugar produced in northern Australia was sent south to capital city-based sugar refineries, much like the movement of sugar from the West Indies to the sugar refineries in Bristol, Glasgow, Liverpool or London”, tradução nossa.

Ambos os partidos interessavam-se pela ampliação da produção açucareira em Queensland, porém divergiam quanto ao modelo a ser adotado.

Fotografia 3: Kanakas da *Plantation Black & Co.*, em Townsville, Queensland (c. 1870).

Fonte: Bonzle Collections: Richard Daintree/John Oxley Library.

Griffith defendeu sistematicamente o abandono do sistema calcado na grande propriedade de terra e na importação dos kanakas das ilhas do Pacífico Sul, atuando em prol de uma colonização do território pautada no estabelecimento de pequenas propriedades rurais baseadas na utilização de mão de obra europeia. Esse ideal ganhou força durante a década de 1870, quando foi aprovada a Lei de Alienação das Terras da Coroa em Queensland, em 1876 (*Crown Lands Alienation Act*). Por meio desta, muitos colonos tornaram-se pequenos agricultores, novos proprietários rurais naqueles distritos canavieiros inicialmente ocupados apenas por grandes empreendimentos açucareiros. Os pequenos proprietários de terras que então se estabeleceram na colônia passaram a também cultivar cana, muitos dos quais construindo pequenos engenhos para sua moagem. Dessa forma, a ocupação da faixa litorânea do nordeste australiano acelerou-se e intensificou-se, tendo por base a exploração da atividade canavieira, concentrando-se sobretudo onde se encontravam os vales dos principais rios de

água doce da região, a saber: Brisbane, Mary, Logan, Danson, Pioneer, Belyando e Burdekin.⁴¹⁵ Num curto intervalo de apenas cinco anos, entre 1879 e 1884, a área cultivada com cana em Queensland quase quadruplicou, e o número de unidades de moagem saltou de 70 para 169.⁴¹⁶ O crescimento da atividade no norte da Austrália era estimulado, sobretudo, pelos capitais provenientes dos refinadores de açúcar estabelecidos nas colônias do sul, concentrados em Sydney, Nova Gales do Sul. Nesse contexto de marcha pioneira, abertura de novas fazendas e especulação fundiária, o povoado de Ayr,⁴¹⁷ já ao norte de MacKay, teve num curto intervalo de tempo cinco usinas implantadas: Burdekin Delta Sugar (em 1878), Kalamia (1882), Airdmillan (1883), Seaforth e Pioneer (ambas em 1884)... mas somente em 1886 foi criada sua primeira escola primária.⁴¹⁸ A aprovação da Lei de Terras da Coroa em 1884 (*Crown Lands Act*) intensificou ainda mais o processo de apropriação de terras por parte dos colonos europeus, tornando facilmente acessíveis propriedades rurais de até 160 acres (65 hectares) mediante o pagamento ao governo de um valor irrisório.

Durante a gestão do Partido Liberal o governo colonial aumentou a taxaço sobre as grandes propriedades, cancelou a emissão de licenças de entradas para os kanakas e estimulou a vinda de italianos para trabalharem no cultivo canavieiro. Por outro lado o Partido Conservador, então atuando enquanto oposição, continuou defendendo a importância econômica do “trabalho de cor” (*coloured labour*). Diante da divergência de interesses, chegou-se a cogitar a separação da colônia de Queensland em duas, uma favorável à pequena agricultura, outra aos latifúndios. Segundo Griffiths (2006, p. 321), teve início “[...] uma campanha pela divisão de Queensland e a formação de uma nova colônia, North Queensland. A separação do Norte foi uma questão importante na política de Queensland durante grande parte do período compreendido entre 1885 e 1894”.⁴¹⁹ Ainda durante o governo liberal de Griffith, em 1886 o técnico W. O. Hodgkinson foi trazido à colônia com a missão de identificar áreas que o governo poderia apoiar financeiramente a criação de modernos

⁴¹⁵ Disponível em: <http://www.bom.gov.au/qld/flood/brochures/river_maps.shtml>. Acesso em: 22 out. 2014.

⁴¹⁶ Disponível em: <http://www.lrrsa.org.au/LRR_SGRa.htm>. Acesso em: 22 out. 2014.

⁴¹⁷ Localidade homônima à cidade escocesa onde tinha nascido o líder do partido político conservador de Queensland, Thomas McIlwraith.

⁴¹⁸ Disponível em: <<http://www.burdekin.qld.gov.au/about/burdekin-history-and-heritage/history-of-the->>. Acesso em: 22 out. 2014.

⁴¹⁹ Do original: “[...] a campaign for the division of Queensland and the formation of a new colony of North Queensland. Northern separation was a major issue in Queensland politics for much of the period from 1885 to 1894”, tradução nossa.

engenhos centrais (os *Central Mills*) geridos de forma cooperativista pelos pequenos agricultores. Desse estudo preliminar originaram-se, nos anos subsequentes, 11 novas usinas, surgindo as áreas canavieiras do extremo norte de Queensland em torno dos distritos de Proserpine, Herbert, Mulgrave e Mossman. Onde a atividade açucareira já existia, como MacKay, North Eton e Sarina, também foram feitos investimentos na construção de novas usinas de açúcar baseadas no trabalho cooperativista, expandindo-se esse modelo de produção por toda a colônia principalmente a partir de 1888. As novas políticas de estímulo ao povoamento branco em Queensland substituiriam, ao menos parcialmente, o predomínio das *plantations* pelo modelo de pequenas propriedades cooperativadas em parceria com as usinas centrais no processo de produção do açúcar bruto de cana. Em 1893 outra medida de impacto foi tomada pelo governo colonial, trata-se da Lei de Garantia aos Trabalhadores do Açúcar (*Sugar Works Guarantee Act 1893*).⁴²⁰ Esse ato normativo permitiu ao poder público emprestar dinheiro a grupos de proprietários rurais mediante hipoteca de suas terras, para a construção de usinas de açúcar nos moldes dos engenhos centrais.⁴²¹ Essa modalidade de financiamento estatal foi concedida em todos os distritos onde se podia produzir quantidade suficiente de cana para tornar a parceria viável e rentável. Muitas usinas foram construídas nessas condições, e o governo enviava um inspetor de *Central Mills* para avaliar o andamento das obras. Cumpre lembrar que tal lei não previa qualquer restrição à forma de trabalho adotada nas propriedades rurais; esta podia se basear no trabalho livre, na exploração intensiva dos kanakas, ou mesmo, o que se tornava cada vez mais comum na época, na crescente disponibilidade de mão de obra imigrante chinesa.

Ao se aproximar o fim do século XIX a indústria açucareira de Queensland já se encontrava plenamente estabelecida. Entre 1892 e 1902, a área de cana naquele Estado aumentara de 23.623 acres (9.560 hectares) para 46.291 acres (18.730 hectares), e a produção de açúcar passara de 31 para 69,5 mil toneladas (GALLOWAY, 2005). Entre 1870 e 1907 a diferença de incremento verificada na produção era ainda mais impactante: saltara de 2,9 mil toneladas para 191 mil toneladas.⁴²² O grande número de pequenas usinas e engenhocas de

⁴²⁰ Disponível em: <<https://heritage-register.ehp.qld.gov.au/placeDetail.html?siteId=16455>> e <<http://douglas.qld.gov.au/download/planning-schemes/DHSThematic.pdf>>. Acesso em: 22 out. 2014.

⁴²¹ O sistema de moagem de cana nos moldes dos engenhos centrais inspirava-se no modelo francês de produção cooperativista de açúcar de beterraba. Havia plena separação entre a parte industrial e a agrícola, cabendo a primeira à cooperativa e a segunda, aos agricultores individualmente.

cana deu gradualmente lugar a um menor número de grandes fábricas modernas, dotadas de grandes investimentos (públicos e privados) e renovadas em seus padrões tecnológicos. O processo de amalgamação ocorrido entre as empresas levou ao estabelecimento de uma quantidade menor de fábricas, porém dotando-as de maior capacidade instalada e de maior poder de esmagamento de cana.

Tabela 19: Austrália: número de usinas, produção e produção média de açúcar (1876-1911).

AUSTRÁLIA: número de usinas, produção e produção média de açúcar (1876-1911)			
ANO	NÚMERO DE USINAS	PRODUÇÃO (mil t)	PRODUÇÃO MÉDIA POR USINA (mil t)
1876	70	8	0,1
1881	83	16	0,2
1886	166	59	0,4
1891	110	70	0,6
1896	64	86	1,3
1901	58	93	1,6
1906	53	152	2,9
1911	54	207	3,8

MAPS-2014 FONTE: GEERLINGS, 2013, pp. 337-338.

Na virada do século XIX para o XX os dois principais centros açucareiros de Queensland eram Mackay, com 12.215 toneladas de açúcar produzidas em 1884, e Bundaberg, com 5.890 toneladas. Estas eram, então, as duas *Sugarpolis* australianas mais destacadas. Townsville, Lucinda, Mourilyan, Cairns e Mossman compunham os novos distritos canavieiros, todos localizados no extremo norte da colônia. Quanto ao quadro fundiário, no final do século este havia revertido sua tendência latifundiária inicial, estimando-se em 1894 que somente 7,5% dos proprietários rurais canavieiros de Queensland possuíam áreas de terras superiores a 90 hectares.⁴²³ Diante do grande desenvolvimento da atividade, verificado principalmente a partir da década de 1880, já em 1895 ocorreu a primeira “grande” exportação de açúcar a partir de Queensland: 700 toneladas foram enviadas ao Canadá.

⁴²³ Disponível em: <http://www.lrrsa.org.au/LRR_SGRa.htm>. Acesso em: 22 out. 2014.

10.1.4 Confederação da Austrália (1901-1951)

Durante a década de 1890 articulava-se um plano para a união política das seis colônias britânicas estabelecidas no território australiano – Nova Gales do Sul (cuja capital era Sydney), Vitória (Melbourne), Queensland (Brisbane), Austrália Meridional (Adelaide), Austrália Ocidental (Perth) e Tasmânia (Hobart) – para a formação de um único Estado. Após a realização de consultas públicas e um processo de sufrágio, teve origem, em 1.º de janeiro de 1901, a Comunidade da Austrália (*Commonwealth of Australia*). Inicialmente, Fiji e Nova Zelândia também participaram desse processo, mas depois optaram por se separar. A federação da Austrália adotou, então, um sistema de governo baseado na democracia parlamentar, tornando-se a Austrália oficialmente um domínio do Império Britânico. Desde então, passou-se a estimular a integração do território australiano, que até então tinha se desenvolvido por colônias relativamente pouco conectadas umas às outras. Tinha-se como mote a criação de um Estado povoado por eurodescendentes, mantendo-se atrelado indiretamente a Londres; iniciava-se a “Política pela Austrália Branca” (*White Australia Policy*).⁴²⁴

Já no primeiro ano o novo governo criou duas leis de impacto para os produtores açucareiros. A primeira estabelecia proteção alfandegária para a indústria do açúcar, favorecendo principalmente os agricultores de Queensland e os refinadores industriais de SNW, que ficaram isentos da concorrência externa dentro da *Commonwealth* australiana. A segunda, chamada Lei dos Trabalhadores das Ilhas do Pacífico (*Pacific Island Labourer's Act of 1901*), proibia a entrada dos kanakas no território federal, e integrava um projeto maior de branqueamento população australiana. A partir de 1904, todos os kanakas que se dirigissem ao país teriam sua entrada barrada. Em 1906 teve início a deportação das populações nativas para suas ilhas de origem, inclusive das pessoas estabelecidas contra a própria vontade nas terras de colonização açucareira latifundiária em Queensland havia mais de 40 anos (GEERLINGS, 2013). Nesse momento Queensland, que havia se firmado como principal área

⁴²⁴ Disponível em: <<https://heritage-register.ehp.qld.gov.au/placeDetail.html?siteId=16455>>. Acesso em: 22 out. 2014.

açucareira da Austrália com uma produção superando largamente a de NSW, passou a ser referida como o “norte negro”.⁴²⁵

A partir de 1901⁴²⁶ o aumento da produção australiana de cana deu-se exclusivamente com base na expansão do número de pequenos produtores familiares minifundiários envolvidos no cultivo, que a enviavam para suas próprias usinas de moagem cooperativadas ou a vendiam diretamente para a CCRA Sugar e outros grupos menores. Desde cedo desenvolveu-se no país uma legislação trabalhista para garantir os direitos dos trabalhadores e evitar abusos. Protegidos por associações e sindicatos, os trabalhadores rurais eurodescendentes eram mão de obra cara e pouco abundante, predominando o trabalho familiar no cultivo canavieiro. Criou-se, então, “[...] um bônus para a cana que havia sido cultivada pelo trabalhador europeu”.⁴²⁷ Essa condição estimulou o surgimento de inúmeras inovações em todo o processo produtivo da cadeia da cana-de-açúcar. Também precocemente a Austrália destacou-se pelo desenvolvimento de colhedoras mecânicas de cana e sistemas de transporte baseados na conjugação de tratores, caminhões e ferrovias. A primeira colhedora de cana mecânica patenteada e construída no mundo era de Brisbane, sendo utilizada de modo pioneira ainda em 1890.⁴²⁸

No que diz respeito à parte agrícola, complexos sistemas de irrigação foram desenvolvidos aproveitando-se ao limite a existência dos seus escassos recursos hídricos. O norte de Queensland – que no começo do século XX era o principal eixo de expansão da atividade canavieira australiana – ampliou sua área cultivada de 57.954 acres (23.500 hectares) para 78.013 acres (31.600 hectares) entre 1906 e 1917. Pode-se afirmar que ainda antes da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), isto é, no período compreendido entre 1864 e 1914, todos os vales fluviais da faixa costeira entre Grafton, em Nova Gales do Sul, e Mossman, no norte de Queensland, foram transformados em campos de cultivo de cana-de-açúcar.

⁴²⁵ Disponível em: <http://www.lrrsa.org.au/LRR_SGRa.htm>. Acesso em: 22 out. 2014.

⁴²⁶ Nesse ano a CCRA respondia pelo processamento de 53% do açúcar australiano (GEERLINGS, 2013, p. 342).

⁴²⁷ Disponível em: <<https://translate.google.com.br/?hl=en&tab=wT#en/pt/a%20bonus%20for%20cane%20which%20had%20been%20grown%20with%20European%20labour>>. Acesso em: 22 out. 2014. Do original: “[...] a bonus for cane which had been grown with European labour”, tradução nossa.

⁴²⁸ Disponível em: <http://www.canegrowers.com.au/icms_docs/188386_Theyre_all_half_crazy_historical_Australian_sugar_cane_industry.pdf>. Acesso em: 22 out. 2014.

Com o advento da Primeira Guerra a Austrália enviou tropas para formar a ANZAC (*Australia and New Zealand Army Corps*), que combateu na Europa. Esse batalhão não foi bem amparado nem bem-sucedido, tendo sofrido uma acachapante derrota na Batalha dos Dardanelos (Campanha de Galípoli), em território do Império Otomano. Estima-se que 60 mil australianos tenham morrido no embate, o que gerou um sentimento nacionalista no país. Em 1915, atrelado a um esforço de economia de guerra e de recuo das vendas externas, o governo de Queensland sancionou a Lei de Aquisição do Açúcar (*Sugar Acquisition Act*)⁴²⁹ e a Lei de Regulação dos Preços do Açúcar (*Regulation of Sugar Prices Act*), estabelecendo, ainda, a Câmara Central dos Preços da Cana-de-Açúcar (*Central Sugar Cane Prices Board*). Tais medidas permitiram que todo o açúcar produzido em Queensland se tornasse propriedade da administração estadual, sendo pago aos produtores um preço predeterminado e fixado pelo próprio governo. Quem descumprisse tal determinação deveria ser “[...] punido com uma multa não superior a £ 1000 e ser preso por um período não superior a um ano”.⁴³⁰ “Nos termos da Lei de Aquisição do Açúcar, qualquer açúcar em bruto adquirido por Sua Majestade [...] torna-se, permanecerá e estará ao dispor do Governo de Sua Majestade de Queensland”.⁴³¹ Naquele momento, acima de tudo, a produção açucareira da Austrália tornou-se um recurso vinculado ao esforço de guerra britânico, passando a ser exportado pelo governo de Brisbane conforme as indicações dadas diretamente por Londres.

Finda a guerra, o governo optou pela diminuição da influência estatal sobre a indústria açucareira australiana, ocasião em que o governo de Queensland privatizou o monopólio sobre a comercialização do produto, sendo este regulamentado pela referida Lei de Aquisição do Açúcar. Desde o fim do conflito, as exportações de açúcar para o Reino Unido tornaram-se constantes, e a área cultivada com cana no território australiano aumentou aceleradamente em função da destruição dos campos de beterraba da Europa, saltando de 162.619 acres (65.800 hectares), em 1920, para 269.509 acres (109.000 hectares), em 1925.⁴³² Receber o privilégio sobre as exportações de açúcar representava, nesse contexto, a possibilidade de se beneficiar de um mercado externo bastante promissor. Neste contexto, em

⁴²⁹ Disponível em: <http://ozcase.library.qut.edu.au/qlhc/documents/qv_suga_sugar_1915_6_GeoV_No2.pdf>. Acesso em: 22 out. 2014.

⁴³⁰ Do original: “[...] shall be liable to a penalty not exceeding one thousand pounds and to be imprisoned for any period not exceeding one year”, tradução nossa.

⁴³¹ Do original: “[...] under this Act of any raw sugar (or other commodity) acquired by His Majesty (...) has become and shall remain and be held for the purposes and shall be kept for the disposal of His Majesty's Government of the State of Queensland”, tradução nossa.

⁴³² Disponível em: <http://www.lrrsa.org.au/LRR_SGRa.htm>. Acesso em: 22 out. 2014.

1923 o governo de Queensland selou um contrato concedendo à Companhia Colonial de Refinação de Açúcar (CCRA), do família Knox, a exclusividade sobre a refinação de toda a produção de açúcar bruto daquele Estado.⁴³³ Essa medida consolidou a hegemonia da empresa sobre o processo de produção e exportação de açúcar refinado na Australásia. Na ocasião, a CCRA possuía sete usinas de moagem de cana e fabricação de açúcar bruto na Austrália (três em Nova Gales do Sul e quatro em Queensland) e mais quatro em Fiji. Novamente a empresa decidiu investir ainda mais na longínqua ilha, onde acreditava obter maior o retorno ao seu capital. Assim comprou, entre 1923 e 1926, as duas únicas usinas em funcionamento em Fiji e que ainda não pertenciam ao grupo. Com a aquisição da Companhia Açucareira Vancouver-Fiji e da Melbourne Trust Company a CCRA obteve o completo domínio sobre a produção daquele importante “apêndice” açucareiro da Australásia (GALLOWAY, 2005). Além das sete usinas da CCRA já mencionada, a Austrália tinha ainda em atividade mais outras 30 unidades agroindustrializadoras de cana, das quais aproximadamente a metade funcionava como cooperativas. Durante a década de 1920 a atividade canavieira australiana manteve seu elevado ritmo de expansão e de exportações para os países associados à *Commonwealth* Britânica. Nessa década teve início o uso de colhedoras mecânicas de cana, no entanto, ainda sem grande adesão. O otimismo dos anos 1920 durou até a grande crise econômica mundial, emergida em 1929.

⁴³³ Disponível em: <<http://trove.nla.gov.au/work/182427142?q=+&versionId=198750782>>. Acesso em: 22 out. 2014.

Fotografia 4: Austrália: máquina de colher cana em operação no distrito de Bundaberg, Queensland – 1932.

Fonte: KERR; BLYTH, 1993, p. 26.

O desmantelamento do mercado mundial de açúcar vivenciado durante toda a década de 1930 fez da Austrália um lugar de excedente açucareiro, detentora de um grande volume que não conseguia ser exportado e para o qual não havia proporcional demanda doméstica - mesma situação compartilhada por Pernambuco, no Brasil. De modo semelhante ao que Getúlio Vargas fez aqui, também o governo de Queensland passou a limitar a produção interna por meio de um sistema de cotas. Estabelecida uma meta de produção reduzida, cotizou-se entre os engenhos quais seriam as respectivas quantidades autorizadas, tendo-se por base a média de moagem de cada fábrica verificada entre os anos de 1915 e 1929 – também algo muito semelhante ao concomitantemente promovido no Brasil pelo IAA. O governo australiano passou novamente a intervir de forma direta nos rumos da economia canavieira, designando quantos hectares poderiam ser cultivados e garantindo um preço mínimo aos produtores.

Em 1937 a assembleia da Organização Internacional do Açúcar (OIA) chegou a criar um planejamento conjunto objetivando a redução da produção açucareira mundial, no intuito de conter a grande crise generalizada de falta de mercado. A superprodução ocorria em todas as colônias ou territórios nacionais dedicados à exportação de açúcar, que então passaram a reunir seus esforços numa tentativa de tomar decisões coletivamente estipuladas. Teve origem o I Acordo Internacional do Açúcar, pelo qual ficou convencionado que a Austrália teria direito a exportar para o mercado mundial 406 mil toneladas de açúcar por ano. Esse acordo, entretanto, jamais foi implantado. A irrupção da Segunda Guerra Mundial em 1939 obstruiu por completo qualquer chance dessa modalidade de cooperação internacional funcionar. Uma vez mais um conflito originado na Europa colocava as forças britânicas de colaboração da Australásia em guerra, agora contra o Eixo, beligerando suas tropas especificamente no Hemisfério Oriental, onde enfrentaram o poderoso Japão.

A entrada da Austrália na guerra deu-se juntamente com o Reino Unido, em setembro de 1939, imediatamente após a ocupação da Polônia pela Alemanha Nazista. A Austrália inicialmente enviou tropas para lutarem na Europa, como parte do esforço de guerra da *Commonwealth* Britânica. Após 1941, entretanto, com o início da Guerra do Pacífico as tropas australianas voltaram ao seu país de origem a fim de defendê-lo do expansionismo japonês que já bombardeava o norte da Austrália. Mais importante que o apoio britânico para a defesa do território australiano foi o conferido pela Marinha norte-americana, tornada então a principal aliada dos australianos no combate em plano regional. Como efeitos da guerra, a produção açucareira de Queensland diminuiu de 890 mil toneladas em 1939 para 490 mil em 1943 (DÉ CARLI, 1996, p. 380). Em plena guerra a Austrália proclamou a chamada Lei da Adoção do Estatuto de Westminster, em 1942, que lhe conferiu, pela primeira vez, total autonomia para tratar tanto de seus assuntos internos quanto externos. A partir de então aproximou-se mais da diplomacia dos Estados Unidos, sem romper, contudo, com a Inglaterra. O esforço de guerra trouxe grande desenvolvimento econômico à nação, contribuindo muito para o seu processo de industrialização. Terminada a guerra os produtores de açúcar de Queensland foram agraciados com uma boa cota de participação sobre o volume total da mercadoria a ser fornecida no âmbito do 1º Acordo Açucareiro da *Commonwealth* Britânica (AAC), que entrou em vigor no ano de 1951.

10.1.5 *Projeção internacional do açúcar australiano (1951-2006)*

Entre 1945 e 1969 predominou um longo período de expansão na cadeia produtiva do açúcar na Australásia, ocasião em que tanto Austrália quanto Fiji contavam com ampla participação na distribuição das cotas de fornecimento à *Commonwealth* Britânica por meio do AAC. A partir de 1961 a Austrália passou a também ter acesso ao restritivo mercado açucareiro norte-americano.

No imediato pós-guerra, por meio da instituição da Lei de Assentamento de Terras pelos Serviços em Guerra de 1946 (*War Service Sugar Industry Land Settlement Act of 1946*) o governo de Queensland decidiu bonificar os veteranos combatentes inserindo-os como parte ativa do processo de reconstrução e ampliação do parque industrial açucareiro, concedendo-lhes terras nos distritos produtores. Tal processo não envolvia a criação de nenhuma unidade agroindustrial nova, apenas a recuperação e modernização das usinas já existentes. Aliás, envolveu o processo inverso, isto é, o fechamento das unidades industriais menores e pior localizadas em benefício da ampliação da capacidade de moagem das demais. Logo após o fim da guerra o Reino Unido aprovou o AAC em 1951, atribuindo à Austrália uma cota de 612 mil toneladas de açúcar a serem exportadas ao longo de cinco safras: 1952-1957 (HUNGERFORD, 1991). Entre 1951 e 1953 vigorou, então, o chamado “Esquema de Assentamento de Soldados” (*Soldier Settlement Scheme*), por meio do qual mais terras foram distribuídas aos ex-combatentes, intensionando-se promover a expansão da fronteira agrícola canavieira no país. Paralelamente, algumas empresas açucareiras particulares envolveram-se também em esquemas de loteamento de terras para posterior venda a quem se dispusesse a cultivá-las com cana. A reconstrução da indústria sacarínea australiana deu-se num ritmo frenético a partir do início dos anos 1950 (HUNGERFORD, 1991). Em 1954 ocorreu a primeira exportação direta de açúcar australiano para fora do domínio da *Commonwealth* Britânica, sendo seu primeiro comprador o outrora inimigo Japão.

Hungerford (1991, p. 20) cita o interessante caso da fazenda Moore Park, criada em 1956 pela Fairymead Mill, constituída “[...] de cinquenta novos lotes de 60 acres cada (24 hectares), cada qual passível de produzir cerca de 51 mil toneladas de cana por ano. Esses lotes eram vendidos já com alguma cana plantada, uma casa nova, estrada e luz elétrica”. As usinas, com apoio do governo, promoveram no período a drenagem de diversos pântanos e a

irrigação das planícies onde as chuvas eram insuficientes.⁴³⁴ Concomitantemente investiram na construção, manutenção e ampliação das linhas férreas voltadas à coleta da cana produzida nestes novos loteamentos agrários. Fizeram ainda importantes adaptações portuárias para receber embarcações de maior calagem e movimentar maiores cargas de açúcar; especialmente nos portos de Cairns, Mourilyan, Lucinda, Townsville e Mackay foram construídos grandes terminais de carregamento de açúcar, obras decorridas de uma parceria estabelecida entre o governo estadual e a CCRA.

Os anos 1960 marcaram definitivamente a ascensão do açúcar australiano à condição de *commodity* mundial. Ainda no início da década as exportações para o mercado cativo, cotizado e valorizado da *Commonwealth* Britânica representavam aproximadamente a metade das vendas externas de Queensland, abastecendo principalmente o Canadá, a Nova Zelândia e o Reino Unido. Com a prorrogação do acordo até 1970, coube à Austrália um acréscimo de mais 321 mil toneladas sobre sua cota original, havendo ainda melhora no preço estipulado (HUNGERFORD, 1991). Em 1961 o impasse político e econômico envolvendo Cuba e Estados Unidos culminou na abertura do mercado interno norte-americano para as exportações de açúcar da Austrália, com a alocação de “simbólicas” 15 mil toneladas anuais. Em 1962, um novo acordo de fornecimento para o exterior foi firmado, agora envolvendo o envio de 306 mil toneladas para o Japão, além de uma quantidade um pouco menor para a Coreia. Naquele ano as exportações australianas de açúcar superaram 1 milhão de toneladas pela primeira vez em sua história.

Tais eventos foram decisivos para que o governo de Queensland aprovasse um novo plano de “expansão orientada” da atividade canavieira em seu território. As usinas pressionavam pela “expansão máxima” possível da produção, afirmando ser necessário cultivar mais 150 mil acres (61 mil hectares) de terras novas com canaviais para atender à demanda adicional esperada para o ano vindouro de 1971. Requeriam apoio do governo para a criação de mais 1.000 novas fazendas, de aproximadamente 60 hectares cada, assim como para a obtenção dos recursos necessários à duplicação da capacidade de moagem do parque industrial australiano. Os usineiros defendiam ainda que estruturas de armazenamento, instalações de transporte e instituições de pesquisa também deveriam de ser ampliadas e modernizadas, carecendo para tanto de investimentos públicos e privados. Os agricultores que

⁴³⁴ Queensland é bastante dependente da prática de irrigação, fazendo com que em cada grande rio da região haja uma usina de açúcar operando.

já estavam envolvidos no processo produtivo, por sua vez, mostravam-se mais receosos que os usineiros, e passaram então a defender uma “expansão precavida”, demandando “[...] extrema cautela na concessão de novas cotas de produção” (HUNGERFORD, 1991, p. 31).⁴³⁵ Consideravam a expansão proposta pelo setor industrial muito rápida e arriscada, uma vez que torná-lo-iam demasiadamente dependentes de mercados externos, o que lhes parecia algo inseguro e excessivamente exposto à oscilações prejudiciais ao equilíbrio almejado. Por fim, o comitê criado pelo Estado para orientar a expansão da atividade seguiu os apelos dos industriais, discriminando uma extensa área a ser dedicada à ampliação da atividade, distribuída entre quatro zonas diferentes. Para agradar os agricultores, permitiu que estes ampliassem suas terras, inserindo poucos novos lavradores no processo. Com isso ampliaram-se, a um só tempo, a capacidade média de moagem das usinas existentes e o tamanho médio do canavicultor nacional. Assim como o verificado no Brasil, as décadas de 1950 e 1960 transcorreram, também para a Austrália, sobre o signo da expansão da agroindústria canavieira.

Tabela 202: Austrália: plano de expansão regional da atividade açucareira em Queensland, em hectares (1962-1963).

AUSTRÁLIA: plano de expansão da atividade açucareira em Queensland - 1963 (hectares)		
REGIÃO	Área 1962	Nova área aprovada
Sul	12.900	163.00
MacKay	12.500	223.000
Burdekin	7.900	89.000
Norte	27.600	267.000
MAPS-2014 FONTE: HUNGERFORD, 1991, p. 34		

Em 1968, a Austrália alcançou um novo patamar recorde em suas exportações: 2 milhões de toneladas de açúcar. O país austral firmou, durante a década de 1960, importantes contratos de fornecimento com a Comunidade Britânica, Nova Zelândia, Japão, Coreia, China, Rússia e Estados Unidos. Em 1972 foram assinados contratos de longa duração com a Malásia e Cingapura, que desde então se consolidaram como importantes receptáculos do

⁴³⁵ Do original: “[...] extreme caution be exercised in the granting of new assignments”, tradução nossa.

açúcar australiano. A Austrália firmava-se desse modo como um dinâmico produtor de açúcar tanto para a Comunidade Britânica quanto para o mercado asiático do Extremo Oriente. O principal contrato negociado pelo governo de Queensland deu-se com o Japão, e envolvia um volume da mercadoria a ser comercializada sem precedentes em sua história: 3 milhões de toneladas de açúcar bruto a serem entregues ao longo de cinco anos: 1975 a 1979 (HUNGERFORD, 1991).

Durante as décadas de 1960 e 1970 prosseguia o processo de modernização da lavoura, passando-se, entre 1961 e 1976, de um índice de mecanização do corte dos canaviais de apenas 9% para 100% da área cultivada. Na parte industrial, manteve-se a tendência de amalgamação das pequenas usinas por parte das grandes unidades fabris. Foi o caso da Bundaberg Sugar Company, formada pela junção das usinas Bingera, Millaquin e Fairymead, aproveitando-se ainda das terras absorvidas com o fechamento da Gin Gin Mill (HUNGERFORD, 1991).

Em meados da década de 1970 dois aspectos dividiam a opinião dos produtores de Queensland: aproveitar-se da maior demanda proveniente dos mercados regionais asiáticos e da boa cotação internacional do açúcar para aprovar um novo plano de expansão da atividade no país; ou precaver-se ante a retirada da Inglaterra do Acordo Açucareiro da *Commonwealth*, previsto para ocorrer em 1974 com a programada adesão do país à Comunidade Econômica Europeia. Após debaterem as possibilidades, optaram por aprovar um novo plano de expansão para atividade, incrementando a área cultivada em mais 38 mil hectares. Mas antes que a aplicação do plano se iniciasse emergiu uma profunda crise econômica no setor, derivada do aumento exponencial do preço do barril de petróleo, em consequência dos conflitos estabelecidos no Oriente Médio. Com isso reduziu-se o consumo de açúcar em todo o mundo, aumentaram-se os gastos com fretes e parte considerável das exportações australianas ficou repentinamente sem destino. Além disso, o custo de produção subiu em decorrência da alta verificada no setor de combustíveis e lubrificantes. A solução para evitar a quebra geral da indústria açucareira australiana foi aumentar o preço do produto vendido no mercado doméstico, o que ocorreu por dois anos consecutivos (1976 e 1977), gerando uma série de protestos no país. Coube aos consumidores australianos arcarem com a falta de precaução de seus usineiros, faltando ao país a iniciativa de converter o excesso de açúcar em álcool combustível, como ocorreu no Brasil na mesma época (HUNGERFORD, 1991).

Entre 1977 e 1978 a produção de açúcar autorizada pelo governo de Queensland pelo sistema de cotas reduziu-se de 3,2 milhões de toneladas para 2,8 milhões, um corte de 12%. Os produtores foram forçados a deixar milhões de toneladas de cana em pé nos campos, sem os colherem (HUNGERFORD, 1991, p. 104). A situação só não piorou ainda mais porque aquele ano foi marcado pela ocorrência de condições climáticas adversas e problemas fitopatológicos nos canaviais de vários países produtores, dentre os quais destacamos a Índia, Tailândia, Filipinas, Cuba e África do Sul. Nessa conjuntura, o governo de Queensland e a CCRA mostraram-se muito bem-sucedidos no estabelecimento de novos contratos de longa duração assinados com Japão, China, Coreia, Cingapura, Malásia e Nova Zelândia, que juntos cobriam aproximadamente 45% da produção australiana. Com a amenização da crise, o país prosseguiu seu plano de “expansão coordenada” da atividade, voltando-se cada vez mais ao abastecimento da crescente demanda regional asiática por açúcar. Em 1985, o volume de açúcar exportado representou 80% do total produzido na Austrália, proporção que desde então se mantém mais ou menos inalterada. O país já se caracterizava então por sua intensa especialização enquanto fornecedor de açúcar bruto para os mercados do Extremo Oriente, convertendo-se num produtor bastante extrovertido da mercadoria. As décadas de 1980 e 1990 foram de contínua expansão, até que a crise monetária do Sudeste Asiático, ocorrida em 1998, refreou suas exportações.

Desde a virada da década de 1980 para a de 1990 teve início um programa de paulatina liberalização do setor açucareiro australiano. O marco que simboliza o início dessa transformação foi o cancelamento definitivo do Acordo Açucareiro da Commonwealth, em 1989. Esse acordo já havia perdido significativamente sua importância com a retirada da Inglaterra em 1974, e passou a ser gradualmente substituído por outros modelos de cooperação econômica, sobretudo aqueles de base regional, tais como o NAFTA (Acordo de Livre Comércio da América do Norte), a ASEAN (Associação de Nações do Sudeste Asiático), a SACU (União Aduaneira Sul-Africana) e a SADC (Comunidade para o Desenvolvimento Sul-Africano).

A década de 1990 marcou-se pelo contínuo crescimento da atividade açucareira australiana, que vivenciou então seu momento de apogeu. Também a década de 1990 está associada à redução da regulamentação estatal sobre o setor naquele país. Em 1991 foram canceladas as leis de Aquisição do Açúcar (*Sugar Acquisition Act*) e a de Regulação do Preço do Açúcar (*Regulation of Sugar Prices Act*), ambas datadas de 1915. Também em 1991 a

poderosa empresa inglesa de refinação de açúcar Tate & Lyle comprou a Açucareira de Bundaberg Sugar (*Bundaberg Sugar*). Em 1994 Queensland tornou-se a maior fonte provedora de açúcar bruto do mundo, exportando naquele ano expressivas 3,45 milhões de toneladas. No mesmo ano seus agricultores iniciaram o cultivo de canaviais geneticamente manipulados. Além de parcela expressiva do mercado asiático, a Austrália tornou-se também importante fornecedora de açúcar para os países árabes localizados no Oriente Médio. Devido à grande capacidade organizacional de seu setor canavieiro, em 1996 toda a safra de Queensland se encontrava segura contra incêndios acidentais (CANEGROWERS, 2013). Em 1998, a indústria açucareira de Queensland bateu seu sexto recorde consecutivo de aumento da produção, alcançando um ápice de 5,57 milhões de toneladas. Nesse ano foram canceladas todas as restrições referentes à área a ser cultivada com cana e às cotas de produção de açúcar, que desde 1929 eram estabelecidas e fiscalizadas pela Câmara Central dos Preços da Cana-de-Açúcar. O ano em que a indústria sacarina australiana deu seu mais importante passo rumo à sua liberalização coincidiu com a eclosão da forte crise monetária ocorrida na região, que colapsou momentaneamente suas vendas para os tradicionais parceiros comerciais, notadamente os do Sudeste Asiático.

10.1.6 Liberalização plena do setor canavieiro Australiano (2006-2014)

A década de 2000 se iniciou com a fundação, sob liderança da Austrália, da Aliança Global para a Reforma e Liberalização do Comércio Açucareiro (*Global Alliance for Sugar Trade Reform & Liberalization*). Essa iniciativa contou, desde o início, com o apoio conferido por Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Índia, Guatemala, África do Sul e Tailândia, que nos painéis de discussão da Rodada de Doha, promovidos no âmbito da Organização Mundial do Comércio, defendem juntos uma série de reformas no Mercado Mundial do Açúcar. A produção conjunta dos países signatários dessa aliança representa atualmente mais de 85% das exportações mundiais de açúcar bruto, e sua defesa se baseia na seguinte argumentação:

As políticas que distorcem o comércio têm sido utilizadas pelos países ricos para apoiar altos preços de venda em seus mercados internos [preço mínimo garantido], enquanto os acordos de acesso preferencial para volumes limitados [cotas de exportação] são usados para saciar os produtores dos países mais pobres [...]. Os membros [da aliança] trabalham em conjunto

para garantir o tratamento justo e igualitário para o açúcar e o etanol nas negociações da OMC sobre agricultura [...] Um comércio mais livre e mais justo dos principais produtos da cana, o açúcar e o etanol, pode promover o desenvolvimento econômico [dos países em desenvolvimento] e, simultaneamente, contribuir significativamente para a solução de dois dos desafios globais atuais: alterações climáticas e liberalização do comércio.⁴³⁶

Em 2004 o primeiro-ministro do país concedeu uma verba federal em apoio à reestruturação do setor, no valor de 444,4 milhões de dólares australianos destinados à conclusão do Programa de Reforma da Indústria Açucareira (*Sugar Industry Reform Program*).⁴³⁷ A partir de 1º de janeiro de 2006 (mesmo ano, portanto, em que se deu a Reforma do OCM do Açúcar por parte da União Europeia), o setor açucareiro da Austrália alcançou sua plena liberalização, quando a negociação conjunta (*single desk*) de sua produção teve fim, passando cada empresa a negociar individualmente suas exportações.⁴³⁸ Em comum com o processo de reforma, reestruturação e fortalecimento da indústria açucareira europeia, também a australiana verificou, durante a década de 2000, o fechamento de diversas pequenas fábricas de açúcar, sobretudo as tecnologicamente mais defasadas ou cuja localização não lhes fossem vantajosa. Foi nesta conjuntura de defesa de uma maior abertura e liberalização do mercado internacional do açúcar e de reestruturação de seu parque fabril que o setor canavieiro australiano passou a valorizar a produção de etanol em sua cadeia produtiva.

Para concluir, pode-se afirmar que, se até o final da década de 1980 a indústria açucareira australiana tinha sido rigidamente controlada e regulamentada por um modelo único de cooperação estabelecida entre o governo e a iniciativa privada, a partir de 2006 isso deixou de ocorrer. Se até o início da década de 1990 o país caracterizava-se por ser um grande exportador de açúcar de cana bruto para os países refinadores, a partir de 1996 ganharam ímpeto as exportações de um produto final de maior valor agregado, o açúcar refinado. O Gráfico 70 indica a produção de açúcar (medida em “bruto equivalente”) e as exportações de açúcar bruto e de açúcar refinado realizadas por Austrália e de Fiji entre os anos de 1961 e 2011. Como se pode notar, durante os últimos 50 anos a produção australiana foi praticamente

⁴³⁶ Disponível em: <<http://www.unica.com.br/news/38990375920338941144/global-sugar-alliance-sees-cane-as-environmental-por-cento2C-economic-solution/>>. Acesso em: 22 out. 2014.

⁴³⁷ Disponível em: <<http://www.agriculture.gov.au/agriculture-food/crops/sugar>>. Acesso em: 22 out. 2014.

⁴³⁸ Até 2006 a venda internacional do açúcar australiano era feita exclusivamente por meio de contratos firmados diretamente com o governo de Queensland ou com sua representante oficial, a CCRA.

10 vezes maior que a de Fiji. Pode-se notar também que os dois países estão reagindo de modo bastante distinto diante do incipiente processo de liberalização do Mercado Mundial do Açúcar. A Austrália apresenta neste início de século XXI pequena redução de sua produção e de suas exportações, não tendo ainda conseguido retomar o patamar recorde verificado em 1998. Por outro lado, suas vendas do produto refinado ampliaram-se. Já a indústria açucareira de Fiji demonstra maior dificuldade em se adaptar a um mercado internacional menos regrado, uma vez que historicamente sua agricultura sempre foi diretamente submetida aos acordos comerciais estabelecidos com a *Commonwealth* Britânica (via AAC) ou com a Comunidade Econômica Europeia (por meio do Protocolo do Açúcar).

Gráfico 70: Austrália e Fiji: produção e exportação de açúcar (1961-2011).

Neste início de século XXI tanto Austrália quanto Fiji apresentam-se como parceiros econômicos secundários e declinantes no fornecimento de açúcar para a União Europeia. Fiji tinha amplo acesso ao mercado europeu até 2006, quando ocorreu um golpe militar naquela longínqua ilha e consequentemente deu-se a suspensão por parte da UE de sua ajuda ao desenvolvimento econômico do país. Quanto à Austrália, desde 1975, quando foi assinado o Protocolo do Açúcar na Convenção de Lomé, esta já havia perdido por completo

seu acesso ao mercado europeu, pautado até então por sua participação na *Commonwealth* Britânica.

Tabela 21: Países selecionados (Brasil, Maurício, Suazilândia, Cuba, Sérvia, Montenegro, Fiji e Austrália): exportação de açúcar para a União Europeia (2003, 2006, 2009 e 2012).

PAÍS EXPORTADOR DE AÇÚCAR PARA A UE	2003	2006	2009	2012
Brasil	726.074	964.687	829.925	1.156.174
Maurício	460.058	497.724	375.600	315.999
Suazilândia	134.172	145.029	212.099	282.283
Cuba	155.215	86.313	119.186	199.360
Sérvia e Montenegro	118.495	207.853	170.951	168.682
TOP 5	1.594.014	1.901.606	1.707.761	2.122.498
TOP 5 - % sobre importação TOTAL	60%	62%	56%	59%
<i>Fiji</i>	159.254	208.184	198.875	76.350
<i>Austrália</i>	2.065	1.261	26.667	12.973
<i>AUSTRALÁSIA</i>	161.319	209.445	225.542	89.323
<i>AUSTRALÁSIA - % sobre importação TOTAL</i>	6%	7%	7%	2%

MAPS-2014

FONTE: UE/MADB

Com relação aos Estados Unidos a situação da macrorregião açucareira da Australásia difere um pouco, sendo a Austrália ainda vista como um estratégico parceiro geopolítico pelos norte-americanos. Por meio de sua economia política do açúcar, os EUA conferem aos australianos a quarta maior cota de fornecimento externo de açúcar ao do seu mercado, atrás apenas da República Dominicana, Brasil e Filipinas. Fiji, por seu turno, tinha neste mercado uma participação bastante reduzida, tendo sua cota sido revista para zero toneladas após a ocorrência do referido golpe de Estado.

Tabela 223: Países selecionados (República Dominicana, Brasil, Filipinas, Austrália, Guatemala e Fiji): cota de exportação de açúcar para os Estados Unidos (2010).

PAÍS EXPORTADOR DE AÇÚCAR PARA OS EUA	COTA 2010 - original	COTA 2010 - revisão	COTA 2010 - original - % sobre a importação total	COTA 2010 - revisão - % sobre a importação total
República Dominicana	185.335	253.830	16,6	16,2
Brasil	152.691	248.822	13,7	15,8
Filipinas	142.160	178.437	12,7	11,4
Austrália	87.402	142.428	7,8	9,1
Guatemala	50.546	82.368	4,5	5,2
TOP 5	618.134	905.885	55	58
Fiji	9.477	0	0,8	0,0

MAPS-2014

FONTE: USDA

Juntas, Austrália e Fiji representam hoje somente 2% das importações de açúcar feitas pela UE e 9% das feitas pelos EUA. Paralelamente a essa minoração verificada em sua participação no fornecimento de açúcar aos mercados europeu e norte-americano, a indústria açucareira australiana se fortaleceu significativamente no abastecimento do mercado asiático, onde seu principal concorrente é a Tailândia. A Austrália firma-se atualmente como vendedora regular de açúcar para China, Japão, Coreia, Malásia, Cingapura, Taiwan, Indonésia, Filipinas e Vietnã. No Oriente Médio suas exportações mais significativas vão para Dubai e Egito. Completam a lista de grandes importadores do açúcar australiano a Nova Zelândia, Rússia, Canadá e México, ocorrendo ainda importações esporádicas por parte da Bulgária e Eslovênia – que assim como a Sérvia e Montenegro comportam-se como “portas de entrada” para o açúcar clandestino que adentra à União Europeia.

Para impulsionar suas exportações nos mercados de Oriente a Austrália firmou uma série de acordos econômicos bi e multilaterais, muitos dos quais criando áreas de livre comércio e conferindo ao seu açúcar condições favoráveis de acesso aos mercados estrangeiros. Entre esses acordos, destacam-se: Acordo de Livre Comércio entre Cingapura e Austrália (SAFTA, de 2003); Acordo de Livre Comércio entre Tailândia e Austrália (TAFTA, de 2005); Acordo de Estabelecimento da Área de Livre Comércio entre a ASEAN e a ANZFTA⁴³⁹ (AANZFTA, de 2009); Acordo de Livre Comércio entre Malásia e Austrália

⁴³⁹ *Australia-New Zealand Free Trade Area.*

(MAFTA, de 2012); e Acordo de Livre Comércio entre Coreia e Austrália (KAFTA, de 2014).⁴⁴⁰

Gráfico 71 Austrália: exportação de açúcar por destino, em % (2013)

Enquanto região agrícola especializada e bem-sucedida na produção de açúcar bruto para o mercado asiático, após seu processo de liberalização Queensland passou a atrair o interesse de investidores estrangeiros. A partir de 2010 teve início uma espécie de corrida internacional pela compra de suas usinas mais prósperas, resultando em significativo aporte de capital e promoção de nova ampliação da atividade. Até então havia apenas uma empresa açucareira na Austrália cujo controle acionário pertencia ao capital estrangeiro, a Bundaberg Sugar, comprada pela inglesa Tate & Lyle em 1991 e depois revendida à belga Finasucre no ano 2000. Com o surgimento desse novo fenômeno, o avanço dos investimentos externos na compra de usinas em território australiano foi intenso, saltando a participação das empresas multinacionais sobre a capacidade de moagem do país de míseros 5% em 2010 para expressivos 80% em 2013.

Em 2009 a Companhia Colonial de Refinação de Açúcar (CCRA), que há mais de um século era a maior em atividade no setor canavieiro australiano, alterou seu nome para Sucrogen. No ano seguinte (2010) a empresa foi vendida ao Grupo Wilmar, gigante do

⁴⁴⁰ Disponíveis em: <<http://www.austrade.gov.au/Export/About-Exporting/Free-Trade-Agreements>>. Acesso em: 22 out. 2014.

agronegócio asiático, sediado em Cingapura.⁴⁴¹ Somente com essa aquisição mais de 43% do açúcar australiano passou ao controle estrangeiro. No mesmo ano a mencionada companhia singapurense também adquiriu a refinaria PT Jawamanis Rafinasi, localizada na Província de Banten, em Java, uma das maiores em atividade na Indonésia. No ano seguinte, 2011, foram feitos novos investimentos pela Wilmar, tanto na produção de açúcar bruto de cana na Austrália, com a aquisição da usina Proserpine – então a quinta maior em termos de capacidade de moagem no país – quanto no processo de refinação na Indonésia, com a compra da refinaria de PT Duta Sugar International, localizada em Jacarta. Com essa nova usina, a oitava do grupo em território australiano, a empresa passou a controlar 53% da produção açucareira do país (CANEGROWERS, 2014).⁴⁴² Desde então os negócios açucareiros da Wilmar não pararam de crescer, mantendo-se um acelerado processo de aquisições e parcerias estratégicas por todo o globo terrestre. Em 2013, a empresa de Cingapura tornou-se parceira industrial da Cosumar SA, empresa com sede em Casablanca, no Marrocos, da qual adquiriu 27,5% das ações. A Cosumar é a única empresa produtora de açúcar naquele país, ocupando ainda as posições de terceira maior produtora de açúcar e a segunda maior refinadora em todo o continente africano.⁴⁴³ Em 2014, a Wilmar celebrou um acordo para adquirir uma participação estratégica na Shree Renuka Sugars Limited, empresa sediada em Bombaim, estado de Maharashtra, Índia, e dona de quatro usinas no Brasil. Esse investimento ainda não está concluído, permanecendo sujeito a aprovações regulatórias e, caso concretizado, permitirá ao grupo cingapuriano estabelecer uma presença significativa tanto na Índia quanto no Brasil, os dois centros mais importantes do Mercado Mundial do Açúcar.

Outra empresa asiática que enxergou uma boa oportunidade de negócio na Austrália e adquiriu usinas de açúcar em Queensland foi a COFCO (Corporação Nacional de Cereais, Óleos e Alimentos da China), a maior estatal chinesa do setor de alimentos. Em

⁴⁴¹ O grupo Wilmar International Limited, fundado em 1991, é atualmente o principal em atividade no agronegócio asiático. É a segunda maior empresa listada na Bolsa de Cingapura. Seus negócios internacionais incluem o cultivo de óleo de palma, refino de óleos comestíveis, esmagamento de oleaginosas, produção de gorduras especiais, fabricação de biodiesel e processamento de grãos. Sua rede de atuação abrange principalmente China, Índia e Indonésia, mas a empresa está presente em mais de 50 países. Recentemente, a empresa foi alvo de denúncias recorrentes quanto à sua ação em processos de desmatamento ilegal e promoção de *land grabbings*. Disponível em: <<http://www.wilmar-international.com/our-business/sugar/>>. Acesso em: 22 out. 2014.

⁴⁴² Disponível em: <http://www.canegrowers.com.au/page/Industry_Centre/About_Us/Statistics_facts_figures/>. Acesso em: 22 out. 2014.

⁴⁴³ Disponível em: <http://www.cosumar.co.ma/a_propos/page-13-2.html>. Acesso em: 22 out. 2014.

meados de 2011 o capital chinês apoderou-se da usina Tully, localizada no extremo norte da província e responsável pela moagem de aproximadamente 5% da cana australiana.⁴⁴⁴

Por fim, o terceiro grande grupo do agronegócio asiático a se apoderar de instalações de produção açucareira na Austrália foi o tailandês Mittr Phol, maior produtor de açúcar da Ásia, sediado em Bangkok. No início de 2012 a multinacional comprou o grupo Maryborough Sugar Factory (MSF), composto por quatro usinas: Maryborough, South Johnstone, Mulgrave e Tableland. O MSF/Mittr Phol é atualmente o terceiro maior grupo açucareiro do país, atrás apenas do Sucrogen (CCRA/Wilmar) e do Grupo Mackay Sugar (nacional, responsável por 20% da produção da Austrália). Essa aquisição deu aos tailandeses uma participação de 10% sobre o volume de cana moída na Austrália.⁴⁴⁵ Conforme indicado no Gráfico 72, apenas três grandes companhias asiáticas controlam atualmente 68% do açúcar fabricado na Austrália.

Gráfico 72: Austrália: país sede das empresas que produzem açúcar na Austrália (2013).

Para concluir a seção referente à Austrália, atesta-se que neste início de século XXI o país firmou-se como importantíssimo fornecedor regional de açúcar, focado sobretudo no mercado oriental. Seu parque industrial é formado exclusivamente por usinas construídas antes da crise econômica de 1929 (exceto uma), tendo sido estas diversas vezes remodeladas,

⁴⁴⁴ Disponível em: <<http://www.abc.net.au/news/2013-12-08/sweet-deals-forge-stronger-sugar-future/5138344>>. Acesso em: 22 out. 2014.

⁴⁴⁵ Disponível em: <http://www.canegrowers.com.au/page/Industry_Centre/About_Us/Statistics_facts_figures/>. Acesso em: 22 out. 2014.

modernizadas e ampliadas.⁴⁴⁶ Seus agricultores sofrem esporadicamente com difíceis estiagens, assim como recorrentes inundações e ciclones (como o Ita, ocorrido em 2014),⁴⁴⁷ todos muito prejudiciais às lavouras. Atualmente, o parque açucareiro australiano encontra-se intensamente internacionalizado, processo que se deu na presente década e de forma muito acentuada e acelerada. Ao todo, 68% das usinas e 75% da capacidade de moagem estão em mãos estrangeiras, o que redundou num grande aporte financeiro à produção; 80% do açúcar fabricado no país é destinado à exportação. Essa característica torna o país o terceiro maior exportador de açúcar bruto do mundo, ficando atrás apenas de Brasil e Tailândia.⁴⁴⁸

10.2 Fiji – Um apêndice na Australásia

De acordo com Von Lippmann (1941, p. 283), “[...] os descobridores [europeus] acharam a cana em quase todas as ilhas do oceano Pacífico e do mar Austral [...] tratava-se sempre de cana cultivada e a utilização cingia-se, via de regra, ao seu consumo imediato”. Fernão de Magalhães, durante a primeira viagem de circum-navegação da terra (1519-1522), deparou-se com as terras onde primeiro a cana-de-açúcar havia sido domesticada. Ali o veneziano Antonio Pigafetta, que participou da viagem do périplo escrevendo o seu diário de bordo anotou a existência do cultivo dessa planta em Bornéu e nas ilhas Molucas. James Cook, em suas duas últimas viagens de circum-navegação (1772-1775 e 1776-1779), “[...] conta ter encontrado muita cana em Páscoa, Tana, Novas Hébridas, Nova Caledônia e Taiti” (VON LIPPMANN, 1941, p. 284). Fiji não se configurou enquanto exceção.

Por muito tempo as Ilhas Fiji foram evitadas de contatos mais próximos por parte dos navegadores europeus devido à ferocidade de suas tribos guerreiras e ao hábito de canibalismo que mantinham. Somente tardiamente, em 1874, tornou-se colônia britânica. Durante as décadas de 1860 e 1870 sucederam-se tentativas frustradas de implantação de moendas de cana mais modernas em Fiji, até que em 1872 um primeiro empreendimento vingou na Vila de Suva.

⁴⁴⁶ Disponível em: <http://www.canegrowers.com.au/page/Industry_Centre/About_Us/About_the_Industry/>. Acesso em: 22 out. 2014.

⁴⁴⁷ Disponível em: <<http://www.jornalcana.com.br/ciclone-destroi-90-da-cana-de-acucar-em-regiao-da-australia/>>. Acesso em: 22 out. 2014.

⁴⁴⁸ Disponível em: <http://www.canegrowers.com.au/page/Industry_Centre/About_Us/Statistics_facts_figures/>. Acesso em: 22 out. 2014.

Em 1875, o governador Sir Arthur Gordon – que acumulava experiências administrativas em Trinidad, no Caribe, e em Maurício, no oceano Índico – introduziu pela primeira vez *coolies*⁴⁴⁹ indianos em Fiji com o fito de produzir cana-de-açúcar. Foram trazidos na proporção de dois homens para cada mulher, cabendo-lhes o pagamento de 1 xelim para cada jornada de nove horas de trabalho (GEERLINGS, 2013). Sua experiência permitiu que a atividade se iniciasse definitivamente naquelas ilhas, mas trouxe consigo o extermínio de grande parte da população nativa devido à introdução de doenças contra as quais estes não tinham imunidade. Em 1879 Sir John Thurston, então cônsul honorário em Fiji, foi à Austrália em busca de investidores, e acabou convencendo Edward Knox de que as terras férteis e abundantes do arquipélago, assim como seu clima tropical, poderiam ser um bom investimento para a produção açucareira de sua Companhia Colonial de Refinação de Açúcar (CCRA). A despeito da população nativa já residente na planície do rio Rewa, o governo de Fiji ofereceu à CCRA 1.000 acres de terra (cerca de 405 hectares) em Viti Levu ao preço de £2 por acre, com a opção de adquirir posteriormente mais 1.000 acres em Vanua Levu, na principal ilha do arquipélago – valores bastante inferiores aos verificados nas colônias australianas na mesma época (GALLOWAY, 2005). A partir de então a CCRA construiu e comprou usinas até dominar totalmente a produção da ilha, o que se deu no ano de 1923. Esse fato inseriria definitivamente Fiji no circuito produtivo de açúcar da Australásia. Desde então a canavieira local passou a ser exclusivamente projetada e financiada pelo capital australiano, compondo-se sua força de trabalho essencialmente de imigrantes indianos introduzidos por meio de sistemas de parceria agrícola. Earle (1928, p. 339) descreve a produção de açúcar em Fiji como uma “[...] indústria considerável e bem desenvolvida [...] cujas práticas agrícolas parecem ser excepcionalmente boas”.⁴⁵⁰ Para mitigar a falta de mão de obra, a CCRA introduziu um sistema de cultivo por meio de inquilinos, sendo as terras loteadas e disponibilizadas aos agricultores com base no trabalho familiar, sendo a esmagadora maioria de origem indiana.

⁴⁴⁹ A origem da palavra é incerta; uma possibilidade é ter se originado a partir do nome gujurati *Koli*: “aquele que trabalhou como diarista”. Outra possibilidade é derivar da palavra tâmil *kuli*: “pagamento para o trabalho”. Uma terceira explicação etimológica alternativa postula que veio da palavra chinesa *kūli*, que em mandarim significa literalmente “duro e amargo uso da força”. Disponível em: <<http://global.britannica.com/EBchecked/topic/136194/coolie>>. Acesso em: 22 out. 2014.

⁴⁵⁰ Do original: “[...] a considerable and well-developed industry exists in this far-away island. Agricultural practices seem to be unusually good”, tradução nossa.

Fotografia 5: Típica casa de *coolies* indianos produtores de cana, Naselai, Fiji – 1947.

Fonte: Pacific Research Collections (PRC) / Australian National University.

Sua indústria exportava inicialmente para a Austrália e Nova Zelândia, onde o açúcar bruto era refinado; com o passar do tempo voltou-se também para o Canadá, beneficiando-se assim dos estímulos conferidos pelo Acordo Açucareiro da Commonwealth (AAC). Com o estabelecimento desse acordo em 1951 e, posteriormente, do Protocolo do Açúcar com a Comunidade Econômica Europeia em 1975, Fiji teve, durante a segunda metade do século XX, mercado garantido e bom preço assegurado para sua produção. A ilha do Pacífico possuía a segunda maior cota individual no acordo firmado com a CEE (165 mil toneladas/ano). Durante o período de vigência do AAC sua exportação média anual foi de 300 mil toneladas de açúcar.

Fiji foi uma das últimas nações do mundo a se tornar independente, o que se deu somente em 1970. Com maior autonomia e recorrentes desarranjos políticos internos, acabou

perdendo seu acesso preferencial aos mercados que tinha, notadamente os da União Europeia e Estados Unidos. Desde 1994 sua produção açucareira vem numa acentuada curva descendente, caindo de 520 mil toneladas para 340 (ano 2000), 290 (2005) e 130 mil (2010). A despeito da importância histórica que teve a ilha no fornecimento de açúcar bruto às potências imperialistas durante todo o século XX, a menos que ocorra alguma grande inversão de capital - algo bastante improvável - o país deverá se retirar do comércio internacional de açúcar nos próximos anos ou décadas.

10.3 Resumo e conclusão do capítulo

A Austrália tornou-se tardiamente um fornecedor de açúcar para o mercado mundial. Integrante do Império Britânico, começou a ser colonizada a partir da instalação de uma colônia penal em seu território, o que ocorreu na década de 1780. Aos poucos, a nova colônia passou a ser ocupada também por colonos livres, que paulatinamente fundaram novas cidades. Em face de seu desenvolvimento demográfico e econômico, em 1842, Knox, um empresário dinamarquês radicado na Austrália estabeleceu em Sydney uma fábrica destinada a importar açúcar bruto e refiná-lo para comercializá-lo dentro da colônia – a famigerada Companhia Açucareira da Australásia, que futuramente se converteria na CCRA. Portanto, a indústria nascente não teve por base a produção canavieira interna, pois estava apoiada na importação do produto bruto.

No entanto, a produção açucareira foi aos poucos se expandindo na Austrália, estabelecendo-se basicamente em Queensland e Nova Gales do Sul (NSW). Nesta última área, o mesmo empresário dinamarquês fundou outra usina de refino de açúcar e passou a investir na produção da cana-de-açúcar. Com o auxílio de um técnico experiente trazido do Caribe instalou três engenhos centrais e deu início a um sistema de parceria agrícola contratual, pelo qual os agricultores donos de pequenas parcelas de terra tornaram-se fornecedores da matéria-prima. A cana era, então, uma nova cultura na colônia de NSW, localizando-se essencialmente na bacia do rio Clarence.

Aos poucos, a empresa e seus fornecedores passaram a se desentender, principalmente com relação ao preço a ser pago pela cana, fazendo com que os agricultores montassem pequenas usinas para moerem suas próprias colheitas. Nesse momento a empresa

de Knox é renomeada para Companhia Colonial de Refinação de Açúcar (CCRA) e passa a investir pesadamente na atividade, renegociando seus contratos de compra de cana de terceiros e inaugurando novas usinas no território australiano (agora em Queensland) e também em Fiji, onde as terras eram ainda mais baratas. Dessa forma desenvolveu-se um sistema de parceria agrícola baseado no ideal do colonato tanto na Austrália como também em Fiji. Para suas usinas estabelecidas nesse arquipélago da Melanésia a empresa importou milhares de trabalhadores indianos que se transformaram em pequenos produtores de cana. Em suma, ao final do século XIX a empresa exercia o monopólio da produção e comercialização açucareira em toda a Australásia, incluindo-se a Nova Zelândia.

Cabe aqui observar que na colônia de Queensland o cultivo da cana foi realizado de acordo com um modelo diverso de ocupação do solo. Enquanto que na quase totalidade do território australiano prevaleceu o regime de pequenas propriedades, nessa região ocorreu a ocupação baseada em grandes propriedades, ou seja, nos moldes das *plantations* tropicais. Como mão de obra foram introduzidos trabalhadores oriundos de diversas ilhas do Pacífico Sul, genericamente denominados de *kanakas*. Esse sistema era praticamente análogo ao da escravidão ainda existente em outras partes do mundo, tais como o Brasil e Cuba. O comércio ilegal de *kanakas* influiu decisivamente na incorporação da Papua Nova Guiné pelo Império Britânico, o que se deu em 1883.

Bastante polêmico, esse modelo de produção açucareira prevalecente no norte da Austrália e baseado no sistema de *plantation* foi alterado por uma lei promulgada em 1876, que incentivou a produção agrícola a partir de um sistema de pequenas propriedades rurais. A partir de então, com apoio governamental foram instalados vários engenhos centrais (*sugar mills*), em sua maioria geridos sob a forma de cooperativas pelos próprios agricultores. Com isso a produção canavieira se expandiu rapidamente pelo nordeste australiano, cultivando-se cana ao longo de toda a faixa litorânea, notadamente em torno das desembocaduras de seus principais rios. Portanto, contando com a adoção de várias medidas de estímulo ao pequeno produtor, tomadas pelo governo de Queensland, o sistema de *plantation* foi gradualmente suprimido e substituído pela hegemonia da pequena propriedade familiar. Assim, ao final do século XIX a Australásia já havia se consolidado como grande produtora regional de açúcar e, em 1895, fez a sua primeira grande exportação de açúcar, destinada ao Canadá.

No início do século XX, em 1901, ocorreu a unificação das seis colônias australianas, até então independentes entre si. Formou-se a Comunidade da Austrália, que incorporava também a Nova Zelândia e as Ilhas Fiji, permanecendo ainda, todos sob o domínio do Império Britânico. Duas novas legislações foram então promulgadas com alto impacto sobre a produção açucareira. A primeira voltava-se a proteger a pequena agricultura familiar por meio da proibição da entrada dos kanakas em território australiano, resultando inclusive na deportação da população já radicada no país. A segunda destinou-se a fortalecer os produtores e refinadores nacionais, concretizando-se pelo estabelecimento de barreiras alfandegárias sobre a importação. Assim sendo, gradualmente a produção canavieira passou a ser feita de modo exclusivo por produtores familiares minifundiários e se destacou pela incorporação de inovações tecnológicas, tais como a utilização de colhedoras mecânicas de cana, a implantação de um sistema de irrigação de forma a melhor aproveitar os escassos recursos hídricos e a modernização dos sistemas de transporte com a integração entre tratores, caminhões e ferrovias.

Durante a Primeira Guerra Mundial uma alteração legislativa fez com que todo o açúcar produzido no país se tornasse propriedade do Estado de Queensland, que fixava seu preço e o colocava a disposição das vontades de Sua Majestade. O destino principal era a exportação para o Reino Unido, uma vez que os campos de beterraba na Europa haviam sido amplamente destruídos com a guerra. Ao término do conflito a empresa CCRA consolidou-se como hegemônica no processo de produção e exportação de açúcar refinado na região da Australásia, sendo o seu parceiro prioritário a Comunidade Britânica.

No período da crise de 1929, que desestruturou o mercado mundial de açúcar, a produção da Austrália gerou um excedente que não tinha para onde ser exportado. Então, tal como ocorreu no Brasil, o governo estabeleceu cotas de produção para limitar a produção interna. Tal política de reduzir a produção perdurou até depois da Segunda Guerra Mundial. Voltada para o conflito regional contra o Japão durante o período belicoso, a Austrália se aproximou dos Estados Unidos, mesmo ainda estando formalmente sob o domínio inglês. O esforço de guerra fez com que o país tivesse um grande desenvolvimento econômico e, no período pós-guerra, ocorreu um processo de reconstrução de seu parque açucareiro com o fechamento das usinas menores e a ampliação da capacidade de moagem das usinas mais competitivas. Em 1951 a Austrália participa ativamente do 1º Acordo Açucareiro da Comunidade Britânica. Através deste usufruía de uma substantiva cota de exportação – 612

mil toneladas anuais. Nesse contexto de reconstrução e ampliação de seu parque açucareiro, em 1954, pela primeira vez, a Austrália exporta seu açúcar para um país que não era membro da Comunidade Britânica: o Japão. Dessa forma, dá início à sua penetração no mercado regional do Extremo Oriente.

A década de 1960 marcou definitivamente a participação da Austrália no mercado de *commodity* do açúcar. No início suas exportações ainda eram essencialmente voltadas para o mercado da Comunidade Britânica, dirigidas, sobretudo, para o Canadá, a Nova Zelândia e o Reino Unido. Mas, em função das relações cortadas entre os Estados Unidos e Cuba, a partir de 1961 a Austrália também se inseriu no mercado norte-americano. No âmbito macrorregional, durante toda a década ampliaram-se as suas exportações para o Japão e a Coreia do Sul. Com essa ampliação no comércio mundial do açúcar os produtores australianos pressionaram o governo pelo aumento da área autorizada ao cultivo, pela criação de novas fazendas e pelo financiamento da ampliação da capacidade de moagem das usinas já existentes. Ao final da década a Austrália tinha também feito contratos de fornecimento de açúcar para Cingapura, China e Rússia, além dos já mencionados.

Dessa forma, ao se iniciar a década de 1970 a Austrália consolida a sua posição de grande produtora de açúcar bruto para o mercado mundial, abastecendo notadamente os países-membros da Comunidade Britânica e o mercado asiático. Evidentemente, essa expansão foi acompanhada por um processo contínuo de modernização da lavoura, como, por exemplo, a precoce mecanização de sua colheita. A crise internacional provocada pelo aumento do preço do petróleo no Oriente Médio, a partir de 1973, atingiu diretamente todo o mercado açucareiro mundial. No caso australiano, parte da sua produção ficou sem destino. A solução encontrada foi a de aumentar o preço interno do produto e de reduzir a produção. O impacto sofrido foi, no entanto, atenuado pelo fato de terem outros países exportadores, tais como Índia, Tailândia, Filipinas, Cuba e África do Sul, tido colheitas ruins em função de problemas climáticos e fitossanitários. Como se nota, a Austrália foi se inclinando cada vez mais para se tornar o grande fornecedor do mercado asiático.

O programa de liberalização do setor açucareiro começou a se intensificar na Austrália a partir da década de 1990. Dessa forma, algumas leis que regulavam o setor foram revogadas com o intuito de reduzir a intervenção estatal, sendo a mais importante a que estabelecia a política de cotas, revogada em 1998. Mas apenas em 2006 a liberalização total

da produção açucareira é de fato efetivada, quando ficou permitido que cada empresa produzisse e negociasse livremente suas exportações.

Paralelamente a esses movimentos internos, mudanças estruturais no mercado mundial estavam ocorrendo em função da adoção de novos modelos de cooperação econômica, baseados na assinatura de acordos de livre comércio firmados bilateralmente ou multilateralmente. Já na década de 2000, a Austrália lidera a Aliança Global para a Reforma e Liberalização do Comércio Açucareiro, que engloba os países responsáveis pela produção de 85% das exportações mundiais. Com o intuito de promover um comércio internacional mais “livre” e “justo”, empenha-se em minar a política de subsídios à exportação praticada pela UE e com isso garantir um preço mais elevado nas vendas externas de seu produto.

Por último, merece ser destacada a produção de Fiji, que esteve desde o início de sua implantação associada à da Austrália. Plenamente inserida no contexto da produção açucareira australiana desde 1923, por meio da atuação da empresa CCRA, este arquipélago sempre dependeu muito da mão de obra indiana aí introduzida, produzindo seus canaviais por meio de sistemas de parceria agrícola e do inquilinato. Embora com uma colheita bastante reduzida quando comparada à da Austrália, Fiji usufruiu por muito tempo de uma grande vantagem que era a alocação de cotas preferências à exportação para o mercado europeu. Tal vantagem cessou, no entanto, no ano de 2006, por ocasião de um golpe militar. Desde então sua indústria tem enfrentado enormes dificuldades. Também diferentemente do que ocorria na Austrália, Fiji dedicou-se sempre à exportação do açúcar bruto, não contando com nenhuma refinaria. Como conclusão, atualmente Fiji pode ser considerada uma área canavieira em plena decadência, pois o país permaneceu por muito tempo dependente das medidas europeias de apoio ao comércio, que desde meados da década passada deixaram de ocorrer. A Austrália, por sua vez, figura ao lado da Tailândia como uma das duas grandes potências exportadoras de açúcar do Hemisfério Oriental. Uma série de acordos regionais para a cooperação econômica garante ao açúcar australiano boa colocação nos mercados da China, Japão, Coreia, Malásia, Cingapura, Taiwan, Indonésia, Filipinas e Vietnã.

SUDESTE AFRICANO: O AÇÚCAR ENQUANTO FUTURO?

A terceira e última Macrorregião Açucareira do Périplo é o Sudeste Africano. Esta se divide em uma parcela insular, onde a atividade é relativamente mais antiga, composta pelas ilhas Maurício e Reunião; e uma parcela continental, em que a atividade foi implantada mais recentemente, e que se estende pela costa africana desde a África do Sul até a Tanzânia, interiorizando-se para países como Suazilândia, Zimbábue, Zâmbia e Malauí. Em ambos os casos, trata-se da parcela africana que se volta ao oceano Índico.

Assim como as outras duas macrorregiões do Périplo (Sudeste Asiático e Australásia), o “nascimento” do Sudeste Africano enquanto zona canavicultora voltada ao comércio internacional também ocorreu após a abolição da escravidão por parte das principais potências coloniais e à descoberta do açúcar de beterraba no continente europeu. Mas diferentemente das outras duas, esta não pertencia à área endêmica nativa da cana-de-açúcar, localizando-se na margem oposta do oceano Índico. Ainda assim, é importante frisar que, por ocasião das primeiras descobertas feitas pelos portugueses na Costa Leste Africana, estes já se depararam com o seu cultivo na faixa costeira. De acordo com Von Lippmann (1941, p. 284), Vasco da Gama, ao aportar em Mombaça (atual Quênia), “[...] recebeu do rei cana de presente. Tristão da Cunha, descobridor de Madagascar em 1506, e Corsali [...] em 1515 encontraram cana nessa ilha, mas dela só se bebia o caldo, ou dele se fazia uma bebida fermentada”. Galloway (2005) recua ainda mais sua análise, indicando que no século X já se produzia açúcar em Zanzibar com reputação e boa qualidade. Como se nota, a cana-de-açúcar foi uma planta muito útil aos povos primitivos, que a transportaram por terra e por mar e disseminaram seu uso por uma área extremamente vasta, desde Madagascar até o Havaí, muito antes dos europeus tomarem contato com ela.

As primeiras zonas canavieiras a se dedicarem à produção de açúcar por iniciativa europeia no Sudeste Africano foram os territórios insulares de Maurício e Reunião, que, ao contrário das ilhas da Melanésia, Micronésia e Polinésia, eram totalmente despovoadas por ocasião da chegada dos primeiros europeus. A partir dessas duas ilhas a cultura canavieira foi levada, por iniciativa dos colonizadores europeus, à terceira zona da canavieira mais antiga do

Sudeste Africano: a Colônia de Natal (atualmente na África do Sul). Foi a partir de Natal que a canavicultura começou seu lento processo de interiorização continente adentro.

11.1 Maurício

As ilhas Maurício tiveram sua independência oficialmente reconhecida apenas em 1968, quando se tornou politicamente autônoma do Reino Unido. Antes da presença britânica, já tinham sido ocupadas por portugueses e espanhóis (1505-1644), holandeses (1644-1715) e franceses (1715-1810). Suas principais ilhas são Maurícia, Rodrigues, Agalega e Carajos Cargados, que já constavam no mapa elaborado pelo cartógrafo árabe Sharif el-Edrissi em 1153, então conhecidas pelo nome de *Dina Arobi*.⁴⁵¹ Foram necessárias duas tentativas para que a canavicultura em Maurício tivesse início. A primeira foi feita por parte dos holandeses que em 1650, por ação da Companhia das Índias Orientais (VOC) transportaram as primeiras mudas a partir de coletas feitas em Java. A tentativa foi fracassada, ocorrendo nova introdução somente um século mais tarde, quando em 1747 colonizadores franceses obtiveram êxito instalando uma atividade canavieira incipiente, baseada no uso de escravos trazidos tanto da África quanto da Índia (GEERLINGS, 2013).

Como consequência das Guerras Napoleônicas o Reino Unido tornou-se senhor daquelas ilhas, o que se sucedeu em 1810. Nesse contexto histórico específico, a localização de Maurício, assim como de sua vizinha Reunião eram estratégicas ao abastecimento dos navios que promoviam o comércio entre Ocidente e Oriente cruzando o Cabo da Boa Esperança em direção às Índias. Em 1825, o comércio colonial inglês adotou uma série de medidas em estímulo ao livre comércio, o que se refletiu num forte impulso para a economia açucareira de Maurício. Essa ilha beneficiou-se então de direitos tarifários iguais ao conferidos às Índias Ocidentais de Barbados ou Jamaica, por exemplo. Diante da perspectiva de desenvolver uma forte indústria açucareira as autoridades estabelecidas em Maurício promoveram a importação de capitais e mão de obra para impulsionar a canavicultura. Esta colônia britânica tornou-se então um dos mais importantes focos de expansão da atividade canavieira mundial, ascensão em pleno contraste com o declínio verificado em suas possessões nas Índias Ocidentais caribenhas, cada vez mais esgotadas. De 4 mil toneladas de

⁴⁵¹ Disponível em: <<http://www.defap.fr/activites-internationales/informations-sur-les-pays/liste-de-pays/ocean-indien/ile-maurice>>. Acesso em: 28 out. 2013.

açúcar produzidas em 1816, ampliou-se a produção para 120 mil toneladas em 1855, quando alcançou seu apogeu (GEERLINGS, 2013). Entre 1814 e 1831, a área cultivada com canaviais saltou de 10 mil acres (pouco mais que 4 mil hectares) para 52 mil acres (21 mil hectares). Em 1837 Maurício já constava como o terceiro maior exportador de açúcar dentro do Império Britânico: suas 25 mil toneladas a colocava atrás apenas de Jamaica (54 mil) e Demerara/Guiana (44 mil), postando-se portanto à frente de tradicionais produtores como Barbados (19 mil) (MARTIN, 1839). Como consequência da abolição da escravidão no Império Britânico a partir da década de 1830 as colônias caribenhas entraram em grave colapso, tornando-se Maurício, já na década de 1850, a principal colônia britânica em termos de exportação de açúcar.

Essa possessão tornou-se então uma espécie de campo experimental, não somente para diversos cultivos angariados em suas distintas possessões coloniais distribuídas ao redor do mundo tropical, como ainda de um novo sistema de mão de obra agrária, os *coolies*.⁴⁵² Durante as décadas de 1830 e 1840 teve início a massiva chegada de trabalhadores trazidos da Índia, passando estes a se dedicar ao cultivo canavieiro (LEE, 2008). Frequentemente vinham com contratos de trabalho assinados, cuja duração era de 5 a 10 anos, após os quais teriam a opção de renová-lo, mudar de atividade laboral ou retornar ao seu local de origem. Apesar dos muitos casos registrados de violências e abusos contra esses trabalhadores, eles nunca foram mantidos em cativeiro, e muitos deles dispunham-se voluntariamente à busca de melhores condições de vida fora de sua terra natal. Desde 1837 os critérios para a contratação dos *coolies* era definida pelos Regulamentos do Governo Colonial Britânico da Índia (*Colonial British Indian Government Regulations of 1837*), medida legal voltada a garantir minimamente os direitos individuais dos trabalhadores.

Maurício foi onde primeiro se generalizou o uso dessa modalidade de trabalhador, tendo funcionado a ilha ainda como importante nóculo de ligação, recebendo e despachando centenas de milhares de *coolies* para as *plantations* britânicas da África, Caribe e Pacífico. Essa modalidade de mão de obra firmou-se como uma alternativa após a abolição da escravidão, tornando-se relativamente comum em diversas zonas canavieiras do mundo. Além de Maurício, pode-se citar os casos de sua vizinha Reunião, Demerara (Guiana), Trinidad e

⁴⁵² A introdução dos *coolies* no Sudeste Africano configurou uma espécie de escravidão por dívidas, mas com prazo estipulado em contrato para terminar. Os anos em que trabalhavam duramente sem maiores direitos representavam o período necessário para que quitassem as despesas com transporte, alimentação e hospedagem, antes de receberem um trabalho.

Tobago, Jamaica, Guadalupe, Martinica e Fiji, tendo todas estas colônias aderido a essa nova modalidade de trabalhador agrícola. A agroindústria canavieira de Cuba e do Peru, por sua vez, optaram pela importação de *coolies* chineses. Em 1849 as autoridades britânicas construíram em Port Louis o principal núcleo urbano de Maurício, o Depósito de Imigrantes (*Aapravasi Ghat*). Articulava-se em torno de um grande galpão que funcionava como entreposto para a contratação desse tipo de trabalhador e a partir de onde mercadores do mundo inteiro os levavam às demais colônias agrícolas do mundo tropical. Isso contribuiu muito para aumentar a importância comercial da ilha, atraindo também mercadores interessados em sua crescente produção de açúcar.

A Índia era, além da principal área de origem da mão de obra instalada na agroindústria açucareira de Maurício, também o principal destino de sua produção. Segundo Geerlings (2013) a presença de mercantes indianos na ilha era frequente, sendo estes os principais financiadores da atividade canavieira. Ao se aproximar o final do século XIX, entretanto, a produção de açúcar de Maurício passou a enfrentar forte concorrência no mercado indiano quando teve início a importação de açúcar de beterraba, muito beneficiadas pela abertura do Canal de Suez a partir do ano de 1869.

Diante dessas dificuldades derivaram duas decorrências cardeais. A primeira foi a modernização da atividade, por meio da qual as indústrias menores foram adquiridas pelas maiores, no processo clássico de amalgamação e concentração produtiva: das 171 fábricas em funcionamento no ano de 1875, apenas 64 restavam em 1910 (GEERLINGS, 2013). Em segundo lugar, a crise redundou também na venda de grande quantidade de terras por parte dos proprietários ingleses, que lotearam suas fazendas (*estates*) entre os inúmeros pequenos agricultores indo-descendentes. Por meio de um renovado sistema de parceria, tornaram-se os indianos donos das terras, permanecendo os ingleses com o controle sobre as usinas (GEERLINGS, 2013).

Ao iniciar o século XX os principais eixos comerciais de importação do açúcar fabricado em Maurício localizavam-se em torno do oceano Índico, sendo seus principais destinos em 1901 a British Índia, compradora de 110 mil toneladas (Bombaim e Karachi dividiam a maior parte desse volume), a África do Sul (32 mil), Europa (17 mil), Austrália (9 mil) e “América” (6 mil), conforme aponta Geerlings (2013). O autor nos revela ainda que a crise desencadeada pela concorrência feita pelo açúcar de beterraba foi logo superada, e que

após a virada do século ampliou-se a produção média da ilha, saltando de 120 mil toneladas em 1890 para 150 mil em 1895, 200 mil em 1905, para finalmente alcançar 250 mil toneladas em 1910. A expansão de sua atividade, naquele momento, esteve intimamente relacionada à passagem de dois furacões que provocaram grandes estragos às plantações e às indústrias, e com isso desencadearam uma nova onda de investimentos e aportes financeiros em condições privilegiadas. Essas iniciativas beneficiaram diretamente 43 de suas fábricas de açúcar, fazendo com que sua cadeia produtiva saísse fortalecida após o desastre natural. Nessa ocasião foram aprovados pelo Reino Unido o Empréstimo para Transportes Mecânicos (*Mechanical Transport Loan*) e o Empréstimo de Adiantamento e Ajuda (*Advance in Aid Loan*), ocorridos respectivamente em 1902 e em 1903. Com esses recursos os produtores da ilha passaram a contar com malha ferroviária, maquinário moderno e recursos para a aquisição de terras e expansão dos negócios (GEERLINGS, 2013). Consequentemente, os envios de açúcar para a Europa ampliaram-se de 7 mil toneladas em 1905 para 52 mil já em 1910. No mesmo período a produção total aumentou de 187 mil para 217 mil toneladas, o que atesta um redirecionamento de sua safra para o mercado metropolitano. Em 1910 uma comissão inglesa de averiguação das condições gerais da atividade açucareira da ilha foi enviada para decidir sobre a pertinência e os riscos de se realizar outros aportes financeiros, concluindo ser a situação “não insatisfatória” (*not unsatisfactory*), aprovando assim nova verba para o desenvolvimento daquela que havia se firmado como a única atividade rentável em Maurício: a produção de açúcar (GEERLINGS, 2013).

Com a Primeira Guerra Mundial e a destruição dos campos de beterraba na Europa a produção de açúcar em Maurício teve sua importância estratégica ampliada, estreitando-se novamente seus laços com o mercado europeu. Seguiu-se um período de recessão, durante a década de 1930, que se prolongou até o final da Segunda Guerra, quando o estabelecimento do Acordo Açucareiro da *Commonwealth* em 1951 conferiu forte estímulo à sua agroindústria canavieira. No mesmo ano fortaleceu-se o Sindicato Açucareiro de Maurício (*Mauritius Sugar Syndicate* - MSS) que, a partir de então, tornou-se o único responsável pelas exportações da ilha. Ao final da década de 1960 o açúcar respondia por 96% das receitas de exportação de Maurício, gerando 28% de seu PIB; em 1973 sua produção atingiu o patamar recorde de 760 mil toneladas (LAAKSONEN; MÄKI-FRÄNTI; VIROLAINEN, [2006?], p. 18). Desde então sua economia se diversificou e a produção de açúcar recuou um pouco, mantendo-se, entretanto, como a principal atividade agrícola. Com a aprovação do Protocolo do Açúcar envolvendo a Comunidade Econômica Europeia e os países do Grupo da África,

Caribe e Pacífico, no ano de 1975 Maurício recebeu a maior cota individual dentre todos os países signatários: 490 mil toneladas anuais, ou seja, 38% do total alocado. Essa resolução parece sinalizar a importância estratégica que o bloco europeu conferia a Maurício naquele momento.

Quando teve início a Reforma da OCM do Açúcar por parte da EU, em 2006, as exportações de açúcar da ilha caíram de MUR⁴⁵³ 11,2 bilhões para 6,8 bilhões, em função da redução de 39% no preço de referência europeu. Por outro lado, o país contou com diversos investimentos externos, notadamente da empresa alemã Südzucker, que se comprometeu a adquirir 400 mil toneladas anuais do MSS. Desde 2006 o governo local estabeleceu como estratégia para se manter nesse segmento da economia agrícola a elaboração de um produto final de maior valor agregado, o que reduziu drasticamente a produção de açúcar bruto, em benefício do produto refinado e de outros tipos especiais de açúcar. O resultado foi uma produção menor, porém mais sofisticada. Dada a natureza estrutural de suas mudanças e o elevado nível organizacional de seu setor produtivo, Maurício tende a se manter firme na atividade neste início de século – condição bastante peculiar entre os territórios insulares de igual extensão. Hoje o país conta com 11 usinas – ou seja, 53 unidade produtivas a menos do que possuía um século atrás – que, tendo recebido novos investimentos, encontram-se em boas condições para se manterem ativas pelos anos vindouros.

⁴⁵³ MUR = rúpias de Maurício.

Gráfico 73: Maurício: produção de açúcar por tipo e por toneladas (2001-2011).

11.2 Reunião

A ilha da Reunião também consta no mapa-múndi de Sharif el-Edrissi, datado de 1153, sendo então conhecida pelo nome de *Dina Margabin*. Por parte dos europeus, sua descoberta deu-se em 1505, quando foi batizada inicialmente como Santa Apolônia, sem, entretanto, ser promovida sua ocupação de fato. Salomon Goubert, dirigindo-se as Índias a serviço da Coroa Francesa no ano de 1638 passou pela ilha para se abastecer de água potável, declarando-a uma possessão francesa. Em 1665, tornou-se então propriedade da Companhia Francesa das Índias Orientais, passando a ser chamada de Ilha Bourbon (GEERLINGS, 2013). Sua localização estratégica para apoio aos navios que percorriam a rota marítima entre a Europa e o Oriente, cada vez mais movimentada, lhe garantiu um relativo florescimento econômico e demográfico. Em 1715, os franceses decidiram anexar o arquipélago vizinho, Maurício, passando ambas ao controle colonial da França sob o nome de Ilhas da Reunião (Réunion).

Com a ascensão de Napoleão Bonaparte a colônia foi novamente rebatizada, agora para Ilha Bonaparte. Foi justamente nesta ocasião que a canavicultura foi introduzida, o que se deu no ano de 1806. Nesse ano um forte furacão arrasou a lavoura de café, então sua principal atividade econômica. Sendo essa uma lavoura perene, seus habitantes ficaram

receosos de formar novas plantações, que demorariam pelo menos seis anos para começar a produzir, temendo perder tudo novamente. Assim, optaram pelo cultivo da cana, cuja safra era anual. Antes que essa lavoura pudesse se estabilizar, as Guerras Napoleônicas trouxeram consequências para esses territórios distantes, sendo a ilha tomada pelos ingleses em 1810. Ao término do conflito e feito o espólio das possessões coloniais, Bourbon retornou ao controle da França, permanecendo no entanto Maurício com os ingleses. Com a queda definitiva da monarquia francesa e a proclamação da Segunda República, em 1848, seu nome foi novamente alterado, permanecendo desde então até hoje inalterado: Ilha da Reunião. Nesse mesmo ano e contexto foi oficialmente abolida a escravidão em todas as colônias francesas.

Após a abolição da escravatura ficou claro, assim como em qualquer outro lugar que os emancipou, que os ex-escravos não poderiam ser transformados em trabalhadores estáveis, de modo que a lacuna criada no mercado de trabalho teve de ser preenchida por imigrantes contratados da Índia Britânica. Esses representaram um sucesso tão grande que em 1870 nada menos que 62 mil imigrantes indianos estavam empregados em Reunião e a produção de açúcar totalizava 60 mil a 70 mil toneladas anuais. As plantações de café também se desenvolviam, assim como todo o conjunto da agricultura, comércio e navegação (GEERLINGS, 2013, p. 324).⁴⁵⁴

A introdução dos *coolies* indianos em Reunião deu-se, inicialmente, de forma bastante semelhante à ocorrida em Maurício: frequentemente de modo contrário à vontade dos trabalhadores. A maior parte foi importada de maneira irregular e destinava-se a suprir a falta de braços nos campos. Com o incentivo do governo real, o número de engenhos elevou-se de um único existente em 1815 para expressivos 189 em 1830 - lembremo-nos de que à época a coroa francesa esforçava-se por suprir a lacuna deixada pela perda do Haiti. A área plantada aumentou dos 4,2 mil hectares cultivados em 1823 para 24 mil em 1843. A colheita ampliou-se de 4,5 mil toneladas em 1820 para 30 mil em 1843. O clima era promissor para os canavicultores de Reunião, e novas e mais produtivas variedades de cana foram introduzidas a partir de Java (CAUBET, 1934). O período decorrido entre 1815 e 1860 foi de intenso florescimento para a lavoura canavieira em Reunião, assim como de pesados investimentos

⁴⁵⁴ Do original: “After the abolition of slavery it was made clear here as well as everywhere else that emancipated slaves cannot be turned into steady labourers, so that the gap in the labour had to be filled by indentured immigrants from British India, who were such a success that in 1870 no fewer than 62,000 Indian immigrants were employed in Réunion, and the sugar production amounted to 60,000 to 70,000 tons. The coffee plantations were also in a flourishing state, so were agriculture, commerce and navigation”, tradução nossa.

em sua modernização tecnológica. Citemos o exemplo da instalação, no ano de 1817, da primeira usina de cana movida a vapor nas possessões coloniais francesas – inovação que só ocorreria em Guadalupe e Martinica em 1843.⁴⁵⁵ O ano de 1860 marcou o primeiro ápice produtivo de Reunião (68 mil toneladas), mas também o início de uma longa fase recessiva que perduraria até a eclosão da Primeira Guerra Mundial (1914-1918).

Gráfico 74: Ilha da Reunião: produção açucareira, em mil toneladas (1820-2010).

O entusiasmo inicial logo se arrefeceria, e a partir da década de 1860 a ilha passa a sofrer dos mesmos problemas partilhados pelas colônias das Antilhas Caribenhas, a saber: falta de trabalhadores, concorrência com o açúcar de beterraba europeu e recuo nos financiamentos de capital. A proibição formal por parte dos ingleses do tráfico de *coolies* entre a Índia Britânica e a colônia francesa ocorreu em 1859, tendo imediato efeito de declínio em sua indústria açucareira. Em 1860, passou um forte furacão por Reunião, uma epidemia de malária assolou a população e os canaviais foram tomados por doenças (brocas e pulgões brancos), ampliando-se bastante as dificuldades dos produtores.⁴⁵⁶ Segundo Geerlings (2013, p. 329), o principal problema enfrentado era a ausência de mão de obra abundante para cultivar os campos, a ponto de que “[...] se fosse a imigração de indianos reestabelecida, não

⁴⁵⁵ Disponível em: <<http://histoire.bouge.net/articles.php?lng=fr&pg=8>>. Acesso em: 28 out. 2013.

⁴⁵⁶ Disponível em: <<http://histoire.bouge.net/articles.php?lng=fr&pg=8>>. Acesso em: 28 out. 2013.

haveria razão alguma para que sua indústria açucareira não florescesse tal como a de Maurício, com a qual compartilhava as mesmas condições favoráveis de clima e solo”.⁴⁵⁷

A abertura do Canal de Suez (1869), encurtando o trajeto entre a Europa e a Índia, tirou Reunião da principal rota comercial colonial e pôs fim à posição vantajosa até então desfrutada de ser uma localização estratégica extremamente privilegiada. Na Europa o fortalecimento da indústria de açúcar de beterraba, sendo especialmente a França um país bastante adepto do protecionismo de seus agricultores domésticos, também contribuiu para diminuir a importância da produção açucareira da ilha. No final do século XIX o açúcar subsidiado europeu já chegava ao Oriente a preços mais baixos que o fabricado em Reunião ou Maurício, eliminando momentaneamente as mercadorias oriundas de outras procedências naqueles mercados. Além disso, a ocorrência sazonal de furacões também desestimulava investimentos de maior monta, como os necessários à construção de engenhos centrais ou ferrovias. Para piorar a sua situação, a falta de interesse francês pela ilha acentuou-se ainda mais com a aquisição da nova colônia de Madagascar, muito maior, conquistada em 1897. Declinou então a produção de açúcar em Reunião e concomitantemente ampliou-se a de rum, mercadoria que se colocou como importante alternativa econômica diante de um panorama de baixos retornos financeiros. O rum tinha a vantagem de não enfrentar diretamente a concorrência dos agricultores de beterraba europeus, então largamente subsidiados (CAUBET, 1934). O mesmo autor coloca ainda que no final do século XIX, “[...] a indústria do rum assegurou o futuro, [...] fortaleceu e salvou da ruína a indústria do açúcar”.⁴⁵⁸

Em 1910 a atividade açucareira de Reunião não se apresentava otimista, sendo sua principal empresa o banco francês Crédit Foncier Colonial,⁴⁵⁹ detentor de aproximadamente 25% da produção local (GEERLINGS, 2013). Os demais 75% cabiam a um grande número de empresas menores, financiadas geralmente por mercadores indianos, sendo essa produção destinada tanto à exportação para a França quanto para Bombaim. Esses pequenos agricultores, muitos dos quais de origem indiana, não obtinham lucro no negócio, sendo suas

⁴⁵⁷ Do original: “Should the immigrations of British India re-established, then there is not a single reason why this sugar industry should not flourish like that of the neighboring island of Mauritius. Both climate and soil are favorable”, tradução nossa.

⁴⁵⁸ Do original: “Aussi l’industrie rhumière, assurée de l’avenir, [...] consolide et sauve de la ruine l’industrie sucrière”, tradução nossa.

⁴⁵⁹ Banco fundado em 1849, a partir da indenização de 3 milhões de francos recebida do governo como compensação financeira pela abdição dos escravos que a companhia possuía no Caribe. Desde 1863 estava presente na agricultura da ilha de Reunião. Disponível em: <<http://histoire.bouge.net/articles.php?lng=fr&pg=8>>. Acesso em: 28 out. 2013.

vendas suficientes apenas para sua manutenção enquanto partes de um circuito produtivo decadente. Geerlings (2013) relata casos de permuta de açúcar por arroz, feita com esses comerciantes indianos. Após a Primeira Guerra Mundial a situação de marasmo dos produtores cedeu lugar a um clima de otimismo e alta dos mercados, que conferiram à safra de 1925/1926 “[...] a maior colheita desde 1862”,⁴⁶⁰ sendo as usinas do grupo *Sucreries Coloniales* as mais importantes (CAUBET, 1934, p. 410).⁴⁶¹ Em 1928 é fundada uma estação agrícola experimental voltada à obtenção de variedades de cana mais adaptadas às condições locais e mais resistentes às pragas recorrentes (GALLOWAY, 2005).

Os anos 1930 foram de crise, como em todas as demais zonas açucareiras do mundo, condição que só começou a mudar em 1946, quando a Ilha da Reunião foi tornada um Departamento Ultramarino Francês (*Départements Français D’Outre-Mer* – DOM). Desde então sua produção açucareira passou a ser mais amparada por Paris, promovendo-se nova expansão nas décadas subsequentes. Em 1997, por meio do Tratado de Amsterdam, a ilha tornou-se uma Região Ultraperiférica da Europa (*Région Ultra Périphérique de l’Europe* – RUP), passando a ser desde então “[...] o maior produtor de cana-de-açúcar da União Europeia”, respondendo por 80% de seu volume (*Syndicat du Sucre de La Réunion*, 2013, p. 5). As cerca de 210 mil toneladas de açúcar produzidas anualmente representam 50% do valor bruto das exportações da ilha, sendo o rum responsável por outros 9%.

Mesmo diante de um esforço para evitar a extrema minifundiarização de suas lavouras, o tamanho médio das propriedades canavieiras segue muito fragmentado em Reunião, caracterizando-se como um dos menores do mundo: ampliou-se de 3,5 hectares (1980) para 5,4 (2000), atingindo em 2012 reduzidos 7,6 hectares, em média, por propriedade agrícola. Atualmente os canaviais cobrem 58% das terras agrícolas da ilha (*Syndicat du Sucre de La Réunion*, 2013). Desde 2010 o grupo cooperativista francês Tereos controla 100% da produção de açúcar da ilha, sendo dono das únicas duas usinas em atividade: *Sucreries de Bois-Rouge* e *Sucrerie du Gol*. A empresa vem investindo desde então na cogeração elétrica, sendo já uma dos mais importantes fornecedoras de energia neste que é um território caracterizado por não possuir recursos naturais abundantes.

⁴⁶⁰ O que para Geerlings (2013) não é verdadeiro.

⁴⁶¹ Do original: “[...] le chiffre Le plus fort depuis 1862”, tradução nossa.

11.3 Natal (África do Sul)

Natal foi o ponto de entrada da agroindústria canavieira nas terras continentais do Sudeste Africano. A partir de seu centro, a cidade de Durban, a atividade espalhou-se pelo interior da África Meridional, criando uma vasta hinterlândia sob sua influência.

11.3.1 Da Colônia do Cabo à afirmação regional da indústria açucareira de Natal (1652-1903)

A Colônia do Cabo foi estabelecida por iniciativa dos holandeses no ano de 1652 no Cabo da Boa Esperança, local que simbolicamente representa o encontro do oceano Índico com o Atlântico - estendendo a abrangência da proposição da ideia de périplo. O intuito era apoiar as navegações feitas pela Companhia das Índias Orientais (VOC), contando, para esse fito, com localização privilegiada. Seus colonos, a maioria descendente de holandeses (mas havia também uma parcela considerável de alemães e huguenotes franceses), ficaram conhecidos como os bôeres (ou africânderes). Ainda que a função original da colônia fosse auxiliar nas navegações, um grande número de pioneiros (*voortrekkers*)⁴⁶² interiorizou-se continente adentro. Naquelas terras tornaram-se agricultores e criadores de gado, ovelha e cavalos, ocupando uma vasta hinterlândia a partir da cidade portuária do Cabo. Aos poucos, o contato desses colonizadores com o continente europeu foi se reduzindo, colocando-se numa situação de isolamento a ponto de desenvolverem um idioma próprio, o africâner.

A proclamação da República Batava, em 1795, e seu pleno alinhamento à França revolucionária serviu de pretexto para que o Reino Unido atacasse e ocupasse as colônias do Cabo e do Ceilão, até então colonizadas por holandeses. Em 1806, durante as Guerras Napoleônicas, a Grã-Bretanha tomou definitivamente o território da Colônia do Cabo para si, criando fortificações militares e expandindo bastante sua fronteira oriental, que alcançou o rio do Peixe Grande (*Great Fish River*). Os bôeres, descontentes com a presença britânica no Cabo, intensificaram sua incursão para o interior, ocupando mais terras, abrindo mais fazendas, ora em atrito ora aliança com os povos nativos. Por meio da chamada Grande

⁴⁶² Com apoio de carroções puxados por bois e numerosas tropas de equinos, chegaram até o território que hoje corresponde ao sul de Angola.

Viagem (*Groot Trek*) promoveram entre as décadas de 1830 e 1840 um grande fluxo migratório para o norte e leste, originando um grande número de “Repúblicas Bôeres”, tais como a República de Natália (1839), a República do Transvaal (1852) e o Estado Livre do Orange (1854). Os ingleses, por sua vez, aumentavam sua presença na faixa costeira, fundando de oeste para leste, em direção ao oceano Índico, as cidades de George (1811), Port Elizabeth (1820), East London (1836), Durban (1856) e Port Shepstone (1867), entre outras. A incorporação destes territórios amparava a crescente movimentação que os britânicos mantinham com suas colônias recém adquiridas na Índia e Austrália.

Atraídos por suas férteis terras, os bôeres fundaram a República de Natália em 1839, onde dizimaram um grande número de zulus contrários a sua presença. Interessados em seu sítio favorável ao estabelecimento de um estratégico porto voltado ao oceano Índico, também os britânicos colocaram-se na região, fundando uma pequena fortificação militar em 1842, aliando-se aos zulus. Após alguns atritos iniciais envolvendo bôeres e britânicos, em 1843 os britânicos anexaram a República de Natália, contando para isso com importante apoio dos negros nativos. Esse novo território ficou submetido à administração sediada na Colônia do Cabo. Os bôeres, por sua vez, partiram novamente em migração para o interior, em direção ao norte, cumprindo sua sina de *voortrekkers*, ou seja, penetradores de sertões, agricultores pioneiros, conquistadores de novas terras, cada vez mais distantes de seu local de origem. Foram os britânicos que introduziram em Natal o cultivo da cana-de-açúcar, no ano de 1848, Segundo Von Lippmann (1941), tratavam-se de mudas trazidas de Bourbon (Ilha da Reunião). Assim deu-se origem àquela que se tornaria a principal região canavieira de todo o continente africano: Natal. Em 1856 os ingleses construíram ali a cidade de Durban, convertida em sede administrativa da colônia. Em 1858 já haviam 12 pequenos engenhos de açúcar em funcionamento em seu entorno.

A descoberta no interior do continente de grandes quantidades de diamantes, a partir de 1867, e de ouro, após 1884, em torno de Kimberley e Witwatersrand, respectivamente, representou o início de uma fase de intenso crescimento econômico e aumento da imigração para a região. A chamada Revolução Mineral promoveu grandes estímulos à urbanização e à incipiente industrialização da colônia, até então marcada por uma população majoritariamente rural e dispersa. A mineração em grande escala estimulou o surgimento de uma agricultura de caráter francamente comercial, voltada ao abastecimento das populações mineiras. Induziu ainda ao estabelecimento de uma malha ferroviária

relativamente densa, interligando o interior e as cidades portuárias. O fundação da primeira fábrica de açúcar moderna da África do Sul atesta para esse momento de progresso. A implantação da primeira usina de cana movida a vapor em Natal data do ano de 1878, e se deu por iniciativa de agricultores capitalizados originários de Maurício, que anteviram na colônia continental um mercado potencial muito maior do que o existente na pequena ilha, onde era extrema a dependência em relação às oscilantes orientações mercantilistas metropolitanas (GEERLINGS, 2013). Politicamente, a Revolução Mineral levou a um enorme esforço por parte dos britânicos no sentido de promover a unificação e assim colocar sob seu controle exclusivo um grande número de repúblicas, colônias e territórios aborígenes existentes no extremo sul do continente africano. Procedeu-se então uma série de anexações de pequenos Estados africanos vizinhos, culminando em três grandes guerras: Guerra Anglo-Zulu (1879), a Primeira Guerra dos Bôeres (1880-1881) e a Segunda Guerra dos Bôeres (1899-1902). Nesta última o exército britânico tinha a difícil missão de anexar os territórios do Estado Livre do Orange e da República do Transvaal (também chamada de República Sul-Africana), ocupados pelos bôeres. Para tanto, contou com o envio de tropas do Reino Unido e também da Índia, Austrália, Nova Zelândia e Canadá. Nessa ocasião, Mahatma Gandhi recebeu uma medalha de mérito pelos serviços voluntariamente prestados em apoio médico às tropas britânicas.

Mapa 83: Colônias e repúblicas sul-africanas existentes em 1885.

Fonte: David Rumsey Map Collection Database and Blog.

Em 1902, foi assinado o Tratado de Vereeniging, pondo fim às hostilidades e declarando o controle formal britânico sobre todos os territórios disputados. Foi aprovada ainda uma indenização a ser paga aos bóeres no valor de £3.000.000, voltada à reconstrução das áreas destruídas pela guerra, ficando garantidos os seus direitos básicos. A consequência maior desse conjunto de guerras foi a integração do território sul-africano sob pleno controle britânico.⁴⁶³ Foi assinado em 1903 o Acordo da União Aduaneira Sul-Africana, um tratado

⁴⁶³ Além de assegurar a propriedade sobre os valiosos recursos minerais descobertos, o estímulo à unificação desse conjunto de territórios também visava impedir que outra potência europeia o fizesse: os britânicos estavam cercados por Portugal (que controlava Angola na costa ocidental e Moçambique, na oriental), Alemanha (presente na Namíbia), Bélgica (mais ao norte, no Congo) e França (a leste, em Madagascar).

multilateral entre as diversas colônias e protetorados britânicos localizados na porção Sul do continente africano, criando uma união aduaneira entre o conjunto de territórios anexados. O acordo foi assinado pelos governos das colônias do Cabo, Natal, Rio Orange, Transvaal e Rodésia do Sul (atual Zimbábue). Em 1904 também assinaram este acordo a Suazilândia e o Protetorado de Bechuanaland (atual Botsuana), submetendo-se todos a uma mesma taxação tarifária e estabelecendo-se o livre comércio mútuo. Para proteger o nascente parque industrial, criou-se uma série de barreiras tarifárias sobre os direitos de importação. Finalmente, em 1910 a unificação das quatro grandes colônias britânicas na região, a saber, Cabo, Rio Orange, Natal e Transvaal, originou a União Sul-Africana (atual República da África do Sul), tornando-se sua capital administrativa a cidade de Pretória.

O século XX se iniciou no sul da África como um período marcado pela unificação política territorial associada a um grande crescimento econômico e industrial. A colônia atraía tanto imigrantes europeus quanto de outras regiões do mundo, sobretudo indianos. Gandhi foi uma dessas pessoas. Por livre vontade ele trocou sua terra natal, a Índia, pela florescente colônia no ano de 1894. Quando jovem, foi contratado para trabalhar como representante legal de comerciantes muçulmanos indianos, passando a viver em Pretória. Em 1906 a criação de um sistema alfandegário único para o açúcar na União Sul-Africana garantiu ao produto de Natal uma vasta área onde sua comercialização era livre de concorrência, criando-lhe uma espécie de “território de exclusividade”. Segundo Geerlings (2013, p. 304-305):

O comércio entre os diferentes Estados do Sul Africano era muito complicado [até 1906]; cada qual tinha seus próprios direitos sobre a importação, o que criava uma grande diversidade de padrões alfandegários. O açúcar produzido em Moçambique, por exemplo, era isento de tarifas quando importado para o Transvaal, enquanto o de açúcar Natal era tributado [...] O estabelecimento da União Sul-Africana britânica acabou com as fronteiras aduaneiras interestaduais e em consequência o açúcar fabricado em Natal passou a ser transportado por todo o seu extenso território livre de qualquer tributação, enquanto uma tarifa bastante elevada de 5 *pounds* por tonelada foi imposta sobre o produto importado. Isso tornava a concorrência estrangeira impossível. Além disso, o baixo custo do transporte feito por meio das ferrovias tornava fácil para Natal competir

com os países produtores de cana-de-açúcar das zonas tropicais, embora não se encontrasse propriamente dentro dos trópicos.⁴⁶⁴

Desde cedo instalou-se em Natal uma potente indústria produtora e refinadora de açúcar. Iniciando sua atuação ainda na década de 1870 e tendo grande impulso na de 1890, consolidaram-se então as grandes corporações, muitas das quais com forte presença de acionistas londrinos. A partir da unificação dos mercados sul-africanos a já bem desenvolvida indústria canavieira instalada em Natal passou a contar com uma grande hinterlândia, em processo de enriquecimento e densamente povoada, cujo fornecimento de açúcar tornou-se monopólio seu. Esse era justamente o ponto que a diferenciava profundamente das duas ilhas do Sudeste Africano já avaliadas, Maurício e Reunião. Assemelhava-se, no que se refere à existência de um crescente mercado interno, ao caso mencionado de Queensland na Austrália. Enquanto zonas subtropicais bem dotadas de recursos naturais, ambas (África do Sul e Austrália) experimentaram intenso afluxo de colonos e se tornaram bases regionais de apoio à expansão territorial do Império Britânico, tendo no açúcar um de seus grandes negócios.

⁴⁶⁴ Do original: “The trade among the different South African States used to be very complicated, as everyone of them had their own import duties, and granted different kinds of privileges to different countries. Mozambique sugar, for instance, was exempted from duty when imported into the Transvaal, while Natal sugar was taxed [...] Finally, the British South African Union has done away with interstate customs boundaries, in consequence of which sugar may be transported all over the extensive territory free from duty, while a rather high import duty of about 5s per cwt levied on foreign sugar makes outside competition impossible. Then sugar is transported at a low rate by the railways, so that it is easy for Natal to compete with tropical cane sugar-producing countries, although Natal itself does not lie within the tropics”, tradução nossa.

Gráfico 75: Natal: produção de açúcar, em toneladas (1894-1912).

Tanto Geerlings (2013) quanto Galloway (2005) concordam que, por se localizar a área canavieira de Natal numa zona subtropical, a única variedade de cana que se mostrou apta a fornecer boas colheitas à época de seu estabelecimento foi a Ubá, proveniente da Índia. Ambos mencionam que tal fato desde cedo requisitou o uso de potentes moendas nas usinas, devido à constituição física desse tipo de cana, estimulando assim o surgimento de grandes fábricas com alto capital imobilizado. Galloway (2005) coloca que o tamanho médio das usinas de Natal ampliou-se significativamente ainda no período inicial de sua indústria açucareira, passando de 130 toneladas de açúcar por usina/ano em 1874 para 700 (em 1898) e finalmente 1.625 (em 1909).

O início da lavoura canavieira de Natal deveu muito aos trabalhadores de origem indiana que afluíram aos milhares para o porto de Durban, então o mais movimentado da União Sul-Africana. A Lei 14 do governo colonial, datada de 1859, havia regulamentado o recrutamento de *coolies* da Índia em resposta às demandas por mais trabalhadores feitas por parte da crescente indústria do açúcar de Natal. O navio Truro, ao aportar em Durban em 1860 deu início a um grande movimento demográfico de emigração de indianos para a África do Sul. A bordo vieram em busca de uma vida melhor 342 pessoas, a maioria das quais do sexo masculino, provenientes da cidade de Madras, capital do Estado indiano de Tamil Nadu,

localizada no Golfo de Bengala.⁴⁶⁵ Por essa ocasião o jornal *The Natal Witness* comentou em seu editorial:

O *Coolie* [...] e sua família não podem ser admitidos em íntima comunhão e união conosco e com nossas famílias. Ele é introduzido pela mesma razão como mulas podem ser trazidas de Montevidéu, os bois de Madagascar, ou mesmo máquinas de açúcar de Glasgow. O objetivo pelo qual é trazido é somente por sua oferta de trabalho. Ele não é um de nós e em todos os aspectos será considerado um estrangeiro que vem para executar uma determinada quantidade de trabalho e retornar à Índia.⁴⁶⁶

Os contatos entre Natal e Índia tornaram-se intensos, movimentando uma grande quantidade de pessoas e de mercadorias. A frota de navios interligando Durban a Bombaim era crescente, sendo Maurício parte da rota. Tornaram-se os indianos tão numerosos na colônia sul-africana que entre 1885 e 1886 o governo sul-africano estabeleceu novas leis regulamentando sua entrada e limitando seu acesso a propriedade da terra no país.⁴⁶⁷ Em parte, foi devido ao grande crescimento da indústria açucareira de Natal que a África do Sul tornou-se hoje em dia a maior comunidade de indianos fora da Índia. De modo geral, eles chegavam repletos de dívidas adquiridas com o financiamento do transporte, alimentação durante a viagem e custos de hospedagem nos primeiros dias em Durban. Sofreram desde o início muitas dificuldades, que incluíam más condições de vida, preconceito, racismo, violência física e a separação de sua família e terra de origem - além de uma jornada média de trabalho de nove horas diárias, ao longo de sete dias por semana. Acostumados com o cultivo canavieiro em sua pátria de origem, esses indianos pioneiros contribuíram decisivamente para firmar a indústria de fabricação e refino de açúcar em Natal, atuando tanto nas lavouras quanto nas instalações industriais.

⁴⁶⁵ Disponível em: <<http://hubpages.com/hub/Indian-South-Africans-150-years-of-toil-and-triumph#>>. Acesso em: 28 out. 2013.

⁴⁶⁶ Disponível em: <<http://hubpages.com/hub/Indian-South-Africans-150-years-of-toil-and-triumph#>>. Acesso em: 28 out. 2013. Do original: “The ordinary Coolie [...] and his family cannot be admitted into close fellowship and union with us and our families. He is introduced for the same reason as mules might be introduced from Montevideo, oxen from Madagascar or sugar machinery from Glasgow. The object for which he is brought is to supply labour and that alone. He is not one of us, he is in every respect an alien; he only comes to perform a certain amount of work, and to return to India”, tradução nossa.

⁴⁶⁷ Disponível em: <<http://hubpages.com/hub/Indian-South-Africans-150-years-of-toil-and-triumph#>>. Acesso em: 28 out. 2013.

11.3.2 Livre comércio e indústria açucareira na África Meridional e de Leste (1906-2014)

A bem-sucedida experiência alfandegária criada a partir de 1906, criando uma zona de comércio preferencial dentro da África meridional, foi uma ideia posteriormente expandida por meio de diversos acordos internacionais. Em 1910 a União Sul-Africana, o Reino de Suazilândia e os protetorados de Lesoto, Botsuana e Namíbia adotaram o mesmo sistema aduaneiro, integrando suas economias por meio da União Aduaneira Sul-Africana (*Southern African Customs Union* – SACU) – considerada uma experiência inédita no mundo até então. O resultado beneficiou de tal forma a indústria sul-africana que o modelo passou a servir de exemplo para outros países africanos em busca de maior desenvolvimento e coesão regional. No centro-leste do continente, Quênia, Tanganyika (Tanzânia) e Uganda também ampliaram sua cooperação econômica com o estabelecimento de sua união aduaneira no ano de 1917. Em 1967, esse acordo deu origem à formação da Comunidade do Leste Africano (*East African Community* – EAC), posteriormente extinta em 1977 e retomada no ano 2000. Essa organização intergovernamental é atualmente composta por cinco países da região dos Grandes Lagos africanos: Burundi, Quênia, Ruanda, Tanzânia e Uganda.

Em 1980, deu-se a Conferência de Coordenação do Desenvolvimento do Sul-Africano (*Southern African Development Coordination Conference* – SADCC), que visava proporcionar uma maior integração econômica dos países da região, criando um modelo econômico alternativo ao SACU, demasiadamente dominado pela República da África do Sul e caracterizado pelo regime social de *apartheid*. Muitos dos países participantes da SADCC tinham se tornado independente de suas metrópoles havia pouco tempo, apenas nas décadas de 1960 e 1970. Os nove Estados originalmente envolvidos eram Angola, Botsuana, Lesoto, Malauí, Moçambique, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue, que passaram a discutir a implantação de estreitos vínculos de cooperação política, militar e socioeconômica entre si. Esse movimento deu origem à Comunidade para o Desenvolvimento Sul-Africano (*Southern African Development Community* – SADC), criada pelo Tratado de Windhoek em 1992. Após pôr fim ao regime de *apartheid*, em 1994, a África do Sul também passou a integrar o acordo, tornando-se seu cerne econômico. O número de países que compõem o bloco continuou aumentando, inserindo-se em seguida Congo, Maurício, Madagascar e Seychelles.

A tentativa de se criar uma vasta área de comércio preferencial dentro do continente africano deu origem ao Mercado Comum para a África Oriental e Austral (*Common Market for Eastern and Southern Africa – COMESA*), importante bloco comercial estabelecido em 1994. Esse acordo multilateral criou uma extensa zona de livre comércio envolvendo desde o ano 2000 nove países: Djibuti, Egito, Quênia, Madagascar, Malauí, Maurício, Sudão, Zâmbia e Zimbábue. Com as posteriores adesões de Ruanda e Burundi (2004), Comores e Líbia (2006) e, finalmente, Seychelles (2009), totalizaram-se 20 Estados-membros, estendendo-se o seu território desde a Líbia, ao norte, até a Suazilândia, ao sul. Finalmente em 2008 foi anunciada, de forma conjunta por representantes da Comunidade do Leste Africano (EAC), da SADC e do COMESA, a proposta de criação da grande Zona de Livre Comércio Africano (*African Free Trade Zone – AFTZ*). Essa área pretende envolver quase metade dos países do continente africano (26 dos 54) e mais da metade de sua população, produção econômica, comércio e extensão territorial.⁴⁶⁸ A criação desse imenso bloco econômico superaria a arrojada aspiração colonial imaginada por Cecil Rhodes, ainda na década de 1890, quando projetou para o Império Britânico o domínio sobre o vasto território que interliga o Cairo ao Cabo.

Em relação ao comércio de açúcar, a SACU mostrou-se desde 1910 bastante estimuladora ao capital agroindustrial canavieiro sul-africano, que teve sua área de monopólio assegurada e ampliada em relação a já existente na União Sul-Africana desde 1906. Sua contribuição à consolidação da indústria açucareira em Natal foi incontestável ao promover medidas específicas em favor do livre mercado açucareiro no âmbito interno ao bloco e no estabelecimento de barreiras tarifárias restritivas ao aporte da mercadoria proveniente do exterior em seus Estados-membros. Posteriormente, o estabelecimento do Protocolo Comercial da SADC, em pleno ano 2000, pautou-se pelas mesmas diretrizes político-econômicas básicas adotadas pelo SACU 90 anos antes. Nesse sentido pode-se avaliar o Acordo de Cooperação Açucareira (*Sugar Co-operation Agreement*) estabelecido pela SADC como uma medida de ampliação territorial da área de predomínio dos investimentos dos empresários do açúcar sul-africanos.⁴⁶⁹ Quanto ao último grande acordo de integração econômica em curso no continente africano (AFTZ), é extremamente difícil prever se, no que

⁴⁶⁸ Disponível em: <http://africaecon.org/index.php/trade_agr/view_trade_agreement/22/0/_/0>. Acesso em: 28 out. 2013.

⁴⁶⁹ Disponível em: <<http://www.iuf.org/sugarworkers/wp-content/uploads/2012/07/Trade-Agreements.pdf>>. Acesso em: 28 out. 2013.

tange ao mercado açucareiro intra-africano, este se mostrará uma vez mais pendente a privilegiar os interesses da indústria açucareira de origem sul-africana, como o foram o SACU e o SADC, ampliando novamente seu “território cativo”, ou não.

No plano intercontinental, os acordos comerciais, cujas origens remontam ao passado colonial desses países – lembremo-nos de que muitos dos quais só alcançaram sua independência política na segunda metade do século XX – também exercem forte pressão sobre a atividade açucareira regional. Os países-membros da SADC estão entre os principais parceiros comerciais da União Europeia no fornecimento de açúcar bruto de cana desde a vigência do Protocolo do Açúcar (1975). Entre os 10 principais fornecedores de açúcar bruto de cana à UE, quatro localizavam-se no Sudeste Africano.

Tabela 234: União Europeia: cotas de importação de açúcar estabelecidas pelo Protocolo do Açúcar (1975).

UE: 10 maiores cotas de exportação de açúcar pelo Protocolo do Açúcar (1975-2003)

PAÍS	COTA (mil t)	COTA (%)
Maurício	491,0	37,9
Fiji	165,3	12,8
Guiana	159,4	12,3
Jamaica	118,7	9,2
Suazilândia	117,8	9,1
Barbados	50,3	3,9
Trinidad & Tobago	43,8	3,4
Belize	40,3	3,1
Zimbábue	30,2	2,3
Malawi	20,8	1,6
<i>TOP 10</i>	<i>1.237,6</i>	<i>95,6</i>
<i>TOTAL</i>	<i>1.294,7</i>	<i>100,0</i>

MAPS-2014

FONTE: GARSIDE, HILLS, MARQUES, SEEGER e THIEL, [s.d.], p. 3

Tal elo açucareiro envolvendo a Europa e o Sudeste Africano foi recentemente renovado com a assinatura do Acordo de Parceria Econômica (com os países membros do grupo África, Caribe e Pacífico) e do Tudo Menos Armas (com os Países Menos Desenvolvidos). Com o fim do Protocolo do Açúcar em 2003 e o estabelecimento desses novos vínculos parece que o interesse açucareiro europeu pela região ampliou-se. De 2009,

ano em que foram plenamente abolidas as cotas de exportação para a UE, até 2013, último ano para o qual dispomos de dados, entre os 10 países que mais ampliaram suas exportações de açúcar à União Europeia, cinco eram do Sudeste Africano, quatro dos quais membros da SADC.

Tabela 245: Países selecionados (Brasil, Cuba, Argélia, Costa Rica, Suazilândia, Zâmbia, Moçambique, Camboja, Sudão, Nicarágua e Malauí): exportação de açúcar para a União Europeia (2009 e 2013).

Variação na exportação de açúcar para a UE (2009-2013)

<i>PAÍS</i>	Exportação para UE 2009 (t)	Exportação para UE 2013 (t)	DELTA 09-13 (t)	DELTA 09-13 (%)
Brasil	829.925	1.015.786	185.861	22
Cuba	119.186	296.459	177.273	149
Argélia	2.948	117.663	114.715	3.891
Costa Rica	1.402	92.678	91.276	6.510
Suazilândia	212.099	303.242	91.143	43
Zâmbia	66.826	144.174	77.348	116
Moçambique	99.013	173.105	74.092	75
Camboja	0	64.917	64.917	0
Sudão	30.115	77.162	47.047	156
Nicarágua	4	46.574	46.570	1.164.250
Malauí	45.703	85.616	39.913	87

MAPS-2014

FONTE: MADB/UE

Quanto aos estabelecimentos de tarifas favoráveis à exportação preferencial aos EUA (as TRQ's), os países da região aparecem com alguma significância somente na listagem dos 20 principais beneficiados com essas cotas.

Tabela 25: Países selecionados (República Dominicana, Brasil, Filipinas, Austrália, Guatemala, Argentina, Peru, Panamá, El Salvador, Colômbia, África do Sul, Nicarágua, Suazilândia, Costa Rica, Tailândia, Moçambique, Guiana, Maurício, Taiwan e Zimbábue): exportação de açúcar para os Estados Unidos (2010).

Cota de exportação de açúcar para os EUA (2010)

Ano-Fiscal 2010	Alocação de açúcar bruto de cana (t)	Alocação (%)
República Dominicana	168.655	15,1
Brasil	138.949	12,4
Filipinas	129.366	11,6
Austrália	79.536	7,1
Guatemala	45.997	4,1
Argentina	41.206	3,7
Peru	38.379	3,4
Panamá	27.790	2,5
El Salvador	24.915	2,2
Colômbia	22.998	2,1
África do Sul	22.040	2,0
Nicarágua	20.124	1,8
Suazilândia	15.333	1,4
Costa Rica	14.374	1,3
Tailândia	13.416	1,2
Moçambique	12.458	1,1
Guiana	11.499	1,0
Maurício	11.499	1,0
Taiwan	11.499	1,0
Zimbábue	11.499	1,0
TOP 20	861.530	77,2
TOTAL	1.116.192	100,0

MAPS-2014

FONTE: USDA

Dessas últimas três tabelas (14, 15 e 16) pode-se tirar ao menos duas conclusões. A primeira é que a América Latina é o parceiro açucareiro prioritário dos Estados Unidos, assim como o Sudeste Africano é da Europa. A segunda é que a produção açucareira do Sudeste Africano é cada vez menos insular e costeira (Maurício, Reunião e Natal) e cada vez mais continental (Suazilândia, Zâmbia, Sudão, Malauí etc.) – e a expansão das atividades das grandes empresas de açúcar sul-africanas tem papel fundamental nesse deslocamento da produção.

11.3.3 Grandes corporações açucareiras sul-africanas e sua atuação fora do país

As principais corporações industriais açucareiras sul-africanas atuais iniciaram suas atividades produtivas ainda antes do estabelecimento da União Sul-Africana, ocorrido em 1910. São elas os grupos Illovo e Tongaat-Hulett. Além desses dois principais, ainda atuam no setor sucroenergético sul-africano o Grupo Tsb Sugar RSA Ltd. (detentor de três usinas), a Umfolozi Sugar Mill (Pty) Ltd., a UCL Company Ltd. e a Gledhow Sugar Company (Pty) Ltd., cada qual com uma usina de cana.

11.3.3.1 Grupo Illovo

A fundação do grupo *Illovo*⁴⁷⁰ data do ano de 1891, quando sua primeira usina (a Reynolds Brothers) foi fundada. Esse grupo foi responsável pela construção da primeira fábrica de açúcar refinado da África do Sul, estabelecida em Durban, em 1925. Posteriormente suas usinas passaram ao controle do grupo inglês *Tate & Lyle* e, em seguida (1977), ao CG Smith Sugar Limited, de origem sul-africana. Desde 1992 a empresa está listada na *Johannesburg Stock Exchange* (JSE), tendo em 1994 alterado seu nome para o atual: *Illovo Sugar Limited*. A partir de então teve início seu processo de internacionalização, dando origem ao maior grupo produtor de açúcar da África, responsável por amplas operações agrícolas/fundiárias e proprietário de unidades agroindustriais em seis países diferentes. Em 1996 a *Illovo* adquiriu uma participação de 50% no grupo *Maragra Açúcar SA*, de Moçambique; em 1997 comprou a *Lonrho Sugar Corporation Limited*, com ativos de açúcar no Malauí, Suazilândia, Ilhas Maurício e África do Sul. Dando prosseguimento ao seu veloz processo de expansão internacional, em 1998 *Illovo* investiu na participação de 55% na *Kilombero Sugar Company*, da Tanzânia. O ano de 2001 foi marcado pela venda de sua usina de Maurício, abandonando a empresa sua atividade na ilha, e pelo reforço da sua participação na produção continental com a compra da *Zâmbia Sugar Plc*. Diante do agigantamento das suas atividades canavieiras a empresa tornou-se alvo de interesse externo, tendo sido seu controle adquirido em 2006 pela multinacional londrina *British Sugar*. Dessa forma tornou-se britânico o controle exercido pela empresa sobre as atividades mantidas em Malawi, Zâmbia,

⁴⁷⁰ Disponível em: <<http://www.illovosugar.co.za/Home>>. Acesso em: 28 out. 2013.

Suazilândia, Tanzânia, Moçambique e na África do Sul. Dessa forma tornou-se inglês o principal grupo açucareiro africano.⁴⁷¹

A partir de 2010 o controle acionário da *Illovo* foi redividido, passando suas usinas localizadas na República da África do Sul para uma subsidiária, a *Illovo Sugar South Africa Limited*. Seus negócios açucareiros no continente africano separaram-se atualmente em duas empresas. A primeira, *Illovo Sugar South Africa Limited*, volta-se exclusivamente à atuação no mercado “doméstico” da África do Sul, que abrange a União Aduaneira Sul-Africana (SACU) e também a Comunidade para o Desenvolvimento Sul-Africano (SADC). A segunda empresa, a *Illovo Sugar Limited*, colima operar de forma sobretudo voltada às exportações para fora do continente africano, notadamente para a Europa, mas em menor escala também para os Estados Unidos. A divisão jurídica e administrativa da empresa lhe conferiu maior liberdade tanto na circulação intra-regional de açúcar dentro do Sudeste Africano quanto em seu esforço de exportação, melhor “enquadrando” seu produto de acordo com o mercado para o qual ele se destinará.

Em termos espaciais-produtivos, as unidades agroindustriais do grupo *Illovo* também se dividem em dois grupos. Há aquelas estabelecidas em torno de “Natal” (Durban), que são mais antigas e se encontram mais enraizadas na sociedade local, voltando-se ao consumo “doméstico” sul-africano, beneficiada pelos acordos no âmbito da SACU e da SADC e inseridos num ambiente de clima sub-tropical. Há também aquelas fundadas a partir da segunda metade dos anos 1990, localizadas em outros países africanos que não a África do Sul, beneficiárias dos acordos de fornecimento preferencial para a UE (APE/ACP) e os EUA (TRQ’s) e dotadas de clima tropical. Em outras palavras, as usinas de Natal tem como foco de produção o mercado interno regional e beneficiam-se sobretudo dos acordos de livre comércio intra-africanos. Já nas usinas localizadas nos demais países onde o grupo possui “participações acionárias” (Suazilândia, Malauí, Zâmbia, Moçambique e Tanzânia), a produção volta-se aos mercados locais (nacionais) e, principalmente, à venda para o exterior feita por meio de contratos de fornecimento preferencial.

⁴⁷¹ Essa empresa detém a exclusividade sobre toda a cota de produção de açúcar de beterraba alocada pela União Europeia para o Reino Unido. Além disso, é a principal refinadora de açúcar bruto de cana naquele país. Desde 2007 possui uma *joint venture* para a produção de açúcar na China, onde em 2012 expandiu seus negócios.

A empresa é hegemônica no fornecimento de açúcar em todos os mercados domésticos africanos dos quais participa, exceto na África do Sul, onde a concorrente *Tongaat-Hulett* predomina. Recentemente a empresa expandiu seu parque destilador de etanol e instalou plantas de cogeração elétrica a partir da queima do bagaço em praticamente todas as suas unidades agroindustriais. Em torno de Natal, sua moagem se baseia primordialmente na cana cultivada em terras arrendadas; nos demais países africanos pauta-se na produção feita em terras próprias ou em terras comunais arrendadas por períodos de até 50 anos pelo Estado. Isso se explica pelo fato de ter havido na África do Sul intensa reforma agrária, especialmente na sua zona canavieira, com a transferência de vastas glebas canavieiras a pequenos proprietários e agricultores negros. Conjecturamos a hipótese de que, talvez como medida de compensação pela perda desses territórios centrais, tenha ganhado ímpeto o processo de internacionalização da empresa rumo aos países vizinhos.

No cômputo geral, a expansão da *Illovo* para fora dos limites do SACU fez aumentar vertiginosamente o seu cultivo canavieiro em terras próprias, distinguindo-se atualmente 6,1 milhões de toneladas de canas próprias frente à 3,6 milhões de toneladas compradas de agricultores independentes e fornecedores.⁴⁷² O açúcar fabricado em território sul-africano ainda representa o maior volume fabricado pela empresa, seguindo-lhe o de Zâmbia e Malauí. Em termos relativos, no que diz respeito à sua participação nos mercados internos nacionais em que a empresa atua (*market share*), destaca-se sua intensa presença sobretudo em Malauí e Zâmbia, países em que a *Illovo* responde por mais de 90% das vendas domésticas.

Gráfico 76: Grupo *Illovo*: produção de açúcar e presença de mercado (2013).

⁴⁷² Disponível em: <<http://www.illovosugar.co.za/About-Us/Group-Overview>>. Acesso em: 28 out. 2013.

Na África do Sul o grupo possui quatro usinas próprias (*Eston, Noodsberg, Sezela* e *Umzimkulu*) e uma participação minoritária numa quinta unidade industrial (*Gledhow*), respondendo por cerca de 30% do açúcar produzido no país, algo em torno de 600 mil toneladas anuais. Os negócios no país são a base da empresa, e equivalem a 34% de sua produção global. Esse açúcar destina-se principalmente ao mercado interno e às vendas dentro da SACU. A *Illovo* conta também com uma refinaria no país, sendo esta a mais antiga estabelecida em Natal. A cana que mói é cultivada essencialmente por fornecedores, tendo o grupo se desfeito de quase todas as suas áreas agrícolas em benefício dos agricultores locais (via reforma agrária) ou em função de reconversão do uso do solo frente à expansão da urbanização e industrialização.

A atividade do grupo na Zâmbia caracteriza-se como a segunda maior em termos de volume, ficando atrás apenas da desenvolvida na África do Sul. Na Zâmbia, a empresa moeu 3,2 milhões de toneladas de cana em 2012, obtendo 400 mil toneladas de açúcar. Nesse país a *Illovo* responde por 93% da produção nacional de açúcar. Dessa produção, 55% são consumidos localmente e os 45% restantes são enviados para exportação, principalmente à União Europeia, sob as condições *duty-free* e *quota-free*. A área cultivada pela empresa na Zâmbia é de aproximadamente 28 mil hectares, processados por uma única usina produtora e refinadora bastante moderna.

Na Suazilândia (país que tem na indústria açucareira sua principal atividade econômica) a *Illovo* possui uma usina (de um total de três existentes), a *Ubombo*, da qual é sócia majoritária, com 60% das ações – a parcela restante cabe à nação *Tibiyo Taka Ngwane*, autóctone. Sua produção é de 170 mil toneladas de açúcar bruto e 80 mil toneladas de açúcar refinado, equivalente a aproximadamente 35% do total produzido naquele país. Destina-se essencialmente ao mercado interno do SACU, sendo outra parcela exportada à UE. A empresa cultiva na Suazilândia canaviais em 9 mil dos 21 mil hectares que possui, manejando ainda outros 2,4 mil hectares pertencentes ao povo *Tibiyo Taka Ngwane*.

A *Illovo Malawi*, com duas modernas usinas (*Nchalo* e *Dwangwa*) é a única produtora de açúcar naquele país, fabricando 300 mil toneladas do produto por ano. A empresa vende cerca de 60% de sua produção dentro do país, enquanto as demais 40% são exportados para os mercados os preferenciais da União Europeia, Estados Unidos e região circundante. As terras próprias cultivadas com cana somam 34 mil hectares.

Em Moçambique, a *Illovo* possui uma usina (*Maragra*) entre as quatro em operação no país, e suas 300 mil toneladas de açúcar bruto produzidas anualmente responderam por 21% da produção nacional na safra de 2012/2013. A empresa cultiva a cana em terras arrendadas pelo governo nacional por meio de contratos de 50 anos de duração.

Na Tanzânia, o grupo possui uma parceria acionária com a *Kilombero Sugar Company Limited*, empresa da qual é sócia majoritária (55%), sendo os demais sócios a *trading de commodities* londrina ED&F Man (20%) e o governo nacional da Tanzânia (25%). Suas duas usinas (*Msolwa* e *Ruembe*) produzem 130 mil toneladas de açúcar bruto por ano, o que equivale a 43% do total nacional. Sua área de cultivo é formada por 12 mil hectares de terras arrendadas do governo.

11.3.3.2 Grupo Tongaat-Hulett

A história do Grupo *Tongaat-Hulett* (THG)⁴⁷³ teve início em 1892, na cidade de Pretória. Em 1962 o grupo firmou uma parceria com a companhia inglesa de mineração *Anglo American*, fazendo a THG diversificar suas atividades e passar a atuar nos segmentos de algodão, óleos vegetais, mineração, construção, transportes e negócios imobiliários. Desde a década de 1990, com a reestruturação interna da empresa, dedica-se exclusivamente ao mercado açucareiro, expandindo sua atuação para fora da África do Sul nos países vizinhos de Botsuana, Namíbia, Suazilândia, Moçambique e Zimbábue.

As operações de açúcar da *Tongaat-Hulett* na África do Sul concentram-se no litoral norte de *KwaZulu-Natal* e na região conhecida por *Zululândia*, onde operam quatro usinas de açúcar em *Maidstone*, *Darnall*, *Amatikulu* e *Felixton*. Essas usinas têm capacidade instalada para esmagamento de 8,5 milhões de toneladas de cana por ano, o que equivale a mais de 1 milhão de toneladas de açúcar bruto produzidas.⁴⁷⁴ Isso faz da *Tongaat-Hulett* a principal produtora de açúcar dentro do país e líder isolada na distribuição para o varejo sul-africano. Sua refinaria central funciona na cidade de Durban, onde produz cerca de 600 mil toneladas de açúcar refinado por ano. Usando o bagaço e o melaço da cana, criou uma linha

⁴⁷³ Disponível em: <<http://www.tongaat.com/default.asp>>. Acesso em: 28 out. 2013.

⁴⁷⁴ A título de comparação, a usina que mais moeu cana no Brasil na safra de 2013 foi a São Martinho de Pradópolis, Estado de São Paulo, sub-região de Ribeirão Preto. Neste ano a unidade processou 7,6 milhões de toneladas de cana (fonte: Anuário da Cana 2013)

de produtos voltada a atender à demanda interna por complementos de nutrição animal, integrando agricultura e pecuária. Parte significativa de seus canaviais na África do Sul está passando por um processo de reconversão do uso do solo, tendendo a atividade rural a perder área nos próximos anos devido a expansão do uso do solo para finalidades de habitação, indústria, turismo e especulação.

No Zimbábue a *Tongaat-Hulett* conta com uma participação de 50,3% sobre a *Hippo Valley Estates*, detentora de uma grande usina de açúcar bruto (produtora de 500 mil toneladas/ano) e também de uma refinaria (140 mil toneladas/ano). Sua capacidade de moagem instalada é da ordem de 4 milhões de toneladas de cana por ano, possuindo, ainda, uma destilaria de etanol anexa à sua fábrica de açúcar. Nesse país a empresa responsabiliza-se pelo cultivo de 45 mil hectares com canaviais distribuídos entre as terras próprias e demais propriedades privadas de agricultores terceiros. Com tal produção a empresa é líder de vendas no mercado doméstico varejista.

Em Moçambique o grupo possui duas usinas (*Xinavane* e *Mafambisse*), sendo sua capacidade produtiva combinada 330 mil toneladas de açúcar por ano. A *Tongaat Hulett* cultiva no país 22 mil hectares de cana em condições agrícolas favoráveis, localizados perto das principais instalações portuárias do país e estimulados por intenso apoio técnico proveniente da matriz na África do Sul.

Na Suazilândia a empresa cultiva 4 mil hectares de terras com canaviais totalmente irrigados, fornecendo-os às usinas de *Simunye* e *Mhlume*, pertencentes a outra empresa. A *Tongaat-Hulett* não possui unidade agroindustrial própria para moagem de cana no país. Na Namíbia a empresa conta com uma unidade empacotadora de açúcar com capacidade para 80 mil toneladas/ano; em Botsuana possui outra, embalando mais 60 mil toneladas/ano. A *Tongaat-Hulett* detém a liderança das vendas nestes dois mercados, e o açúcar aí comercializado provém de suas usinas instaladas em Natal, na África do Sul.

O exemplo desses que são os dois principais grupos açucareiros africanos, ambos surgidos em Natal há mais de um século, corrobora o fato de que, assim como o brasileiro, o setor agroindustrial canavieiro sul-africano também já “nasceu” transnacional. Desde as primeiras décadas de sua existência este se beneficiou de vasto aporte de capital internacional e de sistemas aduaneiros que lhes estimularam a expansão de suas atividades continente

adentro. Hoje são centrais a participação do capital e do *know-how* sul-africanos no processo de expansão da canavieira pela Macrorregião Açucareira do Sudeste Africano, instalando-se em países que até muito recentemente não eram produtores de açúcar.

O Mapa 84 busca sintetizar alguns dos aspectos discutidos neste capítulo. O primeiro deles é o processo de consecutivas expansões das áreas submetidas aos mecanismos de proteção aduaneira (SACU/1910, SADC/1992 e AFTZ/2008), que acabaram por beneficiar sobremaneira o setor agroindustrial sul-africano do açúcar, garantindo-lhe um extenso território de hegemonia. O segundo aspecto é a territorialização do grupo Illovo, principal produtor de açúcar do continente, e atualmente em pleno processo de intensificação de sua atividade fora da África do Sul, para além de Natal, sua área de origem. Por fim, e para concluir, traz ainda uma tabela agregada que indica quais são principais países apresentados neste capítulo em termos de produção e exportação de açúcar, assim como o grau de dependência que suas agroindústrias em relação ao mercado externo.

Mapa 84: Sudeste Africano: Acordos Econômicos, territorialização do Grupo Illovo e nível de dependência sobre as exportações (2014).

11.4 Resumo e conclusão do capítulo

A análise da Macrorregião Açucareira do Sudeste Africano compreende uma parte insular mais antiga e exígua – ilhas Maurício e Reunião – e uma parte continental, que abrange a costa africana desde a África do Sul até a Tanzânia, além algumas áreas no interior, que envolvem a Suazilândia, Zimbábue, Zâmbia e Malawi. Cumpre destacar, em primeiro lugar, que diferentemente do que ocorre nas outras duas Macrorregiões do Périplo, aqui a cana-de-açúcar não é uma planta nativa. Esta foi introduzida pontualmente em certas localizações de seu litoral desde antes dos primeiros contatos estabelecidos pelos europeus, mas só foi cultivada em escala agroindustrial num contexto colonizatório pós abolição da escravidão e descoberta do açúcar de beterraba.

Principiando pelas ilhas Maurício, integrante do Império Britânico até o ano de 1968, verificamos que ai foram os franceses que conseguiram introduzir definitivamente essa cultura no país, o que se deu no ano de 1747. Na ocasião, já importavam escravos africanos e trabalhadores da Índia como mão de obra agrícola. Apenas em 1810 a ilha passou para o domínio inglês. Tendo em vista a sua situação estratégica, bem como também a da Ilha de Reunião, para o abastecimento dos navios que faziam a rota comercial entre Ocidente e Oriente, os ingleses logo trataram de desenvolver a atividades produtivas na ilha. Gozando de direitos tarifários equivalentes aos das demais colônias produtoras de açúcar de cana do império britânico, tais como Jamaica e Barbados, Maurício passou a expandir rapidamente sua produção canavieira. Em 1837 já era o terceiro maior exportador de açúcar do Império Britânico, somente atrás da Jamaica e da Guiana (Demerara). Com a extinção do regime escravista, o que resultou num colapso da produção caribenha, Maurício se transformou na principal colônia britânica produtora de açúcar.

Na ilha foi então introduzida experimentalmente um novo sistema de mão de obra, a dos *coolies*, trabalhadores livres trazidos da Índia. Vinham com contratos de trabalho assinados por cinco a dez anos, sendo que o governo colonial britânico procurava assegurar a eles minimamente alguns direitos individuais, para evitar sua sobre-exploração. Maurício funcionou como um ponto de distribuição desse tipo de trabalhador para as várias outras zonas canavieiras do mundo que adotaram esse mesmo sistema, tais como a África do Sul, o Caribe e algumas ilhas do Pacífico.

A Índia desempenhava uma dupla função em relação à produção de açúcar em Maurício. Em primeiro lugar, como vimos, fornecia a mão de obra. Em segundo lugar, passou a financiar a própria atividade canavieira, além de se responsabilizar pela sua comercialização e transporte, trazendo-a para consumo no grande mercado indiano. No entanto, ao final do século XIX a produção açucareira de Maurício passou a enfrentar uma forte concorrência advinda do açúcar de beterraba subsidiado europeu, sobretudo a partir de 1869, quando, após a abertura do Canal de Suez, o produto europeu atingiu o oriente. Como resultado, ocorreram dois processos paralelos: a concentração das indústrias em unidades de moagem maiores e o loteamento dos antigos latifúndios em pequenos lotes, que foram vendidos para os agricultores, muitos dos quais descendentes dos *coolies* indianos. Dessa forma, a produção passou às mãos dos pequenos proprietários, ao passo que o controle das usinas continuou com os ingleses.

No início do século XX as exportações do açúcar produzido em Maurício destinavam-se primordialmente aos países em torno do oceano Índico (Índia, Paquistão e África do Sul), e apenas secundariamente para a Europa, Austrália e América do Norte. Nesse momento o Império Britânico decidiu investir recursos na ampliação e modernização da produção de Maurício, o que resultou num aumento de suas exportações.

Com a destruição dos campos de beterraba na Europa e das áreas canavieiras no Sudeste Asiático, ambas em função da Segunda Guerra Mundial, o açúcar de Maurício se beneficiou e fez com que a ilha se mantivesse ativa nas exportações. Ao final da década de 1960 sua venda de açúcar respondia por 96% das receitas de exportação da ilha. Posteriormente, com a assinatura do Protocolo do Açúcar (1975), a ilha recebeu a maior cota individual entre todos os países signatários do acordo. As exportações de Maurício caíram apenas a partir de 2006, quando declinou o preço de referência europeu em função das reformas promovidas na Organização Comum do Mercado da UE. Em compensação, uma grande empresa alemã (*Südzucker*) passou a investir na ilha, o que provocou uma mudança no seu padrão de produção que se sofisticou no sentido de voltá-la essencialmente para o açúcar refinado.

Enfocando agora a ilha de Reunião – antiga possessão da Companhia Francesa das Índias Orientais com o nome de Ilha Bourbon – a canavicultura foi ali introduzida em 1806. Depois de diversas lutas entre franceses e ingleses pelo controle da ilha, ela passa a ser

denominada definitivamente como Reunião, em 1848, território definitivamente francês. Também nela há a introdução massiva dos trabalhadores *coolies*, que se dedicam tanto à produção do açúcar quanto ao cultivo de café. Assim, há um aumento substantivo das lavouras agroexportadoras, assim como um processo de modernização de suas usinas. A exportação açucareira cresceu até 1860, atingindo o seu ápice, e a partir desse pico entrou numa etapa de declínio motivado por vários fatores. Pode-se citar a proibição da importação dos *coolies* imposta pelos ingleses; a concorrência com o açúcar de beterraba europeu; a falta de financiamento e a passagem periódica de avassaladores furacões. Tal situação se deteriorou ainda mais com a abertura do Canal de Suez, que excluiu a ilha da principal rota dos navios no comércio intercontinental ligando a Europa e o Oriente. Com a aquisição de Madagascar pela França em 1897, reduziu-se ainda mais o interesse da metrópole pela pequena ilha da Reunião, que passou a dirigir sua lavoura canavieira essencialmente à produção de rum.

Dessa forma, no início do século XX, a produção açucareira estava nas mãos de um grande número de pequenas empresas, financiadas principalmente por mercadores indianos. Tal situação de estagnação e crise perdurou até os anos 1930, e só se alterou em 1946 quando a ilha de Reunião se transformou num Departamento Ultramarinho Francês. A partir daí a produção adquiriu um novo alento, principalmente quando, em 1997, essa ilha foi reconhecida como uma Região Ultraperiférica da Europa. Desde essa data Reunião passou a ser oficialmente o principal produtor de açúcar de cana da União Europeia. Por fim, desde 2010, o grupo francês Tereos detém o controle de 100% da produção de açúcar da ilha, que, assim, voltou a receber investimentos na produção de açúcar e bioenergia.

Passando para o continente africano propriamente dito, a região de Natal foi o núcleo primordial da introdução da cana-de-açúcar na África por iniciativa de colonizadores europeus. Durante o périplo de circum-navegação da África foi estabelecida a Colônia do Cabo pelos holandeses em 1652, com o intuito de apoiar os navios que se dirigiam para as Índias Orientais. Esses holandeses foram, aos poucos, penetrando pelo território africano, tornando-se agricultores e criadores de gado, além de desbravadores e abridores de frentes de interiorização demográfica e econômica. Assim, misturados também com alemães e huguenotes franceses, deram origem aos chamados *bôeres*.

Durante as Guerras Napoleônicas, em 1806, esse território passou para o domínio do Reino Unido, que iniciou um processo de expansão das fronteiras. Descontentes com a

presença britânica na Colônia do Cabo, entre 1830 e 1840, os bôeres intensificaram a penetração para o interior do continente, formando várias pequenas repúblicas. Os ingleses, por outro lado, aumentaram a sua presença na faixa costeira, fundando várias cidades em direção ao leste, inclusive para reforçar o apoio à colonização da Índia e da Austrália.

Os britânicos introduziram a cana-de-açúcar em Natal no ano de em 1848, a partir de mudas oriundas das ilhas da Reunião. Deu-se, então, início àquela que se tornaria a principal área produtora de açúcar de cana na África. Com o desenvolvimento da mineração no interior do continente, após a descoberta de grandes minas de ouro e diamante, a região passou por um intenso processo de ocupação. Isso provocou a necessidade de abastecer esse novo mercado interno em processo de franca expansão. Assim, a primeira fábrica moderna de açúcar, movida a vapor, foi instalada perto da cidade de Durban, em Natal, no ano de 1878. A iniciativa foi idealizada por um grupo de capitalistas oriundos de Maurício ao anteverem o mercado promissor que se apresentava no continente. Nessa época, o império britânico deu início a um processo de unificação dos vários territórios existentes na África Meridional, travando para isso três grandes guerras contra zulus e bôeres, no intuito de anexar seus territórios (notadamente Orange e Transvaal), o que só conseguiram em 1902. Assim iniciou-se o processo de integração do território sul africano, sob controle britânico.

Já em 1903 foi feito um acordo de união aduaneira entre todos os territórios anexados, contando também com a participação da Suazilândia e de Botsuana de forma a estabelecer pesadas barreiras tarifárias sobre os produtos importados e, com isso, estimular o desenvolvimento da indústria interna. Frise-se, portanto, que, além da unificação dos mercados sul-africanos, em 1906 foi criado um sistema alfandegário específico para o açúcar, que foi muito vantajoso às usinas estabelecidas em Natal ao conferir-lhes um vasto território de atuação livre da concorrência do produto estrangeiro. Estavam, assim, criadas as condições para a instalação de uma potente atividade canavieira em Natal, sendo seu epicentro a cidade de Durban. Grandes empresas se formaram na região, recebendo intenso afluxo de capitais ingleses.

Em 1910 foi criada a União Aduaneira Sul-Africana (SACU), pela qual a União Sul-Africana, o Reino de Suazilândia e os protetorados de Lesoto, Botsuana e Namíbia adotaram o mesmo sistema aduaneiro. Como experiência inovadora, esse tipo de acordo passou a inspirar outros acordos multilaterais na região, estimulando a coesão econômica do

sul do continente. A ele seguiram-se outros movimentos de cooperação envolvendo os países africanos, tais como a criação da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), em 1992. Finalmente, em 2008, os países integrantes de diversos desses acordos regionais se uniram para criar a Zona de Livre Comércio Africano (AFTZ), integrada por quase a metade dos países africanos, interligando o Cairo ao Cabo.

Com relação ao comércio de açúcar, esses acordos firmados tiveram como consequência um estímulo ao aumento da produção, sempre com predomínio da indústria sul-africana e do capital inglês. Com o modelo de acordo aduaneiro estabelecido, o açúcar de Natal passou a ter acesso preferencial a um grande número de países da região, assim como facilitaram-se os investimentos de empresas da África do Sul na produção de açúcar feitos fora do país.

Os membros do SADC, onde o capital açucareiro sul-africano é hegemônico, estão entre os principais parceiros comerciais da União Europeia no fornecimento do açúcar bruto de cana. Assim, desde 2009, quando foram abolidas as cotas de importação e as cobranças tarifárias aos países integrantes dos grupos África, Caribe e Pacífico (ACP) e Países Menos Desenvolvidos (PMD), dentre os dez países que mais ampliaram a sua participação no mercado europeu, cinco eram da África Subsaariana. Dessa forma, o Sudeste Africano tem se formado como um dos mais importantes parceiros estratégicos da UE em termos de fornecimento de açúcar bruto de cana. Por outro lado, em relação aos Estados Unidos, os países africanos aparecem numa posição mais modesta, beneficiando-se pouco das cotas de exportação preferencial (TRQ's). Assim, pode-se afirmar que a Macrorregião Açucareira do Sudeste Africano projeta-se como um parceiro prioritário da União Europeia no que se refere ao fornecimento de açúcar, assim como a América Latina o é para os Estados Unidos. Para concluir, cumpre salientar que os dados demonstram que a produção açucareira do Sudeste Africano é cada vez menos insular e mais continental. Assim, a produção das tradicionais ilhas de Maurício e Reunião tende a decair, a de Natal a se manter mais ou menos estabilizada e a dos novos territórios canavieiros (localizados na Suazilândia, Zâmbia, Sudão, Malauí e Moçambique) ganharem relevância.